

Índice

Introdução	9
Língua e ideias linguísticas na época das Luzes	
Isabel Almeida Santos (Coimbra)	
<i>Usus / Consuetudo, Auctoritas, Ratio</i> : a legitimação da actividade gramatical e os fundamentos da linguagem nos autores do século XVIII	27
Dietmar Osthus (Bona)	
«Como fazem as outras nações cultas e polidas». O discurso normativo, as normas linguísticas e as Luzes	53
Werner Thielemann (Berlim)	
Entre barroco e neoclassicismo: da <i>Academia dos</i> <i>Anónimos à Arcádia Portuguesa</i> (aperfeiçoamento do português como <i>Grande língua de cultura</i>)	67
Celeste Augusto (Utrecht)	
Dom Rafael Bluteau e Henry Yule — ou a função do <i>Vocabulario Portuguez e Latino</i> no <i>Hobson-</i> <i>Jobson</i>	95
Gerda Haßler (Potsdam)	
Dois <i>Antídotos da língua</i> no Século XVIII	117
Maria Filomena Gonçalves (Évora)	
As ideias pedagógicas e linguísticas de António Pereira de Figueiredo: os manuscritos autógrafos da Biblioteca Pública de Évora	133
Luciano Caetano da Rosa (Berlim):	
Frei Manuel do Cenáculo, o Pedagogo, revisitado... ..	153

Alberto Gil (Saarbrücken)	
La Retórica de la Ilustración y la ilustración de la retórica en la Península Ibérica.....	179
Claudia Polzin-Haumann (Bona)	
<i>Ilustrados – anti-ilustrados</i> : La ilustración española y sus adversarios. Un estudio léxico.....	191
Maria Manuela Gouveia Delille (Coimbra)	
A Marquesa de Alorna — uma discípula sensível das Luzes europeias	209
Clarinda de Azevedo Maia (Coimbra)	
A história da língua portuguesa na produção gramatical e ortográfica do século XVIII. Alguns aspectos em equação.....	227
 O progresso das ciências naturais nos Setecentos	
Fernando Taveira da Fonseca (Coimbra)	
O Jardim Botânico no contexto da Reforma Pombalina da Universidade de Coimbra (1772).....	249
António Amorim da Costa (Coimbra)	
Nomenclatura química portuguesa no século XVIII	273
Toru Maruyama (Nagoya)	
A Palavra NATUREZA — a diferença e o ponto comum do seu conceito entre Portugal e Japão nos séculos XVII e XVIII	293
Dieter Kremer (Tréveris)	
Ofícios mecânicos, indústria e vocabulários em Portugal no Século das Luzes	299
Bodo Freund (Berlim)	
O Trás-os-Montes rural no século XVIII	327

Lutz Hoepner (Berlim)	
Etnofármacos brasileiros: a influência dos nomes vernaculares na nomenclatura de Lineu	333

Problemas do Brasil, do português no Brasil e da Região Platina

Dante Lucchesi (Salvador/Bahia)	
Século XVIII: o século da <i>lusofonização</i> do Brasil.....	351
Yeda Pessoa de Castro (Salvador da Bahia)	
Uma língua africana documentada no Brasil do século XVIII	371
Rosa Alice Cunha-Henckel (Jena)	
Bantuísmos lexicais no português do século XVIII	385
Ligia Chiappini (Berlim)	
Postcolonial <i>avant la lettre</i> : falas e figuras de Sepé Tiarajú do século XVIII ao século XX.....	397
Carsten Sinner (Berlim)	
Jesuítas no Brasil: ensino e herança sociocultural	423
Guillermo Wilde (Buenos Aires)	
Algunas notas sobre la formación del Estado jesuítico del Paraguay	459
Harald Thun (Kiel)	
Félix de Azara, los Jesuitas y el guaraní.....	475
Christoph Müller (Aachen)	
Cláudio Manuel da Costa e a <i>Arcádia Ultramarina</i>	503
Leonor Lopes Fávero (São Paulo)	
A política linguística do Marquês de Pombal para o Brasil	513
Fernando Garcia (Porto Alegre)	
Iluministas e Antiluministas: o caso da Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro	525

Ricardo Cavaliere (Rio de Janeiro)	
Antônio de Moraes Silva e os Estudos Gramaticais do Século XVIII	537
Maria Cecília Mollica (Rio de Janeiro)	
Simplificação no sistema de modo na história do português	547
Afranio Barbosa (Rio de Janeiro)	
Da história social à sociolingüística histórica do português no Brasil: mercadores portugueses no apagar do Século das Luzes.....	553
Endereços dos autores	567

**Introdução das *Actas* do Congresso
«Século das Luzes: Portugal, Espanha, o Brasil e a
Região do Rio da Prata».
Berlim, 20-24 de Maio 2003**

Em Portugal, o início do século XVIII é marcado por três eventos, a *Guerra de Sucessão de Espanha* (1700 a 1713), o *Tratado de Methuen* (1703) e o fluxo do *Ouro*, descoberto em 1693/95, proveniente do Brasil. Daí que, na primeira metade do século (durante os reinados de D. Pedro II e de D. João V), a monarquia portuguesa, enriquecida pelo *Ouro do Brasil*, dispusesse de meios para pagar os custos da guerra e organizar uma Corte esplêndida e pródiga, contratando músicos italianos, arquitectos, pintores e cientistas, aspecto determinante neste contexto. A considerável diáspora italiana em Lisboa tem grande prestígio e influência cultural, nomeadamente entre os sábios e doutos.

Grande importância têm também as Academias¹ que começam a florescer em Portugal desde o século XVII. Essas agremiações científicas — às vezes tertúlias que discutem matérias científico-filosóficas — são lugares onde, pela primeira vez, se acentua uma pretensão cultural elitista, pretensão à liderança intelectual e à liderança no Estado. Do ponto de vista da língua, as *Academias*, abrangendo nobres, doutos e sábios tornam-se a forja onde é elaborado o português culto.

O ensino (o ensino primário e académico) estava num estado deplorável, necessitando urgentemente de reformas. Nos anos 30, a única universidade pública do país² localizada em Coimbra, esteve praticamente inactiva. Nem estudantes nem docentes estavam dispostos a conformar-se à devida disciplina académica. Além disso, o ensino universitário ressentiu-se da orientação na *Ratio studiorum* onde a Teologia formava o centro das matérias. Só com a *Reforma Pombalina* (1772) a Universidade começará a abrir-se às ciências modernas.

A segunda metade do século é o auge do absolutismo em Portugal. Essa época, no plano social, está marcada por acontecimentos terrí-

1 Cf. Elze Vonk Matias (1982): «A Academia dos Generosos, uma academia ou uma sequência de academias», em: *Revista da Biblioteca Nacional* (Lisboa) 2/2 (1982) 223-241.

2 A Universidade de Évora, fundada em 1559 pelo Cardeal D. Henrique, foi confiada à então recentemente fundada Companhia de Jesus.

veis. O Terramoto de 1755 e a governação totalitária de Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro Marquês de Pombal, resultam num clima marcado por terror e medo, por sujeição, perseguição e tentativa de eliminação do adversário político.

No plano científico e pedagógico, o consulado de Pombal marca o início da modernização e adaptação ao nível europeu. O governo autoritário de Pombal faz com que as antigas instituições — Universidade, escolas, administrações — se comecem a renovar.

A partir do primeiro terço do século XVIII, no plano das possessões ultramarinas, Portugal começa a mostrar maior empenho na Região Platina, formulando as reivindicações sobre a *Região do Rio da Prata* e na diplomacia de Alexandre de Gusmão,³ com estabilização da Colónia do Sacramento, fundada em 1680 e reunida definitivamente ao Brasil Colónia em 1717; fortificação militar em 1737 da Ilha de Santa Catarina – Florianópolis, e celebração em 1750 com a Espanha do *Tratado dos Limites da América* (Tratado de Madrid).

As presentes *Actas* constituem o resultado do segundo Congresso Internacional «Século das Luzes — Portugal e Espanha, o Brasil e a Região do Rio da Prata» ocorrido de 20 a 24 de Maio de 2003 no Instituto Ibero-Americano em Berlim. O Congresso em si mesmo é um resultado dos projectos comuns realizados entre a Universidade de Coimbra (Prof. Doutora Clarinda de Azevedo Maia) e a Universidade Humboldt de Berlim (Prof. Doutor Werner Thielemann), projectos desenvolvidos no quadro das *Acções Integradas Portugal – Alemanha* (CRUP/ DAAD). O objectivo do Congresso sobre o século XVIII foi incentivar a produção de trabalhos linguísticos e socioculturais sobre um século maltratado.⁴ Os organizadores procuraram desta vez alargar o espectro de áreas tratadas, incluindo estudos sobre o Brasil e a Região Platina, e documentando, nomeadamente, o avanço de línguas de especialização no século XVIII.

O Congresso foi organizado pela equipa do Departamento de Português da Universidade Humboldt (Werner Thielemann, Lutz Hoepner, Carsten Sinner) e a professora Clarinda de Azevedo Maia (catedrática da Universidade de Coimbra), co-responsável pelos projectos bilaterais DAAD/CRUP.

3 1695-1753, diplomata de D. João V em França, em 1743 nomeado Conselheiro do *Conselho Ultramarino*.

4 Jogo de palavras que encontrei não recordei onde, conseguindo, todavia, caracterizar de modo sucinto a pesquisa de *Setecentos*.

O empenho dos organizadores em alargar as matérias a tratar, não levou, contudo, a que os aspectos linguísticos ficassem em segundo plano, havendo muitos artigos que tratam de elaboração, relatinização e internacionalização da língua, da constituição de vocabulários técnicos e finalmente de caminhos para se obter maior plasticidade expressiva. Além dos aspectos linguísticos, o volume apresentará também trabalhos abrangendo várias áreas da vida social e cultural, temas de política e linguística. A inevitável peleja pela norma culta do idioma contra a variação linguística é considerada como reflexo da luta de forças sociais opostas e de reacções contra os falares populares.

A diversidade que se encontra no volume resulta da convicção dos organizadores do Congresso de que a mudança linguística é condicionada por um largo leque factorial, nomeadamente factores socioculturais que vão influenciando, por parte dos locutores, a interiorização dos conteúdos reais e as formas expressivas.

Em seguida, apresentamos, por ordem alfabética, os títulos das conferências apresentadas durante o Congresso:

Alberto Gil (Universidade Saravense, Saarbrücken): La Retórica de la Ilustración y la ilustración de la retórica en la Península Ibérica.

António Amorim da Costa (Universidade de Coimbra): Nomenclatura química portuguesa no século XVIII.

Arnaldo Saraiva (Universidade do Porto): A inteligência contra a estupidez num exemplar poema jocoso-sério dos finais do séc. XVIII.

Barbara Schäfer-Prieß (Universidade de Heidelberg): O ensino do francês em Portugal no século XVIII.

Berthold Zilly (Universidade Livre de Berlim): Os jesuítas e o período colonial na visão de Euclides da Cunha.

Bodo Freund (Universidade Humboldt): O Trás-os-Montes rural no século XVIII.

Carsten Sinner (Universidade Humboldt): Jesuítas no Brasil: ensino e herança cultural.

Celeste Augusto (Universidade de Utrecht): Dom R. Bluteau e Henry Yule — ou de como o *Hobson-Jobson* se serviu do Vocabulário Português e Latino.

Christoph Müller (RWTH, Aachen): Cláudio Manoel da Costa e a *Arcádia Ultramarina*.

Clarinda de Azevedo Maia (Universidade de Coimbra): A história da língua portuguesa na produção gramatical e ortográfica do século XVIII. Alguns aspectos em equação.

Claudia Polzin-Haumann (Universidade de Bona): *Ilustrados – anti-ilustrados*: La ilustración española y sus adversarios. Un estudio léxico.

Dante Lucchesi (UFBA, Salvador da Bahia): Século XVIII: o século da *lusofonização* do Brasil.

Dieter Kremer (Universidade de Tréveris): Ofícios mecânicos, indústria e vocabulários em Portugal no Século das Luzes.

Dietmar Osthus (Universidade de Bona): «Como fazem as outras nações cultas e polidas». O discurso normativo, as normas linguísticas e as Luzes.

Fernando Taveira da Fonseca (Universidade de Coimbra): O Jardim Botânico no contexto da Reforma Pombalina.

Fátima Brauer-Figueiredo (Universidade de Hamburgo): *Memórias* de José da Cunha Brochado.

Fernando Garcia (Embaixada do Brasil/Berlim): Iluministas e antiiluministas, o caso da Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro.

Gerda Haßler (Universidade de Potsdam): Dois *Antídotos da língua* no Século XVIII.

Guillermo Wilde (Universidad de Buenos Aires): Algunas notas sobre la formación del Estado Jesuítico del Paraguay.

Harald Thun (Universidade de Kiel): Félix de Azara y los jesuitas.

Horst Nitschack (Universidade Livre de Berlim): O diálogo com o pensamento do Iluminismo em Caramuru (Santa Rita Durão).

Isabel Santos (Universidade de Coimbra): *Usus, auctoritas, ratio*: a legitimação da gramática e os princípios reguladores da linguagem nos autores do século XVIII.

José Vicente Serrão (Instituto dos Arquivos Nacionais/Lisboa): Agricultura no século XVIII.

Lígia Chiappini (Universidade Livre de Berlim): Pós-colonial *avant la lettre*: falas e figuras de Sepé Tiarajú do século XVIII ao século XX.

Luciano Caetano da Rosa (Universidade Humboldt): Frei Manuel do Cenáculo, o Pedagogo revisitado...

Lutz Hoepner (Universidade Humboldt): Etnofármacos brasileiros: a influência dos nomes vernaculares na nomenclatura de Lineu.

Manuela Delille (Universidade de Coimbra): A Marquesa de Alorna — uma discípula sensível das Luzes europeias.

Maria Filomena Gonçalves (Universidade de Évora): As ideias pedagógicas e linguísticas de António Pereira de Figueiredo: os manuscritos autógrafos da Biblioteca Pública de Évora.

Ricardo Cavaliere (UERJ, Rio de Janeiro): Antônio de Moraes Silva e os Estudos Gramaticais no Brasil do Século XVIII.

Rita Marquilhas (CLUL, Lisboa): A língua portuguesa no século XVI-II: questões de concepção política da língua e de reconstrução linguística.

Rosa Cunha-Henckel (Universidade de Jena): Bantuísmos lexicais no português do século XVIII.

Telmo Verdelho (Universidade de Aveiro): Francisco Luís Ameno (1713-1793), um impressor que ilumina o século XVIII.

Toru Maruyama (Universidade de Nanzan, Nagoya): *A Palavra NATUREZA — a diferença e o ponto comum do seu conceito entre Portugal e Japão nos séculos XVII e XVIII*.

Werner Thielemann (Universidade Humboldt): Entre Barroco e Neoclassicismo: da *Academia dos Anónimos* à *Arcádia Portuguesa* (aperfeiçoamento do português como *Grande língua de cultura*)

Yeda Pessoa de Castro (UNBA, Salvador da Bahia): A língua je-je-mina no Brasil: um falar africano em Ouro Preto do século XVIII — Uma língua africana documentada no Brasil do século XVIII.

O volume organiza os trabalhos da seguinte maneira:

O **bloco A** abrange trabalhos sobre a **língua e ideias linguísticas na época das Luzes**, tratando aspectos internos ou externos da mudança linguística, o empenho em elaborar a língua culta (o idioma nacional)

e outras facetas da *questão da língua*. Integram-se neste bloco os artigos de Isabel Santos, Dietmar Osthus, Werner Thielemann, Maria Celeste Augusto, Gerda Haßler, Maria Filomena Gonçalves, Luciano Caetano da Rosa, Alberto Gil, Claudia Polzin-Haumann, Manuela Gouveia Delille e Clarinda de Azevedo Maia.

Isabel Santos (Universidade de Coimbra) em «*Usus/consuetudo, auctoritas, ratio*: A legitimação da actividade gramatical e os fundamentos da linguagem nos autores do século XVIII» tematiza a consciência e os esforços durante Setecentos para alcançar uma norma obrigatória do português. Examina as obras de Contador de Argote, Madureira Feijó, Monte Carmelo e Reis Lobato com o objectivo de extrair o entendimento e os conceitos de «uso», «razão» e «autoridade» apresentados pelos respectivos autores. Mostra-se como esses critérios servem, dentro da diversidade linguística de um sistema ainda não codificado, para chegar a prescrições legítimas e aceitáveis, bem como apresentar o seu peso e a sua contribuição na determinação de escolhas e na legitimação de regras prescritivas.

Dietmar Osthus (Universidade de Bona): no seu ««Como fazem as outras nações cultas e polidas». O discurso normativo, as normas linguísticas e as Luzes» afirma que não há dúvida de que durante o século XVIII os escritos normativos sobre a língua iam de «vento em popa». Nesta época — marcada pela dissolução do ensino jesuítico — a questão da língua apresenta-se numa perspectiva diferente, já que os aspectos normativos ganham em importância. Analisando materiais metalinguísticos, o autor pergunta qual o papel do Iluminismo para as regras de ortografia e se existem linhas delimitadoras entre as posições de Iluministas e Anti-Iluministas.

O objectivo de **Werner Thielemann** (Universidade Humboldt) em «Entre barroco e neoclassicismo: da *Academia dos Anónimos* à *Arcádia Portuguesa* (aperfeiçoamento do português a *Grande língua de cultura*)» é mostrar a contribuição das *Academias*, nomeadamente da *Academia dos Anónimos* e da *Arcádia Lusitana*, na elaboração da língua culta assim como na reorientação da poesia e da língua sobre valores do concreto, do enérgico e do dinâmico, criticando-se em oposição, acerbamente, o gosto pessimista e efeminado da época barroca. Enquanto que na *Academia dos Anónimos* (Leitão Ferreira) já se desenvolve a nova teoria, ainda que com pouca influência sobre a sociedade, a *Arcádia Portuguesa* (Cândido Lusitano) que depende do Marquês de Pombal e é por ele instrumentalizada, tem uma influência

decisiva e alcança um largo público. Tal êxito, na opinião do autor, tem a ver com o regime totalitário e o poder absolutista de Pombal. Na última parte, o autor documenta as alterações de estilo e língua com exemplos contemporâneos.

Celeste Augusto (Universidade de Utrecht) em «Dom Rafael Bluteau e Henry Yule — ou a função do *Vocabulario Portuguez e Latino* no *Hobson-Jobson*» constata que, na elaboração de *A Glossary of Colloquial Anglo-Indian Words and Phrases, and of Kindred Terms, Etymological, Historical, Geographical and Discursive* (1886), Yule e seus colaboradores tiraram do *Vocabulário* de Bluteau inúmeros textos portugueses sobre o Oriente (Décadas da Ásia, História da Conquista e do Descobrimento da Índia, Archivo Portuguez Oriental, Colloquios dos Simples e Drogas, etc.), sem, no entanto, fazer referência à fonte. A autora analisa algumas das citações do *Vocabulario Portuguez e Latino* inseridas no *Glossary*, análise que lhe permite julgar como, em que campos e em que medida o *Vocabulario* foi usado na produção do dicionário de Yule.

Gerda Haßler (Universidade de Potsdam) com «Dois *Antídotos da língua* no Século XVIII» baseia-se no seu estudo em dois livros intitulados *Antídoto (da língua portuguesa)* (José de Macero 1710, e José Manuel da Paiva 1750). A autora trata do problema da velha concorrência entre o português e o castelhano, dos argumentos apresentados pelos autores na emulação entre as duas línguas ibéricas para saber qual é o mais formoso dos dois idiomas, controvérsia resolvida usualmente com recurso ao critério de maior conformidade com o latim.

Maria Filomena Gonçalves (Universidade de Évora) com «As ideias pedagógicas e linguísticas de António Pereira de Figueiredo: os manuscritos autógrafos da Biblioteca Pública de Évora» põe-nos em contacto com uma das personalidades centrais das lutas pela renovação do ensino em Portugal, o Oratoriano António Pereira de Figueiredo (1725-1797), efervescente representante do iluminismo linguístico, reformador do ensino do latim, homem da confiança de Pombal, figura de proa do movimento de defesa, ilustração e vernaculização da língua materna. A autora avalia as suas obras principais, informa sobre os manuscritos, apresentando, finalmente, a transcrição dum texto manuscrito de Figueiredo.

No seu artigo «Frei Manuel do Cenáculo, o Pedagogo revisitado...» **Luciano Caetano da Rosa** (Universidade Humboldt) aponta,

como primeiro aspecto relevante, algumas características fundamentais do Iluminismo como movimento europeu e segue as três fases do Iluminismo português segundo a lição de António José Saraiva.

Neste contributo, pretende dar uma imagem crítica de Cenáculo no tocante à sua acção como pedagogo numa tripla dimensão: o professor universitário, reformador pedagogo dos estudos em Portugal no quadro das reformas pombalinas e fundador de bibliotecas; o reformador religioso da Ordem Terceira, enfim, o ciropedista ou preceptor do Príncipe da Beira.

Alberto Gil (Universidade Saravense, Saarbrücken), «La Retórica da la Ilustración y la ilustración de la retórica en la Península Ibérica» empenha-se em caracterizar a Retórica do Século das Luzes como reacção à afectação e ao elitismo praticados pelo Barroco, sublinhando os postulados dos Iluministas (clareza, verdade e justa medida). Dá-se especial destaque à ordem das palavras e princípios da composição discursiva, com base no tratamento moderno da linguística textual.

Claudia Polzin-Haumann (Universidade de Bona) parte em «*Ilustrados – anti-ilustrados*: La ilustración española y sus adversarios. Un estudio léxico» da ideia de que, no contexto europeu, não é possível rastrear os feitos históricos segundo um único modelo geral e fixo, mas que, devido às realidades e condições dos países, existe também uma estrutura específica do léxico. Daí que, no manejo de conceitos que sugeririam a semelhança intercultural, se peça a maior cautela. Nesse quadro, a autora explora como se reflectem, nas designações da época, as posições e as divergências de partidários e adversários da «ilustración».

Maria Manuela Gouveia Delille (Universidade de Coimbra) em «A Marquesa de Alorna — uma discípula sensível das Luzes europeias» apresenta a relação de D. Leonor de Almeida, Marquesa de Alorna, com a Alemanha e a literatura alemã. Destaca-se o grande papel desempenhado por D. Leonor como transmissora da literatura alemã do século XVIII em Portugal, traduzindo preferencialmente obras da «*Empfindsamkeit*», assimilando-as e sintonizando-as com o código arcádico português. O artigo fala em favor de um correcto posicionamento histórico-literário da Marquesa como representante do Iluminismo europeu e menos do Romantismo.

Clarinda de Azevedo Maia (Universidade de Coimbra), na contribuição intitulada «A história da língua portuguesa na produção gramatical e ortográfica do século XVIII. Alguns aspectos em equa-

ção», procura avaliar a importância de gramáticas e ortografias como fontes de informação para o conhecimento do estado da língua portuguesa de Setecentos. Embora assumindo claramente a convicção de que a prioridade metodológica deve ser atribuída aos textos escritos pelo facto de constituírem fontes directas que reflectem os usos linguísticos reais da época a que se referem, a autora empreende uma reflexão sobre o contributo que os textos de carácter metalinguístico e metaortográfico podem prestar ao conhecimento do desenvolvimento histórico do português e da sua situação na época.

Muitas vezes, decididamente, é o impacto de factores externos (novas coisas, novas ideias e novos conceitos no campo sócio-cultural) que faz arrancar a criação de termos, neologismos e neosemantismos ou motiva empréstimos e decalques de estrangeirismos.

Os artigos que tratam desses aspectos encontram-se reunidos no **bloco B: O progresso das ciências naturais nos Setecentos**. O bloco B abrange os artigos de Fernando Taveira da Fonseca, António Amorim da Costa, Toru Maruyama, Dieter Kremer, Bodo Freund e Lutz Hoepner.

Um dos sinais mais visíveis do progresso científico em Portugal e da vontade do país em se empenhar nos caminhos modernos da ciência, é, sem dúvida alguma, a fundação do Jardim Botânico em Coimbra, obra que se realizou durante o consulado do Marquês de Pombal e sob a eminentíssima influência de Domenico Vandelli, mas que já andava a ser planificado desde os anos 30 de Setecentos. Em «O Jardim Botânico no contexto da Reforma Pombalina da Universidade de Coimbra (1772)», **Fernando Taveira da Fonseca** (Universidade de Coimbra) trata da história do Jardim Botânico como «pedra de mosaico» na luta ideológica entre aderentes do passado e partidários da Filosofia Moderna, o que levou às *Reformas Pombalinas* com o intuito de conferir mais utilidade aos estudos e de instrumentalizar a Universidade na política do Estado. São decisivas as profundas mudanças de método, o carácter demonstrativo e a ilustração prática do saber ao estudante. Neste contexto, o estudo da Medicina será baseado em vastas experiências da natureza, planeiam-se o cultivo e o exame científico das plantas vivas, os estudos da sua aplicação aos domínios da Medicina. O artigo informa detalhadamente sobre as ideias por trás do projecto do Jardim Botânico, as etapas de sua realização, homenageando adequadamente os papéis do então reitor D. Francisco de Lemos, de Domingos Vandelli e de Félix de Avelar Brotero.

Outra evolução decisiva nas ciências do final de Setecentos foi o progresso da Química, a revolução das químicas,⁵ iniciada em França pela obra do malogrado Lavoisier⁶ e de Guyton de Morveau que derubaram todo o edifício da flogística para desenvolver a orientação da química moderna baseada no oxigénio, conforme António Amorim da Costa (Universidade de Coimbra) expõe no seu artigo «ciências químicas».

António Amorim da Costa (Universidade de Coimbra) em «Nomenclatura química portuguesa no século XVIII» descreve o caminho da ciência química, dependente de práticas alquímicas e parte integrante da ciência médica, como uma disciplina autónoma e sistematizada. No século XVIII, as Farmacopeias carecem em Portugal de sistematização. Ostentam designações heterogêneas, mais aptas para confundir do que para esclarecer. A convicção da Iluminação francesa de que há um laço íntimo entre aperfeiçoamento do raciocínio e uma linguagem racional e sistemática conduz à nomenclatura de Lavoisier (1787/88). Informa-se depois sobre a entrada de ideias e nomenclatura de Lavoisier em Portugal, nomeadamente a sua propagação por Vicente Coelho de Seabra.

Toru Maruyama (Universidade de Nanzan, Nagoya) em «A palavra NATUREZA — a diferença e o ponto comum entre do seu conceito Portugal e o Japão nos séculos XVII e XVIII» compara as convergências e divergências conceptuais entre a palavra *NATUREZA* e os equivalentes japoneses *SHIZEN* e *SEI*. Tenta-se descobrir, com base em dicionários históricos, o caminho semântico obviamente desconhecido no Japão antes do século XVI.

Dieter Kremer (Universidade de Tréveris) em «Ofícios mecânicos, indústria e vocabulários em Portugal no Século das Luzes» trata a situação dos ofícios durante a segunda metade de Setecentos, sobre os vários ramos de actividade em Lisboa. Dotada de inúmeros materiais, o artigo do autor inscreve-se numa série de artigos destinados a documentar *Palavras* e *Coisas* hoje em dia já desconhecidas. Impressionante na contribuição de Dieter Kremer é o número de palavras des-

5 Revolução pacífica das químicas.

6 Lavoisier, orgulho da ciência francesa, perdeu a vida com a ideologia sangrenta dita revolucionária do *Comité du Salut Public* de Robespierre. Condenado à guilhotina em 1794, o pai da moderna terminologia química acabou sendo vítima dos «terrores revolucionários».

conhecidas, devido ao desaparecimento de coisas reais ou por serem denominações já fora do uso.

A influência externa que directamente se espelha na língua do povo aparece na contribuição do geógrafo **Bodo Freund** (Universidade Humboldt) sobre «Trás-os-Montes rural no século XVIII». O autor põe-nos na presença do início dos estudos demográficos e da estatística em Portugal, tudo durante o governo de Pombal. Explora o inquérito feito em todas as paróquias de Portugal (Memórias Paroquiais) em 1758. Destaca o facto de os documentos do inquérito constituírem a fonte completa para se escrever a geografia histórico-económica da época, permitindo a cobertura total do território do país. O trabalho parte dos materiais de Trás-os-Montes que informam sobre a produção alimentícia na região e que fornecem uma lista detalhada de designações de produtos agrícolas. O autor procura evidenciar as variações e flutuações de nomes mostrando a incerteza linguística e variedade de nomes para denominar plantas e produtos agrícolas, introduzidos em períodos recentes, para combater a fome e penúria alimentícia.

A expansão portuguesa no Brasil colonial a partir de 1530 e a subsequente missão aos povos indígenas resultou — entre outros aspectos — na obtenção de conhecimentos sobre o uso de plantas medicinais por esses povos. A biotecnologia serve-se destas plantas como fitofármacos. **Lutz Hoepner** (Universidade Humboldt) em «Etnofármacos brasileiros: a influência dos nomes vernaculares na nomenclatura de Lineu» demonstra que numerosas denominações de plantas encontradas na nomenclatura de Linéu reflectem uma origem indígena. O Autor propõe, paralelamente aos termos «etnofarmacia» e «fitofármacos» a introdução do termo «etnofármacos» para designar aqueles fitofármacos inicialmente usados por determinadas etnias.

O **bloco C** é dedicado a **problemas do Brasil, do português no Brasil e da Região Platina**, abrange os trabalhos de Dante Lucchesi Ramazzoti, Yeda Pessoa de Castro, Rosa Cunha-Henckel, Lígia Chiappini, Carsten Sinner, Guillermo Wilde, Harald Thun, Christoph Müller, Leonor Fávero, Fernando Garcia, Ricardo Cavaliere e Maria Cecília Mollica, concluindo com a contribuição de Afrânio Barbosa.

Dante Lucchesi (UFBA, Salvador da Bahia) em «Século XVIII: o século da *lusofonização* do Brasil» informa sobre particularidades na formação da norma do português no Brasil, tratando essa problemática complexa com base nas condições socio-económicas do país, consideradas factores constituintes na área linguística.

As contribuições da professora **Yeda Pessoa de Castro** (UFBA, Salvador da Bahia) sobre «uma língua africana documentada no Brasil no século XVIII» e da professora **Rosa Cunha-Henckel** (Universidade de Jena): «Bantuísmos lexicais no português do século XVIII» tratam do tráfico transatlântico para o Brasil de escravos africanos e dos traços que os seus idiomas genuínos deixaram na língua das *Terras do Brasil*.

A professora Yeda Pessoa de Castro explora um documento importantíssimo do século XVIII, vindo de Vila Rica do Ouro Preto, hoje Ouro Preto (MG), *A obra nova da língua geral de Mina traduzida para o nosso idioma* por António da Costa Peixoto, dois documentos manuscritos datados de 1731 e 1741. Tudo isso tem a ver com o tráfico intensificado de negros do golfo de Benim para o Brasil, falantes de línguas do grupo *ewe-fon* ou *gbe*.

Rosa Cunha Henckel tenta verificar o uso de vocábulos de origem africana em documentos oficiais portugueses já no início da colonização. A autora constata que é normal que o contacto entre portugueses e escravos leve ao empréstimo de africanismos para a língua portuguesa (sobretudo vocábulos referentes a coisas reais inexistentes no Brasil como *inhame* e *cachaça*). A autora faz listas de afronegrismos integrados à língua portuguesa já nos primeiros séculos da colonização e prova a existência de vocábulos de origem negro-africana já durante o século XVI, encontrando-se exemplos de afronegrismos já na obra de Gil Vicente.

O texto «Postcolonial *avant la lettre*: falas e figuras de Sepé Tiarajú do século XVIII ao século XX » da professora **Lígia Chiappini** (Universidade Livre de Berlim) propõe uma viagem no tempo, acompanhando as aparições literárias de Sepé Tiarajú, índio guarani, morto pelos espanhóis e portugueses no século XVIII, quando lutava em defesa das terras de São Miguel das Missões. Sepé transformou-se em mito e esse mito foi sendo narrado e cantado pelos mais diversos poetas, ficcionistas e compositores do século XVIII aos nossos dias, quando reaparece simbolizando a união dos povos do Sul da América Latina tanto para o *Movimento Sem Terra* (MST) quanto para os propagandistas do Mercosul, embora isso não se faça sem polémica.

Pela resistência que ofereceu às potências coloniais, Portugal e Espanha, e pela consciência que lhe atribui a tradição literária e historiográfica, levanta-se aqui a hipótese de considerá-lo postcolonial *avant la lettre*.

Carsten Sinner (Universidade Humboldt) em «Jesuítas no Brasil: ensino e herança sociocultural» desenha o quadro complexo da acção e da influência dos jesuítas no Brasil e na região platina. Fica realçada a influência jesuítica na formação da civilização brasileira, o ensino dos Padres não só definido como base escolar, mas também como ensino cultural e civilizatório. Considerando a expulsão dos Padres mais como pretexto do que como algo necessário, mostra de que modo a influência jesuítica perdurou, exemplificando-se a herança cultural no âmbito dos ofícios, da medicina, da arquitectura, da música e da dança. Os jesuítas garantiram a transmissão dos saberes como uma amálgama interétnica que, em muitas áreas, deu cunho à identidade brasileira.

Guillermo Wilde (Universidade de Buenos Aires) «Algunas notas sobre la formación del Estado jesuítico del Paraguay» debruça-se sobre a vida e organização social das reduções jesuíticas no Paraguay, apontando as contraditórias avaliações históricas da obra dos inicianos, entre a apologia da vida igualitária e a censura de escravidão. Tenta aclarar as estruturas sócio-políticas das reduções, destacando as várias fontes constitutivas (rasgos primitivos, contributos jesuíticos, legislação da Coroa espanhola). Vê-se a habilidade dos Padres ao criarem um modelo de convívio e eficácia social, onde a estabilidade social foi assegurada pelo equilíbrio da autonomia parcial e a coesão interna.

Quando Félix de Azara chegou ao Rio da Prata no ano de 1781, já se havia produzido a expulsão dos jesuítas (1767/78) de todos os territórios espanhóis e portugueses mas não se havia concluído a difícil passagem das reduções à administração civil. Até hoje continua o debate sobre o alcance tanto filosófico e teológico quanto político e económico e até lingüístico desta experiência única que constitui o «Estado jesuítico do Paraguai» na história do contacto entre indígenas e europeus. Não houve observador mais sagaz nem um crítico mais informado da obra dos jesuítas nessas regiões afastadas do mundo do que Azara. O estudo de **Harald Thun** (Universidade de Kiel): «Félix de Azara, los jesuitas y el guaraní» busca separar da polémica provocada pelo próprio Azara a sua contribuição ao conhecimento do guarani.

Christoph Müller (RWTH, Aachen): «Cláudio Manuel da Costa e a *Arcádia Ultramarina*» investiga a orientação poetológica de três representantes da *Arcádia Ultramarina*: Cláudio Manuel da Costa,

Alvarénga Peixoto e Tomás Antônio Gonzaga. Os três foram membros da *Inconfidência* em Minas Gerais, aprisionados e julgados por causa das suas ideias progressistas para a época. O autor constata que a poesia da Arcádia Ultramarina foi no início uma cópia da Arcádia Lusitana, imitando a ficção pastoril, *imitatio naturae*, *imitatio auctoris* mas que depois se tornou progressivamente mais patriótica, afastando-se do mundo fictício de idílio pastoril e mitológico e aproximando-se de real mundo brasileiro. O artigo, em geral, faz uma boa introdução à problemática das relações entre a *Arcádia Ultramarina* e a *Inconfidência* de Minas.

Leonor Lopes Fávero (Universidade de São Paulo): «A política linguística do Marquês de Pombal para o Brasil» pondera os aspectos positivos e negativos que resultam da reforma do ensino no Brasil. A imposição do português, por um lado, constitui um reforço do peso da sociedade civil e é o meio apropriado para fazer progredir o uso correcto da língua pelo povo. Por outro lado, a autora tematiza as perdas no ensino causadas pela reforma, bem como os grandes problemas que resultaram, sobretudo, da expulsão dos Jesuítas: perda de professores qualificados, quebra de confiança, falta de bibliotecas, financiamento e materiais pedagógicos, tudo indícios que fazem entrever a enorme clivagem que houve entre o projecto ambicioso do primeiro-ministro e a escassez de meios no Brasil para o realizar.

Fernando Garcia (Embaixada do Brasil em Berlim) com «Iluministas e Antiiluministas: o caso da Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro» segue as peripécias, intrigas e controvérsias políticas e culturais entre partidários e adversários do Iluminismo em torno da fundação da Escola de Belas Artes, no Rio de Janeiro, no início do século XIX. Explicando o evento na perspectiva da transferência do centro do poder da monarquia lusitana para o Brasil, o autor destaca o papel dos artistas franceses na fundação duma arte autóctone no Brasil.

Ricardo Cavaliere (Universidade Estadual do Rio de Janeiro) em «Antônio de Moraes Silva e os Estudos Gramaticais do Século XVIII» dedica-se à obra *A grammaticográfica* do ilustre lexicógrafo Moraes Silva, lamentando o despreço imerecido dos escritos gramaticais de Moraes. O *Epítome de grammatica da Língua Portuguesa* (1802/1806) não só constituiu o texto fundador dos estudos linguísticos no Brasil, como também desempenhou um papel precursor no que diz respeito à descrição do português em geral. Em conformidade com os franceses, por um lado, Moraes insiste na autonomia e na diversidade da gramáti-

ca portuguesa frente à latina; por outro lado, ele é inovador na subdivisão orgânica da matéria (morfologia e sintaxe). Ricardo Cavaliere exemplifica as ideias de Moraes no tratamento da sintaxe e das partes da oração.

Maria Cecília Mollica (Universidade Federal do Rio de Janeiro) fornece um artigo curto «Simplificação no sistema de modo na história do português», mas que é de sumo interesse para se compreender história das mudanças ocorridas no seio do paradigma gramatical do PB. Com base na opacidade do modo verbal (funções de futuro do conjuntivo e do infinitivo pessoal) iniciou-se, provavelmente já há séculos, um ciclo de mudança e simplificação nivelando o paradigma do futuro do conjuntivo, não obstante alguns obstáculos que inibiram o processo. O nivelamento do paradigma do futuro do conjuntivo no PB é considerado como a continuação diacrónica duma tendência de regularização que, nas línguas românicas, se verificou noutras partes dos paradigmas gramaticais.

Afranio Barbosa (Universidade Federal do Rio de Janeiro) com o artigo «Da história social à sociolinguística histórica do português no Brasil: mercadores portugueses no apagar do Século das Luzes» dá uma contribuição sobre o ciclo de mudança no modo verbal, a saber entre o futuro do conjuntivo e o infinitivo pessoal. Com base em cartas de comerciantes da época, tenta esclarecer, em particular, a variação entre verbo + *a* + infinitivo e construção gerundial.

A equipa organizadora felicita-se pelo êxito do projecto e orgulha-se de ter superado situações e problemas complicados. Assim, o avaliador duma Fundação na Alemanha que recusou a atribuição de subsídio financeiro, qualificou de «atrevido» o nosso projecto de Congresso. Hoje, mesmo que não possamos oferecer um mosaico completo — seja das línguas de especialização, seja do leque de problemas no *Espaço Ultramarino Transatlântico* — parece-nos, todavia, que a contribuição deste nosso Congresso, organizado apenas com a ajuda financeira e suporte logístico da Universidade Humboldt, do Instituto Camões e do ICEP, da Embaixada de Portugal, da Embaixada do Brasil e da Lufthansa, apresenta um considerável contributo para os estudos sobre um século (desta vez não-maltratado) mas sim, o século sempre mal-tratado, o *Século das Luzes*.

Por fim, queria agradecer a todos os que, de algum modo contribuíram para o êxito do projecto do Congresso e da publicação das *Actas*: Dr. Peter Birle e Ulrike Mühlischlegel (IAI), Dr. Luciano Caetano da

Rosa, Kerstin Opätz, Catarina Castro e Miriam Reisner (todos da Universidade Humboldt) e Maria João Boléo Tomé (Universidade Livre de Berlim).

Possa o volume contribuir para interessar mais pesquisadores na área de investigação sobre as *Luzes* e sobre os problemas variadíssimos que caracterizam esta época fascinante.

**Língua e ideias linguísticas
na época das Luzes**

Isabel Almeida Santos (Coimbra)

Usus / Consuetudo, Auctoritas, Ratio:
A legitimação da actividade gramatical
e os fundamentos da linguagem nos autores
do século XVIII

1. Sabemos que a reflexão sobre a linguagem é tão antiga quanto a história do homem e que tal reflexão incorpora, desde os primórdios, a consciência de que esse instrumento comunicativo varia e de que a mesma língua se diversifica em função do contexto geográfico-social e das coordenadas temporais. Se esta constatação estimula a análise é, no entanto, a consciência de uma unidade de base (a que a modernidade virá a chamar *sistema*) que fundamentalmente orienta o desenvolvimento da actividade de descrição gramatical e que conduz, em Alexandria, ao desenvolvimento do que se chamou gramática técnica (*techne*).

Deste modo, depreendem-se estruturas organizadas e sistemáticas e que se oferecem à análise (os gramáticos romanos, seguindo os ensinamentos dos estudiosos gregos, falam de *ratio*), mas, simultaneamente, confrontamo-nos com o plano da actualização (*usus*), onde o costume e/ou a tradição (*consuetudo*) se assumem como eixos fundamentais na determinação do comportamento dos falantes. Tendo ainda em consideração que, como fenómeno social, o desempenho linguístico se hierarquiza em função de coordenadas sociológicas e culturais, compreende-se que determinados procedimentos idiomáticos se revistam de uma autoridade particular, desse modo se definindo outros factores de validação externa das formas linguísticas (*auctoritas* — literária ou outra — e *vetustas*). Se, pela insistência na dimensão da sistematicidade, se considera ser a *razão* o princípio regulador da linguagem, pela valorização da dimensão da variabilidade e arbitrariedade o primado vai para o *uso*, assumo este o valor de *auctoritas* ou de *consuetudo*. O facto de, tanto no mundo grego como no mundo latino, os trabalhos gramaticais serem basicamente concebidos para fornecer a metalinguagem e o quadro metodológico necessários à análise dos textos literários permite que, desde o seu início, se desenvolva, no âmbito da descrição gramatical, um conceito de *bom uso* que, então, se identifica com o uso dos autores clássicos são, por isso, eminente-

mente práticas (aprender a falar, a escrever e a compreender os autores clássicos) as finalidades que orientam, durante largos períodos, a descrição gramatical.

Por outro lado, acompanhando a evolução do próprio conceito de gramática, o estatuto da disciplina na escala de saberes (*arte* ou *ciência*?) e a delimitação do seu domínio (os textos ou a língua?) são motivo de discussão, pelo menos a partir do momento em que Dionísio de Trácia a define (Baratin 1989: 202). A grande questão é que a concepção aristotélica de ciência exclui a possibilidade de estudo, da realidade não estável; assim, um dos impedimentos iniciais à gramatização dos vernaculares românicos, que contrastavam, flagrantemente, com a superior estabilidade do latim, prendia-se, exactamente, com a variabilidade diacrónica e sincrónica que exibiam. Do mesmo modo, também a linguística moderna se desenvolve, em grande medida, em torno dessa questão fundamental: se Sexto Empírico (filósofo grego do séc. II/III) a evoca para recusar atribuir o estatuto de ciência à gramática, Saussure define o objecto de estudo da linguística apoiando-se no binómio *língua fala*, Coseriu concebe uma *língua funcional* (que contrapõe à *língua histórica*) como pressuposto teórico para o estudo estrutural dos idiomas e Chomsky constrói a linguística gerativa sobre a dicotomia *competência* e *performance*.

Vamos, então, deparar-nos, ao longo da história, com escolas de pensamento em que, claramente, se privilegia uma das duas dimensões referidas. A consideração da razão é o alicerce da gramática especulativa dos modistas, que procuravam um fundamento universal para a faculdade da linguagem, e, posteriormente, da gramática de Port-Royal; ao contrário, a valorização do uso marca o princípio do Renascimento, quando o interesse dos humanistas pelo latim era mais filológico e retórico do que propriamente gramatical (Lardet 1992: 198-200): neste caso, domina o descritivismo (na medida em que se procede à apresentação de estruturas, mas não se busca a sua explicação) e mantém-se uma tradição gramatical de carácter normativo;¹ no

1 Note-se que quando nos referimos à gramática descritiva no contexto da actualidade, remetemos para formas de análise linguística que, marcadas pela objectividade e neutralidade de perspectiva, se opõem àqueles trabalhos que se subordinam a critérios de normatividade pedagógica, distinguindo-se igualmente do tipo de análise que, como a gerativa, privilegia a vertente explicativa. No caso em apreciação, a descrição não é tanto o objectivo do trabalho, como o resultado da

outro, domina o interesse por teorias explicativas da linguagem e da gramática.

A sobrevalorização do plano da *ratio* confronta-se, então, com a evidência das assimetrias entre as regras ditadas pela gramática enquanto estrutura funcional e sistemática e o uso das línguas em particular. Esse é o argumento de fundo que os anomalistas (sustentados por concepções empíricas defendem que a língua se baseia no uso e no princípio da arbitrariedade) avançam para refutar o valor da analogia, princípio que é trazido para primeiro plano pela consciência das regularidades. Esse é, também, o pormenor que leva Varrão, para quem a analogia corresponde ao princípio que cada nação (cada comunidade linguística, diríamos nós, na actualidade) deve seguir, a reconhecer a existência de situações em que o seu incumprimento origina formas que o uso aceita e integra e que, por esse facto, não admitem contestação; aceites estas coordenadas, o recurso à analogia só é válido nos casos em que tal procedimento não colide com o uso (Marcos-Casquero 1990: XXIX); ao integrar os resultados aceites de anomalia² e ao dar conta dos acidentes históricos que não têm justificação teórica, este parâmetro reveste-se de um considerável poder descritivo:

[...] si la costumbre ha derivado erróneamente algunas palabras, de forma que no pueden emplearse de manera distinta sin desagradar a la mayoría de la gente, la lógica del lenguaje indica que es la forma regular la que no hay que emplear. [...] Así mismo, puesto que el uso general nos permite emplear la analogía prácticamente en todas las palabras, hay que reconocer que debemos seguir de alguna manera los principios analógicos de forma general, e incluso particular, excepto en aquellos casos en que se pueda quebrantar el uso común (Varrão 1990: 361, 413-415).

Do mesmo modo, Quintiliano, observando que a analogia, por vezes inconsistente, não é, em última instância, mais do que um produto do uso e constatando que alguns gramáticos, em nome desse princípio, criam formas claramente duvidosas, é levado a distinguir *falar gramaticalmente* e *falar latim*; mais tarde, também Vaugelas postulará que a analogia não é um princípio de funcionamento distinto, mas apenas

valorização do uso traduzido em *corpora* que, pelo seu valor modelar, sustentam a descrição e asseguram uma dimensão normativa.

- 2 A aceitação de resultados de anomalia depende, na análise de Varrão, do agente que comete o *erro* (entendido aqui como incumprimento do princípio da analogia): quando cometido pela nação, estabelece-se um uso geral que legitima a violação, mas o desvio individual só é aceitável se perpetrado pelos poetas.

uma forma generalizada de uso. Assim, do ponto de vista teórico, *uso* e *razão* sobrepõem-se neste contexto.

Se a consideração *arbitrária* da *ratio* implica aceitar formas artificiais porque não confirmadas pelo uso, a valorização deste, inevitavelmente diversificado, conduz à hierarquização das práticas linguísticas, na maior parte dos casos reflectindo-se assim a estrutura sociológica da comunidade: Quintiliano explicita que a consideração do uso não equivale à observação da linguagem corrente, estabelecendo um paralelismo com os outros domínios da vida social, onde o modelo a seguir é o fornecido pelas pessoas *de bem*; *uso* corresponde, assim, à prática consensual dos indivíduos educados:

si [o costume] toma el nombre de lo que siguen los más, sacaremos una regla muy peligrosa, no digo para la oración, sino, lo que es más, para vivir. ¿Pues de dónde nace este tan grande bien, de que nos agrada lo que los más tienen por bueno? [...] así en el hablar no se ha de tener por uso una cosa porque la sigan muchos. [...] Según lo dicho, llamaré costumbre y uso del lenguaje al consentimiento de los sabios, a la manera que llamamos costumbre de vivir al consentimiento de los buenos (Quintiliano ca. 40-ca. 96: 53-54).

Rejeitam-se, assim, os hábitos socialmente avaliados como não *elevados* e a descrição gramatical é, então, orientada por *um* uso (que é necessário preservar da corrupção a que o sujeita a ignorância) e não genericamente *pelo* uso.

Se, pela sua finalidade eminentemente prática, a gramática era, até então, *ars* e não *sophia*, com os modistas esboça-se uma teoria da linguagem e a *Grammatica Speculativa* que nesse período se desenvolve opõe-se claramente à *Ars Grammatica* dos greco-latinos (Elia 1974: 106). A progressiva consciência das limitações das categorias da gramática latina para a descrição das línguas vivas e o reconhecimento da especificidade dos vernaculares que ocorre nos séculos seguintes encorajam, no entanto, a consideração do uso, que se transforma em fundamento da gramática no período que medeia entre os Modistas e Port-Royal. Assim, para muitos dos autores do Renascimento, quer gramáticos do latim, quer gramáticos das línguas vulgares, a gramática, mais descritiva e com uma finalidade didáctica imediata, aparecia como *ars pure* (Assunção 1997: 177-178). Como já víramos acontecer em tempos mais remotos, também nesta época se desenvolve a tendência para admitir que o uso está submetido ao capricho dos homens, ao mesmo tempo que vigora a convicção de que não se pode, sem condenar a língua a uma corrupção certa, permitir a

este capricho uma liberdade sem limites: o uso *desgovernado* conduziria a língua à atomização e ao empobrecimento. Segue-se, então, a definição de usos a funcionar como modelos, aceitando-se que ao gramático não cabe impor as regras, mas, antes, extraí-las de uma observância *comum* que as prescreve como leis (Padley 1983: 75). Trata-se de um ponto de vista e uma concepção de uso que, familiares desde Quintiliano e outros autores latinos, se difundiram, portanto, durante o Renascimento.

Assim, pelo poder de fixação e de uniformização que, desde a sua origem, reivindica, a actividade gramatical, quando não de natureza fundamentalmente especulativa, assume uma função interventiva e uma dimensão prescritiva: primeiro, há que proceder à definição de padrões de uso e modelos literários; a seguir, vigia-se a *pureza* com que essa variedade se actualiza. Se o conceito de gramática descritiva decorre, neste contexto, da consideração do *uso* como factor determinante, a atitude valorativa que lhe subjaz justifica a designação de *normativa* que se atribui a grande parte da produção gramatical elaborada ao longo da história: a indicação do bom uso é, então, uma via severamente *prática* na qual se lança a gramática europeia (Maurais 1983: 4).

O fim da primeira metade do século XVI assiste, entretanto, a um renascer do interesse pelas teorias explicativas da linguagem e da gramática: cabe, aí, o movimento *filosófico* que, na linha da tradição mentalista/racionalista da gramática especulativa, é inaugurado por Scaliger e Sanctius. Considerando-se que a gramática de uma língua deve assumir uma dimensão também explicativa, recupera-se a *ratio* (o instrumento de todas as ciências) e daí se prossegue, por um lado, para os esforços de construção de uma língua universal (artificial) e, por outro, para a célebre *Grammaire générale et raisonnée* de Port-Royal (Assunção 1997: 178; Padley 1983: 69; Rowe 1974: 366).

Irregularidade e sistematicidade referem-se, naturalmente, a dimensões que não se excluem sem subverter aspectos essenciais do funcionamento das línguas e que dizem respeito, como Varrão explicita, aos planos do *uso* e da *natureza* dos idiomas. É, então, possível afirmar que a prática gramatical e a própria definição de gramática vêm acompanhadas de uma ambiguidade de propósitos que decorre da complexidade da linguagem e das línguas: sistemas organizados de unidades e relações, as línguas concretizam-se no interior das comunidades de falantes, cujas necessidades comunicativas e expressivas

servem; não podem, por isso, desvincular-se de coordenadas de tipo social, moral e estético que, inevitavelmente, desencadeiam formulações de tipo normativo. Descrever as particularidades lexicais, morfológicas e sintáticas e, por outro lado, estabelecer regras que orientem o utente, determinando o que deve e o que não deve dizer, é precisamente, na opinião de Fávero, a dupla função que a gramática assume, no caso do espaço português, desde Fernão de Oliveira:

Na sua função *descritiva* — sempre do uso-padrão —, o gramático explica o modo de funcionamento da estrutura da língua, enquanto, na função *prescritiva*, está preocupado em estabelecer normas que disciplinem seu uso (Fávero 1999: 231).

Gramática é, então, *arte e ciência*. Compreende-se, por isso, que os racionalistas do século XVIII sejam levados a distinguir gramáticas gerais e gramáticas particulares ou, como diz Soares Barbosa, gramáticas práticas (que fornecem normas para o bom uso da língua) e gramáticas científicas, em cujo âmbito se investigam os princípios gerais da linguagem; note-se que já João de Barros distinguira gramáticas *especulativas* e gramáticas *preceitivas*, como a que ele próprio elaborou. Se as gramáticas particulares, a que continua a chamar-se Artes, se propõem, ainda no século XVIII, veicular o bom uso de uma determinada língua, às gramáticas gerais cabe o esclarecimento dos mecanismos de funcionamento da linguagem. Integrar naquelas os contributos destas funcionará como forma de legitimação das atitudes prescritivas.

Concebendo-se arte como «a faculdade de prescrever regras e preceitos para fazer com correcção as coisas» (Assunção 1997: 178) e, ao mesmo tempo, observando, na definição nebrijiana de gramática, que João de Barros segue («ciencia de bien hablar y bien escribir cogida del uso y autoridad de doctísimos varones»), o uso do termo *ciência*, ou considerando a apresentação da gramática em Port-Royal como *art de parler* e na *Encyclopédie Méthodique* como *science de la parole*, somos levados a constatar que, na verdade, a pretensão explicativa que é própria das correntes racionalistas e que subjaz à convocação do termo *ciência* não exclui um assumido pendor prescritivo. Parece, portanto, razoável considerar que a especificidade que, pela procura de racionalidade na análise e pelo desenvolvimento das gramáticas filosóficas, se pode atribuir aos séculos XVII e XVIII decorre do facto de o estudo da linguagem se processar num quadro amplo de definição de princípios gerais (Lopes 2000: 139).

2. Como no resto da Europa, também o século XVIII português, dominado politicamente pelo absolutismo, acolhe o espírito das Luzes; as atitudes de reforma (na instrução, mas também na economia) que o Marquês de Pombal promove e os ministros de D. Maria I prosseguem são pormenores da história nacional que não se podem desvincular desse contexto.

Por outro lado, a progressiva autonomização da gramática portuguesa face à latina que então se consoma é acompanhada pela consolidação do princípio, proclamado já por João de Barros, reiterado no século XVII por Amaro de Roboredo e veementemente defendido por Verney, de que, no ensino, a primazia deve ser dada à língua materna e não ao latim. O Alvará Régio de 1770, segundo o qual o ensino da gramática portuguesa se torna obrigatório e passa a preceder o do latim e a obra de Reis Lobato (*Arte de grammatica da lingua portugueza*) é adoptada como livro único, oficializa uma verdadeira *política de língua* ao serviço da qual se coloca, de forma institucionalizada, a codificação gramatical. Associadas ao exercício do poder, a unificação linguística e a discussão sobre o *português legítimo* tomam uma premissa nova; a expansão do ensino da língua torna também mais aguda a consciência da necessidade de normas ortográficas e gramaticais. A elaboração do idioma desenvolve-se a partir de uma diferenciação qualitativa, sendo o objectivo do estilo culto tornar a língua portuguesa mais eficiente e garantir as grandes tarefas estilísticas que são a pureza, a clareza e a majestade do discurso. Compreende-se, assim, a relativa insistência com que, por exemplo, se define o estatuto social dos diversos usos da língua, se combatem os galicismos e se defende a vernaculidade do idioma (Gonçalves 2001: 27; Maia 2001: 41; Thielemann 2001: 94-95).

3. Os trabalhos cujas linhas fundamentais de pensamento aqui consideraremos são os seguintes: *Regras da lingua portugueza, espelho da lingua latina, ou disposição para facilitar o ensino da lingua latina pelas regras da portugueza* (1725),³ de D. Jerónimo Contador de Argote; *Orthographia explicada, ou arte de escrever e pronunciar com acerto a lingua portugueza* (1734), de Madureira Feijó; *Compendio de orthografia, com sufficientes catalogos, e novas regras* (1767), de

3 Esta é uma 2^ª impressão, «muyto accrecentada, e correctá», da obra; 1721 é a data de publicação da 1^a edição.

Monte Carmelo, e *Arte da grammatica da lingua portugueza* (edição de 1802), de Reis Lobato. Trata-se, portanto, não só de Gramáticas como também de compêndios de Ortografia, uma vez que é inquestionável o interesse das fontes metaortográficas tanto para a história da língua, como para a história do pensamento linguístico; aliás, a consideração deste tipo de obras justifica-se por si a partir do momento em que, na tradição clássica, a ortografia é uma das partes da gramática, assim se confundindo as tarefas dos gramáticos e dos ortógrafos.

3.1 Em *Regras da lingua portugueza*, D. Jerónimo Contador de Argote esclarece, logo nas linhas de dedicatória, que a sua obra é uma *Arte* e que o objectivo que o move é o de *servir* os seus concidadãos no *conhecimento e percepção* das línguas portuguesa e latina; à finalidade prática associa-se, como é habitual na época, a intenção expressa de um estilo conciso e claro. O método a seguir é o da analogia, método que, nas palavras do Conde de Ericeira (autor, na impressão de 1725, de algumas páginas onde confronta com a anterior a segunda edição da obra), é «o que se tem [...] pelo mais breve para aprender as linguas», no que se refere à «propriedade, e a collocação dos termos». É pelo recurso a esse método, já utilizado por antecessores ilustres como o gramático Brocense, que se estabelecem regras e se aproximam os dois idiomas. O termo e o conceito de regra (veja-se a sua centralidade no título da obra) são, assim, fundamentais, como o serão nos outros textos que vamos observar. Dado o objectivo fundamental do trabalho, o destaque vai para as regras que «guardaõ ou total, ou parcial harmonia com as Latinas»; no entanto, aquelas «em que a Grammatica Portugueza discorda inteiramente da Latina» (1725: *Prologo*), os Idiotismos, são passíveis de igual formalização por aqueles «que houverem de compor da Grammatica Portugueza em toda a sua extensão» (1725: *Prologo*).

Uso é, logo aí, uma forma de apropriação da língua materna, por confronto com a *aplicação* (entenda-se, *estudo*), processo pelo qual se atinge o conhecimento do latim; esta distinção é retomada pelo Conde de Ericeira que, constatando que a natureza ensina a língua na infância, sem arte, defende que esta última não tem utilidade, se não for precedida pelo uso. A ideia que se quer enfatizar é, nas palavras de D. Jerónimo, a de que «vay grande differença em perceber os preceytos daquillo, de que já sey a pratica, e daquillo, de que ainda a não sey» (1725: *Introducçam*). Pretende-se, assim, justificar a prioridade

que, no ensino, se deve dar ao português relativamente ao latim, mas, neste caso, com o objectivo último de facilitar o conhecimento desta outra língua: «Este pois he o intento desta Arte ensinar as regras da lingua Portugueza para facilitar aos meninos a percepção e o uso da Grammatica Latina» (1725: *Introducçam*). Por via deste procedimento, acede-se, por um lado, às regras em que convêm todas as línguas universalmente (aqui, Contador de Argote confessa-se seguidor do «novo methodo dos Padres da Congregação de Portroial, e da Grammatica discursada do Padre Lami» (1725: *Introducçam*)); por outro lado, rentabilizam-se as afinidades estruturais entre o português e o latim. A gramática reveste-se, neste contexto, de um pendor descritivo, na medida em que do uso se definem as regras: «como os meninos tem a pratica, e o uso da lingua Portugueza, facilmente perceberão as regras da sua Grammatica» (Introdução). O uso funciona, ao mesmo tempo, ao longo da obra, como critério para a identificação de formas possíveis e de excepções às regras: a fórmula *sabe-se pelo uso* é, por isso, frequentíssima ao longo de todo o texto e permite ao autor não proceder a descrições exaustivas: «como se ha de saber quando faltaõ as taes regras?/ Sabe-se pelo uso, porque a lingua Portugueza he muyto dilatada, e aqui só dizemos o commum para o principiante saber depois guiar-se» (1725: 19).

Interessante, no âmbito desta análise, é o modo como *uso* e *razão* são convocados para tratar o capítulo da sintaxe, subdividido, convencionalmente, em sintaxe simples e sintaxe figurada. Sendo a sintaxe genericamente apresentada como «a boa ordem, e disposição das palavras» ou o facto de «estarem as palavras no numero, caso, e no lugar, que lhes pertence» (1725: 184), distinguem-se depois dois critérios para avaliar a correcção nesse plano da estrutura linguística: no domínio da sintaxe simples, considera-se a *ordem natural* das unidades linguísticas; no plano da sintaxe figurada, é o uso que sanciona construções que violam as regras (lógicas) da sintaxe simples.

Ao pretendermos averiguar o modo como, nos textos produzidos nesse domínio, a actividade gramatical se apresenta e se legitima, não podemos deixar de prestar atenção à definição do seu objecto de estudo, esteja em causa uma gramática geral ou uma gramática particular. Neste caso, encontramos o autor definindo *língua portuguesa* como «palavras, e modo de fallar, de que os Portuguezes entre si usaõ na pratica, ou conversação, ou quando escrevem» (1725: 2), o que nos revela não só a consciência de comunidade linguística, como a pres-

suposição de uma língua histórica com contornos idênticos aos que, na linguística moderna, Coseriu atribui a esse conceito. O entendimento de *dialecto* enquanto «modo diverso de fallar a mesma lingua. [...] diversidade [...] de fallar, que observa a gente da mesma lingua» (1725: 291-292)⁴ vem, depois, confirmar esta perspetivação do idioma nacional.

Não há, no entanto, neste texto, esforço de teorização nem em torno dos conceitos de regra/razão/analogia, nem em torno do princípio do uso, cuja qualidade se infere quando, no capítulo sobre os dialectos da língua portuguesa, Contador de Argote toma o dialecto da Estremadura como variedade idiomática de referência e, ao invés, dá conta da existência de «hum modo de fallar a lingua Portugueza mao, e viciado, ao qual podemos chamar Dialecto rustico» (1725: 299), que se distingue do dialecto *verdadeiro* e que «usa a gente ignorante, rustica, e incivil, e delle he necessario desviar aos meninos bem criados» (1725: 299). A inicial neutralidade com que o termo *dialecto* vem apresentado não só não é consequente no plano da descrição, como é, aqui, explicitamente abandonada; as intenções prescritivas, logo anunciadas no texto do Conde de Ericeira, que escreve que «o methodo da Grammatica [...] ensina a fallar, e a escrever com pureza», são, portanto, confirmadas pelas apreciações qualitativas dos diferentes dialectos. Aliás, e curiosamente, a própria Parte IV, constituída pelos capítulos *Dos dialectos da lingua portuguesa* e *Da construção*, é, precisamente, concebida «para o ensino mais polido, e para a gente nobre» (1725: *Introducçam*).

3.2 No capítulo de introdução da sua *Orthographia explicada*, também apresentada como Arte, Madureira Feijó expõe algumas das dificuldades com que se depara no estabelecimento de uma Ortografia para o português e, portanto, na elaboração da obra; uma delas envolve, precisamente, os critérios a seguir. A primeira questão colocada nesse âmbito é a que diz respeito ao desencontro entre a prática dos ortógrafos e a importância teórica e metodológica atribuída, por este autor, à etimologia e à analogia. O incumprimento desses princípios

4 Constatamos, assim, que referências mais ou menos elaboradas à variação linguística geograficamente motivada precedem o desenvolvimento formal da dialectologia; a figura de D. Jerónimo Contador d'Argote (pelo capítulo que consagra aos dialectos portugueses) é, precisamente, uma das individualidades a destacar nesse âmbito.

decorre, então, da aceitação de modelos impostos pelos «doutos da nossa língua» e da convocação de uma sustentação fonética para a codificação ortográfica. A ortografia fonética, entendida como «aquela, que mais se accomoda com a recta pronunciação das palavras» (1734: 2), implica, portanto, que se ensine como se *deve* pronunciar, para assim se escrever, aceitando-se que «toda a causa de innumera-veis erros na Orthografia, he a multidaõ dos erros, que andaõ introduzidos na pronunciação» (1734: 2).

Embora essa ideia se formule com a pressuposição, prescritivista, do erro de pronúncia, Madureira Feijó exprime a crença de que a estandardização dificilmente se conseguirá no plano da oralidade («mais facil he escrever com acerto, do que pronunciar sem erro» (1734: 2)), uma vez que esse é um nível de actualização da língua que não pode, como a escrita, recorrer aos modelos, documentados, do passado. Note-se que, num outro envolvimento epistemológico, também os sociolinguistas do séc. XX vêm chamar a atenção para a legítima e incontornável variação do plano da oralidade, quando abordam o tema da estandardização. Se, teoricamente, o argumento da autoridade assim se reveste de uma considerável importância, por outro lado, a variação ortográfica que, na realidade, se constata e as não correspondências entre o nível da explicitação das regras e o plano da prática obrigam o ortógrafo a alguma maleabilidade nas soluções que propõe. O princípio etimológico não deixa, no entanto, de ser, para Feijó (segundo Gonçalves (1992: 20), «o representante máximo do período etimológico da ortografia portuguesa»), o critério fundamental.

Independentemente da importância desse princípio orientador, a questão do uso torna-se incontornável, sendo Madureira Feijó obrigado a reconhecer-lhe força de lei quando, mesmo prevalecendo «contra algumas regras particulares», é «uso geralmente introduzido, e com algum fundamento, sem contrariedade dos prudentes» (1734: 5). Ao propor-se, «sem receyo da censura», «reprovar o abuso de muytas palavras a que alguns chamaõ uso», mas aprovar «este na quellas em que tem prevalecido pela aceitação commua dos mais doutos» (1734: 6), o Autor traça as coordenadas que delimitam a validade desse critério: se o uso, quando comum, impede a reprovação (e não implica necessariamente a adesão) do ortógrafo («naõ reprovoy, porque se conforma mais esta Orthografia com o som da pronunciação commua [...]. Porem a mais recta pronunciação, e Orthografia he com accentu circumflexo no *E*» (1734: 23)), não é a sua dimensão meramente esta-

tística ou quantitativa que orienta a aceitação das formas que assim vigoram. Muito pelo contrário, e num discurso cuja matriz sobrevive até à actualidade, Madureira Feijó fala na ocorrência de erros («indignos da nossa lingua» (1734: 27)) que *o uso já introduziu* nas classes de Gramática e apresenta como erros, em vários pontos do seu texto, formas que reconhece serem comuns. A *universalidade* de que fala é, assim, uma noção sociologicamente manipulada: *universal*, nas suas palavras, é o uso que recolhe o «beneplácito dos doutos» (1734: 39) e a sua obrigatória consideração é, mesmo, uma forma de *desmontar* propostas de simplificação da ortografia com as quais Feijó não concorda. É assim que este autor refuta a proposta de Bluteau no sentido da uniformização da grafia das sibilantes, uma vez que a sua aceitação implicaria «mudar a pronunçiação Portugueza universalmente usada dos mais doutos, e sabios da Corte, das Universidades, e dos pulpitos» (1734: 47).

Este uso é, então, um critério para aferir a correcção ou a aceitabilidade das formas linguísticas, estando em causa quer a dimensão gráfica, quer a dimensão fónica destas. Nuns casos, integra-se a forma em uso porque não há razões que impeçam a sua aceitação ou porque esse é o único critério em que o ortógrafo se pode fundamentar («como para esta diversidade (no domínio do registo e dos resultados da consoante lateral) não ha outra regra, senão o uso dos mais doutos, a este seguiremos» (1734: 75); «Outros dizem *Dezouto*, porque pronunçião *outo*. [...] E como não ha mais razão para hum, que para outro, aqui prevalece o uso mais cômum, que é *oito*, *Dezoito*» (1734: 276)). Noutros casos, o uso sobrepõe-se à regra, motivando atitudes diferenciadas por parte do ortógrafo. Se, por vezes, aceita ou não reprova as formas que se impõem pelo uso e às quais nem sempre reconhece fundamento

Mas eu tomara saber, quem, e porque fez o verbo *Fugir* irregular na conjugação? Que inconveniente houve para senão dizer regularmente em todas as pessoas *Fujo*, *Fuges*, [...]. Diraõ, que foi o uso; e isto mesmo me serve para seu lugar (1734: 160),

noutras ocasiões, contrapondo o uso ao *rigor da arte* e àquilo que *deve ser*, adopta uma atitude, mais ou menos explícita, de condenação, da qual, inclusive, não escapam os *doutos* («O que a mim me admira he, que os mesmos doutos, e críticos, que deviaõ saber, e na duvida consultar os livros, abusem tanto desta regra, que nas suas conversações trazem introduzidos estes, e semelhantes erros» (1734: 40)). As suas formulações seguem, então, o esquema *diz-se X/deve dizer-se Y*

Entre pessoas sabias, e doudas se altercou a duvida [...]. E como a duvida passasse a teima, fui consultado para a decisam, e respondi: que por uso se pronunciava do primeiro modo; mas que pelo rigor da arte, se devia pronunciar do segundo (1734: 83).

A perfeita consciência da actuação (nem sempre convergente) dos factores uso e razão na configuração e actualização do sistema linguístico está bem presente quando o autor, depois de explicitar a possibilidade de duas formas, afirma que uma delas se deve «mais ao uso [dos Autores], que o introduzio, que a razaõ ou sciencia» (1734: 24).

Madureira Feijó não deixa, então, de remeter com frequência para a necessidade de, ao uso, estar associado *algum fundamento*, confessando que nunca foi «apaixonado por opinioens, que não tem fundamentos racionalmente provaveis» (1734: 55) e que a sua estratégia é seguir «os fundamentos da melhor razaõ; porque esta sempre foi a que triunfou nas duvidas, que muita vez propús na materia» (1734: 145). A procura de razões internas (aspecto que a linguística moderna veio a valorizar e a enquadrar teoricamente) surge, assim, como uma ideia disponível na avaliação daquilo que é aceitável e daquilo que é abuso («Não acho fundamento algum para o uso desta particula taõ universalmente introduzida. [...] não póde ser, nem he no Portuguez senaõ *De*; e o *Des* foi introduzido por abuso; porque he escusado, e mal soante na pronunciaçãõ o *Des*, quando com *De*, ou *Do* se significa o mesmo espaço, ou seja de tempo, ou de lugar» (1734: 273)).

A sustentação prescritivista do conceito de uso traduz-se, naturalmente, na avaliação das diferenças:

se consultarmos o vulgo não acharemos senaõ abusos de palavras, e erros de pronunciaçãõ. [...] Se consultarmos as Provincias, acharemos, que o uso introduzio em cada huma aquelles erros patrios, que os naturaes mutuamente reprovaõ huns aos outros, ou seja no escrever, ou no fallar (1734: 5).

As referências às formas não aceites são, então, preconceituosamente formuladas, em tom altamente pejorativo: «erro intoleravel» (1734: 26); «escrevem torpemente»; «erros indignos da nossa lingua» (1734: 27); «pronunciaçãõ torpissima» (1724: 121) são algumas das expressões utilizadas nesse contexto. Sendo este o quadro de valores subjacente à obra, não surpreende que as regras da Ortografia sejam explicitamente concebidas «para os doudos, que tem capacidade para as entenderem» e não «para o vulgo ignorante, accomodandoas á sua ignorancia no escrever, e pronunciar» (1734: 54). Para a correcção do erro, atribui-se uma importância determinante aos trabalhos de codifi-

cação linguística, relativamente aos quais se destaca, portanto, o interesse e o alcance práticos:

Para evitarem este vicio, os que costumaõ cahir nelle, devem observar sempre as duas regras, que ficaõ a cima, das analogias, e etymologias; olhando para as palavras Latinas, donde as Portuguezas tem a sua origem, ou aquellas, com que tem sua similhança, para as imitarem [...] Os que não souberem a lingua Latina, lêaõ os Vocabularios, e façaõ estudo nas letras B, e V: e os que não tiverem Vocabularios, aproveitem das emendas dos erros na letra B, e na letra V (1734: 42).

A relação estabelecida entre o bem pronunciar e o bem escrever explica a penúltima e extensíssima parte da obra, *Erros communs da pronunciaçam do vulgo, com as suas emendas em cada letra*, considerada pelo próprio autor, que usa mesmo a expressão *utilidade pública*, a «mais util, e necessaria de toda a Orthografia» (1734: 145); ensinar «a todos a fallar sem erro, e a escrever com acerto a mayor parte da lingua Portugueza» (1734: 12) é o objectivo (não só ortográfico, como claramente ortoépico)⁵ que Madureira Feijó aí se propõe.

Na apresentação desse capítulo, o autor justifica, explicitamente, a não adopção de um critério fonético na sua obra:

Se o vulgo indouto não errara a recta pronunciação de innumeraveis palavras, seria facil ensinarmos a todos a escrever com acerto, seguindo em cada palavra na posição das letras o som da pronunciação; mas como o vulgo he o que mais erra a pronunciação das palavras, e pelo uso se communica este vício aos mais, que não são da [sic] vulgo, não pode a pronunciação commua ser regra certa da Orthografia (1734: 143).

Por outro lado, formaliza com muita clarividência a complexidade das relações que se estabelecem entre o uso e o critério da etimologia/analogia, ao mesmo tempo que estabelece limites ao princípio da autoridade:

vi que era preciso ponderar etymologias, observar analogias, e seguir derivaçoens; e que nada disto bastava para o acerto; porque muitas vezes achava o uso contra mim; e que o abuso tinha prevalecido pela auctoridade dos livros (1734: 144).

A conclusão, reveladora de uma honestidade intelectual aqui digna de realce, é a de que se afigura extremamente difícil «ou moralmente impossivel, dar regras certas para a Orthografia de todas as palavras» (1734: 215); do mesmo modo, e tendo presentes as especificidades de

5 «Quando formos emendando os erros de cada palavra, iremos advertindo o mais, que for necessario para a boa pronunciação» (1734: 148).

cada época, não podemos deixar de interpretar a confissão de Feijó («Queria seguir o uso, mas como o topava inconstante não me podia servir de regra» (1734: 144)) como a expressão, teoricamente não elaborada, da convicção de que é impossível estudar o plano da fala (*parole*) (à semelhança do que, na senda de Saussure, orienta os estruturalistas).

No que se refere à *recta pronúnciação*, confirma-se o valor restritivo com que o termo *uso* é manuseado (está em causa, na verdade, um *bom uso*), de forma que os não formados são «os que não tem uso». Esse uso, inclusive, deverá *emendar* formas que há muito «se ouvem no mundo [...] e ainda o uso não acabou de ensinar a sua recta pronúnciação, não so aos ignorantes, mas a homens aliundê doutos, que erradamente os pronúnciaõ» (1734: 145).

A dimensão prescritiva da obra contrasta, no entanto, com a consciência de que a universalidade de uso é uma utopia: por um lado, sábios e livros não apresentam propostas e/ou práticas rigorosamente convergentes («nem huma, nem outra regra pôde ser geral, conforme o uso de homens doutamente sabios na nossa lingua, que escrevem de hum, e outro modo» (1734: 82)); por outro, os idiomas estão, inevitavelmente, sujeitos à mudança, que Madureira Feijó considera um processo orientado para a perfeição da língua, «que principiou taõ tosca», pelo que a antiguidade «na materia da locução não pode ser oraculo» (1734: 6).

3.3 Também Monte Carmelo apresenta a Ortografia, que significa «Recta Escritura» como a «*Arte* de escrever com acêrto, ou rectamente» (1767: 1), relacionando-a com a Ortologia, «*Arte* de pronunciar bem, ou rectamente, as *Letras*, *Syllabas*, &c. emquanto sam *Vozes*». Por seu turno, «*Linguagem*, *Grammatica*, *Lingua* ou *Idioma*, he *Arte* liberal, que tracta principalmente da *Oraçam* vocal, ou escrita, conforme a determinadas *Regras*, e o seu *Idiotismo*» (1767: 2, §4). Os *catálogos* e *regras* que acompanham o seu compêndio têm como propósito, tal como é explicitado na própria folha de rosto da obra, fazer com que todos possam «compreender facilmente a *Orthologia*, e *Prosódia*, isto é, a *Recta Pronúnciaçam*, e *Accentos proprios*, da *Lingua Portuguesa*» e tornar inteligíveis, regulamentando o seu uso, vocábulos antigos, antiquados ou vocábulos social ou estilisticamente marcados.

Na parte introdutória e no prólogo da *Orthografia* de Monte Carmelo, *língua portuguesa, nossa língua e nosso idioma* surgem com um valor claramente limitador, pois excluem explicitamente as formas consideradas abusos da plebe e sobrepõem-se, pela sua coincidência, a uma variedade que se impõe como modelo ou norma:

Tens pois á vista, *Leitor*, hum *Compêndio* de *Orthografia* com sufficientes *Catálogos*, e novas *Regras*, paraque em todas Provincias deste Reino, e seus Domínios, se possa comprehender a *Orthologia*, e *Prosódia*, isto he, a *Recta pronunciaçâm*, e *Accentos proprios* da *Lingua Portuguesa*, de que comummte usam hoje os Cortezaões, e Eruditos (1767: *Prologo apologetico*).

Lembrando, numa linha de análise não original, a formulação de Quintiliano, Monte Carmelo acrescenta:

Devemos fallar, e escrever, como pratica o maior número, nam dos ignorantes, ou *Plebêus*, que corrompem os *Idiomas*, mas dos doutos, e peritos da Corte, os quaes fallam, e escrevem, como direi neste *Compêndio* (*Prologo apologetico*).

Assim, se, como para Feijó, a ausência de «uso universal de homens peritos nesta *Matéria*» (1767: *Prologo apologetico*) é razão para alguma flexibilidade (o autor fala de *dúvida*), na análise das alternativas ortográficas Monte Carmelo não deixa de, dirigindo-se ao leitor, escrever: «Tu nesta *Materia*, que he totalmente arbitraria, e só depende do Soberano, e do seu Real Ministerio, como já disse, seguirás o constante uso, deque tiveres notícia» (1767: *Prologo apologetico*) (ou «Nesta *Materia*, que he arbitraria, deve prevalecer o uso, que introduzirem os Eruditos» (1767: 25); «Nesta *Matéria*, que he arbitraria, siga-se o uso das pessoas principaes, e mais polidas» (1767: 64)). Deparamo-nos, desta forma, com a expressão da consciência do poder regulamentador, não só das forças sociais, mas também de determinadas instituições, no processo de normatização (ortográfica)⁶:

Poucos homens doutos abraçaram a *Orthografia*, que inventou o Sapientissimo Auctor do *Verdadeiro Método de estudar*: e esta *Matéria* depende inteiramente do uso, que por consentimento do Monarca introduz

6 Essa noção fica intuída em Madureira Feijó, que escolhe os funcionários como alvo de crítica.

o seu Real Ministério, e observam os maiores Tribunaes, os Academicos, e Cortezaõs, que nella sam bem instruidos (1767: *Prologo apologetico*);⁷

Constatamos então que, apesar da importância que atribui à Gramática enquanto Arte para o conhecimento das regras, Monte Carmelo não deixa de reconhecer ao *uso* (o uso explicitado no Prólogo) um valor determinante, até porque esse é o meio primário de aquisição da linguagem («Nam me-parece necessario escrever aqui as *Regras* dos *Generos* Portuguezes; porque também o uso as-ensina, e este *Compendio* nam he para Estrangeiros» (1767: 12); «estas, e semelhantes *Frases* se-aprendem facilmente pelo uso» (1767: 73)). Monte Carmelo reconhece, então, que o uso prevalece sobre a regra quando é *moda universalmente aceite* (1767: 17-18); o uso é, portanto, regra em determinadas matérias, como naquelas relativamente às quais é difícil formalizar leis e princípios. Ao uso (universal) reconhece-se, assim, um valor fundamental, pelo que as análises e propostas ficam sujeitas à sua sanção: «julgo, que assim se-póde dizer, se o uso universal nam resistir» (1767: 72); «devia ser *Rológio*, e daqui *Rologeiro*, e nam *Relogeiro*; mas sîga-se o uso commum» (1767: 123). Embora reivindique a liberdade de escrever determinadas formas de modo diferente (mas não singular), é expressiva a sua declaração de que não tem autoridade para «expellir a *Môda* universal de doutos, e ignorantes» (1767: 19). Monte Carmelo não hesita, portanto, em afirmar que, no caso de alguns plurais de nomes em -ão, é o uso moderno da Corte (que resiste à aplicação da regra que enuncia para esse aspecto da gramática do português) que *deve* seguir-se. Ao contrário, quando se violam leis e falta o «consentimento universal, para que hum tal uso legitimamente se-introduza» (1767: 20) as formas resultantes são avaliadas como erros.

Visitar a corte ou aprender com Mestres são as alternativas de que dispõem aqueles «curiosos destes Reinos» (1767: *Prologo apologetico*) «que se-aplicam á pureza do nosso *Idioma*» (1767: 82)) mas não «podem aprender ouvindo» (1767: *Prologo apologetico*); recorde-se que já Madureira Feijó se referira enfaticamente à necessidade de consultar as obras disponíveis de codificação linguística. Não havendo *vício*, perde, assim, motivação o trabalho de formulação de regras,

7 Note-se que já Nebrija, escrevendo antes da invenção da imprensa, partilhou com muitos dos seus contemporâneos a preocupação com a standardização da ortografia, ao ponto de sugerir a intervenção real por decreto.

como se depreende do que, a respeito dos timbres associados a <o> no radical verbal, Monte Carmelo escreve: «nam me-consta, que haja vício notavel em algũa Provincia deste Reino; e por isso nam he necessario inventar *Regras* nesta *Matéria*» (1767: 126). O autor valoriza, então, para este tipo de produção gramatical, o interesse prático e prescritivo, sacrificando-lhe as suas potencialidades descritivas.

No *Índice das coisas mais notaveis*, índice remissivo e uma originalidade deste texto no conjunto dos que observámos, encontramos, no tom de neutralidade que registámos em D. Jerónimo, *dialecto* como «[*diferença*] accidental em hum mesmo *Idioma*» (1767: 737). Do mesmo modo, numa referência ao mito da Torre de Babel, usa-se o termo para designar variedades idiomáticas resultantes da fragmentação de uma língua unitária original. Carmelo enumera, então, três dialectos que dispõe no eixo temporal (dialecto antiquíssimo, dialecto antigo e dialecto moderno, «o de que hoje usam os Portuguezes mais cultos, e de que tracta este *Compêndio*» (1767: 737)); fala ainda de dialectos locais como aquele de «que ainda usam universalmente os Povos Interamnenses, e Transmontanos» (1767: 421) e que, pela antiguidade e prestígio histórico (confunde-se com o primeiro dialecto temporal), se distingue dos socialmente menos tolerados, referindo-se, nesse caso, a «innumeraveis êrros dos *Plebêus* do Algarve, Alemtejo, Beira» (1767: 421). É digno de nota o facto de Monte Carmelo conceber, em determinadas circunstâncias, variação dialectal sem *vício*: «só escrevi, e escreverei, aqui as *Regras*, e *Catalogos*, com que se-possam expellir em commum os erros nesta *Materia*, e nam outras, que sem vício se-observam nas Provincias Interamnense, Transmontana, &c» (1767: 103). Como vimos nos outros autores, também em Monte Carmelo a enumeração dos erros inclui a referência aos registados na Corte, onde «huns trocam, deminuem, ou accrescentam as *Letras* dos *Vocabulos* Portuguezes, e outros inventam *Vozes* indignas, que só para elles podem ser significantes» (1767: 422).

Relativamente à autoridade que, em matéria linguística (e, concretamente, ortográfica), se pode atribuir aos autores literários, note-se que, como já Horácio advertira e Varrão estipulara, se aceitam aos poetas (Monte Carmelo fala do «nosso eruditissimo *Cámoês*») liberdades que, por isso mesmo, não deverão invalidar as regularidades recenseadas e sancionadas pelo Ortólogo e pelo Ortógrafo; por outro lado, há que ter presente que, quando se considera Camões, nos depa-ramos com um estado de língua diacronicamente superado: formas

então utilizadas seriam, na contemporaneidade do ortógrafo, e como ele próprio afirma, *defeito* ou *erro*. Assim, «o suavíssimo *Câmões* nam pôde fazer auctoridade em todos os *Vocabulos*, e *Accentos*; porque escreveu em *Verso*, e antes do *Dialécto* moderno, que principiou, há duzentos annos» (1767: *Prologo apologetico*).

Monte Carmelo revela, em suma, a consciência da mudança, que prevê e aceita («devemos usar de [...] em quanto não se-introduzem aquellas terminações, ou outras» (1767: 72-73)) mas atribui o seu desenvolvimento aos Monarcas e seus Curiais («isto depende dos Monarcas, e de seus Curiaes, para que se-introduza por *Orthologíã*, e logo na *Orthographia*» (1767: 21)); revela, ainda, uma clara percepção da dinâmica linguística, advertindo o leitor de que é «moralmente impossível designar o numero certo dos *Vocabulos* antigos, e antiquados, porque os *Dialectos* do nosso *Idioma* sempre fôram entre si participantes» (1767: 503), bem como a perfeita noção de que a avaliação das formas linguísticas pode sofrer alterações ao longo do tempo («[para] evitar esta confusâm, que hoje, he defeito» (1767: 144)). Por outro lado, anunciando princípios do estruturalismo moderno, e como Madureira Feijó, também Monte Carmelo anuncia a dificuldade de lidar com a diversidade no domínio da actualização linguística: «mas esta diversidade nam pode constar com certeza, porque depende do arbitrario uso dos Povos» (1767: 98).

À semelhança do que fizera Feijó, também Monte Carmelo termina a sua obra com uma Parte que apresenta como *Dos Vocabulos antiquados, antigos, Vulgares, e Cômicos, como também dos Vícios, ou Abusos mais ordinarios da Plebe destes Reinos, e de suas Correções assim na Orthologíã, como na Orthographia*. Segue-se, então, a listagem e etiquetagem dos «*Abusos*, e *Vocabulos Vulgares*, ou menos cultos, &c.» que o autor confronta com as devidas *Emendas*, referindo-se os *vícios* que a «*Plebe* contrahe pela communicacão ou por ignorancia, e incuria de paes, e Mestres» (1767: 502). Da enumeração constam ainda *defeitos* que não se podem atribuir «a determinados Povos, ou Lugares, porque se experimentam em pessoas, que fôram educadas em diversas Provincias, e talvez os-contrahíram, pela frequente, e mûtua sociedade» (1767: 502). Abusos não são, no entanto, «muitos *Vocabulos*, que se-ouvem entre o *Vulgo*, quero dizer, entre pessoas graves, aindaque menos instruidas», embora se pretenda que «o curioso *Leitor* os-possa evitar em cultas conversações, ou *Escritos*» (1767: 502).

Monte Carmelo associa à sua proposta ortográfica um conjunto de preceitos pelos quais contesta a atitude de Madureira Feijó e seus seguidores. Assim, questiona o critério da analogia ou etimologia, argumentando que «o nosso *Idioma*, ainda que filho do Latino, he muito diverso deste; e as *Dicçoẽs* sam arbitrárias⁸. Por esta causa podem ser, e muitas vezes sam diversissimos os *Vocabulos*, tendo todos a mesma significacãm» (1767: 318). As nações são, neste domínio, soberanas e livres («assim quer agora a Naçam Portugueza, aindaque repugne inutilmente o R. P. Madureira, e os seus *Sequazes*» (1767: 355)); os intuitos de Madureira Feijó no sentido de construir a estrutura gráfica do português seguindo de perto a do latim são vistos, então, como tentativas de privação dessa liberdade (1767: 318). O que Carmelo defende é que

tudo depende do costume, e este do beneplacito dos Cortezaõs eruditos, mas particularmente dos Principes [...]. Quem diz tenazmente o contrário, quer constituir-se tyrânnico A'rbitro das vontades dos mesmos Eruditos, os quaes livremente podem inventar, ou mudar *Letras*, *Vocabulos*, e inteiros *Idiomas*, se os Soberanos assim quizerem (1767: 356).

3.4 Na introdução à sua *Arte da grammatica da lingua portugueza*, Reis Lobato começa por argumentar no sentido de justificar o interesse da obra; o seu alvo são todos aqueles que achariam inútil um trabalho cujo objecto é algo que todos possuem e dominam pela mera aprendizagem associada à inserção na comunidade linguística (pelo uso, portanto):

A Muitos parecerá desnecessaria a presente Grammatica, por entenderem, que para se fallar perfeitamente a lingua Portugueza basta sómente o uso, sem necessidade de recorrer a regras, a que só lhes parece que estão sujeitas as linguas Grega, e Latina (1802: VII).

Como nos outros autores, o trabalho de codificação traduz-se, então, na formulação de regras pelas quais se dá conta dos princípios funda-

8 Atente-se na forma expressiva com que este princípio da arbitrariedade é explicado, revelando um poder evocativo semelhante à metáfora do xadrez, de Saussure: «os *Vocabulos* sam como as moedas, as quaes, com diversos cunhos, ou figuras, e tambem com diversas quantidades, ou substâncias, (se forem de metaes diferentes) tem sempre igual valor. Este nas *Dicçoẽs* he a significacãm; e os cunhos, figuras, e quantidades, sam as *Letras*, *Syllabas*, *Accentos*, &c» (1767: 356). Já Contador de Argote explicara de forma idêntica as relações de semelhança e dissimilitude entre o latim e o português: o jogo é o mesmo, mas as figuras são diferentes (1725: Introduccãm).

mentais da língua e cujo desconhecimento leva ao erro. O uso surge, assim, como um domínio de utilização das línguas que não pode dispensar a reflexão / elaboração metalinguísticas e a gramática é, então, definida como «a Arte, que ensina a fazer sem erros a oração Portuguesa» (1802: 1).

Nas razões que aponta para a construção da sua obra, Reis Lobato conjuga os intuitos prescritivos com as finalidades explicativas que a gramática, no âmbito do espírito racionalista do século XVIII, também assume:

Por duas razões [que já vimos apresentadas em Contador de Argote] se faz indispensavelmente precisa a notícia da Grammatica da lingua materna: primeira, para se fallar sem erros; segunda, para se saberem os fundamentos da lingua, que se falla usualmente (1802: VII).

Como Contador d'Argote, também Reis Lobato argumenta no sentido de defender a primazia do ensino da língua materna, pelo que, como afirma Assunção (1997: 168), a apologia da gramática é também a apologia do ensino da língua materna: se o uso é, mais uma vez, a forma de acesso, por aquisição, à expressão linguística (na formulação de Lobato, o uso ensina-nos a *prática das regras da gramática materna*), o conhecimento desta leva, por um lado, a «fallalla com certeza» (1802: VIII) e, por outro, aprendidos «muitos principios, que são communs a todas as linguas» (1802: IX), a aprender com facilidade qualquer outro idioma.

Além do mais, o cultivo da Gramática da língua materna é um sinal de desenvolvimento das Nações: «Esta necessidade da Grammatica materna tem conhecido geralmente todas as Nações cultas; porque em todas se tem occupado homens doutissimos em comporem Grammaticas da sua lingua» (1802: VII). Permitimo-nos estabelecer um paralelismo entre este tipo de reflexão e a legitimação que, no contexto ideológico e epistemológico da actualidade, se atribui aos mecanismos de standardização, enquanto forma de ascensão, a línguas de civilização, de línguas até então não regulamentadas pelas diferentes formas de codificação. À língua é, então, reconhecido um alto valor simbólico e o seu perfeito conhecimento é apresentado como uma *obrigação* de todo aquele que a «aprende desde o berço» (1802: XI-I); a grande diferença na análise é de natureza ideológica, já que sociolinguistas do séc. XX consideram, antes, um *direito* o conhecimento perfeito da língua na sua variedade *standard* e prestigiada.

Como nos outros autores que analisámos, a crítica ao mau uso não atinge apenas o vulgo ou a plebe; encontramos, uma vez mais, queixas sobre a insuficiente preparação dos professores de português, responsáveis por «irremediáveis vícios assim no pronunciar, como em escrever» (1802: XI) e sobre a prática dos indivíduos que exercem os ofícios públicos, entre os quais são comuns determinados erros ortográficos e de pronúncia. Depreende-se uma clara consciência do poder que a instituição escolar e outras responsáveis pela produção de documentação escrita assumem no processo de uniformização dos padrões linguísticos. O objectivo do ensino da língua materna que esta gramática pretende orientar é, então, «formar hum systema, que fosse util para a instrucção da mocidade Portuguesa» (1802: XXVIII), levar os *meninos* a «lerem com reflexão, e poderem imitar, compondo os Autores Portuguezes de melhor nota» (1802: XIII).

Relativamente ao princípio da autoridade, Lobato toma opções claras e, analisando criticamente as obras dos seus antecessores em Portugal, apresenta uma declaração de princípios: maior do que a autoridade de alguns é a autoridade da razão, que segue sem hesitações. Assim, referindo-se a Manuel Álvares, escreve:

São innumeraveis os erros deste Autor; [...] porém neste [dar vocativo ao pronome *tu*] tem maior desculpa, por ser transcendente a todos os Grammaticos, assim vulgares, como Latinos, a quem deixo de seguir por ser para mim maior, do que sua autoridade, a da razão (1802: XVIII).

Para construir a sua obra, Reis Lobato examina, por isso,

as causas, e usos da lingua Portuguesa, seguindo as doutrinas de Sanches, Porizonio, Vossio, Sciopio, e Lancelloto, por excederem estes célebres Grammaticos aos antigos em examinarem filosoficamente as matérias; pois he certo, que sem o socorro da Filosofia se não póde conhecer perfeitamente a natureza das partes da oração (1802: XXVIII).

No final da *Introdução*, Reis Lobato explicita ainda o seu modelo ortográfico. Não avançando em explicações, que adia para um outro trabalho, e salientando a complexidade desse domínio de registo da língua portuguesa, o autor decide seguir a ortografia que vê usada pela Corte (1802: XXXI). É, então, o *bom uso*, socialmente definido, o critério aferidor da correcção no plano da ortografia.

Como os seus contemporâneos, Reis Lobato apresenta a Sintaxe figurada como o domínio onde razão e uso se desencontram:

Sintaxe figurada he a composição das partes da oração ordenada fôra das regras da Sintaxe simples («composição das partes da oração, ordenada conforme as regras geraes da Grammatica» (1802: 173)), conforme o uso, e estilo da língua» (1802: 210).

À semelhança de Quintiliano, que distinguira entre *falar gramaticalmente* e *falar latim*, também aqui se subentende uma diferença entre falar (bem) português (neste caso, é seguir a tradição, valorizando a *consuetudo*, dando corpo aos idiotismos da língua portuguesa) e *falar gramaticalmente*.

4. O século XVIII é conhecido como o século de primazia da razão na regulamentação e avaliação da conduta humana; no plano da linguagem, está em causa o seu carácter sistemático, de que dá conta o princípio da analogia (e, de certa forma, o critério da etimologia) e que a codificação gramatical traduz sob a forma de *regras*. Não obstante o valor teórico que este vector de funcionamento das línguas assume em tal envolvimento epistemológico, observamos, nos textos que aqui considerámos, que o uso é, no fundo, o verdadeiro barómetro e que os gramáticos revelam uma perfeita consciência do valor desse princípio como mecanismo de sanção das formas linguísticas: se, por vezes, o uso dá, por si só, corpo a uma proposta de análise, noutros casos, presente-se a incomodidade que a sua desconsideração implica para o autor. Revestindo-se o trabalho de codificação de um evidente pendor normativo a que se associa, entre outros aspectos, a responsabilização das instituições no processo de difusão das formas e estruturas linguísticas, ao uso associa-se uma noção de modelo intimamente relacionada com coordenadas sócio-culturais: em termos globais, mais do que um princípio regulamentador do funcionamento das línguas, o uso vale como *uma* forma de actualização das mesmas, e corresponde, na verdade, a *um uso*.

Bibliografia

- Argote, D. Jeronymo Contador de (1725): *Regras da lingua portugueza, espelho da lingua latina, ou disposicao\$ para facilitar o ensino da lingua latina pelas regras da portugueza*, 2ª impressã, Lisboa Occidental: Na Officina da Musica.
- Assunção, Carlos Costa (1997): «Uma leitura da Introdução da Arte da Grammatica da Lingua Portugueza de Reis Lobato (1770)», em: *Línguas e Literaturas, Revista da Faculdade de Letras do Porto*, XIV, pp. 165-181.
- Auroux, Sylvain (dir.) (1989): *Histoire des idées linguistiques*, Tomo 1 (*La naissance des métalangages. En Orient et en Occident*), Liège/Bruxelles: Mardaga.
- Auroux, Sylvain (dir.) (1992): *Histoire des idées linguistiques*, Tomo 2 (*Le développement de la grammaire occidentale*). Liège/Bruxelles: Mardaga.
- Baratin, Marc (1989): «La constitution de la grammaire et de la dialectique», em: Auroux (dir.), pp. 186-206.
- Baratin, Marc / Françoise Desbordes (1981): *L'analyse linguistique dans l'Antiquité Classique*, Paris: Klincksieck.
- Elia, Sílvia (1974): «A doutrina dos primeiros gramáticos portugueses», em: *Romanitas. Revista de cultura romana* (Rio de Janeiro), 12 e 13, pp. 90-109.
- Fávero, Leonor (1999): «O saber da língua: gramáticas do século XIX», em: Gärtner, Eberhard / Hundt, Christine / Schönberger, Axel (eds.): *Estudos de história da língua portuguesa*, Frankfurt/Main: TFM, pp. 231-241.
- Feijó, João de Morais Madureira (1734): *Orthographia explicada, ou arte de escrever, e pronunciar com acerto a lingua portugueza*, Lisboa: Por Miguel Rodrigues.
- Gonçalves, Maria Filomena, (1992): Madureira Feijó, ortografista do século XVIII. Para uma história da ortografia portuguesa. Lisboa: ICALP.
- Gonçalves, Maria Filomena (2001): «Aspectos da história e da historiografia da língua portuguesa na época pombalina», em: Thielemann, Werner (ed.), pp. 11-31.
- Lardet, Pierre (1992): «Travail du texte et savoirs des langues: la philologie», em: Auroux (dir.), pp. 187-205.
- Lobato, António José dos Reis (1802): *Arte da grammatica da lingua portugueza*, 5ª impressão, Lisboa (Na Regia Officina Typographica) (Estudo, edição crítica, manuscritos e textos subsidiários por Carlos Assunção, Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 2000).
- Lopes, Maria da Conceição Vieira (2000): *Evolução do conceito de gramática. De Fernão de Oliveira até aos nossos dias*, Coimbra: Faculdade de Letras; tese de mestrado inédita.
- Maia, Clarinda de Azevedo (2001): «O tratamento das variedades do português nos gramáticos e ortografistas de Setecentos: especial referência a Monte Carmelo», em: Thielemann, Werner (ed.), pp. 33-50.

- Marcos Casquero, Manuel-Antonio (1990): *Varrón*. De lingua latina. Edición bilingüe. Introducción, traducción y notas de Marcos Casquero, Barcelona: Anthropos / Madrid: Ministerio de Educación y Ciencia.
- Maurais, Jacques (1983): «Introduction», em: Bédard / Maurais (eds.), pp. 1-18.
- Monte Carmelo, Luis do (1767): *Compendio de orthografia, com sufficientes catalogos, e novas regras*, Lisboa: Na Officina de Antonio Rodrigues Galhardo.
- Padley, G. A. (1983): «La norme dans la tradition des grammairiens», em: Bédard / Maurais (eds.), pp. 69-104.
- Quintiliano, M. Fabio (ca 40-ca 96): *Institutiones Oratorias*, Buenos Aires: Joaquín Gil (ed.).
- Rowe, John Howland (1974): «Sixteenth and Seventeenth Century Grammars», em: Hymes, Dell (ed.): *Studies in the History of Linguistics: Traditions and Paradigms*, Bloomington: Indiana University Press, pp. 361-379.
- Thielemann, Werner (2001): «Língua culta — Palavras antiquadas — Plebeísmos. A linguagem e a sociedade portuguesa na época do Marquês de Pombal», em: Thielemann (ed.), pp. 51-97.
- Thielemann, Werner (ed.) (2001): *Século XVIII: Século das Luzes. Século de Pombal*, Frankfurt/Main: TFM.
- Varrão, Marco Terêncio (1990): *De lingua latina*. Introducción, traducción y notas de Manuel-Antonio Marcos Casquero, Barcelona: Anthropos / Madrid: Ministerio de Educación y Ciencia.

Dietmar Osthus (Bona)

**«Como fazem as outras nações cultas e polidas».
O discurso normativo,
as normas linguísticas e as Luzes**

1. Introdução

O século das Luzes não é só a época em que novas ideias entraram na vida intelectual de Portugal e em que as ciências viveram transformações profundas, mas é também o século de intensas actividades normativas na área da língua portuguesa. Apesar de terem existido tentativas de normalizar e de codificar um «português padrão» nos séculos XVI e XVII o século das Luzes representa uma inovação considerável neste domínio. Pela primeira vez na história da língua portuguesa nasce a ideia duma cultura da língua institucionalizada — o que representa a transferência dum conceito conhecido noutros países europeus para Portugal. Não é por acaso que os mais iminentes protagonistas das «Luzes» pertenciam à categoria dos «estrangeirados».

Considerada no conjunto, essa afirmação parece-nos justificada. Todavia carece da precisão, porque esconde as diferenças internas entre as posições do grupo dos «ilustrados». Ao contrário de certas visões simplificadoras «as Luzes» não constituem nem uma ideologia homogénea, nem podemos realmente falar dum partido iluminado que antagonizou o partido oposto dos jesuítas reaccionários e retrógrados.¹ Ricken (2002: 54s.) mostra num estudo metaterminológico a diversidade dentro do campo semântico da ideologia das *Lumières* francesas ou da *Aufklärung* alemã.

A diversidade das posições normativas testemunha a grande variedade de opiniões, que é ao mesmo tempo o berço, tanto dum pensamento metalinguístico inovador, como dalguns conflitos atravessando até hoje os discursos normativos do Português. A época das *Luzes* é uma das épocas em que as estruturas sociais de Portugal aumentaram de complexidade. Conforme a afirmação de Corbeil (1983: 301) a demanda social duma *régulation linguistique* é mais forte em tais períodos históricos.

¹ As dificuldades em categorizar os adeptos como os adversários das «Luzes» são tratadas na contribuição de Claudia Polzin-Haumann (no mesmo volume).

Numa primeira etapa vamos expor alguns aspectos da génese dum conceito normativo em Portugal. Baseamo-nos principalmente em textos relacionados com a polémica verneiana, em que questões meta-linguísticas tinham um papel inegável. Num segundo passo vamos analisar as posições relativas à língua portuguesa de três actores do discurso normativo dos anos 1746 a 1759 — os autores dos escritos normativos António Luis de Verney, Francisco José de Freire (Cândido Lusitano) e José Manuel de Paiva (Silverio Silveste Silveira da Silva) —, cujas obras se situam no período de terramotos geológicos e intelectuais em que a política pombalina acabou por transformar pelo menos o quadro institucional do sistema educativo.

2. A génese do conceito duma cultura da língua institucionalizada

Duas ideias estão no centro das preocupações normativas do século XVIII. O que chocou provavelmente mais os tradicionalistas foi o plano de introduzir nas escolas aulas de gramática portuguesa. Para Verney o ensino da gramática da língua materna serve para «falar como homens doutos» (1746: 26). Verney estabelece assim uma relação estreita entre o facto de as crianças falarem bem o Português e a aptidão de se integrarem na comunidade dos «homens doutos». Referindo-se implicitamente a modelos da *grammaire générale* Verney vê no ensino da gramática portuguesa uma propedêutica do Latim:

E, na verdade, o primeiro principio de todos os estudos deve ser a Gramatica da-propria lingua. A razam por que nos-parece tam dificultozo o estudo da-Gramatica Latina (alem de outros motivos que em seu lugar direi) é porque nos-persuadimos que toda aquela machina de regras é particular da-lingua latina, e nam á quem nos-advirta quais sam as formas particulares dessa lingua, a que chamam Idiotismos, quais as comuas com as outras (1746: I, 8f.).

Hoje em dia, o conflito sobre o papel da língua materna no ensino considera-se como um dos pontos centrais da divergência entre jesuítas e oratorianos da época (Guedes 2000). Porém, as questões da língua — nomeadamente as da língua portuguesa — estão à margem da vasta polémica verneiana documentada por António Alberto Banha de Andrade. Só nas *Reflexoens apologéticas* de 1748 — um dos manifestos mais radicais contra as ideias do Barbadinho — se encontra uma crítica mordaz do ensino sistemático da gramática portuguesa:

E que diremos de julgar, que se devem introduzir no Reino escolas para os rapazes aprenderem a lingua Portugueza? Haverá esta moda em Fran-

ça? O homem tem bellas idéas; he boa moda, que os pays gastem dinheiro para que os seus filhos fallem. Nas escolas de ler, escrever, e Grammatica tanto fallaõ elles em Portuguez, que amonisaõ aos Mestres, e he necessario castigallos para que se callem. A nossa lingua não he morta, para que os naturaes necessitem de tal dilligencia. As razoens, com que prova a sua resolução, são taes como o methodo. Diz que as primeiras palavras, que ouvem as crianças, são das amas, e das mãys, que as costumão pronunciar mal [...] Demos porém, que quasi todas não sejam cultas na pronuncia, será necessario abrir escolas da lingua para as amas, e mãys, e logo uma ley, que nenhuma mulher possa cazar, nem criar, sem ter examinada, e approvada pelo Mestre da lingua, e o officio será de boa renda (*Reflexoens apologeticas* 1748: 20f.).

Estreitamente ligado ao ensino da gramática portuguesa está a ideia da introdução duma norma orientadora para o Português. Embora já existissem alguns círculos mais ou menos eruditos — o Professor Thielemann falou dessas primeiras Academias da primeira metade do século XVIII — não havia em Portugal instituição comparável às Academias italiana, francesa ou espanhola com poder legislador. O Barbadinho defendia de maneira implícita essa ideia. Podemos compreender a famosa afirmação de Verney:

[...] digo que os Portuguezes devem pronunciar, como pronunciam os omens de melhor doutrina, da-Provincia de Estremadura; e, posto isto, devem escrever a sua lingua, da-mesma sorte que a-pronunciam (1746: I, 14),

como a transposição dum modelo europeu de uma norma diatópica dominante no âmbito nacional para Portugal. Para Verney não cabe dúvida de que o critério da formação intelectual — os «homens de melhor doutrina» — é essencial para determinar o bom uso da língua. Não fica bem claro que Verney tivesse tido uma ideia concreta duma Academia portuguesa da língua. Explicitamente ele mencionou o dicionário da Academia Francesa como exemplo duma possível orientação normativa na língua portuguesa. Na resposta à polémica das *Reflexoens apologeticas* sublinha a diferença entre o *povo ignorante* e a *gente culta*.

Que forte de consequencia é esta vosa: *Em Fransa, Italia á diversidade de falar nas provincias. Logo nam uzam la estudar Gramatica*. Meu Padre, nam uza o povo ignorante, mas uza a gente culta. Eles tem Academias para os que querem falar bem, e muito particularmente em Italia: achase muita Gramatica para aprender: todos os cultos aprendem a falar e escrever bem, ou em caza, ou nas escolas; ou nas academias (Verney 1748: 30).

O projecto de aperfeiçoar a língua e o uso do Português confina-se ao âmbito das elites intelectuais do país. O uso popular da língua não está em causa. Nesse aspecto também, as ideias verneianas integram-se perfeitamente na esfera da ilustração europeia.

3. A concepção verneiana da norma linguística

O *Verdadeiro Método de Estudar* contém de facto algumas afirmações normativas a respeito da língua portuguesa. Os estudos recentes sobre o discurso metaortográfico (Kemmler 2001) já indicaram o desejo de estabelecer uma ortografia funcional que obedeça aos critérios racionalistas. Apesar dalgumas faltas de coerência a ortografia verneiana é concebida como ortografia fonética que intenta simplificar alguns dos problemas cruciais das *Cartilhas de ler e escrever* da época. Verney opõe-se p.ex. às consoantes dobradas:

Esta é uma singularidade da-língua portugueza, que só se acha nela, na italiana e na castelhana, aindaque esta tenha sua variedade: ponho de parte a latina, que é morta. Daqui fica claro, que devem desterrar-se da-língua portugueza, aquelas letras dobradas que de nada servem: os dois SS, dois LL, dois PP &c. Na pronuncia da-língua, nam se ouve coiza alguma que fasa dobrar as ditas consoantes. Que se escreva *Terra*, *Perra*, com dois rr, entendo eu a razam, e o ouvido me-aviza que a pronúncia é fortíssima no-r, pois, quando nam é forte, como em *Pera*, *Caracol*, escreve-se um só r. Mas em *Elle*, *Essa*, é coiza superflua; porque, ou tenha um, ou dois ss, sempre se-á-de pronunciar da-mesma sorte (1746: I, 14).

O ideal racionalista faz prevalecer o princípio da analogia não só na ortografia, mas também na derivação morfológica. A anomalia na formação dos nomes toponímicos é considerada como um dos pontos fracos do sistema linguístico:

Seria mui util que os omens doutos introduzisem uma terminasam certa em todos os patronimicos de Províncias &c., no que falta muito a língua portugueza. A um omem das-Propíncias chamam *Algarvio*, a outro *Alentejam*, a outro *Minhoto*, *Beiram* &c. [...] Mas o pior é quando pasamos aos patronimicos de Cidades; comumente nam se acham; mas dizem: *Um omem d'Evora*, *Um d'Elvas* &c. Neste cazo, parece licito fazer nomes novos, e dizer *Evorense* ou *Eborense*, *Coimbrense*, *Portuense* etc. E o mesmo dos-outros antecedentes, os quais podem terminar-se em duas maneiras: v.g. *Algarviense* (ou, com outra dezinencia romana, *Algarviano*), *Alentejense* (*Alentejano*), *Beirense* (*Beirano*) &c. Nos-nomes de Províncias Ultramarinas, deve-se observar o mesmo, v.g. *Brasiliense* etc., *Insolense*, *Indiano* etc. (1746: I, 41).

Igualmente Verney faz da analogia o princípio do aportuguesamento de nomes próprios latinos. Vemos nas ideias verneianas o primeiro exemplo duma concepção progressista da língua. À tese da corrupção opõe-se assim o conceito dum progresso linguístico dirigido pelas elites intelectuais.

O emendar e reformar a língua inclui também a integração de empréstimos.

As Artes Liberais, Ciencias &c., tratando-se em Portuguez, devem ter os seus nomes Estrangeiros, mas aportuguezados (1746: I, 40).

Num contexto de transferência de conhecimentos para Portugal, com a aparecimento de novas ideias, a língua tem de se adaptar à nova situação. Todavia o enriquecimento da língua deve conformar-se aos paradigmas morfológicos e fonéticos do português.

Porém Verney faz uma diferença entre empréstimos úteis e empréstimos supérfluos; uma distinção que já no humanismo francês — temos o exemplo do Du Bellay — determinou o grau da aceitabilidade dum latinismo na língua vulgar:

Nam aprovo, porem, o que muitos fazem: servir-se sem tom nem som, de vozes estrangeiras, e palavras puramente Latinas, tendo outras Portuguezas tam boas, o que observo em muitos que prezumem de Criticos e Poetas (1746: I, 47).

Podemos dizer que Verney tinha o seu próprio projecto normativo para a língua portuguesa. Vê-se na tradição de Camões sem atribuir nem à época, nem à linguagem de Camões o valor de cume da língua portuguesa. A reforma da língua ainda não está acabada. «Emendar os erros de Camões» significa rejeitar uma visão conservadora que procura a autoridade na área da língua só em escritores dum passado glorificado.

4. Cândido Lusitano

Outro representante do discurso normativo da época foi Francisco José de Freire que sob o pseudónimo de Cândido Lusitano fez parte do movimento literário da *Arcádia*. As *Reflexões sobre a língua portuguesa* podem ser avaliadas como a obra mais completa de reflexão metalinguística portuguesa. As *Reflexões* só foram publicadas em 1842 longos anos após a morte do autor. Cândido Lusitano destaca-se pela sua erudição impressionante que faz dele um dos espíritos mais importantes da época. A doutrina normativa insere-se no neoclassi-

cismo, movimento literário e artístico, que se inspirou nos princípios estéticos do classicismo francês.

À diferença de Verney ele defende uma orientação normativa ao estilo dos autores clássicos, basicamente — com quase a única excepção do P. Vieira — do século XVI e da primeira metade do século XVII. Freire não nega nem o papel do uso como árbitro nos idiomas, nem o facto de as línguas se desenvolverem, mas faz uma escolha entre o uso ignorante e o bom uso. As autoridades literárias servem — se podemos assim dizê-lo — de filtro para separar o puro, o genuíno e o próprio de tudo o que não cumpre esses critérios. Traz assim uma linha de demarcação entre o «uso recebido pelos sábios» e o «uso ignorante»:

Não se pode negar que em pontos de propriedade, e pureza de linguagem é o uso um árbitro soberano nos idiomas vivos, porque sem elle se contaminaria o fallar puro e correcto com vozes já fastidiosas, e decrepitas. Mas que uso é este, ao qual se deve cegamente obedecer? Não é o que reina no vulgo ignorante, nem ainda o que favorecem os homens lettrados, pouco escrupulosos nas propriedades da sua lingua; é só o que floresceu, e floresce entre aquelles, que mais se distinguiram na pureza do fallar proprio, genuino, e natural de sua nação (ed. 1842: I, 5).

Conforme as afirmações de Verney, Cândido Lusitano critica no P. Bluteau a falta de escolha qualitativa entre os autores de língua portuguesa.

O P. Bluteau, a quem muito seguimos nesta obra, não foi neste ponto escrupuloso, como devêra, em todos os termos que tráz no seu Vocabulário, allegando a cada passo, já com AA. Classicos, já com outros da infima nota (ed. 1842: I, 21).

Vê-se que as *Reflexões sobre a língua portuguesa* podem ser consideradas como um trabalho preliminar a uma espécie de *Diccionario de Autoridades* português. Cândido Lusitano faz prova duma erudição enorme, cita nas *Reflexões* as obras metalinguísticas conhecidas nessa altura. Em geral ele está mesmo mais familiarizado com as tradições gramaticográfica e lexicográfica portuguesas que Verney, que p.ex. ignorava — como provou Hernâni Cidade — os elementos lusófonos na ortografia de Bento Pereira (1649). Nós não podemos determinar aqui se a crítica — algumas vezes muito severa — das obras de cunho jesuíta era também motivada pela concorrência entre Oratorianos e Jesuítas.

Além de problemas lexicais Freire trata nas *Reflexões* aspectos da morfologia, da sintaxe e de pragmática. Infelizmente ainda não existe

um estudo completo que abrace de maneira exaustiva o pensamento linguístico de Cândido Lusitano.

Quanto ao problema dos empréstimos Cândido Lusitano tem quase o mesmo juízo que Verney. Para ele as posições das Academias francesas, italianas e espanholas servem de orientação:

Este nosso juizo é fundado sobre o mesmo parecer que deram os Academicos da Crusca para se introduzirem ou não no seu famoso vocabulario vozes estrangeiras. Foi seguida esta prodente resolução por Monsieur de Furetière, e pelos sabios das Reaes Academias Castelhana, e Franceza, quando emprenderam os seus Dicionarios (I, 64).

Um dos pontos mais relevantes que o distingue das ideias verneianas é o papel da decência na escolha de vocábulos. O conceito de palavras «baixas» ou «vulgares» e a ideia duma hierarquia estilística influenciavam o seu conceito normativo. Um exemplo disso é a discussão sobre o nome do pirilampo que tinha o apelido popular de caga-lume:

Cagalume: é cousa assentada que só no estilo jocoso poderá este termo ter uso. Os criticos dividem-se na escolha de novo nome: uns dizem á latina perilampo, outros á portugueza *bicho luzente* ou *noute-luz* &c. Veja-se a Bluteau nas prosas, referindo uma das sessões das conferencias eruditas, feitas em casa do conde da Ericeira (III, 83).

O mesmo debate que deu origem na Academia do 4º conde da Ericeira já foi mencionado — e além disso tornado ridículo — por Andreas von Jung, autor da primeira gramática portuguesa redigida em alemão.² Aachamos inumeráveis exemplos em que Cândido Lusitano estabelece uma hierarquia estilística entre diversas entidades lexicais.

2 «In den *Conferencias eruditas*, die in der Bibliothek des bekannten und wirklich gelehrten Grafen Ericeira gehalten wurden, nahm man eine Reform verschiedener portugiesischer Wörter vor, und bestimmte den Werth von anderen. Am ernsthaftesten beschäftigte man sich mit dem Insect, welches die Lateiner *Cicindela* und *Noctiluca* nennen, und welches auf Portugiesisch *cagalume* (Lichtscheißer) heißt. Man glaubte, daß dieser Name in ernsthaften Schriften nicht gebraucht werden könnte, und daß man ihm einen anderen geben mußte. Die Gräfinn Ericeira machte diesem Wurm, den sie *Pyrilampo* hieß, zu Ehren eine Romanze und ein Sonnet, verlangte aber, daß ihm eine andere Benennung beigelegt werden möchte. Andre stritten mit allen Kräften dawider, wandten ein, daß alle Sprachen Zweideutigkeiten hätten, die niemand abzuändern gedächte, als *Monarchie*, *Anarchie*, welche im Französischen eine häßliche Endung hätten, und dergleichen mehr. Endlich wurde in der dritten Conferenz den (sic) 26. Februar der Name *Pyrilampo* als affectirt verworfen, und dagegen *Nouteluz* und *Bicho luzente* beliebt, es auch einem jeden freigestellt, welchen von beiden er gebrauchen wollte. Und wem glaubt man, daß die beiden Folianten, worin sich

Nesse aspecto as duas posições distinguem-se, como prova o contraste entre as valorizações da palavra porco:

Porco e porca não entram no discurso polido. O Padre Vieira vendo-se precisado a fallar deste animal, usou de varias frases sempre decorosas ao estilo, em que fallava. Por conta da mesma decencia, que pede a linguagem elegante não quer a critica, que se diga *porco montes*, mas *javali*, nem *porco* na significação de *sujo*, mas sim *immundo*, nem *porqueiro*, mas *guardador do gado immundo* &c. (III, 104).

Mas o que me-dá mais vontade de rir, é ver as cautelas que praticam para dizerem *Porco*. Uns dizem o *Gado mais asquerozo*: outros dizem *Carne suína*, e louvam muito isto em alguns antigos escritores. Tudo puerilidades. *Porco* nam é palavra obscena; dizem-na os Latinos; e os nosos Italianos diante do-Papa. Antes creio que *asquerozo* traz a memoria, nam só coiza *suja*, como o *porco*, mas coiza que volta o estômago. Estas delicadas orelhas pronunciam *sugidade*, *escremento*, *lesmas*, *ratos*, *percevejos*, *pioelhos*, *pulgas*, e outras coizas imundissimas sem dificuldade; e acham-na grande em pronunciar, *Porco*. Que lhe parece a V. P. a esquipasam? (1746: I, 42).

5. Manuel José de Paiva

O documento talvez mais original das intenções normativas do século XVIII fornece-nos Manuel José de Paiva. Sob o pseudónimo de Silverio Silvestre Silveira da Silva publicou em 1759 as *Infermidades da Lingua, e arte que a ensina a emmudecer para melhorar*. De Paiva era jurista, que se retirou na sua quinta para as actividades literárias. Nos discursos metalinguísticos, destaca-se por uma contribuição pasa a polémica sobre o *Novo Método* da Gramática Latina de Antonio Pereira de Figueiredo em que ele rejeitava a primeira tentativa de ultrapassar no ensino do Latim a Gramática do S.J. Manuel Alvares. Em 1750 deu à estampa o *Antidoto gramatical balsamo preservativo da corrupção la lingua latina, ou curioso descobrimento dos principaes erros, barbaridades, e incoherencias do novo Methodo para aprender a dita Lingua* (Haßler: no mesmo volume).

Dentro do campo metafórico da doença Paiva vê as finalidades dum melhoramento da língua comparável às tarefas dum médico que faz visitas consecutivas a um doente. O mal da língua tem sobretudo uma dimensão moral.

diese tiefsinnige und gravitatische Abhandlungen befinden, zugeeignet sind? Gott dem Vater, Gott dem Sohn, Gott dem heiligen Geist, jedem in einem besonderen Absatze» (1778: 11).

Ao contrário de Verney e de Cândido Lusitano Paiva não considera o estado intelectual em que Portugal se acha como deficitário.

Neste conceito se intrepoem ao Reyno de Portugal por merecedor de exceptuarse em hum obrigado elogio que se derija a fazer memoravel a candidês do animo de quem o governa, taõ amante da justiça, taõ desvelado na benignidade, taõ sincero no amor, e taõ estudioso do bem publico quanto testemunhaõ as repetidas providencias com que está protegendo aos seus vassallos, já reformando-lhes os perniciosos abuzos, já instituindo-lhes saudaveis direcçoens, já suprimindo-lhes inoportunos ministerios, já erigindo-lhes convenientes vigilancias, já empregandose, com disgosto, em observar o castigo nos culpados, já com regozijo, em designar os premios aos benemeritos (1759: 40f.).

Esse louvor da situação portuguesa sob o regime do Marquês de Pombal pode ser visto como um sintoma duma espécie de narcisismo cultural. Também seria imaginável ver nestas afirmações — por medo de repressões — uma reacção à atmosfera de terror institucional da ditadura pombalina.

A análise do texto revela-se difícil. O autor nunca dá referências explícitas a outros autores ou a outras concepções normativas. As diversas visitas do médico compreendem muito mais preceitos moralizantes que alusões concretas à língua portuguesa. O que é óbvio, é o facto de Manuel José de Paiva atacar uma posição demasiadamente racionalista, anti-barroca. Para ele as figuras de estilo e as «flores» do discurso criticadas na época fazem parte das belezas estilísticas da língua:

Negaõ toda a qualidade de equívocos, flores, que algum dia introduziraõ os doutos no ramalhete da eloquencia [...] Dizem que a locução hade ser pura, que as frases são escusadas, que o estylo altiloco he impertinente, que as digiessoens não fazem ao caso; e o peyor he, que para modelos das composisoens, apresentam huns papeis tão insipidos, que por se lhes buscar algum gosto, se tem levado a muitas tendas para se embrulharem adubos (1759: 81).

Deixem guarnecer os pratos que não perdem por guarnecidos, antes a variedade excita mais o apetite de se comerem: o porque sabem que, para se continuar a vida, basta que se coma o pão que Deos creou para o sustento dos homens, e se beba a agua que, por coadjutora, nesta dependencia concorre, jejuem toda a vida a pão, e agua, porque isto lhes basta para apassarem, e tanto se applicão a evitar o superfluo; e depois que acharem gosto neste estylo de viver, criticarão a variedade dos modos de fallar (1759: 83f.).

O tratado tem o seu valor para estudos dos discursos normativos por uma lista de 50 páginas, que contém em ordem mais ou menos alfabética todas as palavras e expressões «proibidas» por não cumpri-

rem o critério da decência moral. Essa lista «anti barbari» dirige-se a um público instruído e urbano, como demonstra a citação seguinte:

Até deixo em seu vigor as ridiculas expressões do campo, como desculpadas com a ocupação da cultura das terras em faltarem á cultura da lingua: nem culpo as que andão particularmente usurpadas nas Provincias, nas povoações, nos bairros, e nos destrictos, porque não he o mal dellas tão geral, e tão escandaloso como o das que servem de injuria á ingua-gem, e de infamia á política (1759: 104).

A cultura da língua insere-se então numa distanciação das elites em relação ao povo — geralmente concebido como ignorante.

Outras preocupações normativas querem evitar expressões blasfematórias:

asneira que fez o senhor Bispo (107), bispeyo (109), bem está S. Pedro em Roma se elle tem que coma (111), benza-te Deos meu jorze (111), com que se Deos nos quer ajudar (113), como Deos cos Anjos (ibid.), chovia se Deos dava agoa (114), a Deos luzes que se apagão as candêas (108), cú de Judas (111).

Além das blasfêmias, acham-se na lista muitas cacofonias, injúrias, expressões vulgares, etc. O compêndio de Manuel José de Paiva é de facto uma fonte extraordinária da variação linguística que até hoje está por explorar.

6. Conclusão

Observamos sobretudo na segunda metade do século XVIII uma força impressionante de actividades normativas no âmbito da língua portuguesa. Os protagonistas da normalização do Português inserem-se em duas tradições distintas. Por um lado encontramos uma visão marcada pelas discussões dos pequenos círculos eruditos da primeira metade do século. As questões da decência das expressões têm um papel importante nesta perspectiva. O culto da retórica do P. Vieira representa também uma orientação normativa para esse grupo de eruditos nacionais, não estrangeirados. Por outro lado observamos influências importantes vindas do estrangeiro, seja de Portugueses «estrangeirados» — como p. ex. do autor do *Verdadeiro Método de Estudar* — seja da recepção intelectual dos teoremas metalinguísticas franceses. O exemplo do trabalho prático das Academias na Itália ou na França contribui para promover o ideal duma normalização institucionalizada do Português. A fundação da *Academia das Ciências* é efectivamente a transferência dum modelo estrangeiro para Portugal apesar do facto de

a Academia portuguesa nunca ter tido a mesma importância que as instituições comparáveis na França, Itália ou na Espanha.

As concepções normativas fazem parte das «Luzes» compreendidas como a transferência de conhecimentos ou de ideias partindo do centro europeu para a periferia. Porém, dentro desse período assim caracterizado cabem diferenças enormes no interior do grupo dos ilustrados. Constatamos por exemplo um contraste entre posições racionalistas e tradicionalistas. A visão verneinana da norma linguística pode caracterizar-se como ideal racionalista da língua, enquanto a orientação dos neoclássicos é restauradora. Não obstante, o discurso normativo do século XVIII é sempre um discurso elitista. As variedades populares da linguagem ou as expressões próprias das camadas baixas do povo são menosprezadas pelo conjunto dos autores, sejam eles modernistas ou tradicionalistas. Verney, Freire (Cândido Lusitano), bem como Manuel José de Paiva trazem uma linha de demarcação entre o uso dos doutos e o do povo inculto. Isso explica-se pelo facto de os discursos normativos serem limitados nessa altura aos sectores minoritários alfabetizados da população. Ao contrário do que iria suceder no século XIX com os artigos dum Cândido de Figueiredo ou dum José Leite de Vasconcelos mais «populares» e veiculados pela imprensa nacional, no século das Luzes as tentativas de normalizar a língua não preocuparam um público «burguês».

Muitos pormenores da génese do discurso normativo estão ainda por estudar. Fica por esclarecer a relação entre as diversas maneiras de conceptualizar a história da língua portuguesa e as valorizações dos usos concretos. O estudo de Schunck (2003) que distingue diferentes modelos de periodizar a história da língua no pensamento metalinguístico francês podia fornecer alguns indícios metodológicos para examinar esse complexo muito relevante no âmbito da língua portuguesa. De qualquer forma, não existe no século XVIII um pensamento único sobre a norma da língua, mas assistimos a uma multidão de visões cujo ponto comum é o desejo de modificar as maneiras de falar e de escrever. Além dessa ambição partilhada nos textos analisados prevalecem as divergências ideológicas. A história do nascimento da concepção «moderna» duma norma linguística do Português ainda está por escrever.

Bibliografia

- Andrade, António Alberto de (1949): *Bibliografia da Polémica Verneiana* (Livros Portugueses e Espanhóis), Separata da Revista Brotéria, Vol. XLIX, Fasc. 2-3, Lisboa.
- Andrade, António Alberto de (1966): *Vernei e a cultura do seu tempo*, Coimbra: Universidade.
- Bédard, Edith / Maurais, Jacques (eds.) (1983): *La norme linguistique*, Québec: Conseil de la langue française.
- Berrendonner, Alain (1982): *L'éternel grammairien. Étude du discours normatif*, Berne: Lang.
- Bourdieu, Pierre (1982): *Ce que parler veut dire. L'économie des échanges linguistiques*, Paris: Fayard.
- Caetano, Joseph (1751): *Contestação da calumniosa acusação Com que o Autor do Verdadeiro Methodo de Estudar accusa, entre outras cousas, a Nação Portugueza de pronunciar menos bem diversos vocabulos Latinos*, Lisboa.
- Cardoso, Luís Miguel Oliveira de Barros (1998): «Luís António Verney e o Verdadeiro Método de Estudar: um pensamento inovador entre Portugal e a Europa», em: *Millenium — Revista do Instituto Superior Politécnico de Viseu* 11 <<http://www.ipv.pt/millenium/miguel11.htm>> (15.02 2006).
- Carta apologetica de hum amigo a outro, Em que lhe dá conta do que lhe pareceo o primeiro Tomo do Verdadeiro Methodo de estudar, e em que defende alguns Autores nelle criticados (1752), Lisboa.
- Carvalho, Rómulo de (³2001): *História do ensino em Portugal desde a fundação da nacionalidade até o fim do regime de Salazar-Caetano*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Cidade, Hernáni (⁷1984): *Lições de Cultura e Literatura Portuguesas, II, Da reacção contra o formalismo seiscentista ao advento do romantismo*, Coimbra: Coimbra ed.
- Corbeil, Jean-Claude (1983): «Éléments d'une théorie de la régulation linguistique», em: Bédard / Maurais (eds.), pp. 281-303.
- Cunha, Francisco Pinheiro Freire da (1804): *Memórias da Academia Orthográfica Portugueza de Pinheiro*, Lisboa: Off. de Antonio Rodrigues Galhardo.
- Freire, Francisco José (1842/1751): [Cândido Lusitano]. *Reflexões sobre a Lingua Portugueza* (3 vols.), Lisboa: Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis.
- Gonçalves, Maria Filomena (2001): «Aspectos da história e da historiografia da língua portuguesa na época pombalina», em: Thielemann (ed.), pp. 11-32.
- Guedes, Paulo António Messias Pereira (2000): *Luís Antonio Verney: Propostas linguístico-didáticas para o estudo da lingua portuguesa*, Vila Real: Universidade.
- Jung, Andreas von (1778): *Portugiesische Grammatik, nebst einigen Nachrichten von der portugiesischen Literatur und von den Büchern, die über Portugal geschrieben sind*, Frankfurt/Oder: Carl Gottlieb Strauß.
- Kemmler, Rolf (2001): «Para uma história da ortografia portuguesa: o texto metaortográfico e a sua periodização do século XVI até à reforma ortográfica de 1911», em: *Lusorama* 47, Frankfurt/Main: TFM, pp. 128-319.

- Klein, Franz-Josef (1995): «Nebrija gab nur das Stichwort — Lesarten des Prinzips der «lengua compañera del imperio» im Siglo de Oro», em: *Romanische Forschungen* 107, Frankfurt/Main: Vittorio Klostermann, pp. 285-312.
- Krauss, Werner (1973): *Die Aufklärung in Spanien, Portugal und Lateinamerika*, München.
- Maia, Clarinda de Azevedo (2001): «O tratamento das variedades do português nos gramáticos e ortografistas de Setecentos: especial referência a Monte Carmelo», em: Thielemann (ed.): *Século XVIII: Século das Luzes — Século de Pombal*, Frankfurt/Main: TFM, pp. 33-50.
- Maxwell, Kenneth (1995): *Pombal — Paradox of the Enlightenment*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Monteiro, Miguel Corrêa (2002): «A companhia de Jesus face ao espírito moderno», em: *Millenium — Revista do Instituto Superior Politécnico de Viseu* 26 <http://www.ipv.pt/millenium/Millenium26/26_26.htm> (15.02. 2006).
- Osthus, Dietmar (2003): «Sprachgeschichte, Kulturgeschichte und Sozialgeschichte. Herausforderungen an ein komplexes Dreiecksverhältnis am Beispiel von Francisco Rodrigues Lobos *Corte na Aldeia*», em: Gil, Alberto / Schmitt, Christian (eds.): *Aufgaben und Perspektiven der Romanischen Sprachgeschichte. Akten der gleichnamigen Sektion des XXVII. Deutschen Romanistentages München (7.-10. Oktober 2001)*, Bonn: Romanistischer Verlag, pp. 245-268.
- Pires, Maria Lucília Gonçalves (2001): «Verney e a língua portuguesa», em: Mateus, Maria Helena Mira (eds.): *Caminhos do Português: exposição comemorativa do ano europeu das línguas: catálogo*, Lisboa: Biblioteca Nacional.
- Reflexoens apologeticas á obra intitulada Verdadeiro Methodo de estudar dirigida a persuadir hum novo methodo para em Portugal se ensinarem, e aprenderem as sciencias, e refutar o que neste Reino se pratica* (1748), Lisboa.
- Ricken, Ulrich (1990): *Sprachtheorie und Weltanschauung in der europäischen Aufklärung*, Berlin: Akademie-Verlag.
- Ricken, Ulrich (2002): «Zum Verhältnis vergleichender Begriffsgeschichte und vergleichender Lexikologie», em: Bödeker, Hans Erich (ed.): *Begriffsgeschichte, Diskursgeschichte, Metapherngeschichte*, Göttingen: Wallstein, pp. 29-48.
- Schäfer-Prieß, Barbara (2000): *Die Portugiesische Grammatikschreibung von 1540 bis 1822 — Entstehungsbedingungen und Kategorisierungsverfahren vor dem Hintergrund der lateinischen, spanischen und französischen Tradition*, Tübingen: Niemeyer.
- Schunck, Mariella (2003): *Der Sprachwandel im metalinguistischen Diskurs Italiens und Frankreichs von der Renaissance zur Aufklärung*, Bern: Peter Lang.
- Thielemann, Werner (1999): ««O Português no Século das Luzes»: Normvorstellungen und Sprachstand anhand des *Compêndio de Orthografia* (1767) von Frei Luiz do Monte Carmelo», em: Endruschat / Schönberger (eds.): *Neue Beiträge zur portugiesischen Sprachwissenschaft*, Frankfurt/Main: TFM, pp. 69-104.
- Thielemann, Werner (2001): «Língua culta — Palavras antiquadas — Plebeísmos. A linguagem e a sociedade portuguesa na época do Marquês de Pombal», em: Thielemann (ed.), pp. 51-97.
- Thielemann, Werner (ed. 2001): *Século XVIII: Século das Luzes — Século de Pombal*, Frankfurt/Main: TFM.

- Verdelho, Evelina (1981): «Lexicografia Sinonímica Portuguesa: o *Vocabulário de Synonimos e Phrases* de Rafael Bluteau e o *Ensaio sobre Alguns Synonymos* do Cardeal Saraiva», em: *Biblos* 57, Coimbra: Revista da Faculdade de Letras, pp. 171-221.
- Verney, Luis António (1746): *Verdadeiro metodo de estudar para ser util à República e à Igreja proporcionado ao estilo e necessidade de Portugal exposto em varias cartas*, 5 vols., Valença: Antonio Balle.
- Verney, Luis António (1748): *Resposta as reflexoens Que o R.P.M. Fr. Arsenio da Piedade Capucho fez as Livro intitulado: Verdadeiro metodo de estudar. Escrita por outro Religioso da dita Provincia para dezagravo da mesma Religiam, e da Nasam*, Valença: Antonio Balle.
- Verney, Luis António (prov.): Carta De um Filologo de Espanha a outro de Lisboa à cerca de certos Elogios Lapidares, Madrid, 10.9. 1749.

Werner Thielemann (Berlim)

**Entre barroco e neoclassicismo:
da *Academia dos Anónimos* à *Arcádia Portuguesa*
(aperfeiçoamento do português como
Grande língua de cultura)**

1. Introdução

Em Portugal, assiste-se desde o século XVII à fundação de Academias (Matias 1982). Tal movimento era o reflexo do trabalho da *Accademia della Crusca* em Itália e, mais tarde, da *Académie Française*, fundada em 1635.

Característico de Portugal é o facto de, nas Academias, pela primeira vez, se destacar uma pretensão cultural elitista, uma pretensão à liderança intelectual. Fica patente a pretensão às posições de liderança no Estado e no corpo social.¹ As sociedades que reuniram doutos e sábios e se consideraram agremiações científicas para propagar saberes sobre Ciências e Artes, contribuíram não só para proporcionar uma conveniente educação à elite aristocrática, como também foram decisivas para a elevação do português a língua culta.

2. A Academia dos Anónimos

Após um intervalo motivado por «perturbações bélicas» (Bluteau), isto é, a Guerra de Sucessão da Espanha de 1700 a 1713, as *Academias* retomam a sua actividade onde, ao lado das Ciências, a Poesia ocupa um lugar central. No entanto, não é por acaso (Castro 1973: 156) que se costuma destacar o bom contacto de várias Academias com a Itália. Se a monarquia portuguesa, enriquecida a partir de 1693/95 pelo Ouro do Brasil, dispõe de meios para organizar uma Corte esplêndida e pródiga, a contratação de italianos para Portugal — músicos (como Domenico Scarlatti),² arquitectos (Nicolau Nasoni),³ pinto-

1 Cf. *O Mercúrio* de Julho 1667 citado em Matias (1982: 231).

2 Compositor italiano (1685-1757).

3 Arquitecto e pintor italiano, Niccolò Nasoni (1691-1773); projeto da Igreja (1731, acabado 1748) e da Torre dos Clérigos (1754-1763) no Porto.

res (Agostino Masucci⁴ e Corrado Giaquinto)⁵ e científicos (Domingos Vandelli)⁶ — constitui uma componente importante nesse âmbito. Há uma diáspora italiana múltipla em Lisboa, e em torno do núncio da Santa Sé organiza-se uma rica vida cultural, atractiva também para os doutos do País. Isto também se aplica a Francisco Leitão Ferreira⁷ que, com Lourenço Botelho Sotomaior, é uma das cabeças destacadas da *Academia dos Anónimos* fundada em 1714, pertencendo Leitão Ferreira mais tarde (em 1720) aos fundadores da *Academia Real de Historia Portugueza*.

2.1 Retóricos e Retórica na Academia dos Anónimos

Em 1718 resp. 1719 aparecem, com um intervalo de pouco tempo, o primeiro volume da *Nova Arte de conceitos* de Leitão Ferreira⁸ e (como obra anónima) o *Systema Rhetorico, causas da eloquencia* de Lourenço Botelho Sotomaior. Os Anónimos têm interesse particular na Retórica. Em Portugal, já se observa certa predilecção por tratados de Retórica naquela época, quando a educação era dominada pelo Latim. O século XVIII assiste a, todavia, uma produção maciça de Retóricas em português, com a justificação de que a mocidade devia estudar na língua vulgar as regras dessa difícil disciplina.⁹ Quando em 1746 se publica o *Verdadeiro método de estudar* de Verney, tal é apenas o ponto culminante duma longa cadeia de queixas chorosas das turmas de Latim e dos conhecimentos que o aluno nelas obteve, inclusive a incompreensão dos clássicos. Como não é perigoso, o desdém do ensino pelo Latim, durante o Pombalismo, aumenta ao infinito, acompanhado de Panegíricos sobre a perspicácia e sabedoria do Primeiro Ministro.

4 Pintor italiano (1690-1768), contratado para o Mosteiro de Mafra.

5 Ca. 1694-1765, um dos mais afamados autores do *Barroco Decorativo*, pinturas e esculturas no Mosteiro de Mafra.

6 Italiano Domenico Agostino Vandelli (1735-1816), químico, lente de História Natural, fundador do Jardim Botânico de Coimbra.

7 1667-1735. Em 1719 até foi eleito membro da *Arcádia Romana*, cf. Castro (1973: 156).

8 O volume 2 é publicado em 1721.

9 Já no início do século XVIII era óbvio que o domínio real do latim por parte da juventude estava em regressão.

2.2 A Nova arte de conceitos de Leitão Ferreira 1718-1721

É usual nesta época que a maioria dos tratados se limite a copiar os antecessores. Ao contrário, a obra de Leitão Ferreira mostra um esforço notável para aprofundar, reformar e adequar as regras de Poesia e Arte Retórica. É óbvia a primazia da cultura italiana, tanto mais que Leitão Ferreira usa obras de Pallavicini, Tesauro e Muratori, a que acrescenta a crítica da *Agudeza da arte do engenho* de Balthasar Gracián, aparecida em 1642 (1659 em português). De maneira menos crítica, integra as ideias do Padre Bouhours *La Manière de bien penser* (1679). E não se esqueça que a *Arte Poética* de Boileau (1660) circula numa tradução do Conde de Ericeira a partir de 1696 nas agremiações cultas de Lisboa. Ferreira, já no seu título, formula a pretensão de ser novo; isto também se destaca nas licenças da obra, como na da *Licença do Paço* (Ferreira 1718, s.p.).

A pretensão de novidade deve ser igualmente entendida como autonomia dos Anónimos face aos clássicos romanos, assim como Lourenço Botelho Sotomaior, que destaca a adaptação à própria época e aos próprios alvos:

Com mais larga mão, entre os que vimos, escreveu estes Proemias o famoso Quintiliano. Mas como elle lhe introduzio questões mais proprias do seu intento, que da arte, nós o não seguimos, nem na ordem, nem na escolha, nem (poderà ser que) em algumas rezoluções. Mas coarctandonos ao que nos pareceu mais essencial, & mais util ao nosso fim, o qual he darmos huma exacta noticia desta arte: diremos sômente (como já dissemos] da sua origem, da sua utilidade, da sua definição, e dos seus objectos (Anónimo 1719: 8/9).

2.3 Código do Barroco ou Código da mudança?

A obra de Aníbal Pinto de Castro põe a *Nova arte* sob a divisa Código do Barroco. Tal avaliação não é, certamente, injustificada. Permanece, todavia, a pergunta: em que medida se pode falar de Código de Barroco Português (Castro 1973, cap III.), respectivamente, e em que sentido? Permanece a pergunta se o ideal e o ideário do Barroco continuam a dominar a *Nova arte*. O próprio autor convida a dúvidas, destacando os desvios entre o gosto do Barroco e os preceitos de Leitão Ferreira, ou usando mesmo a noção de anti-barroco (Castro 1973: 209). O problema parece, pois, ser complexo.

Os esplendores do Maneirismo que tanto gostou de agudezas, antíteses e jogos de palavras (conceptualismo), naquela época (1718), já haviam passado. Passara também a predilecção por ambiguidades e obscuridades. A nova divisa era: evidência e clareza. Contudo, situada entre duas épocas (Barroco e Neo-Classicismo), não será fácil localizar a *Nova arte* de Ferreira. Uma das dificuldades de localização para a pesquisa é a orientação tradicional de que a ruptura com o ideário do Barroco e o pensamento do *Ancien Régime* só ocorrera em 1746 com o *Verdadeiro methodo de estudar*. Tudo o que havia antes, fica «engavetado» na velha mundivisão, segundo essa doutrina. Assim, pouco se consideram as orientações em estado embrionário, melhor dizendo, os precursores que por causa da censura do Santo Ofício andam a formular cautelosamente e de modo reservado. Este é o caso da *Nova arte de conceitos*, a melhor obra teórica da pena dos Anónimos.

Não pode escapar à vista, na leitura da *Nova arte*, o facto de as lições de Ferreira já revelarem o acolhimento das ideias do Racionalismo. Mesmo sem ser mencionado o nome de Descartes, é visível a discussão com o Cartesianismo, tanto no modo de operar como nos assuntos tratados. Tal ideário é novo para Portugal que continua marcado pelo pensamento neo-escolástico.

A *Nova arte* emprega, portanto, a metáfora de *planeta da razão* (Ferreira 1718: 36, 37), da *Ratio*, segundo a qual não só é possível penetrar em todas as coisas como também perceber o invisível: *Vis animae, quae invisibilia percipit* (São Agostinho, Ferreira 1718: 36), um claro testemunho do poder da razão humana.

É o realce do conceito que talvez provoque a equiparação com o conceptualismo do Barroco. Os conceitos que Ferreira, porém, determina por regras, só têm pouco a ver com o conceito lúdico do Barroco. Os conceitos funcionam como instrumentos e procedimentos que servem para a compreensão racional do mundo. Tal fica evidente na urbanitas dos conceitos. Na base da comparação com o Sol, planeta que é comparado com o discurso, Ferreira chega a uma parte-chave do tratado, onde ele apresenta um testemunho convincente sobre as potências racionais do discurso:

Assim também o discurso do homem discorre de hum em outro termo, desta para aquella proposição, de hum para outro principio, já vagando pelas cathogorias das cousas, já penetrando a essencialidade dos entes, já conhecendo as payxões dos individuos, já sindicando as circunstances dos assumptos, já desentranhando as propriedades dos objectos; e regeytando o fallivel, abraçando o provavel, por meyo das illações, que fôrma,

ou deduz o verosimil, ou faz ostentação do verdadeyro; e fabricando sutís raciocínios, irrefragaveis argumentos, indissolúveis proposições, torna críveis as conclusões do seu oraculo, & mostra com portentosa maravilha, quam remontado, especioso, & espaçoso, he aquelle soberano apogeo do entendimento, onde reside em magestoso epiciclo, sobre a região inferior dos fantasmas, o planeta racional, a que chamamos Discurso: este he pois q fomenta, ánima, altera, & move o grande corpo, ou machina dos conceytos, [...] (Ferreira 1718: 37).

Os conceitos são menos ornato oratório do que operações epistémicas que permitem a penetração conceitual aprofundada dos fantasmas. Projectados pelo “entendimento agente” (Ferreira 1718: 40), responsável por enobrecer e poli-los, eles obedecem a um sistema de regras. A consequência disso é que o autor terá que enfrentar a ideia cartesiana das «idéés innées», das ideias recebidas no próprio acto de Criação que, assim, tornariam supérfluos regras e preceitos da *Arte nova*: «Instarme-heis, que não só he temeridade intentallo, mas erro o presumillo; porque *os conceytos nascem com o homem* [...]» (Ferreira 1718: 45, realce nosso). O autor está a tocar uma área sensível da Igreja e da Ortodoxia. Como é que, desenhando uma Arte de Conceitos, ele podia confirmar que um entendimento agente formasse e enobrecesse os conceitos, se os mesmos conceitos já tinham sido conferidos ao homem pelo Criador? Leitão Ferreira habilmente contorna o obstáculo, atribuindo também as regras e preceitos à criação divina:

E toda a felicidade da arte consiste em haver nascido com engenho, como adverte a erudição de Agostinho: *Ingeniosum nasci felicitas est*. E assim parece conclusão infallível, ter em si mesmo a arte dos conceytos, quem nasceo com as prendas de engenhoso (Ferreira 1718: 45).

Assim, as regras de Arte já não ofendem a Criação Divina, mas são transferidas para a área da exegese.

Logo erro & temeridade parece, idear normas, & presumir necessidade de arte, onde a natureza tem tâtas obras de mestra, que dá à mesma arte, como rascunho, o principio de qualquer obra [...] (Ferreira 1718: 46).

2.4 Entimemas Urbanos — noções subtilizadas

O que domina no processo criativo é o engenho e a elaboração dos conceitos. Leitão Ferreira faz a distinção de dois níveis: o fantasma como categoria inferior e o planeta racional, categoria superior, que tal como um tecto, está por cima, de acordo com o critério de utilidade em transformar os fantasmas em conhecimentos úteis e aplicáveis

(Ferreira 1718: 37). Mas o critério da utilidade não significa que o autor não respeite o ornato oratório:

Desta racional officina sahem, como obra prima, & perfeyta, os concey-tos engenhosos, dotados de tantos titulos, quantos são nomes, com que os definirão os Gregos, os Latinos; & naçoens vulgares, chamando-lhes: *Ornatos, figuras, & gestos vivos da oraçaõ; saes, graças, & peregrinas sentenças do bom dizer; argucias, sutilezas, & fermosuras do engenho humano; & com mais especial; & especiosos appellido, Enthymemas urbanos do Discurso* (Ferreira 1718: 41).

É óbvio que os conceitos de Ferreira não estão completamente separados do ideal barroco, cheio de ornato e de pompa. Seria surpreendente a ruptura total.

Todavia, a distanciação perante o estilo barroco, derivado do Gongorismo, já é incontestável. O Enthymema Urbano, referido permanentemente, é a noção-chave da doutrina de Ferreira, é o pólo oposto do Conceptualismo Maneirista. O processo poético mantém a tarefa de penetrar e enobrecer a matéria.

2.5 Enobrecer o conceito formal

Já no início da sua obra, Leitão Ferreira explica o Enthymema Urbano. O ornato não é inútil, servindo para «retratar, demonstrar e iluminar» o conceito que, para ele, é conceito formal, para depois, como ele diz, exprimir esse conceito com viveza, luz e energia, para chegar a «imagens do verdadeiro ou verosímil dos objetos».¹⁰

Da mesma sorte o Enthymema Urbano, nas cores das metáforas, no formoso das dicções retrata, demonstra, & illumina o formal conceyto, com tanta viveza, luz, & energia, que nas engenhosas conclusões dos argumentos, se vem copiadas vivo as Imagens do verdadeyro, ou verisímil dos objectos, & neste sutilissimo artificio consiste o nobre lavor dos pensamentos, & formal desempenho dos assumptos (Ferreira 1718: 9).

Tudo isso apresenta um notável desnível em relação ao Maneirismo e ao Gongorismo. Estes últimos nunca respeitaram as categorias de verdadeiro e verosímil, limitando-se a produzir imagens inúteis, baseadas em assuntos de pequenez ou quotidianos, mas apresentados com afectação. A própria escolha do conceito nunca foi orientada pela beleza do sublime, os Seiscentistas estavam a sublimar assuntos sem

10 Compare-se o paralelo com Cândido Lusitano na sua *Arte Poética*.

valor nenhum. Uma mentalidade péssima, visível na Fénix Renascida (a partir de 1716 (Silva 1716-1728) contemporânea à obra do Autor).

O parágrafo acima citado impede que se interprete a *Nova arte* no sentido do Gongorismo. Leitão Ferreira recomenda a escolha de metáforas e dicções formosas para embelecer e enobrecer o conceito formal.¹¹

A doutrina de Leitão Ferreira é organizada em dois níveis: o nível inferior: sóbrio e formal de conceitos, não elaborados e que não podem satisfazer critérios poéticos, o que, de acordo com as ideias da Retórica Italiana, implica o nível superior, capaz de satisfazer os critérios de viveza, luz, energia e formosura. Terá que satisfazer, além disso, os critérios de verdadeiro e de verosímil. Os últimos critérios são os mais importantes já que o verdadeiro e o verosímil eram inexistentes no Barroco, e que também não se encontram no *Tratado sobre a Agudeza* de Baltasar Gracián.

Leitão Ferreira divide, em seguida, o labor do agente racional, os Enthymemas Urbanos em três categorias: os racionais, os morais e os patéticos.

O engenhoso racional baseia-se na razão conceituosa e integra três operações: trazer, deduzir e reparar. Divide-se ainda em conceito racional addutivo e conceito racional dedutivo. Servem a reflexão que «se faz admirável pelo novo do repara e peregrino do conceytos». O «methodo engenhoso — fugindo de toda a affectação, odiosa molestia dos engenhos, o que bem evitará, se sem fazer ostentação de estudo, exposa sutilmente os seus conceytos» (Leitão Ferreira 1718: 22, realce nosso — Th.). Com esta constatação a doutrina da *Nova arte*, imanentemente, critica os exageros do Gongorismo. Na parte seguinte, Licçam XIV, Leitão Ferreira chega a Enthymemas Urbanos Morais.

[...] reduzir ao dominio da Razaõ, como legitima rainha, todas as payxões do animo; para que à luz, & reflexão do entendimento, visse, & escolhesse a eleyção do alvedrio, o justo, & licito das acções humanas (Ferreira 1718: 24).

Para declarar em seguida:

Assim, o autor chega à conclusão de que os conteúdos tratados não devem escandalizar ninguém e simultaneamente admoestar a todos, descendo sempre do nível universal ao nível particular.¹²

11 Nível da *matéria* com Cândido Lusitano.

12 Método bem característico do Racionalismo.

2.6 Diferença de conceito em Leitão Ferreira e no Gongorismo

Elaborar conceitos não significa disfarçá-los de maneira engenhosa, por assim dizer, para construir enigmas, mas significa acrescentar-lhes a agudeza, a energia e o polimento. Gôngora, ainda que se reconheçam todos os seus méritos, não é poupado à crítica. Avaliando uma comparação de Gôngora, Ferreira chega a uma crítica muito dura de escuridão dos conceitos e de fracasso da argumentação. O alvo de Leitão Ferreira é o contrário. O entendimento agente deve servir para acrisolar, enobrecer e tornar óbvio o discurso:

Neste pois *Entendimento Agente*, como em exercitada officina da razão, se fabricaõ as agudezas, se sutilizaõ as reflexões, se acrisolaõ os discursos, & se pulem com ultima & perfeyta lima os pensamentos, que de *idos los toscos da fantasia*, passaõ a ser polidos simulacros de engenho, servindo o *Entymema urbano*, [...] (Ferreira 1718: 40, realce nosso — Th.).

A urbanitas dos conceitos serve para alcançar a distância decisiva ao fantasma, que é o simples reflexo do mundo exterior e a expressão em palavras, tais como próprias ao povo miúde. Urbanitas é o resultado de um processo de elaboração em filigrana, de libertação da essência e de penetração intelectual do conceito.

2.7 O véu poético — não encobrimento

A faculdade de expressão urbana é a prerrogativa do homem discreto. Tal qualidade abrange a distinção natural na Poesia, chamando Ferreira como testemunho Petrarca:

[...] o entendimento humano, bem que tenha averdade das cousas por objecto, ou por iguaria, como disse Petrarca: & o Platonico Ficino, não se satisfaz, nem agrada tanto della, quando lhe he proposta insipidamente nua, como quando vestida de algum véo, ou saboreada com alguma translação, porquanto appetece, & quer dever à sua perspicacia o sabella descobrir, aonde a vê diffcultar, & folga de mostrar o seu bom gosto no desfastio com que lhe toma o sabor; & senão dizeyme, que jubilos não mostra o entendimento quando decifra o confuso de hum enigma? & que suavidade não sente, quando gosta o ámago de algum conceyto? (Ferreira 1721: 193).

Não são os artificios do Maneirismo que estão aptos para alcançar tal fim. Eles costumam produzir o pomposo, o ridículo e o exaltado excêntrico, condenados já muito antes por Vieira e Bluteau. Leitão Ferreira exige a expressão poética adequada: Solenidade, Nobreza e Bom Gosto.

É óbvio que, no caso de matérias pouco decentes (chulas), o poeta terá que encontrar paráfrases e evasivas. Mas outros objetos também terão que ser sublimados para contrastar com o quotidiano. A realidade deles deve-se encobrir, vestir de algum véu. Necessitam de translação para um nível mais sublime. A translação é condição de verdadeiro prazer poético. Deste caminho, os conceitos podem gozar de expressividade e profundidade, só e só se o Poeta conseguir respeitar as proporções dos tropos, como metáforas e comparações. Visto sob este aspecto, relativiza-se o aparente desprezo da palavra própria com Leitão Ferreira. Tendo área pragmática diferente da prosa, o conceito poetizado é imprescindível para a linguagem poética.

As noções de útil e utilidade são noções-chave do século XVIII já antes da Arcádia Lusitana; e elas o são em Portugal, no início de Setecentos, talvez mais do que em França. Enquanto a França continua no pomposo gosto clássico, desdenhando a utilidade, Portugal, talvez por causa do Absolutismo menos rígido ou da crise do Antigo Regime que se produz mais cedo, já pondera a utilidade das doutrinas. Tal ponderação não só diz respeito à Poesia, mas também a áreas muito além dela: a utilidade para a República, a vida pública. A consciência da superestrutura sociocultural retrógrada, em particular do ensino ineficaz, vem aguçar o olhar da utilidade, aguçar a consciência da mudança necessária, fomentar o desejo do Ensino Académico mais eficiente. No entanto, em 1718, o tempo de reformas abrangentes ainda não está maduro. Assim se explica o modesto efeito da *Nova arte*, fazendo com que seja na época passada que se buscam as raízes da doutrina.

3. A precariedade do ensino na primeira metade de Setecentos

Durante o reinado de Dom João V o valor do ensino primário tal como no nível académico ficou sempre mais fraco. A razão deste fenómeno talvez seja dupla: por um lado, a estagnação do ensino jesuítico que, numa certa época, foi ensino dinâmico, mas que, entretanto, se tornou ensino envelhecido de conteúdos e métodos e que, visivelmente, necessitava de ser reformado. O ensino universitário na sua totalidade continuou sob orientação de *Ratio studiorum*, introduzida pelos Jesuítas. Por outro lado e devido a isso, no centro de todas as matérias ficou o assunto da Religião e da Teologia. A tal ponto que mesmo a Geografia se ensinou em dependência da Geografia Sagrada. Coisas compa-

ráveis ocorreram na área do Direito onde dominava o Direito Canónico.

O segundo ponto da crítica foi a Universidade de Coimbra que durante o reinado de Dom João V, sobretudo nos anos 30, esteve praticamente fora de funções. Os estudantes matriculavam-se para se divertirem em Coimbra e arredores. Não frequentavam as aulas, e o Reitor da Universidade foi incapaz de reestabelecer a disciplina. Tal era a situação, não desconhecida na Corte. Tal era o fundo social da formação intelectual em Portugal. Um País mais ou menos parado ao lado de nações europeias em pleno progresso como a França e a Inglaterra, mas também a Itália.

3.1 A Academia dos Ocultos

Nessa época de precaridade do ensino superior reuniu-se em Lisboa uma nova Academia de Belas Letras, a Academia dos Ocultos. Não é claro se a agremiação começou o seu trabalho em 1741 ou, como será mais provável, em 1745, e se o Mecenaz maior era Dom Manuel Teles de Silva, Conde de Alegrete, já conhecido da Academia dos Anónimos ou o muito jovem, 6º Conde de Villar Maior.¹³ A fundação da Academia dos Ocultos ficou mencionada no *Journal des Savants* de 1748 (Braga 1899: 145).

Assim, o tempo de fundação foi aos poucos contemporâneo do livro de Verney (1746) que, ferozmente, condenou as elites e o ensino em Portugal. E, o que era mais grave, atacou de frente a latinidade dos chefes da aristocracia intelectual: o Conde da Ericeira, o Conde de Alegrete e o Conde de Villar Maior. Cita Teófilo Braga:

Mas pior que este, o Marquês *Manuel Teles da Silva* e o *Conde de Villar Maior* os quais ambos tropeçaram terrivelmente nesta matéria de elevação affectada. O primeiro em na carta com que aprova os Epigramas do P^{re} Reis, que começa por *Cum nullum*, etc., usa de um tal estilo, que ainda não vi cousa mais imprópria. O segundo, nas Cartas que escreve a António Reis da Costa é affectado por um novo modo e inclina muito para a declamação, demora-se muito em lugares comuns, e não observa o verdadeiro estilo epistolar (I: 188 apud Braga 1899: 146).

Isto é interessante em três aspectos: o da política, o da cultura e o da didáctica:

13 2º Marquês de Penalva (1727-1789), um dos fundadores e secretário da Academia dos Ocultos.

- 1º Verney, sob a protecção de um pseudónimo e de uma terra estrangeira, a Itália, onde vivia, atacou frontalmente a cultura da camada privilegiada, da Alta Nobreza;
- 2º Ele estava bem ciente de que nas pessoas do Conde de Ericeira (falecido em 1743) e do Conde de Alegrete¹⁴ (falecido em 1731), estava a atacar a elite cultural do País: os Mecenases das Academias, sim, as cabeças da vida intelectual metropolitana, e, deste mesmo modo, questionava o movimento todo, a obra das Academias que, com mais ou menos êxito, é verdade, fomentaram a Poesia e as Belas Letras no Reino.
- 3º A crítica do ensino, proferida por um Jesuíta de Évora, discípulo «estorninho» de Colégio que, é verdade também, fez isso em pleno conhecimento de causa, achando oportuno «sujar» o seu próprio ninho intelectual.

3.2 A criação da Arcádia Lusitana e a situação social

O Terremoto de 1 de Novembro de 1755 foi não só uma catástrofe, mas foi também, como muitas vezes acontece com as catástrofes, um catalisador de reorientação, uma incisão na vida pública do País.

Houve vários eventos e evoluções, na primeira metade do século XVIII, que evidenciaram claramente a necessidade de uma reformação da sociedade portuguesa, a qual, devido a várias razões, se encontrava em visível atraso perante a Europa e os países avançados que se desenvolviam a um ritmo acelerado. Portugal, graças ao Ouro do Brasil, descansou durante todo esse período. O País, sobretudo as elites do País, gastaram as riquezas sem cuidar do progresso económico e social do Reino. Estas tendências eram visíveis também na paisagem das ciências e da literatura, a partir dos anos 30 de Setecentos. Só os estrangeirados é que viram claramente o atraso e a necessidade de reformas. Assim, o aparecimento do *Verdadeira método* de Verney, em 1746, foi como um golpe de maça na sociedade. É certo que, durante todo esse período, existiam Academias e se criou a Academia Real de História, agremiação das cabeças mais valiosas do Reino e do Ultramar, mas as ideias dessas associações não conseguiram tornar a *Res Publica* mais eficaz.

14 Antes Conde de Villar Maior.

As iniciativas positivas das Conferências Eruditas, da Academia Real de História, Academia dos Anónimos, Academia dos Ocultos, que teoricamente indicaram rumos de mudança, não conseguiram despertar a sociedade portuguesa da paralização, continuando esta estagnada no quadro intelectual da neo-escolástica.

Assim, o golpe de maça do *Verdadeira método de estudar* foi um evento saudável para o País, mesmo que muitas críticas, várias reflexões e o tamanho das propostas da obra não fossem nem justas, nem pertinentes, nem realizáveis. Por isso, já em 1748 o Oratoriano Francisco José Freire, mais tarde Cândido Lusitano, publicou a *Arte poética* que na área da Retórica e da Poesia e, de maneira cautelosa, corrigia as ideias às vezes exageradas e utilitaristas de Verney.

Com o Terremoto, a situação mudou profundamente. As consequências da catástrofe sugeriram aos portugueses que escolhessem um caminho diferente e um caminho moderno. A Sociedade não só queria, mas devia, operar um reviramento de rumo nas suas opções de organização material e ideário intelectual. O homem do momento foi o Conde de Oeiras, o futuro Marquês de Pombal.

A fundação da Arcádia Lusitana nesta perspectiva acompanhou os esforços materiais e arquitectónicos do Marquês de Pombal para reconstruir a Capital metropolitana. É óbvio que se formaram correlações entre, por um lado, os alvos da política do Primeiro-Ministro e, por outro lado, os fins sociais da Poesia dos Arcades. A Poesia, também ela, tentou ser útil, pretendendo desempenhar o seu papel na reorganização absolutista do Estado português. Já não podia seguir o rumo de vaidade e de introspecção dos tempos do Culteranismo.

A Arcádia Lusitana foi criada em 1756, poucos meses depois do Terremoto de Lisboa. Foi uma fundação levada a cabo por três bacharéis de Coimbra, a que se souberam associar dois membros muito conhecidos da antiga *Academia dos Ocultos*, a saber, Pedro António Joaquim Correia Garção (1724-1772) e Manoel de Figueiredo (1725-1801), assim como o Oratoriano Francisco José Freire (Cândido Lusitano, 1719-1773), conhecido já antes por sua *Arte poética*, vinda a lume pela primeira vez em 1748.

Sendo o fracasso do Terremoto de Lisboa igualmente um fracasso social, não parece exagerado dizer que a destruição da velha cidade de Lisboa é simbólica: destruiu-se outrossim a velha sociedade que se sustentava nos pilares de Poder Real e da Religião. Era preciso reconstruir não só a cidade, como ainda reformar a sociedade. A nova Socie-

dade literária entrou com grande entusiasmo nos projectos do Primeiro-Ministro Sebastião de Carvalho e Mello para acompanhar, com a ajuda da Poesia, a renovação e a reforma do País. A poesia «de estilo» do século XVII era considerada de *Maó Gosto*, consistindo a orientação na renovação da literatura para o estilo dos Clássicos.¹⁵

Paralelamente, a associação dos *Árcades* debruçou-se de novo sobre um tema muito típico do Iluminismo. O desejo de ser útil à Sociedade, «[...] e de que mais depende a polidez do nosso reino» (Braga 1899: 249). Para ser útil, a Poesia não podia continuar no rumo dos Seiscentistas, tratando de arabescos intelectuais e introspecções psicológicas. Os literatos lembraram-se do papel de catarse, de influência moral, já alvo da poesia de Horácio. A utilidade abrangeu muita coisa.

Entretanto, pouco tempo depois, a Arcádia, tal como todo o País, entrou numa fase difícil. O atentado ao Rei Dom José e em seguida a punição da Alta Nobreza, nas pessoas do Duque de Aveiro e do Marquês de Távora, o cruel julgamento que se fez no dia 13 de Janeiro do ano 1759, tornaram a onipotência do ministro Carvalho e Mello evidente.

A Arcádia, que se considerava uma Associação livre, teve, tal como todos os órgãos administrativos do País, de festejar Carvalho e Mello como Salvador da Monarquia e organizar lisonjas literárias. Os *Árcades* viram-se constrangidos a apresentar *Odes* e *Panegíricos* à Casa Real e, antes de tudo, ao Primeiro-Ministro.¹⁶

O período de Terrors que se iniciou com a punição da Alta Nobreza travou o trabalho dos *Árcades*. A explicação para isso deve ter sido a pressão totalitária sobre os intelectuais que se situava diametralmente oposta dos fins da Associação. Na sessão de 30 de Junho de 1759, Garção proferiu uma conferência para reclamar contra a falta de aplicação aos estudos por parte dos *Árcades*, lamentando que eles pareciam esquecidos das obrigações dos estatutos (Braga 1899: 260). Ele lamentou-se:

[...] cheguei a persuadir-me que um certo espirito de vaidade, uma quasi invencível negligencia, uma certa cobardia, que nos ata e que nos prende, nos precipita a cahirmos em reprehensível lethargo e reiterados absurdos. – O projecto do estabelecimento da Arcádia foi grande, foi majestoso, foi útil e necessário. Os estatutos com que ella se fundou eram solidos,

15 Essa tendência não era totalmente nova, mas antes não teve o sol propício para se propagar.

16 Numa sessão de seis horas que se fez em 14 de Março de 1759.

apoiados na razão e na prudência, e concernentes ao glorioso fim a que se dirigia o nosso trabalho e a nossa esperança. Os animos estavam dispostos ou ao menos os semblantes: chegou a desejada ocasião, mudaram-se os bastidores, desapareceu a sinceridade, confundiu-se a boa ordem, enchemo-nos de um terror panico, não pudémos soffrer a critica; apoderou-se de nós a soberba, cresceu o odio (Braga 1899: 261-262).

Mas como já interpretou Teófilo Braga, é uma declaração que trata menos de dificuldades literárias do que dos perigos sociais do tempo: cobardia, lethargo, absurdos. E mais adiante:

Serenou-se a tempestade, ficamos contentes e satisfeitos; por que ficamos com liberdade de chamarmos bom o que era máo, livres da custosa obrigação de discernirmos o falso do verdadeiro, senhores absolutos do Parnaso, com amplissima faculdade de infringirmos, cassarmos ou derogarmos as mais preciosas leis da poética e da rhetorica (Braga (1899: 262).

De mais a mais, e paralelamente ao seu trabalho útil, os Arcades viram-se instrumentalizados para servirem os interesses do Primeiro-Ministro. Na sessão de 30 de Setembro de 1759, Simão Correia de Mesquita proferiu um discurso sobre a nefasta influência dos Jesuítas na decadência da literatura portuguesa. Junta-se ao coro de inimigos dos Jesuítas para, como era usual nessa altura, condená-los de maneira severíssima:

Daqui brotou o nosso mal: o mal a que apenas agora se procurou remédio efectivo. Apoderaram-se das escolas, fazem-se senhores os novos mestres; firmam novo método de ensinar, que só havia de ser util a seus lucros; novo método, que não podia ser mais dano aos pequenos discípulos. Toma o primeiro lugar em os preceitos grammaticos Manuel Álvares, junto ao seu lado um em numero de Comentadores importunos (Braga 1899: 263).

Faz-se abertamente toda a maledicência da época sobre o ensino da Língua Latina incluindo o maldizer indirecto da *Prosódia* do Padre Bento Pereira (1634):

[...] ou enfim, vencidas fadigas incriveis, vazios de solida erudição, mas muito bem tragado o grosso volume da *Prosodia*, esse vocabulário bilingue, como se tivessem sido regalados dos mais delicados e finos alimentos sahiam das escholas bem satisfeitos (Braga 1899: 264).

Repetem-se todas as acusações contra a retórica dos Jesuítas:

Ordinariamente se julgava, que o ser eloquente era usar de um estilo tumido e soberbo; afagar os ouvidos com argucias e um tom afeminado e macio, ostentar pensamentos, o que se não entendessem facilmente, ou nunca. O que fazia o mimo dos que diziam bem, eram expressões inchadas, sentenças importunas: do mesmo pulpito eram os melhores mestres

os que em períodos arredondados e certas cadencias falsas envolviam antítheses, paranomasias, equívocos, e tudo recitavam mui direitos, com uns gestos próprios de comediante affectado. Com estas preciosas doutrinas se carregavam os estudantes infelices, e se mandavam para a advocacia, para a igreja, para as sciencias maiores (Braga 1899: 264).

Tudo isso se conjugou muito bem com os planos de reforma dos estudos que, nesta época, o Marquês de Pombal lançou em Portugal. No entanto, os Arcades, que tinham todos seguido o ensino em Colégios e outras escolas, deviam saber muito bem da necessidade da reforma, mas não do modo drástico como esta se fez contra o ensino jesuítico. Já em 1746, Verney, que não se contava entre os bem-amados do Marquês de Pombal, criticou o ensino em Portugal. A polémica que depois se desenrolou, mostrou muito bem os dois campos opostos.

Todo o clima social se tornou hostil e cheio de ódios pela acção do Marquês, o que só em parte constituía um terreno propício para reformar e fazer florescer uma Poesia renovada e livre no País.

Voltemos ao utilitarismo da Poesia. Ao contrário de épocas anteriores, a actuação da Arcádia é caracterizada pelo serviço ao Antigo Regime, em consequência não só do paralelo entre a Arcádia de 1756 até 1774 e a actuação do Primeiro-Ministro Carvalho e Mello depois do Terremoto, mas também da pressão efectiva e moral do Regime sobre a agremiação literária. Assim, parte considerável das poesias dos Arcades é destinada ao Panegírico e à lisonja da Casa Real e ao encómio da pessoa e família do Primeiro-Ministro. A ligação do Neoclassicismo com a política do tempo poderia talvez passar despercebida se não fosse o facto de os princípios poéticos do Neoclassicismo se encontrarem justamente realizados igualmente nos Panegíricos dedicados aos poderosos da época.¹⁷

Assim, os Arcades escreveram obras do género Ode, Écloga e Encómio, em honra da inauguração da estátua equestre do Rei Dom José, *Écloga* em honra do próprio Marquês de Pombal (Carvalho) e Encómio ao matrimónio da filha de Pombal, Dona Amélia. Todos esses géneros literários se encontram muito sensíveis à elaboração de conceitos e imagens intelectuais e são sobretudo sensíveis à sublimação da matéria, tendo o Panegírico, mais do que outros géneros, propensão natural ao sublime.

17 A Arte vive do Mecena (cf. Teixeira 2001).

3.3 A sublimação da matéria

A sublimação de assuntos é, por um lado, visível nas Poesias da *Arcádia* (nível poético) e, por outro lado, constitui tema da *Arte poética* de Cândido Lusitano (nível metapoético) que em 1759 aparece em segunda edição, desta vez com larga dedicatória ao Primeiro-Ministro:

Aqui diraõ muitos, que eu alludo à natural circunstancia de ter V. Excellencia nos seus annos florentes cultivado nas Academias a sciencia poetica com merecimento taõ distincto, que (se não for V. Excellencia) não haverá quem delle duvide. Mas não he esta a feliz circunstancia, em que me fundo: V. Excellencia sim seria a gloria das nossas Musas, se a sua grande Alma não viesse ao mundo para mayores cousas; quero dizer, mais para dar materia à Poesia, do que para cultivar seus preceitos (Cândido Lusitano 1759: Dedicatória).

Na *Arte poética*, Cândido Lusitano distingue entre matéria, conceito e dicção. O que é decisivo, além disso, é a categoria do verdadeiro.¹⁸ Ao contrário do que às vezes está escrito em manuais e obras especializadas, o facto de insistir sobre o carácter do verdadeiro não impediu o autor de ver a importância do conceito «engenhoso» e termos escolhidos:

[...] nenhuma outra cousa he o engenho humano, senão aquella virtude, e força activa, com que o entendimento descobre, e recolhe, as similhanças, ou as relações, ou as razões internas das cousas (Cândido Lusitano 1759: 160).

Não deixa dúvida nenhuma a importância que está a atribuir a imagens intelectuais:

[...] por meio do que he verdadeyro, fazendo com que as palavras sejaõ *externamente* hum puro, e vivo retrato daquellas verdades, e *razões internas*, que directamente argumentando *descobrio e concebeo o nosso entendimento* (Cândido Lusitano 1759: 167, realce nosso — Th.).

Por um lado, o poeta não só tem a liberdade, mas sim a tarefa de descobrir a essência da matéria, a tarefa de fazer sair as verdades ocultas de trás da sua superfície. Por outro lado, Cândido Lusitano alerta para o abuso e o carácter artificial do conceito:

Este he o terceiro defeito principal, que já observamos nas reflexões, ou imagens *intellectuaes*, e tambem algumas vezes succederá o mesmo nas *fantasticas*. Chamamos conceito refinado, e rebuscado áquelle, que custou grande estudo ao engenho, ou á fantasia para se descobrir, mostrando

18 O que não vamos aprofundar aqui visto que é mais uma crítica a épocas anteriores.

estas duas potencias huma como ambição de achar razões extraordinárias, e remotas da commã ideia dos homens (Cândido Lusitano 1759: 183, realce nosso — Th.).

Neste contexto surge a noção de affectação que se trata no cap. XXIV da *Arte poética*. Affectação é exagero de tratamento intelectual da matéria.

[...] muitos poetas abusão deste conselho, e enganados com a apparencia do que he bom, cahem, por fugir do trivial, no extremo contrario, que he fazerem, com que os seus conceitos fiquem muito engenhosos, e subtis, tudo procedido de affectarem novidade no discurso (Cândido Lusitano 1759: 184).

A arte, agora, consiste na justa medida de uso da imagem intelectual. A corrida à novidade e ao maravilhoso arrisca-se a chegar ao sofisma e ao abuso. Os sofismas são opostos à Natureza:¹⁹

Como estes pensamentos dos engenhos desenfreados não contém seriedade, por serem demasiadamente subtis, e metafisicos, por isso a natureza, digamos, padece, e se offende muito com elles, vendo, que os homens, desprezando as verdades internas, que ella subministra, só abração as razões inverosimeis, sofisticas, e falsas. Eis aqui em que consiste a *affectação*; em ornar com hum estudo forçado as cousas mais do que he licito, e formar conceitos fora dos limites do verosímil (Cândido Lusitano 1759: 184).

O arranjo da matéria e a escolha das palavras têm como função tornar agradáveis e poéticos os assuntos triviais, e quotidianos.²⁰ Para Cândido Lusitano a sublimação da matéria não significa nenhuma violação do princípio de verdadeiro:

Em huma palavra, como diz Muratori, os poetas acham viandas saborosas, ou novas per si mesmas, ou com a novidade do tempero dão particular sabor ás triviaes, e usadas, facendo por ambos estes modos bellissimos os seus Poemas, e deleitando sommamente o gosto do entendimento (Cândido Lusitano 1759: 57).

Empregando o termo de peregrino na área de conceito e de dicção, ele insiste na tarefa do Poeta para embelecer a matéria, sendo isso mesmo o modo de chegar à expressão adequada e nobre, o modo de poetizar o assunto.

Mas porque nem sempre nosso entendimento pôde descobrir verdades peregrinas, e maravilhosas na materia, antes muitas vezes por necessida-

19 Não será inútil relacionar a ideia de Natureza do Humanismo com a Teoria do Direito Natural, tal como foi um dos pilares da crítica social das Luzes.

20 Na *Arcádia Lusitana* praticado sobretudo por Correia Garção.

de lhe convém descrever, e tratar das mais conhecidas, e vulgares, porá então todo o seu cuidado o Poeta em fazer bella a materia com o artificio. Muitas vezes succede attenuar esta as verdades com o demasiado uso, e por isso não ficar apta a produzir maravilhas, e então tem o engenhoso Poeta necessidade de fazer a esta materia por meyo do artificio poetico, aquelle beneficio, que lhe não fez a natureza (Cândido Lusitano 1759: 61).

E acrescenta:

O que he bello sempre o foy em todo o tempo, e lugar, porque sempre foy e será huma só a natureza, que pintaõ os Poetas excellentes. Sómente, a mayor, ou menor cultura dos estudos he que faz, com que em hum paiz, ou menos em outro haja engenhos poeticos, mais, ou menos felices em compor Poemas; pois que as mesmas sementes do que he bello, são commûas a todos os homens (Cândido Lusitano 1759: 81).

Admirando as expressões felizes dos Salmos de Salomão, Cândido Lusitano compara a linguagem poética dos Hebreus e o estado da língua em Portugal:

Nesta divina Poesia acharaõ-se infinitas imagens, figuras, e expressões verdadeiramente admiraveis, e novas, as quais, quando pela tradução passaraõ a outros idiomas, necessariamente perderaõ muito da sua natural bellezza e força pela rusticidade das linguagens (Cândido Lusitano 1759: 80).

É o velho problema de civilização e de polícia de culturas e línguas que faz com que umas cheguem a níveis mais altos e mais polidos, de modo a que elas, com escritos prestigiosos, com obras de filosofia e poesia, se tornem modelos para aquelas que ainda não alcançaram tais níveis.

4. Meios estilísticos

As críticas principais à linguagem imprópria da poesia de Seiscentos consistiam na ausência de referências ao mundo real, na ânsia de raridade e agudeza, e, por conseguinte, obscuridade, e no seu carácter pouco enérgico, efeminado. Tudo isso faz com que o mundo da poesia permaneça um mundo lúdico, um jogo compreensível e acessível apenas a um círculo restrito de iniciados.

Assim, estando os Setecentistas empenhados na utilidade, era então indispensável alterar a estratégia de poetização. Importava alterar os processos formais e alterar a escolha de conteúdos. Daí que a forma linguística e os assuntos a tratar se tornem as áreas decisivas para a poesia atingir o novo jeito que dela se exige.

Está fora de questão que os Arcades terão de se servir dos métodos tradicionais da poesia. A fim de, porém, ver como eles realizam os seus ideais e estratégias, vamos dar um olhar rápido aos vários processos da Arte Poética.

4.1 O hipérbato

O artifício aparece no emprego do hipérbato, que costuma separar o que sintacticamente deveria estar unido.

A pávida Lisboa desgrenhada
Em negra cinza envolta
Vendo os reais castelos
Cairem-lhe na frente destroçados
Em ti fixou os olhos,
Os olhos em ti pôs, ilustre Conde!
Em ti que sacrificas
À pública saúde *teu* cuidado (Correia Garção, *Ode XXXVIII*).

O hipérbato é transposição poética da ordem natural das palavras. O intento é alcançar efeitos de raridade e surpresa, um meio típico para produzir efeitos insólitos. De certo modo, imita a ordem livre do latim, pois é uma forma de emprego clássico. O hipérbato resulta numa tensão, na espera da parte sintáctica ausente. Essa tensão é tanto mais sensível quanto mais estreito for o laço entre as entidades, já que interrompe a sequência sintacticamente consagrada (Bacry 1992: 125). O exemplo acima mostra a distanciação do complemento (“reais castelos”) e o seu atributo (“destroçados”). O hipérbato, matéria de tanta discussão em França, discussão orientada pela *ordo naturalis* das palavras (*Naturrechtstheorie*), em Portugal não se vê posto em causa. Os Arcades, nesta discussão, seguem os italianos: os doutrinários, tanto Leitão Ferreira como Cândido Lusitano, recomendam o meio estilístico, sendo o hipérbato largamente usado pelos Arcades.

Transposição da ordem há também no quiasmo. É um meio para ferir a atenção do leitor, meio de insistência e de variedade. Três vezes se coloca *em ti*, três vezes de modo diferente. O quiasmo prepara uma insistente imploração do Conde (*em ti fixou os olhos, os olhos em ti pôs, ilustre Conde!*), para, em seguida, se acalmar a uma estrofe mais serena (*em ti que sacrificas...*).

4.2 O ornato

Parte importante do texto poético é o seu ornato, precisamente, a escolha dos epítetos. O ornato, no século XVIII, assiste a uma mudança enorme. Justamente o ornato da época anterior se vira severamente criticado, mesmo ridiculizado pelos neoclássicos. Nos epítetos manifestou-se abertamente o tédio e a fatalidade da vida, a monotonia e a introversão da poesia maneirista. Veja-se a falta de energia, assim como o gosto pessimista e efeminado da estrofe seguinte:

Se verei outra vez tão doce glória?
Mas o suave engano, oh vão cuidado!
Inda eu cuido outra vez em esperanças!
(Fenix Renascida, *ap.* Spina 1966: 148).

O emprego de imagens insípidas e mesmo resignadas como engano ou vanitas foi característico para a época. E essas dicções encontram-se combinadas com palavras como suave, doce ou vão/vã (esperança, amor). O seu emprego repetido faz com que não só pareçam sombrios, mas também sejam gastos, tornando-se alvo da crítica.

O neoclassicismo prefere outros epítetos mais concretos, dinâmicos, enérgicos e que mostram um nexo à intensa vida real. Os teóricos estão conscientes de que a poetização do texto não depende só do adjectivo, embora este tenha muito peso. Cândido Lusitano reflecte isso: «epithetos e expressões, em que muito se erra, como na graduação das palavras, conforme o diverso estilo em que se escreve» (Cândido Lusitano: *Reflexões*, parte III, p. 67). Importa graduar conforme os motivos, importa respeitar os graus estilísticos. O modelo é o clássico tanto no próprio país como o do latim. Assim, Cândido Lusitano critica o grupo «grave remo» com o seguinte comentário: «Não duvidamos que se possa defender com algum exemplo; mas os epithetos usados pelos bons poetas eram os de *agilis*, *citus*; *levis* e *velox*» (Cândido Lusitano: *Reflexões*, parte III, p. 70). É visível que o carácter modelar para os neoclássicos não pára com os exemplos da língua materna, buscando a sua razão claramente na latinidade clássica.

Os epítetos utilizados pelos neoclássicos podem encontrar-se também em contextos fora da poesia, mas excluem a linguagem vulgar. Por outro lado, abrangem também formas escolhidas e alatinadas (como bélico combate em vez de guerra, Gama 1999). Formas alatinadas correspondem mais ao género sublime. Para muitos dos epítetos, a posição usual é a pós-verbal, enquanto a anteposição gera o efeito

poético (sublimar a expressão). Daí que os neoclássicos muitas vezes favoreçam a anteposição, a fim de fazer crescer a graduação estilística do texto: *veloz* carreira; *longa* espada, *ligeira* lebre, *agudas* lanças, *sublimes* pinturas; *esfaimados* leões, *pródigo* herdeiro (Correia Garção, *Ode XXXVIII*).

«Veloz» segue o bom modelo latim *velox*, «sublime» é também forma alatinada, «esfaimado» é palavra escolhida e poética em vez de «faminto» ou «esfomeado», «pródigo» é palavra mais alta e associada à Bíblia em vez de «dissipador» e, no fim, «agudas» em anteposição, como marca essencial da lança, em oposição a «lanças agudas» onde a «agudeza» parece atributo accidental.

No nível da matéria, os epítetos qualitativos poderiam parecer supérfluos ou redundantes, já que não acrescentam nada à imagem, prevalecendo o ornato. Do ponto de vista da poetização, conferem graça e suavidade de tratamento, sendo o seu contributo decisivo. Os ornatos tornam a expressão agradável, formosa e poética, de modo a que a sua contribuição se possa comparar ao grão de sal para a côr poética e a energia da linguagem.

4.3 A personificação

A personificação é um meio apropriado para conferir mais vida e mais intensidade à acção referida. Tal como os gregos costumavam ver nos poderes da natureza a obra de Deuses, também o neoclassicismo não despreza esse artifício para dinamizar e poetizar a acção. Personificada, a natureza passiva fica transformada em agente activo, em simpatisante, ou mesmo em ajuda dos combatentes. Os neoclássicos toleram tais translações se o artifício não ultrapassar os limites do verosímil.

Assim, no *Uraguai* o vento, cheio de ira, vai lançar as chamas contra o inimigo:

Cresce entanto
O incêndio furioso, e o irado vento
Arrebata às mãos cheias vivas chamas,
Que aqui e ali pela campina espalha (Gama 1999: 62).

Também o pátrio rio se anima e favorece o combate dos indígenas, protegendo o filho do povo para deixar passar Cacambo. Neste caso, a personificação vai de par com uma vertente moral: o pátrio rio participa na luta da sua gente. Sabendo do plano de Cacambo, faz com que a passagem seja menos perigosa:

Já sabia no entanto
a nova empresa na limosa gruta
o pátrio rio; e dando um jeito à urna
Fez que as águas corressem mais serenas
E o índio afortunado a praia oposta
Tocou sem ser sentido (Gama 1999: 60).

4.4 Poetização metafórica

Fonte criativa da linguagem poética é a metáfora. Com base em comparações, semelhanças e translações permite tecer imagens, aptas para diversificar e sublimar o texto. O traço mais forte da metáfora é o seu alto grau de associativismo, combinando áreas remotas. A metáfora é capaz de produzir matizes novas e inesperadas. Tal translação de sentidos, não deve, porém, resultar em obscuridade. No entanto, é precisamente na metáfora que o Barroco se afastou mais dos ideais neo-clássicos. Eles viram no gosto da agudeza e nas relações remotas e inverosímeis do século XVII abusos e sinais de mau gosto. Daí que a metáfora tenha caído em descrédito e que a partir de então o seu emprego tivesse ficado dominado pelo cuidado de semelhança, proporção e entendimento. Os Arcades continuaram a servir-se da metáfora, mas ela ficou marcada pela suspeita, por causa dos exageros do Maneirismo. O emprego acha-se reduzido, por um lado, e controlado, por outro. Cândido Lusitano insiste na semelhança e proporção da metáfora, não permitindo translações obscuras onde se rompam os laços entre sentido primitivo e metáfora: «[...] roçando dous lenhos entre si, desperta a chama» (Gama 1999: 61). O emprego de despertar metafórico situa a imagem fora do falar comum. Sem afectar o entendimento, parece mais nobre «fazer nascer, despertar a chama»²¹ do que «acender o fogo» ou «inflamar».

(morte de um guerreiro) os olhos já nadando em fria morte
Lhe cobriu a sombra escura, férreo sono (Gama 1999: 53).

A colocação de «olhos e nadar» associa-se a «perder a clareza», «perder a orientação», enquanto que «sombra escura e férreo sono» indicam uma sombra eterna e um sono do qual nunca mais se vai despertar: metáforas da morte, fáceis de decodificar.

«E lagos cristalinos onde molhe as leves asas o lascivo vento» (Gama 1999: 77). Este exemplo abrange dois processos metafóricos:

21 Processo metonímico de *pars pro toto*: «chama» em vez de «fogo».

por um lado, o vento é comparado à passagem fútil de uma ave: (o vento) molhe as leves asas; e, por outro lado, o vento assemelha-se a um amante: o lascivo vento, o vento parece beijar as ondas, o vento que tem um prazer sensual em tocar as ondas.

Assim se cria uma imagem associativa do vento. Tudo isso fica e permanece acessível ao entendimento, não tem tendência à obscuridade ou ao conceptualismo exagerado. O autor respeita a devida proporção, sabendo combinar o véu poético com o respeito de clareza.

4.5 A perífrase

A perífrase é, sem dúvida, uma das marcas de civilização. Os factos exteriores já não se relatam na sua nudez; o pensamento opera uma substituição e, simultaneamente, uma sublimação. Em vez da percepção directa das coisas, a perífrase permite ocultar as vantagens ou os perigos do objecto. Assim, a substituição dos objectos por representações complexas equivale à distância dos instintos directos a fim de estes se verem substituídos por imagens sublimadas.

(Enchente do rio, fuga nas árvores) Pouco a pouco fomos tomar na região
dos ventos
A habitação aos leves passarinhos (Gama 1999: 33).

Há mistura de metáfora e de perífrase. A função da perífrase metafórica é a sublimação do objecto. Os elementos do desagradável e do perigo acham-se reflectidos por filtros linguísticos para se perceberem no final como jogos de percepção, comparados «aos ninhos dos pássaros».

4.6 Metáforas, símbolos, alegorias

Tudo pode servir e será posto em obra para sublimar a expressão. Assim acontece na seguinte estrofe destinada a glorificar a Arcádia. Primeiro, celebram-se os Árcades e os seus hinos. Começa-se pelo léxico escolhido e pelo ornato: «Dirceus hinos (poéticos hinos), áureas liras, (lançais) eternas luzes, resplendores da Virtude». Querendo cantar a imortalidade dos membros do círculo de Poetas, o autor passa à expressão alegórica: a Virtude e o Tempo. Instrumentaliza em particular o tempo e os símbolos do Tempo. A excelência das obras arranca ao Tempo a fatal «fouce, símbolo da morte» e derrama a areia do relógio,

símbolo de fugacidade da vida, afastando assim os obstáculos da porta da eternidade para alcançar a glória do imortal:

Dirceus hinos que sobre áureas liras
Lançais eternas luzes,
E ao som de ilustres nomes,
Espalhais da Virtude os resplendores,
Vós a lúbrica fouce
Tirais da mão do Tempo, e derramando
O volúvel relógio,
Senhores vos fareis da eternidade! (Correia Garção 1957: 171).

Usando e relacionando alegorias, metáforas e símbolos cria-se uma imagem dos ideais, das pretensões e da necessidade da Arcádia, das suas grandes obras cheias de virtude e de patriotismo e que, tal como a obra do Marquês de Pombal, serão imortais. Quando se trata do sublime poético, parece que todos os meios poéticos são legítimos, só importando o efeito.

5. Conclusão

O século das Luzes assiste a uma reorientação radical da linguagem poética em Portugal. Os poetas ficam entediados com lamentações e vaidade barrocas, querendo sair dos gastos padrões da época anterior. Procuram novos modelos eficazes que virão a encontrar tanto na Itália como na latinidade clássica e nos clássicos quinhentistas do próprio país. São, sobretudo, os teóricos da Arcadia que conseguem dar o passo decisivo para renovar a arte. O empenho da poesia, durante o período pombalino, em ser útil e servir o poder absoluto faz o resto para reorientar a linguagem na direcção da simplicidade, do veromísil e da clareza.

Bibliografia

- Anónimo [= Sotomaior, Lourenço Botelho] (1719): *Systema rhetorico, causas da eloquencia, dictadas, e dedicadas a Academia dos Anonimos de Lisboa por hum Anonymo seu Academico*, Lisboa Occidental: na Officina de Mathias Pereyra da Silva & João Antunes Pedrozo.
- Argote, Jeronymo Contador de (²1725): *Regras da lingua portugueza: espeelho da lingua latina, ou disposição para facilitar o ensino da lingua latina pelas regras da portugueza*, Lisboa: Officina da Musica.
- Ayres, Christovam (1927): *Para a História da Academia das Ciências de Lisboa*, Coimbra: Universidade.

- Bacry, Patrick (1992): *Les figures de style: et autres procédés stylistiques*, Paris: Belin.
- Bluteau, P^e. Rafael (1712-1728): *Vocabulário Português, e latino, aulico, anatomico, architectonico [...] autorizado com exemplos dos melhores escritores portugueses e latinos, [...]*, Coimbra: Comp. de Jesu.
- Bluteau, P^e. Rafael (1729): *Prosas Portuguezas Recitadas em Diferentes Congressos Academicos pelo Padre D. Rafael Bluteau [...]*, Lisboa Occidental: Da Sylva.
- Braga, Teófilo (1899): *Historia da Litteratura Portugueza. A Arcadia Lusitana*, Porto: Lello & Irmão.
- Castiglione, Baldassare ([1508] 1998): *Il libro del Cortigiano*, Torino Einaudi.
- Castro, Aníbal Pinto de (1973): *Retórica e Teorização Literária em Portugal: Do Humanismo ao Neoclassicismo*, Coimbra: Centro de Estudos Românicos.
- Correia Garção, Pedro Joaquim António (1957): *Obras completas*, vol. 1: *Poesias e Sátires*, Lisboa: Livraria Sá da Costa.
- Fávero, Leonor Lopes (1996): *As concepções linguísticas no século XVIII. A gramática portuguesa*, Campinas: Unicamp.
- Ferreira, Francisco Leitão (1718-1721): *Nova arte de conceitos que com o título de Licções académicas na publica Academia dos Anonymos de Lisboa, dictava e explicava Francisco Leytam Ferreyra*, Lisboa: Antonio Pedrozo Galram.
- Ferreira, Aurélio Buarque de Holanda (²1986): *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Feyjó, João de Moraes Madureyra (1734): *Orthographia, ou Arte de escrever, e pronunciar com acerto a Língua Portuguesa*, Lisboa: Officina de Miguel Rodrigues.
- Freire, Francisco José ([1759] 1977): *Arte poetica ou regras da verdadeira poesia em geral* [facsimil da edição de Lisboa: Ameno, 1759], Hildesheim: Olms.
- Freire, Francisco José ([¹1765] 1794): *Dicionário poético, para o uso dos que principiaõ a exercitar-se na Poesia Portuguesa: Obra igualmente util ao orador principiante*, Lisboa: Off. Simão Thaddeu Ferreira.
- Freire, Francisco José ([1773] 1842): *Reflexões sobre a língua portuguesa*, Lisboa: Soc. Propagadora dos Conhecimentos Úteis.
- Freire, Laudelino (1957): *Grande e Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa*, 5 vols., Rio de Janeiro: José Olympio.
- Gama, Basílio da (1999): *Uraguai*, Rio de Janeiro / São Paulo: Record.
- Gonçalves, Maria Filomena (1992): *Madureira Feijó, Ortografista do século XVIII. Para uma história da ortografia portuguesa*, Lisboa: Ministério da Educação.
- Gracián, Baltasar (1659): *Arte de ingenio, tratado de la agudeza. En que se explican todos los modos y diferencias de conceptos*, Lisboa: Na officina Craesbeeckiana.

- Horaz (1972): *Ars Poetica — Dichtkunst (Lateinisch/Deutsch)*, Stuttgart: Reclam.
- Lobo, Francisco Rodrigues ([1619] 1945): *Corte na Aldeia*, Lisboa: Sá da Costa.
- Lusitano, Cândido = Freire, Francisco José.
- Machado, José Pedro (⁴1987): *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, 5 vols., Lisboa: Livros Horizonte.
- Matias, Elze M. H. Vonk (1982): «A Academia dos Generosos, uma academia ou uma sequência de academias», em: *Revista da Biblioteca Nacional* (Lisboa), 2 (2), pp. 223-241.
- Moncada, Luiz Solana Cabral de (1950): «Verney: Um «iluminista» português do século XVIII», em: *Estudos de História do Direito* 3, Coimbra: Universidade.
- Monte Carmelo, Fr. Luiz do (1767): *Compêndio de Orthografia*, Lisboa: Galhardo.
- Monteiro, Ofélia Milheiro Caldas Paiva (1962): «No alvorecer do «iluminismo» em Portugal. D. Francisco Xavier de Meneses, 4.o Conde de Ericeira», em: *Revista de História Literária de Portugal* 1, pp. 191-233.
- Moraes e Silva, António de (1789): *Diccionario da Lingua Portuguesa*, Lisboa: Typographia Lacerdina.
- Pereira, P^o Bento ([1711] ⁸1741): *Prosodia in Vocabularium bilingue, latinum, et lusitanum*, 3 vols., Évora: Typ. Academiae.
- Quintilian, Marcus Fabius (1988): *Institutiones oratoriae, Libri XII / Ausbildung des Redners, zwölf Bücher*. Hrsg. und übers. v. Helmut Rahn, Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft.
- Real Academia das Ciências de Lisboa (1793): *Diccionario*, Lisboa [a-azurrar].
- Saraiva, António José de / Lopes, Óscar (¹³1985): *História da literatura Portuguesa*, Porto: Porto Editora / Coimbra: Livraria Amado / Lisboa: Fluminense.
- Silva, Matias Pereira da (1716-1728): *A Fenis Renascida ou obras poeticas dos melhores engenhos portuguezes dedicadas ao Excelentissimo Senhor D. Francisco de Portugal, Marquez de Valença, Conde de Vimioso, etc.*, Lisboa Occidental: Officina de Antonio Pedrozo Galvão.
- Sotomaior, Lourenço Botelho (1719) = Anónimo (1719).
- Spina, Segismundo (1966): *Uma introdução à poesia da Fénix Renascida*, Coimbra: Gráf. de Coimbra.
- Teixeira, Ivan (2001): *Mecenato Pombalino e Poesia Neoclássica*, São Paulo: Edusp.
- Thielemann, Werner (1999a): «Wörterbücher im 18. Jahrhundert, ihre Tradition, ihre Wurzeln und ihre Zielstellungen: Bemerkungen zum Wörterbuch von P^o Raphael Bluteau», em: Große, Sybille / Schönberger, Axel (eds.): *Dulce et decorum est philologiam colere. Festschrift für Dietrich Briesemeister zu seinem 65. Geburtstag*, Berlin: Domus Editoria Europaea, pp. 1169-1187.

- Thielemann, Werner (1999b): ««O português no Século das Luzes»: Normvorstellungen und Sprachstand anhand des «Compêndio de Orthografia» (1767) von Frei Luiz do Monte Carmelo», em: Endruschat, Annette / Schönberger, Axel (ed.): *Neue Beiträge zur portugiesischen Sprachwissenschaft*, Frankfurt/Main: TFM, pp. 71-104.
- Thielemann, Werner (2001): «Língua culta — Palavras antiquadas — Plebeísmos. A linguagem e a sociedade portuguesa na época do Marquês de Pombal», em: Thielemann, Werner (ed.): *Século XVIII: Século das Luzes — Século de Pombal*, Frankfurt/Main: TFM, pp. 49-97.
- Verney, Luís António ([¹1746] 1949): *Verdadeiro método de estudar*, Lisboa: Sá da Costa.
- Viterbo, Fr. Joaquim de Santa Rosa de (1798-1799): *Elucidário das palavras, termos e frases que antigamente em Portugal se usaram e que hoje praticamente se ignoram*, 2 vols., Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira.

Celeste Augusto (Utrecht)

**Dom Rafael Bluteau e Henry Yule —
ou a função do *Vocabulario Portuguez e Latino*
no *Hobson-Jobson***

1. Introdução

Há mais de 10 anos, fazendo um trabalho de cariz etimológico sobre uma série de vocábulos que, ou de filiação portuguesa ou servindo-se do português, foram importados para o francês, consultei repetidamente *A Glossary of Colloquial Anglo-Indian Words and Phrases, and of Kindred Terms, Etymological, Historical, Geographical and Discursive*, doravante simplesmente o *Glossary* ou o *Hobson-Jobson*¹. Estranhei na altura o modo como algumas das fontes, sobretudo as lusitanas, como o *Vocabulario Portuguez e Latino*, eram tratadas e lateralizei o assunto, porém, não o esqueci de modo algum.

Ao tomar conhecimento do tema do presente Congresso, pensei ser agora o momento ideal para, finalmente, poder abordar o papel da obra lexicográfica de Dom Rafael Bluteau no referido Glossário.

O nosso objectivo é primeiro saber o que terá levado Yule e Burnell a consultarem o *Vocabulario Portuguez e Latino* e, seguidamente, verificar como, quando e porquê é que estes autores se utilizaram desta obra. Assim, não vamos fazer um levantamento exaustivo das palavras portuguesas ou do indo-português importadas pelo indo-inglês nem comentar, precisar ou corrigir percursos etimológicos apresentados.

Se no meio lexicográfico nacional o *Vocabulario*² é bem conhecido, o mesmo creio não acontecer com o *Glossary*, certamente por se tratar de uma obra dedicada a uma variante do inglês. No entanto, como adiante veremos, a informação contida é relevante, especialmente no que concerne os intercâmbios linguísticos existentes entre o português e as diferentes línguas orientais, particularmente na Índia. Esta

1 Hobson Jobson é a versão indo-inglesa da expressão Ya Hassan! Ya Hussain! Um lamento ritual que se ouve nas procissões dedicadas aos netos do Profeta, cf. Yule / Burnell (1984: 419-420).

2 Acerca da importância deste texto de Rafael Bluteau no âmbito da lexicografia portuguesa veja-se, principalmente, Verdelho (1994).

importância é-nos também confirmada por David Lopes (1969) e por Sebastião Dalgado (1913), citando este último o *Glossary* frequentemente.

A nossa exposição iniciar-se-á com breves referências à obra de Dom Rafael Bluteau, sobretudo às fontes sobre matéria oriental ou relacionadas com o Oriente. Passaremos a considerar o *Glossary* do qual faremos uma caracterização global, incidindo também nas fontes de que os autores se socorreram e acentuando, obviamente, aquelas que estão em relação directa ou indirecta com os Portugueses na Índia ou com o indo-português. Para ilustrar as nossas considerações inserem-se em anexo algumas entradas, total ou parcialmente, do *Vocabulario* e do *Glossary*. Após esta parte de carácter mais introdutório, far-se-á uma análise interpretativa de algumas das entradas do *Glossary*. Para a análise, seleccionou-se o seguinte tipo de entradas:

1. entradas onde há referência a Rafael Bluteau,
2. entradas onde se esperaria um referência a este lexicógrafo e não se encontra.

Feita a análise, esperamos dar uma resposta às questões acima formuladas e, se a não tivermos, pelo menos avançar uma hipótese relativa à estratégia seguida por Yule e Burnell no uso que fizeram do *Vocabulario*.

2. O Vocabulario Portuguez e Latino

Quando se consulta a obra de Rafael Bluteau um dos seus traços mais proeminentes é o carácter enciclopédico de muitos dos seus verbetes, o que é, sem dúvida, fruto do imenso e variado saber do autor.

A entrada não se limita a dar uma definição do vocábulo, segue-se-lhe a informação etimológica acompanhada por uma espécie de relato biográfico. Esta forma de abordar a palavra, conjugando a sua história linguística com a extra-linguística revela a importância dada por Bluteau não só às palavras como às coisas, como Murakawa (2002) também mencionou, e pode levar-nos a considerar o autor como um defensor *avant la lettre* da escola *Wörter und Sachen*.

A descrição detalhada, sobretudo no que diz respeito à fauna e à flora, o uso de terminologia apropriada, resultado do recurso aos tratados científicos, e o extenso apoio bibliográfico fizeram do *Vocabulario* uma fonte fidedigna do português da época. Este aspecto é também

confirmado por Murakawa (2002) que, numa consulta, como a autora diz ao acaso, extraiu 65 unidades catalogadas segundo uma área científica.

Saliente-se ainda um interesse muito marcado por tudo quanto vem do Oriente ou a ele se refere, sejam palavras ou sejam coisas, um interesse bastante evidente no largo desenvolvimento que lhes é dado ao longo de toda a obra.

2.1 As fontes

Para a produção dos 8 volumes e dos 2 de Suplemento que constituem o *Vocabulario* serviu-se Rafael Bluteau de um conjunto de fontes que ele próprio dividiu em:

1. autores portugueses,
2. livros portugueses cujo autor se dissimula, ou se ignora,
3. autores latinos.

A grande importância dada pelo autor às suas fontes, assim como à sua menção, vem expressa no primeiro volume num capítulo introdutório: «De todos os Autores Portuguezes que me vierão à mão fiz este catálogo, não só para seu crédito delles, mas para autoridade deste Vocabulario».

Deste modo procura o autor obstar a que se possa julgar que a informação veiculada é gratuita. O facto de os autores portugueses serem em número muito mais elevado, revela o peso que é dado à língua portuguesa; aos cerca de 300 autores portugueses acrescentam-se 14 títulos de livros portugueses, cuja autoria parece desconhecer-se. A estes números contrapõem-se apenas 47 autores latinos incluídos, segundo o autor, como «exemplares da boa latinidade».

Ainda no capítulo introdutório, o conjunto das fontes foi agrupado pelo próprio autor em 35 secções, segundo a matéria que versam, e que vão dos Adágios, à Cirurgia, passando, entre outras, pela Artilharia, pela Música, pela Medicina e pela História. Esta última é a mais extensa e está subdividida em subsecções compreendendo um elenco de 69 autores, dos quais 23 integram a subsecção História dos Portugueses na Ásia. Se atendermos ao facto de que relativamente à História de Portugal e à História dos Portugueses em África são mencionados apenas 17 e 6 autores respectivamente, o interesse de Rafael Bluteau pelas coisas do Oriente fica devidamente confirmado.

No tocante às fontes, há ainda a questão, já levantada por Murakawa (2002), das fontes não mencionadas por Rafael Bluteau, mas que alguma da informação veiculada pelo *Vocabulario* pressupõe que o seu autor as tenha consultado; entre estas, e também segundo Murakawa, encontram-se os *Colloquios* de Garcia de Orta. Estes, embora não estejam explicitamente incluídos na bibliografia, foram certamente considerados na elaboração do *Vocabulario*, a julgar pela informação transmitida em alguns dos seus verbetes.

3. O *Glossary* ou o *Hobson-Jobson*

Em 1886 foi publicado o *Glossary* ou, como é mais conhecido, o *Hobson-Jobson*. A obra é da autoria de Sir Henry Yule e Sir Arthur Burnell, este falecido em 1882, tendo nascido da correspondência entre ambos travada entre 1872 e 1882; além de serem orientalistas, ambos viveram na Índia e puderam verificar *in loco* a influência do indo-português no indo-inglês.

A formação linguística propriamente dita é, sobretudo, de Burnell, um profundo conhecedor de sânscrito que associava ao estudo de línguas do sul da Índia, do árabe, do tibetano, do copta, etc.

A obra não só reflecte a vasta erudição dos autores que cobre o conhecimento dos clássicos, a leitura de obras dos séculos XVII e XVIII, quer de carácter científico quer literário, de relatos de viagens, de narrativas de conquistas, como deixa transparecer um enorme interesse pelas coisas orientais e profundos conhecimentos da realidade adquiridos certamente aquando da sua permanência na Índia e copiosamente inseridos no *Glossary*. De Yule diz o seu biógrafo que tinha uma memória infalível, onde armazenava as referências colhidas nas leituras para na devida altura as usar. Da biografia de A. Burnell sabe-se que nos últimos anos da vida demonstrou um interesse muito especial pela história e literatura da Índia Portuguesa, tendo recolhido muitos e valiosos livros e publicado, entre outros, a versão italiana (com um prefácio e notas) de uma carta muito rara do rei Dom Manuel ao rei Fernando de Espanha relatando as viagens e conquistas de Portugal entre 1500 e 1505.

Em relação ao *Glossary*, há pelos menos três aspectos que gostaríamos de realçar: a precisão, a extensa documentação e, não de menor importância, o interesse que a sua leitura desperta, que é afinal dos propósitos (conseguidos) de Yule quando afirma no Prefácio: «My

first endeavour in preparing this work has been to make it accurate; my next to make it — even though a Glossary — interesting».

Sobre a precisão, e recorrendo a David Lopes (1969: 128), verifica-se que Yule regista no indo-inglês 87 vocábulos portugueses certos e 19 incertos,³ ao passo que Dalgado ([1913] 1989) afirma haver 172 certos e 1 incerto.⁴ Isto porque este último considera também portuguesas as palavras orientais importadas sob a forma portuguesa; nota-se também o rigor, quando uma palavra apresenta várias possíveis origens, no modo fundamentado como os autores se decidem, ou não, por lhe atribuir uma filiação; sobre a abundante documentação, falaremos no ponto seguinte e, quanto ao interesse basta, ler algumas das entradas que a seguir se considerarão e que são, na verdade, autênticos estudos monográficos.

A motivação para o recurso às mais variadas fontes portuguesas é-nos dada pelo próprio Yule na Introdução, sobretudo na p. xviii (p. 3 da edição digital):

The conquests and long occupation of the Portuguese, who by the year 1540 had established themselves in all the chief ports of India and the East, have, as might have been expected, bequeathed a large number of expressions to the European nations who have followed, and in great part superseded them. [...] The natives in contact with the Portuguese learned a bastard variety of the language of the latter, which became the *lingua franca* of intercourse, not only between European and native, but occasionally between Europeans of different nationalities. This Indo-Portuguese dialect continued to serve such purposes down to a late period in the last century, and has in some localities survived down nearly to our own day. The number of people in India claiming to be of Portuguese descent was, in the 17th century, very large.

E depois de ter documentado o passo anterior com três citações, acrescenta:

It may from these remarks be easily understood how a large number of our Anglo-Indian colloquialisms, even if eventually traceable to native

3 Sobre a influência do português ou do indo-português no indo-inglês, veja-se Serjeantson (1962).

4 Apenas a título de curiosidade e até porque este trabalho não tem como objetivos um levantamento e estudo dos vocábulos que transitaram do português ou indo-português para outras línguas, segundo Sannasgala (1976), em singalês, língua oficial do Sri-Lanka, existem hoje 82 palavras oriundas do português, 35 designando conceitos vindos de fora e 47 aplicadas a conceitos nativos cuja denominação vernácula foi grandemente substituída pela portuguesa ou indo-portuguesa.

sources (and especially to Mahratti, or Dravidian originals) have come to us through a Portuguese medium, and often bear traces of having passed through that alembic. Not a few of these are familiar all over India, but the number current in the South is larger still. Some other Portuguese words also, though they can hardly be said to be recognized elements in the Anglo-Indian colloquial, have been introduced either into Hindustani generally, or into that shade of it which is in use among natives in habitual contact with Europeans.

Seguem-se outros passos, onde de novo se alude ao papel do português na emergência do indo-inglês, como fonte ou como veículo transmissor.

Uma outra prova da grande importância que os autores deram à influência do indo-português no indo-inglês é confirmada pela inclusão de uma série de breves notas gramaticais na parte introdutória do *Glossary*.

3.1 As fontes

À semelhança do que fizemos com o *Vocabulário*, vamos agora considerar o material referencial usado na produção do *Glossary*, com incidência no material relacionado com as viagens feitas pelos portugueses, com a sua presença no Oriente e/ou com o indo-português.

As fontes aparecem no início da obra, catalogadas em duas listas:

- 1- lista de glossários e dicionários de línguas indianas, com 30 títulos e onde vem incluído o Vocabulário de 138 palavras portuguesas com o seu equivalente na *Língua de Calicut*, ou seja Malayalam, apenso ao *Roteiro de Vasco da Gama*,
- 2- lista de títulos de obras citadas no *Glossary* de onde se destacam: 31 autores portugueses, alguns com dois trabalhos, 4 colectâneas ou colecções do tipo *Annaes Marítimos* e *Archivo Português Oriental*, abarcando vários anos, e 4 outras obras explicitamente sobre os portugueses na Índia e de autores não portugueses.

Alguns dos registos são acrescidos por comentários editoriais sobre o conteúdo da obra ou sobre o seu autor; é o que acontece com *Décadas da Ásia* de João de Barros, *História do Descobrimento e Conquista da Índia* de Fernão Lopes de Castanheda, *Colóquios ...* de Garcia de Orta e outros.

A título de exemplo, eis alguns números para indicar a relevância dada por Yule e Burnell, no estudo do indo-inglês, às fontes de autores

portugueses e aos textos que reflectem os contactos com os portugueses, assim como influências exercidas por estes ou pelo indo-português:

- 1- a menção *português* por extenso aparece em 332 entradas,
- 2- a menção abreviada *port.* entra em 184 entradas que não incluem a palavra *português*,
- 3- *Bluteau* é citado em 44 entradas,
- 4- *Garcia (de Orta)* é mencionado em 119 entradas em 4 das quais surge apenas o nome Orta,
- 5- (J. de) *Barros* aparece em 167 entradas,
- 6- (Gaspar) *Correa* é referido em 152 entradas,
- 7- (Duarte) *Barbosa* é mencionado em 137 entradas,
- 8- Camões, no original geralmente seguido pela tradução⁵ por Burton⁶, é citado em 59 entradas.

Estes são apenas alguns exemplos, pois, o mesmo tipo de levantamento poderia ser feito relativamente a *Fernão Mendes Pinto*, *Diogo do Couto*, *D. João de Castro*, *Fernão Lopes de Castanheda*, *Garcia de Resende* ou *Godinho de Eredia*.

Uma comparação entre as fontes das duas obras revelou-nos a presença de 10 títulos comuns, havendo também a assinalar o facto de alguns autores serem citados por ambas, mas em relação a títulos diferentes. Para ilustrar o que acabamos de apresentar, remetemos, devido à falta de espaço, apenas para as entradas *pao* e *mogol* do *Vocabulario* e *pardao* do *Glossary*, em anexo. Contudo, verbetes como *typhoon*, *compound*, *elephant* merecem ser consultados. Estes textos são exemplificativos do carácter enciclopédico e/ou monográfico apresentado por essas entradas; além disso, relativamente a R. Bluteau, por exemplo, mostram o grande interesse e o conhecimento do autor sobre a Índia e tudo o que com ela se possa relacionar.

3. O *Glossary* e o recurso a Bluteau

Passamos agora a uma análise-comentário de algumas entradas do *Glossary*. Como acima se disse, abordaremos dois tipos de entrada:

5 É o caso das entradas: *assegay*, *bird of paradise*, *bumba*, *caffer*, etc.

6 Sir R. F. Burton traduziu em 1880 *Os Lusíadas* em dois volumes e em 1881 publicou outros dois volumes acerca da vida do poeta e com comentários.

1º Grupo: entradas onde há referência a Rafael Bluteau.

2º Grupo: entradas onde se poderia esperar uma referência a Rafael Bluteau.

1º Grupo: entradas onde há referência a Rafael Bluteau

O quadro seguinte apresenta os 44 verbetes do *Glossary* onde os autores se referem a R. Bluteau. A primeira coluna dá a palavra tratada, a página em que se encontra e a tradução ou o seu referente, a segunda coluna procura, esquematicamente, indicar o resultado do modo como Yule e Burnell se serviram do *Vocabulario*.

	Entrada	Função
1.	<i>adam's apple</i> (4) // planta	Z
2.	<i>aldea</i> (12) // aldeia	X
3.	<i>alligator</i> (14) // animal	Z
4.	<i>amshom</i> (22) // amoque	Y/Z
5.	<i>andor</i> (29) // padiola	Z
6.	<i>bengala</i> (86) // bastão	X/Z
7.	<i>berberi</i> (87, 88) // doença	Z
8.	<i>boutique</i> (108) // loja	X
9.	<i>boy</i> (110) // carregador	Z
10.	<i>buxery</i> (138) // soldado armado	Z
11.	<i>calay</i> (145) // estanho	Z
12.	<i>caravel</i> (162) // embarcação	X
13.	<i>carnatic fash</i> (116) // embarcação	Z
14.	<i>catur</i> (175) // embarcação	Z
15.	<i>chit, chitty</i> (203) // nota escrita	X?
16.	<i>chop</i> (207) // chapa metálica	Y
17.	<i>cobra de cape</i> (225) // animal	X
18.	<i>cornac</i> (256) // tratador de elefantes	Y/Z
19.	<i>corral</i> (259) // curral	X?/Z/
20.	<i>cotia</i> (265) // embarcação	Z
21.	<i>curry</i> (282) // condimento	Y
22.	<i>dhow, dow</i> (315) // embarcação	Z
23.	<i>eagle-wood</i> (335) // planta	Z
24.	<i>gallevat</i> (361) // embarcação	X
25.	<i>gingham</i> (376) // tecido	Z
26.	<i>godown</i> (381) // loja subterrânea	Z

	Entrada	Função
27.	gram (393) // planta	X
28.	jangar (450) // jangada	Y/Z
29.	maistry, mist (538) // mestre	X
30.	mogul, the great (572) // título	Y/Z
31.	mort de chien (587) // doença	Y/Z
32.	mordexim, mor ... (589) // peixe	Y/Z
33.	mungoose (596) // animal	Y?/Z
34.	mustees, mest (604) // mestiço	X
35.	nabob (610, 611) // título	Y
36.	panicale (669) // doença	Z
37.	pial (703) // poial	X
38.	pintado (714) // animal	X
39.	plantain (715) // planta	X ?Z
40.	rolong (767) // farinha	X
41.	sanguicel (791) // embarcação	Y?/Z
42.	seer-fish (808) // peixe	X
43.	sura, s. toddy (874) // bebida	Y
44.	veranda (965) // varanda	X

X = de origem portuguesa

Y = importada através do português ou do indo-português

Z = tem uma interpretação por Rafael Bluteau

Da leitura da tabela concluímos que 13 palavras foram consideradas de origem portuguesa certa e a filiação portuguesa de três é duvidosa. Em 15 outras entradas de palavras de origem não portuguesa, as marcadas com Z, Yule e Burnell recorrem a R. Bluteau com os seguintes propósitos:

1. para refutar associações feitas; ex.: *Adam's Apple*, *Chop*, *Eaglewood*,
2. para dar uma definição da palavra e contribuir para precisar a sua origem; ex.: *Andor*, *Gingham*,
3. para principalmente recolher informação sobre a Índia ou que com ela se relacione.

Bluteau é citado de dois modos: em português, o que é raro, apenas acontece nas entradas *Aldea*, *Amshom* (*amouco*), *Beriberi*, *Go-down* (loja subterrânea), *Nabob*, *Sanguicel* (embarcação) e *Veranda*; nas restantes ou está traduzido ou é parafraseado.

De qualquer forma, o conhecimento que Yule e Burnell apresentam do *Vocabulario* parece ser profundo, pois, em entradas como, por exemplo, *Adam's Apple*, os autores referem-se à associação, segundo eles errônea, que Bluteau faz no verbete *Zamboia* com este fruto. Uma vez que não mencionam a entrada *Pomo de Adão* do *Vocabulario*, onde realmente parece tratar-se do referente de *Adam's Apple*, pressupõe-se que concordam com o seu conteúdo.

2º Grupo: entradas onde se esperaria uma referência a R. Bluteau

Neste segundo quadro, apresentam-se apenas algumas das entradas referentes a vocábulos considerados de origem portuguesa e onde não se encontra qualquer tipo de referência ao *Vocabulario*, mas sim a outros autores, portugueses ou não, ou obras sobre os portugueses e o Oriente. À semelhança do que se fez no quadro anterior, damos, na primeira coluna, o vocábulo como é apresentado, a página onde aparece registado e a sua forma portuguesa original; a segunda coluna indica que a palavra mereceu a atenção de Bluteau, acrescentando-se por vezes o modo como este último o fez.

Entrada	Registado em Bluteau
<i>Aya</i> (42) // aia	X
<i>Bandejah</i> (58) // bandeja	X
<i>Batel</i> (71) // batel	X
<i>Bayadère</i> (75) // bailadeira	X; bailadeira
<i>Bowla</i> (108) // bahul/ baúl/ baú	X; bahul
<i>Brab</i> (111) // bravo	X
<i>Cameez</i> (151) // camisa	X; desenvolvido
<i>Caste</i> (170) // casta	X; bem desenvolvido
<i>Castees</i> (172) // castiço	X; com o mesmo sentido
<i>Compradore</i> (243) tipo de mordomo	X
<i>Covid</i> (268) // côvado	X; desenvolvido
<i>Cumra</i> (268) câmara	X; desenvolvido
<i>Cuspadore</i> (284) «cuspadeira»	X; cuspideira
<i>Fogass</i> (356) // tipo de bolo	X; desenvolvido
<i>Gentoo</i> (367) // gentio	X; bem desenvolvido
<i>Istooop</i> (440) // estopa	X; com etimologia
<i>Kittysol</i> (487) // quita-sol	X
<i>Margosa</i> (559) // árvore (nimbo)...	X; amargoso

Entrada	Registado em Bluteau
<i>Moor</i> (581) // mouro	X
<i>Mosquito</i> (590) // mosquito	X
<i>Oart</i> (635) // horta	X
<i>Peon</i> (696) // pião	X; desenvolvido
<i>Picotta</i> (704) // termo náutico, picota	X
<i>Towleea</i> (937) // toalha	X; com etimologia
<i>Vellard</i> (964) // valado	X

Muito embora todas estas palavras tivessem merecido a atenção de Bluteau, algumas tivessem adquirido uma extensão semântica ligada ao seu emprego no Oriente e outras até tivessem sido objecto de um desenvolvimento, tudo isto parece não ter sido motivo suficiente para os autores do *Glossary*, aquando do seu tratamento, se referirem ao autor do *Vocabulario*. Isto não quer dizer que não se tenham servido de outras fontes e mesmo de portuguesas. Em relação, porém, a certas palavras como, por exemplo, *istoop*, apenas se dá a referência de um dicionário naval inglês-hindustano. Na realidade, a palavra estopa, embora apareça em Bluteau com etimologia e até com uma referência a Santo Isidoro, não apresenta interesse para a história do indo-inglês. Em outras palavras como *cumra*, os autores não fazem qualquer abonação, o que quer, certamente, dizer que estão absolutamente certos da filiação que atribuíram à palavra, não precisando de qualquer confirmação.

Margosa, por exemplo, apresenta outro caso que é o seguinte: margosa é o nome dado pelos portugueses, no sul da Índia e em Ceilão, à árvore a que os hindus chamavam Nim (do sânscrito nimba) que deu em hindo-inglês *neem* e que Garcia de Orta denominava nimbo, portanto, uma referência à entrada *amargoso* (de sabor pouco agradável) do *Vocabulario* pouco adiantaria.

Reflexões finais

Como epílogo deste texto e à guisa de síntese, podemos afirmar que não foi apenas como suporte dicionarístico e etimológico que Yule e Burnell se serviram da obra lexicográfica de Dom Rafael Bluteau. Foi fundamentalmente o carácter enciclopédico do *Vocabulario* e a vasta informação linguística e extra-linguística sobre a fauna, a flora, as viagens marítimas e os aspectos etnográficos das terras do Oriente, em

especial da Índia, que ele veicula, que levaram os autores do *Glossary* à sua consulta.

Assim, talvez não seja tanto de estranhar que no segundo grupo de entradas não se verifique qualquer referência a Bluteau, isto porque o interesse de Yule e Burnell não reside no português em si, mas assenta no papel que este último teve enquanto medianeiro entre o Ocidente e a Índia.

Bibliografia

Monografias

- Bluteau, Dom Rafael (1713-1723): *Vocabulario Portuguez e Latino*, Edição em CD-ROM pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, s.a.
- Dalgado, Sebastião Rodolfo ([1913] 1989): *Influência do Vocabulário Português em Línguas Asiáticas*, Lisboa: Escher.
- Lopes, David (1969): *Expansão da Língua Portuguesa no Oriente nos Séculos XVI, XVII e XVIII*, reedição actualizada com notas e prefácios de Luís de Matos, Porto: Portucalense Editora.
- Serjeantson, Mary (1962): *A History of Foreign Words in English*, London: Routledge / Kegan Paul.
- Sannasgala, Punchi Bandāra (1976): *A Study of Sinhala Vocables of Dutch Origin*, Sri Lanka: The Netherlands Alumni Association.
- Yule, Henry / Burnell, Arthur Coke (1903): *Hobson-Jobson. A Glossary of Colloquial Anglo-Indian Words and Phrases, and of Kindred Terms, Etymological, Historical, Geographical and Discursive*, New Edition ed. by William Crooke; fourth edition: 1984, New Delhi: Munshiram Manoharlal Publishers.

Artigos em miscelâneas, Festschrift, etc.

- Verdelho, Telmo (1994): «Lexicografia» (Portugiesisch: Lexikographie), em: Holtus, Günter / Metzeltin, Michael / Schmitt, Christian (eds.): *Lexikon der Romanistischen Linguistik (LRL)*, Vol. VI, 2, Tübingen: Max Niemeyer, pp. 673-692.

Textos da Internet

- Murakawa, Clotilde de Almeida Azevedo (2002): *D. Raphael Bluteau: marco na lexicografia portuguesa de setecentos*, Araraquara: Faculdade de Ciências e Letras — UNESP <<http://www.fflch.usp.br/dl/anpoll2/clotildecoloquio2002htm>> (15.02. 2006).

Anexo 1:

YULE / Glossary: entrada “PARDAO”, pp. 672-678 [texto encurtado]

PARDAO, s. This was the popular name among the Portuguese of a gold coin from the native mints of Western [p. 673] India, which entered largely into the early currency of Goa, and the name of which afterwards attached to a silver money of their own coinage, of constantly degenerating value.

There could hardly be a better word with which to associate some connected account of the coinage of Portuguese India, as the *pardao* runs through its whole history, and I give some space to the subject, not with any idea of weaving such a history, but in order to furnish a few connected notes on the subject, and to correct some flagrant errors of writers to whose works I naturally turned for help in such a special matter, with little result except that of being puzzled and misled, and having time occupied in satisfying myself regarding the errors alluded to. The subject is in itself a very difficult one, perplexed as it is by the rarity or inaccessibility of books dealing with it, by the excessive rarity (it would seem) of specimens, by the large use in the Portuguese settlements of a variety of native coins in addition to those from the Goa mint,[note 1] by the frequent shifting of nomenclature in the higher coins and constant degeneration of value in the coins that retained old names. I welcomed as a hopeful aid the appearance of Dr. Gerson D’Acunha’s *Contributions to the Study of Indo-Chinese Numismatics*. But though these contributions afford some useful facts and references, on the whole, from the rarity with which they give data for the intrinsic value of the gold and silver coins, and from other defects, they seem to me to leave the subject in utter chaos. Nor are the notes which Mr. W. de G. Birch appends, in regard to monetary values, to his translation of Alboquerque, more to be commended. Indeed Dr. D’Acunha, when he goes astray, seems sometimes to have followed Mr. Birch.

The word *pardao* is a Portuguese (or perhaps an indigenous) corruption of Skt. *pratapa*, ‘splendour, majesty’, &c., and was no doubt taken, as Dr. D’Acunha says, from the legend on some of the coins to which the name was applied, e.g. that of the Raja of Ikkeri in Canara: *Sri Pratapa krishna-raya*.

A little doubt arises at first in determining to what coin the name *pardao* was originally attached. For in the two earliest occurrences of the word that we can quote – on the one hand Abdurrazzak, the Envoy of Shah Rukh, makes the *partab* (or *pardao*) half of the *Varaha* (‘boar’, so called from the Boar of Vishnu figured on some issues), *hun*, or what we call **pagoda**; – whilst on the other hand, Ludovico Varthema’s account seems to identify the *pardao* with the pagoda itself. And there can be no doubt that it was to the pagoda that the Portuguese, from the beginning of the 16th century, applied the name of *pardao d’ouro*. The money-tables which can be directly formed from the statements of Abdurrazzak and Varthema respectively are as follows: [...] And the **Pardao** was a gold ducat, smaller than the seraphim [...] of Cairo (gold dinar), but thicker. The question arises whether the *varaha* of Abdurrazzak was the double pagoda, of which there are some examples in

the S. Indian coinage, and his *partab* therefore the same as Varthema's, *i.e.* the pagoda itself; or whether his *varaha* was the pagoda, and his *partab* a half-pagoda. [...].

In further illustration that the **pardao** was recognised as a half *hun* or pagoda, we quote in a foot-note "the old arithmetical tables in which accounts are still kept" in the south, which Sir Walter Elliot contributed to Mr. E. Thomas's excellent *Chronicles of the Pathan Kings of Delhi, illustrated, &c.*

Moreover, Dr. D'Acunha states that in the "New Conquests", or provinces annexed to Goa only about 100 years ago, "the accounts were kept until lately in *sanvoy* and *nixane* pagodas, each of them being divided into 2 **praptas** ..." &c. (p. 46, note).

As regards the value of the *pardao d'ouro*, when adopted into the Goa currency by Albuquerque, Dr. D'Acunha tells us that it "was equivalent to 370 *reis*, or 1s. 6fd. English". Yet he accepts the identity of this *pardao d'ouro* with the *hun* current in Western India, of which the Madras pagoda was till 1818 a living and unchanged representative, a coin which was, at the time of its abolition, the recognised equivalent of 3f rupees, or 7 shillings. And doubtless this, or a few pence more, was the intrinsic value of the *pardao*. Dr. D'Acunha in fact has made his calculation from the *present* value of the (imaginary) *rei*. Seeing that a *milrei* is now reckoned equal to a dollar, or 50d., we have a single *rei* = 1f20d., and 370 *reis* = 1s. 6fd. It seems not to have occurred to the author that the *rei* might have degenerated in value as well as every other denomination of money with which he has to do, every other in fact of which we can at this moment remember anything, except the pagoda, the Venetian sequin, and the dollar [note 5]. Yet the fact of this degeneration everywhere stares him in the face. Correa tells us that the *cruzado* which Albuquerque struck in 1510 was the just equivalent of 420 *reis*. It was indubitably the same as the *cruzado* of the mother country, and indeed A. Nunez (1554) gives the same 420 *reis* as the equivalent of the *cruzado d'ouro de Portugal*, and that amount also for the Venetian sequin, and for the *sultani* or Egyptian gold dinar. Nunez adds that a gold coin of Cambaya, which he calls **Madrafaxao** (q.v.), was worth 1260 to 1440 *reis*, according to variations in weight and exchange. We have seen that this must have been the gold-mohr of Muzaffar-Shah II. of Guzerat (1511-1526), the weight of which we learn from E. Thomas's book. [...].

Dr. D'Acunha himself informs us (p. 56) that at the beginning of the 17th century the Venetian was worth 690 to 720 *reis* (mean 705 *reis*), whilst [p. 675] the pagoda was worth 570 to 600 *reis* (mean 585 *reis*).

These statements, as we know the intrinsic value of the sequin, and the approximate value of the pagoda, enable us to calculate the value of the *rei* of about 1600 at ... 0m16d. Values of the *milrei* given in Milburn's *Oriental Commerce*, and in Kelly's *Cambist*, enable us to estimate it for the early years of the last century. We have then the progressive deterioration as follows: [...].

Yet Dr. D'Acunha has valued the coins of 1510, estimated in *reis*, at the rate of 1880. And Mr. Birch has done the same. The Portuguese themselves

do not seem ever to have struck gold *pardaos* or pagodas. The gold coin of Albuquerque's coinage (1510) was, we have seen, a *cruzado* (or *manuel*), and the next coinage in gold was by Garcia de Sa in 1548-1549, who issued coins called *San Thome*, worth 1000 *reis*, say about p1, 2s. 4d.; with halves and quarters of the same. Neither, according to D'Acunha, was there silver money of any importance coined at Goa from 1510 to 1550, and the coins then issued were silver San Thomes, called also *patacoes* (see *pataca*). Nunez in his *Tables* (1554) does not mention these by either name, but mentions repeatedly *pardaos*, which represented 5 silver *tangas*, or 300 *reis*, and these D'Acunha speaks of as silver *coins*. Nunez, as far as I can make out, does not speak of them as coins, but rather implies that in account so many *tangas* of silver were reckoned as a *pardao*. Later in the century, however, we learn from Balbi (1580), Barrett (1584), and Linschoten (1583-1589), the principal currency of Goa consisted of a silver coin called *xerafin* (see *xerafine*) and *pardao-xerafin*, which was worth 5 *tangas*, each of 60 *reis*. (So these had been from the beginning, and so they continued, as is usual in such cases. The scale of sub-multiples remains the same, whilst the value of the divisible coin diminishes. Eventually the lower denominations become infinitesimal, like the *maravedis* and the *reis*, and either vanish from memory, or survive only as denominations of account.) The data, such as they are, allow us to calculate the *pardao* or *xerafin* at this time as worth 4s. 2d. to 4s. 6d.

A century later, Fryer's statement of equivalents (1676) enables us to use the stability of the Venetian sequin as a gauge; we then find the *tanga* gone down to 6d. and the *pardao* or *xerafin* to 2s. 6d. Thirty years later Lockyer (1711) tells us that one rupee was reckoned equal to 1f *perdo*. Calculat [p. 676] ing the Surat Rupee, which may have been probably his standard, still by help of the Venetian (p. 262) at about 2s. 3d., the *pardao* would at this time be worth 1s. 6d. It must have depreciated still further by 1728, when the Goa mint began to strike rupees, with the effigy of Dom Joao V., and the half-rupee appropriated the denomination of *pardao*. And the halfrupee, till our own time, has continued to be so styled. I have found no later valuation of the Goa Rupee than that in *Prinsep's Tables* (Thomas's ed., p. 55), the indications of which, taking the Company's Rupee at 2s., would make it 21d. The *pardao* therefore would represent a value of 10fd., and there we leave it.

[On this Mr. Whiteway writes: "Should it be intended to add a note to this, I would suggest that the remarks on coinage commencing at page 67 of my *Rise of the Portuguese Power in India* be examined, as although I have gone to Sir H. Yule for much, some papers are now accessible which he does not appear to have seen. There were two *pardaos*, the *pardao d'ouro* and the *pardao de tanga*, the former of 360 *reals*, the latter of 300. This is clear from the *Foral* of Goa of Dec. 18, 1758 (India Office MSS. *Conselho Ultramarino*), which passage is again quoted in a note to Fasc. 5 of the *Archiv. Port. Orient.* p. 326. Apparently *patecoons* were originally coined in value equal to the *pardao d'ouro*, though I say (p. 71) their value is not recorded. The *patecoon* was a silver coin, and when it was tampered with, it still remained of the nominal value of the *pardao d'ouro*, and this was the cause of the outcry

and of the injury the people of Goa suffered. There were monies in Goa which I have not shown on p. 69. There was the *tanga branca* used in revenue accounts (see Nunez, p. 31), nearly but not quite double the ordinary *tanga*. This money of account was of 4 *barganims* (see bargany) each of 24 *bazarucos* (see budgrook), that is rather over 111 *reals*. The whole question of coinage is difficult, because the coins were continually being tampered with. Every ruler, and they were numerous in those days, stamped a piece of metal at his pleasure, and the trader had to calculate its value, unless as a subject of the ruler he was under compulsion.”]

1444. – “In this country (Vijayanagar) they have three kinds of money, made of gold mixed with alloys: one called *varahah* weighs about one *mithkal*, equivalent to two dinars *kopeki*; the second, which is called **pertab**, is the half of the first; the third, called *fanom*, is equivalent in value to the tenth part of the last-mentioned coin. Of these different coins the *fanom* is the most useful. ...” – *Abdurrazzak*, in *India in the XVth Cent.* p. 26.

c. 1504-5; pubd. 1510. – “I departed from the city of Dabuli aforesaid, and went to another island, which ... is called Goga (Goa) and which pays annually to the King of Decan 19,000 gold ducats, called by them **pardai**. These pardai are smaller than the seraphim of Cairo, but thicker, and have two devils stamped on one side, and certain letters on the other.” – *Varthema*, pp. 115-116.

[...] his money consists of a **pardao**, as I have said. He also coins a silver money called tare (see tara), and others of gold, twenty of which go to a *pardao*, and are called fanom. And of these small ones of silver, there go sixteen to a fanom. ...” – *Ibid.* p. 130.

1510. – “Meanwhile the Governor (Albo-querque) talked with certain of our people who were goldsmiths, and understood the alligation of gold and silver, and also with goldsmiths and money – changers of the country who were well acquainted with that business. There were in the country **pardaos** of gold, worth in gold 360 *reys*, and also a money of good silver which they call *barganym* (see bargany) of the value of 2 *vintems*, and a money of copper which they call *bazarucos* (see budgrook), of the value of 2 *reis*. Now all these the Governor sent to have weighed and assayed. And he caused to be made *cruzados* of their proper weight of 420 *reis*, on which he figured on one side the cross of Christ, and on the other a sphere, which was the device of the King Dom Manuel; and he ordered that this *cruzado* should pass in the place (Goa) for 480 *reis*, to prevent their being exported ... and he ordered silver money to be struck which was of the value of a **bargany**; on this money he caused to be figured on one side a Greek A, and on the other side a sphere, and gave the coin the name of *Espera*; it was worth 2 *vintems*; also there were half *esperas* worth one *vintem*; and he made *bazarucos* of copper of the weight belonging to that coin, with the A and the sphere; and each *bazaruco* he divided into 4 coins which they called *cepayquas* (see sapeca), and gave the *bazarucos* the name of *leaes*. And in changing the *cruzado* into these smaller coins it was reckoned at 480 *reis*.” – *Correa*, ii. 76-77.

1516. – “There are current here (in Bati- cala – see batcul) the pardaos, which are a gold coin of the kingdom, and it is worth here 360 *reis*, and there is another coin of silver, called *dama*, which is worth 20 *reis*. ...” – *Barbosa*, Lisbon ed., p. 293 [p. 677].

1516. – “There is used in this city (Bis- nagar) and throughout the rest of the Kingdom much pepper, which is carried hither from Malabar on oxen and asses; and it is all bought and sold for **pardaos**, which are made in some places of this Kingdom, and especially in a city called Hora (?), whence they are called *horaos*.” – *Barbosa*, Lisbon ed., p. 297.

1552. – “Hic Sinam mercatorem indies exspecto, quo cum, propter atrocitas poenas propositas iis qui advenam sine fide publica introduxerint, **Pirdais** ducentis transegi, ut me in Cantonem trajiciat.” – *Scti. Franc. Xaverii Epist.*, Pragae, 1667, IV. xiv.

1553.- “R. Let us mount our horses and take a ride in the country, and as we ride you shall tell me what is the meaning of *Nizamoxa* (see nizamaluco), as you have frequently mentioned such a person.

“O. I can tell you that at once; it is the name of a King in the Bagalat (read Balagat, **Balaghaut**), whose father I often attended, and the son also not so often. I received from him from time to time more than 12,000 **pardaos**; and he offered me an income of 40,000 *pardaos* if I would pay him a visit of several months every year, but this I did not accept.” – *Garcia*, f. 33v.

1584. – “For the money of Goa there is a kind of money made of lead and tin mingled, being thicke and round, and stamped on the one side with the spheare or globe of the world, and on the other side two arrows and five rounds; and this kind of money is called *Basaruchi*, and 15 of them make a vinton of naughty money, and 5 *vintons* make a tanga, and 4 *vintenas* make a tanga of base money ... and 5 *tangas* make a seraphine of gold (read ‘of silver’), which in marchandize is worth 5 tangas good money: but if one would change them into *basaruchies*, he may have 5 tangas, and 16 basaruchies, which matter they call *cerafaggio*, and when the bargain of the **pardaw** is gold, each *pardaw* is meant to be 6 tangas good money, but in murchandize, the vse is not to demaund *pardawes* of gold in Goa, except it be for jewels and horses, for all the rest they take of seraphins of silver, per aduiso. ... The ducat of gold is worth 9 *tangas* and a halfe good money, and yet not stable in price, for that when the ships depart from Goa to Cochin, they pay them at 9 *tangas* and 3 fourth partes, and 10 *tangas*, and that is the most that they are worth. ...” – *W. Barret*, in *Hakl*, ii. 410. I retain this for the old English, but I am sorry to say that I find it is a mere translation of the notes of Gasparo Balbi, who was at Goa in 1580. We learn from Balbi that there were at Goa *tangas* not only of good money worth 75 *basarucchi*, and of bad money worth 60 *basarucchi*, but also of another kind of bad money used in buying wood, worth only 50 *basarucchi*!

1598. – “The principall and commonest money is called **Pardaus Xera-phiins**, and is silver, but very brasse (read ‘base’), and is coyned in Goa. They have Saint Sebastian on the one side, and three or four arrows in a bundle on the other side, which is as much as three Testones, or three hundred

Reijs Portingall money, and riseth or falleth little lesse or more, according to the exchange. There is also a kind of money which is called **Tangas**, not that there is any such coined, but are so named onely in telling, five Tangas is one **Pardaw** or **Xeraphin**, badde money, for you must understande that in telling they have two kinds of money, good and badde. ... Wherefore when they buy and sell, they bargain for good or badde money”, &c. – *Linschoten*, ch. 35; [Hak. Soc. i. 241, and for another version see xeraphine].

“They have a kind of money called **Pagodes** which is of Gold, of two or three sortes, and are above 8 **tangas** in value. They are Indian and Heathenish money, with the feature of a Devill upon them, and therefore they are called Pagodes. There is another kind of gold money, which is called *Venetians*; some of Venice, and some of Turkish coine, and are commonly (worth) 2 **Pardawes Xeraphins**. There is yet another kind of golde called S. Thomas, because Saint Thomas is figured thereon and is worth about 7 and 8 *Tangas*: There are likewise Rialles of 8 which are brought from Portingall, and are *Pardawes de Reales*. ... They are worth at their first coming out 436 Reyes of Portingall; and after are rayzed by exchaunge, as they are sought for when men travell for China ... They use in Goa in their buying and selling a certaine maner of reckoning or telling. There are *Pardawes Xeraphins*, and these are silver. They name likewise *Pardawes* of Gold, and those are not in kinde or in coyne, but onely so named in telling and reckoning: for when they buy and sell Pearles, stones, golde, silver and horses, they name but so many *Pardawes*, and then you must understand that one *Pardaw* is sixe *Tangas*: but in other ware, when you make not your bargain before hand, but plainly name *Pardawes*, they are *Pardawes Xeraphins* of 5 *Tangas* the peece. They use also to say a *Pardaw* of *Lariins* (see *Larin*), and are five *Lariins* for every *Pardaw* ...” – *Ibid.*; [Hak. Soc. i. 187]. This extract is long, but it is the completest picture we know of the Goa currency. We gather from the passage (including a part that we have omitted) that in the latter part of the 16th century there were really no national *coins* there used intermediate between the *basaruccho*, worth at this time 0m133d., and the **pardao xerafin** [p. 678] worth 50d [note11] The *vintens* and *tangas* that were nominally interposed were mere names for certain quantities of basaruccos, or rather of *reis* represented by basaruccos. And our interpretation of the statement about *pardaos* of gold in a note above is here expressly confirmed.

[1599. – “**Perdaw**.” See under TAEI.]

c. 1620. – “The gold coin, struck by the rais of Bijanagar and Tiling, is called *hun* and **partab**.” – *Firishta*, quoted by *Quatremere*, in *Notices et Exts.* xiv. 509.

1643. – “... estant convenu de prix avec luy a sept **perdos** et demy par mois tant pour mon viure que pour le logis. ...” – *Mocquet*, p. 284.

Anexo II:

BLUTEAU / Vocabulario; entrada PAO, pp. 228-230

228

PAO

PAO

Pão. Diz-se genericamente de qualquer lenha, & madeira, *v. g.* Não he isto pedra, he pão. *Lignum, i. Neut.*

Cousa de pão. *Ligneus, a, um. Cic.* Tibullo diz, *Deus ligneus.* Hum deos de pão. (Falla nos idolos dos Gentios.) Cicero diz, *Sole lignee,* Sapatos de pão. Hum pequeno candieyro de pão. *Lychnus ligneolus. Cic.*

Adagios Portuguezes do pão. A mancebo mau, com mau, & com pão. Homem grande, besta de pão. Em quanto vay, & vem o pão, folgaõ as costas.

Pão. Bordaõ, cajado, &c. *Vid.* no seu lugar.

Dar em alguém com hum pão. *Aliquem bacillo cadere. Cic. Alicui fustem impingere. Caelius ad Cicer. Vid.* Fustigar.

Pão com ponta, que se finca no chão, para estacadas. *Palus, i. Masc. Columel.* Pão grosso, & forte, com que se fazem paliçadas nos cercos das praças. *Vallus, i. Masc. Tit. Liv.*

Pão de rasoura. *Vid.* Rasoura.

Pão d'aguila, ou d'aguia. He hũa madeira salpicada de varias pintas, cheyrota, & estipica ao gosto, com algum amargor. A casca parece couro, ou pelle de varias cores. As folhas são adentadas, espessas, compridas de algũs quatro pés, & da largura da base se vão estreitando, & terminão em ponta. A flor he de hum vermelho, misturado de amarello, & dobrada como a do cravo. Desta flor sahe hum fruto redondo, branco, & vermelho, & do tamanho de hum grossa ervilha. Das folhas abertas com faca se tira o çumo, & em cabacos se recolhe. Este çumo defecado ao Sol, parece resina. Quando he grosso, & espesso, chamão-lhe *Aloes Caballino*, porque serve para cavallos; quando he mais limpo, & delgado, chamão-lhe *Aloes hepatico*, porque tira a cor do figado; & quando he purissimo, & fino, chamão-lhe *Aloes succotrina*, porque elle vem da Ilha de Socotora. O pão d'aguila da America, a que

PAO

chamão *Mucronato folia*, cresce em tão breve tempo, que em Roma, no jardim do Cardeal Párnez, no espaço de dous mezes teve vinte & cinco pés de alto, & dizem que outro em Madrid crescerá dez pés em huma noyte. De Ceylão, & outras partes circumvizinhas trouxerão os Portuguezes para Europa excellente pão d'aguila. Ha muytas especies delle. O melhor he preto, pezado, & moçoço, & difficilmente se acende. Diz Serapion, que he quente, & seco no segundo grau, o que parece contradição. Conforta o cerebro resfriado, tomando o sumo pelos narizes, chamão-lhe vulgarmente, *Agallochum. Vid.* Aguila. Na Ilha de S. Lourenço, os naturaes chamão ao pão d'aguila *Tetech*. Outros chamão-lhe *Fimipi*; dizem os nossos Botanicos, que he o *Xiladai* dos antigos.

Pão das Antilhas. He o que chamão *Guayaçã* nas Indias de Castella, donde vem. He arvore da seychão de buxo. O de S. Domingos he melhor, que o que vem de S. João; & chamão-lhe *Pão Santo*, por seus maravilhosos effeitos. He pezado, duro, & tem a casca bem pegada, & a cor entre fusco, & amarello. Serve para todas as doenças, que he necessario gastar, & resolver por suor. Na pag. 244. & 246. da sua Recopilação ensina Antonio da Cruz o modo de cozer este pão, & usar delle. *Vid.* Antilhas.

Pão de cobra. Segundo João Hugo Lintscotano. Histor. da India Oriental, part. 8. fol. 78. he hum planta humilde, cuberta de hum casca cinzenta, & alpera. A cor delle he branca, declinante a amarello; he muyto duro, & amargo; tem grande virtude, principalmente na raiz contra todo o genero de peçonha, & mordeduras de cobras, donde lhe veyo o nome. Ha muytos na Ilha de Ceylão. Hum bicho, a que os naturaes chamão *Quil*, ou *Quipela*, da seychão de forão, descobrio a excellencia deste contraveneno, porque como o dito bicho he inimigo mortal das cobras, & peleja com ellas, quando o mordem, acha na raiz do dito pão o remedio. Garcia da

Horta

PAO

Horta traz tres castas delle. *Lignum feripentum*, ou *contra venenosos serpentium morsus*. Vid. Quil.

Pao da China. São humas raizes, que nascem na China a modo de batatas, & tem alguns nós; na China se comem como batatas, ou nabos, quando as tirão da terra frescas, ou como tuberas da terra. Este pao para curas he melhor, quando he pezado, & de poucos nós, ou nenhum, & liso, ou que não tenha buracos, nem caruncho, & a cor de fóra que tira a louro, & o que he branco por dentro, cor de rosa, he melhor que o verdadeiro. Chama-se esta raiz na lingua dos Chins *Lampatan*, & no Docão, *Lampados*. Sahem desta raiz a flor da terra hūas vergontees como pennas de escrever, mayores, ou menores conforme a raiz, cujas folhas são poucas, & da feyçã de laranjeira nova. Da China onde nasce em grande abundancia trouxeram os Chins esta raiz à nossa Índia no anno de 1535. Dizem que também se acha no Malavar, Cochim, Cranganór, Couão, Tanór, & outros lugares daquellas partes. Diz Monardes, que trazem algum das Índias Occidentaes. Na pag. 253. da sua Recopilação ensina Antonio da Cruz o modo de o cozer, & applicar a males venereos.

Pao santo. Vid. Jacarandá.

Pao santo. Hūa das especies do Guayaco, ou Guayacão. Dera-lhe este nome pelos seus admiraveis effeitos. Segundo Monardes, he hūa arvore mais pequena que guayacão, & tem o tronco, & ramos mais delgados, & quasi não tem coração, senão he algum pequeno, que se acha quasi no tronco, onde o pao he mais grosso. Pena o decreve, dizendo que he arvore do feytio do freyxo, mas alguma coisa menor, com casca da mesma cor, folhas de tanchagem, mas mais grossas, mais pingues, & mais pequenãs, & o fructo do tamanho de hum noz. Acrescenta Fallopio, que tem humas flores amarellas, a casca cinzenta por fóra, & por dentro fusca. Convem todos em que he mais aromatico, mais acre, amargo, & pin-

Tom. VI.

PAO

219

gite, que o dito guayacão. O mesmo Pena lhe chama também *Palma santa*, & diz que huns marinheiros Inglezes lhe mostraram hum ramo delle directo com folhas como de cidra, mas carnosas, calvas, mais largas, & mais curtas que as do louro, & que na ponta do ramo havia huns folhetinhos pallidos, como de couro, redondos, & cercados do tamanho de hūa moeda de ouro Franceza, (que vem a ser pouco mais que meya moeda de ouro Portugueza) dentro dos quaes estava hum semente da figura, & cor de hūa lentilha, porém mais chata, & amargosa.

Pao Brasil chamão os Portuguezes à planta, que os naturaes chamão *Ibirapitanga*. Tem a casca fusca, armada de pequenos espinhos, ramos, & folhas oppostas humas às outras, & flores a modo de bolotas, mas ocas, & do comprimento de dous dedos. He do tamanho dos nossos carvalhos, & às vezes tão grossos, que tres homens não o podem abraçar. O pao he muyto duro, & vermelho, & de sua natureza tão seco, que quando o queymão dá pouco fumo. Tinge tanto, que até as suas cinzas misturadas acasos em huma barreira, fizeram a roupa tão vermelha, que não foy possível tirar a cor. Também chamão Pao Brasil, outra planta, também cuberta de espinhos, & tem as folhas quasi da figura do coração, & ramificadas com muytas veas, que do centro até a extremidade vão formando varios circulos. Este pao por dentro he muyto vermelho, & delle usão os Tinuereyros, posto que em alguns Reynos he prohibido, porque o vermelho que esta pao communica, facilmente evapora, & desvanece. E he para advertir, que todo o licorazedo, como gūmo de limão, vinagre estillado, &c. muda a decocção do pao Brasil em amarello, o oleo de tartaro a faz roxa, & com pedra bume se faz mais vermelha que lacre. *Brasilicum lignum rubrum*, ou *lignum Brasilicum*, *l. Neut.* sem mais nada.

Pao d'arco. Arvore do Brasil, a que os naturaes chamão Guirapariba, ou Vru-pariba. Lança folhas muyto verdes em

V

miolhos;

230

PAO

molhos, cada molho quasi sempre de cinco folhas. Dá flores amarellas, que na Primavera cobrem toda a arvore, & fazem fermosissima vista.

Pao Camelo. Arvore do Brasil, a que os naturaes chamão, *Conpiba*. Tem varias especies, hum a modo de faya na altura, & na figura com casca cinzenta, a qual ainda que grossa facilmente se separa do seu tronco. Dá folhas compridas, que colhidas pelo pé deytão humor branco como leite. As flores são como rosas brancas, com alguma vermelhidaõ, & descança o fruto na sua concha a modo de bolota. Outra especie lança grandes ramos, & hum fruto redondo a modo de bola, verde por fóra, & vermelho por dentro, & cheyo de granitos, sementes a milhares de figo.

Pao d'alho, ou Cipó d'alho. Planta do Brasil, a que os naturaes chamão *Ibirarema*, & em alguns lugares, *Tipi*. He hũa herva do mato muyto grande, & muyto alta, assim chamada, porque a qualquer leve contacto exhala hum cheyro, que sabe a alho tão forte, que inficiona os campos, & as casas. Da casca pizada desta planta tira o Gencio hum a especie de visco, do qual usa para remedio de varias enfermidades.

Pao molle, ou pao velho. Arvore do Brasil, a que os Portuguezes derão este nome, porque tem a casca molle, & cheya de rugas. Os frutos desta arvore são a modo de bolotas, & a dita arvore não he muyto diversa da que Dodonco chama, *Siliqua dulcis*.

Pao podre. Arvore do Brasil, que dá bolotas. Os naturaes lhe chamão, *Guaniporacaba*. He hum a das especies de outra arvore do Brasil, a que os Portuguezes chamão *Pao molle*, & *Pao podre*. Vid. *Guilielm. Pison. lib. 2 cap. 19. & lib. 4. cap. 34. De Facultatibus simplicium*.

Pao ferro. Vid. *Barbusano. Vid. Antilha*.

Pao Real. Vid. *Real*.

Pao. Qualquer das nove peças do jogo dos paos. Alguns modernos chamão a estes paos *Trunculi, arum. Masc. ou Py-*

PAO

ramidula, arum. Fem. ou metula, arum. Fem. Plur. Não sabemos se este jogo toy conhecido dos antigos, & por isso ignoramos o nome, que poderia ter em Latina. Eu para mim antes dissera, *Metula*, porque me parece palavra mais Latina, & mais propria. *Pyramidula* não he palavra Latina. O jogo dos paos. *Metularum ludus, i. Masc.* Derrubar quatro paos de hum lanço. *Quaternas simul, ou uno impetu metulas dejicere.* Armar os paos. *Metulas struere*, ou *disponere*. Armar os paos, Metaphoricamente, he dissipar as coulas em ordem ao seu intento. *Aliquid parare*, ou *comparare*, ou *struere*, ou *moliri*. Armar os paos a alguem para o enganar. *Dolum alicui struere*, ou *moliri*, ou *commoliri dolux ad aliquem*. *Porta apud Cicron.* (De forte que lhe armão os paos em tal fórma, que &c. O P. Anton. Vieira, tom. 1. pag. 777.)

Pao de gallinha. Bichinho do Brasil, negro & com azas. Cria-se em terras humidas, & alagadiças, & roe as raizes das canas de açúcar. Os naturaes lhe chamão *Guitapeoca*. Vid. *Guilielm. Pison. cap. 16 lib. 2. Hist. Plant.*

Paos, ou varas, em que andão bolatins. São hús paos, igualmente compridos, que os bolatins atão às pernas, & tem hum pedaço de taboa em que se firma, & descança o pé. Em varios paizes usão destes paos os pastores, quando querem vadear ribeyras. *Gralle, arum. Fem. Plur. Varra.* Bolatim que anda em paos destes. *Grallator, is. Masc. Plur.* Chama o mesmo Plauto *Grallator grallatorius*, às grandes passadas, que dão os que andão sobre varas. O P. Bento Peroyra, declarando na sua Profodia a palavra *Gralle*, chamalhe *Pé de pao*, & para mayor clareza diz, que são humas varas altas com gancho, em que assenta o pé, & pegandose à haste, se anda em pé.

Paos. Hum dos quatro metaes do jogo das cartas. Huns homens espancãrão a certo villaõ, & viudo elle depois em busca delles com espada, disselhe outro homem: Villaõ, le o trunfo sahio de paos, quem te mete com espada?

Peixo

PAO

Peixe pao. Peixe do mar, de cor cinzenta nas costas, & branca na barriga. He o bacalhao seco. Os Hollandezes lhe chamão *Stochvisch*, que val o mesmo que *Pao de peixe*, & daqui vem, que lhe chamamos *Peyxe pao*, como tambem, porque he muyto duro. *Afallus, i. Mast. Plin.*

Gerda Haßler (Potsdam)

Dois *Antídotos da língua* no Século XVIII

Na discussão sobre a língua portuguesa na primeira metade do século XVIII encontra-se pelo menos duas vezes um termo médico curioso: o *antídoto*. Já em 1710 José de Macero (1667-1717) publicara, sob o pseudónimo de Antonio de Mello da Fonseca, um livro denominado *Antídoto da Lingua Portuguesa*. Em 1750 o escritor português Manuel José de Paiva publicou um *Antídoto grāmatical. Balsamo Preservativo da corrupção da lingua Latina, ou curioso descubrimento dos principaes erros, barbaridades, e incoherencias do novo Methodo para aprender a dita Lingua*. Com o reinado de João V começa a época do bom gosto nas artes e ciências em Portugal. A mudança que se vive aplica-se a certas áreas do saber, entre outras a gramática latina. O que ambos os autores entendem por *antídoto* é muito diferente. Tentaremos dar uma explicação sobre os objectivos dos escritores e situá-los nos seus contextos ideológicos. A reflexão sobre a linguagem é mais intensa numa época de mudanças profundas na própria língua. Além disso, os temas metalinguísticos estavam na ordem do dia da discussão europeia. Para esta discussão contribuíram sobretudo as relações entre problemas filosóficos e dimensões linguísticas do aprofundamento e da difusão do saber humano.

1. A purgação da língua

Uma obra de 1710, que hoje está praticamente esquecida, dá-nos uma descrição da língua portuguesa e faz uma comparação com a língua espanhola, utilizando exclusivamente metáforas corporais e médicas. O *Antídoto da Lingua Portuguesa* de Antonio de Mello da Fonseca foi publicado por Miguel Diaz, provavelmente graças às relações existentes entre o autor e os judeus ibéricos imigrados. O autor é conhecido sob o nome de José de Macero, nasceu a 22 de Dezembro 1667 e morreu a 28 de Julho de 1717.

O antídoto que propõe não se dirige contra um método inadequado de ensinar, mas contra os erros na própria língua portuguesa. A argumentação não é complicada e resume-se em algumas linhas do prólogo ao leitor:

Eu nunca me descontentei tanto da nossa Lingua, como se descontentaõ muitos grammaticos, que affirmaõ temerariamente, que ella he muito peor que a Castellana, sendo tal a ignorancia, de que nelles procede esta affirmacão, que o mais que dizem, se saõ examinados os fundamentos della, he sò, que a grande frequencia, com que usamos do ditongo *aõ*, faz a nossa lingua mui tosca e mui grosseira. Isto confesso, que nunca nella me pareceu bem; mas nem basta, para que eu julgue inferior a alguma das vulgares, nem cuido, como o cuidaõ geralmente todos os Portugueses, que he irremediavel este defeito; e por isso me resolvi a declarar aqui, qual me parece, que pode ser o remedio delle (Fonseca 1710: [1], Prólogo).

As qualidades excepcionais da língua espanhola terão sido enfatizadas de forma meritória, porém a Língua Portuguesa não era menos rica. Havia apenas um elemento fonético, nomeadamente o ditongo *aõ*, que conferia a esta última um aspecto exterior mais rude e grosseiro. Seria, portanto, fácil destituir a língua desta sua rudeza, eliminando-se simplesmente o referido ditongo. Independentemente disso, uma comparação entre o Castelhana e o Português apenas realçaria as mesmas vantagens e qualidades de ambas as línguas, podendo daí mesmo resultar a preferência pela portuguesa.

Os caminhos para um embelezamento fonético da língua portuguesa propostos por Fonseca são muito simples, e ele está convicto do seu sucesso. Também não se dissera antigamente *Romaons* e *Castellaons* em vez de *Romanos* e *Castellanos*, e não era esta mudança que o tempo trouxe um motivo de alegria? Caberia agora apenas generalizar e alargar essa mudança, para que se substituísse o ditongo incómodo por uma sílaba mais agradável (Fonseca 1710: [3], Prólogo). Uma língua tão pura, suave e elegante como a portuguesa deveria estar apta para se libertar do vício representado pelo ditongo *aõ*. Esta limpeza elevaria a língua portuguesa acima de todas as outras línguas dos outros povos:

[...] a causa principal, porque me he odioso este ditongo *aõ*, e dezejo que por nòs o uso delle seja exterminado, he a dura e notavel incongruencia, com que por elle temos taõ viciada, e taõ iniquamente offendida huma Lingua taõ pura, taõ suave, e taõ elegante como he a nossa, a qual sempre me pareceu, e a outros juizos melhores que o meu, muito melhor que todas as vulgares (Fonseca 1710: [3], Prólogo).

Afinal o uso do ditongo *aõ* não era mais do que uma moda comparável ao uso de chapéus grandes e à construção de ruas estreitas nas cidades. Era fácil chegar à convicção de que uma outra moda seria muito mais agradável e natural. O rei de Portugal teria de ordenar um

novo uso da língua e vigiar o seu devido cumprimento pela lei, nas escolas e nas tipografias.

2. O enriquecimento da língua portuguesa

A primeira parte da obra de Fonseca é dedicada à ilustração da língua portuguesa, para a qual contribuíram muito as palavras adquiridas do Latim. Ele opõe-se claramente aos Puristas que acusam a língua portuguesa de ter adoptado palavras do Latim recente e não exclusivamente do Latim clássico:

He a primeira dissertação sobre a bondade egreja da nossa Lingua, e sobre a grande utilidade, que ella tem recebido das palavras Latinas ja nella introduzidas, e consequentemente recebe da introdução continuada de outras, que do Latim recente e justamente usurpamos para a enriquecer e ornar. Se eu soubesse com a clareza e elegancia dignas da gravidade deste importante assumpto, enuclear e enodar as difficuldades, dilucidar e propulsar os erros, e dissipar os danos todos das varias controversias, que o fazem na opinão vulgar vastamente intricado: inteira e facilmente poderia emendar a miseravel imprudencia daquelles, que não so incon-sulta, mas abjectissimamente temem, que asperamente lhes seja vituperada a culpa enorme e grave (como elles imaginão) de usar na nossa Lingua de algum vocabulo ainda nella não posto em uso; como se offendessem com aquillo mesmo, com que a illustrariaõ, se generosamente vencessem tão insipida timidade; e como se não fosse mais generosa e mais amavel a paciencia exercitada no incommodo de ser por isto reprehendidos injusta e muito reprehensivelmente, do que a felicidade falsa e ridicula de carecer deste genero de reprehensoens (Fonseca 1710: 4).

As propostas dos Puristas afiguram-se ainda mais ridículas, quando na França já se havia travado, sem qualquer successo, uma luta semelhante contra os vícios da língua:

Sobre a reformação da loquela tambem sabemos por alguns libros modernamente impressos, que sem a minima utilidade se tem trabalhado grandemente nas academias de Paris, procurando-se a extincção ou emenda de alguns vocabulos da Lingua Francesa. E nisto se vê tambem, que os pensamentos e dezejos de dar algum remedio a os vicios de huma Lingua, não devem parecer tão ridiculos, como parece, que o deveriaõ ser, se fossem somente meus (Fonseca 1710: 108).

Além disso, as palavras do Latim são ainda mais fáceis de integrar no Português do que no Espanhol. Segundo Fonseca, esta proximidade com o Latim representa uma grande vantagem da língua portuguesa. Tal como muitas palavras mantiveram a sua forma latina original, o Latim continua a constituir uma fonte importante para o actual enriquecimento do vocabulário português:

Alem disto da grande affinidade; que a nossa Lingua tem com a Latina; tiramos outra felicidade notavel, que nenhuma nação estranha logra, nem pode lograr tão facil, nem tão naturalmente, como nos a logramos. Esta felicidade consiste na confiança familiar, com que tambem cada día tomamos novamente do Latim sobre as palavras Latinas, que já temos, as que queremos, e usamos dellas, como se fossem nossas, todas as vezes, que ou não achamos outras vulgares ou as vulgares, que achamos, nos não parecem tão proprias, ou tão convenientes, para explicar com igual elegancia ou clareza o que queremos, que os ouvintes percebaõ (Fonseca 1710: 21).

Para uma língua se tornar perfeita, ela necessita de muita riqueza, multiplicidade formal e ornamentos. Fonseca dedica a segunda parte do seu *Antídoto* a essa mesma riqueza que, passados apenas poucos anos, será considerada como excessiva e desnecessária na maioria das culturas européias:

He a segunda dissertação sobre a grande variedade dos ornamentos, concinnidades, e excellencias, que deve ter uma Lingua, para que rectamente lhe possamos chamar perfeita. Nesta abundantemente formosa, generosa, e deliciosa, posto que ardua escabrosa, e quasi incomprehensivel materia, me parece, que disse algumas cousas não dittas antes; as quaes não posso considerar indignas de ser attenta e maduramente consideradas; porque imagino, que se o fossem, não seria impossivel, que disso resultasse em alguma, e depois em diversas linguas, a introdução de varias conveniencias (Fonseca 1710: 5).

Na terceira parte da sua obra, Fonseca pretende provar como a Língua de Camões correspondia já a todos os requisitos da perfeição. Ele alude aos pareceres dos Gramáticos que até então escreveram sobre a língua portuguesa¹ e adota aqueles mesmos critérios, segundo os quais já há muitos séculos se emitiam pareceres sobre a qualidade de uma língua: a riqueza de palavras, uma pronúncia agradável, clareza e precisão de expressão:

Ali veraõ com gosto e facilidade, que nas cinco melhores propiedades, ou qualidades, que deve ter huma Lingua para ser perfeita, não deve ser posposta a alguma das vulgares a nossa Portugueza; porque nenhuma he mais copiosa de palavras, nenhuma tem maior, nem igual facilidade na sua pronunciação, nenhuma pode explicar com maior brevidade, e menores circumloquios a grande variedade dos pensamentos e juizos humanos, nenhuma he mais apta para os estilos todos, e finalmente em nenhuma concorda tanto com a escriptura a pronunciação (Fonseca 1710: 6).

1 «Ali veraõ, que Joaõ de Barros, e o Padre Frei Bernardo de Britto, e outros autores nossos gravissimos, cujo juizo se deve venerar grandemente, tiveraõ por melhor a nossa lingua, que a Castelhana, sendo a castelhana tida universalmente por melhor que todas as de Europa» (Fonseca 1710: 6).

Fonseca limita-se a uma comparação do Português com o Castelhano, sem se preocupar com outras línguas. Ele justifica este procedimento com o facto de que já tanto tenha sido escrito sobre a excelência da língua espanhola, que a prova de que o Português não lhe é inferior constitui prova suficiente (Fonseca 1710: 8-10).

No particular, Fonseca introduz sobretudo comparações fonéticas. A língua espanhola será menos bela devido à sua terminação consonântica em *d* em muitas palavras, extremamente difícil de pronunciar (*verdad, falsedad, magestad, dignidad*). No seu lugar, a forma do Imperativo no Português colocara um som vocálico muito mais suave e agradável (*correi, fazei, cantai, saltai, estimai*), e menos chocante do que a forma do espanhol (*corred, hazed, cantad, faltad, estimad*). Além disso, no Espanhol havia muitas palavras que terminavam em *n* como, por exemplo *pan, capitan, ladron*, o que dava à língua um carácter pesado. Quando no Português, em lugar disso, se encontrava com frequência o horrível ditongo *aõ* no final das palavras, sempre havia a alternativa proposta por Fonseca, o antídoto (Fonseca 1710: 9).

O Português era também muito mais elegante, uma vez que não mudara a vogal nas palavras *porta, ovo, novo*, enquanto o Espanhol a substituíra por um ditongo (*puerta, huevo, nuevo*), afastando-o, assim, do Latim e conferindo-lhe novamente um carácter pesado:

Naquella differença; que he humas das principaes, em que a sua Lingua se distingue da nossa, dizendo *puerta, puerto, huevo, nuevo, tuerto, muerte, fuerte, fuente, puente, fuego, cuerpo, cuervo, fuera*, & onde a nossa mais elegante, mais facilmente, e mais propinqua ao Latim, diz, *porta, porto, ovo, novo, torto, morte, forte, sorte, fonte, ponte, fogo, corpo, corvo, fora*, &. bem vemos, que lhe excede notavelmente a nossa, e que he mui grande o numero das palavras, que mostraõ este excesso (Fonseca 1710: 9).

Segundo Fonseca, existem muitas deficiências fonéticas na língua espanhola, enquanto o Português é mais latinizado e, como tal, muito mais belo. A vogal *i* será completamente desnecessária em palavras como, por exemplo, *merienda, cierto, ciervo, ciego, siempre, vientre, ciento, miedo, tiempo, viento, tierra, fiera, miel, diente, impedimiento*, as quais se encontram igualmente no Português, porém numa forma mais simples e clara, sem a desnecessária (*ociosissima*) vogal.

As características fonológicas da língua portuguesa permitem uma maior analogia das palavras, enquanto o espanhol esconde frequentemente na sua forma as relações de parentesco existentes entre as pala-

vras: *puerta e portero, fuerte e fortaleza, muerte e mortaja, duele e dolor*:

Alem disto a errada analogia de dizer *puerta* e *portero*, *fuerte* e *fortaleza*, *fuerça* e *forçoso*, *muerte* e *mortaja*, *duele* e *dolor*; *cuento* e *contar*, *suelto* e *soltar*, *duerme* e *dormia*, *puede* e *podia*, *muerde* e *mordia*, *quiere* e *queria*, *tiene* e *tenia*, *viene* e *venia*, *tiembla* e *temblava*, *suenas* e *sonava*, *hazer* e *satisfazer*, *dicho* e *maldito*, e mil outras cousas, como estas, he vicio entre os Castelhanos frequentissimo, e entre nós rarissimo (Fonseca 1710: 9).

3. A língua — intérprete do entendimento

A beleza dos sons e a analogia de elementos morfológicos constituem critérios importantes na comparação linguística. Estes mesmos critérios conservam a sua validade até às grandes aglomerações de línguas no final do século XVIII. Já no Antídoto de Fonseca existe, no entanto, um outro critério importante: a concretização da função da língua, a de expressar o pensamento humano. É aqui que reside a verdadeira e única missão de uma língua, e a perfeição de cada língua isolada mede-se pela clareza, a elegância e a naturalidade desta sua capacidade de expressão:

Digo pois em primeiro lugar, que o verdadeiro e unico officio de qualquer Lingua, he como disse Cicero, ser interprete do entendimento; e que por isso aquella, que mais clara, mais elegante, e mais naturalmente souber fazer este officio, será sem controversia a mais formosa, e a mais digna de estimaçãõ, pois he bem certo e claro, que nenhum requissito pode ter hum interprete; e nenhuma excellencia mais necessaria, nem mais excellente, que a de saber explicar com clareza, elegancia, e naturalidade dignas de grande applauso, a cousa interpretada (Fonseca 1710: 11).

Naturalmente, a expressão do pensamento depende do uso que as pessoas fazem das línguas, mas quando os próprios instrumentos não são bons e adequados também o seu uso não tem hipótese de ser bom.

O aperfeiçoamento da língua portuguesa, que carece simultaneamente de enriquecimento e de limpeza, pode levar a conflitos entre a analogia, a norma e a eufonia. Neste contexto, Fonseca opõe-se aos Puristas, os quais rejeitam as palavras *levidade* e *levidão*, porque as mesmas não se encontram em textos de grandes autores portugueses. Será fácil de adivinhar a preferência de Fonseca relativamente à palavra *levidade*, no entanto juntam-se aqui às suas já referidas preferências fonológicas mais duas outras razões: o ablativo do Latim *Levitate*

e a analogia com palavras portuguesas formadas através do mesmo modelo como, por exemplo, *gravidade*, *humanidade*, e *temeridade*. Não havendo meio algum à introdução do neologismo *levidade*, Fonseca estaria mesmo disposto a aceitar a palavra mais inculta e mais rústica *levidão*. Sempre seria preferível à aceitação resignada de uma lacuna no vocabulário que impedisse a expressão correcta da respectiva ideia:

Em huma controversia mui altercada ouvi eu já, que em Portuguez nem se pode dizer levidade, nem levidaõ, porque nenhuma destas palavras foi athe agora usada de algum escritor nosso. A minha opiniaõ sobre isto he, que devemos dizer levidade, porque os Latinos no ablativo dizem Levitate, e porque os imitamos deste modo, dizendo gravidade, e humanidade, e temeridade, &c. e porque sempre he licita, se he necessaria, ou util, e he muito mais amavel, que a falta de palavras, a introduçaõ dellas, e porque he taõ urgente a necessidade, que muitas vezes temos de as introduzir, que contra ella nem pode haver ley justa, nem, que naõ seja muito menos forçosa. Mas se naõ fosse licito dizer levidade, muito melhor seria levidaõ, e ainda outra palavra mais inculta e mais rustica, do que naõ declarar por palavra alguma aquilo, que por essa inculta e rustica pode ser declarado. Naõ fallo agora na obstinaçaõ ridicula dos que diziaõ, que levidaõ por ser palavra acabada em aõ, he mais propria da nossa Lingua, que levidade; porque naõ seraõ poucos neste Livro os Capitulos, em que declarei sufficientemente o que sinto sobre esta e outras semelhantes fa-tuidades (Fonseca 1710: 13).

A primazia é aqui, portanto, dada à capacidade de expressão relativamente à beleza fonética e à elegância morfológica. Fonseca chama a essa capacidade de expressão a beleza interior das línguas (*interior formosura das linguas*) e contrapõe-na à beleza exterior. Ao fazê-lo recorre a mais uma comparação concreta com o mundo corpóreo: a beleza exterior é como as folhas de uma árvore, enquanto a relação entre as ideias e as formas de expressão é comparável aos frutos:

Esta interior formosura das linguas he tanto mais formosa que a exterior, quanto nas arvores saõ mais formosos os fructos, do que as folhas; mas assim como nas arvores naõ deixa de ser agradavel a formosura das folhas, ainda que dellas se naõ possa tirar a utilidade, que se tira dos fructos: tambem nas linguas naõ deixa de ser agradavel a formosura externa apparente das palavras, ainda que nessa apparencia naõ consista o verdadeiro fructo, que dellas dezejamos tirar; o qual consiste so na formosura interior dellas; e essas queremos que se entenda (Fonseca 1710: 13).

4. Um termo médico na gramática

A razão pela qual me detive tão demoradamente na análise do Antídoto de Fonseca deve-se ao facto de este texto poder ser considerado como representativo de várias tendências. Nele se retoma a discussão francesa sobre a pureza da língua, sem, no entanto, conduzir às mesmas consequências puristas. Segundo Fonseca, a pureza e a beleza da língua deveriam antes estar ligadas a um realismo linguístico.

Desde o século XVIII encontra-se em vários livros ou manuais de estudo do Francês em países europeus uma apologia da língua francesa e a ênfase do seu carácter universal. Este período que marca o nascimento da ideia de universalidade tanto na França como em outros países europeus coincide com o aparecimento de várias obras sob o título de *Le génie de la langue française*, colectânia de observações pelos Observadores (*remarqueurs*) sobre a língua francesa, apresentadas sob forma sistemática.² Ainda no século XVIII não é posto em causa o papel universal do Francês, mas os argumentos à sua fundamentação são extraídos de diferentes contextos e relações. Se antes as observações relativas ao carácter excepcional da língua francesa formavam uma base descritiva sobre a qual se afirmava a universalidade do Francês, é agora o enquadramento conceptual desta discussão que se torna mais vasto e diversificado. Embora nos debates sobre questões linguísticas continuem incontornáveis as antigas, ainda válidas categorias renascentistas como a harmonia, a elegância, a riqueza e a força, novos argumentos lhes são agora acrescentados.

O discurso sobre o carácter excepcional, o génio de uma língua contém críticas avaliadoras do carácter dos povos que a falam. Foi assim que, por exemplo, o Marquês d'Argens, residente na corte de Frederico II, escreveu de forma pouco lisonjeira sobre o carácter dos alemães:

2 Cf. «Mais ce qui fait de la peine à ceux qui étudient la pureté et la netteté de notre langue, c'est que ces Auteurs n'ont observé aucun ordre dans leurs Remarques ou Observations. Monsieur Vaugelas l'avoue lui-même dans la préface. [...] L'Auteur de ce nouveau Livre a crû qu'il obligerait le public, s'il formoit un dessein dont la méthode pût rendre l'étude des Remarques plus facile, & mettre en leur jour plusieurs Decisions qui paroissent obscures, parcequ'elles sont séparées les unes des autres, quoyqu'elles ayent un rapport & une dépendance naturelle» (d'Aisy 1685, préface).

Le génie généralement peu vif des allemands, et leur langue plus propre à écrire des ouvrages de science et de morale, que des pièces d'éloquence et de poésie, ont semblé former un obstacle au grand nombre de poètes et d'orateurs parmi eux (d'Argens 1755: 329).

Já Condillac havia verificado a existência de uma estreita ligação entre o carácter excepcional de uma língua e o carácter do povo:

[...] il est naturel que nous nous accoutumions à *lier nos idées conformément au génie de la langue* dans laquelle nous sommes élevés, et que nous acquérions de la justesse, à proportion qu'elle en a elle-même davantage. («Essai sur l'origine des connaissances humaines» 1746, partie 2, section 1, chapitre 12. Condillac 1947: 94).

Uma vez que uma língua não podia ter todas as vantagens, era, segundo o conceito de Condillac, preferível que uma língua tivesse de todas as vantagens uma medida razoável.³

A preferência por termos medicinais nas discussões sobre as particularidades excepcionais de uma língua é igualmente documentável na Alemanha. Citemos aqui o exemplo de André-Pierre le Guay de Prémontval, residente em Berlim, em querelas com o permanente Secretário da Academia e que apresentou o seu *Préservatif contre la corruption de la langue française*. É a este mesmo Prémontval que a Academia de Berlim deve a sua questão ou tema do concurso de 1759, a qual desafiava à reflexão sobre a influência mútua de língua e pensamento (*l'influence réciproque du langage sur les opinions & et des opinions sur le langage*).⁴ O mesmo ainda se havia ocupado, juntamente com Merian, com a tradução do escrito galardoado de Johann David Michaelis, sugerindo simultaneamente ao autor um suplemento do seu texto, no qual retratasse o tema da universalidade de uma língua. Após esta abertura da discussão, a Academia viria a retomar a questão ainda por muitas vezes.

3 «[...] la plus parfaite seroit celle qui les réuniroit tous dans le degré qui leur permet de compâtir ensemble: car ce seroit sans doute un défaut qu'une langue excellât si fort dans un genre, qu'elle ne fût point propre pour les autres» (Condillac [1746] 1947: 102).

4 «Ce Recueil est un des meilleurs qu'ayent produit les Questions proposées jusqu'ici par l'Académie: & cela vient sans doute de ce que la Question est extrêmement intéressante. Comme elle avoit été fournie par M. de Prémontval, c'est par conséquent à ce savant Académicien que la République des Lettres doit tenir compte de l'Ouvrage dont elle est enrichie dans cette occasion» (Formey 1760: 224, Lettre du 2 octobre 1759).

Poderíamos questionar o porquê da escolha de Prémontval de tão estranho título para o seu trabalho. Ele próprio reage à censura, de que *Préservatif* fazia lembrar demasiadamente a medicina (Prémontval 1759-61: 16/17), apoiando-se referencialmente nos dicionários.⁵

Existe, porém, uma relação ainda mais marcada para com as edições da *Grammaire françoise sur un plan nouveau*, de Claude Buffier, que aparecem a partir de 1723 e às quais Prémontval faz referência, não lhes poupando elogios. Buffier acrescentara à sua gramática um texto com o título *Préservatifs contre les fausses règles énoncées en plusieurs Grammaires Françaises de ce tems* (Buffier 1723: 526/527), no qual critica as gramáticas de Chiflet, La Touche, Mauger e de Regnier, prometendo mesmo o *Préservatif* como sua própria gramática. O perigo de uma gramática apresentar regras erradas repercute-se especialmente na aprendizagem de uma língua estrangeira, cujas regras os estudantes não conseguem compreender ou corrigir a partir da língua falada:

Comme on n'est guère à portée dans les pays étrangers, de discerner les regles Fausses ou défectueuses des Grammaires Françaises qui y ont cours, j'ai cru qu'il étoit important d'en avertir, pour ne s'y pas laisser surprendre. En effet, sans cette précaution on se doneroit beaucoup de peine à former des habitudes vitieuses de parler, & sur tout de prononcer le François, qu'on auroit dans la suite encore plus de peine à quitter (Buffier 1723: 526).

Buffier não só chamou a atenção para o título de Prémontval, *Préservatifs*,⁶ como ainda, através da crítica à formulação de regras em outras gramáticas, se tornou também ele num repcursor do uso de um termo médico numa obra portuguesa.

5 «On y verroit que le mot *Préservatif* se prend très bien au figuré, & s'applique aux choses morales. L'Académie, Furetiere, Richelet, en donnent des exemples. *Préservatif contre le changement de Religion*; c'est le Titre d'un Livre de M. Jurieu» (Prémontval 1759-61: 18).

6 «C'est donc le P. Buffier qui m'a fourni l'idée de mon Titre, *Préservatif contre la Corruption de la Langue Françoise* &c. A son imitation je donnerai des *Préservatifs* contre plusieurs de nos Grammaires modernes. Celle de M. Mauvillon, toute pleine de Fautes honteuses qui ne l'empêchent pas d'avoir grand cours en Allemagne, ne sera pas oubliée; non plus que ses *Remarques sur les Germanismes*, où il commet lui-même plus de Barbarismes qu'il n'en reprend: c'est chose de fait. Bien entendu que je promets aussi le *Préservatif de mon Préservatif*» (Prémontval 1759-61: 19).

5. Um antídoto contra os vícios da linguagem e das gramáticas

Em 1759 Manuel José de Paiva publicou um texto sob o título *Enfermidades da lingua*. Já anteriormente Paiva se havia voltado para as questões linguísticas, utilizando então o termo, possivelmente depois emprestado a Fonseca, *Antídoto*. Em 1750 surge o seu *Antídoto grammatical. Balsamo Preservativo da corrupção da lingua Latina, ou curioso descubrimento dos principaes erros, barbaridades, e incoherencias do novo Methodo para aprender a dita Lingua*. Paiva não pretende aqui, em primeira instância, propor meios contra a corrupção da língua latina. A sua grande intenção era modificar a descrição grammatical. A sugestão de um antídoto contra a decadência do Latim dirigia-se sobretudo contra um novo método de ensino de uma língua, sugerida pelo Oratoriano Manoel Monteiro (1749). A gramática de Monteiro tinha uma orientação racionalista e preocupava-se com a explicação das regras da gramática latina, no intuito de assim facilitar a aprendizagem da língua. Segundo a opinião de Paiva, as reflexões de Monteiro trouxeram algo à luz do dia, que ele denomina com uma metáfora novamente retirada da medicina: *o monstrozo parto do seu abortivo Methodo* (Paiva 1750, [1], *Carta nuncupatoria*). Paiva não reconhece a este método qualquer valor e classifica-o como obsoleto, inútil, enredado e difuso (Paiva 1750: 1). Um método tão perigoso ao uso da língua necessita de um antídoto, e é neste sentido de *Antídoto* que Paiva entende a sua obra.

Seria com certeza exagerado conceber este preservativo grammatical como uma simples aplicação do instrumento conceptual de Buffier à língua latina na situação cultural de Portugal no século XVIII. É difícil ainda estabelecer uma continuidade conceptual entre o *Antídoto* de Fonseca e o de Paiva. O Antídoto sugerido por Fonseca não se dirigira contra um método inadequado de ensinar ou descrever um língua, mas sim contra as deficiências da própria língua portuguesa. O objectivo de Paiva é, por seu turno, exercer uma crítica incisiva e destrutiva à gramática de Monteiro. Para tal ele desenvolve um discurso marcadamente metagramático e levanta antíteses contra o seu adversário:

1 Chama-se novo, e aproveitoso este Metodo de aprender. Deve ler-se: Antigo, e inutil Methodo de errar.

2 Chama-se compendio breve substancial, e claro Prologo §, Não he, ibi: Não he pequena difficuldade ajutar a brevidade com a substancia, e clareza: lea-se he grande infelicidade encher tantos tomos com difuzaõ, casquilhas, e escuridade.

3 Persuade-se o Author que todos haõ de dar credito só ao seu dito naõ o fundando em razaõ, nem em exemplo de Author Classico, com devia, porque os Grâmaticos ou foraõ prototipo, ou saõ imitadores, dos juristas, que erubescunt loqui sine lege; blazonando no Prologo § . Bem pudera-mos ibi: Fique daqui advertido que os vimos lea-se Fique á fê dos Padri-nhos, que os vimos, e á do carvoeiro que naõ bastou velos porque: legere, & non intelligere est negligere (Paiva 1750: [1]).

Segundo Paiva, o procedimento de Monteiro é fundamentalmente errado, uma vez que ele queria designar apenas algumas regras do Latim e, através da explicação destas, causar o entendimento da língua. Assim pretendia evitar uma sobrecarga de regras racionais já por si difíceis de entender, tal como a enumeração de demasiadas excepções. A aprendizagem das excepções através do uso da língua deste modo visada tornaria, no entanto, o processo de aprendizagem do Latim muito mais longo:

Faltaõ nestes dous tomos (sendo dous, e comprehendendo a menor parte da Grammatica) faltaõ, digo, algumas regras, e muitas excepçoens. O Author que cahio neste erro cahindo tambem, em que nisto errava, o quiz emendar dizendo em muitos lugares, dos quaes alguns abaixo se citeraõ: *Com o uzo se aprenderiaõ*. Quanto às excepçoens podia perdoar-se ao Author o remeter-se ao uzo; mas faltando as regras geraes, como haõ de sahir perfectos Grammaticos em breve tempo os estudantes deste Methodo, se só com muito tempo se adquire o uzo? Emende o Author suprimindo o que falta, e naõ pertenda encobrir defeitos proprios com uzos alheyos (Paiva 1750, 2/3).

Também Paiva é a favor da ausência de excepções durante as aulas elementares de iniciação. A forma de apresentação das regras gramaticais em Monteiro não permitia, porém, o reconhecimento das relações existentes e representava as excepções como sendo mais abrangentes do que na realidade o são.

Passemos aos Anomalos com os quaes naõ devia V Pat. confundir os entendimentos dos principiantes, que naõ saõ ainda capazes de tanta barafunda nas declinaçoens. Dirá que os estudarão depois de mais provecitos. Pois se assim he para que fez hum Methodo de sorte que ha de estudar-se salteado? Vamos ao ponto. V. Pat. fez os Anomalos mais embaraçados do que elles saõ, e menos regrados do que deviaõ ser (Paiva 1750: 17).

Paiva afasta-se sobretudo da aceitação do uso da língua como instância capaz de apoiar a aprendizagem da mesma. Não era possível que, após a explicação de algumas das suas regras, os alunos fossem lançados ao uso prático da língua, o qual lhes deveria, então, ensinar tudo aquilo que ainda lhes permanecia desconhecido:

Dessa sorte, P. Manoel Monteiro, vou-me pelo mundo ensinar com novo Methodo todas as sciencias, e ha de ser elle, meter na cabeça aos discipulos duas regras de cada huma, e dar-lhes huma palmada na anca, dizendo: *Idevos embora; com o uzo aprendereis o mais*. Desorte que a Grammatica ensina-se aos que apenas tem razão, e quer V. Pat. que ja tenhaõ para tanto uzo? (Paiva 1750: 29).

Decididamente, Paiva é contra a dada novidade de Monteiro, a aprendizagem da língua latina tendo como ponto de partida o Português. Esta oposição está primariamente relacionada com a sequência da aprendizagem de formas conjugais coincidentes, como em última instância ainda exclui uma preparação da aprendizagem do Latim através da ocupação com o estudo gramatical da língua-mãe. É certo que este procedimento de Monteiro não tinha nada de novo, uma vez que também Nebrija escrevera a sua Gramática Castelhana para uma melhor aprendizagem do Latim. Paiva, porém rejeita fundamentalmente a reflexão racional sobre as regularidades não inteiramente compreensíveis da língua e a subsequente aplicação ao uso da mesma. Ele exige de princípio a totalidade da descrição gramatical, a qual dispensa qualquer pretensa explicação.

Na pag. 58 § *verbo Anomalo* diz V. Pat. que nas conjugações dos verbos poem em primeiro lugar o Portuguez, e depois o Latim, porque este modo he mais facil aos principiantes, aos quaes examinamos fazendo as perguntas na linguagem Portugueza, pare elles responderem na Latina. Confessamos ingenuamente a V. Pat. que não divizamos que seja menos facil estudar *Eu sou, ou estou sum* do que *Sum eu sou, ou estou* nem que aos principiantes devaõ fazer-se as perguntas pela ordem do que estudaraõ. De outra sorte não se lhe pergunte o genitivo de *Hora*, sem se lhe perguntar primeiro o nominativo & *sic de cæteris*. Diga pois V. Pat. que a razão de pôr a linguagem Portugueza primeiro, que a Latina, soy por querer que o seu Methodo parecesse novo (Paiva 1750: 36).

Após a formulação das suas objecções fundamentais, Paiva prossegue a sua crítica página a página, caindo frequentemente em repetições. A sua apresentação não é apenas incisiva no tom crítico que utiliza, como também minuciosa, tomando gradualmente uma estruturação pragmática e factual (páginas 90-95: Erratas por solecismo, que na segunda impressaõ não estaõ emendadas, Erratas por incoherencia, que ainda na segunda impressaõ vem sem emenda, Erratas por destampatorio, que ainda na segunda impressaõ correm sem emenda, Erratas da segunda impressaõ, que não se achaõ na primeira). No final das suas 117 páginas Paiva expressa-se contra uma nova edição da gramática de Monteiro através de uma sintaxe cujo intento era obviamente evitar.

6. Quadro geral da terminologia médica em gramáticas

O uso de terminologia médica em descrições de regras gramaticais parece estender-se por toda a Europa. Na Alemanha é adoptada por Simon Debonale, um professor de Francês em Hamburgo, o qual — à semelhança de Paiva — entende a sua nova gramática francesa como antídoto contra outras gramáticas (*Neue französische Grammatik für die Deutschen. Ein wahres Gegengift wider alle bisher herausgegebenen Grammatiken besonders wider die von H[errn] Meidinger*. Hamburgo 1797).

A consciência da perfeição de uma língua como, por exemplo, a latina ou, na sequência da discussão do século XVIII, a francesa, já não permite a invenção de meios contra as deficiências dessa mesma língua. Daí ser compreensível, que um *Antídoto* de Paiva não se destinasse a ser contra aspectos linguísticos isolados do Latim, mas sim contra o método da sua descrição.

Bibliografia

- Aisy, Jean d' (1685): *Le Génie de la langue française*, Paris: L. d'Houry.
- Argens, Jean-Baptiste Boyer d' ([1738] 1755): *Lettres juives*, La Haye: P. Paupie.
- Ayres-Bennet, Wendy / Caron, Philippe (1996): *Les Remarques de l'Académie française sur le Quinte-Curce de Vaugelas. 1719-1720. Contribution à une histoire de la norme grammaticale et rhétorique en France*. Ouvrage publié avec le concours de la British Academy, du Centre national du Livre, de la Fondation Singer-Polignac, Paris: Presses de l'École Normale Supérieure rue d'Ulm.
- Bouhours, Dominique (1671): *Entretiens entre Ariste et Eugène*, Paris: S. Mabre-Cramoisy.
- Buffier, Claude (1723): *Grammaire française sur un plan nouveau, avec un Traité de la prononciation des e, & un Abrégé des règles de la Poésie Française*. Nouvelle édition. Revue, corrigée & augmentée des *Preservatifs contre les fausses règles énoncées en plusieurs Grammaires Françaises de ce temps*, Paris: Nicolas Le Clerc.
- Buffier, Claude (1971): *Cours des Sciences sur des principes nouveaux et simples pour former le langage, l'esprit et le coeur, dans l'usage ordinaire de la vie*. Par le Père Buffier de la Compagnie de Jesus, Suivi de Homère en Arbitrage, Genève: Slatkine Reprints.
- Condillac, Etienne Bonnot de (1947): *Œuvres philosophiques*, Ed. Georges Le Roy, Vol. 1, Paris: Presses Universitaires de France.

- Fonseca, Antonio de Mello da (1710): *Antidoto da Lingua Portugueza*, oferecido ao muito Alto, e muito Poderoso Rey, Dom João o Quinto nosso Senhor, Amsterdam: Miguel Diaz.
- Formey, Samuel (1760): *Lettres sur l'état présent des sciences et des moeurs*, Vol. 2 (juillet-décembre 1759), Berlin: s.n.
- Monteiro, Manoel (1749): *Novo methodo para se aprender a grammatica latina*, ordenado para o uso das Escolas da Congregação do Oratorio na Casa de N. Senhora das Necessidades, oferecido a Elrey Nosso Senhor D. João V. Pelo padre Manoel Monteiro, da mesma Congregação, Lisboa: Francisco da Silva.
- Paiva, Manuel José de (1750): *Antidoto grāmatical. Balsamo Preservativo da corrupção da lingua Latina, ou curioso descubrimento dos principaes erros, barbaridades, e incoherencias do novo Methodo para aprender a dita Lingua*, oferecido a seu mesmo Author por Silverio Silvestre Silveira da Silva, Mestre de Ler, Escrever, Arithmetica, e Grammatica no Lugar de Carnexide, &c., Valencia: Antonio Balle.
- Prémontval, André-Pierre le Guay de (1759-1761): *Préservatif contre la corruption de la Langue Françoise, en France, & dans les Pays où elle est le plus en usage, tels que l'Allemagne, la Suisse, & l'Hollande: Ouvrage périodique utile aux Personnes de l'un et de l'autre Sexe; Contenant 1°. des Avis sur les Fautes qui se commettent tous les jours en parlant & en écrivant, & sur la quantité des mauvaises Habitudes que l'on contracte d'après des Modeles vicieux; 2°. des Observations sur la Littérature, le Goût, le Style épistolaire & celui de la Conversation, les Regles de la Lecture tant soutenue que familiere. l'Art de faire un Récit, de dresser un Mémoire, une Relation &c., 3°. enfin les Principes de cette Eloquence usuelle si agréable dans le commerce de la Société, avec les Moyens faciles de s'y former dans la jeunesse*, Berlin: s.n.
- Storost, Jürgen (1994): *Langue française — langue universelle? Die Diskussion über die Universalität des Französischen an der Berliner Akademie der Wissenschaften. Zum Geltungsanspruch des Deutschen und Französischen im 18. Jahrhundert*, Bonn: Romanistischer Verlag.
- Verdelho, Telmo dos Santos (1988): *As origens da gramaticografia e da lexicografia latino-portuguesas*. Dissertação de doutoramento em Linguística apresentada à Universidade de Aveiro, Aveiro: Universidade de Aveiro.

Maria Filomena Gonçalves (Évora)

**As ideias pedagógicas e linguísticas de
António Pereira de Figueiredo: os manuscritos
autógrafos da Biblioteca Pública de Évora**

1. Preliminar

Recentes publicações sobre o século das Luzes em Portugal (Calafate 2001; Araújo 2003) têm vindo a contribuir de forma significativa para o conhecimento das condicionantes externas do pensamento linguístico em Setecentos, avanço nem sempre acompanhado por uma efectiva caracterização da língua portuguesa do mesmo período. Embora seja certo que neste segundo aspecto o número de obras tem registado um acréscimo significativo, não é menos verdade serem escassas as descrições sistemáticas dos dados disponíveis; do mesmo modo, muitas são também as lacunas no estudo da linguisticografia setecentista, conquanto tenham surgido, desde a década de 80 do século passado, referências hoje imprescindíveis sobre o «século iluminado» (Verdelho 1982; Assunção 1997). Uma das lacunas mais relevantes será de certo a relativa à constituição e à disponibilização de *corpora* de diferentes naturezas, situação válida tanto para a descrição da língua setecentista como para o campo da historiografia. Obras sobre a Filosofia ou a Cultura Portuguesa (Calafate 2001) conferiram destaque a tópicos e a figuras salientes da produção metalinguística de Setecentos, ao tratarem, por exemplo, das relações entre «Gramática e Filosofia», ou ao fornecerem elementos pormenorizados sobre o «clima de opinião» (Koerner 1978), vale dizer, a historiografia externa do século XVIII, constituída pelos factos cronológicos, sociais, políticos e institucionais (Araújo 2003) que assistiram, e em muitos casos até justificaram, quer a produção quer a circulação de obras de natureza (meta)linguística. Escasseiam, porém, os estudos sistemáticos, assim como os monográficos, a respeito de muitas figuras de proa daquele período.

António Pereira de Figueiredo dista de ser uma figura esquecida ou desconhecida do século XVIII português, porque várias são as obras que o tornam protagonista da polémica à volta do ensino da gramática latina; porque foi o tradutor da Bíblia; em fim, por ter estado próximo de Pombal (AAVV 2001), além de ter deixado uma obra

vastíssima, na qual fica espelhado o espírito do iluminista. Entre outros papéis do Autor, na Biblioteca Pública de Évora¹ encontram-se depositados alguns dos seus manuscritos, contendo um plano para os estudos elementares. Procurar-se-á aqui situar esse «plano» no quadro das ideias do autor e da época. Antes disso, traçar-se-á um sumário perfil do intelectual e da obra, sobretudo no que tange à reflexão meta-linguística e às ideias pedagógicas.

2. O homem

António Pereira de Figueiredo nasceu em Mação, concelho de Tomar, a 14 de Fevereiro de 1725. Em Vila Viçosa, estudou com os Jesuítas no Colégio Ducal; depois, em Santa Cruz de Coimbra e, mais tarde, na Casa do Espírito Santo da Congregação do Oratório, na qual ingressou, vindo aí a exercer o magistério nas aulas de Latim, de Retórica e de Música. O seu *Novo Methodo de Gramatica Latina* (1752) esteve na origem da eclosão de uma acesa polémica que já vinha fermentando entre oratorianos² e alvaristas à volta dos métodos de ensino do Latim (Lima 1981), sendo Pereira de Figueiredo uma das figuras que mais contribuiu para a refrega entre partidários de um e de outro lado. Em 1759, a polémica é encerrada pelo Marquês de Pombal quando, após expulsar os inicianos, faz publicar as *Instrucçoens para os Professores de Grammatica Latina, Grega, Hebraica, e de Rhetorica* (1759), com as quais os congregados sairão triunfantes, sobretudo António Pereira de Figueiredo, visto que o seu *Novo Methodo de Grammatica Latina, para uso das Escolas da Congregação do Oratorio na Real Casa de N. Senhora das Necessidades. Ordenado e composto pela mesma Congregação do Oratorio* (1752), ali é recomendado para as aulas de Latim, junto com o manual de António Félix Mendes, outro oratoriano. Bem elucidativos são os termos em que tal recomendação é feita no texto pombalino:

[...] sómente devem uzar os Professores do Methodo abbreviado feito para uso das Escolas da Congregação do Oratorio, ou da Arte de Grãmatica

1 Este trabalho inscreve-se num projecto de levantamento de fontes existentes na BPE, tendo em vista a sua publicação.

2 Criada em Roma nos meados do século XVI, a Congregação do Oratório de São Filipe Néri chega a Portugal em 1668 pela mão do Pe. Bartolomeu do Quental, confessor real.

Latina reformada por Antonio Felix Mendes, que tem as referidas circunstancias (*Instrucçoens* 1759: 2).

Simpatizante das ideias reformadoras de Pombal e adversário dos Jesuítas, em 1768, ano do encerramento das aulas dos oratorianos, o Pe. Figueiredo é nomeado deputado da Real Mesa Censória. D. José determinou a sua saída da Congregação a 3 de Janeiro de 1769, nomeando-o oficial-maior na Secretaria dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. Já no final da vida, voltaria a vestir a roupeta dos Nérís. Foi membro da Academia Real das Ciências desde a sua fundação; para ela redigiu materiais destinados a ajudar na preparação do *Diccionario da Lingua Portuguesa*, cujo 1º volume sairia em 1793. Além das obras impressas, também a correspondência particular mostra o fervor reformista do Pe. Pereira de Figueiredo. As cartas dirigidas a Frei Manuel do Cenáculo Vilas-Boas (1724-1814), Bispo de Beja e Arcebispo de Évora, põem de manifesto a intensa actividade do oratoriano e expõem a estreita relação entre duas figuras de proa da Ilustração portuguesa. António Pereira de Figueiredo viria a falecer em Lisboa, a 12 de Agosto de 1797, na Casa das Necessidades,³ onde fora readmitido. Filtradas as notas laudatórias inerentes ao género, o *Elogio de António Pereira de Figueiredo: na sessão publica da Academia Real das Sciencias em 20 de Fevereiro de 1859* (Jordão 1859) permite configurar uma personalidade central na compreensão das ideias linguísticas e pedagógicas do século XVIII. No Catálogo das Obras impressas e Manuscritas do Pe. António Pereira de Figueiredo, publicado em Lisboa no ano de 1800, é traçada uma curiosa descrição física do polemista:

Era de estatura mediana. De semblante, sendo moço, foi muito vermelho e tinha o cabelo ruivo e posto que nunca fosse gentil, antes tivesse as feições bastante grosseiras, todavia o seu aspecto dava bem claramente a conhecer quanto o seu interior era sereno e pacífico (Trigoso 1800: 19).

3. A obra metalinguística

A obra de António Pereira de Figueiredo abrange domínios tão díspares quanto a Filosofia, Teologia, a História (Figueiredo 1782), a Lite-

3 A casa das Necessidades foi mandada construir por D. João V. A partir dela exerciam os Oratorianos o magistério de Pernambuco até Goa, onde se imprimiram alguns dos seus manuais.

ratura (Figueiredo 1760b), a tradução, a gramática latina (Figueiredo 1752; 1761), a lexicografia (Figueiredo 1760a), a pedagogia do latim e da Retórica (Figueiredo 1759), sem que esta enumeração esgote a galeria dos domínios versados pelo oratoriano. Em matérias de natureza linguística ou filológica, o denominador comum ao extenso rol dos seus títulos é o espírito reformista, a cujo serviço pôs uma vasta erudição, marcada pelas «luzes da razão». Sobre ser reformador e pedagogo, António Pereira de Figueiredo foi um verdadeiro polígrafo, visto ter deixado 90 obras impressas e 52 manuscritas, pertencendo por direito à linhagem dos grandes eruditos setecentistas, entre os quais figuram Francisco José Freire e o Cardeal Saraiva, por exemplo. O facto de muitos dos manuais dos Congregados (Costa 1979), entre eles alguns do Pe. Figueiredo, não estarem identificados com o nome do autor, pelo menos nas primeiras impressões, demonstra até que ponto a renovação do ensino era assumida como empresa colectiva, numa evidente disputa com os Inacianos, em cujas mãos havia estado o monopólio do ensino. A tom com o perfil de polemista, presente em certas obras de Pereira de Figueiredo, sobretudo nas envolvidas na discussão da gramática latina, mas sem destoar do espírito da época, estão os pseudónimos usados na publicação de opúsculos de reacção e de contra-reacção às frechadas dos alvaristas. Em 1754, na sequência da vinda a lume do *Antiprologo Critico e Apologetico* (1753), assinado por Francisco Duarte, que também se ocultara sob o pseudónimo de Manoel Mendes Moniz, Pereira de Figueiredo assina a *Defensa do «Novo Methodo da Grammatica Latina» contra o «Antiprologo critico»*, dividida em duas Partes com o criptónimo de Francisco Sanches (Torres 1998: 24-30). Atendendo à matéria em debate, a escolha deste disfarce não terá sido casual, dada a coincidência desse nome com o do Brocense, Francisco Sánchez de las Brozas (1532-1601), o famoso autor da *Minerva* (1587), cuja evocação equivalia, por essa altura, à ideia de renovação das concepções gramaticais, sendo tomado pelos reformadores da gramática latina e dos estudos como modelo contrário à tradição alvarística. Mesmo em textos paralegais, como sucede nas *Instrucções para os Professores de Grammatica Latina, Grega, Hebraica e de Rhetorica* (1759), o Brocense, por corresponder à linha racionalista, distinta da de Manuel Álvares (1526-1582), é objecto do maior enaltecimento. Nas Instruções lê-se a esse propósito:

Os Professores teraõ indispensavelmente a *Minerva* de Francisco Sanches, para a ella recorrerem, e por ella suppirem na explicação aos dis-

cupulos os preceitos, de que lhes tiver já dado huma summaria idéa o Methodo abbreviado, por que devem aprender. [...] não poderão os Professores obrigarlos a ter, nem a usar de outro Methodo, que não seja dos dous, que ficam apontados no § IV, salvo a dita Minerva de Francisco Sanches, que na opinião dos maiores Homens da Profissão excede a todos, quantos escreverão até-agora nesta materia.

Igualmente recomendados são os nomes de «Vossio, Scioppio, Port-Royal» (*Instrucções* 1759: 3),⁴ por isso mesmo acrescentados, nas *Instrucções*, ao de Francisco Sánchez. São afinal as fontes citadas no frontispício de algumas obras de Pereira de Figueiredo, como se observa nas *Figuras da Syntaxe Latina, explicadas e illustradas* [...] *Segundo os principios de Linacro, Sanches, Vossio, e Perizonio, Principes da Grammatica moderna* (Figueiredo 1761). Mera coincidência? Influência das fontes oratorianas sobre o texto pombalino?

Mas Figueiredo usa ainda outro pseudónimo. André Lúcio de Resende é o nome sob o qual circulou o *Apparato Critico para a correção do Diccionario intitulado Prosodia In Vocabularium Digesta. Offerecido aos que seriamente quizerem cuidar da sua emenda*. Além do *Novo Methodo* (1752), outras obras suas são mencionadas nas *Instrucções*: no parágrafo 16, é recomendada a *Collecção das palavras Familiares Portuguezas, e Latinas* (1759), junto com os *Exercicios da Lingua Latina, e Portugueza* (1751), ordenados para uso da mesma Congregação. Também estas obras tiveram significativo trânsito: a *Collecção* foi reimpressa até 1839; e os *Exercicios*, até 1821. As *Figuras da Syntaxe Latina*, cuja 1ª impressão data de 1761, terá reimpressões ao menos até 1836. Depois de encerrado o consulado pombalino, e mesmo após a morte de António Pereira de Figueiredo, as suas obras gramaticais mantiveram grande circulação, sendo de assinalar a longevidade do *Novo Methodo para se aprender a Grammatica Latina* (1752), comprimido em volume de menor extensão sob o título de *Novo Methodo de Grammatica Latina, reduzido a compendio* (1758), que registou ao todo mais de 30 edições até 1868; foi impresso em Goa, pela Imprensa Nacional, no ano de 1865, atravessando o período da Viradeira, a época da revolução liberal e das reformas do ensino subsequentes (Carvalho 1986: 521-558). Pela sua regularidade, a sequência das datas de impressão parece corresponder às necessidades

4 Note-se que estas obras se destinavam, no entanto, aos mestres, não às aulas, como se desprende da seguinte observação: «[...] e de todas as mais destes merecimento, para a sua instrução particular, e não para gravar aos Discipulos».

das instâncias escolares durante um longo período: 1756, 1759, 1760, 1779, 1780, 1788, 1795, 1797, 1803, 1805, 1806, 1807, 1811, 1813, 1816, 1817, 1824, 1825, 1828, 1831, 1834 (15ª impr. em Pernambuco), 1844, 1848, 1851, 1853, 1854, 1855, 1865, 1868.

Se há quem se refira a António José dos Reis Lobato como modelo do gramático pombalino (Assunção 1997), colocando a hipótese de aquele nome ser mais um pseudónimo ou um criptónimo de Pereira de Figueiredo, devido às muitas coincidências textuais entre a sua gramática e a de Lobato, ao oratoriano assenta perfeitamente tal epíteto, visto que, além de ter estado envolvido na polémica que levaria Pombal à publicação de instrumentos específicos para orientar os estudos, se assume como verdadeiro reformador. Consideradas no seu conjunto, as obras metalinguísticas e pedagógicas do Pe. Figueiredo reflectem, em termos ideológicos, o ideário pombalino de reforma das mentalidades e da sociedade por via da reforma das escolas. Esse espírito reformador, iluminado pelas ideias de progresso social e intelectual, fica bem espelhado nas *Reflexões sobre o Ensino da Grammatica*, a *Rhetorica* e as *Primeiras Letras*, do código eborense, cujo interesse é, por essa razão, de natureza historiográfica, linguística e filológica, dado fornecer pistas para a compreensão da personalidade, da actuação e da intervenção de Pereira na *elite* intelectual de Setecentos, sobretudo no que tange à sua suposta influência na chamada política linguística de Pombal.

As actividades pedagógico-didácticas e linguísticas de Pereira de Figueiredo repartem-se pelas áreas da gramática, da lexicografia, da lexicologia, da filologia, do ensino do latim e da retórica. Nos tomos III e IV das *Memorias de Litteratura Portuguesa da Academia*, dados à estampa nos anos de 1792 e 1793, publicou dois textos relevantes sobre os problemas relativos à norma linguística e à definição desta, a partir de um *corpus* de autoridades literárias, apoiado sobretudo na figura do humanista João de Barros, numa exercitação antes ensaiada nos autores Latinos, como se vê no *Dialogo sobre os Autores da lingua Latina, com o juizo critico das suas obras, Idades estylos [...] para uso das escolas da Congregação do Oratório* (1760). As Memórias são elucidativas quanto às preocupações linguísticas de Pereira de Figueiredo, mesmo no que tange à língua vernácula, como se denota desde logo nos títulos desses textos: *João de Barros — Exemplar da solida Eloquencia Portuguesa* (1793: 5-24) e *Espirito da Lingua Portuguesa, extrahido das Décadas do insigne Escritor Joaõ de Barros*

(1792: 112-228). Escritas em 1781 e apenas publicadas na década seguinte, as «Memórias» do Pe. Pereira de Figueiredo destinavam-se a auxiliar os académicos encarregados da elaboração do *Diccionario da Lingua Portuguesa*, cujo 1º volume sairia no ano de 1793. Ambas se centram na questão da propriedade do uso linguístico, genuinamente vernáculo, cuja legitimação deveria amparar-se nos autores representativos da memória da língua, visto esta registar variações individuais, sociais e geográficas, além das diacrónicas, o que colocava problemas à circunscrição da norma. Fora da galeria bibliográfica de Pereira de Figueiredo não parece ter ficado praticamente nenhum domínio da efervescente reflexão linguística de Setecentos, dado que até a língua materna foi objecto da atenção do Autor. De facto, nas *Memorias de Litteratura*, ainda que sem explicitá-las, o oratoriano acaba por reunir as principais linhas programáticas do iluminismo linguístico, tanto mais que estas, do terreno do ensino da gramática latina, haviam alastrado, com contornos específicos, para o campo do vernáculo, e, dentro deste, para o domínio das variedades diassistemáticas e do uso normativo (Marquilhas 2001). Por outro lado, a preocupação com o estado da língua pátria, a finais do século XVIII, decorria da condenação do Seiscentismo, pautada pela ideia de que a ideologia e os padrões formalistas e conceptistas da estética do século XVII, mesmo no plano linguístico, eram directamente responsáveis pelo declínio da língua durante esse século, situação à qual viera somar-se, desde inícios de Setecentos, a emulação do formato francês, cada vez mais impulsionado pelas Luzes francesas, como se depreende das palavras do Oratoriano:

Hum estylo finalmente, cuja epoca se deve deduzir daquelle tempo, em que preterida a lição dos Escritores Estrangeiros á dos Patrios, começou, a dar-se por hum Portuguez rasteiro e insulso, todo o que não tivesse muitos, e mui sensiveis resabios do Dialecto francez (Figueiredo 1793: 5).

Incluídas nos títulos das Memórias académicas assinadas por Pereira de Figueiredo, expressões como «sólida eloquência portuguesa» e o «espírito da língua portuguesa», denunciam o ideário que perpassava pelos textos do oratoriano. Não menos significativo é o facto de em ambas as Memórias o modelo linguístico, literário e histórico ser João de Barros, cuja prosa, robustamente vernácula, é enaltecida como exemplo de vernaculidade e de memória linguística do português. A intensa actividade intelectual e pedagógica de Pereira de Figueiredo é

completada pela vertente do coleccionador de muitos dos livros relativos ao estudo da gramática e da literatura latinas que iriam engrossar a Livraria das Necessidades, a melhor de então nesses campos do saber. Já no século XX, ao propor um inventário das fontes a serem consideradas para efeitos de periodização da filologia portuguesa, José Leite de Vasconcelos (1929) avalia a contribuição de António Pereira de Figueiredo, para esse domínio, nos seguintes termos:

[...] tais trabalhos parece serem inspirados [...] nas ideias que o Pe. António Pereira de Figueiredo tinha de formar vocabulários e dicionários especiais dos nossos clássicos para um Dicionário geral da língua, — como êle diz in *Jornal de Coimbra*, IV, 9. Nesse *Jornal* publicou este A. uma Dissertação prévia sobre o merecimento de João de Barros e sobre os neoterismos, arcaísmos e idiotismos da língua portuguesa (ib., págs. 8-19, com leves erratas de um anónimo no vol. VIII, pág 50, 1ª parte), que fazia parte de uma obra maior que Figueiredo destinava à imprensa, e cuja dedicatória tinha a data de 1777. Com a obra se relacionava provavelmente um ms. do mesmo A., que Inocêncio da Silva possuía (vid. *Dicc. Bibli.*, VIII, 276), e se intitulava Dissertação sobre os arcaísmos ou palavras antigas da nossa língua, e sobre a imitação de João de Barros, publicado in *Mem. de Litterat. da Academia*, vol. III, — e da breve dissertação inserta na mesma colecção, vol. IV, com a qual êle aconselha o estudo dos clássicos àqueles que preferem os estrangeirismos (1929: 879-880).

As palavras de Leite de Vasconcelos colocam a tónica num aspecto menos estudado das obras de Pereira de Figueiredo: a participação do oratoriano no movimento setecentista de defesa, ilustração e vernaculização da língua materna. Ofuscada pelo papel de Figueiredo na polémica da gramática latina, esta vertente da sua produção inscreve-se na linha desenvolvida em trabalhos como as *Reflexões sobre a Lingua Portuguesa* (1773), de Cândido Lusitano, ou as memórias académicas de António das Neves Pereira, de Francisco Dias Gomes, e do Pe. Fóis, para só mencionar alguns dos que discutiram os problemas do uso e da norma. Aliando as preocupações pedagógicas e didácticas às questões linguísticas, a obra do Pe. Figueiredo foi produzida num período de grande efervescência metalinguística em toda a Europa, situação que em Portugal foi marcada por duas polémicas: a verneiana e a da gramática latina (Andrade 1981; 1982).

A partir das ideias expostas pelo Autor nos manuscritos autógrafos da Biblioteca Pública de Évora, cuja data é seguramente posterior às «Instruções» pombalinas para os professores de Latim, Grego, Hebraico e Retórica, visa-se contribuir para o conhecimento das ideias pedagógicas e linguísticas de Pereira de Figueiredo e, por extensão, do

século das Luzes em Portugal. Decerto não será mera coincidência o facto de alguns dos mais notáveis polígrafos de Setecentos terem vestido a roupeta dos Nérís – Manuel Monteiro, Joaquim Fóios, Francisco José Freire (ou Cândido Lusitano), José Morato, Teodoro de Almeida, António das Neves Pereira, além do próprio Pereira de Figueiredo.

4. Os manuscritos da Biblioteca eborense

Os manuscritos de António Pereira de Figueiredo encontram-se no Cod. CXI – 2-11, da BPE. A peça nº 8 deste códice inclui umas *Reflexões sobre como se deve ensinar a grammatica Latina*, seguidas das *Reflexões sobre o modo com que se deve ensinar a Retorica* e das *Reflexões sobre o modo de ensinar as Primeiras Letras*. Junto com estas três *Reflexões*, aparece uma carta de Figueiredo a respeito do envio daqueles textos a uma personagem não identificada. A letra das *Reflexões* coincide com a das cartas dirigidas a Cenáculo, existentes no mesmo códice da biblioteca eborense (Cod. CXI – 2-11, nº1). Nem a carta nem as *Reflexões* têm data, embora nelas o Autor faça referência a factos e a dados bibliográficos que permitem situá-las cronologicamente, como adiante se verá. No referido Catálogo das Obras impressas e Manuscritas de António Pereira de Figueiredo (Trigoso 1800), já eram mencionados estes manuscritos. No entanto, só no século XX, faria António Alberto Banha de Andrade uma transcrição incompleta, reconhecendo contudo que «valeria a pena transcrevê-lo na íntegra» (Andrade 1982: 562). Feita no âmbito da discussão dos métodos pedagógicos dos Oratorianos, a transcrição parcial de Banha de Andrade não compreende, porém, a carta de Figueiredo, possivelmente dirigida a Cenáculo, com quem o Autor se correspondeu regularmente. Incluídas no Códice antes mencionado, essas cartas correspondem a um período que vai de 1772 a 1791, sendo que Pereira de Figueiredo morre em 1797. Dispensa-se aqui a descrição do códice, porque apenas se procederá à contextualização da doutrina vertida nos manuscritos na produção pedagógica e metalinguística do Autor e da época. Segundo Banha de Andrade (1982: 561), o plano de estudos constituído pelas *Reflexões*:

tinha todos visos de haver sido solicitado para se adaptar em determinadas escolas. Trata-se de um pedagogo a traçar o rumo dos estudos, com a distribuição de matérias, livros e determinação de tempo necessário para cada disciplina.

Segundo o mesmo Autor (1982: 561), o manuscrito pertencerá ao intenso período de actividade pedagógica e de linguística, começado em 1751, com os *Exercícios*, ou em 1752, com a *Arte* do Pe. Figueiredo, intensificado a partir do momento em que três dos seus compêndios são aprovados oficialmente para o continente e o ultramar. O manuscrito contém um projecto destinado aos estudos elementares e avançados, embora sem coincidir com o Plano proposto por Cenáculo em 1769. Ainda de acordo com Banha de Andrade (1982: 561-562), vários são os elementos que permitem apontar para uma data, com razoável margem de acerto; *de facto*, o manuscrito não poderá ser anterior a 1759, data mencionada por Figueiredo a propósito das *Instrucções Para os Professores de Grammatica Latina, Grega, Hebraica, e de Rhetorica, Ordenadas, e mandadas publicar por El Rey, Nosso Senhor, Para uso das Escolas novamente fundadas nestes Reinos, e seus Dominios* (1759), mas também não poderá ser posterior a 1778, visto Pereira de Figueiredo fazer referência ao Catecismo de Bento XIII, aconselhando a sua tradução para português. Ora o oratoriano viria precisamente a traduzi-lo nesse ano. Com base nessas datas, é de crer que o projecto tenha sido solicitado pelo próprio Cenáculo, também autor de um Plano de Estudos para Congregação dos Religiosos da Ordem Terceira de S. Francisco do Reino de Portugal, publicado em 1769, logo após ter assumido as funções de Superior Provincial da Ordem Terceira de São Francisco. Cenáculo e Pereira de Figueiredo partilhavam a mesma atitude intelectual decorrente das Luzes e ambos estiveram envolvidos nas reformas dos Estudos.

Além de denotarem a erudição de tão saliente figura intelectual de Setecentos, as abundantes referências e remissões bibliográficas feitas pelo Pe. António Pereira de Figueiredo são também uma excelente pista para a localização cronológica do projecto de ensino supostamente enviado a Cenáculo. Se a isso se acrescentar que as escolas oratorianas foram encerradas, a mando de Pombal, em 1768, a pretexto de que o «Pe. Valentim Bulhões viciava a mocidade no curso de Lógica» (Andrade 1982: 568), apenas sendo reabertas depois da queda do Marquês, em 1777, o manuscrito pertencerá à época pós-pombalina. Em carta a Cenáculo, com data de 1774, o próprio Pereira de Figueiredo alude às críticas de que era alvo, como se de um «garraio dos Jesuítas se tratasse». Entre as várias obras mencionadas ao longo das *Reflexões* eborenses, contam-se algumas do próprio António Pereira de Figueiredo: a *Collecção de Palavras e Frazes Familiares*

(1759), os *Principios da Eloquencia* (1759), o *Compendio das Epocas e Successos mais Illustres da Historia Geral* (1782). De outros autores, antigos e modernos, menciona os seguintes: Cícero, Cornélio Nepos, Eutrópio (Breviário), Terêncio, Virgílio, Ovídio, Horácio, e o historiador Justino. Das várias coincidências existentes entre as *Reflexões* do códice eborense e as *Instrucçoens para os Professores de Grammatica Latina, Grega, Hebraica e de Rhetorica*, é de realçar o valor atribuído a Terêncio, um dos autores predilectos de Figueiredo. A respeito dele observa:

Acabados de traduzir Cornelio Nepote e Eutropio, dissera eu que dahi até os Estudantes passarem para a Retorica, se não traduzisse nas aulas de Grammatica outro Author, se não Terencio e mais Terencio (cod. CX I-2-11).

Salta aos olhos a relação entre a literatura e a gramática. Conquanto ela não seja, em rigor, uma novidade, tal relação é intrínseca ao método em que assenta o plano de estudos proposto por Pereira de Figueiredo nestas *Reflexões* (Andrade 1982: 562-566). Com efeito, sobre fornecerem cabedal de erudição, do qual era beneficiária a língua materna graças ao confronto sistemático entre esta e a Latina, os autores constituem um *corpus* de exercitação metalinguística, literária e histórica. A prática da tradução é prova disso, ainda que a escolha dos autores assentasse não só na sua qualidade linguística como também no fundo ideológico, de modo a que os estudantes não ficassem expostos a ideias contrárias ao espírito das Luzes.

Quanto aos autores modernos, Pereira de Figueiredo refere os seguintes, sendo que alguns viram os seus nomes ou latinizados ou aportuguesados, em conformidade com a moda da época: Johann Gottlieb Heinecke, Heinecius ou Heinécio, em português (1681-1741), com os seus *Fundamenta Styli cultioris* (1736), luterano que professou direito e retórica em latim, na cidade de Leipzig, e cujos manuais foram adoptados na Áustria por alturas da reforma do ensino em 1752; August Buchner, Buchnero, à portuguesa, do qual cita a *Commutata Ratione Dicendi libri duo* (1664); Pierre Nicole (1625-1695); Gerhard-Johann Voss, à latina Vossius, Vóssio à portuguesa (1577-1694), professor em Leyde, é autor da *Rhetorica contracta* (1742), e de umas Instituições Oratórias, em que a retórica é articulada com a teologia, o direito e a medicina; Pascal (1623-1662); Walchi; Johann Georg Walch (1693-1775). Posto isto, se no método de Figueiredo os Antigos sustentam o conhecimento da língua latina, já os modelos teóricos

derivam de Vóssio, Heinécio e Buchnero. Com efeito, percorrendo os textos prefaciais ou introdutórios de várias obras do oratoriano, desde o *Novo Methodo* (1752), as principais fontes são Linacro (Thomas Linacer, 1460-1524), Sánchez, Vóssio e Perizónio.

Relativamente à transcrição, é de notar que Banha de Andrade (1982) apresenta, com algumas modernizações, apenas cinco dos oito parágrafos do texto, não estando este isento de problemas de leitura.

4.1 Transcrição

Na transcrição abaixo apresentada (de tipo diplomático) apenas foram desenvolvidas as abreviaturas e assinalada a mudança de fôlio. Conservaram-se as demais características do texto manuscrito: os títulos, as grafias, a pontuação, os sublinhados, as maiúsculas e as minúsculas, bem como a numeração dos parágrafos presentes no texto. Assinalou-se a mudança de fôlio por meio de duas barras, seguidas do número do fôlio entre colchetes; as palavras cuja leitura não foi possível são indicadas por meio de interrogação entre parêntesis (?).

[fol. 1] Reflexões sobre como se deve ensinar a Grammatica Latina

1. Os Mestres devem ter como por primeiro principio, que o fim principal e quasi unico do seo trabalho, he que os Discipulos em breve tempo se ponhaõ habeis e capazes de entender ao menos com sufficiencia os Autores da Lingua Latina, e de os verter facilmente e com propriedade na Lingua materna.
2. Para isto mostra a rasão, e me mostrou taõbem a experiencia, que logo que os Estudantes, souberem os primeiros Rudimentos da Grammatica, quaes elles se contem // [fol. 2] em qualquer dos dois Compendios de Sua Magestade tem aprovado nas Instrucções do anno 1759 devem os Mestres logo obrigarlos a hirem traduzindo os autores mais faceis, e mays uteis da Lingua Latina.
3. Como porém ao entrar na interpretação dos taes Autores, he necessario que os Estudantes tenhaõ as suas cabeças providas de algum cabedal de significados: devem os Mestres logo que elles tiverẽ dado as cinco declinações, obrigarlos a que dahi por diante juntamente com a Lição dos // [fol. 3] Principios da Grammatica, dem de cor algua parte da Collecção das Palavras Familiares, que taõbem se acha approvada e inculcada por Sua Magestade, attẽ a levarem ao fim. Porque desta sorte no fim de

seis mezes poderaõ os bons Estudantes acharse instruidos nos primeiros Elementos da Grammatica; mas taõbem providos de mais de tres mil significados, e de muitas Frazes; para com este preparo entrarem logo a construir, // [fol. 4] e a enriqueceremse dahi por diante, de mais e mais significados, pelo uzo dos Dictionarios maiores.

4. Exhaurida com os elementos da Grammatica a referida *Collecção das Palavras Familiares*, e entrados os Discipulos a construir; devem os Mestres continuar em os fazer pôr em Latim varias orações pequenas do Portuguez, e do modo que ellas se achaõ na outra minha Collecção taõbem approvada por Sua Magestade que tem por titulo, *Exercicios da Lingua Latina*, e he // [fol. 5] toda formada de exemplos de Cicero, posto de hũa parte o Latim; da outra o Portuguez. Porque desta sorte vem os tais exemplos assim decorados servir de Themas da Syntaxe; bem entendido que o Mestre lhes deve fazer logar, segundo as Regras que se suppoem já sabidas pellos Compendios da Gramatica: de sorte que dizendo o Mestre o exemplo Portuguez, que vem na Collecção; o Discipulo lhe diga de côr // [fol. 6] o exemplo Latino que na mesma Collecção lhes corresponde, e dê a rasaõ de tudo, segundo as Regras. Com isto hirá o Estudante bebendo o gosto da Lingua pelo Latim e Frazes de Cicero; e enriquecendo-se cada dia mais de significações, e modos de fallar.
5. Quanto aos Autores que se devem adoptar para se construir por elles; eu começava por Cornelio Nepote e Eutropio, hũ de manhã, outro de tarde. E creio que ambos se podem exhaurir em oito // [fol. 7] ou nove mezes; que juntos com os seis que eu supponho que se gastaraõ com os Principios fazem menos de anno e meio. E neste espaço de tempo com pouca differença, me mostrou já a experiencia, que por este methodo pode hum Estudante curioso porse em termos, de traduzir per si qualquer Author Latino dos mais faceis; o que naõ he pequena vantagem.
6. Acabados de traduzir Cornelio Nepote e Eutropio, dissera eu que dahi atè os Estudantes passarem para a Retorica // [fol. 7], senaõ traduzisse nas Aulas de Grammatica outro Author, se naõ Terencio e mais Terencio.

7. A rasaõ porque inculco sobre todos os Autores de Proza a Cornelio Nepote e a Eutropio; he porque importa muito, que os melhores Estudantes, logo desde os primeiros annos vaõ enriquecendo as memorias de Espolios historicos e factos memoraveis; e que se vaõ costumando ao estudo da Geografia e Chronologia. E para isto nenhuns Autores saõ mais accommodados; do que Nepote para a Historia Grega; // [fol. 8] e Eutropio para a Romana. Ao que se ajunta serem ambos muito faceis e claros; e Nepote he elegantissimo; e com a sua pureza fará ver aos principiantes, quanto a Lingua Latina tinha descahido, quando escreveo Eutropio; que foi em tempo dos Theodosios. Quanto mais que nossos Estudantes, quando depois escreverem como Eutropio; Portugal se dará por muito bem servido dos Estudos. Porque na verdade Eutropio, além de que o seo Breviario contem em resumo toda a Historia // [fol. 9] Romana desde Romulo ate Theodosio Moço; o seo Latim he taõ desafectado e natural, que eu de mi não dera de escrever sempre, como elle.
8. A rasaõ em que me fundo, para não admittir nas aulas de Grammatica outro Poeta; que não seja Terencio; he porque não convinha que os Estudantes se demorem nelles mais do que dois até tres annos que neste meio tempo he impossivel que os Estudantes se achem capazes de penetrar nas sublimidades do Poema Heroico em Virgilio, ou // [fol. 10] na facundia e fertilidade de Ovidio. Em Terencio porém achase materia gostosa, quando he a do estilo Comico; acha-se hũa elegancia, hũa propriedade, hũa doçura, que a todos encanta; acha-se hum numero sem numero de formas e frases familiares; acha-se em fim tudo quanto há de belleza na Lingua Latina. Por isso o celebre Mr. Nicole quando quis traduzir em Latim as Cartas Provinciaes de Pascal, diz que lera por cinco vezes todo o Terencio.

[fol. 1] Reflexões sobre o modo com que se deve ensinar a Retorica

1. Insistindo a respeito da Retorica nos mesmos principios, que propuz a respeito da Grammatica; que consistem 1º em que nas aulas só se devem instillar os Elementos desta arte, de sorte que os Estudantes se não detenhaõ em aprendellos mais de hum anno até anno e meio: 2ª em que a Republica Litteraria interessa mais em ter, quem saiba bem discorrer nas materias,

- do que em ter, quem saiba escrever hum Latim puro, mas secco e descarnado de toda a amenidade Historica:
2. [fol. 2] Digo que os Elementos da Retorica se podem ensinar a aprender dentro de seis mezes, pelos meos Principios da Eloquencia; que ainda que está gasta a pimeira impressão delles, he facil repetilla dentro de dois mezes; e que ainda que só tratao da Invençao e Locucao, isso basta para dar hũa e solida (?) da Eloquencia, cujas partes principaes saõ aquellas duas, acompanhados porèm os taes principios com as Liçoẽs do fundamenta Stili Cultioris de Heineccio, // [fol. 3] e huma confirmação delles tirada pelos Mestres de alguns lugares mais illustres de Quintiliano.
 3. Quanto aos Livros que entretanto se devem verter, digo que como o meo systema he encher as cabeças dos Estudantes de boas Especies Historicas, que depois lhe venhaõ a servir de materiaes para os Discursos ou Dissertações; me parece que de manhaã se construa Justino, cuja Obra comprehende a Historia e // [fol. 4] Chronologia Geral dos quatro Imperios antigos, de Assyrios, Medos, Persas, e Gregos; e das Republicas antigas da mesma Grecia; e de tarde a Eneida de Virgilio. Que passados seis mezes, construaõ de manhaã as Epistolas de Cicero ad Familiares; e de tarde a Poetica de Horacio, muito bem explicada pelos Mestres; e depois algũas Odes do mesmo Horacio, ensinando-se-lhes a diversa medição dellas, // [fol. 5] hũas de Safficos, outras de Alcaicos, outras de Asclepiadeos, etc.
 4. Quanto aos Themas, ou Exercicios de Retorica, sou de voto, que nas aulas naõ haja outros, que naõ sejaõ, mandar aos Estudantes que ponhaõ em Latim e relatem historicamente algum Passo ou Facto memoravel da Historia antiga, dos que elles mesmos já leraõ em Cornelio Nepote, ou Justini, ou Eutropio. Porque nestes Ensaios pòde reluzir com a direcção e // [fol. 6] advertencias dos Mestres, tudo o que há de bello na Eloquencia. Com o que pòde muito bem estar, que aos que os Mestres virem com propensaõ e genio para a Poesia, lhes dem as Regras do bom Epigramma, da boa Elegia, e ainda da Epopèa, ou Poema Epico.
 5. Como porèm deve ser maior a sciencia e vastidaõ dos Mestres, do que a dos Discipulos; deve-se encomendar aos Mestres a lição de Walchi sobre o merecimento dos Autores Classicos; a //

[fol. 7] lição de Buchnero de Commentata Ratione Dicendi; para se instruírem na importante doutrina das figuras, principalmente da Metafora; e a lição das Instituições Oratorias de Vossio, para se encherem de erudição em todo o genero de Eloquencia; ou ao menos a sua Rethorica Contracta, que no meo conceito he a melhor de todas, e se fora ainda mais resumida; eu a aconselharia aos mesmos Estudantes.

Segue-se uma carta de António Pereira de Figueiredo, escrita na Casa do Oratorio, com data de 1 de Dezembro, sem indicação do ano. Nela o Pe. Figueiredo refere-se ao envio das *Reflexões sobre o ensino da Grammatica Latina*, além de acusar a recepção de sugestões e comentários que sobre elas teria feito o destinatário. Embora se desconheça a identidade deste, que possivelmente teria solicitado o plano a Pereira de Figueiredo, parece plausível a hipótese de tratar-se de Frei Manuel do Cenáculo Vilas-Boas (Andrade 1982), visto ter também entre mãos um projecto para os estudos elementares. A avaliar pela carta, as *Reflexões sobre a Grammatica Latina* precederam, em termos de redacção, as relativas à Retórica e às Primeiras Letras.

[fol. 1] Reflexões sobre o modo de ensinar as Primeiras Letras

Todas vem a consistir nos seguintes Pontos.

1. Dar as Lições de ler por Livros impressos, e não por escritos.
2. Obrigallos a decorar e repetir algum bom compendio da Historia Portuguesa, ordenado em forma de dialogo.
3. Obrigallos a decorar e repetir outro compendio da Geografia do Mundo, principalmente da Europa, com // [fol. 2] a situação e nome dos Reinos, Provincias, e Capitaes.
4. Ensinar-lhe a doutrina Christã por algum, bom Catecismo escolhido. Em olhando para todas as circumstancias votar a que, a não se adoptar o Resumo de Mompillier, seria optima escolha adoptar o pequeno Catecismo que Benedicto XIII publicou o Synodo Lateranense de 1728 a que assistirão mais de cem Bispos. O qual pequeno // [fol. 3] Catecismo anda inserto nas actas do mesmo Consilio em Latim e em Italiano, com o titulo: Para os Meninos que estão para se confessar pela primeira vez: e he facillimo traduzir-se em Portuguez.

4.2 Correspondência

A personalidade intelectual de Pereira de Figueiredo transparece de forma inequívoca na correspondência trocada com Cenáculo. No referido Cod. CXI – 2-11, peça nº 1, da BPE, encontra-se um interessante conjunto de cartas dirigidas, entre 1772 e 1791, a Cenáculo, com quem Figueiredo colaborou. Nessa correspondência particular a mentalidade de Ilustrado (Santos 1982) emerge em todos os seus contornos. Tal como se observou nas concepções vertidas nos manuais de gramática e no *Parvum Lexikon* (Almeida 1969; Torres 1998), também às ideias pedagógicas expostas nas *Reflexões* sobre o ensino da Gramática Latina, da Retórica e das Primeiras Letras estão subjacentes os princípios de renovação, modernidade, progresso e utilidade da educação e do ensino, como vias para a reforma e avanço geral da sociedade, antes dificultados, segundo Pereira de Figueiredo, pelas práticas dos Jesuítas, associadas a uma concepção elitista e pouco democrática do ensino. Vale a pena atentar em alguns excertos das cartas de Pereira de Figueiredo a Cenáculo. Com data de 14 de Fevereiro de 1776, lê-se:

Taõbem appresentei ao mesmo Senhor [ao Marquês de Pombal] hum Exemplar da Memoria que se quiz offerecer a Clemente XIV. sobre o modo de levar ao fim o grande Negocio da Extincção não só do Instituto; mas taõbem do Espirito Jesuitico. He a mesma, que V. Ex^a me fez favor de me mandar ao Estoril em Francez.

Mais abaixo, na mesma carta, menciona o nome de Arnault e faz referência à circulação de livros estrangeiros em Portugal, mostrando quanto o seu saber estava actualizado:

Com estou na posse de repartir com V^a Ex^a dos bons & uteis Papeis, que este Sabio Francez (Antoine Belle-Garde), continuamente me remette; e dezejo sinceramente contribuir [...] ao adiantamento e progresso do novo Collegio de Jesus; tomo a confiança de apresentar a V^a Ex^a para a Livraria do mesmo Collegio das obras seguintes: dous tomos em 4^o das obras do grande Arnault em que contem as suas Cartas. Hem Edição que agora se trabalha é, Lausane da Helvecia de todas as Obras daquele grande Homem; e o Impressor promete dar cada trez mezes dous Volumes. & como Belle Garde significa o grande empenho que tem, de que as Obras de Arnault se espalhem em Portugal; e hum dos nossos Livreiros (que creio seria Debeux) lhe disse que, de boa mente traria 30 ou 40 jogos, se estivesse seguro lhos deixariaõ passar. Eu que sei a estimação que, o S. Marquez e V^a Ex^a fizeram sempre das Obras de toda a Escóla de Port-Royal; creio que V^a Ex^a não terá dúvida, de que eu assegure a Belle-Garde da facil admissã dellas neste Reino.

Entre outros aspectos, este excerto tem o valor testemunhal de dar a conhecer as dificuldades com que se deparava a *intelligentsia* nacional para ter acesso aos livros estrangeiros. Já em Março de 1775, Figueiredo aludia ao Latim como língua universal e à situação vivida na época seguinte à expulsão dos Jesuítas:

[...] quando julguei os Planos de V^a ex^a dignos de se traduzirem em hũa Língua universal; foi porque depois de traduzidos e espalhados os Estatutos de Coimbra, julguei que cresceria e subiria muito de ponto entre as Nações estranhas. [...] // E he preciso que com a Reforma dos Estudos deixemos á posteridade huma Prova authentica, de que com a extincção dos Jesuitas tudo convalesceo e melhorou.

As palavras de Pereira de Figueiredo não deixam dúvidas nem quanto ao seu espírito reformador, profundamente anti-jesuítico, nem quanto à sua convicção de que apenas as reformas, em particular as do ensino, trariam o progresso espiritual e material.

5. Encerrando

Termino com algumas observações finais sobre as *Reflexões* e as cartas existentes no códice eborense. Umas e outras parecem ser percorridas pelos princípios ideológicos e pragmáticos que iluminavam a maioria das obras metalinguísticas e pedagógico-didácticas do oratoriano: brevidade, facilidade, utilidade e progresso.

Se o espírito iluminista e iluminador de António Pereira de Figueiredo se manifesta na sua actividade metalinguística e no aturado labor pedagógico, como vimos acima, ele percorreu igualmente vários campos do saber humanístico, em conformidade com o extenso rol da sua bibliografia e das muitas áreas nela contempladas, com destaque para aquelas que o colocam no centro de uma das maiores polémicas de sempre da historiografia da língua portuguesa — a do ensino da gramática latina. Por outro lado, apesar de a sua correspondência particular pertencer, como é evidente, a uma esfera comunicacional distinta daquela a que dizem respeito os textos de tipo pedagógico e metalinguístico, não deixa de revelar uma nova dimensão do quadro ideológico que presidiu à produção epistolar, completando e contextualizando os dados a ela relativos, além de traçar a estatura intelectual do oratoriano e de mostrar aspectos da vida social e cultural, elementos integrantes do chamado «clima de opinião» de Setecentos. Por último, a riqueza informativa da correspondência particular de Pereira de Fi-

gueiredo demonstra que fontes desta natureza podem fazer parte, a vários títulos, de um *corpus* historiográfico setecentista, pelo menos no que tange à historiografia externa, aquela que elucida o pensamento e o discurso (meta)linguístico e pedagógico do Autor.

Para concluir, é de salientar que o universo do manuscrito ainda se oferece à historiografia linguística do português como um terreno pouco explorado, mas cada vez mais atractivo, afirmação verdadeira não só para o século XVIII como também para outras épocas.

Bibliografia

- AAVV (2001): *O Marquês de Pombal e a sua época — o século XVIII e o Marquês de Pombal*, Lisboa/Pombal.
- Almeida, Justino Mendes de (1969): «Lexicógrafos da língua latina em Portugal», em: *Revista de Guimarães* LXXIX, 3-4, pp. 193-226.
- Andrade, António Alberto Banha de (1981): *A Reforma Pombalina dos Estudos Secundários (1759-1771). Contribuição para a história da Pedagogia em Portugal*, 1º vol.: A Reforma; 2º vol.: Documentação, Coimbra: Universitas Conimbragensis.
- Andrade, António Alberto Banha de (1982): *Contributos para a História da Mentalidade Pedagógica Portuguesa*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Araújo, Ana Cristina (2003): *A Cultura das Luzes em Portugal. Temas e Problemas*, Lisboa: Livros Horizonte.
- Assunção, Carlos (1997): *Reis Lobato — Gramático Pombalino*, Cadernos para a História da Linguística, Lisboa: Colibri.
- Calafate, Pedro (ed.) (2001): *História do Pensamento Filosófico Português*, vol. III — As Luzes, Lisboa: Caminho.
- Carvalho, Rómulo de (1986): *História do Ensino em Portugal. Desde a fundação da nacionalidade até o fim do regime de Salazar-Caetano*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Costa, Maria Helena Teves da Costa (1979): «Livros escolares de Latim e de Grego adoptados pela reforma pombalina dos Estudos Menores», em: *Arquivos do Centro Cultural Português* (Paris) XIV, pp. 287-329.
- Figueiredo, António Pereira de (1752): *Novo Methodo de Grammatica Latina, para uso das escolas da Congregação do Oratorio na Real Casa de N. Senhora das Necessidades. Ordenado e composto pela mesma Congregação do Oratorio*, Lisboa: Na Off. de Miguel Rodrigues.
- Figueiredo, António Pereira de (1759): *Elementos de Invenção e Locução Retorica ou Principios da Eloquencia*, Lisboa: Off. Patriarchal.
- Figueiredo, António Pereira de (1760a): *Parvum Lexikon purae et impurae latinitatis, cum Notis & Interpretatione Lusitana*, Lisboa: Francisco Luis Ameno.

- Figueiredo, António Pereira de (1760b): *Dialogo sobre os Autores da lingua Latina, com o juizo critico das suas obras, Idades estylos [...] para uso das escolas da Congregação do Oratório*, Lisboa: Na Regia Officina Sylviana.
- Figueiredo, António Pereira de (1761): *Figuras da Syntaxe Latina, explicadas, e illustradas por Antonio de Figueiredo segundo os principios de Linacro, Sanchez, Vossio, e Perizonio, Principes da Grammatica moderna*, Lisboa: Na Officina de Miguel Manescal da Costa.
- Figueiredo, António Pereira de (1782): *Compendio das Epocas e Successos mais Illustres da Historia Geral*, Lisboa: Regia Offic. Typ.
- Figueiredo, António Pereira de (1792): «Espírito da Lingua Portuguesa Extrahido das Décadas do insigne Escritor João de Barros», em: *Memorias de Litteratura Portuguesa publicadas pela Academia Real das Sciencias de Lisboa*, vol. III, Lisboa: Officina da Academia, pp. 111-226.
- Figueiredo, António Pereira de (1793): «João de Barros — Exemplar da mais solida Eloquencia Portuguesa (Dissertação Academica de [...] escrita e, recitada no anno de 1781)», em: *Memorias de Litteratura Portuguesa publicadas pela Academia Real das Sciencias de Lisboa*, vol. IV, Lisboa: Officina da Academia, pp. 1-25.
- Instrucçoens para os Professores de Grammatica Latina, Grega, Hebraica, e de Rhetorica, Ordenadas, e mandadas publicar por El Rey nosso Senhor, Para o uso das Escolas novamente fundadas nestes Reinos, e seus Dominios* (1759), Lisboa: Na Off. de Miguel Rodrigues.
- Jordão, Dr. Levy Maria (1859): *Elogio de António Pereira de Figueiredo: na sessão publica da Academia Real das Sciencias em 20 de Fevereiro de 1859*, Lisboa: Typographia da Academia.
- Koerner, Konrad (1978): *Toward a Historiography of Linguistics: Selected Essays*, Amsterdam: J. Benjamins.
- Lima, Ebion de (1981): «Polémica da Gramática Latina no século XVIII», em: *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra* 36, pp. 57-72.
- Marquilha, Rita (2001): «Em torno do Vocabulario de Bluteau. O reformismo e o prestígio da norma no século XVIII», em: Mateus, Maria Helena Mira (ed.): *Caminhos do Português*, Lisboa: Biblioteca Nacional, pp. 106-118.
- Santos, Cândido dos (1982): «António Pereira de Figueiredo, Pombal e a «Aufklärung»», em: *Revista de História das Ideias* IV, I, Coimbra: Universidade de Coimbra, pp. 167-205.
- Torres, Amadeu (1998): «*Parvum Lexicon*» de António Pereira de Figueiredo. *Reprodução fac-similada da edição princeps de 1760 com introdução e notas por [...]*, Braga: Edições Humanitas.
- [Trigoso, Francisco Mendes] (1800): *Catálogo das obras impressas e manuscritas de António Pereira de Figueiredo*, Lisboa: Academia das Sciencias de Lisboa.
- Vasconcelos, José Leite de (1929): *Opúsculos*, vol. IV (Filologia — Parte II), Coimbra: Imprensa Universidade.
- Verdelho, Telmo (1982): «Historiografia Linguística e Reforma do Ensino. A propósito de três centenários: Manuel Álvares, Bento Pereira e Marquês de Pombal», em: *Brigantia* 2/4, pp. 347-383.

Luciano Caetano da Rosa (Berlim)

**Frei Manuel do Cenáculo, o Pedagogo,
revisitado...**

«Revisitar» Cenáculo não é tarefa fácil: a dificuldade reside não só na imensidão da obra, como no também não menos difícil acesso a ela, sem esquecer várias contradições e aspectos menos claros que subsistem até hoje nessa vida e obra, conforme nos confessam alguns críticos que a Cenáculo dedicaram monografias altamente documentadas.

Este ensaio consta de três partes, a saber:

- um conspecto ou visão sobre o *Iluminismo* como movimento europeu nos seus principais pressupostos, em primeiro lugar;
- alguns aspectos do *Iluminismo* em Portugal, seguindo a lição de Saraiva / Lopes, em segundo lugar;
- a figura de Cenáculo, seguidamente, uma autêntica «éminence grise» de Pombal durante mais de quinze anos de trabalho conjunto, seguidos de 25 anos de bispado em Beja e, finalmente, durante *grosso modo* uma dúzia de anos como arcebispo em Évora. É uma vida que se consome em grande parte numa actividade ora professoral ora pastoral, mas que teve sempre muito presente o pedagogo em três vertentes: o professor universitário em Coimbra, o reformador religioso e pedagogo dos estudos em Portugal no quadro da reforma pombalina, enfim, o ciropedista ou preceptor do príncipe.

1. O *Iluminismo* na Europa

O conceito de *Iluminismo* / *Ilustración* / *Lumières* / *Enlightenment* / *Aufklärung* envolve uma problemática vasta na sua extensão, profunda na intensidade da análise e do raciocínio, diversificada nos campos de aplicação, diferenciada nos métodos e objectos de estudo. A todos os domínios deve presidir a razão, a razão humana autónoma como única instância com capacidade decisora para a instauração da verdade em sentido epistemológico e do agir moral dos indivíduos e das sociedades em sentido ético. O início do movimento pode situar-se, segundo proposta relativamente recente de Lepenies (Lepenies 1976: 10-11) na obra *Entretiens sur la Pluralité des Mondes* de Fontenelle (1686) e

estender-se até 1789, até à *Revolução Francesa*, embora não seja de desconsiderar a permanência dos seus efeitos nos tempos do Romantismo europeu.

Tal movimento estende-se, pois, desde finais do século XVII pelo século XVIII adentro e permanece actuante no primeiro quartel do século XIX, embora muitos dos seus pressupostos intelectuais já venham do século XVII, de Fontenelle segundo Lepenies, talvez mesmo, pelo menos em parte, do *Renascimento*. Bastaria lembrar Francisco Sanches, autor do *Quod Nihil Scitur* (meados do séc. XVI) ou o papel da experiência em Duarte Pacheco Pereira ou mesmo em Camões, o saber «de experiência feito», raízes do Iluminismo português. O Iluminismo concretiza a crítica racional à autoridade cega, tudo se podendo submeter à livre examinação, desde normas e tradições até às instituições vigentes.

Os pressupostos intelectuais do movimento europeu emergem em Inglaterra nos escritos de Sir Francis Bacon com o seu *Novum Organum* (1620), sobretudo com a mudança de paradigma que representa a revalorização da experiência, conceito central no novo método experimental com suas quatro fases (‹theoria› ou observação, formulação da hipótese, experimentação e formulação da lei como regularidade de ser e de agir).

Esta nova qualidade do saber científico, com sua base empírica imprescindível, vai amadurecer progressivamente em numerosos campos do conhecimento e estende-se da Inglaterra à França e à Holanda, até ao seu remate na Alemanha, no período do Sturm und Drang (Tempestade e Impetuosidade).

No campo do Direito e da Política, é de referir Hugo Grotius¹ (1625) com *De iure belli ac pacis*, Samuel Freiherr von Pufendorf² (1672) com *De iure naturae et gentium* e sua influência na Constitui-

1 Hugo Grotius, aliás, Huigh de Groot, jurista e político holandês. Nasceu em Delft (*10.04. 1583) e faleceu na Alemanha, em Rostock (28.08. 1645). Ensinou em Paris e Hamburgo. É autor de obras fundadoras da ciência do Direito Internacional. Na obra supra-citada *Do Direito à Guerra e à Paz*, baseia na Razão certas regras da convivência dos povos. O acordo a que se chegou na Paz de Vestefália em 1648 e que terminou com a guerra dos 30 Anos foi influenciado pelo seu pensamento jurídico.

2 Samuel Pufendorf (*Dorf-Chemnitz, 08.01. 1632; †Berlim, 26.10. 1694), representante significativo do Absolutismo esclarecido na Prússia. Fez basear o Direito Natural e das Gentes nos ideais humanistas da liberdade e da dignidade, postulando uma diferenciação jurídica entre Igreja e Estado.

ção do Estado prussiano, sobretudo nos capítulos da liberdade e da dignidade individual, Christian Thomasius³ (1688/89) com a revista *Freimütige Gedanken* e a teorização dos direitos individuais, o empenhamento pela tolerância, por um processo penal mais humano, pelo fim da caça às bruxas e da tortura de mulheres pela Igreja.

Descartes (1637), na área filosófica, afinará o método de pensamento na obra famosa e sempre muito estudada *Discours de la Méthode* postulando «ideias claras e distintas» e a dúvida como método de descoberta da verdade (Francisco Sanches vale, nalguma medida, como precursor da dúvida metódica) e Thomas Hobbes, com *Leviathan* (1651), apresentará uma Teoria Geral do Estado, uma reflexão sobre o poder e sobre a natureza humana (*homo hominis lupus*).

Em seguida, é importante John Locke (1690) com *Essay on Human Understanding*, fundador do Empirismo (já que, segundo ele, todo o saber repousa na experiência) e uma Teoria do Estado liberal em *Two Essays on Government*.

No campo da Física e da Matemática, é incontornável o espírito universal de Isaac Newton.

Em seguida, seria de relembrar, no domínio da História, Pierre Bayle⁴ (com o seu *Dicionário Histórico e Crítico* (1695-97) (um dos muitos autores citados por Cenáculo em relatórios da *Real Mesa Censória*), Charles de Montesquieu com a separação dos poderes em *L'Esprit des Lois* (obra, aliás, censurada pela *Mesa*) onde se analisam os vários tipos de regime estadual (monarquia, democracia, despotismo), já com as utopias satíricas swiftianas no horizonte (1726).

No campo literário e filosófico, Johann Christoph Gottsched é autor de uma literatura alemã baseada em princípios racionais (*Versuch einer critischen Dichtkunst*, 1730), Alexander Pope publica *Essay on Man* (1733/34), David Hume (1740), empirista importante, escreve *On Human Understanding*. Fielding publica *Tom Jones*, romance realista e social.

3 Christian Thomasius (*Leipzig, 01.01. 1655, †Halle, 23.09. 1728) fez derivar os direitos individuais da sua Teoria do Direito Natural.

4 Pierre Bayle (*Carlat 18.11. 1647; †Roterdão, 28.12. 1706) figura de proa do Iluminismo e fundador de uma historiografia crítica baseada nas fontes. Acreditava que os princípios morais são independentes da religião. Defensor do ateísmo, declarou a ciência e a fé incompatíveis. Os problemas éticos só são solúveis pela razão. O seu dicionário (1741-1744) foi traduzido para alemão por J. C. Gottsched.

No campo da Medicina, Julien Offroy de La Mettrie funda a Medicina empírica, explicando os fenômenos espirituais e psíquicos pela Mecânica e pela Fisiologia. Entre 1751 e 1772, surge essa imensa síntese do conhecimento humano que é a *Encyclopédie* de Diderot e D'Alembert. Claude Adrien Helvetius, filósofo materialista, publica *Discurso sobre o Espírito Humano* (1758) (mais uma obra censurada pela Mesa), escrito no qual expõe uma utopia onde os interesses público e privado seriam idênticos.

Enfim, chegamos a Voltaire cujo nome, por vezes, personifica por antonomásia o século — *Século das Luzes* ou *Século de Voltaire*. Razão, cultura, progresso, tolerância, liberdade de pensamento contra qualquer forma de fanatismo e arbitrariedade, justiça social, libertação dos servos, bem-estar social, eis aí um punhado de ideias fortes nos escritos deste «francês da Prússia».

Depois de Voltaire, e para encurtar esta já vasta plêiade, lembraríamos talvez ainda o Jean-Jacques Rousseau do *Contrato Social*, também criticamente aceite por Cenáculo, o Lessing do *Nathan der Weise*, peça de teatro em que se tematiza a tolerância entre três grandes religiões (Cristianismo, Judaísmo e Islamismo), enfim, o Immanuel Kant (1742-1804) do «imperativo categórico», máxima ética com função reguladora na intersubjetividade e no equilíbrio psicossocial. Immanuel Kant escreve na sua Conisberga prussiana em 30 de Setembro de 1784 o célebre artigo em que dá uma definição lapidar de «Aufklärung», publicado no número de Dezembro de 1784 da revista *Berlinische Monatsschrift*. À pergunta: O que é o Iluminismo?, *Was ist Aufklärung?*, o filósofo responde:

Aufklärung ist der Ausgang des Menschen aus seiner selbstverschuldeten Unmündigkeit. Unmündigkeit ist das Unvermögen, sich seines Verstandes ohne Leitung eines anderen zu bedienen. Selbstverschuldet ist diese Unmündigkeit, wenn die Ursache derselben nicht am Mangel des Verstandes, sondern der Entschliebung und des Mutes liegt, sich seiner ohne Leitung eines anderen zu bedienen. Sapere aude! Habe Mut, dich deines eigenen Verstandes zu bedienen! ist also der Wahlspruch der Aufklärung (Bahr 1974: 9).⁵

5 «O Iluminismo é a saída do homem da menoridade em que se encontra por culpa própria. Menoridade é a incapacidade de utilizar o próprio entendimento sem orientação de outra pessoa. Esta menoridade tem culpa própria quando a causa da sua existência não reside na falta de entendimento, mas sim na falta de decisão e de coragem de se servir do próprio entendimento sem orientação de terceiros. Sa-

O Iluminismo é popularizado por revistas que postulam a tolerância e se nutrem da crença no progresso, orientando o racionalismo para as Ciências da Natureza. Os impulsos deste vastíssimo e matizado movimento europeu fazem-se sentir nos promotores da independência americana (lembremos tão só o anti-esclavagista Benjamim Franklin, famoso inventor do pára-raios), influenciam os homens da *Revolução Francesa*, chegam ao *Despotismo Iluminado* ou *Esclarecido* e prolongam-se até ao *Romantismo* e ao *Liberalismo* do século XIX. O *Iluminismo* impõe-se por três vias: pelas Ciências, pelo Direito positivo e pela Economia. Pelas ciências com a nova concepção do mundo, com escolas, educação, instrução e entendimento que leva à explicação do mundo e à apropriação científica do mundo. Pelo Direito positivo constitucional e com reformas sociais, críticas à Igreja e ao Estado questionando-se ora a ideia de *Criador*, ora a origem divina do poder estatal. Daí, a liberdade individual nas esferas temporal e espiritual. Enfim, pela Economia, através das manufacturas, do mercantilismo, da revolução agrária, das mudanças na estrutura social com trabalhadores e aprendizes, com camponeses nas cidades e com cidadãos empresários. Por estas três vias resulta uma mudança na posição do homem no mundo e perante a natureza.

2. O Iluminismo em Portugal

A influência do Iluminismo em Portugal nos reinados de D. João V, D. José e D. Maria I vai tocar numerosos ramos do saber científico e humanístico, assim como inspirar grandes reformas, nomeadamente no campo pedagógico, a reforma dos Estatutos da Universidade de Coimbra em 1772.

Desde o experimentalismo de Bacon, passando pelo cartesianismo filosófico e matemático, pela Física de Newton, pelo sensorismo de John Locke até ao direito das gentes postulado por Pufendorf, entre outras referências fortes, o Iluminismo português tem aí algumas bases seguras para actualizar ideias e conceitos, rever os procedimentos e as normas, ensaiar novas abordagens, aplicar novos métodos e novas técnicas, atingir maior eficácia na ordem social, enfim, realizar um esforço exaustivo de renovação cultural abrangente.

pere aude! Ouse cada um saber! Tenha coragem e sirva-se do seu próprio entendimento, eis o lema do Iluminismo» (Tradução de LCdR).

Como denominador comum a todos os saberes estão as luzes da razão que iluminam progressivamente os recantos do conhecimento, eliminando as trevas da ignorância, do erro e do preconceito.

Seguindo livremente uma síntese proposta por António Ferreira de Brito (Machado 1996: 523-526), o Iluminismo recusa a barbárie e o irracionalismo, cultiva um certo desprezo pela Idade Média, *Idade das Trevas* por oposição às *Luzes*, desenvolve a mentalidade do livre exame apoiado por monarcas esclarecidos das «nações polidas». Os poderes das luzes naturais são considerados ilimitados e com o tempo desvenderão os mistérios da existência, da vida, do espaço e do tempo. O progresso sem limites parece possível, podendo acabar por trazer a felicidade aos povos e aos indivíduos com a eliminação do fanatismo e da intolerância no reino cadaveroso da estupidez.

A filosofia de Aristóteles e a Escolástica ficam sujeitas à mentalidade crítica e ao exame da razão ou são postas de lado e substituídas pelo método científico-experimental e pelo espírito geométrico. Os direitos nacionais, civis e religiosos, serão mais bem defendidos perante as pretensões da Igreja Apostólica-Romana e por toda a Europa há movimentos desta natureza (galicanismo, josefismo, ...). Em Portugal, tal tendência tem alguma tradição (pense-se, por exemplo, no Beneplácito Régio no tempo de D. João V) e é designada entre nós por *regalismo*, sendo implementada com firmeza por Sebastião José de Carvalho e Melo, contra os jesuítas, contra as tendências ultramontanas, contra qualquer opositor.

No reinado de D. João V, os iluministas portugueses são frequentemente nobres, diplomatas, políticos, um ou outro militar:

D. Luís da Cunha, José da Cunha Brochado, Alexandre de Gusmão, o 4º Conde de Ericeira, Martinho de Mendonça de Pina e Proença, Manuel de Azevedo Fortes, Sebastião José de Carvalho e Melo, quase tudo gente com grande vivência do estrangeiro. Outros como o Cavaleiro de Oliveira ou o médico Jacob de Castro Sarmiento vivem fora, exilados. O rei fomenta uma política de bolsas no estrangeiro e atrai ao reino professores de nomeada.

A figura central neste primeiro período é, todavia, Luís António Verney, com a sua obra famosa *Verdadeiro Método de Estudar*, o qual recebe uma «particular ordem» por parte de D. João V, a de «iluminar a nossa nação» e ajudar o país a recuperar do atraso secular através duma vasta e profunda reforma pedagógica.

Com a morte de D. João V e o terramoto de 1755, entre outros factores, deparam-se condições favoráveis a Sebastião José de Carvalho e Melo para que se afirme progressivamente como a figura cimeira nos negócios da nação, adaptando o absolutismo do reinado anterior a um despotismo esclarecido. Note-se, como ironia da história, que foram três padres jesuítas quem terá exercido uma influência preponderante na escolha de Sebastião José para Primeiro Ministro. Foram eles o Pe. João Baptista Carbone, o Pe. José Moreira e o Pe. José Ritter. Sebastião José vai prescindir de Verney e corta com uma parte da nobreza que persegue barbaramente — episódio dos Távoras —, assim como persegue cruelmente os jesuítas — exemplo: Pe. Malagrida — e os expulsa, assacando-lhes todas as culpas do estado em que o país se encontra. A *Sociedade de Jesus* será extinta em grande medida pela sua acção a nível nacional e internacional. Rodeia-se, então, de uma série de colaboradores para as reformas que pretende levar a cabo. Entre eles está D. Frei Manuel do Cenáculo, ao lado do cardeal Saldanha, do Bispo Bulhões, do grande latinista Pe. António Pereira Figueiredo, de José Seabra da Silva, do editor Paglierini, do padre francês Platel, de Sachetti Barbosa e de mais alguns. Este período do reinado de D. José e do consulado de Pombal coincide com o que Saraiva e Lopes (1996) consideram o segundo período do Iluminismo português. O terceiro período começa com a *Viradeira* e situa-se no reinado de D. Maria I, tendo como expoentes mais importantes o Duque de Lafões e o Abade Correia da Serra, criadores da Academia Real das Ciências (24.12. 1779).

Sebastião José de Carvalho e Melo torna-se, no reinado de D. José, e no dizer do saudoso mestre Manuel Antunes S.J. em «Primeiro Ministro fac totum de um Monarca absoluto fac nihil». ⁶ Ocupar-nos-emos doravante de Cenáculo, figura importante no consulado de Pombal como pedagogo nas três vertentes acima apontadas.

3. Cenáculo

Chama-se Manuel Martins, filho de gente humilde. A sua iconografia não é problemática. Nasceu em Lisboa no ano de 1724. Estudou com os Oratorianos para em seguida ingressar na Ordem Terceira de São Francisco como Frei Manuel do Cenáculo e a partir de 1740 frequenta

6 Antunes, Manuel, em: *Como interpretar Pombal?* (1983: 134).

Teologia na Universidade de Coimbra. Doutorar-se-á no ano de 1749 em Teologia na Lusa-Atena onde dará ainda dois cursos no Colégio de São Pedro antes de partir para Roma em 1750. Aí assiste a um capítulo da sua Ordem.

O contacto em Roma com gente arribada de muitas latitudes vai despertar-lhe os sentidos para as novas realidades culturais em curso na Europa de então, sobretudo as ideias iluministas que marcarão de forma duradoura boa parte da sua acção futura como reformador e pedagogo, como iluminista católico-eclético onde se detectam influências díspares que passam por Bossuet, Raimundo Lulo, alguma tolerância para com o Jansenismo, enfim, um marcado regalismo na defesa do que julga constituir o interesse da igreja nacional. Em 1751 regressa a Coimbra e logo nesse ano dá à estampa as *Conclusiones de Logica* onde introduz a língua grega em teses académicas, perfilhando a influência de Jacob Brücker⁷ ao usar a História crítica como propedêutica filosófica. Entre 1751 e 1755 ocupa uma cátedra em Coimbra e só em 1755 regressa a Lisboa.

Na capital é já notado por Pombal e vai sucessivamente ou em simultâneo assumir cargos de responsabilidade cada vez maior: torna-se cronista dos Franciscanos, capelão da Armada, Provincial dos Franciscanos e, em 1768, é deputado da *Real Mesa Censória*. Reforma os estudos na Ordem dos Franciscanos (*Disposições do Superior Provincial* com data de 1769) avançando com novos métodos e novas propostas de reforma do ensino. Faz a apologia de Luís António Verney, combatendo os métodos escolásticos dos jesuítas e o ensino elitista destes.

Enquadra seguidamente a *Junta de Providência Literária* e o *Subsídio Literário*, tudo organismos com papel relevante nas reformas em curso. Influenciará, com outros, a reforma magna da época, a saber: a reforma dos Estatutos da Universidade de Coimbra de 1772 e participará muito concretamente na reforma dos estudos de Teologia.

Ainda em 1769, Cenáculo é nomeado confessor de D. José, Príncipe da Beira, neto do rei D. José e filho da futura rainha D. Maria I. Em 1770, recebe o episcopado pacense (ou seja, de Beja, que não o de Badajoz) por influência directa do rei junto do papa. Parece que é por

7 Jacob Brücker (1696-1770) é autor de duas obras célebres: *Historia critica philosophiae a mundi incunabilis ad nostram usque aetatem deducta* (Leipzig 1741-1744) e *Institutiones historiae philosophiae* (Leipzig, 1747).

esta altura que é onomasticamente nobilitado, juntamente com a púrpura episcopal, acrescentando-se ao seu nome o de Villas-Boas.

Como amigo indefectível de Sebastião José de Carvalho e Melo, sabe de imediato aproveitar nos anos seguintes as suas competências nas presidências da *Junta da Providência Literária*, da *Real Mesa Censória* e da *Junta do Subsídio Literário*. Além de confessor, é escolhido para preceptor de D. José, o príncipe da Beira e futuro príncipe do Brasil.

Cenáculo é destinatário de muitas honrarias e, por vezes, o seu nome vem mencionado com uma série de epítetos, como, por exemplo: D. Frei Manuel do Cenáculo, Do Conselho de Sua Magestade, Bispo Eleito de Beja, Mestre e Confessor do Príncipe Nosso Senhor, Presidente da Real Mesa Censória, Capellão Mor das Armadas Reaes, Definidor Geral de toda a Ordem de S. Francisco, Ministro Provincial, e servo da Terceira Ordem da Penitência nestes reinos de Portugal, Algarves, etc. É evidente que as violências de Pombal não lhe terão passado despercebidas, nomeadamente nas medidas tomadas contra o bispo de Coimbra, D. Miguel da Anunciação, para apenas referir um exemplo concreto. Parece-nos, todavia, que Cenáculo estaria mais interessado em levar a cabo a sua obra, no quadro da Ordem Terceira, sem se preocupar muito com os métodos cruéis do Marquês em actos execráveis cometidos contra os jesuítas e sem esquecer as violências contra uma parte da nobreza.

Com a morte de Pombal em 1777 e o surto da Viradeira, Cenáculo entra finalmente na sua diocese de Beja onde permanecerá 25 anos, até 1802. Aqui funda uma biblioteca episcopal que chegou a ter 9.000 volumes e uma *Academia Eclesiástica* onde se ensinavam muitas matérias teológicas e filosóficas, línguas clássicas e orientais, assim como criou o primeiro *Museu Público de História Natural*. Além disso, tentou como bom iluminista, fomentar a agricultura em meio rural. Para tanto, mobilizou cerca de 500 pessoas para arrotear os campos e agricultá-los nas comarcas de Beja e Ourique, pondo em prática ideais iluministas. Humanista erudito, interessou-se pelas línguas orientais dominando algumas (árabe, siríaco, hebraico, além das clássicas latim e grego) dedicou-se a muitas ciências, nomeadamente às auxiliares da História como a Arqueologia, a Numismática e a Paleografia. As pedras das escavações realizadas no Baixo Alentejo podem ser vistas ainda hoje no Museu de Évora. A sua acção na fundação de Bibliotecas permanece proverbial até aos nossos dias. Cria a biblioteca do

Convento de Jesus em Lisboa, embrião da futura *Academia das Ciências*. Faz generosas doações em livros. Propõe a Pombal que a biblioteca da *Mesa Censória* se torne pública. A *Biblioteca Pública de Lisboa* tornar-se-á naquela que é hoje a *Biblioteca Nacional*. Em 1802 é nomeado arcebispo de Évora onde permanecerá até à morte em 1814. Também aqui funda uma Biblioteca Pública para a qual escreve um regulamento modelar, conseguindo salvar os livros do saque durante a invasão de Évora pela soldadesca francesa. Em duas páginas do seu *Diário*, podemos ver exactamente quando se refere à criação desta Biblioteca Pública de Évora, ou seja, no dia 25 de Março de 1805, há, portanto, 200 anos.

As duas páginas do fragmento datam de 1805 e referem, na seguinte passagem, a fundação da *Biblioteca Pública de Évora*:

Na 2^a feira, 25 de Março, Anunciação de Nossa Senhora, fui pôr o 1. livro nas estantes da minha Livraria e foi o 1. Livro que pus o 1. Tomo da Poliglota de Ximenes [...]; mandei abrir um caixote e o primeiro Livro que abri e li foi a Évora Gloriosa, o que me pareceu coisa de reflectir.⁸

Cenáculo tinha 81 anos quando escreveu este texto. A sua caligrafia é linear e, em geral, bastante legível. Noutros pontos do *Diário*, Cenáculo aproveitou todos os cantinhos das folhas onde escreveu, com letra miudinha, mas penosa de decifrar.

De acordo com D. Francisco Peres Bayer, arcediogo da Catedral de Valencia, Mestre dos Infantes de Espanha e Bibliotecário-mor da *Real Biblioteca de Madrid*, que em 1782 permaneceu alguns dias em Beja, a biblioteca do bispo pacence era verdadeiramente grandiosa:

Desde allí me condujo su Ilma à su libreria. Són tres piezas mui capases, todas llenas [...]⁹

Peres Bayer tece comentários às valiosíssimas espécies bibliográficas e manuscritos que ali viu, calculando uma quantidade de 33.424 volumes. Os transportes da biblioteca, do medalheiro e dos achados arqueológicos para Évora enriqueceram infinitamente esta cidade, empobrecendo irremediavelmente Beja.

Em 1812 é nomeado membro da *Real Academia das Ciências*. Morre em 1814, tendo os últimos anos da sua vida sido um tanto atribulados.

8 *Diário*, no dia 25 de Março de 1805.

9 *Diário* de Peres Bayer em *O Archeologo Portuguez*, vol. XXIV apud Viana (1952a: 3).

Jesus Cristo, Meditações sobre o Padre-Nosso; Psalmos de David; algumas traduções; enfim, *Cuidados Literários do Prelado de Beja em Graça do Seu Bispo*, de 1791 (escrito em 1788), é trabalho vasto com 552 páginas, contendo muita erudição filosófica, composto em momento de lazer com o fim de instruir e educar a juventude. A obra revela, segundo a crítica, algumas falhas quanto ao plano, repetições, citações dispensáveis e um estilo nem sempre muito claro. Já o seu *Diário* contém muita informação útil para compreender melhor a época e sua ambientação, com dados, factos, personagens, episódios.

De acordo com Francisco da Gama Caeiro, Cenáculo teve uma actuação filosófica que se caracteriza fundamentalmente por três vectores, a saber:

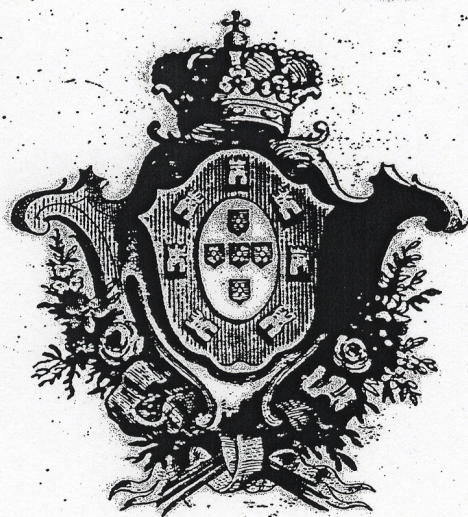
- primeiro, a crítica da Escolástica e do aristotelismo (a aristotelmia, como Cenáculo talvez gracejasse), sobretudo a crítica do seu formalismo silogístico e abstraccionista;
- em seguida, o matematismo ou matematicismo;
- por fim, o gosto do real, para se recorrer a uma expressão cunhada por mestre Hernâni Cidade (Caeiro 1959: 24, 42-44, 100-101, 116-117, *passim*).

Interessou-se igualmente por Bossuet e, muito particularmente, por Raimundo Lulo, tentando até reintroduzir o pensamento do catalão em Portugal.

A figura de Dom Frei Manuel do Cenáculo de Villas-Boas e sua acção em vários campos já mereceu aprofundados estudos de ilustres investigadores, tanto nacionais como estrangeiros. Esta nossa revisitação de Cenáculo repousa, por ora, fundamentalmente no estudo de duas monografias: a de Francisco da Gama Caeiro com data de 1959 e o sólido trabalho de Jacques Marcadé de 1978. Caeiro centrou a sua investigação sobre a actuação filosófica do prelado. Nesse estudo, chegou-se a uma síntese lapidar na qual se condensaram os três aspectos julgados fundamentais no pensamento do franciscano, já referidos. Os ensaios de Pedro Calafate sobre Cenáculo deverão, outrossim, bastante a Gama Caeiro.

Estas três componentes do pensamento cenaculano não conseguem, contudo, e segundo a opinião do próprio Caeiro, pôr de parte a «extrema complexidade do seu pensamento, que, por vezes, não abunda em clareza» (Caeiro 1959: XI). O seu estilo é qualificado por alguns autores de compacto e difuso.

CUIDADOS
LITERARIOS
DO
PRELADO DE BÉJA
EM GRAÇA
DO SEU BISPADO.



LISBOA:
NA OFFICINA DE SIMÃO THADDEO FERREIRA.

ANNO M. DCC. XCI.

1791

*Com Licença da Real Meza da Commissão Geral sobre o
Exame, e Censura dos Livros.*

Pag. 1.

200 A D I U M


A O A M A D O C L E R O ,

E

F I E I S D A N O S S A D I E C E S E

S A Ú D A S E U P A S T O R

Fr. MANOEL BISPO DE BÉJA.



AVEMOS considerado sempre as causas da Religião, e dos costumes com tanta dependencia das letras depois da graça Divina, que já mais nos tem parecido fobejas as diligencias em promover seu estudo; nem agora que mais sobre Nós peza este cuidado, quizemos desaproveitar algumas reflexões a beneficio dos estudos, retirando-as do conhecimento de nossos encarregados, e mais particularmente daqueles fujeitos, em cujas louvaveis fadigas havemos depositado a disciplina dos Ordenandos. ; Que feliz he a planta sendo tomada por Sol benigno ! Se desta reflexão nutre o Magisterio da mocidade, ajudemo-lo com este officio, reforço de doutrinas que noutras occasiões temos persuadido, pois o Magisterio he Sol; que sobre a mocidade vai desfazendo orvalho brando; e quando afim convem, espalha chuva copiosa, e temperada, ou grande calor, sendo tudo repartido nas estações proprias.

A constituição de hum Ordenando: os fins, para que elle se encaminha: quaes sejam os officios, para que se dispõe, são cousas, que a cada hora devem estar na consideração, tanto dos discipulos, como dos instructores. Nos Ordenandos, que frequentão estudos, tem fitos os olhos suas familias, e os povos: O mundo espera-os ricos sahindo de thesouros: ; Quanto se não deverião agastar os homens, vendo suas esperanças desprezadas? Não deixará em verdade de ser justo seu enfado, se nem dos legados dos mortos nos excellentes livros, nem das graças dos viventes no ensino dos Professores conhecerem os homens não se haver aproveitado a mocidade.

A

A

Tal falta de clareza seria devida, pelo menos em parte, à própria natureza e contradições do *Iluminismo*, em geral, e do *Iluminismo católico* acompanhado do *Eclectismo* epocal, em particular.

Por outro lado, uma obra vastíssima, talvez ainda não totalmente inventariada e mesmo de difícil acesso em que abundam os autógrafos, não ajuda a que se tracem, para já, coordenadas sólidas sobre esta grande figura do Iluminismo católico e eclético em Portugal.

A obra de Marcadé fornece-nos uma visão sólida da vida social, económica e religiosa do Baixo Alentejo calcorreado por Cenáculo como bispo pacense, na sua acção pastoral e de homem de Letras com múltiplos interesses, nomeadamente no campo da Arqueologia. A obra também apresenta um estudo semelhante relativo à região adstrita ao arquiépiscopado de Évora.

A sua bibliografia activa compõe-se de elevado número de obras, muitas delas de vasta extensão, umas impressas ainda em vida do bispo, outras postumamente e outras ainda manuscritas, datadas ou não.

Devem-se a Francisco da Gama Caeiro e a Jacques Marcadé as bibliografias mais completas e mais bem ordenadas. Na de Caeiro, figuram 117 manuscritos datados e 56 sem data num total de 173 autógrafos de extensão diversa. Quanto a obras impressas, contam-se 71 publicadas em vida do autor e 5 postumamente num total de 76 obras impressas. Esta bibliografia cenaculana perfaz 249 títulos, sem esquecer uma epistolografia abundantíssima de mais de cinco mil cartas, reunidas por Armando Nobre Gusmão, espólio hoje existente na Biblioteca Pública de Évora.

Pelos numerosos e diversificados contactos epistolares com seus agentes e correspondentes para aquisição de livros provenientes de toda a Europa, sabe-se que (à semelhança dos irmãos Moehadano em Espanha, autores da *Historia Literaria de España: origen, progresos, decadencia y restauracion de la literatura española*, aliás, émulo dos Benditinos franceses de Saint Maur com a sua *Histoire Littéraire de France* em 10 volumes) Cenáculo pretendia realizar uma *História Literária de Portugal*, com um grupo de colaboradores, mas o projecto ficou por realizar. Eram muitas as tarefas deste homem. Ordenamos alfabeticamente, a título de curiosidade, os tipos de texto existentes na bibliografia cenaculana para se ficar com uma ideia de tal espólio em termos linguístico-literários, enquanto, por outra parte, nos consciencializamos da variedade de competências e actividades do prelado: alvarás, atestados, avisos, cartas, censuras, certidões, circulares, co-

mentários, comentários hagiográficos, desenhos comentados, determinações, diários, discursos, disposições, dissertações, editais, elogios, elogios fúnebres, exercícios espirituais e litúrgicos, epigramas latinos, epitáfios latinos, estatísticas eclesiásticas, extractos, formulários, informações, instruções, listas de livros, mapas, meditações, memórias históricas, minutas, notas, notícias, necrológios, orações, pareceres sobre estudos e cânticos litúrgicos, pastorais, patentes, preces, provisões, reflexões, regulamentos, relação de factos, retratos, sátiras, saudações, sermões, termos de consagração, traduções e tratados.

4. Cenáculo pedagogo

A informação segura de que dispomos permite, embora com carácter provisório, recheado de prudência, perceber já hoje algumas linhas mestras da acção de Cenáculo como pedagogo de grande alcance para a cultura portuguesa da época. Encaramos a acção de Cenáculo como pedagogo em várias frentes: como preceptor do Príncipe da Beira, mais tarde designado Príncipe do Brasil; como reformador dos estudos primários e secundários; enfim, como reformador dos estudos na *Ordem Terceira* e co-reformador dos Estatutos da Universidade de Coimbra, sem esquecer a sua actividade de mecenas, de criador de academias e de museus, de fundador de bibliotecas e de fomentador da cultura portuguesa.

Como preceptor, sabemos que a sua acção se enquadra numa linha de alguma tradição — a ciropedia ou a educação do Príncipe.¹⁰ Mas Cenáculo fala pouco do seu papel de preceptor. Antes de ser instruído por Cenáculo, o Príncipe da Beira teve um mestre de ler e de escrever. Cenáculo foi escolhido para preceptor, sendo preferido ao Pe. Figueiredo, após já ser confessor do Príncipe há dois anos; e irá ser, entre as

10 A tradição da ciropedia portuguesa começa provavelmente com Fernão Lopes no *Prólogo da sua Crónica de D. João I* e passa, entre outros, por: Fr. António de Beja: *Breve Doutrina e Ensinança de Príncipes*, Lisboa: Germão Galhardo, 1525; Lourenço de Cáceres: *Condições e Partes que há de ter um Bom Príncipe* (ca. 1525, 1528); Lourenço de Cáceres: *Tratado dos Trabalhos do Rei* (ca. 1544); Francisco de Monzón: *Libro primero del espejo del principe cristiano*, Lisboa: Luis Rodrigues, 1544, 2º ed. 1571; António Pinheiro: *Da Criação dos Príncipes* (ca. 1545); Sancho de Noronha: *Tratado Moral de Louvres e Perigos Dalguns Estados Seculares*, Lisboa, 1549; Diogo de Teive: *Institutio Sebastiani primi*, Lisboa, 1558 e Lisboa, 1565; Fr. Jerónimo de Osório: *De Regis Institutione et Disciplina*, Lisboa: Francisco Correia, 1572.

suas muitas actividades, também responsável pela educação do Príncipe durante sete anos. O horário do Príncipe era um tanto severo. Uma criança de sete anos levantava-se às oito horas, assistia à missa das nove, tinha lições de manhã, desde as dez até às doze e quinze; de tarde, das quinze às dezasseis. Há um Lambert que foi nomeado professor de Francês. Cenáculo ensinava Geometria, História de Portugal, algum Latim e Noções de Filosofia. O próprio Cenáculo recebia as candidaturas dos professores: uma de António Castrioto, solicitando um lugar. O candidato dizia que podia dar aulas de Física, Mecânica, Química, Francês, Inglês, Italiano, Espanhol, Alemão e Holandês. Outro candidato, Claude Sozzède de Thiers manda dois curricula, um em Francês e outro em Latim. Afirma que pode dar lições de Esgrima e de Equitação ao Príncipe. A actividade como preceptor não motivará, porém, Cenáculo a escrever nenhum tratado de educação.

Há, por outro lado, críticas ao trabalho de Cenáculo como preceptor por parte de um austríaco, Lebzeltern, do governo de Viena em 1776, num relatório em que se refere ter Cenáculo descurado a educação do Príncipe. Segundo outros, a afectação do Príncipe derivaria da educação recebida e não teria tanto a ver com a sua personalidade.

Existe um texto¹¹ onde o rei D. José prescreve as instruções a observar nos aposentos do neto, redigido na altura em que a criança fizera sete anos, a idade «da passagem aos homens» como se dizia na época. Verifica-se a preocupação de evitar que a criança contacte pessoas de modesta condição, determina-se o seu quase isolamento, limitando os contactos a um reduzido grupo de cortesãos e professores, cuja missão consistia em disciplinar o educando, quer dizer, refreando-lhe a espontaneidade infantil confundida com teimosia. O rígido horário do Príncipe preenchido por mil afazeres (o próprio Cenáculo reconhecia a demasia de preceitos e regulamentos), previa escassos períodos de recreio e só eram admitidos adultos nas brincadeiras da criança.

Em 1774, um pintor, Miguel António do Amaral, retratou o então Príncipe da Beira (com cerca de catorze anos) como um pequeno adulto a fim de dar maior credibilidade aos seus dotes intelectuais e artísticos simbolizados:

11 Cópia da Instrução e Ordens que sua Magestade foi servido dar para se observarem no quarto do Príncipe Nosso Senhor. Cód. no. CXXIX/1-17 da Biblioteca Pública de Évora, fls. 231-237; cf. também Caeiro (1959: 88).

- no globo terrestre (Geografia);
- na lira e na pauta (Música);
- no busto (Escultura);
- na paleta e nos pincéis (Pintura);
- na planta de um edifício (Arquitectura);
- enfim, em vários tipos de armas.

No século XVIII, a maturidade precoce era apreciada num jovem e ainda mais se eventualmente estivesse destinado a reinar. Então, a infância deveria ser, de preferência, humanista, conforme a doutrina de António Pinheiro (séc. XVI) num pequeno tratado de educação. Este autor é, porventura, o primeiro a ocupar-se cientificamente, em língua portuguesa, da educação do Príncipe, desde uma fase lúdica de aprendizagem da leitura e da escrita até aos 12 anos, altura em que também já deve dominar o latim, a língua oral e escrita, para se alargar a outras disciplinas até aos quinze anos, a fim de se preparar para as altas funções de Estado. O comportamento avisado do príncipe é motivo de louvor para Frei Manuel do Cenáculo.

Na oração fúnebre por alma do príncipe, seu querido ex-pupilo, o inconsolável bispo revela aos paroquianos bejenses que quando o príncipe se distraía do estudo, logo reconhecia a desatenção e prometia emendar-se dessas coisas de pouca idade. Ou quando Cenáculo lhe fez um reparo por certa falta, o Príncipe desculpou-se culpando o seu confessor e preceptor: «Quem tem a culpa é o meu confessor, que não está há mais tempo comigo» (Caeiro 1959: 87).

Pelo menos teoricamente, Cenáculo é, à época, um pedagogo moderno. A sua didáctica vai do simples ao complexo e parte do concreto para o abstracto. Começa os *Cuidados Literários*... assim:

Havemos considerado sempre as causas da Religião, e dos costumes com tanta dependência das letras depois da graça Divina, que já mais nos tem parecido sobejas as diligencias em promover seu estudo (Cenáculo 1791: 1).

E prossegue, referindo-se aos ordenandos:

Que feliz he a planta sendo tomada por Sol benigno! Se desta reflexão nutre Magistério da mocidade, ajudemo-lo com este officio, reforço de doutrinas que noutras ocasiões temos persuadido, pois o Magistério he Sol, que sobre a mocidade vai desfazendo orvalho brando; e quando assim convem, espalha chuva copiosa, e temperada, ou grande calor, sendo tudo repartido nas estações proprias (Cenáculo 1791: 1).

Interessante é a metáfora iluminista do Sol, que se repete em poucas linhas. Sobre Sisenando, mártir e sábio, «hum filho [...] que a Divina Providencia deo a Beja», escreve Cenáculo:

[...] sigillou pelo martirio o maior dos testemunhos a que podem chegar os homens, as affeições com que prezava as verdades reveladas pelo Ceo benigno para attrahir desmerecedores alucinados. Seos dias foram calamitosos, pois, que os idolatras da humanidade enganadora emproavam suas cabeças ferozes, e cahião de arremesso terrível contra os que advertidos conhecião o erro e os deslizes humanos, e os sogeitavão á Ley, e legitima rasão. Quando acontecia serem mortificadas estas bemaventuradas Filhas de Deos, a Ley e a Rasão, forão mui denodados os Sisenandos para dezenganarem, que a Carne e Sangue, que em todos hade morrer, só quando servem á boa e perpetua causa, isto é a causa da justiça e da verdade limpa, e segura, tem valor e merecimento, maior que todas as pomposas fraquesas dos mortaes (Cenáculo ap. Delgado 1946: 356).

Discurso bem actual este sobre «a causa da justiça e da verdade...», a «boa e perpetua causa», antídoto de muito discurso reinante neste «nosso bravo mundo novo».

Cenáculo como reformador do ensino primário e dos estudos menores vai colaborar com Pombal como se fosse uma espécie de Ministro da Educação dos nossos dias. Nas reformas radicais produzidas na sua esfera de empenhamento, criará com Pombal 925 postos de ensino público, estabelecendo a Filosofia Racional em vários núcleos de estudo espalhados pelo país.

A reforma implicava a substituição dos manuais de ensino dos jesuítas e a criação de novos materiais, a contratação de novos mestres de ler e escrever, assim como de professores, a criação de novos postos e respectivo financiamento.

Este financiamento foi feito em parte com um novo imposto, chamado subsídio literário, tributando a água, o vinho e a aguardente. De acordo com um Decreto-lei da época e a mero título de exemplo, o Decreto Real de 06.11. 1772, confia-se à *Real Mesa Censória*, a que preside Cenáculo, a tarefa de executar a reforma do ensino a partir da escola primária com mestres de ler e escrever. Aquele Decreto previa a criação de lugares de professores primários para postos em Portugal e nas colónias. Nos estudos menores, previa-se a criação de professores de Latim, de Grego, de Retórica e de Filosofia.

Cenáculo já se ensaiara como reformador dos estudos na Ordem Terceira onde se lhe atribui muito êxito e participará como reformador do ensino superior nos Estatutos da Universidade de Coimbra de 1772.

O curso de *Artes* será substituído pela *Faculdade de Filosofia*, mas enquadrado entre os estudos menores que dão acesso às quatro Faculdades. Nos estudos menores se estuda Filosofia Racional e Filosofia Natural que abrangia ciências físicas e naturais.

Cenáculo fará certamente incidir a marca da sua influência no curso de Teologia. Para ele, Teologia é o conjunto de Revelação bíblica, Patrística e Tradição. Na sua crítica à Escolástica, reprova a

[...] fuga pela abstracção às coisas reais e naturais, à Revelação e à Tradição que são coisas de facto. O Franciscano quer a verdade de contornos nítidos, postos pelas palavras bíblicas que a exprimem e a definem precisamente, rigorosamente, como linhas geométricas (Caeiro 1959: 44).

Nos estatutos, a parte relativa à Teologia contém seis títulos. Está bem descrita num artigo de Manuel Augusto Rodrigues: «A Faculdade de Teologia da Universidade de Coimbra e a Reforma Pombalina».¹² O curso teológico era de cinco anos e abrangia as seguintes disciplinas: *História Eclesiástica*, *Teologia Dogmático-Polémica*, *Teologia Moral*, *Teologia Litúrgica*, *Sagrada Escritura (Novo e Velho Testamento)* e *Teologia Canónica*. Evocamos aqui apenas a parte da Liturgia, dada no quarto ano e a Exegese dada no quinto ano do curso.

A Liturgia é uma matéria onde, segundo consta, Cenáculo, grande especialista, terá deixado a sua marca. Além do latim e do grego, Cenáculo era um entusiasta das línguas orientais (árabe, siríaco, hebraico) e exerceu a sua influência para que o hebraico se tornasse curricular na Teologia. É também à Teologia que são consagrados mais considerandos, nomeadamente, à sua história, às colecções de livros litúrgicos, ao surto das várias liturgias, dos vários ritos, das cerimónias, aspectos da história e da crítica, da Teologia sacramental, assim como questões relativas ao culto das imagens, aos quadros religiosos, tudo sendo tratado na leccionação desta cadeira que pela primeira vez figurou em Estatutos de uma Universidade. Na Exegese Bíblica, é na Sagrada Escritura que o teólogo pode atingir o grau máximo de perfeição. Constitui a ciência sagrada «par excellence». Embora perpassasse todas as matérias, ocupa um lugar central nos estudos como hermenêutica especializando-se em hermenêutica gramatical, hermenêutica retórica, hermenêutica histórica, hermenêutica lógica, hermenêutica teológica, hermenêutica etiológica, hermenêutica escolástica e hermenêutica popular. Enumeram-se então os diversos modos de interpreta-

12 Em: *Como Interpretar Pombal?* (1983: 255-273).

ção textual, nomeadamente por paráfrases, por breves notas, por escólios, por glosas, por homilias, por sermões, por compilações dos papas, por comentários elaborados com cuidado e diligência, por sumas e compêndios, enfim, por questões selectas e dissertações. Dos diversos sentidos bíblicos (literal ou metafórico, místico ou anagógico, alegórico ou moral) o literal é o mais seguro, pois dele tão somente se pode deduzir argumento certo e firme para a prova da Religião, enquanto as interpretações místicas e alegóricas devem evitar-se cuidadosamente.

A reforma dos Estatutos abrange as quatro Faculdades: Teologia, Jurisprudência Canónica, Leis ou Jurisprudência Civil e Medicina. A esta última nos referiremos no excursus seguinte.

Os estudos de Medicina sofreram modificações radicais e há um estudo de Miller Guerra que avalia bem a extensão dessas mudanças, intitulado «A Reforma Pombalina dos Estudos Médicos»¹³.

As influências determinantes neste campo devem-se a Ribeiro Sanches, contra a medicina antiga (Galeno) e medieval (Avicena, Pedro Hispano). O corpo docente foi renovado com grandes mestres, nomeadamente, Manuel Constâncio, pelo prestígio que conferiu à Anatomia e à Cirurgia. As grandes influências na renovação dos estudos médicos passam por Jacob de Castro Sarmiento, Luís António Verney e Ribeiro Sanches, embora nem sempre concordantes. As grandes referências mantêm-se na continuidade do espírito de Hipócrates e entre elas contam-se Vesálio (para a Anatomia no corpo humano e não mais no corpo de um carneiro), Boerhaave¹⁴ e Sydenham¹⁵ que operam o trânsito da medicina antiga para a clínica moderna com observação, diagnóstico e terapêutica ou, em seguida, anamnese do paciente e observação do doente, diagnóstico, tratamento terapêutico e verificação anátomo-patológica, caso o doente venha a falecer. Além de Hoffmann¹⁶, Harvey¹⁷ é, com a descoberta da circulação sanguínea

13 Em: *Como Interpretar Pombal?* (1983: 277-295).

14 Herman Boerhaave (1668-1738), físico, anatomista, botânico, químico e humanista holandês.

15 Thomas Sydenham (*Dorset 10.09. 1624; †Londres 29.12. 1689), médico inglês, autor de *Observationes Medicae* adoptado como texto de base para o estudo da Medicina durante dois séculos. Renovou a clínica baseando o tratamento em observações pormenorizadas do paciente e pondo de lado a especulação.

16 Hoffmann, Friedrich (1660-1742), médico alemão, conhecido patologista. O Sinal de Hoffmann observa-se na tetânia.

e com o seu método experimental, outra das referências valiosas para a reforma dos estatutos.

Ribeiro Sanches foi discípulo do Dr. Boerhaave, o qual recebeu uma vez uma carta da China endereçada apenas a Dr. Boerhaave, Europa. O certo é que a carta lhe foi parar às mãos, tal era a sua fama à época.

Dispomos desde 1972 de uma reedição dos *Estatutos da Universidade de Coimbra* de 1772, em três volumes (o primeiro com 252 páginas, o segundo com 642 e o terceiro com 270 páginas). Este material pode constituir uma fonte preciosa para estudar muitas facetas do Iluminismo em Portugal, sobretudo as suas incidências no desenvolvimento dos curricula científicos.

Não faremos por ora nenhum balanço em relação a Cenáculo. Pareceu-nos detectar algumas contradições no seu pensamento e na sua acção, tanto na sua atitude para com os jesuítas (a sua «odiosidade»), como em relação à Escolástica, de novo revalorizada nos últimos anos de sua vida, após alguns desmandos ocorridos durante a *Revolução Francesa*.

Por vezes, pensamos que é a favor da democratização do ensino; noutros contextos, parece-nos ser elitista. Alguma coisa já conhecemos dele, muito mais ficou por conhecer, à espera de aturada e atenta investigação.

Cenáculo é um pedagogo multifacetado, tendo-se interessado por uma infinidade de assuntos que passam por muitos campos da saber como a Lógica, a Filosofia e a Teologia nas suas muitas disciplinas (Exegese, Hermenêutica, Liturgia), a História e suas ciências auxiliares (Arqueologia, Paleografia, Epigrafia, Numismática), a Filologia (clássica e oriental) e outras matérias científicas.

É uma personalidade panepistemológica. Fundou na velha *Pax Julia* o primeiro *Museu Público de História Natural* dos tempos modernos e na cidade fez funcionar uma *Academia Eclesiástica*. Como eclesiástico, historiador e político muitos anos perto do poder, como reformador e preceptor de D. José, Príncipe da Beira, como filósofo e «restaurador das nossas letras» no dizer do Abade Correia da Serra (Marcadé 1978: 477),¹⁸ como fundador de bibliotecas, de museus e

17 Harvey, William (*Folkstone 01.04. 1578; †Hampstead 03.06. 1657) médico inglês, anatomista e fisiologista, descobriu em 1628 a circulação sanguínea. É também co-fundador da pesquisa embriológica.

18 Cf. também Biblioteca Pública de Évora, CXXVII/2-3, no. 2868, 31.12.1778.

como bibliófilo, como colecionador de achados líticos arqueológicos (Viana 1952b) e de moedas, enfim, como humanista que praticava a caridade na aflição dos pobres e se consciencializava do problema social a seu modo, em todos os campos, a sua «revisitação» (numa obra vasta e na consideração de que reerigiu o bispado pacense reatando o fio do bispado godo após os longínquos Apríngio, Isidoro, o patrono Sisenando, o confessor Tiberino, Helias Mártir e Santo Atto), a sua «revisitação», dizíamos, ostenta para nós muitas dificuldades de apresentação, mas aceitámo-las de bom grado como um repto do passado que desafia o futuro.

Antes de terminar, gostaria de contar aqui apenas um episódio da vida de Cenáculo, que perdura na memória do povo de Beja e que me chegou por via da oralidade existente no Alentejo.

Conta-se que Cenáculo ouviu falar de um pastor de ovelhas, analfabeto e poeta repentista, que pastava seu gado nos termos de Beja. Um dia, Potra (por este nome era conhecido o repentista, da aldeia de S. Matias) foi convidado ao Paço episcopal pelo príncipe da igreja católica e este pediu-lhe um verso. Potra, após alguma hesitação, por se sentir pouco à vontade entre o bispo e demais sacerdotes, solicitou então um mote a que Cenáculo imediatamente acedeu:

Nós ambos somos pastores!

E logo o bispo pacense bateu as palmas para que todos em redor sossegassem.

Foi então que Potra, compôs a décima conhecida (10 versos de setessílabo/redondilha maior) que se seguiu ao mote de Cenáculo:

Senhor meu, batei as palmas
Mas nós não somos iguais
Vós sois pastor de almas
E eu sou pastor de animais
Sofro do tempo os rigores
Sofro frio e sofro calmas
Vós brilhais entre os doutores
Servindo aos sábios de exemplo
Eu no prado e vós no templo
Nós ambos somos pastores.

Consta que o erudito antístite apreciou imenso o poema do repentista, tratando-o, em seguida, por «colega» e convidando-o a ir de visita ao Paço sempre que estivesse na cidade.

Aqui e agora dou por terminado, mas não concluído, este pequeno escrito sobre D. Frei Manuel do Cenáculo Villas-Boas de quem o

Príncipe da Beira e Príncipe do Brasil, seu malogrado pupilo, afirmou um dia: «[...] é o maior bispo que tem o reino e o mais perfeito que tem a Igreja» (Marcadé 1978: 1; 66).¹⁹

E que foi bispo da minha terra, na altura mais conhecida como

Beja, terra sem fé

nem sé

Sem fonte

nem ponte (Marcadé 1978: 136)

Aqui me interrompo como uma ovelha desgarrada de todos os bispos pacenses!

Bibliografia Activa:

Cenáculo, D. Frei Manuel do: *Cuidados Literários do Prelado de Beja em Graça do seu Bispado*, Lisboa: Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1791 (terminado em Beja em 8. de Dezembro de 1788).

Cenáculo, D. Frei Manuel do Cenáculo Vilas Boas, Bispo de Beja e Arcebispo de Évora, *Diário*, Fragmento copiado do Tomo 5º: 1794 a 1811; cota: códice CXXIX/1-21, fólhos 56 vº e 57.

Cenáculo, D. Frei Manuel do (1887): *Memória Descritiva do Açoalto, Entrada e Saque da Cidade de Évora pelos Franceses em 1808*, Évora: Minerva Eborensis.

Bibliografia Passiva:

Bahr, Ehrhard (ed.) (1974): *Was ist Aufklärung?* Kant, Erhard, Hamann, Herder, Lessing, Mendelssohn, Riem, Schiller, Wieland, Stuttgart: Philipp Reclam jun.

Cacero, Francisco da Gama (1959): *Frei Manuel do Cenáculo. Aspectos da Sua Actuação*, Lisboa: Instituto de Alta Cultura.

Calafate, Pedro (1989a): «Cenáculo Villas Boas (Frei Manuel do)», em: *Logos, Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia I*, Lisboa: Verbo, pp. 934-940.

Calafate, Pedro (1989b): «Cenáculo», em: *Biblos. Enciclopédia Verbo das Literaturas Portuguesas*, Lisboa: Verbo, 1995, colunas 1090-1092.

Cassirer, Ernst (1998): *Die Philosophie der Aufklärung*, Hamburg: Felix Meiner Verlag.

19 Cf. também Biblioteca Pública de Évora CXXVII / 2-4, no 2922, carta de Fr. José Guillermo.

- Cidade, Hernâni (²2005): *Ensaio sobre a Crise Cultural do Século XVIII*, Lisboa: Editorial Presença.
- Coelho, Jacinto do Prado (1984): *Dicionário de Literatura*, Porto: Figueirinhas.
- Como Interpretar Pombal?* Lisboa: Brotéria, 1983 (vários contributos muito valiosos de Manuel Antunes, Jorge Borges de Macedo, António Leite, Eduardo Brazão, Mário Júlio de Almeida Costa, Luís A. De Oliveira Ramos, Manuel Simões, Maria Adelaide Salvador Marques, Rómulo de Carvalho, Joaquim Ferreira Gomes, Manuel Augusto Rodrigues, Miller Guerra, Manuel Nunes Dias, Eduardo Gonçalves Rodrigues).
- Delgado, Manuel Joaquim (1946): «Sisenando Mártir e Beja sua Pátria». Cópia fiel do manuscrito assim intitulado de D. Frei Manuel do Cenáculo Villas-Boas, existente na Biblioteca Pública de Évora, e considerações preliminares), em: *Arquivo de Beja*, série I, vol. 3, fasc. III-IV, Jul.-Dez., pp. 352-362.
- Lepenies, Wolf (1976): *Das Ende der Naturgeschichte. Wandel kultureller Selbstverständlichkeiten in den Wissenschaften bis 18. und 19. Jahrhunderts*, München / Wien: Hanser.
- Machado, Álvaro Manuel (ed.) (1996): *Dicionário de Literatura Portuguesa*, Lisboa: Presença.
- Marcadé, Jacques (1978): *Frei Manuel do Cenáculo Villas Boas, Évêque de Beja, Archevêque d'Évora (1770-1814)*, Paris: Gulbenkian, F. C. / Centro Cultural Português.
- Marques, António Henriques de Oliveira (1995): *Breve História de Portugal*, Lisboa: Presença.
- Martins, António Coimbra (1966): «Luzes», em: Serrão, Joel (ed.): *Dicionário de História de Portugal*, vol. II, Lisboa.
- Maxwell, Kenneth (1995): *Pombal, Paradox of the Enlightenment*, Cambridge: University Press.
- Pinheiro, António (ca. 1545): *Da [criação] dos Príncipes*, fragmento na Biblioteca Pública de Évora, CXII-1-21, fls. 48r-60v.
- Saraiva, António José / Lopes, Óscar (1996): *História da Literatura Portuguesa*, 17ª edição, Porto: Porto Editora.
- Thielemann, Werner (ed.) (2001): *Século XVIII: Século das Luzes — Século de Pombal*, Frankfurt/Main: TFM.
- Viana, Abel (1952a): «Epigrafia Pacense. As pedras de Cenáculo», em: *Arquivo de Beja*, série I, vol. 9, fasc. I-IV, Jan.-Dez., pp. 3-17.
- Viana, Abel (1952b): «A Arqueologia do Baixo Alentejo na obra do Bispo pacense, D. Frei Manuel do Cenáculo Vilas-Boas», em: *Arquivo de Beja*: série I, vol. 9, fasc. I-IV, Jan.-Dez., pp. 118-127.

Alberto Gil (Saarbrücken)

La Retórica de la Ilustración y la ilustración de la retórica en la Península Ibérica

1. Introducción: antibarroquismo en la retórica ilustrada

Ya es un tópico hablar de la reacción del siglo XVIII contra la preceptiva y práctica retóricas del Barroco, sobre todo en el género de la predicación, donde el *pathos* había llegado a extremos insospechados. En efecto, tanto en Portugal como en España se escriben tratados en los que se sientan las bases de la Retórica Ilustrada. La mayoría son escritos de vocación pedagógica, como se pone claramente de manifiesto en el *Verdadeiro método de estudar* de Luís António Verney (1746).

Para estudiar las bases de esta Retórica Ilustrada hemos consultado en el presente estudio, además de esta fuente portuguesa, un corpus de tratados españoles que abarcan diferentes estilos y variedades. Los dividimos en

- a) tratados generales, como *La Retórica* de Gregorio Mayans y Siscar ([1758] 1984c) y *El Arte de Hablar*, de Ignacio Luzán ([1729] 1991). Éste último hace múltiples referencias al lenguaje hablado. Por su valor programático hemos añadido dos opúsculos de importancia de Mayans y Siscar: *Oración que exhorta a seguir la verdadera idea de la elocuencia española* ([1727] 1984a) y *La Oración en alabanza de las obras de don Diego Saavedra Fajardo* ([1739] 1984d);
- b) obras de referencia al púlpito: *El Orador Christiano*, de Mayans y Siscar ([1733] 1984b) y la narración satírica de José Francisco de Isla, *Fray Gerundio de Campazas* ([1758] 1960-1963).

En todos estos tratados ejerce una gran influencia, aparte de la oratoria clásica (sobre todo Cicerón y Quintiliano), *La Rhétorique ou l'Art de Parler* del P. Bernard Lamy ([1741] 1980). Todos estos documentos tienen en común la tendencia a una ilustración de la retórica, dando preponderancia al raciocinio y combatiendo el ornato y la afectación exagerados.

En el presente artículo no se trata, sin embargo, de analizar exhaustivamente la crítica de estos documentos al estilo barroco, sino

que nos planteamos sobre todo la siguiente cuestión: ¿Cuál es el aporte positivo de los ilustrados a la oratoria en la Península Ibérica? Concretamente: ¿En qué consiste la ilustración de la retórica? Este tema, no siempre tratado con la suficiente atención en la literatura especializada, lo queremos abordar desde la perspectiva que nos brinda el análisis lingüístico-comunicativo, especialmente el de la estructura u organización de la información, ya que desde este punto de vista se pueden afinar y profundizar aspectos fundamentales de la retórica. Así, pues, seguiremos el siguiente método:

- a) Resumen de las críticas principales a la oratoria barroca, destacando la respuesta ilustrada a esos vicios retóricos.
- b) Valoración de las ideas ilustradas según los conocimientos modernos de la lingüística cognitiva y de la estructura de la información (dentro de la lingüística del texto).

Con ello nos proponemos adquirir una idea de la auténtica modernidad de la Retórica de la Ilustración en la Península Ibérica, en sus interrelaciones luso-españolas.

2. Postura de los retóricos ilustrados frente a la oratoria barroca

Gracias a la perspectiva moderna adoptada, se puede observar que la crítica fundamental a la retórica barroca se centra en el atentado de ésta contra las funciones principales de lenguaje, es decir, contra su función cognitiva y comunicativa. Verney (1950: 9) llama a estos vicios en su Carta V “afecção e singularidade”, concretamente: “afectados nas palavras y mui singulares nas ideias”, es decir, la afectación del lenguaje barroco intercepta –según el autor portugués– la referencia al objeto, impidiendo así su conocimiento. Por otra parte, lo rebuscado de las ideas, su elitismo, dificulta la eficaz transmisión de estos pensamientos, en otras palabras, deteriora su eficacia comunicativa. En este sentido añade Verney (1950: 9) que el lenguaje barroco se halla “mui fora de propósito nas applicações”, con lo que pone de relieve que el discurso no ha de buscar su razón de ser en sí mismo, sino que se define en función de su eficacia comunicativa.

Esta crítica fundamental a la oratoria barroca adquiere formas más concretas en los tratados de los autores españoles, como veremos a continuación. Sus invectivas nos proporcionan el marco adecuado para estudiar su aportación a la estructura de la información. A la

“afecção” y la “singularidade” de Verney corresponde la crítica que hace Mayans y Siscar (1984c: 324) al culteranismo y conceptismo españoles. Según él, la oración “prolija” es “enfadosa”, “distráhe”. La oración “demasiadamente breve” es, por otra parte, “oscura”. Concretamente fustiga los xenismos, los neologismos, las redundancias, el estilo hinchado, los juegos baratos de palabras, las metáforas, las alegorías indescifrables, etc. (Mayans y Siscar 1984a: 569; 1984b: 18; además Isla 1963: 20ss.).

Respecto al área de estudio que focalizamos en el presente trabajo –la estructura de la información– queremos hacer resaltar dos referencias, que suelen pasar inadvertidas en la literatura correspondiente:

- a) Isla (1963: 21ss.) critica la hinchazón en el sentido: “cada pensamiento es una locura, y cada expresión una arrogancia” (1963: 23), lo que coincide con la “singularidade” y “afecção” de Verney, condenando así la falta de correlación entre el contenido y la forma.
- b) Mayans y Siscar (1984a: 569) declara que el resultado del barroquismo es “hablar de manera que lo entiendan pocos, i a veces nadie, i ni aun ellos mismos”. Para él, el problema radica en que los oradores barrocos no utilizan la lengua en su sentido original, que es “representar a los oyentes con la mayor viveza una claríssima idea de lo que la mente esconde”. Como puede verse, en esta frase se halla resumido perfectamente el atentado contra las dos funciones principales del lenguaje: la dimensión cognitiva y la dimensión comunicativa, ésta última representada por el término *viveza*, que consiste en facilitar la transmisión de los pensamientos y su aceptación por parte del oyente.

Naturalmente, estos autores no tratan expresamente el problema desde la perspectiva de la lingüística del texto, pero sí tienen consciencia clara de ciertos problemas que superan la gramática escolar y se acercan ya a la visión funcional del lenguaje. En este sentido, como acertadamente apuntó Kalverkämper (1983) respecto a la evolución de la retórica clásica en las teorías modernas de la gramática textual, se puede observar aquí un inicio de aquel *surplus* que representan los conocimientos modernos de la lingüística del texto respecto a su fuente: la oratoria clásica. Pero veamos hasta dónde llega su concepción moderna del discurso y cuáles son sus límites.

3. La aportación de la retórica ilustrada al concepto de organización del texto

Una revisión detallada de los textos del presente corpus permite distinguir, en vistas a la cuestión planteada en este artículo (el aporte ilustrado a la estructura u organización del texto), entre

- el postulado general propuesto por estos autores (3.1) y
- los aportes concretos para la mejora de la información textual (3.2).

3.1 Respecto a los postulados generales, sobresale, como corresponde a la reacción antibarroca y a la identidad del movimiento ilustrado, el postulado principal de la claridad, en el sentido de expresión clara de ideas claras. La influencia de Lamy es en este sentido decisiva, sobre todo en Verney y Luzán, como ponen de relieve las notas de las ediciones consultadas, de las que tomamos las referencias al retórico francés. Las ideas principales son las siguientes:

3.1.1 La claridad va unida a la verdad, y ésta es el adorno principal del discurso:

C'est la vérité qui plaît (Lamy).

O primeiro ornamento é a verdade [...] Deve o discurso ter, primeiramente, clareza nas expressões [...] (Verney 1950: 104s.).

3.1.2 La claridad nace de la transmisión natural de los pensamientos. Expresado en términos modernos, se puede decir que el orden no marcado es el que favorece la función representativa del lenguaje:

Ceux là parlent clairement, qui parlent simplement, qui expriment leurs pensées d'une manière naturelle, dans le même ordre, dans la même étendue qu'ils ont dans leur esprit (Lamy).

Luzán va más allá añadiendo que es necesaria

la reflexión que debe hacer el espíritu para ordenar bien sus pensamientos (Luzán 1991: 104s.).

En esta cita de Luzán, aparece claramente un anticipo de lo que Koch / Oesterreicher (1990) llamarán el lenguaje hablado de distancia: realización oral, pero concepción escrita o, mejor dicho, estructurada, del discurso.

3.1.3 Mayans y Siscar entronca directamente con Quintilianus (1975: VIII 2, 1ss.) y su concepto de la *perspicuitas* (claridad), añadiendo a su correspondiente función representativa –en términos clásicos (1975: XII 10, 59) al *docere*– la función comunicativa, que considera más importante que la belleza del lenguaje:

La claridad es más necessaria en el habla que el romance esquisito, pues el fin del hablar es darnos a entender (Mayans y Siscar 1984c: 320s.).

Verney, siguiendo a Lamy, focaliza la dimensión retórica de la persuasión, poniendo en claro que la mayor eficacia comunicativa –persuasiva– está en correlación con la lógica argumentativa:

Il n’y a que la vérité ou l’apparence de la vérité qui persuade (Lamy).

Para persuadir, quer-se en primeiro lugar boa Lógica [...] Ninguém deixa de se persuadir de uma verdade clara (Verney 1950: 142s.).

3.1.4 Una dimensión especialmente moderna de estos tratados se pone de relieve en los pasajes que tienen en cuenta las inferencias del oyente, acercándose así ya a temas tratados exhaustivamente por la lingüística cognitiva. En el corpus del presente trabajo se encuentran dos posturas diferentes respecto al tratamiento de las inferencias en la oratoria. Según Luzán hay que reducirlas al mínimo:

Conviene, pues, que el hacer claro y limpio el discurso sea obra y trabajo de quien habla, no de quien escucha (Luzán 1991: 103s.).

Mayans y Siscar, por el contrario, ve en la cooperación cognitiva del oyente, concretamente en su labor de anticipación, las ventajas comunicativas del discurso implícito:

(procurar) que el hilo de su discurso sea tan seguido i natural que el oyente tenga el gusto de ir anticipándolo en su mente i de hacer como ilaciones propias las que son del orador (Mayans y Siscar 1984b: 39).

3.1.5 La claridad es sobre todo necesaria en el púlpito, ya que, a causa de la heterogeneidad del público, el orador no puede contar con el mismo tipo de inferencias por parte del oyente. Así ha de esforzarse el predicador en elaborar un discurso comprensible y persuasivo para todos, dejando implícito en este caso lo menos posible:

El predicador debe enseñar de un modo claro, perspicaz, inteligible a todo el mundo, proporcionado a las ideas comunes, de manera que igualmente le comprenda el plebeyo que el noble, el rústico que el cultivado [...] de suerte que [...] a todos los persuade y los mueva (Isla 1963: 140).

En resumen, el postulado de la claridad tiene en cuenta tanto la dimensión cognitiva del lenguaje como su eficacia comunicativa, en el sentido de la argumentación lógica y su correspondiente transmisión lingüística con orden de palabras no marcado. A estas características generales del discurso se añade el aspecto específico de la persuasión, que es el típico de la oratoria.

Tras este análisis del postulado principal ilustrado cabe preguntarse por las estrategias textuales concretas que proponen los autores de la Ilustración para actuar conforme a estos postulados.

3.2 Los aportes concretos para la mejora de la información textual se nutren en la estrategia ilustrada de la tradición retórica del *delectare, docere, movere* (Quintilianus 1975: XII 10, 59). Es decir, la búsqueda de eficacia comunicativa no puede desatender la belleza de la expresión. Se trata, como dijo Vossler, de unir lo bello con lo útil: el ornamento retórico es a la vez arma e instrumento y, sólo cuando en el ornamento es visible su función originaria, une éste lo bello con lo útil:

Das sprachliche Ornament (ist) zugleich Waffe [...] und Instrument [...]. Wo [...] das Ornament in seiner ursprünglichen Funktion auftritt, vereinigt es das Schöne mit dem Nützlichen (Vossler 1923: 253s.).

Así, Mayáns establece una trias retórica de cognición, claridad y estética, ésta última representada por el término “dulzura”:

Ser eloquente consiste en pensar bien, i en expressar esso mismo con claridad i dulzura (Mayans y Siscar 1984d: 553).

Por consiguiente, la valoración lingüística del discurso retórico ha de tener en cuenta esta dimensión estética, lo que no ocurre necesariamente en la lingüística funcional en sentido amplio. Tras esta aclaración, veamos por separado las estrategias discursivas propuestas en las retóricas del corpus.

3.2.1 La primera regla se puede denominar el principio de la justa medida. Para Verney (1950: 67) ésta es la clave de la buena dicción (“este é o grande segredo do falar bem”) y la especifica con las siguientes características: “proporção”, “eleição” y “disposição”. Estas características son elementos constitutivos de la naturalidad, propiedad principal del discurso ilustrado: “Falar naturalmente [...]. Este é o primeiro ponto, ou o mais importante, em matéria de Retórica” (Ver-

ney 1950: 80). Pero ¿cómo se consigue esta naturalidad? Verney aplica en su respuesta el principio clásico del *aptum* o *accommodatum* (Quintiliano 1975: VIII 1, 1), es decir, la calidad del estilo depende del tema a tratar: “A qualidade da matéria deve determinar o estilo” (Verney 1950: 102).

3.2.2 Luzán y Mayáns se concentran en estrategias discursivas para la elaboración de la textualidad como tal. Con el concepto moderno de “estructura constitucional del texto (Textkonstitutionsstruktur)”, de Kotschi (1996: 8ss.), se esclarece lo que en estos autores ilustrados ya se encuentra formulado en sus principios básicos: el texto se va formando a base de intervenciones de diferente peso y duración, encadenadas entre sí según las reglas de la interacción y coherencia textual. Luzán habla de la trabazón y conexión de los miembros de un período:

La concordancia y la buena disposición de todas las partes de una oración en su lugar debido, y la conveniente trabazón y conexión de los miembros de un período entre sí y de un período con otro, dan al discurso la claridad y la distinción que buscamos (Luzán 1991: 50).

Para ello subraya Luzán una estrategia muy estudiada modernamente y que es de corte eminentemente lingüístico: el orden de las palabras. Especialmente revelador es en este contexto que el erudito español haga ver los límites tipológicos de las lenguas particulares, con lo que adopta la perspectiva de la lingüística contrastiva, frente a la universalidad que pretendían no pocos modelos anteriores de la gramática. Así, compara el orden relativamente libre del latín con la mayor rigidez del español en la linearidad de los constituyentes:

La misma transposición de las palabras era una gracia y un medio eficaz para darse mejor a entender. En nuestra lengua, pues, no es permitida tanta libertad en las transposiciones (Luzán 1991: 108).

3.2.3 La tercera estrategia es eminentemente retórica, en el sentido de que tiene en cuenta la dimensión estética del discurso. Mayans y Siscar es el más sistemático de los autores del *corpus* en lo que se refiere al tratamiento de la *elocutio*, añadiendo a la claridad del discurso los recursos del arte. En su tratado *El Orador Christiano* muestra que el principio de la *elegancia*, que “hace que se hable con claridad y evidencia”, precisa de la *dignidad*, “que hace que se hable con palabras i sentencias bien adornadas”, así como de la *composición* (que

hace que se hable) “con suavidad y dulzura” (Mayans y Siscar 1984b: 105).

Precisamente esta última característica de la *elocutio* –la *composición*– es la que más tiene que ver con nuestro tema de la organización del discurso, pues trata de los elementos fonéticos y estructurales que constituyen el texto como tal. Teniendo en cuenta la dimensión artística de la retórica destaca Mayans y Siscar (1984c: 485ss.; 1984b: 98ss.) los siguientes principios de la *composición*:

- a) *Ayuntamiento*: Se trata de las reglas a tener en cuenta a la hora de juntar los diferentes sonidos. Dicho positivamente, hay que observar la cualidad de los sonidos (vocálicos y consonánticos) para dar variación, sonoridad etc. a la pronunciación. Por lo que respecta a las vocales, se registran ya antecedentes simbolistas. Así, [a] domina “en las cosas horrorosas”, [e] e [i] “conviene a los que lloran”, la [o] “breve es para las cosas repentinas”, la [o] “larga para los afectos y para la oración grande y sublime” (respecto a esta alternativa hay que tener en cuenta que Mayans y Siscar era valenciano, donde existe esta diferencia fonológica), la [u] “conviene a las cosas altas y oscuras” (Mayans y Siscar 1984c: 491s.).
- b) *Períodos e incisos o miembros*: Este elemento eminentemente estructural sirve para Mayans y Siscar de punto de confluencia entre el arte y la organización de la información propiamente dicha. El principio clasicista de la imitación de la naturaleza como principio estético lo expresa el autor con la metáfora del paisaje:

En el mundo ai montes porque ai llanuras i valles. La variedad es la que hermosea a la naturaleza (Mayans y Siscar 1984b: 101).

Esta variedad la determinan en el discurso los diferentes períodos, que en principio constan de oración principal y subordinada, cuando presentan elementos desiguales, se exponen como enumeración de miembros etc. En lo que se refiere al tema del relieve, volveremos a él en la presentación de la cuarta estrategia, especialmente al hablar de la focalización.

- c) *Número* es “la bien proporcionada mezcla de pies i tiempos” (Mayans y Siscar 1984c: 517). En esta característica se subraya la estrecha relación de la Retórica Ilustrada con sus antecedentes clásicos, en este caso sobre todo en su referencia a la métrica greco-latina, basada en diferentes unidades o pies (espondeo, dáctilo,

anapesto, yambo, etc.). El criterio propuesto para el uso de esta prosa artística es, de nuevo, la justa medida:

El número retórico enflaquece la oración, si es afectado; le da vigor, si es moderado; porque deleitando mueve armoniosamente empleo propio del orador (Mayans y Siscar 1984c: 521).

3.2.4 El aporte más moderno de los retóricos ilustrados a la organización del discurso es el cuarto elemento de la composición: el orden de las palabras y lo que modernamente llamamos focalización. Mayans y Siscar aporta respecto al orden de las palabras los datos más exhaustivos, sobre todo en Mayans y Siscar (1984c: 500ss.; 1984b: 98ss.). En este último tratado se hallan concentradas las principales ideas: En principio, el orden de las palabras ha de ser natural, entendiendo por naturalidad el orden no marcado, que se identifica con la forma corriente de pensar, es decir de representar la realidad: “hablamos [...] como pensamos” (Mayans y Siscar 1984b: 99). En este sentido, se diferencia el español del latín y del griego, donde las transposiciones son lo corriente. En esta visión contrastiva se queda Mayans y Siscar en el fenotipo, sin analizar más detalladamente la tipología de las lenguas en cuestión. Ejemplo claro de su visión cognitiva de la expresión lingüística es, sin embargo, su consejo de utilizar el orden icónico de las palabras:

[...] que preceda lo que por naturaleza o dignidad es primero, como *nacimiento* i *muerte*; *día* i *noche*; *hombres* i *mugeres* (Mayans y Siscar 1984b: 98) (en este último binomio se ve claramente que a pesar de toda ilustración estamos en el siglo XVIII).

Pero Mayans y Siscar aconseja también otro orden de tipo semántico y de derivación morfológica, en el que ya se atisba una estructura de la información con respecto al mayor peso informativo y la focalización de un elemento del discurso. Así distingue Mayans y Siscar entre la ampliación, donde la oración ha de ir “de aumento i no en disminución”, p.ej. a *sacrilegio* no puede seguir *latrocinio*; y la apocación, donde “deve seguir a lo más lo menos”, p.ej. a *juego* le debe seguir *juguete* (Mayans y Siscar 1984b: 98).

Respecto al foco, hay que aducir finalmente una aportación original de Verney, que parte —como casi siempre en su obra retórica— de las ideas de Lamy, en este caso del libro V, cap. VIII: “Comment on peut rendre attentif un auditeur”. Se trata de un soneto propio, según el editor Júnior (Verney 1950: 144, Nota 14), donde ejemplifica los ele-

mentos principales de la organización del texto: *novidade* (evolución de la información de conocido a nuevo: tema – rema) y *singularidade*, concretamente el resaltar una determinada información sobre el trasfondo de otras menos importantes: foco – trasfondo. Lo ejemplificamos con la primera estrofa del soneto:

És feia; mas de sorte que, horrorosa,
À tua vista é bela a fealdade.
Mas tens fortuna tal, que a enormidade
Te consegue os tributos de formosa.

Lo interesante del soneto no es tanto su calidad literaria cuanto la sensibilidad combinatoria del orden de palabras y de la focalización: Los tres primeros versos terminan con la denotación de fealdad: “horrorosa”, “fealdade”, “enormidade”. La posición final sirve de focalización de estos elementos. Y este paralelismo de fealdad focalizada en tres versos seguidos lleva a una escalación que termina, según el principio de la ironía, en su contrario: la hermosura (“formosa”).

4. Conclusión

Como resultado de esta pesquisa del corpus de retóricas ilustradas podemos extraer los siguientes resultados:

- a) Contrapartida fundamental de la retórica barroca es en la retórica ilustrada el concepto de la claridad.
- b) La claridad va regida por los principios de la razón, la naturaleza y la justa medida.
- c) Estos criterios llevan a la elección de recursos lingüísticos que pueden considerarse como precursores de los elementos modernos de la estructura de la información: estructura constitucional del texto, tema – rema, foco – trasfondo.
- d) Si bien en la relación bello – útil se inclinan los tratadistas ilustrados por el principio de la utilidad, no por ello descuidan la dimensión estética, que presupone la eficacia funcional y se pone al servicio del objetivo principal de la Retórica: la persuasión.

Quizá sea lo más logrado en estos tratados retóricos el focalizar el mensaje principal, ajustando para ello el orden de las palabras, dentro del margen de la naturalidad y de las posibilidades del sistema de la lengua correspondiente.

Bibliografía

- Andrade, António Alberto de (1965): *Verney e a cultura do seu tempo*, Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Andrade, António Alberto de (1980): *Verney e a projecção da sua obra*, Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa.
- Isla, Francisco José de (1960-63): *Fray Gerundio de Campazas*. Introducción y notas de Russell P. Sebold, I-III, Madrid: Espasa Calpe.
- Jacob, Daniel (1997): “Organización del discurso y enseñanza de idiomas: una perspectiva contrastiva (Español – Francés – Alemán)”, en: *Estudios de Lingüística Aplicada* (Universidad Nacional Autónoma de México), 26, pp. 143-173.
- Kalverkämper, Hartwig (1983): “Antike Rhetorik und Textlinguistik. Die Wissenschaft vom Text in altehrwürdiger Modernität”, en: Faust, M. von et al. (eds.): *Allgemeine Sprachwissenschaft, Sprachtypologie und Textlinguistik. Festschrift für Peter Hartmann*, Tübingen: Gunter Narr, pp. 349-372.
- Koch, Peter / Wulf Oesterreicher (1990): *Gesprochene Sprache in der Romania: Französisch, Italienisch, Spanisch*, Tübingen: Niemeyer.
- Kotschi, Thomas (1996): “Zur Interaktion zwischen Textkonstitutionsstruktur und Informationsstruktur in Texten aus mündlicher Kommunikation. Erkundungen am Beispiel des Spanischen”, en: Gil, Alberto / Christian Schmitt (eds.): *Kohäsion, Kohärenz, Modalität in Texten romanischer Sprachen*, Bonn: Romanistischer Verlag, pp. 1-31.
- Lamy, Bernard (1980): *De l’art de parler (Kunst zu reden)*, mit einem einleitenden Essay “Perspektiven für eine Lektüre des ‘art de parler’ von Bernard Lamy” von Rudolf Behrens, München: Fink.
- Lázaro Carreter, Fernando (1949): *Las ideas lingüísticas en España durante el siglo XVIII*, Madrid: C.S.I.C.
- Luzán, Ignacio (1991): *Arte de hablar, o sea, retorica de las conversaciones. Se añaden los avisos de Isócrates a Demónico, traducidos del griego*. Edición, introducción y notas de Manuel Béjar Hurtado, Madrid: Gredos.
- Mayans y Siscar, Gregorio (1984a): *Oración que exhorta a seguir la verdadera idea de la elocuencia española*, en: Gregorio Mayans y Siscar: *Obras completas II*, Valencia: En la imprenta de Antonio Bordazar, pp. 568-582.
- Mayans y Siscar, Gregorio (1984b): *El orador christiano, ideado en tres diálogos*, en: Gregorio Mayans y Siscar: *Obras completas II*, Valencia: En la imprenta de Antonio Bordazar, pp. 15-164.
- Mayans y Siscar, Gregorio (1984c): *Retórica*, en: Gregorio Mayans y Siscar: *Obras completas III*, Valencia: Ayuntamiento de Oliva.
- Mayans y Siscar, Gregorio (1984d): *Oración en alabanza de las eloquentísimas obras de don diego Saavedra Fajardo*, en: Gregorio Mayans y Siscar: *Obras completas II*, Valencia: En la imprenta de Antonio Bordazar, pp. 539-564.

- Quintilianus, Marcus Fabius (1972/1975): *Institutionis oratoriae libri XII / Ausbildung des Redners. Zwölf Bücher*, hrsg. und übers. von Helmut Rahn, Bd. 1 (1972), Bd. 2 (1975), Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft.
- Verney, Luís António (1950): *Verdadeiro método de estudar*, vol. II: *Estudos Literários*. Ed. org. por prof. António Salgado Júnior, Lisboa: Livraria Sá da Costa – Editora.
- Vossler, Karl (1923): *Gesammelte Aufsätze zur Sprachphilosophie*, München: Hueber.

Claudia Polzin-Haumann (Bona)

Ilustrados – anti-ilustrados:
La ilustración española y sus adversarios.
Un estudio léxico

1. Observaciones introductorias

Los cualificativos de época son una especie de refugio al que se acoge gente que, aparte de sufrir las inclemencias de un mismo momento, tienen pocos aspectos en común: en el Renacimiento no todos dominaban el latín y el griego de los autores clásicos ni en el Barroco todos los españoles se expresaban como Gracián o Góngora. Al abrigo de un mismo techo acuden muchos individuos y grupos que desentonan de las características dominantes. Entre éstos hay los que ciertamente heredaron equipamientos de sus antepasados y otros que siguen la última moda. Ambos grupos conviven en un mismo espacio (Sánchez-Blanco 1999: 125).

Estas palabras de Sánchez-Blanco ilustran la problemática que implican los conceptos de época.¹ Para la obtención de un denominador común –que seguramente existe– que determina nuestra visión de un siglo, han de sacrificarse los desvíos que son incompatibles con la etiqueta elegida. Por lo tanto, el uso imprudente de un concepto como *ilustración* lleva implícito el riesgo de que los hechos históricos sean medidos por el mismo rasero; así, se asocian al período que nos ocupa determinados términos acuñados, pero no existe un perfil claro.

Las cosas se complican cuando los conceptos de época se extienden allende las fronteras o al menos cuando se usan en países diferentes. Entre el español *ilustración*, el alemán *Aufklärung*, el francés *lumières* y el portugués *luzes*, *ilustração* o *iluminismo* existen importantes diferencias, no sólo en lo que respecta a la cronología. Extremadamente diferentes son las condiciones en los diferentes países, los problemas propios de la época y los participantes en las discusiones sobre ellos. Así, los términos se refieren a realidades diferentes y expresan, en consecuencia, contenidos diferentes. Resultan coincidentes sólo en lo que concierne a rasgos generales. En primer lugar se trata aquí de una característica específicamente nacional. Es cierto que

¹ Se prescinde aquí de una discusión del concepto de época; véanse para ello los artículos de Bahner (1976) y Gumbrecht / Link-Heer (1985), esp. Steinwachs (1985).

Ricken (1990) ha elegido como título para su libro la fórmula de una “ilustración europea”, pero en primer plano se encuentran aquí las manifestaciones concretas de la ilustración o, para ser más preciso, de la reflexión metalingüística ilustrada en diferentes países, y las convergencias se perciben considerando la situación particular de cada país.² Lo que se debería evitar es, pues, colegir simplemente del término una serie de semejanzas o características comunes.

En la investigación romanista son bien conocidas las dificultades que implica la traducción o la aplicación del concepto de *ilustración* a diferentes países. Ulrich Ricken, por ejemplo, ha advertido en reiteradas ocasiones de la importancia de una historia comparativa de este concepto (1992; 2002). Según Ricken, las diferencias en la estructuración del léxico en las diferentes lenguas son demasiado importantes como para soslayar su contextualización. En nuestro trabajo utilizaremos, pues, los términos correspondientes con la mayor cautela, conscientes de las divergencias interculturales anteriormente mencionadas.

La discusión en torno al concepto de *ilustración* nos muestra la necesidad de un manejo delicado de los conceptos en general. Por ello nos ocupamos en nuestro estudio de las denominaciones de los críticos y enemigos de la ilustración. En la investigación sobre este tema nos topamos con una gran diversidad de expresiones tanto entre los partidarios de la ilustración como entre sus críticos y enemigos: muy propagado está claramente el término *ilustrados*; además se habla de *librepensadores* (Sánchez-Blanco Parody 1991: 134) o *filósofos* (Sánchez-Blanco Parody 1991: 257); hablando de los críticos y enemigos se usan, entre otras, expresiones como *anti-ilustrados* y *antifilósofos/antifilosofía* (Sánchez-Blanco Parody 1991: 257). Se trata en parte de expresiones al uso durante la época y en parte de expresiones acuñadas en retrospectiva. Pero a menudo no se diferencia explícitamente entre las dos; aparte de eso no queda claro a qué (grupo de) personas se refiere cada expresión. Otro problema lo plantea la imposibilidad de comparación: los diferentes autores eligen (sin hacer explícita su elección) distintas especificaciones. Éstas se corresponden con un —en sí legítimo, pero con frecuencia tampoco explícitamente mencionado— punto de vista concreto. Esto complica todo intento de comprender la situación en su totalidad.

2 Con razón Jüttner / Schlobach (eds.) (1992) hablan de *ilustración(es) europea(s)*.

En primer lugar parece importante estudiar la situación en su contexto histórico-cultural contemporáneo. ¿Cómo se denominaban a sí mismos los respectivos grupos opuestos? ¿Qué connotaciones y contextos de uso caracterizan dichas denominaciones? ¿Y coinciden las expresiones usadas hoy en día para la caracterización de ciertos grupos sociales con las de la época? Estas preguntas constituyen el punto de partida para la investigación empírica de textos contemporáneos seleccionados. La ejemplificación se realiza en primer término para el español.

2. ¿Ilustrados – anti-ilustrados?

Un intento de acercamiento a una época compleja

Habitualmente se llama *ilustrados* a los partidarios del movimiento intelectual de la ilustración y *anti-ilustrados* a sus críticos o enemigos. ¿Pero a qué grupos de personas se refieren estos términos?

Domínguez Ortiz (1976: 13-48), por ejemplo, hace un retrato de la profunda división en el seno de la sociedad española de las primeras décadas del nuevo siglo: la recién finalizada guerra civil y los primeros pasos bajo la nueva dinastía son dos factores que explican que en esta sociedad se enfrentaran dos posiciones fundamentalmente diferentes y que fueran inevitables divergencias extremas. Es obvio que los que –en diferentes campos, como las ciencias naturales, la medicina y la retórica– se oponen al orden existente y propagan nuevas ideas o métodos, es decir, aquellos denominados *ilustrados*, no actúan en un movimiento estructurado. No forman un grupo homogéneo con objetivos o ideas uniformes. La ilustración tampoco la abandera una única capa social (Sánchez-Blanco 1999: 127). Esto se muestra al echar un vistazo a los agentes centrales de la reflexión metalingüística: una parte importante la constituyen miembros del clero (por ejemplo Feijoo, Sarmiento, San Pedro), junto a militares (Capmany) y juristas (Jovellanos, Mayáns). A diferencia de lo que sucede en Francia, la ilustración española no la abandera el tercer estamento, sino la nobleza media en gran parte. La afirmación a menudo repetida de que la ilustración en el fondo se llevó a cabo por “los de arriba”, es decir, por parte de los dirigentes políticos, debería ser matizada, entre otras cosas dados los problemas de Gregorio Mayáns i Siscár con los círculos políticos de Madrid. Pero, sin duda, la ilustración española, en espe-

cial bajo el reinado de Carlos III, es apoyada en puntos decisivos por la Corona.

Un aspecto central que marca de manera determinante la vida intelectual de la época reside en la apertura cultural de España hacia Europa, en especial hacia Francia. Así, en diferentes campos se transmiten impulsos importantes, en la reflexión metalingüística, por ejemplo, a través de la recepción de las teorías sensualistas³ o por medio del análisis de los problemas derivados del contacto entre lenguas que se plantean ante el gran número de traducciones en esta época.

En trabajos recientes también se discute la cuestión de quiénes han de ser contados, en general, entre los *ilustrados*. Durante mucho tiempo se situó en esta categoría a todos aquellos autores que se mostraban algo críticos con los comportamientos y condiciones de la época. Frente a esto, Sánchez-Blanco (1999: 332-333) sostiene una posición muy decidida cuando exige cierta sistematización para justificar tal clasificación:

Ilustrados no fueron todos los que disponían de cierta cultura y expresaron alguna que otra crítica puntual, sino aquellos que sometieron al análisis de la razón la realidad social sin doblegarse al dictado de la tradición; los osados que superaron el miedo a la autoridad y los que tienen coraje suficiente para pensar por sí mismos; los que dejan de reverenciar lo vigente y proponen proyectos apoyándose en argumentos de experiencia y de utilidad. [...] Si esa radicalidad no se estima convenientemente se cae en el absurdo de identificar las Luces con el despotismo carolino y con realizaciones tecnocráticas al alcance de un ingeniero de caminos, canales y puertos.

En consecuencia critica las opiniones de Jean Sarrailh o Antonio Mestre, entre otros, sobre el siglo XVIII, diciendo que estos destacaban demasiado el aspecto de la continuidad. Ambos evitaban admitir rupturas intelectuales y sociales; más bien se buscarían en los autores tratados siempre las raíces “españolas” en el pasado. Solamente el hecho de que, por ejemplo, Mayáns i Siscár criticara el Barroco, bastaría para ponerle la etiqueta de *novator* o bien de *ilustrado* (Sánchez-Blanco 1999: 129-130) – injustamente, como dice el autor.

3 Básicamente se ha de señalar que la recepción y la divulgación de las ideas de Hobbes y en especial de Locke como posiciones contrarias a las de Descartes y Port-Royal (Ricken 1990: 10, 24) en España confluyeron por el modo en que las trasladan Condillac y más tarde los ideólogos. De este modo se encuentra en autores como Jovellanos una mezcla compleja de diferentes posiciones teóricas y metodológicas (Haßler 1990: 158-163).

A esta crítica sobre la clasificación usual de Gregorio Mayáns i Siscár –sea legítima o no– se pueden añadir otros ejemplos. A muchos protagonistas de la reflexión metalingüística de aquella época se les clasifica de forma diferente. Mencionemos, por ejemplo, a Antonio de Capmany, quien según Neu-Altenheimer (1987: 187) pertenece al grupo de los *afrancesados*, y a quien Rubio (1937: 204), en cambio, cuenta entre los *galófobos*, o a Juan Pablo Forner, a quien Krauss (1973: 18) llama “anti-ilustrado”, y a quien López (1987b: 849) no quiere contar entre los “representantes del pensamiento reaccionario tradicionalista”. Estas clasificaciones considerablemente divergentes se pueden justificar en parte alegando que se alude a etapas diferentes en la vida de un autor, sin que se tome nota de su evolución (resulta obvio en el caso de Capmany). En otros casos da la impresión de que las citadas clasificaciones tienen su origen en una quizás excesiva inclinación a realizar ordenamientos inequívocos en categorías aparentemente claras marcadas por denominaciones asimismo claras. Precisamente en personalidades como Juan Pablo Forner, que, por una parte, mantuvo polémicas discusiones con muchos contemporáneos ‘ilustrados’ pero que, por otra parte, valoraba de un modo muy realista la situación de España gracias a sus sólidos conocimientos, tal empresa se enfrenta a considerables dificultades.

Renunciamos aquí a hacer una descripción detallada de los grupos enfrentados con sus respectivas posiciones y argumentos, dado que en lo que respecta a este tema existen estudios detallados (véanse entre otros Herr 1964: 165-194, Herrero 1971, Egido 1989, Sánchez-Blanco Parody 1991: 256-304, Tietz 2002). Nos contentaremos con una visión general sobre los tres grupos más importantes. Por un lado la vieja aristocracia, que ve en peligro sus posiciones por la secularización del Estado. Existe además una resistencia enorme dentro del clero,⁴ especialmente sensible a las reformas educativas perseguidas por Carlos III. Una facción fuerte dentro de este grupo lo constituyen indudablemente los jesuitas hasta su expulsión. Por último ha de ser nombrada la institución de la Inquisición que, aunque debilitada en comparación con épocas anteriores, no se debe subestimar, sobre todo

4 Se debe subrayar que aquí no se trata de un grupo homogéneo, sino de un grupo extremadamente complejo. Impulsos decisivos para la ilustración provinieron también de representantes del clero.

en cuanto a la autocensura,⁵ que influyó en el movimiento de la Ilustración en España, al menos en sus principios y probablemente también en su desarrollo.

Resulta obvia la heterogeneidad de los críticos y adversarios de la ilustración. En esta categoría se reúnen los miembros de muy diferentes grupos sociales que, encontrándose en situaciones totalmente distintas, se ocupan de cuestiones “ilustradas” por razones individuales muy particulares. Por consiguiente, persiguen objetivos diferentes por motivos diferentes. Esto explica la variedad de los argumentos que se presentan en los debates anti-ilustrados. Además, no todos los representantes del tradicionalismo rechazan completamente las distintas formas de ilustración en su país (Haßler 2002: 16). Dicho sea de paso, tampoco la palabra clave *tradición* carece de ambivalencia. Por un lado, puede referirse al propio Siglo de Oro, a su lengua y literatura –y posiblemente también caracterizar la grandeza y el poder políticos que definen España en contraste con su insignificancia en lo referente a la política exterior dos siglos después–; por otro lado, la palabra *tradición* puede hacer referencia a una fuente latina (o más raramente griega).

3. Los críticos y adversarios de la ilustración española: estudios léxicos

Como los aspectos referentes al contenido están relativamente bien estudiados (cf. *supra*), intentaremos en lo que sigue analizar el amplio espectro léxico de las denominaciones referentes a los críticos y enemigos de la ilustración usadas en aquella época, del modo en que lo hace Álvarez de Miranda (1992) con conceptos muy frecuentes en el período entre 1680 y 1760. El análisis léxico de las expresiones en sus contextos de uso nos permitirá documentar la complejidad de las posiciones e interpretarlas a la luz del trasfondo de la época. Otro objetivo es el de relacionar la terminología dieciochesca y la de la investigación moderna.

5 Así, por ejemplo, escribe Moratín en una carta a Forner: “Créeme, Juan, la edad en que vivimos nos es muy poco favorable. Si vamos con la corriente y hablamos el lenguaje de los crédulos, nos burlan los extranjeros, y aun dentro de casa hallaremos quien nos tenga por tontos; y si tratamos de disipar errores funestos y enseñar al que no sabe, la Santa y General Inquisición nos aplicará los remedios que acostumbra” (Defourneaux 1973: 215).

3.1 Lexicografía dieciochesca

Observemos, para empezar, las fuentes lexicográficas más importantes del siglo XVIII, el *Diccionario de Autoridades* (1726-1739) y el *Diccionario castellano con las voces de ciencias y artes* de Terreros y Pando (1786-1793), que han sido analizados en referencia a las siguientes expresiones (en orden alfabético): *afrancesado*, *antifilosofía/antifilósofo*, *anti-ilustrado*, *castizo*, *enciclopedismo*, *enciclopedista*, *ilustrar*, *ilustración*, *innovador*, *librepensador*, *moderno*, *novator*, *purista*, *restaurador*, *tradición*, *tradicionalista*.

En el *Diccionario de Autoridades* (III 1732: s.v.) se mencionan diferentes variantes semánticas de *ilustrar*, que Álvarez de Miranda (1992: 183-195) completa mediante un análisis de textos hasta 1760 (por ejemplo por la referencia a personas). Hay que tener en cuenta que *ilustrar* tiene significados diferentes que en parte se solapan. Por lo tanto, no se debe equiparar automáticamente *ilustrado* con el alemán *aufgeklärt*, sobre todo porque *ilustrar* está ejemplificado también en contextos religiosos (Álvarez de Miranda 1992: 187). Para nosotros es importante, sobre todo, el significado de “Dar luz, ó aclarar alguna cosa, ya sea materialmente, ya en sentido espiritual de doctrina, ó ciencia” junto al de “vale también engrandecer, ó ennoblecer alguna cosa”,⁶ dado que aquí parece dibujarse un sentido específico de época, libre del contexto religioso. Pero, en efecto, en el *Diccionario de Autoridades* no se encuentra *ilustrado* como entrada propia, sino sólo la referencia “part. pas. del verbo ilustrar en sus acepciones” (s.v.). En la edición en un tomo de 1780 encontramos exactamente lo mismo. Aquí se pueden apreciar diferencias claras respecto a Terreros y Pando (1786-1793), que da bajo *ilustrar* “condecorar, aclarar, instruir, enseñar” (II, 1787: s.v.). Esto demuestra que no se puede hablar de un significado fijo y perfilado.

Afrancesado aparece registrado por vez primera en el diccionario académico de 1780 como “adj. que se aplica al que imita con afectación las costumbres, ó modas de los Franceses” (s.v.); *Antifilósofo/antifilosofía*, *anti-ilustrado*, *librepensador* y *tradicionalista* no se mencionan en ninguno de los diccionarios.

Revelador es el caso de *novator*. Con frecuencia se usa este término en los trabajos de investigación para referirse a los primeros ilus-

6 En todas las citas se respeta la ortografía de las fuentes usadas.

trados. Sobre todo el período entre la muerte de Calderón (1681) y el comienzo de la actividad literaria de Feijoo (1726) –poco estudiado en lo que respecta a la reflexión metalingüística– se denomina a menudo “época de los *novatores*” (Abellán 1981: 283-461, sobre todo 342ss.), y ello con connotaciones positivas. Pero según Sánchez-Blanco (1999: 130s.), en aquella época *novator* se entendía al principio como un insulto. El mismo autor nos relata, examinando el caso del jesuita Pedro Calatayud, que a mediados de siglo éste hacía extensivo el adjetivo *novator* a todos los librepensadores que hablaran con falta de humildad de ideales religiosos en tertulias y salones (Sánchez-Blanco 1988). En el *Diccionario de Autoridades* aparece en este sentido “inventor de novedades”, pero también se añade “Tómase regularmente por el que las inventa peligrosamente en materia de doctrina” (IV, 1734: s.v.; del mismo modo 1780). Terreros y Pando (II, 1787: s.v.) se limita a “el que introduce alguna novedad” y especifica “Más comúnmente se dice en Cast. Novatores en pl.”. Finalmente se encuentra aquí la referencia a *innovador*: “otros dicen Novatores, pero es de mal uso”. La entrada en el diccionario de la Academia muestra claramente la connotación negativa del lexema *novator*. Terreros y Pando parece más neutral. ¿Se refleja en las diferentes posiciones un verdadero cambio en la valoración? ¿O bien se debe llegar a la conclusión de que la lexicografía académica traduce una reserva más marcada en lo que se refiere a últimas tendencias? Un tema tan complejo merece un estudio más profundo que el que nos permite este trabajo.

Según Sánchez-Blanco (1999: 131), los primeros protagonistas de la ilustración se consideran básicamente *restauradores* que, en vista de su decadencia, quieren devolver a España el antiguo esplendor de su cultura, ya fuera en el campo de la ciencia, de la lengua o de la literatura. Esta posición se encuentra claramente, por ejemplo, en Mayáns i Siscár, para quien el siglo XVI, con autores como Luis de León, Luis de Granada y otros, representa el punto culminante de la vida intelectual española. Expresiones como *restaurador* o el equivalente *innovador* aparecen registrados en fuentes lexicográficas de un modo muy general: “El que restaura” (DRAE V, 1737: s.v.) y “El que innova, introduce ó causa alguna novedad” (IV, 1734: s.v.); de manera semejante en Terreros y Pando (III, 1788: s.v.), en el cual en *innovador* se puede leer: “En cast. se suele decir, tomado del Lat., en lugar de *innovador*, é *innovadores*, *novator*, y *novatores* (II, 1787: s.v.).

Esto indica que el autor no reconoce diferencias en cuanto al contenido, sino solamente de uso entre las expresiones.

Con referencia a posiciones metalingüísticas, Lázaro Carreter (²1985: 259) diferencia entre “casticismo” y “purismo”: “[...] el *casticismo* es una fuerza activa surgida en la primera mitad del siglo XVIII, por acción de la Academia y del neoclasicismo, cuyo fin es resucitar el pasado lingüístico nacional, basando en él toda la literatura posterior”, mientras que “[...] el *purismo* no es otra cosa que la faceta negativa de esa actitud, destinada a rechazar la intromisión de vocablos nuevos, procedentes de otras lenguas o de una creación personal”. *Purismo* y *purista* faltan completamente en el diccionario de la Academia; respecto a *castizo* se indica “Lo que es de origen y casta conocida, de cuyo nombre se formó”, o sea *Estilo castizo* “Se llama el que es puro, natural y limado, sin mezcla de voces extrañas” (s.v.). En la edición de 1780 esto se reduce a “Lo que es de buen origen y casta” y *estilo castizo* “El puro natural sin mezcla de voces, ni frases extrañas” (s.v.). Aceptaciones semejantes las proporciona Terreros y Pando (I, 1786: s.v.): *castizo* “lo que es de buena raza, o linaje” y *castizo*, estilo “puro, propio, natural, expresivo, castigado, correcto”. Así, en ambos casos, la referencia al propio pasado establecida por Lázaro Carreter no está documentada explícitamente en la lexicografía. Terreros y Pando registra *purista* como “el que habla con mucha pureza alguna lengua”, y añade: “También lo toman algunos por el modo de hablar afectado”. En estas palabras se podría reflejar la “faceta negativa” indicada por Lázaro Carreter. Pero bajo *purismo* el diccionario indica solamente “modo de hablar con pureza y correctamente”.

En resumen, tenemos que constatar que las fuentes lexicográficas son solamente en parte informativas para nuestro planteamiento. Trataremos, pues, de poner de relieve el espectro de uso de estas expresiones mediante análisis de textos.

3.2 Análisis de textos ejemplares

Los siguientes análisis se han efectuado utilizando el corpus diacrónico de la Real Academia Española (*Corpus Diacrónico del Español*, CORDE; cf. <www.rae.es>) que ha sido analizado sistemáticamente en lo que se refiere a las expresiones seleccionadas (cf. *supra* 3.1.)

Para empezar, hemos de constatar que muchas expresiones ni siquiera están documentadas, así todas las palabras compuestas que

contienen *anti-* (*anti-ilustrado*, *antifilósofo*, *antifilosofía*), tampoco *tradicionalista*, *novator* (también en plural), *innovador*. También en los casos de *casticismo* y *purismo* las consultas dieron resultados negativos; por el contrario, los adjetivos correspondientes sí están documentados: *castizo* nueve veces, *purista* una vez. *Restaurador* se puede documentar en siete casos, pero aquí se confirman los resultados de los análisis lexicográficos, en tanto que en los contextos de uso no se puede reconocer ninguna especialización semántica en lo que respecta a aspectos metalingüísticos (en general). *Enciclopedismo* no está documentado; *enciclopedista* una vez. *Afrancesado* aparece solamente dos veces, lo que sorprende teniendo en cuenta el papel central de este grupo. En cambio, las dos expresiones *ilustrado* (29) e *ilustración* (19) están representadas en los textos de manera recurrente.

¿Cómo se han de interpretar estos resultados? Obviamente, las posiciones críticas y negativas se formulan de manera diferente. Las estrategias que se persiguen llegan a ser comprensibles si se consideran los contextos de uso, como ilustran los siguientes ejemplos.

En primer lugar, llama la atención la asociación en el nivel textual de sintagmas neutros como, por ejemplo, *este siglo*, con expresiones que contienen un juicio negativo. De este modo, unos sintagmas en principio meramente descriptivos y libres de valoración adquieren un valor claramente negativo; cf. por ejemplo:

(1) La decadencia de tu patria en este siglo es capaz de demostración con todo el rigor geométrico (Cadalso, José: *Cartas marruecas*, 1773-1774, ed. 1993: 94);

(2) [...] y en nada se deja conocer mejor la infelicidad de este siglo que en esta transformación y metamorfosis (Torre Villarroel, Diego de: *Visiones y visitas con Don Francisco Quevedo por la corte*, 1727-1728, ed. 1991: 339).

Hasta el básicamente positivo *ilustrado* puede sufrir de esta manera una dinámica negativa, como prueban los siguientes pasajes:

(3) ¡Que tengan valor muchos, viendo a estos daños, de llamar a este siglo ilustrado. Por si se enmienda, con mi crítica siglo llena de pena (Anónimo: *La España antigua. Tonadilla a solo*, 1785, ed. 1932: 210);

(4) [...] pobre Virgilio, infeliz Horacio, cuitados Terencio y Plato, desdichados Tasso, Fenelón, Camoes y tantos hombres sabios que admira y venera el buen gusto, el juicio y la razón! Si escribierais en este siglo ilustrado, encontraríais tal vez periodistas que os acusarían de haber traducido lo que tan diestramente habéis imitado (García Malo, Ignacio:

Voz de la naturaleza. Memorias o anécdotas curiosas e instructivas. [...], 1787-1803, ed. 1995: 390).⁷

Aparte de eso, los textos muestran que un adjetivo como *moderno*, para el que las obras lexicográficas de la época indican definiciones sin evaluación (“Lo que es ó sucede de poco tiempo a esta parte”, DRAE IV 1734: s.v.; “nuevo, reciente”, Terreros y Pando, II, 1788: s.v.), aparece en el uso recurrentemente con valor negativo, por ejemplo:

(5) diga lo que dijere cierto semiautorcillo moderno (Isla, José de: *Historia del famoso predicador Fray Gerundio de Campazas alias Zotes*, 1758, ed. 1992: 263);

(6) [...] aunque un moderno [...] quiera decir que esto, de los ecos es invención pueril, ridícula y de ayer acá, le diré yo en sus mismas barbas que ya en tiempo de Marcial era muy usado entre los griegos [...] (ibíd.: 240);

(7) obra de algún ignorante moderno (Cavanilles, Antonio José: *Observaciones sobre la historia natural, geografía, agricultura, población y frutos del reyno de Val* [...], 1795: § 84);

(8) la mentira de ese autor moderno (Mayáns i Siscár, Gregorio: *Vida de Miguel Cervantes Saavedra*, 1737, ed. 1984).

No cabe duda de que también existen evaluaciones positivas, por ejemplo:

(9) hombres ajenos de todo el lujo moderno (Cadalso, José: *Cartas marruecas*, 1773-1774, ed. 1993: 257);

(10) hay una plaza con un grande edificio moderno de buen gusto (Fernández de Moratín, Leandro: *Viaje a Italia*, 1793-1797, ed. 1991: 111).

Bien documentado está también un uso de *moderno* en contraposición a *antiguo*, que normalmente no implica ninguna devaluación del hecho descrito como “moderno”, como en:

(11) haciendo relación del estado antiguo y moderno de esta Sta. Iglesia (Anónimo: *Documentos sobre la música en la catedral de Sigüenza*, 1714-1750, ed. 1998: § 5781).

Pero, en líneas generales, salta a la vista que *moderno* está atestiguado sobre todo en contextos en los que se trata de ideologías o de métodos, como indicador de una actitud crítica, negativa o desfavorable. En este sentido constituye un equivalente potencial de expresiones

⁷ Ya Rincón (1973) indicó que el campo semántico de *ilustración* había sido divulgado en el siglo XVIII para referirse a la ‘nueva’ época, y esto con un valor tanto positivo como negativo.

negativas (no documentadas). Los casos en los que se transmite una valoración positiva, o bien se hace una afirmación neutra, se pueden situar en campos como el de la arquitectura, lo militar y los viajes.

Una función análoga se observa también en el caso de *enciclopedista*, que aparece con connotaciones claramente negativas, como se desprende del siguiente ejemplo:

(12) este enciclopedista, como él se llama, o este corrector universal de todo el género humano, como le llamo yo (Isla, José de: *Historia del famoso predicador Fray Gerundio de Campazas alias Zotes*, 1758, ed. 1992: 146).

Este pasaje da un juicio muy peyorativo de un comportamiento característico de la época, tachando a la persona de “sabelotodo”.

Algo parecido se puede constatar también respecto a *afrancesado*. Los dos casos documentados traducen juicios negativos. Así se constata, por ejemplo:

(13) que nos han afrancesado nuestro purísimo y elegantísimo idioma tanto que, si ahora resucitaran nuestros abuelos, apenas nos entenderían (ibid.:700).

Aquí llama la atención la forma de participio, frente al uso actual como sustantivo en primera instancia (para caracterizar a cierto grupo social).

Analicemos ahora las valoraciones específicamente metalingüísticas de *purista* y *castizo*. El primer término no está documentado con valor negativo, contrariamente a lo que constata Lázaro Carreter (²1985: 259, cf. *supra*). En la (por desgracia) única ocurrencia en el corpus no se puede llegar a una interpretación unívoca de *purista*:

(14) De francés y castellano hicieron tal pepitoria, que al cabo ya no sabían hablar ni una lengua ni otra. El francés del español tomó voces, aunque pocas; el español al francés casi se las toma todas. [...] Llegó a pedir en francés los garbanzos de la olla, y desde el balcón de enfrente una erudita cotorra la carcajada soltó, haciendo del loro mofa. El respondió solamente, como por tacha afrentosa: “Vos no sois que una purista.” Y ella dijo: “A mucha honra” (Iriarte, Tomás de: *Fábulas literarias*, 1782, ed. 1992: 126).

En estas palabras podríamos constatar una evaluación positiva, pero dado el galicismo sintáctico se podría pensar también en un juicio irónico y por eso más bien negativo. Por supuesto tenemos que analizar más datos para llegar a una conclusión definitiva.

Castizo se equipara, por un lado, sin precisar con ayuda de otros atributos, con el castellano, por ejemplo:

(15) como dice nuestro castizo idioma (Isla, José de: *Historia del famoso predicador Fray Gerundio de Campazas alias Zotes*, 1758, ed. 1992: 719);

(16) hablar en castizo español a un extranjero (Fernández de Moratín, Leandro: Traducción de *Hamlet*, de Shakespeare, 1798, ed. 1825: 4);

(17) en nuestro idioma castizo (Anónimo: *Vexamen en pie de romance, de la Sociedad Económica Matritense de Amigos del País*, 1779-1780, ed. 1993: 249).

Por otro lado, aparece con atributos connotados positivamente, como en:

(18) el natural decir de todos éstos, castizo, inteligible y de todas maneras agradable (Mayáns i Siscár, Gregorio: *Vida de Miguel Cervantes Saavedra*, 1737, ed. 1984: 297);

(19) todo conocimiento de lo que es idioma castellano puro, castizo y verdadero (Isla, José de: *Historia del famoso predicador Fray Gerundio de Campazas alias Zotes*, 1758, ed. 1992: 555).

En los siguientes ejemplos, *castizo* aparece valorado positivamente y caracterizado de un modo especial:

(20) Si reconoces que de tan inhumana jerigonza nada se entiende, y te quedaste a oscuras, quema tus libros y renuncia al pacto, y hasta que aprecias el hablar castizo de tus abuelos [...] (Fernández de Moratín, Leandro: *Poesías completas*, 1778-1822, ed. 1995: 383 siguiente);

(21) pero habrá quien piense que no hable castizo si por lo anticuado lo usado no deja (Iriarte, Tomás de: *Fábulas literarias*, 1782, ed. 1992: 186).

En ambos casos resulta obvia la conexión del adjetivo con un estadio de la lengua más antiguo. Aquí parece confirmarse la posición de Lázaro Carreter (cf. *supra*), que había situado la característica central del *casticismo* en su referencia al pasado lingüístico nacional.

4. Conclusión y perspectivas

En primer lugar, debemos hacer constar que la documentación en el CORDE parece relativamente escasa. No se puede hablar de una base léxica amplia para la denominación de los críticos o adversarios de la ilustración, por lo menos según los resultados que hemos puesto de relieve mediante el corpus utilizado. Pero dado que –como es bien sabido– el CORDE constituye un corpus textual muy amplio, que recoge textos escritos de muy diferente género (divididos en prosa y verso y, dentro de cada modalidad, en textos narrativos, líricos, dramáticos, científico-técnicos, históricos, jurídicos, religiosos, periodís-

ticos, etc.), parece poco probable que se llegue a resultados considerablemente diferentes trabajando con otro corpus textual.

Por consiguiente, se plantea la cuestión de si los diferentes grupos no emplean denominaciones para autodesignarse.⁸ Pero, en este caso, en vista de las numerosas polémicas de la época, las correspondientes expresiones deberían estar documentadas como denominaciones empleadas por los miembros de los grupos enfrentados. Asimismo parece posible que faltara entre las personas afectadas un alto grado de identificación con un grupo de oposición determinado, es decir, que los autores actuaran más bien a título individual. Otra explicación podría encontrarse en la desunión de las diferentes agrupaciones, de manera que una denominación común (que tendría cierto carácter unificador) no se percibiera como necesaria, ni siquiera adecuada. Así, ‘nadar entre dos aguas’ mediante adjetivos corrientes como *moderno* se percibió aparentemente como la estrategia adecuada. *Moderno* adquiere una significación positiva o negativa sólo por su delimitación en el nivel textual.

En todo caso, las líneas que dividen a los partidarios y a los adversarios de la ilustración parecen mucho más profundas en un análisis retrospectivo que según lo que muestran los textos de la época. Los análisis textuales nos hacen concluir que el espectro terminológico de la investigación moderna para referirse a los críticos y enemigos de la ilustración es mucho más diferenciado que en la época de estudio. Así, estas conclusiones ilustran el problema que conlleva la descripción de circunstancias históricas con designaciones ‘modernas’. Con estas designaciones se señalan implícitamente contenidos que no necesariamente se inscriben en las posiciones descritas. Además, no tener en cuenta las posibles divergencias en las connotaciones de la época estudiada frente a las connotaciones actuales puede conducir a evidentes valoraciones erróneas, como lo demuestra el ejemplo de *novator*.

En resumen, las expresiones *ilustrados* y *anti-ilustrados* se muestran apenas perfiladas y adecuadas solamente como ‘denominadores comunes’ pero, por otro lado, tienen la ventaja, precisamente a causa de esa imprecisión, de que se pueden subordinar a ellas diferentes posiciones. Así, los matices quedan –en cierto modo a la fuerza– por

8 Por nombrar un caso semejante, es sabido que en el *français fondamental* faltan las denominaciones para muchos objetos de la vida cotidiana, que sin duda forman parte del vocabulario básico, dado que estos objetos se utilizan, pero no reciben ninguna denominación.

precisarse, indicándose en un primer paso solamente la tendencia fundamental que caracteriza a un autor. De este modo se evitan clasificaciones precipitadas y superficiales que posiblemente no serían exactas.

Es de esperar que con estudios léxicos detallados, como los aquí presentados a modo de ejemplo, se puedan aclarar los aspectos de la ilustración española que hasta la fecha permanecen en gran parte envueltos en la oscuridad.

Bibliografía

- Abellán, José Luis (1981): *Historia crítica del pensamiento español*, t. III: *Del Barroco a la Ilustración (Siglos XVII y XVIII)*, Madrid: Espasa Calpe.
- Alvarez de Miranda, Pedro (1992): *Palabras e ideas: el léxico de la ilustración temprana en España (1680-1760)*, Madrid: Real Academia Española (Anejos del Boletín de la Real Academia Española; LI).
- Bahner, Werner (ed.) (1976): *Renaissance – Barock – Aufklärung. Epochen- und Periodisierungsfragen*, Kronberg/Ts.: Scriptor.
- CORDE: *Corpus Diacrónico del Español* <<http://www.rae.es>> (15.02. 2006).
- Defourneaux, Marcelin (1973): *Inquisición y censura de libros en la España del siglo XVIII*, Madrid: Taurus.
- Domínguez Ortiz, Antonio (1976): *Sociedad y estado en el siglo XVIII español*, Barcelona: Ariel.
- Egido, Teófanos (1989): “Los anti-ilustrados españoles”, en: Mate, Reyes / Niewöhner, Friedrich (eds.): *La ilustración en España y Alemania*, Barcelona: Anthropos, pp. 95-119.
- Frank, Christoph / Hänsel, Sylvaine (eds.) (2002): *Spanien und Portugal im Zeitalter der Aufklärung*, Frankfurt/Main: Vervuert.
- Gumbrecht, Hans-Ulrich / Link-Heer, Ursula (eds.) (1985): *Epochenschwellen und Epochenstrukturen im Diskurs der Literatur- und Sprachhistorie*, Frankfurt/Main: Suhrkamp.
- Haßler, Gerda (1990): “Sprachtheoretische Fragestellungen als Gegenstand der spanischen Aufklärung”, en: Ricken, Ulrich (ed.), pp. 141-177.
- Haßler, Gerda (2002): “Sprachbewußtsein und Tradition in der spanischen und portugiesischen Aufklärung”, en: Frank, Christoph / Hänsel, Sylvaine (eds.), pp. 15-29.
- Herr, Richard (1964): *España y la revolución del siglo XVIII*, Madrid: Aguilar.
- Herrero, Javier (1971, ²1973): *Los orígenes del pensamiento reaccionario español*, Madrid: Edicusa.
- Krauss, Werner (1973): *Die Aufklärung in Spanien, Portugal und Lateinamerika*, München: Fink.

- Lázaro Carreter, Fernando (²1985): *Las ideas lingüísticas en España durante el siglo XVIII*, prólogo de Manuel Breva Claramonte, Barcelona: Crítica (¹1949, Madrid, RFE, Anejo XLVIII).
- Lopez, François (1987a): “La resistencia a la ilustración: bases sociales y medios de acción”, en: Menéndez Pidal, Ramón (ed.), Madrid: Espasa Calpe, pp. 767-812.
- Lopez, François (1987b): “El pensamiento tradicionalista”, en: Menéndez Pidal, Ramón (ed.), Madrid: Espasa-Calpe, pp. 813-851.
- Menéndez Pidal, Ramón (ed.) (1987): *Historia de España*, t. XXXI: *La Época de la ilustración*, vol. I: *El estado y la cultura (1759-1808)*, Madrid: Espasa Calpe, pp. 767-812.
- Mestre, Antonio (1987): *Influjo europeo y herencia hispánica. Mayáns y la ilustración valenciana*, Valencia: Diputación (Publicaciones del ayuntamiento de Oliva, Serie menor; 6).
- Mestre, Antonio (1990): *Mayáns y la España de la ilustración*, Madrid: Espasa Calpe.
- Neu-Altenheimer, Irmela (1987): “Anmerkungen zur Lehre von der Eloquenz in Spanien im 18. Jahrhundert”, en: Niederehe, Hans-Josef / Schlieben-Lange, Brigitte (eds.): *Die Frühgeschichte der romanischen Philologie: von Dante bis Diez. Beiträge zum deutschen Romanistentag in Siegen, 30.9.-3.10. 1985*, Tübingen: Narr, pp. 187-200.
- Real Academia Española (1726-1739): *Diccionario de la lengua castellana, en que se explica el verdadero sentido de las voces, su naturaleza y calidad, con las frases o modos de hablar, los proverbios o refranes, y otras cosas convenientes al uso de la lengua*, Madrid, en la imprenta de Francisco de Herrero, edición facsímil Madrid 1963: Gredos [Diccionario de Autoridades].
- Real Academia Española (1780): *Diccionario de la lengua castellana reducido a un tomo, para su más fácil uso*, Madrid, Joaquín Ibarra, facsímil de la primera edición, introducción de Manuel Seco, Madrid 1991: Real Academia Española [DRAE].
- Ricken, Ulrich (ed.) (1990): *Sprachtheorie und Weltanschauung in der europäischen Aufklärung. Zur Geschichte der Sprachtheorie des 18. Jahrhunderts und ihrer europäischen Rezeption nach der Französischen Revolution*, Berlin: Akademie.
- Ricken, Ulrich (1992): “Begriffe und Konzepte für Aufklärung. Zur Problematik einer Begriffsgeschichte als vergleichende Lexikologie der Aufklärung”, en: Jüttner, Siegfried / Schlobach, Jochen (eds.): *Europäische Aufklärung(en). Einheit und nationale Vielfalt*, Hamburg: Meiner, pp. 95-105.
- Ricken, Ulrich (2002): “Zum Verhältnis vergleichender Begriffsgeschichte und vergleichender Lexikologie”, en: Bödeker, Hans Erich (ed.): *Begriffsgeschichte, Diskursgeschichte, Metapherngeschichte*, Göttingen: Wallstein, pp. 29-48.
- Rubio, Antonio (1937): *La crítica del galicismo en España (1726-1832)*, México: Ediciones de la Universidad Nacional de México.

- Sánchez-Blanco, Francisco (1988): “La situación espiritual en España hacia mediados del siglo XVIII vista por Pedro Calatayud: lo que un jesuita predicaba antes de la expulsión”, en: *Archivo hispalense* 217, pp. 15-34.
- Sánchez-Blanco Parody, Francisco (1991): *Europa y el pensamiento español del siglo XVIII*, Madrid: Alianza.
- Sánchez-Blanco, Francisco (1999): *La mentalidad ilustrada*, Madrid: Taurus.
- Sarrailh, Jean (1954): *L’Espagne éclairée de la seconde moitié du XVIII^e siècle*, Paris: Klincksieck.
- Steinwachs, Burkhard (1985): “Was leisten literarische Epochenbegriffe? Forderungen und Folgerungen”, en: Gumbrecht, Hans-Ulrich / Link-Heer, Ursula (eds.), pp. 312-323.
- Terreros y Pando, Esteban de (1786-1793): *Diccionario castellano con las voces de ciencias y artes*, Madrid, en la imprenta de la Viuda de Ibarra, Hijos y Compañía, edición facsímil Madrid 1987: Arco / Libros.
- Tietz, Manfred (2002): “Der Widerstand gegen die Aufklärung in Spanien, Frankreich und Deutschland”, en: Frank, Christoph / Hänsel, Sylvaine (eds.), pp. 253-273.

Maria Manuela Gouveia Delille (Coimbra)

**A Marquesa de Alorna — uma discípula sensível
das Luzes europeias**

Nos finais do século XVIII e primeiras décadas do século XIX, D. Leonor de Almeida Portugal Lorena e Lencastre (1750-1839), conhecida também pelo nome arcádico de Alcipe, gozava de um privilégio raro no meio literário português: o conhecimento da língua alemã. Tal privilégio adveio-lhe do casamento com o Conde Carlos Augusto de Oeynhausen (1738-1793), um oficial alemão da alta nobreza, de estirpe principesca, primo direito do Conde de Schaumburg-Lippe. O Conde de Oeynhausen vem para Portugal em 1776, como coronel comandante do Regimento de Infantaria de Valença do Minho. Depois da morte de D. José I, fica ao serviço de D. Maria I e em Fevereiro de 1779 casa-se com D. Leonor, tendo-se previamente naturalizado português e convertido ao catolicismo.¹ Após o casamento, os noivos passam a residir no Porto, onde o Conde ocupa o lugar de coronel comandante do 1.º Regimento de Infantaria. Em 1780, Alcipe consegue a colocação do marido como ministro plenipotenciário na corte de Viena de Áustria. Depois de ter passado por Madrid e Paris, o casal chega a Viena em Setembro de 1780 e aí D. Leonor vive até 1784.

Durante a estada com o marido em Viena de Áustria é que a Condessa se começou a familiarizar com a língua alemã. Leia-se o que o músico Abade António da Costa, residente na corte vienense, escreve em Outubro de 1780, em carta dirigida a um seu amigo português, Manuel Gomes Costa Pacheco:

1 Quanto à vinda do Conde de Oeynhausen para Portugal, tanto o Marquês de Ávila e de Bolama (1916: 33) como o Professor Hernâni Cidade (1930: 28; 1941: XXIII), baseando-se na nota biográfica das *Obras Poéticas* da Marquesa de Alorna (1844: XXI), transmitem a informação errónea de que o Conde teria vindo para Portugal com o Conde de Lippe, portanto na década de 60. Cabe a Marion Ehrhardt (1972: 90-91; 2003: 254-256) o mérito de ter rectificado este dado incorrecto: *de facto*, o Conde de Lippe veio para Portugal em 1762 para reorganizar o exército português e, depois de duas estadas no nosso país, regressou definitivamente à Alemanha em 1768; o Conde de Oeynhausen só oito anos depois, em 1776, chega a Lisboa. A esta personalidade dedicou recentemente António Pedro Vicente um artigo biográfico (2003: 131-154).

O novo ministro de Portugal chegou aqui nos primeiros dias de setembro; para alemão, é agradável no trato, com seus laivos de portuguez. Fallei já com a fidalga tres vezes, e bastante, mas não tanto quanto é necessario para formar conceito d'ella com acerto; tem o agrado de portugueza; e á primeira vista parece certo ser mulher de juizo; faz bem versos; sabe francez, italiano, inglez, latim, e já principia a entender alemão (Costa 1878: 79).

Na verdade, assim que pôs pé em terra alemã, logo Alcipe tentou as suas forças naquela língua. Numa carta datada de 6 de Agosto, que de Francoforte sobre o Meno escreve à mãe, apressa-se a relatar: «Principio a falar alemão, e a facilidade com que me explico nas outras línguas me tem sido muito agradável» (Donas-Bôto 1945: 243).

Embora a língua de comunicação na corte de Viena fosse o francês, a Condessa de Oeynhausen terá tido suficientes oportunidades para adquirir um bom conhecimento, pelo menos um bom conhecimento passivo, do alemão. Depois de abandonar a Áustria, corresponder-se-á sempre em francês com o marido e os amigos austríacos, e numa dessas cartas, em que já regressada a Portugal escreve para Viena a pedir que lhe mandem as últimas novidades literárias, confessa: «je lis, j'écris beaucoup, je sçais mieux L'alemand que je ne le sçavois a Vienne, et je comunique a mes compatriotes dans des mauvais vers Portugais vos excellents Poètes» (Ehrhardt 1972: 93). Podemos pois afirmar sem receio que, na última década de Setecentos, D. Leonor lia e traduzia directamente do original vários textos de autores alemães. Algumas dessas traduções vêm a lume em 1844, aquando da publicação dos seis volumes das *Obras Poeticas*, outras ficaram inéditas, encontrando-se no seu espólio.

A leitura e releitura dos textos literários traduzidos ou imitados por Alcipe de obras em língua alemã tem-me levado cada vez mais a pensar que tem de ser revisto o papel que lhe é tradicionalmente atribuído como introdutora da literatura romântica anglo-germânica em Portugal.² Hernâni Cidade (e a série de críticos que se faz eco dos seus

2 Em vários passos dos seus escritos dedicados à Marquesa de Alorna, Hernâni Cidade — cujo contributo pioneiro para a descoberta e valorização de grande parte da obra da escritora nunca será de mais louvar — apresenta as traduções de Alcipe da literatura alemã e inglesa, e alguns poemas originais em que divisa inspiração anglo-germânica, como claros sinais do Romantismo nascente (Cidade [1930] s.d.: 62-71; 1932: 315-316; ⁶1975: 428, 1941: L). Refira-se a propósito que Hernâni Cidade considera a poesia do Norte ou a poesia anglo-germânica lida e imitada pela Marquesa, de que nomeia, entre outros autores, Herder, Wie-

juízos) evoca quase sempre a este respeito um passo do célebre artigo que Alexandre Herculano (1810-1877) dedicou à Marquesa de Alorna, em 1844, na revista *O Panorama*. Nele Herculano confessa quanto ficou a dever a Alcipe no início da sua própria carreira, louva-lhe o grande saber e engenho e, comparando-a expressamente a Madame de Staël, põe em relevo o papel por ela desempenhado como divulgadora das letras alemãs em Portugal:

Áquella mulher extraordinaria, a quem só faltou outra patria, que não fosse esta pobre e esquecida terra de Portugal, para ser uma das mais brilhantes provas contra as vans pertenções de superioridade excessiva do nosso sexo, é que eu devi incitamentos e protecção litteraria, quando ainda no verdor dos annos dava os primeiros passos na estrada das lettras. [...] A sua conversação variada e instructiva era ao mesmo tempo facil e amena. E todavia dos seus contemporaneos quem conheceu tão bem, não dizemos a litteratura grega e romana, em que igualava os melhores, mas a moderna de quasi todas as nações da Europa, no que nenhum dos nossos portuguezes porventura a igualou? Como madame de Stael ella fazia voltar a attenção da mocidade para a arte de Alemanha, a qual veio dar nova seiva á arte meridional, que vegetava na imitação servil das chamadas lettras classicas, e ainda estas estudadas no transumpto infiel da litteratura francesa da epocha de Luiz 14º. Foi por isso, e pelo seu profundo engenho, que com sobeja rasão se lhe attribuiu o nome de Stael portugueza (Herculano 1844: 404).

Note-se que, na época a que Herculano se refere, essa divulgação deu-se exclusivamente, através da conversação, e eventualmente através da recitação de textos traduzidos ou imitados, nos salões ou assembleias literárias que a própria Marquesa organizava em sua casa e nos quais (embora já em idade avançada) tomava activamente parte.

«Stael portugueza» — o nome que, segundo o autor de *A Harpa do Crente*, era atribuído a Alcipe pela mocidade de meados ou finais da década de vinte, que como o jovem Herculano frequentava as tertúlias literárias da Marquesa, manter-se-á através de todo o século XIX e princípios do século XX, como por exemplo se pode ler num esboço biográfico (infelizmente incompleto) que Maria Amália Vaz de Carvalho dedica a D. Leonor (1913: 459), e depois dos ensaios de Hernâni Cidade, escritos na primeira metade do século XX, tem continuado a ser transmitido como um dado inquestionável. Em minha opinião, o

land, Young, Gray, Ossian, Goldsmith, Goethe e Cronegk, como detentora da «substância da literatura romântica» (Cidade [1930] s.d.: 65).

epíteto de «Stael portugueza»³ justifica-se pelo papel desempenhado pela Marquesa na tradução e divulgação da literatura alemã setecentista, também pela sua vasta erudição e pelo seu elevado estatuto de mulher de letras, mas não como introdutora do Romantismo alemão em Portugal.

Em que fundamento esta afirmação? Em dois aspectos essenciais que passarei a expor:

1. No tipo de autores alemães lidos e/ou traduzidos ou imitados por D. Leonor de Almeida e no tipo de composições desses autores que a escritora menciona ou que seleccionou para tradução;
2. Na natureza das traduções ou imitações realizadas, tomando em consideração os parâmetros estético-literários em que essas traduções se inserem.

Vejamos o primeiro aspecto enunciado — os poetas alemães que Alcipe leu ou traduziu e o tipo de composições que seleccionou para tradução. De acordo com o inventário decorrente dos artigos de Marion Ehrhardt sobre as relações germânicas da Marquesa de Alorna (1972: 89-97), esses poetas são, por ordem cronológica de nascimento, os seguintes: Albrecht Haller (1708-1777), Friedrich Gottlieb Klopstock (1724-1803), Salomon Gessner (1730-1788), Johann Friedrich von Cronegk (1731-1758), Christoph Martin Wieland (1733-1813), Gottlieb Konrad Pfeffel (1736-1809), Johann Gottfried Herder (1744-1803), Georg August Bürger (1747-1794), Johann Wolfgang von Goethe (1749-1832) e Friedrich Leopold Graf zu Stolberg (1750-1819).

Alcipe traduziu ou imitou composições de Bürger, Cronegk, Goethe, Herder, Pfeffel, Wieland, que se encontram publicadas nas *Obras Poeticas*⁴, e fragmentos de obras de Klopstock, Wieland e de Stolberg, ainda hoje inéditos. Os restantes dois autores referidos por M. Ehrhardt — Gessner e Haller — são apenas mencionados na correspon-

3 A primeira obra em que se me deparou esta designação atribuída à Condessa de Oeynhausen foi o conhecido *Essai Statistique sur le Royaume de Portugal et d'Algarve* de Adrien Balbi, onde, sob o nome da Condessa, se pode ler o seguinte: «La vaste érudition, les grâces du style, l'élégance et la pureté de langage, l'originalité dans les pensées et la facilité extraordinaire pour la composition nous semblent mériter à cette dame respectable la qualification de la *Staël portugaise*» (Balbi 1822: cxlvij).

4 Além destas, há nas *Obras Poeticas* cinco composições líricas com a designação de serem traduzidas ou imitadas do alemão cuja autoria ainda não foi possível determinar (Moser 1939: 44-45; Ehrhardt 1972: 93-95; 2003: 259).

dência da escritora. A estes deveremos ainda juntar os nomes de Johann Jakob Bodmer (1698-1783), Johann Christoph Gottsched (1700-1766), Friedrich von Hagedorn (1708-1754), Christian Fürchtegott Gellert (1715-1769) e Christian Felix Weiße (1726-1804), que vêm citados num escrito inédito existente no espólio da Marquesa.⁵

Nenhum destes poetas é um autor romântico, todos eles — à excepção de Goethe que, como se sabe, é o expoente máximo da *Klassik* alemã — integram a *Aufklärung*, o Iluminismo alemão, e a maioria pertence, dentro dessa época, à chamada corrente da *Empfindsamkeit* ou apresenta nas suas obras traços representativos dessa corrente.

Para melhor esclarecimento deste primeiro ponto, julgo necessário um breve excursus sobre o que hoje se entende por *Empfindsamkeit*.

Actualmente, na historiografia científica literária, designa-se por *Empfindsamkeit* — em inglês *sensibility* e em francês *sensibilité* — uma tendência moral, social, psicológica, histórica e literária que se

5 Refiro-me aos apontamentos manuscritos de D. Leonor de Almeida sobre as obras *De la littérature* e *De l'Allemagne* de Madame de Staël (Delille 2003a e 2003b). Encontra-se também no espólio, com a data de 15 de Julho de 1783, uma lista manuscrita dos livros que a Condessa de Oeynhausen possuía, da qual constam as seguintes obras de escritores de língua alemã: três tomos das *Œuvres de Gessner* (que é possível identificar como os três tomos das *Œuvres complètes* de Salomon Gessner, traduzidas por Huber e A. R. J. Turgot e publicadas em Paris na casa editora Le Barbier, l'ainé, sem indicação de data — cf. Bihl / Epting 1987: 10); um volume em alemão do mesmo autor sob a designação de *Sal Gessners Schriften*; dois volumes intitulados *Vie et Lettres de Gellert* (trata-se de uma obra em três volumes, publicada em 1775, em Utrecht, na editora van Schoonhoven, que abrange as traduções francesas da biografia *Christian Fürchtegott Gellerts Leben* de J. A. Cramer e do volume *Briefe*, editado por J.-E. Schlegel e G.-L. Heyer — cf. Bihl / Epting 1987: 9); dois tomos, também em francês, sob o título de *Le Messie*, poème, que devem corresponder à tradução francesa, publicada em data anterior a 1783, dos primeiros dez cantos da epopeia *Der Messias* de Klopstock (*Le Messie*: poème en dix chants / trad. [par d' Antelmy; Junker; Liébault]. Paris: Vincent, 1769 — cf. Bihl / Epting 1987: 15); *Le Nouveau Werther*, uma tradução francesa anónima do romance *Die Leiden des jungen Werthers* de J. W. Goethe, atribuída a Jean-Marie Fleuriot, marquis de Langle, e publicada em Basileia em 1786 (Bihl / Epting 1987: 12), o que contraria a data de 1783 inscrita na primeira página da lista dos livros; um volume intitulado *Le traité du mérite*, tradução por Mr Dubois da obra *Vom Verdienste* de Thomas Abbt (1738-1766), autor de escritos históricos e filosóficos de divulgação; finalmente, os doze volumes da *Géographie de Büsching* (versão francesa da obra *Neue Erdbeschreibung* de A. F. Büsching), publicados em Lausanne entre 1776 e 1782 (cf. Bihl / Epting 1987: 35).

pode observar em toda a Europa **dentro** da *Aufklärung* e não **contra** ela (Jørgensen / Bohnen / Øhrgaard 1990: 172-174).

A nível europeu geral, esta corrente inscreve-se num movimento mais amplo, ao mesmo tempo rectificativo e complementar do chamado racionalismo dogmático (Descartes, Leibniz), que dominou a primeira fase do Iluminismo. As principais bases filosóficas deste grande movimento são o empirismo inglês e estreitamente a ele ligado o sensualismo, doutrinas que, sempre firmadas no primado da razão, sublinham a capacidade de percepção humana, valorizam a experiência sensível, as sensações e os sentimentos, a relação indissolúvel entre o corpo e a psique humanos, e cujos principais representantes são John Locke, David Hume e Étienne Bonnot de Condillac. O sensualismo considera que o campo das percepções, ao qual o homem se pode entregar, é um domínio correspondente ao da razão, analisável de forma racional, de modo algum sujeito ao desregramento do domínio irracional, pelo contrário acessível ao juízo científico. Segundo Sauder, nas origens histórico-culturais da *Empfindsamkeit* encontra-se também a teoria do *moral sense*, desenvolvida antes de 1700 por Anthony Ashley Cooper Shaftesbury como reacção à antropologia egoística de Thomas Hobbes. Shaftesbury entendeu a criatura humana como um ser social que a natureza dotou de «benevolence» e que sob a direcção da razão se pode entregar aos afectos, cabendo ao sentimento moral julgar sobre a virtude e o vício. Segundo alguns teorizadores mais radicais, o sentimento moral é até capaz de distinguir o bem do mal de forma tão espontânea como o ouvido distingue entre harmonia e desarmonia. Francis Hutcheson, discípulo de Shaftesbury, e David Hume, que igualmente perfilha esta teoria, confirmam expressamente a razão na sua função de entidade reguladora (Sauder 1974: 65-67; 1992b: 202-206).⁶

A *Empfindsamkeit* surge na França e na Inglaterra mais cedo do que na Alemanha e tem uma longa e complexa genealogia.

Desde meados do século XVII começa a salientar-se na França, em oposição declarada ao estoicismo dominante, o valor positivo da compaixão como atributo principal da *sensibilité*. A *sensibilité* torna-

6 A nossa exposição segue basicamente os ensinamentos da obra já clássica de Gerhard Sauder, *Empfindsamkeit*, tomando sempre que necessário em consideração aqueles estudos que têm continuado a desenvolver e a actualizar a matéria.

-se parte integrante de uma teoria amorosa com clara filiação na tradição neoplatónica.

A partir de 1704 o alargamento do conceito e das suas conotações positivas no domínio da moral natural intensifica-se; em 1719, com a publicação das *Réflexions critiques sur la poésie et la peinture* do Abbé Du Bos, a emoção que uma obra de arte é capaz de despertar no público torna-se no principal critério de avaliação estética (Dirschel 1990: 202-203), e por volta de 1727 a doutrina da *sensibilité* estará plenamente desenvolvida. Na evolução verificada, que antecede a documentação da corrente da *sensibility* na Inglaterra, não pesou tanto a influência das doutrinas empíricas e sensualistas, nem a teoria do *moral sense*, mas em primeiro lugar a reacção polémica ao racionalismo de marca cartesiana e a discussão em curso sobre o Direito Natural (Baasner 1988: 96-98).

Como escritores representativos desta tendência em França na primeira metade de Setecentos indicam-se: Marivaux, não só com as suas peças teatrais, que alcançam grande êxito junto do público, mas também com o romance *Vie de Marianne* (1731-1742); o Abbé Prévost, que entre 1731 e 1739 publica os romances *Histoire du chevalier Des Grieux et de Manon Lescaut* e *Le philosophe anglais, ou, Histoire de monsieur Cleveland*, sendo a figura de Cleveland nesta última obra considerada o protótipo do *homme sensible*; Destouches e Nivelles de La Chaussée, autores do tipo de peça designado como «comédie larmoyante»; Diderot e os seus «dramas bourgeois» (*Le fils naturel*, 1757, *Le père de famille*, 1757).

Desde 1760 que a *sensibilité* vale como um fenómeno da moda, embora só depois da *Nouvelle Héloïse* (publicada em 1761 sob o título de *Lettres de Deux Amants habitans d'une petite ville au pied des Alpes* e em 1764 como *La Nouvelle Héloïse*) de Jean-Jacques Rousseau apareça um número substancial de romances sensíveis. Apesar da crítica cada vez mais forte, o princípio da *sensibilité* não deixou de forma alguma de ser reconhecido até ao tempo da Revolução Francesa e ainda durante esse período.

Na Inglaterra, a divulgação da doutrina da sensibilidade processa-se a partir de 1710/20 nas chamadas *Moral Weeklies*. Para o período compreendido entre 1740 e 1770, Janet Todd (1986: 49-60) destaca como particularmente representativos desta corrente, além dos poemas *Night Thoughts* (1742-1746), de Edward Young, *Ode on a Distant Prospect of Eton College* (1747), *Elegy Written in a Country Church-*

yard (1751) e *Ode to Adversity* (1753) de Thomas Gray, a lírica da natureza de James Thomson, nomeadamente *The Seasons* (1740) e a poesia ossiânica de Macpherson, que nos *Fragments of Ancient Poetry* (1760), em *Fingal* (1762) e *Temora* (1763) projectou em personagens do passado céltico as atitudes sentimentais da sua própria época: «his poets and warriors are men of feeling and the Celtic twilight in which they moved easily becomes the less localized sentimental dusk of the graveyard poets» (Todd 1986: 59). É também durante esses anos que aparecem os grandes romances epistolares (*Pamela*, 1740, *Clarissa*, 1747/48, *Sir Grandison*, 1753/54) de Samuel Richardson e o romance de viagens (*A Sentimental Journey Through France and Italy*, 1768) de Laurence Sterne, que tão importantes foram para a caracterização desta corrente e para a evolução do romance europeu (Hohendahl 1974: 190-192).

Na Alemanha, a tendência *empfindsam* só se manifestará claramente entre 1740 e 1760, primeiro ainda como *Zärtlichkeit* e principalmente nas revistas moralizantes de modelo inglês (*Moralische Wochenschriften*). Entre 1760 e 1770 estender-se-á a todos os géneros literários: romance (romance epistolar e romance de viagens), carta, diário, autobiografia, idílio, lírica, comédia lacrimajante ou comovente («weinerliches Lustspiel» ou «Rührkomödie») e tragédia burguesa, tornando-se a tendência dominante da moda.⁷ Embora seja indiscutível no espaço de língua alemã o forte contributo do Pietismo, está hoje ultrapassada a tese de que a *Empfindsamkeit* represente uma secularização a nível literário e artístico desse movimento religioso (Jørgensen / Bohnen / Øhrgaard 1990: 175; Sauder 1992a: 113).

Como principais representantes devemos salientar Gellert como autor do romance *Leben der schwedischen Gräfin G **** e das chamadas «Rührkomödien», o escritor suíço Salomon Gessner com os seus famosos idílios, Klopstock na sua primeira fase (veja-se especialmente os primeiros dez cantos do poema *Messias* publicados em 1755 e as odes dessa época, como, por exemplo, *Der Zürcher See*, *Die Frühlingsfeier*), J. F. Cronegk e os poetas do chamado «Göttinger Hain», entre os quais se contam G. A. Bürger, Matthias Claudius e Friedrich

7 É hoje comum distinguir na *Empfindsamkeit* alemã, a exemplo do que se faz para a francesa e a inglesa, uma primeira fase, de tendência fortemente burguesa e moralizante (a chamada «Tugendempfindsamkeit»), e uma segunda, mais crítica em relação às ambições sociais da burguesia ascendente e mais radical na expressão livre dos afectos (Hansen 1990: 11).

Leopold Graf zu Stolberg. Traços bem típicos desta corrente encontram-se também nas tragédias burguesas, e.o., de Gotthold Ephraim Lessing e de Christian Felix Weiße, e no célebre romance *Die Leiden des jungen Werthers* (1774) de J. W. Goethe, traços esses que nesta última obra se radicalizam ou se misturam já com características próprias do movimento do *Sturm und Drang*, pertencente à última fase da *Aufklärung*.⁸ Por isso o romance do jovem Goethe representa ao mesmo tempo o auge e a crise da *Empfindsamkeit* na Alemanha. (Kimmich 1994: 1118)

O contributo mais importante da *Empfindsamkeit* para a estética da *Aufklärung* consiste, segundo Sauder (1974: *passim*; 1992b: 205), na promoção e diferenciação da estética do efeito (*Wirkungsästhetik*) e da doutrina retórica dos afectos. Surge uma nova forma de expressão que, embora respeite os moldes neoclássicos, diz as suas convicções e sentimentos de forma clara e vernácula mas repassada de emoção, despoletando a empatia do leitor. Cria-se um novo público que neste contexto modifica a recepção da arte, deixando-se por ela influenciar. O leitor torna-se cúmplice e confidente do autor. É de notar a importância assumida pela temática da compaixão, a participação emocionada e sensível no sofrimento alheio, a prática constante da beneficência.

Os homens e as mulheres da *Empfindsamkeit* têm o culto do sentimento. O estar afectado é mais importante do que a origem do sentimento. Não há uma entrega ao sentimento ou ao objecto amado, há uma fruição do sentimento. Surge o tipo da criatura sensível ou da bela alma que não se envergonha de mostrar através das lágrimas os movimentos do coração. Com a valorização das lágrimas — a lágrima é uma jóia líquida — cria-se a nível literário uma verdadeira poética das lágrimas.⁹ O interesse na fisiognomonía e na patognomónica conduz a uma intensidade até aí desconhecida da observação de expressões não verbais nas atitudes, gestos e movimentos do corpo.

8 Desde a obra fundamental de Werner Krauss, *Die französische Aufklärung im Spiegel der deutschen Literatur des 18. Jahrhunderts* (1963), procedeu-se na ciência literária alemã a uma revisão crítica que levou a reconhecer no movimento do *Sturm und Drang* uma parte integrante da *Aufklärung*. Leia-se, entre muitos outros, o estudo de Michael Titzmann (1990: 137-165), em que o *Sturm und Drang* nos surge classificado como um subsistema literário plenamente inserido na dinâmica do sistema cultural e mental que se designa por *Aufklärung*.

9 Sobre este particular aspecto, veja-se o volume *Das weinende Saeculum*, 1983.

Não há só o culto do sentimento, há também uma reflexão sobre ele. O elemento reflexivo, ou seja, a tendência para a introspecção, assume grande importância. Como temáticas e atitudes vivenciais fortemente ligadas ao vector reflexivo podemos nomear o gosto da solidão, o pendor para a melancolia, o motivo da morte. De forma recorrente surgem nas composições poéticas, como especialmente propícios a essas efusões ou reflexões sentimentais, os seguintes motivos ou cenários: o luar, a noite, as ruínas, o nascer e o pôr do sol, os túmulos, os jardins e parques de modelo inglês, as paisagens naturais.

Não obstante este culto do sentimento, os poetas da *Empfindsamkeit* nunca perdem a força orientadora da razão e atendem constantemente ao sentido moral. O ideal que pretendem atingir é o equilíbrio entre a razão e o sentimento, visto que acreditam na importância do contributo dos afectos, *sempre ligados com a razão e a virtude*, para o bem-estar moral e social da criatura humana, ou seja, para a felicidade individual e colectiva. Aqui reside uma diferença essencial que, a meu ver, não é tomada em conta por aqueles estudiosos que, seguindo o caminho aberto e desenvolvido a nível europeu por Paul van Tieghem e André Monglond, e consolidado na história da literatura portuguesa por Hernâni Cidade e Jacinto do Prado Coelho, persistem — num manifesto entendimento teleológico — em apelidar esta corrente de Pré-Romantismo e em caracterizá-la como uma tendência essencialmente conducente à valorização e/ou exaltação do sentimento e, correlativamente, a um acentuado menosprezo da razão.¹⁰

Se examinarmos as preferências literárias de Alcipe, nomeadamente as obras que escolheu para traduzir da literatura europeia setecentista ou os escritores por quem manifestou declarada simpatia nas apreciações críticas que deixou espalhadas na correspondência, notamos que a sua atenção foi precisamente incidir em textos de autores representativos da corrente da *Empfindsamkeit* ou com ela de alguma forma ligados, isto no que diz respeito à literatura alemã (cf. *supra*).¹¹ Como já atrás deixei exposto, são poetas que reflectem o hibridismo

10 Mantém-se este entendimento nos verbetes sobre Pré-Romantismo de dois recentes Dicionários de Literatura (Silva 1997: 438-440; Monteiro 2001: 419-427), que, no entanto, não deixam de registar algumas críticas ao conceito de Pré-Romantismo provindas de historiadores literários franceses e italianos.

11 O mesmo se poderia afirmar em relação à literatura inglesa, em que as simpatias de D. Leonor vão claramente para autores como Young, Thomson, Gray, Goldsmith e o pseudo-Ossian.

característico das Luzes europeias — a aliança da sensibilidade e da razão, ambas guiadas e temperadas pelo sentimento moral — e cujas composições por regra geral evidenciam uma intenção didático-moralizante.

A respeito da literatura alemã, gostaria ainda de dizer que me parece erróneo apontar as traduções que a Marquesa fez de Wieland, Herder e Goethe como sinal de abertura à nova literatura romântica. Infelizmente esta opinião, divulgada a partir dos estudos de Hernâni Cidade, continua a ser aceite e transmitida em escritos recentes sobre a produção poética e translatória de Leonor de Almeida.¹² Na verdade, o poema *Oberon* de Wieland (composto entre 1778 e 1780), de que a Condessa de Oeynhausen, na sequência de uma aposta com o seu amigo e censor régio Johann Wilhelm Christian Müller, resolve traduzir os primeiros quatro cantos com a finalidade de provar que a língua portuguesa possuía uma riqueza expressiva em nada inferior à da língua alemã,¹³ é uma obra característica do *Rococó* com fortes influências do Classicismo alemão (*Klassik*) e traços da *Empfindsamkeit* (Jørgensen / Bohnen / Øhrgaard 1990: 357). De Herder também não é indiciadora de qualquer tendência romântica a ode «Deos», de temática religiosa, imitada por Alcipe (Alorna 1844: I, 271-273). Tão-pouco julgo significativas nesse aspecto as três pequenas composições de Goethe, dos primeiros tempos da estada do poeta em Weimar, seleccionadas para tradução (possivelmente a partir de alguma antologia setecentista alemã ou francesa) — a canção *An die Entfernte* (Au-

12 Sofia Brito, na sua dissertação de Mestrado, *A Marquesa de Alorna e a Poesia Alemã. O Oberon de Wieland*, não obstante considerar que «um dos principais méritos do trabalho de Alcipe é a sua competência para conseguir adaptar o poema de Wieland à forma de poesia dominante na escola arcádica» (Brito 1997: 143), persiste em assinalar na tradução de Alcipe dos versos de Wieland aquilo a que chama «opções românticas» e que atribui não só à «inspiração do próprio texto original», mas também à «influência das leituras de Klopstock, de Ossian, de Gray» (Brito 1997: 132).

13 Como se relata na «Notícia Biographica» com que abre o primeiro volume das *Obras Poéticas*, a disputa com Müller e a tradução dos primeiros quatro cantos do *Oberon* deve ter ocorrido na segunda metade da década de 90; muito mais tarde, já em idade avançada e a instâncias das filhas, a Marquesa verteu para português os dois cantos seguintes, mas já não teve forças para completar a tradução do poema, que na sua totalidade conta doze cantos ([Anon.] 1844: XXX-XXXI e XL). A tradução alorniana dos seis primeiros cantos da epopeia de Wieland só vem a ser publicada no terceiro volume das *Obras Poéticas* (Alorna 1844: III, 39-200).

sência), o epigrama *Zeitmaß* (Medida do tempo) e o poema *Sorge* (Cuidado) (Alorna 1844: II, 320-322). Significativo é sim o quase completo silêncio de D. Leonor em relação às obras narrativas e líricas do jovem Goethe do período do *Sturm und Drang*. Digo quase completo porque, nos acima citados apontamentos inéditos sobre as obras de Madame de Staël (cf. *supra*, nota 5), Alcipe refere-se muito negativamente ao romance *Die Leiden des jungen Werthers* (designado simplesmente por *Werther*), considerando a sua influência «fatal». Tal como já fiz notar em relação a Shakespeare, temos de tirar ilações dos juízos negativos, de carácter moralizante, lançados pela Marquesa contra a opinião de Madame de Staël (Delille 2003a: 70-71; 2003b: 327-328).

Passarei agora ao segundo aspecto, o da natureza das traduções e/ou imitações realizadas, as quais, a meu ver, seguem os modelos estético-literários neoclássicos e arcádicos, de forte tendência assimilatória. Representam, essencialmente, nacionalizações, adaptações de aspectos motivicos e formais do texto alemão ao sistema literário português e, consequentemente, à produção poética própria.

Exemplificarei através dum comentário necessariamente breve do poema dedicado à memória da irmã, D. Maria de Almeida, Condessa da Ribeira (escrito, portanto, depois de 1787),¹⁴ que D. Leonor, na primeira nota de rodapé aposta à versão reproduzida nas *Obras Poéticas* (Alorna 1844, I: 279), indica expressamente como sendo uma «Imitação livre do 1.º canto das *Solidões* do barão de Cronegk [...], poeta, que pela suave melancolia de seus versos é intitulado o Young Alemão [...]». Trata-se *de facto* de uma tradução não literal do canto I do poema em dois cantos *Einsamkeiten* de Johann Friedrich von Cronegk.¹⁵ Provavelmente dedicado à memória da mãe de Cronegk, falecida em 1757, o poema vem a ser publicado por Salomon Gessner em 1758, já depois da morte do jovem autor, e mais tarde (1763) é inseri-

14 A Condessa da Ribeira faleceu a 19 de Novembro de 1787, quando D. Leonor, no regresso de Viena de Áustria, se encontrava ainda em França.

15 J. F. Cronegk já anteriormente, em 1752, escrevera um poema com idêntico título mas em seis cantos; as duas composições homónimas, a de 1752 e a mais breve de 1757, acusam claramente a leitura dos *Night Thoughts* de Edward Young; tal como no modelo literário seguido, em ambos os poemas a dor da perda de entes queridos, expressa pelo eu lírico em tons elegíacos fortemente emocionais, assume gradualmente ao longo do texto qualidades autoterapêuticas e um declarado carácter moral e edificante (Kemper 1997: 321-324).

do no segundo volume da edição das obras do poeta, elaborada pelo amigo Johann Peter Uz.

O confronto da imitação da Condessa de Oeynhausen (em verso solto decassilábico) com o original alemão (em hexâmetros não rimados) e com a tradução francesa em prosa de Michael Huber, que sob o ponto de vista semântico segue muito de perto o texto de Cronegk, leva-me a afirmar ter D. Leonor elaborado o seu poema exclusivamente a partir da composição alemã. A designação de «imitação», da responsabilidade dos editores das *Obras Poéticas* (Alorna 1844, I: 277), deve ser entendida como sinónimo, no sentido lato, de «tradução»,¹⁶ dado que a reescrita de Alcipe do texto cronegkiano corresponde à prática tradutológica setecentista europeia dominante, a qual, continuando e renovando a tradição clássica francesa das «belles infidèles», procura assimilar o texto estrangeiro de partida ao sistema literário e cultural em que se integra o texto de chegada.¹⁷

Como todas as outras traduções da Marquesa, também esta revela — de acordo com o padrão neoclássico — um forte carácter assimilatório. A comprová-lo, veja-se, por exemplo, a substituição da situação pessoal de Leonor / Alcipe à do eu lírico do poema original, a tendência recorrente para a amplificação, quer no aditamento de novas imagens e comparações e no desenvolvimento de outras segundo o gosto arcádico, quer na inserção constante de novos adjectivos, advérbios e verbos ou de novos membros frásicos, e ainda o uso do verso branco,

16 Como João Almeida Flor (2003: 365-366) justamente observa, só a partir de um levantamento sistemático das designações de «tradução» e «imitação» na literatura traduzida setecentista e oitocentista e do seu cotejo com a respectiva prática translatória será possível chegar a uma definição e diferenciação satisfatória destes termos.

17 Sobre a teoria e a prática translórias europeias setecentistas na França, Inglaterra e Alemanha, *vide*, e.o., Ballard (1992: 147-197, 199-234); Bassnett (⁴1996: 60-64); Albrecht (1998: 76-83), e, para o caso português, Pinilla / Sánchez (1998). Note-se que Michel Ballard documenta de forma muito convincente a coexistência, na França setecentista, muito especialmente a partir de meados do século, de duas maneiras opostas de traduzir — a daqueles que, seguindo a tradição das *belles infidèles*, concebem o acto de tradução essencialmente como um acto de adaptação e de criação, sem atender a critérios formais de fidelidade, e a daqueles que, numa exigência de rigor e de fidelidade, pugnam por uma relação mais estreita entre o texto de partida e o de chegada. A esse respeito observa ainda que a maneira de traduzir das *belles infidèles* «par ses excès et dans la mesure où elle exprime de manière exacerbée l'esprit d'un siècle, a été mise en avant comme la plus caractéristique» (Ballard 1992: 197).

a preferência pelo termo latinizante e a utilização frequente do hipérbato. O adjectivo «livre», apostro por D. Leonor a «imitação» na nota de rodapé acima citada (Alorna 1844, I: 279), procurava com certeza sinalizar não só as repetidas ampliações de passos do 1.º canto das *Einsamkeiten* (aos trezentos e catorze versos do original alemão correspondem quinhentos e sessenta e três na versão de Alcipe), mas também a acentuada propensão revelada neste texto para substituir referências e marcas presentes no poema de Cronegk por outras que melhor se coadunassem com as vivências pessoais e com o sistema literário-cultural da tradutora ou que melhor se ajustassem ao horizonte de expectativas dos seus imediatos leitores.¹⁸

Para além da sintonização com o código arcádico português nos vários aspectos acima indicados, a imitação de D. Leonor segue, no que toca à expressão do sentimento e à superação deste, a traça do poema cronegkiano, bem característica da *Empfindsamkeit*. Após a invocação da «[...] Musa severa que inspirava / Ao britânico Young imortais Noites» (Alorna 1844, I: 280), o eu lírico, assumindo expressamente a identidade de Alcipe, evoca repetidas vezes Márcia (nome poético da irmã de D. Leonor, que nestes versos substitui a figura fictícia de Serena no poema alemão), interpela-a, inveja-a por já não experimentar as dores e injustiças do mundo, abandona por fim os bosques solitários onde costumava soltar as suas queixas e invoca a Morte «[...] meta suspirada/ Dos humanos acerbos dissabores!...». É neste extremo de desespero que se faz ouvir a voz da Razão, censurando os desejos criminosos, a impaciência de Alcipe. E esta no final aceita as censuras e, paciente e resignada, domina as suas mágoas: «Sentada sobre os túmulos marmóreos/ Assim calada está a Paciência,/ Piedosa na tristeza, e submetendo/ A um sorriso suave a dor violenta». Mais uma vez se nos depara a expressão do sentimento dentro dos limites moderadores e serenos da razão e da virtude.

Em conclusão, e voltando ao epíteto de «Stael portuguesa» atribuído por Alexandre Herculano à Marquesa de Alorna, afigura-se-me

18 Em vida de D. Leonor, a circulação desta imitação deve-se ter cingido aos familiares e amigos mais íntimos, não sendo de excluir a divulgação de alguns passos nas assembleias literárias ou salões, quer nos que ela própria organizava, quer naqueles em que tomava parte. O poema só vem a ser publicado em 1844, nas *Obras Poéticas*, i.e., quase meio século após a sua escrita, numa época em que o sistema literário português já regista uma evolução significativa tanto no que diz respeito à produção poética original como à importação de textos estrangeiros.

inegável o grande papel desempenhado por D. Leonor como transmis-sora/ divulgadora da literatura alemã setecentista — «ella fazia voltar a atenção da mocidade para a arte de Alemanha» (*supra*). Julgo que esse papel é tanto mais de realçar quanto é certo que tal divulgação implica um movimento de contra-corrente, uma vez que o meio literário português da segunda metade do século XVIII e das primeiras décadas do século XIX, no que diz respeito às literaturas modernas, era dominado predominantemente pela literatura francesa, só em segundo lugar pela literatura inglesa, e essa também frequentemente divulgada por via francesa.

«Stael portuguesa», sim, mas com as devidas rectificações, não como introdutora do Romantismo em Portugal, que nunca foi. Manteve-se sempre uma representante em Portugal do Iluminismo europeu, empenhando-se nas tradução e divulgação dos autores setecentistas alemães e ingleses que lhe eram congéneres e cujas línguas dominava.

Considero também que o correcto posicionamento histórico-literário da obra de D. Leonor de Almeida e da poesia da Arcádia Lusitana e da Nova Arcádia passa hoje necessariamente por um profundo trabalho de revisão crítica sobre o que se entende por Iluminismo (que não é sinónimo de racionalismo) e eventualmente também por uma revisão crítica do conceito de Romantismo. Estes dois grandes movimentos, não obstante a sua inegável coerência sistémica, estão longe de ser aqueles blocos monolíticos e antinómicos que antigamente nos ensinavam. Nunca será de mais chamar a atenção para o carácter ao mesmo tempo uno e múltiplo da época das Luzes, uma época particularmente rica e multifacetada, uma época de claridades e de sombras, no dizer pertinente de Roland Mortier, invadida desde muito cedo — sempre dentro dos limites da razão e da virtude — pela corrente da sensibilidade.

Dou-me por satisfeita se se tiver conseguido mostrar como a Marquesa de Alorna, pelas suas leituras germânicas, pelo tipo de composições que seleccionou para tradução e pelo modo como reescreveu os textos dos seus autores preferidos, me parece estar em grande, se não em plena, sintonia com essa corrente, de modo que a podemos intitular, com inteira justiça, uma discípula sensível das Luzes europeias.

Bibliografia

- Albrecht, Jörn (1998): *Literarische Übersetzung. Geschichte — Theorie — Kulturelle Wirkung*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft.
- Alorna, Marquesa de (1844): *Obras Poeticas de D. Leonor d'Almeida Portugal Lorena e Lencastre, Marqueza d'Alorna, Condessa d'Assumar, e d'Oeynhausien, Conhecida entre os Poetas Portugueses pelo Nome de Alcipe*, 6 tomos, Lisboa: Imprensa Nacional.
- [Anon.] (1844): «Noticia Biographica da Excelentissima Senhora D. Leonor d'Almeida, Marqueza d'Alorna, Condessa d'Assumar, e d'Oeynhausien, etc. etc.», em: Alorna, I, pp. V-XLIII.
- Baasner, Frank (1988): *Der Begriff «sensibilité» im 18. Jahrhundert: Aufstieg und Niedergang eines Ideals*, Heidelberg: C. Winter.
- Balbi, Adrien (1822): *Essai Statistique sur le Royaume de Portugal et d'Algarve, comparé aux autres États de l'Europe, et Suivi d'un coup d'œil sur l'état actuel des Sciences, des Lettres et des Beaux-Arts parmi les Portugais des deux hémisphères*, Tome Second, Paris: Chez Rey et Gravier, Libraires.
- Ballard, Michel (1992): *De Cicéron à Benjamin*. Traducteurs, Traductions, Réflexions, Lille: Presses Universitaires.
- Bassnett, Susan (⁴1996): *Translation Studies*, Revised edition, London / New York: Routledge.
- Bihl, Liselotte / Epting, Karl (eds.) (1987): *Bibliographie französischer Übersetzungen aus dem Deutschen: 1487-1944*. In Verbindung mit Kurt Wais herausgegeben von der Universitätsbibliothek Tübingen, Band I, Periode I-V (1487-1870), Tübingen: Niemeyer.
- Bolama, Marquês de Ávila e de (1916): *A Marqueza d'Alorna*, Lisboa: Imprensa de Manuel Lucas Torres.
- Brito, Maria Sofia Monteiro Marques da Silva (1997): *A Marquesa de Alorna e a Poesia Alemã. O Oberon de Wieland*, Lisboa: Universidade Nova (Dissertação de Mestrado).
- Carvalho, Maria Amália Vaz de (1913): «A Marquesa de Alorna. A Sociedade e a Literatura do Seu Tempo», em: *Boletim da Segunda Classe da Academia das Ciências de Lisboa*, vol. VI, fasc. 2, Julho/Dez. 1912, Coimbra: Imprensa da Universidade, pp. 313-459.
- Castro, Aníbal Pinto de / Pereira, José Esteves / Delille, Maria Manuela / Almeida, Teresa Sousa de (eds.) (2003): *Alcipe e as Luzes*, Lisboa: Edições Colibri / Fundação das Casas de Fronteira e Alorna.
- Cidade, Hernâni ([1930] s/d): *A Marquesa de Alorna*, Porto: Companhia Portuguesa Editora, Lda.
- Cidade, Hernâni (1932): «A Poesia Lírica», em: Forjaz de Sampaio, Albino (ed.): *História da Literatura Portuguesa Ilustrada*, vol. III, Lisboa: Livraria Bertrand, pp. 294-317.
- Cidade, Hernâni ([1933] ⁶1975): *Lições de Cultura e Literatura Portuguesas*, vol. II. Da Reacção Contra o Formalismo ao Advento do Romantismo, Coimbra: Coimbra Editora, Limitada.

- Cidade, Hernâni (1941): «Prefácio» a: Marquesa de Alorna: *Poesias*, Lisboa: Livraria Sá da Costa.
- Costa, Abade António da (1878): *Cartas Curiosas Escriptas de Roma e de Vienna*. Annotadas e precedidas de um ensaio biographico por Joaquim de Vasconcellos, Porto: Imprensa Litterario-Commercial.
- Cronegk, Johann Friedrich von (1758): *Einsamkeiten*. Ein Gedicht in zween Gesängen, Zürich: Geßner.
- Cronegk, Johann Friedrich von (1766): *Les Solitudes*, em: Huber, Michael: *Choix de poésies allemandes*, vol. 4, Paris: Humblot, pp. 269-294.
- Das weinende Saeculum* (1983): Colloquium der Arbeitsstelle 18. Jahrhundert, Gesamthochschule Wuppertal, Universität Münster, Schloß Dyck vom 7.-9. Oktober 1981, Heidelberg: Winter.
- Delille, Maria Manuela Gouveia (2003a): «Zu den Anfängen der Staël-Rezeption in der portugiesischen Literatur», em: Schöning, Udo / Seemann, Frank (eds.): *Madame de Staël und die Internationalität der europäischen Romantik. Fallstudien zur interkulturellen Vernetzung*, Göttingen: Wallstein, pp. 51-73.
- Delille, Maria Manuela Gouveia (2003b): «Alcipe e Madame de Staël: entre a admiração e a discordância», em: Castro / Pereira / Delille / Almeida (eds.), pp. 317-332.
- Dirschel, Klaus (1990): «Plädoyer für eine Geschichte der Sensibilität», em: Hansen (ed.), pp. 195-214.
- Donas-Bôto, Maria Emília Bordalo de Andrade de Sá (1945): *A Marquesa de Alorna (Subsídios para o estudo da sua personalidade, com cartas inéditas)*, Coimbra: Faculdade de Letras (Dissertação de Licenciatura).
- Ehrhardt, Marion (1972): «Die Marquesa de Alorna und die deutsche Literatur», em: *Aufsätze zur portugiesischen Kulturgeschichte*, 10. Band 1970. Hrsg. von Hans Flasche (Portugiesische Forschungen der Görresgesellschaft, Erste Reihe), Münster: Aschendorff, pp. 89-97.
- Ehrhardt, Marion (2003): «As relações germânicas da Marquesa de Alorna», em: Castro / Pereira / Delille / Almeida (eds.), pp. 251-262.
- Flor, João Almeida (2003): «A *Elegia* de Gray por Alcipe reescrita», em: Castro / Pereira / Delille / Almeida (eds.), pp. 353-369.
- Hansen, Klaus P. (1990): «Einleitung: Emotionalität und Empfindsamkeit», em: Hansen (ed.), pp. 7-13.
- Hansen, Klaus P. (ed.) (1990): *Empfindsamkeiten*, Passau: Wiss.-Verl. Rothe.
- Herculano, Alexandre (1844): «D. Leonor d'Almeida, Marqueza d'Alorna», em: *O Panorama*, 2.^a Série, vol. 3, n.º 156, pp. 403-404.
- Hohendahl, Peter Uwe (1974): «Der empfindsame Roman», em: Hinck, Walter (ed.): *Neues Handbuch der Literaturwissenschaft. Europäische Aufklärung I*, Frankfurt/Main: Athenaion, pp. 185-202.
- Jørgensen, Sven Aage / Bohnen, Klaus / Øhrgaard, Per (1990): *Geschichte der deutschen Literatur*. Band 6: *Aufklärung, Sturm und Drang, frühe Klassik 1740-1789*, München: Beck.
- Kemper, Hans-Georg (1997): *Deutsche Lyrik der frühen Neuzeit*. Band 6/I: *Empfindsamkeit*, Tübingen: Niemeyer.

- Kimmich, D. (1994): «Empfindsamkeit», em: Ueding, Gert (ed.): *Historisches Wörterbuch der Rhetorik*, Band 2, Tübingen: Niemeyer, pp. 1108-1121.
- Krauss, Werner (1963): *Die französische Aufklärung im Spiegel der deutschen Literatur des 18. Jahrhunderts*, Berlin: Akademie Verlag.
- Monteiro, Ofélia Paiva (2001): «Pré-Romantismo», em: *Biblos. Enciclopédia VERBO das Literaturas de Língua Portuguesa*. Direcção de Bernardes, José Augusto C. / Castro, Aníbal Pinto de / Ferraz, M. Lourdes / Melo, G. Chaves de / Ribeiro, M. Aparecida, Vol. 4: Pe-Sh, Lisboa / São Paulo: Verbo, pp. 420-427.
- Mortier, Roland (1969): *Clartés et ombres du siècle des lumières. Études sur le XVIII^e siècle littéraire*, Genève: Librairie Droz.
- Moser, Gerd (1939): *Les Romantiques Portugais et L'Allemagne*, Paris: Jouve & C^{ie}.
- Pinilla, José Antonio Sabio / Sánchez, María Manuela Fernández (1998): *O Discurso sobre a Tradução em Portugal: o Proveito, o Ensino e a Crítica. Antologia (c. 1429-1818)*, Lisboa: Edições Colibri.
- Sauder, Gerhard (1974): *Empfindsamkeit*, Band I: *Voraussetzungen und Elemente*, Stuttgart: Metzler.
- Sauder, Gerhard (1980): *Empfindsamkeit*, Band III: *Quellen und Dokumente*, Stuttgart: Metzler.
- Sauder, Gerhard (1992a): «Spielarten der Empfindsamkeit in England, Frankreich und Deutschland», em: Jüttner, Siegfried / Schlobach, Jochen (eds.): *Europäische Aufklärung(en). Einheit und nationale Vielfalt*, Hamburg: Felix Meiner Verlag, pp. 106-116.
- Sauder, Gerhard (1992b): «Empfindsamkeit», em: Killy, Walther (ed.): *Literatur-Lexikon. Begriffe, Realien, Methoden*, Band 13, Gütersloh / München: Bertelsmann Lexikon Verlag, pp. 202-206.
- Silva, Vítor Manuel de Aguiar e (1997): «Pré-Romantismo», em: Carvalho Buescu, Helena (ed.): *Dicionário do Romantismo Literário Português*, Lisboa: Caminho, pp. 438-440.
- Titzmann, Michael (1990): ««Empfindung» und «Leidenschaft»: Strukturen, Kontexte, Transformationen der Affektivität / Emotionalität in der deutschen Literatur in der 2. Hälfte des 18. Jahrhunderts», em: Hansen (ed.), pp. 137-165.
- Todd, Janet (1986): *Sensibility: an Introduction*, London: Methuen.
- Vicente, António Pedro (2003): «O Conde de Oeynhausen: soldado e diplomata ao serviço de Portugal, 1738-93», em: Machado de Sousa, Maria Leonor / Ehrhardt, Marion / Pereira, José Esteves (eds.): *Alcipe e a Sua Época*, Lisboa: Edições Colibri / Fundação das Casas de Fronteira e Alorna, pp. 131-154.

Clarinda de Azevedo Maia (Coimbra)

**A história da língua portuguesa na produção
gramatical e ortográfica do século XVIII.
Alguns aspectos em equação**

1. Em artigo intitulado «A doutrina gramatical de Jerónimo Soares Barbosa», publicado nas «Memórias da Academia das Ciências», afirmava Malaca Casteleiro, há quase um quarto de século, o seguinte:

O estudo dos gramáticos portugueses (salvo uma ou outra excepção) tem sido bastante descurado entre nós, ao contrário do que sucede com os gramáticos de outras línguas românicas (e não só!).

E, no entanto, tal estudo seria importante sob diversos aspectos. Em primeiro lugar, permitir-nos-ia determinar a contribuição portuguesa para a História da Gramática, no Ocidente, que afinal se confunde, em parte, com a História da Linguística.

Em segundo lugar, este estudo representaria uma enorme contribuição para a História da Língua Portuguesa, na época posterior ao século XV.

Em terceiro lugar, tal estudo forneceria vários elementos para a História da Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa.

Em quarto lugar, o estudo dos nossos gramáticos permitiria redescobrir descrições de aspectos da língua portuguesa, inovadoras e fecundas, mesmo em termos de Linguística Moderna (Casteleiro 1980: 197).

Apesar dos trabalhos publicados nalguns domínios, os vectores apresentados continuam a constituir temas de pesquisa onde é possível produzir trabalhos inovadores. Dos itens referidos, os dois últimos, não obstante o seu evidente interesse, continuam a representar vias muito escassamente transitadas pelos investigadores.

Na presente comunicação, a que demos um título intencionalmente bivalente em termos interpretativos, procuraremos reflectir sobre a importância da história (e das questões diacrónicas) na teoria linguística do século XVIII e, por outro, sobre a importância dos textos gramaticais e ortográficos portugueses de Setecentos para o conhecimento do desenvolvimento histórico da língua e da situação do português no século em apreço.

Relativamente a esta última questão, sendo raros os estudos parciais baseados nas informações dos gramáticos e ortógrafos setecentistas sobre aspectos essenciais correspondentes aos vários níveis linguísticos, não é minha intenção apresentar, neste momento, a situação da língua portuguesa nessa centúria, tal como é descrita e apreciada pelos autores dos textos de carácter linguístico e gramatical.

pelos autores dos textos de carácter linguístico e gramatical. Empreender-se-á uma reflexão teórico-metodológica sobre o valor dos textos de carácter gramatical e ortográfico para o conhecimento da situação da língua portuguesa na época a que dizem respeito, equacionando as principais questões a ter em conta e adequando as considerações feitas sobretudo aos textos setecentistas, ao mesmo tempo que se esboçam algumas pistas de análise. Em conexão com essas reflexões, serão referidos alguns fenómenos de mudança sofrida pela língua e examinar-se-ão as observações que lhes são feitas por alguns autores de textos de carácter gramatical e ortográfico.

Trata-se, essencialmente, de reflectir sobre qual a contribuição dos textos metalinguísticos (setecentistas) para o conhecimento da história da língua nesse século, mas tendo presente que deve ser atribuída prioridade metodológica aos materiais registados nas fontes textuais directas, porque é nelas que se manifestam os usos linguísticos (escritos) da época a que correspondem. Defendemos, ainda, a complementaridade entre os materiais registados em fontes textuais, correspondentes a diferentes tipos e estilos, e as informações fornecidas pelos textos gramaticais e ortográficos.

2. Desde a Antiguidade Clássica, que o propósito orientador sobre o bom uso constitui o interesse central da tradição metalinguística. A partir do início da produção gramatical do Ocidente, quando as línguas vulgares passaram a poder comparar-se com o latim e a ser dignas de ser «reduzidas a *arte*», está bem patente a finalidade normativa, como uma tentativa de travar a «evolução» da língua motivada pelo mau uso que dela faziam os falantes, sobretudo os considerados incultos, rústicos ou vulgares. O gramático assume uma dupla função, descrevendo, por um lado, o que é a língua, e, por outro, privilegiando certos usos e dizendo o que a língua deve ser. Assim, as gramáticas do Português, a partir da tradição humanística, são, simultaneamente, descritivas e prescritivas: descrição e prescrição são parâmetros que estão presentes na produção linguístico-gramatical portuguesa a partir do século XVI. A análise de um significativo conjunto de textos de carácter gramatical e ortográfico a partir do Renascimento revela claramente que a gramática exerce uma dupla função: por um lado, descrever os componentes dos vários níveis linguísticos — os níveis fónico, morfológico, sintáctico lexical — e, por outro, apresentar regras que orientem os utentes da língua, privilegiando certos usos, dizendo o

que a língua deve ser e determinando simultaneamente o que se não deve dizer (Fávero 1999: 231):

Na sua função *descritiva* — sempre do uso-padrão —, o gramático explica o modo de funcionamento da estrutura da língua, enquanto, na sua função *prescritiva*, está preocupado em estabelecer normas que disciplinem seu uso.

Esse modo de entender a gramática como arte da correção no falar e no escrever, que representa uma herança da *ars recte loquendi* de Quintiliano, perpetua-se durante séculos na tradição gramatical portuguesa. Se deixarmos de lado o texto de Fernão de Oliveira que, não obstante ter sido impresso com o título «Grammatica da lingoagem portuguesa», certamente por influência da «consuetudo» de la tradition médiévale qui faisait appeler «grammaire» toutes les oeuvres au contenu linguistique» (Buescu 2000: 756), foi pelo próprio Autor considerada uma «anotação»,¹ verificamos que em vários textos da nossa produção gramatical metalinguística se insiste em definições reveladoras dessa concepção.

João de Barros, logo no início da sua *Grammatica da lingua portuguesa* (1540), apresenta a seguinte definição de gramática, concebida como *arte* prescritiva (Buescu 1971: 59, 293):

Grammatica, e uocabulo graego: quer dizer, ciência de letras. E segundo a difinçám que lhe os Grâmáticos dẽrã: ẽ hũ modo, çerto e iusto de falar, & escreuer, colheito do uso, e autoridãde dos barões doutos.

E, ao explicar o conteúdo das várias partes da gramática — as quais, na sequência da tradição dos gramáticos latinos, são a Ortografia, a Prosódia, a Etimologia e a Sintaxe —, declara começar pelo estudo da «lêtera», como convém à gramática «preçeitiva», afastando-

1 Desde o início do seu texto esclarece Fernão de Oliveira que a obra é uma «anotação»: «Esta he a primeyra anotação que Fernão doliveyra fez da lingua portuguesa» (1536: 2). Igualmente, no fim da obra se afirma: «Acabouse dempremir esta premeira anotação da lingua portuguesa [...]». No interior do texto revela, várias vezes, a intenção de elaborar um trabalho mais extenso e sistemático sobre a língua portuguesa. Não obstante o alcance e a originalidade da obra de Fernão de Oliveira, «não pode, de modo algum, considerar-se [...] como uma arte no sentido em que Barros o entende, nem sequer, talvez uma Gramática» (Buescu 1971: LXXVII).

-se do que é requerido pela gramática especulativa (Buescu 1971: 60, 294).²

A concepção de gramática a que temos vindo a fazer referência como *arte* que pretende regular e conduzir os comportamentos verbais dos utentes de línguas particulares transmite-se aos séculos seguintes, chegando até aos nossos dias. Não é, portanto, de surpreender que, no século XVIII, se encontre essa concepção prescritiva e correctiva da gramática: nos textos de vários autores setecentistas o conceito de gramática implica os de prescrição e de correcção, sendo a definição apresentada muito próxima da que foi herdada da antiguidade greco-romana. Sirvam de exemplo as definições apresentadas por Luis António Verney (1746) e por Jerónimo Soares Barbosa na *Grammatica philosophica da lingua portugueza*, publicada em 1823, mas escrita provavelmente cerca de vinte anos antes, uma vez que o prefácio tem a data de 1803. O autor do *Verdadeiro método de estudar*, ao tratar, no tomo primeiro, da reforma do ensino das humanidades, considera, na «Carta Primeira», a gramática «a porta dos outros estudos: da-qual depende, a boa eleisam dos-mais» (Verney 1746: 5), apresentando, em seguida, o seu conceito de gramática:

A Gramatica, é a arte de escrever, e falar corretamente. Todos aprendem a sua lingua no-berso: mas se acazo se-contentam com esa noticia, nunca falarão como omens doutos. Os primeiros mestres das-linguas vivas, comumente sam mulheres, ou gente de pouca literatura: de que vem, que se-aprende a propria lingua com muito erro, e palavra impropria, e pola maior parte palavras plebeias. É necesario emendar com o estudo, os erros daquela primeira doutrina (Verney 1746: 5).

Na *Grammatica philosophica da lingua portugueza*, escrita com um duplo objectivo — por um lado, a «elucidação teórica sobre a origem e a natureza da linguagem» e, por outro, a «instituição da norma prescritiva, atendendo a interesses políticos e culturais» (Fávero 1999: 234) — Soares Barbosa que, como Verney, defende o princípio de que o ensino da gramática deve começar pelo ensino da gramática da língua materna, apresenta a seguinte concepção de gramática (Fávero 1999: 234):

[a gramatica] não é outra coisa [...] senão a arte que ensina a pronunciar, escrever e falar correctamente qualquer língua [...] Porque a gramática da lingua nacional é o primeiro estudo indispensável a todo o homem

2 Afirmação análoga se encontra no início do capítulo consagrado por Barros à Ortografia (Buescu 1971: 369).

bem criado, o qual, ainda que não aspire a outra literatura, deve ter ao menos a de falar e escrever correctamente a sua língua.

O carácter prescritivo e correctivo da gramática, cuja finalidade é o *usus*, está presente na «Arte da grammatica da lingua portuguesa» (1770) de Reis Lobato que, na *Introdução*, justifica a necessidade da Gramática da língua materna do seguinte modo:

Por duas razões se faz indispensavelmente precisa a noticia da Grammatica da lingua materna: primeira, para se fallar sem erros; segunda, para se saberem os fundamentos da lingua, que se falla usualmente (Assunção 2000: 117).

Fazendo da oração «o fim das regras da Grammatica» (Assunção 2000: 143, n. α), apresenta Reis Lobato a seguinte concepção: «A Grammatica Portugueza he a Arte, que ensina a fazer sem erros a oração Portugueza» (Assunção 2000: 143).

3. Conforme salientámos acima, os autores de obras de índole gramatical procuram satisfazer as necessidades de orientação sentidas pelos utentes da língua quanto ao padrão em vigor na comunidade. Desse modo, a delimitação da norma e a sua relação com o uso configura-se como uma questão central não só pela importância que assume no discurso gramatical teórico mas também pelo alcance prático imediato de que o problema se reveste. Em virtude de centralidade dessas questões, importa conhecer o conceito de norma de cada autor e a forma de língua por ele escolhida como exemplar, como forma idiomática de eleição na comunidade, assim como o grau de importância concedido ao *uso* por cada gramático e o sentido que por ele é atribuído a esse termo e que pode coincidir com o conceito de uso herdado de Quintiliano, como «consensus eruditorum», ou com os «hábitos lingüísticos de los hablantes», ya sea en el sentido de comunidad lingüística [...] ya sea como uso individualizado de la lengua» (Pozuelo Yvancos 1986: 90). Estas questões têm uma relação muito directa com os critérios de correcção adoptados pelas gramáticas e ortografias da época, os quais permitiam sancionar determinadas formas ou construções e condenar o emprego de outras.

Estando o conceito de norma de cada autor (assim como o modelo de exemplaridade proposto), e a importância atribuída ao uso muito influenciados pelas concepções linguísticas da época e aceites por cada gramático e ortógrafo, reveste-se de fundamental importância

enquadrar o tratamento destas questões nas ideias linguísticas em vigor na época não só em Portugal mas em toda a Europa.

Relacionado com o problema da norma e do uso, com a tensão entre norma e uso, está uma questão relativamente à qual os gramáticos sentiram necessidade de tomar posição, a mutabilidade do signo e a evolução da língua. Não surpreende que seja nos tratados de *Orthographia* (associada à *Orthologia*, o estudo da recta pronúncia), que se coloque «como problema prioritario, qué norma se debe seguir y en qué medida el uso (y qué uso) hace norma» (Pozuelo Yvancos 1986: 79). É facilmente compreensível que seja nessa parte da Gramática, onde a erosão do uso é mais acentuada e mais constante e onde, portanto, a mudança é mais facilmente percebida que se obtenham mais informações sobre a diversidade de usos, sobre a mudança linguística e sobre o desenvolvimento histórico da língua.

O nascimento de uma atitude histórica perante a língua coincide com o início da produção gramatical e ortográfica no século XVI. Não sendo oportuno, neste momento, fazer uma análise pormenorizada do tratamento da mudança linguística e do despertar da atitude histórica perante a língua, afirmaremos sinteticamente que os gramáticos e ortógrafos renascentistas têm consciência da mutabilidade do signo, da evolução das línguas, ora considerando a mudança uma característica intrínseca das línguas, um fenómeno universal, ora assumindo a concepção de que a língua vulgar é o resultado da «corrupção», de um processo degenerativo a partir da língua-mãe, o latim.

Embora a obra gramatical do primeiro gramático, Fernão de Oliveira (1507-1581), se destaque em importância sobretudo no domínio sincrónico e, particularmente, na fonética (Coseriu 1991: 19), o problema da mudança linguística está presente, sendo considerada como intrínseco à própria natureza das línguas, devendo, portanto, ser encarado como fenómeno natural, correspondente à mutabilidade de tudo o que é humano.

Nos últimos anos de Quinhentos e nos primeiros anos da centúria seguinte, com os tratados de Duarte Nunes de Leão, a *Origem da lingua portvgvesa* (publicada em 1606, mas cuja primeira licença de impressão remonta ao ano de 1601), e a *Orthographia da lingua portvgvesa* (1576), «a origem e a história do português já chega a ser um objecto especial de descrição linguística» (Kossarik 2002: 25). Além de manifestarem consciência clara da mutabilidade das línguas, os dois tratados revelam uma concepção histórica da língua portu-
gue-

sa, apresentando uma descrição da origem e história do português que antecede a que para o castelhano é feita por Bernardo Aldrete em *Del origen y principio de la lengua castellana ò romance que oi se usa en España* (1606), a qual foi já considerada «la primera historia de la lengua española» (Guitarte 1986: 130).³

Nascida já com o início da produção linguístico-gramatical portuguesa, mantém-se no século XVIII a consciência da mudança linguística.

Relativamente à evolução sofrida pela língua portuguesa, verifica-se que os gramáticos do século XVIII não só têm consciência da mudança da língua, mas essa consciência é tão clara que chegam a propor a divisão da história da língua em fases históricas (Maia 2001: 43-44). Aliás, a gramática, entendida como *ars* que ensina a falar e a escrever correctamente, tem necessidade de critérios de correcção, de princípios reguladores que sustentem as suas propostas normativas tanto no plano da língua como da ortografia. Atendendo à relação directa que existe entre o conceito de autoridade e a mudança linguística, constituiria uma interessante pista de trabalho a análise daquele conceito na teoria linguístico-gramatical setecentista e o estabelecimento da relações com o modo como é encarada a evolução da língua e a atitude revelada em relação a este fenómeno pelo autor de cada obra gramatical ou ortográfica. Esse estudo constituiria, além disso, um seguro fundamento para a compreensão das propostas dos autores mais normativistas que desejam imobilizar a língua, evitando a «corrupção», ou dos que consideram a mudança como a adaptação da língua às novas necessidades comunicativas e, portanto, como um processo de aperfeiçoamento idiomático. Desses dois paradigmas científicos encontramos representantes na produção gramatical setecentista. Citaríamos apenas dois autores representantes dos dois modos de conceber a mudança linguística. No seu *Compendio de orthografia* (1767), revela Monte Carmelo grande sensibilidade em relação à diferenciação interna da língua portuguesa e à mudança por ela sofrida na sua trajetória temporal, considerando esse fenómeno como um processo de degeneração, e concebendo como factor determinante a expansão da

3 Deve esclarecer-se que a *Origem da lingua portvgvesa* de Duarte Nunes da Leão, não obstante ter sido publicada em 1606, encontrava-se escrita há alguns anos, uma vez que a primeira licença para a sua impressão data de 10 de Julho de 1601 (cf., no início do volume da primeira edição, imprensa por Pedro Crasbeeck, a secção «Licenças»).

língua portuguesa no mundo, à semelhança do que tinha acontecido com a língua latina no período imperial:

Finalmente devo lembrar, que assim como a causa de hũa grande corrupçâm da *Orthologia* Latina foi muita gente de Nações diversas, que antigamente concorria a Roma; assim tambem succede o mesmo nesta Corte a respeito do nosso *Idioma*: e por isto devem os Eruditos, e zelosos, cuidar muito na pureza da nossa *Orthologia*, nam seguindo os abusos, aindaque sejam de muitos, e de pessoas principaes, como bem advertiu o mesmo Cícero (Monte Carmelo 1767: 725).

À motivação referida acrescenta o Autor outras circunstâncias, responsabilizando os pais, os «mestres» e as amas, como agentes da transmissão da língua na fase da aquisição e da aprendizagem da mesma, pela «corrupçâm dos Idiomas»:

Aindaque tenho noticia de outros *Defeitos*, ou *Abusos* oppostos á verdadeira *Orthologíã* do *Idioma* Portuguez; comtudo nam me-pareceu necessario, nem possivel notar, e corrigir todos em hum tam breve *Compêndio*; porque a *Plebe* ignorante, ou a gente ociosa inventa continuamente *Vocabulos* novos indignos, ou corrompe os legitimos sem remédio. A'lem disto assim como algũas vezes os paes, as ammas, os Mestres, os Poetas, e as Comedias depravam os animos innocentes, introduzindo-lhes preocupações falsas, perigosas, ou ridiculas, como Cícero adverte, assim tambem ensinam, particularmente os paes, Mestres, e as ammas ignorantes, a corrupçâm dos *Idiomas*, a qual depois nam he facil evitar, como affirmou Quintiliano, e a experiencia confirma. Esta perversâm da nosso [sic!] *Orthologíã* nam seria tam geral, se todos os Mestres de meninos fossem bastantemente instruidos, como devem, em todas as quatro *Partes* de hũa, e outro [sic!] *Grammatica* Latina, e Portugueza (Monte Carmelo 1767: 724-725).

Em paradigma oposto se enquadra Verney que, ao justificar o sistema ortográfico que propõe, valoriza o critério da pronúncia, afirmando que «os Portuguezes devem pronunciar, como pronunciam os omens de melhor doutrina, da-Provincia de Estremadura: e, posto isto, *devem escrever a sua lingua, da-mesma sorte que a-pronunciam*» (Verney 1746: 14).⁴ Em consonância com a valorização do princípio fonético, Verney concebe a mudança como um processo de aperfeiçoamento e de enriquecimento da língua:

Seria uma ignorancia manifesta, e afetasam indesculpavel, falar oje com muitas palavras, de que uzáram os antigos Portuguezes. E isto, nam por-outra razam, senam porque *a lingua se-foi purgando*, e os omens mais capazes intenderam, que se-devia falar de outra maneira. E se isto se-

4 O sublinhado é da nossa responsabilidade.

-prática, com inteiras palavras, porque o-nam-praticaremos, com *melhor pronúncia*? (Verney 1746: 45).⁵

E, ao aludir à introdução de estrangeirismos, aceitáveis quando na língua não existem recursos expressivos próprios, volta a fazer umas considerações que reflectem o que entende por mudança idiomática, concebida como um processo de renovação, o que constitui um «privilegio das línguas vivas» (Verney 1746: 46):

Este mesmo uzo, *de purgar as línguas, melhorando na boa pronúncia, e enriquecelas com palavras novas*, quando á necessidade; está geralmente introduzido (Verney 1746: 46).⁶

A distinta visão dos gramáticos e ortógrafos sobre a mudança das línguas condiciona a opção por determinados critérios de correcção e pela delimitação da norma — a variedade linguística considerada exemplar e que, portanto, servia de modelo para as realizações concretas dos membros da comunidade — e contribui para configurar o discurso metalinguístico de cada gramático e ortógrafo. No caso de tratados de ortografia, o modo de conceber e explicar a mudança linguística determinou, ainda, a valorização, por parte de cada autor, de um ou outro dos três princípios que, desde a Antiguidade, serviam de pilares aos sistemas gráficos de tipo alfabético: o princípio etimológico, o princípio fonético e o que correspondia ao uso.

A opção por cada um destes três princípios ou, pelo menos, a valorização de cada um deles não só constituía uma justificação para a sua proposta ortográfica, como — ao estar a ortografia em relação com a ortologia — condiciona a avaliação que de factos fónicos particulares é feita por cada tratadista.

Ao lermos os depoimentos dos ortógrafos sobre alguns traços fónicos singulares em relação com as grafias propostas, é necessário ter presentes as diferentes coordenadas acima aludidas se se pretende obter uma imagem coerente sobre a pronúncia na época considerada exemplar, por corresponder à variedade que tinha valor regulador e normativo, e sobre a situação da língua no período em apreço tanto no plano diatópico como no plano social.

Efectivamente, se compararmos as informações fornecidas por Madureira Feyjó, Monte Carmelo e Luís António Verney em relação ao valor dos grafemas <ch> e <x>, verificamos não existir concordân-

5 O sublinhado é da nossa responsabilidade.

6 O sublinhado é da nossa responsabilidade.

cia quanto à pronúncia correspondente ao primeiro dos símbolos gráficos.

Adepto do critério etimológico, Madureira Feyjó avalia como «erro, ou vicio patrio» (Feyjó 1734: 53) a pronúncia como fricativa prepalatal correspondente ao grafema <ch>, do mesmo modo que avalia também como viciosa a confusão que então se verificava no uso dos grafemas <ch> e <x> (Feyjó 1734: 53). A confusão tanto no plano fônico como no nível gráfico encontrava-se, segundo o Autor, confinada aos habitantes de Lisboa:

Chave, Chaminé, China, Chove, Chuva cuja pronunciação não tem similitude com outras letras; e so os oriundos de Lisbôa a equivocação tanto com o *x*, que a cada palavra trocação huma por outra; porque não só pronunciação, mas também escrevem, *Xave, Xemine, Xina, Xóve, Xuva* (Feyjó 1734: 52).

Monte Carmelo, também defensor do princípio da etimologia, continua a considerar como vício a confusão entre os dois sons, atribuindo ao fenómeno uma maior amplitude geográfica que Madureira Feyjó:

[...] na conversaçã, e ainda na *Orthografia*, confundem alguns Povos, particularmente os da Estremadura, a estas duas *Letras*. Para evitar este vício farei aqui hum *Catalogo* das *Dicções* Portuguezas mais ordinarias, que se pronunciam, e escrevem com *X*, e sam muito poucas, paraque, bem conhecidas estas, todas as mais se-profram, e escrêvam com *Ch* (Monte Carmelo 1767: 305).

O Autor do *Verdadeiro método de estudar*, embora defenda que continue a manter-se a distinção grafemática entre <x> e <ch>, afirma que na

[...] pronuncia, nam á diferença entre uma, e outra letra. Em materia de pronuncia, sempre se-devem preferir, os que sam mais cultos e falam bem na Estremadura, che todos os das-outras Provincias juntas. Ora é certo, que os ditos pronunciam docemente como um *x*: e nem só eles, mas muitisimos de outras Provincias, tem a mesma pronuncia (Verney 1746:30).

E, ao defender que os dois grafemas devem ter como referente o mesmo som, ou seja, a fricativa prepalatal surda, apresenta como justificação o facto de que «a pronuncia comua está a seu favor» (Verney 1746: 30).

Poderíamos exemplificar com outros fenómenos singulares de mudança ocorridos na história do português — não só de carácter fônico, mas também correspondentes a outros níveis linguísticos —

mas, neste momento, pretendemos apenas sublinhar que, desde que se tenham em consideração as questões centrais da teoria linguístico-gramatical na produção portuguesa de Setecentos e os seus reflexos no pensamento de cada gramático, os depoimentos por eles fornecidos podem constituir documentos importantes para a história da língua portuguesa, sobretudo se se conjugar a informação histórica com a avaliação que, através do seu discurso, é feita dos diferentes fenómenos ou dos distintos usos.

Sublinhe-se, além disso, que os textos gramaticais são igualmente susceptíveis de ser analisados como fontes textuais directas, revestindo-se de grande interesse a comparação, relativamente a fenómenos linguísticos particulares, entre o uso escrito e a norma prescrita, aspecto a que não foi dada a menor atenção no estudo da produção gramatical portuguesa.

4. Além do interesse de que para a história interna do português se revestem as gramáticas setecentistas sobretudo em relação a fenómenos de mudança recentes ou em curso, elas fornecem também muitas informações sobre a norma linguística da época, sobre a diversidade linguística do português, nomeadamente sobre a variação diatópica e a variação social. Em relação a fenómenos particulares de mudança linguística, os textos do tipo que estamos a considerar permitem conhecer o processo de difusão na comunidade de fenómenos linguísticos inovadores e a segmentação diatópica do território que daí decorre.

Tal como afirmámos acima em relação à mudança linguística, também a variação não representa um fim em si própria na produção linguístico-gramatical de Setecentos. Constituindo o objectivo central da gramática orientar os utentes da língua sobre o bom uso, é em função desse objectivo orientador que surge a questão da variação.

Embora sendo certo que os gramáticos se propunham, acima de tudo, codificar os factos da língua que representava o modelo que todos deviam seguir, eles revelam-se, em diferentes graus, atentos e sensíveis ao uso linguístico, e à sua diversidade. Para o historiador da língua são de grande alcance os comentários feitos pelos autores de textos gramaticais e ortográficos sobre as variedades da língua da época, as variedades diatópicas, as variedades diastráticas, as diafásicas e, de modo particular, as diacrónicas.

Revelam alguns autores um conceito amplo de língua, que se aproxima do conceito coseriano de «arquissistema» ou «língua histórica», entendida como «una «familia» histórica de modos de hablar afines e interdependientes», sendo os dialectos «miembros de esta familia» (Coseriu 1981: 6). O texto setecentista que com mais clareza revela essa concepção de língua, como um conjunto de «dialectos», compreendidos estes como «modos diversos de falar a mesma língua», é o capítulo I, da «Quarta parte», da obra de D. Jerónimo Contador de Argote *Regras da lingua portugueza, espelho da lingua latina, ou disposição para facilitar o ensino da lingua latina pelas regras da portugueza*. Na segunda impressão, publicada em 1725, no referido capítulo intitulado «Dos dialectos da lingua portugueza», adverte o Autor a grande diversidade de modos de falar a língua portuguesa, referindo os «dialectos locaes», «os dialectos de tempo» e os «dialectos de profissão» (Argote 1725: 292). A questão da diversidade linguística interna não era uma questão totalmente nova na produção gramatical portuguesa: Fernão de Oliveira, no primeiro texto de reflexão metalinguística sobre o português, presta lúcida atenção à diferenciação da língua, revelando uma clara consciência da variação diatópica, da variação social e da variação diacrónica (Maia 2001: 37-38). Aliás, também na produção linguístico-gramatical sobre a língua castelhana, o problema da diversidade linguística alcançou particular importância no *Renascimento* e no *Século de Ouro* (Zamora 1995: 160-161).

Voltando ao texto de D. Jerónimo Contador de Argote, saliente-se que, em consonância com o conceito amplo de língua que apresenta, revela um discurso metalinguístico marcado por grande objectividade patente, de uma maneira geral, na caracterização das várias «castas» de «dialectos». Ao ler-se a apresentação dos dialectos espaciais, poderíamos, à primeira vista, ser levados a pensar, perante o tipo de discurso, onde estão ausentes os juízos de valor traduzidos em expressões avaliativas — a não ser no que diz respeito às variedades fronteiriças, os «dialectos locaes» «de alguns lugares de Trás os Montes, e Minho nas rayas de Portugal» —, que o Autor os considera equivalentes, de valor e legitimidade semelhantes. Apesar do carácter neutro habitual do discurso metalinguístico, o exame do texto relativo aos dialectos regionais revela a primazia linguística do dialecto da «Estremadura», variedade de «referência», relativamente à qual os restantes são caracterizados por traços linguísticos considerados individualizadores; é

sintomático que do dialecto daquela província não se apontem particularidades linguísticas consideradas específicas e diferenciais, pretendendo-se significar que ele se caracteriza exactamente pela ausência de traços linguísticos regionais. Apenas, quando, ao caracterizar o «dialecto da Beyra», se aponta como traço individualizador a substituição do ditongo *ou* por *oi* («a *Ouvir* dizem *oyvir*, a *Couves* dizem *Coyves*»), se especifica que «esta pronuncia se reteve no Dialecto da Estremadura em muytas palavras, porque ao *Couro* dizemos *Coyro*, ao *Mouro* *Moyro*, ao *Touro* *Toyro*, &c.» (Argote 1725: 294).

A atitude do gramático muda radicalmente quando se refere aos dialectos fronteiriços «de alguns lugares de Tras os Montes, e Minho nas rayas de Portugal», relativamente aos quais surge um discurso avaliativo que se exprime em qualificações negativas: *barbaros* («saõ muyto barbaros»; Argote 1725: 295), «quasi que se não pòdem chamar Portuguez» (Argote 1725: 295-296), «só os usa a gente rústica da quelles lugares» (Argote 1725: 296).

Formulações valorativas voltam a surgir apenas ao tratar do «dialecto rústico», que o Autor caracteriza como «*mao*, e viciado» («modo de fallar a lingua Portugueza mao, e viciado» (Argote 1725: 299), usado pela «gente ignorante, rustica, e incivil» (Argote 1725: 299). Com o discurso avaliativo que se exprime nas formulações evocadas se entrelaça, a propósito deste tipo de «dialectos», um discurso de tipo normativo: «delle he necessario desviar aos meninos bem criados» (Argote 1725: 299).

Também no *Verdadeyro método de estudar* Verney (1746), ao apresentar a sua proposta ortográfica, baseada no princípio de que a ortografia deve reflectir a pronúncia, não deixa de fazer referência à existência de usos (fónicos) regionais. Além de afirmar a supremacia linguística da pronúncia dos «omens de melhor doutrina, da-Provincia de Estremadura» (1746: 14), que «sempre se-devem preferir [...] che todos os das-outras Provincias juntas» (1746: 30), faz alusão a variedades dialectais que manifestam traços (fónicos) diferenciais em relação ao falar da mencionada província que, na época, se estendia desde o Mondego até ao Tejo.

Ao tratar da grafia das terminações nasais *-am* e *-ão* e da relação destas com a pronúncia, consigna o uso da província de Entre-Douro-e-Minho onde «ainda oje se-pronuncia, em muitas destas palavras, o *o*, pois dizem, *Tabaliom*, *Escrivom* &c.» (1746: 27).

Com a indistinção que, ao nível das prepalatais, se verifica na pronúncia dos falantes cultos da província da Estremadura e de «muitissimos de outras Provincias» que não distinguem a africada prepalatal surda (na grafia <ch>) e a fricativa prepalatal surda (na grafia <x>), contrasta a pronúncia dos «Beirenses, que batem mais o dito *c*, encostando-se à pronuncia Romana do-*c*» (1746: 30).

Mesmo tendo presente que a província da Beira correspondia, em meados do século XVIII, a uma ampla área geográfica no Centro do Reino, que abrangia as comarcas de Coimbra, Viseu, Lamego, Guarda, Castelo Branco, Pinhel, Esgueira, Montemor-o-Velho e Feira (Pinto 1980/81: 169, n. 73), o conhecimento da actual realidade dialectal do português e o traçado das isoglossas da africada |ç| em meados do século XX (Boléo 1951) levam-nos necessariamente à conclusão que Verney possuía uma visão incompleta da geografia dialectal do português do seu tempo. Se considerarmos que a dialectologia científica nasce muito mais tarde, apoiada em pesquisas directas *in loco*, não surpreende que o Autor proporcione dados incompletos sobre o âmbito geográfico onde perdura a africada |ç| e que afirme que a pronúncia indiferenciada correspondente a <ch> e <x> é «a pronuncia comua» (1746: 30).

De qualquer forma, as gramáticas e ortografias, ao fornecerem dados de carácter dialectal, constituem uma fonte importante para o conhecimento histórico dos dialectos do português e para a história da consciência linguística, nomeadamente no que à diversidade interna da língua diz respeito.

Maior atenção e sensibilidade à variação linguística interna é apresentada por Monte Carmelo no seu *Compendio de orthografia* (1767) que, ao expor o seu sistema ortográfico, assinala determinados usos e faz comentários de carácter dialectal, relativos à abrangência diatópica de determinados traços fónicos que contrastam com a variedade que considerava exemplar, a qual o Autor identifica com a «que communmente usam hoje os Cortezaões, e Eruditos» (Prologo Apologetico, sem paginação). Logo no início desse texto preliminar, ao referir-se aos objectivos da obra — «instruir algũas pessoas na *Orthografia* moderna, e recta *Pronunciaçam* da nossa *Lingua*» — atribui a confusão entre *b* e *v* a «muitos daquelles, que vivem nas Provincias Interamnense, Transmontana, e Beirense confinante» (Prologo Apologetico, sem paginação). E, no decurso do tratado de ortografia, através da explicitação de regras relativas ao emprego das várias «letras», estabe-

lecem-se relações com o plano da pronúncia, censurando-se algumas «confusões» ou «defeitos» que se encontram nalgumas variedades dialectais do português.

De valorizar são também os dados sócio-dialectais contidos na primeira parte do extenso § LI, na secção onde se consignam os «*Vícios*, ou *Abusos* mais ordinarios da *Plebe*» das várias regiões do Reino e se apresentam as respectivas «Correcções assim na *Orthologia*, como na *Orthografia* [sic!]

» (Monte Carmelo 1767: 500-503).

De interesse para a lexicologia histórica do português é o amplo catálogo «Dos Vocabulos antiquados, antigos, Vulgares e Cómicos» inserido no mencionado parágrafo (Monte Carmelo 1767: 500-723), onde o Autor apresenta um significativo número de palavras divergentes da norma, precisando o âmbito social, estilístico ou diacrónico a que corresponde cada vocábulo.

Esse repertório lexicográfico, alfabeticamente organizado, representa uma importante fonte indirecta para o conhecimento do léxico português no século XVIII: nele se reúnem os vocábulos, classificando-os com recurso às etiquetas «antiquado», «antigo», «vulgar», «plebeu» e «cómico», cujo sentido e alcance Monte Carmelo apresenta no início do compêndio, na «Explicação dos Vocabulos Latinos, e Portuguezes abbreviados», utilizados ao longo do tratado. Apesar da dificuldade por vezes sentida em distinguir as duas categorias de vocábulos que o Autor designa por «termos antiquados» e «termos antigos» (cf. § LI, Num. 6), os primeiros eram na época arcaísmos já totalmente caídos em desuso, ao passo que os segundos tinham ainda algum uso, ainda que restrito, social ou diafasicamente demarcado.

Dos numerosos vocábulos classificados como «antiquados» destacam-se os seguintes, largamente conhecidos por quem frequenta os textos da fase arcaica da língua ou está familiarizado com a linguagem dos autos vicentinos: *alhur* «em outra parte»; *aquecer* «acontecer; suceder casualmente» (cf. forma arcaica *acaecer*); *ende* «daí»; *porende* «por onde, ou pelo que»; *segre* «século»; *tamalavez* «um pouco»; *vegada* «vez».

Outras formas são classificadas como «antigas», inserindo-se nesta categoria os vocábulos *dello* «dele, disto»; *imigo* «inimigo»; *pezadume* «peso; opressão; pesar», entre outros.

A esta categoria, não muito numerosa, se juntam os termos sentidos pelo tratadista como «antigos», mas que têm ainda algum uso na época, ainda que sujeito a restrições sociais e diafásicas, as quais têm

relação com o processo de mudança operado na língua. Assim, são classificados como termos «antigos e plebeus» *barregar* «berrar»; *crasta* «claustro»; *empecilho* «obstáculo; óbice; embaraço»; *fruta* «fruta», *fruito* «fruto», etc., e como «antigos e vulgares» *demo* «diabo», *vezo* «costume», entre outros.

5. Conclusões

Nas reflexões que, ao longo da comunicação, empreendemos procurámos apreciar a importância que as questões diacrónicas assumem nos textos gramaticais e ortográficos setecentistas e avaliar o contributo dessa produção metalinguística para o conhecimento da língua da época.

Todo o linguista histórico tem consciência das dificuldades que encerra o conhecimento de fases pretéritas da língua. Salvaguardada a preferência metodológica que deve ser atribuída aos dados empíricos registados nas fontes textuais directas (que, também elas, colocam questões ao investigador, questões situadas no complexo plano das relações entre a língua escrita e a língua oral), os textos metalinguísticos e metaortográficos fornecem dados complementares em relação aos textos escritos onde estão documentados os usos reais da época a que esses textos correspondem.

Na produção linguístico-gramatical encontra-se documentado o conhecimento que o Autor de cada texto gramatical possuía do diassistema da língua da época e das mudanças por ela sofridas ou ainda em curso. No entanto, para fazer uma correcta ponderação e um adequado aproveitamento das informações (nem sempre coincidentes) fornecidas por cada obra gramatical ou ortográfica, é imperioso conhecer as concepções linguísticas de cada gramático, uma vez elas condicionam a opção por determinados critérios de correcção e a escolha de um determinado uso e sua codificação. Além disso, é particularmente significativa a avaliação que cada gramático ou ortógrafo faz de factos linguísticos concretos ou de fenómenos de mudança linguística. Essas informações são complementares em relação aos materiais que a análise linguística extrai das fontes textuais directas e, por isso, é através da complementaridade de informações que o historiador da língua deve esboçar o traçado da situação da língua em cada etapa do seu percurso histórico.

Bibliografia

- Argote, Jerónimo Contador de (1725): *Regras da lingua portugueza, espelho da lingua latina*, 2ª impressão, Lisboa Occidental: Na Officina da Musica.
- Assunção, Carlos (2000): *A Arte da grammatica da lingua portugueza de António José dos Reis Lobato. Estudo, edição crítica, manuscritos e textos subsidiários*, Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.
- Barros, João de (¹1540): «Gramática da língua portuguesa», em: Buescu, Maria Leonor Carvalhão (ed.) (1971): *Gramática da língua portuguesa. Cartinha, Gramática, Diálogo em louvor da nossa linguagem e Diálogo da Viciosa Vergonha*. Reprodução facsimilada, leitura, introdução e anotações, Lisboa: Publicações da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, pp. 57-155, 291-389.
- Boléo, Manuel de Paiva (1951): «Dialectologia e história da língua. Isoglossas portuguesas». *Boletim de Filologia*, 12, 1-44. O artigo foi incluído, com aditamentos, na obra do Autor, *Estudos de linguística portuguesa e românica*, 1,1. Coimbra: Acta Universitatis Conimbricensis, pp. 185-250.
- Buescu, Maria Leonor Carvalhão (ed.) (1971): *Gramática da língua portuguesa. Cartinha, Gramática, Diálogo em louvor da nossa linguagem e Diálogo da Viciosa Vergonha*. Reprodução facsimilada, leitura, introdução e anotações, Lisboa: Publicações da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Buescu, Maria Leonor Carvalhão (2000): «Les premières descriptions grammaticales du Portugais», em: Auroux, Sylvain / Koerner, E. F. K. / Niederehe, Hans-Josef / Versteegh, Kees (eds.): *History of the Language Sciences / Geschichte der Sprachwissenschaften / Histoire des Sciences du Langage*, Berlin / New York: Walter de Gruyter, pp. 756-764.
- Carmelo, Fr. Luis do Monte (1767): *Compendio de orthografia, com sufficientes Catalogos, e novas Regras, paraque em todas as Provincias, e Dominios de Portugal, possam os curiosos comprehender facilmente a Orthologia, e Prosódia, isto he, a Recta Pronunciaçam, e Accentos proprios, da Lingua Portuguesa: Accrescentado com outros novos catalogos, e explicaçam de muitos Vocabulos antigos, e antiquados, para intelligencia dos antigos Escritores Portuguezes; de todos os Termos Vulgares menos cultos, e mais ordinarios, que sem algũa necessidade nam se devem usar em Discursos eruditos; das Frases, e Dicçoens Cômicas de mais frequente uso, as quaes sem hum bom discernimento nam se-devem introduzir em Discursos graves, ou sérios, e finalmente dos Vocabulos, e diversos Abusos da Plebe, mais conhecidos, e contrarios ao nosso Idiotismo, os quaes sempre se-devem corrigir, ou evitar*. Lisboa: Na Officina de Antonio Rodrigues Galhardo.
- Casteleiro, João Malaca (1980): «A doutrina gramatical de Jerónimo Soares Barbosa», em: *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa*, Classe de Letras, 21, (Lisboa), pp. 197-214.

- Coseriu, Eugenio (1981): «Los conceptos de <dialecto>, <nivel> y <estilo de lengua> y el sentido propio de la dialectología», *Lingüística Española Actual*, 3,1, pp. 1-32.
- Coseriu, Eugenio (1991): *Língua e funcionalidade em Fernão de Oliveira*. Trad. do alemão de Maria Cristina de Motta Maia. Rio de Janeiro: Presença e Editora Universitária da Universidade Federal Fluminense.
- Fávero, Leonor Lopes (1999): «O saber da língua: gramáticas do século XIX», em: Gärtner, Eberhard / Hundt, Christine / Schönberger, Axel (eds.): *Estudos de História da Língua Portuguesa*, Frankfurt/Main: TFM (Biblioteca Luso-Brasileira), pp. 231-241.
- Feyjó, João de Moraes Madureyra (1734): *Orthographia, ou arte de escrever, e pronunciar com acerto a lingua Portuguesa*, Lisboa Occidental: Na Oficina de Miguel Rodrigues.
- Guitarte, Guillermo L. (1986): «La dimensión imperial del español en la obra de Aldrete: sobre la aparición del español de América en la lingüística hispánica», em: Quilis, Antonio / Nederehe, Hans-Josef (eds.): *The History of Linguistics in Spain*, Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins, pp. 129-187.
- Kossarik, Marina A. (2002): *Amaro de Roboredo: Methodo grammatical para todas as linguas*, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Leão, Duarte Nunez do (1576): *Orthographia da lingoa portvgvesa*, Lisboa: Per Ioão de Barreira impressor del Rei N.S.
- Leão, Duarte Nunez do (1606): *Origem da lingoa portvgvesa*, Lisboa: Impresso por Pedro Crasbeeck.
- Lobato, António José dos Reis (1770): *Arte da Grammatica da lingua Portuguesa, composta, e offerecida Ao Illmo e Excmo Senhor Sebastião José de Carvalho e Mello, Marquez de Pombal*, Lisboa: Na Regia Officina typografica (Citámos através de Assunção 2000).
- Maia, Clarinda de Azevedo (2001): «O tratamento das variedades do português nos gramáticos e ortografistas de Setecentos: especial referência a Monte Carmelo», em: Thielemann, Werner (ed.): *Século XVIII: Século das Luzes, Século de Pombal*, Frankfurt/Main: TFM (Biblioteca Luso-Brasileira, 21), pp. 33-50.
- Pinto, Adelina Angélica (1980/81): «A africada č em português: estudo sincrónico e diacrónico», *Boletim de Filologia* (Lisboa), 26, pp. 139-192.
- Pozuelo Yvancos, José María (1986): «Norma, uso y autoridad en la teoría lingüística del siglo XVI», em: Quilis, Antonio / Nederehe, Hans-Josef (eds.): *The History of Linguistics in Spain*, Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins, pp. 77-94.
- Quilis, Antonio / Nederehe, Hans-Josef (eds.) (1986): *The History of Linguistics in Spain*, Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins.
- [Verney, Luís António] (1746): *Verdadeiro metodo de estudar, para ser util à Republica, e à Igreja: proporcionado ao estilo, e necessidade de Portugal. Exposto em varias cartas, escritas polo R. P. * * * Barbadinho da Congregasam de Italia, ao R. P. * * * Doutor na Universidade de Coimbra*. Valença: Na Oficina de Antonio Balle.

Zamora, Juan C. (1995): «Renaissance Linguistics in Spain», em: Koerner, E. F. K. / Asher, R. E. (eds.): *Concise History of the Language Sciences. From the Sumerians to Cognitivists*, Oxford: Pergamon, pp. 157-161.

O progresso das ciências naturais nos Setecentos

Fernando Taveira da Fonseca (Coimbra)

**O Jardim Botânico no contexto
da Reforma Pombalina
da Universidade de Coimbra (1772)***

1. Se pretendêssemos assinalar o momento simbólico no qual se realizou a Reforma Pombalina da Universidade de Coimbra, teríamos que reportar-nos à data de 29 de Setembro de 1772, festividade de S. Miguel: na tarde desse dia, o Marquês Visitador apresentou a todo o corpo universitário reunido na Sala Grande dos Actos «o novo Estatuto, escrito em letra de mam e encadernado em Veludo com xapa de prata», depois de o secretário da Universidade o ter tirado de dentro de «huma bolça de Veludo cramezim guarnecida de borolas e galoens d'oiro» (Vasconcelos 1987: 348). Os reformadores haviam apontado, como causa primeira do atraso de que acusavam a Universidade, o texto estatutário pelo qual ela se regia até então, — que, na substância, era o promulgado em 1597 — os chamados *Estatutos Velhos*, como pode facilmente comprovar-se pela leitura do *Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra*, elaborado, em 1771, pela Junta de Providência Literária. Pombal não hesita mesmo em afirmar, na correspondência que manteve com D. Francisco de Lemos, que os juramentos feitos pelos monarcas anteriores, na sua qualidade de protectores da Universidade, pelo qual se obrigavam a «guardar os estatutos, privilégios, liberdades, usos e costumes» da escola (*Estatutos* (1653): liv. I, tit. I, § 13 e tit. IX, § único) lhes haviam sido «extorquidos com sacrílego atrevimento e igual ignorância» (Braga 1898: III, 441). Ao texto normativo agora promulgado era, por isso, atribuída uma natureza essencialmente regeneradora, nele se consubstanciando a essência da «nova fundação».

Não oferece dúvida, porém, que a Reforma da Universidade de Coimbra tem de ser encarada como um processo ainda longo que, a

* Desejo aqui deixar expresso o meu agradecimento às Ex.mas Senhoras Doutoras Maria de Fátima Costa Monteiro, Bibliotecária do Departamento de Botânica da Universidade de Coimbra, Ana Maria Bandeira, técnica superior do Arquivo da Universidade de Coimbra, e Virgínia Gomes, conservadora do Museu Nacional Machado de Castro pelo auxílio generoso e cordial que me prestaram na preparação deste trabalho.

montante, teve os seus pródromos em anteriores tentativas frustradas, em debates científicos, em medidas administrativas que o foram preparando; e, a juzante, levou o seu tempo a consolidar e, sobretudo, a traduzir em realidade alguns dos aspectos que o texto fundador preconizava. Sem que possamos deter-nos demasiado neste assunto, mencionemos apenas, no que aos antecedentes diz respeito, a vontade de reforma da faculdade de Medicina, bem expressa na intenção de D. João V de convidar o célebre professor da universidade de Leiden, Hermann Boerhaave, para o magistério coimbrão (Dias 1953: 276) ou nas opiniões formuladas pelos diversos membros do júri acerca dos opositores que entraram em concurso para a cadeira de Anatomia, em 1739, abrindo um debate que renasce nos anos seguintes (Santos 1991; Fonseca 1995: 946); o contributo — nem sempre isento de polémica — trazido pelos escritos de Ribeiro Sanches, de Jacob de Castro Sarmiento, de Luís António Verney (Andrade 1966), entre outros; o estrangulamento de que foi objecto o corpo dos professores, visível a partir da década de cinquenta do século XVIII, quando diversos concursos (1751, para Teologia, 1759 para Leis, 1765 para Cânones) não tiveram, com uma única excepção, qualquer consequência a nível de recrutamento ou de promoção de docentes (Fonseca 1995: 445; Braga 1898: III, 223). Sem esquecermos que, mesmo entre aqueles que mais duramente eram criticados pelo seu imobilismo, se encontram sinais anunciadores de adesão às novas concepções científicas. Na verdade, para Décio Ruivo Martins (2000), o edital do Reitor do Colégio das Artes de 1746, tantas vezes invocado como emblema da posição retrógrada dos jesuítas, deverá ser antes interpretado de outra maneira: a proibição de aderir às doutrinas de Descartes, Gassendo ou Newton

formalizada em termos tão vigorosos permite supor [...] que a sua redacção e inclusão naquele documento só se justificava porque, na realidade, os temas da Filosofia Moderna, e particularmente da Filosofia newtoniana, já constituíam objecto de análise nas aulas daquele Colégio, embora não oficialmente (Martins 2000: 198).

E corrobora a sua asserção mencionando o *Elenchus Quaestionum*, redigido em 1754 e extensivo a todos os colégios da Companhia da província portuguesa, o qual este autor define como «uma referência importante para a História do Ensino em Portugal», na medida em que um dos seus aspectos mais significativos se traduzia «na perspectiva moderna proposta para o ensino das matérias relacionadas com a Física» (Martins 2000: 199).

Finalmente não é possível dissociar a reforma dos estudos superiores de todo o conjunto de acções que tiveram como objecto a total remodelação dos estudos médios, após a expulsão dos jesuítas em 1759. É uma mesma intenção a que preside a estes dois momentos reformistas: reabilitar as letras humanas, fundamento essencial sobre que repousa a regeneração das ciências, e, desse modo, tornar feliz a Monarquia (Fonseca 1999).

Do tempo e esforço que implica a translação para a realidade de um programa consubstanciado em texto normativo — no caso vertente, os *Estatutos* de 1772 — daremos conta mais adiante, precisamente tomando com referência o Jardim Botânico, motivo principal desta comunicação. Importa, neste momento, traçar, à brocha larga, como diria Eça, algumas linhas que, a meu ver, definem as dimensões essenciais — política, científica e pedagógica, em estreita conexão — da Reforma de 1772.

Com a Reforma, de facto, implicando uma intervenção directa e exclusiva do poder régio — transferido para um ministro «plenipotenciário e lugar tenente» do monarca — atinge o seu auge um longo processo de instrumentalização da Universidade, bem expresso na formulação de D. Francisco de Lemos —

não se deve olhar para a Universidade como um Corpo isolado, e concentrado em si mesmo, como ordinariamente se faz; mas sim como hum corpo formado no seio do Estado [...] para animar, e vivificar todos os Ramos da Administração Pública; e para promover a felicidade dos homens (Lemos 1980: 232);

ou na doutrina expressa nos *Estatutos* de 1772, acerca da importância social dos graus académicos, os quais, afirmam os mesmos *Estatutos*, servem de

regra a ambos os Supremos Poderes, Espiritual e Temporal, para se governarem e regerem por elles no provimento de Dignidades, Benefícios, Ministerios e Empregos [...] sendo esse verdadeiramente o único fim, pelo qual os mesmos Supremos Poderes concederam ás Universidades a faculdade de conferir os dittos Grãos (livro I, tit. IV, cap. VI, § 2, p. 192).

Esta alta consciência do serviço do Estado reflecte-se no maior rigor dos requisitos de admissão, tendente a seleccionar um escol intelectual, na linha do que chamou o «malthusianismo ilustrado» que reservava a aprendizagem universitária a um número reduzido de indivíduos a quem deveria ser assegurado o pleno emprego.

Em termos científicos, a grande novidade foi a criação das duas novas faculdades de Matemática e Filosofia, assim introduzindo no elenco dos estudos superiores as ciências exactas e as ciências da natureza: conjuntamente com a Medicina, agora também remodelada nos seus fundamentos, passaram a constituir as chamadas faculdades naturais. Tão ou mais importante que, ou talvez mais do que, esta inclusão de novos conteúdos é o carácter propedêutico de que estes saberes se irão revestir também para as faculdades de Direito e de Teologia. Aos estudantes que pretendessem ingressar nestas últimas era exigido que estudassem «privativamente o Primeiro Anno do Curso Mathematico», no qual eram leccionados os Elementos de Geometria (que «são a Lógica, praticada com a maior perfeição que he possível ao entendimento humano») «como subsidio importante ao aproveitamento que devem ter nas respectivas faculdades» (*Estatutos* (1772), liv. III, parte II, tít. II, cap. I.); para os que pretendessem seguir Direito, era-lhes necessária também a frequência da cadeira de História Natural. Saberes propedêuticos e, como tais, dimensionadores da *forma mentis* que se queria implantar na universidade recriada.

A par dos conteúdos, uma profunda revolução no método e no que respeita às funções dos professores. Quanto ao método, os termos com que explicitamente ele é definido sintetizam-se na expressão sintético-compendiário-demonstrativa. Assim se opunha ao praticado anteriormente, que era textual, analítico, cíclico e cumulativo. Pretendia-se agora introduzir a progressão gradativa do mais simples ao mais complexo (nas matérias e nas cadeiras, rigorosamente escalonadas ao longo dos anos do curso); substituir os antigos textos — repositórios de temas, problemas, soluções e autoridades (tais como as compilações legislativas, as sumas, os escritos galénicos, os comentários) — por compêndios nos quais se expusessem os fundamentos de uma ciência que progressivamente se iam desvendando e desenvolvendo; abolir a forma tradicional de leccionação — a *lectio* e o ditado, dando origem à apostila — baseada em temas soltos colhidos nos textos, durante um ciclo de quatro anos, por um sistema contínuo e constantemente exploratório dos conhecimentos adquiridos pelos estudantes, de onde derivava um particular cuidado em verificar a sua assiduidade, implicando, pela primeira vez na história da universidade, a possibilidade de retenção no mesmo ano se o nível de aprendizagem não fosse satisfatório; substituir, na avaliação, as disputas, por interrogatórios conduzidos pelo método socrático.

Aos professores, organizados em «congregações» em cada uma das Faculdades, espécies de academias internas às quais competia não apenas a organização formal das tarefas docentes e de avaliação mas sobretudo a superintendência em tudo o que dizia respeito ao domínio científico, é incumbida a responsabilidade de serem igualmente «inventores» e, mormente no âmbito das faculdades naturais, irem incorporando nas suas lições os avanços da ciência, próprios ou alheios, e de organizarem para a disciplina de que fossem responsáveis o respectivo compêndio. Não deixa de haver, por isso, uma certa contradição entre a rigorosa, pormenorizada e impositiva regulamentação dos currícula, da ordem e conteúdo das cadeiras e esta, também obrigatória, abertura à novidade.

O carácter demonstrativo do novo método e o perfil definido para os professores tiveram uma dupla consequência prática. Primeiro, na reformulação do corpo docente: para além dos lentes — os titulares e os substitutos permanentes, na sua grande maioria recrutados propositadamente depois de afastados quase todos os que haviam servido antes da Reforma — vamos encontrar preparadores e demonstradores, os primeiros executando tarefas laboratoriais ou de manipulação e elaboração de peças museológicas, os segundos prestando um auxílio directo nas aulas pela ilustração prática das prelecções dos lentes, muitas vezes como primeiro patamar de uma futura carreira docente. Mas, fundamentalmente, as componentes de observação e de experimentação, postulavam a existência de estabelecimentos específicos onde elas pudessem ser eficazmente postas em prática. Assim é que, para os estudos médicos, se determinou a construção do Hospital, do Teatro Anatómico e do Dispensatório Farmacêutico; para a Faculdade de Matemática, a do Observatório Astronómico; para a de Filosofia, a dos Gabinetes de História Natural e de Física Experimental, do Laboratório Químico e do Jardim Botânico.

2. A História do Jardim Botânico da Universidade de Coimbra é bem a ilustração do que afirmámos na secção anterior. Formalmente, a sua criação está consignada nos *Estatutos* de 1772 (liv. III, parte III, tít. VI, cap. II, p. 266):

Ainda que no gabinete de História natural se incluem produções do reino vegetal; como porém não podem ver-se nelle as plantas senão nos seus cadáveres, seccos, macerados e embalsamados; será necessário para complemento da mesma Historia o estabelecimento d'um Jardim Botânico no qual se mostrem as plantas vivas.

Ordenava-se a seguir que se escolhesse o lugar mais apropriado para a sua implantação e que nele se cultivasse «todo o genero de plantas; e particularmente aquellas das quaes se conhecer ou esperar algum préstimo na Medicina, e nas outras artes».

Tratava-se, portanto não apenas de erguer uma construção apropriada; mas igualmente, e sobretudo, de a transformar em museu vivo, uma tarefa cujos limites não se traçavam, uma vez que se fala de nele cultivar «todo o género de plantas», incluindo as dos domínios ultramarinos, os quais, «têm riquezas immensas no que respeita ao reino vegetal». É evidente ainda, no passo transcrito, a estreita ligação que se estabelece entre o cultivo científico das plantas e a exploração da sua utilidade para as artes (ou seja, atendendo à sua rentabilidade económica) e fundamentalmente a sua aplicação nos domínios da Medicina, como elemento essencial que era, tradicionalmente, da matéria médica. Este carácter quase ancilar da Botânica relativamente à Medicina é reafirmado em ofício do Marquês de Pombal de 2 de Março de 1772 (Almeida 1937: 80): o ministro considerava que os estudos da faculdade médica, «antes escurecidos e infructuosos na mesma Universidade», não poderiam ser restabelecidos sem que fossem igualmente restaurados todos os outros «que preparam, auxiliam e conduzem ao perfeito conhecimento das disciplinas da sobredicta Faculdade», entre eles, naturalmente, «o exame das plantas e sério estudo das suas qualidades», o que tornava o «horto botânico» um dos estabelecimentos «mais necessários» (Cruz 1976: 81).

Não será, por isso, de estranhar que, no clima de querela científica — e mesmo de contestação ao ensino médico praticado na Universidade de Coimbra (que teve expressões nas críticas formuladas por Monravá y Roca ou Bernardo Santucci, mestres de cirurgia em Lisboa, ou em episódios de polémica interna com destaque para o que envolveu o lente Bernardo de Almeida Torres) — clima que se viveu nas décadas que antecederam a reforma de 1772, tenha sido um médico português, Jacob de Castro Sarmiento, exilado em Londres e aí membro do Royal College e da Royal Society, o primeiro que idealizou, em 1731, um plano para o horto botânico de Coimbra, entregando o seu desenho ao arquitecto E. Oakley e enviando-o, com dedicatória, ao Reitor Francisco Carneiro de Figueiroa, «nec non dignissimis eiusdem Academiae Professoribus»; nela expressamente afirmava que o horto botânico se havia de erigir «in Scientiae Naturalis et Medicinae Facultatis augmentum» (fig. 1). Não temos notícia de qualquer me-

mória descritiva que acompanhasse este plano, mas é evidente a sua intencionalidade, tendo em conta o perfil do seu inspirador, seguidor entusiasta das teorias do «cavalheiro Isaac Newton».

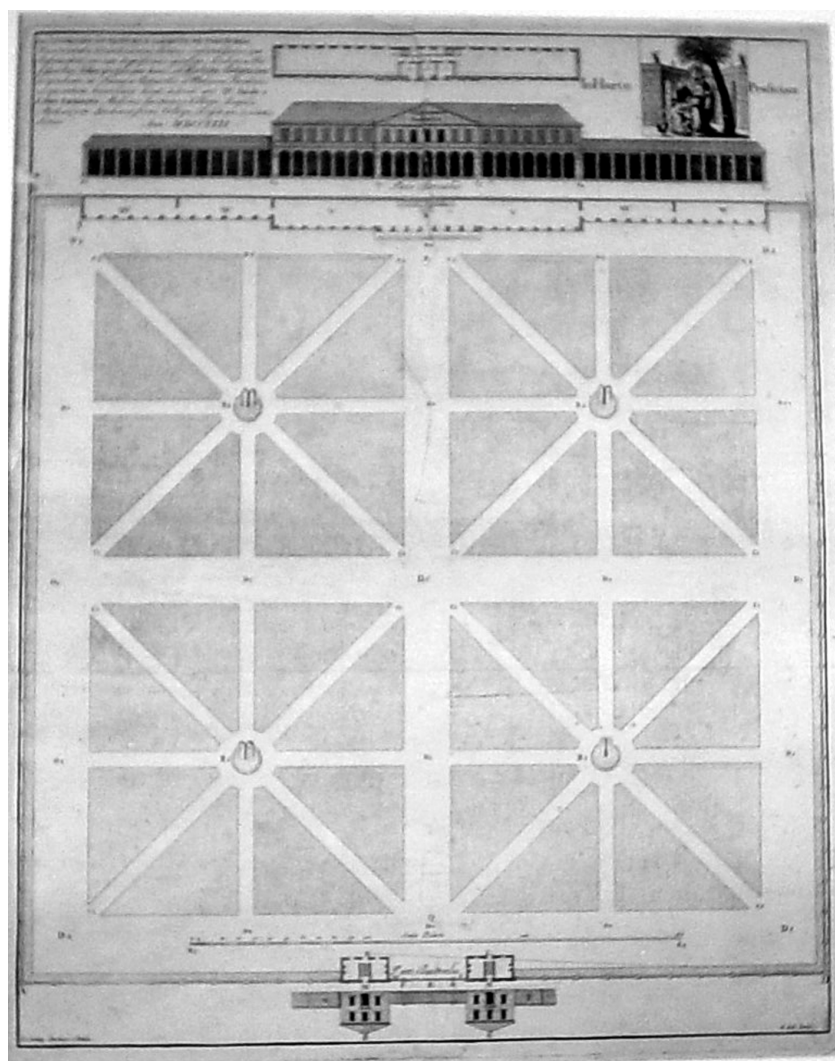


Fig. 1: Plano de um horto botânico para a Universidade de Coimbra, oferecido, em 1731, ao reitor e professores dela, por Jacob de Castro Sarmiento, médico português exilado em Londres e membro do Royal College e da Royal Society (Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra).

Terá sido esta concepção — a de um jardim essencialmente destinado a plantas medicinais — um dos motivos que levou o Marquês de Pombal a rejeitar o primeiro desenho que lhe foi apresentado. A história está já contada, com sólidos fundamentos documentais, quer por Júlio Henriques (1876), quer por Lígia Cruz (1976). Limitar-me-ei, portanto, ao essencial: decidida a construção, pensou-se que o melhor lugar para se efectuar seria uma parte da cerca do Colégio de S. Bento, a qual se estendia por um largo espaço em acentuado declive, desde o alto da colina, confinando com o aqueduto das águas da cidade e o edifício do próprio colégio, até ao rio Mondego. Uma primeira hipótese, indicada por Pombal, foi mesmo posta de lado por o terreno ser demasiado desnivelado e, depois de também se terem visto os inconvenientes de uma localização junto ao rio, optou-se por uma outra porção que entestava com os arcos do aqueduto que conduzia a água para a parte alta da cidade e com o caminho público que ia em direcção ao colégio S. José dos Marianos (dos carmelitas descalços) e ao seminário. Conserva-se, no Arquivo da Universidade de Coimbra, o desenho do terreno a adquirir e a utilizar, situado nas imediações do colégio dos beneditinos e fazendo parte da sua cerca, dele constando também uma porção ocupada por vinha, do lado sul, então pertença dos referidos carmelitas descalços e englobada na cerca do seu colégio, a qual viria posteriormente a ser adquirida para ampliar o espaço destinado ao Jardim (fig. 2).

Na escolha do local, feita por ser menos difícil adaptar o terreno e pela conveniência de mais comodamente para ele se poder conduzir a água indispensável, intervieram o Reitor, D. Francisco de Lemos, e os professores de Ciências Naturais, os italianos Domingos Vandelli e António Dalla Bella. Escolheram-se louvados e fez-se a estimativa do preço, chegando o dinheiro a ser depositado: na hora, porém de ser entregue aos padres bentos o que fora estipulado, estes, «de *commum accordo*, e unanime consenso» ofereceram «com o maior gosto» todo o terreno que havia sido demarcado

estimando pella maior utilidade, a que lhes dava a sua feliz situação, de poderem concorrer, ainda que com uma tam pequena parte, para hum estabelecimento tam interessante, nam só á Nova Universidade [...] senão também a todo este Reino (Cruz 1976: 87).

O Marquês ironizou a propósito desta generosidade — os beneditinos teriam oferecido uma parte, aterrados ao pensarem que lhes iam subtrair toda a sua cerca — mas não se poderá pôr de lado a hipótese de

uma sincera adesão ao projecto reformista por parte de uma congregação que internamente se mostrara sensível às novas tendências mentais, conforme demonstrou Oliveira Ramos (1984).

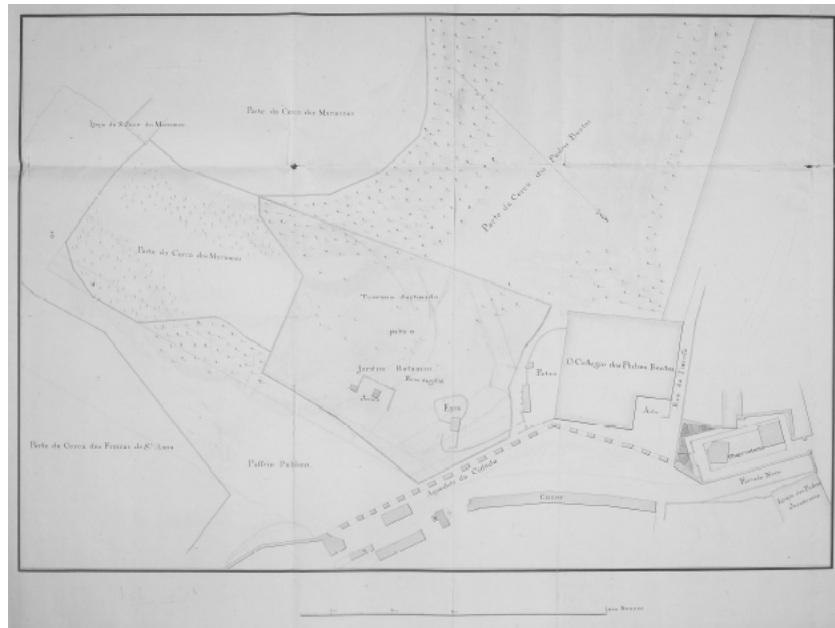


Fig. 2: Planta do terreno a adquirir aos monges de S. Bento para nele implantar o Jardim Botânico (1772) (Arquivo da Universidade de Coimbra).

Estávamos, à data desta doação, em 4 de Agosto de 1774. Já então havia sido elaborado o plano para o novo Jardim: o seu desenho fora delineado sob a inspiração dos mesmos professores italianos pelo coronel Guilherme Elsdon, figura maior em toda a planificação e execução das obras da Reforma. A planta é presumivelmente a que hoje se conserva no Departamento de Botânica de Coimbra e que foi estudada por Jorge Paiva e Joaquim Tomaz M. Pereira (1989) (fig. 3): um vasto quadrado, com dois espaços rectangulares que o ladeavam, formando, no seu conjunto, uma figura de 170 m x 110 m, um outro destinado a bosque (arboreto), a artística disposição dos canteiros, a profusão de fontes de repuxo (18 no total), uma das quais, no centro do quadrado, de dimensões monumentais, tornavam-no, no pensar do Marquês de Pombal, incomportável em termos económicos, fruto da «vasta Fantasia» dos professores italianos, gente «costumada a ver deitar para o ar

centenas de mil cruzados de Portugal em Roma» e convencida de que «tudo o que não he excessivamente custozo, não he digno do nome portuguez, ou do seu nome delles».

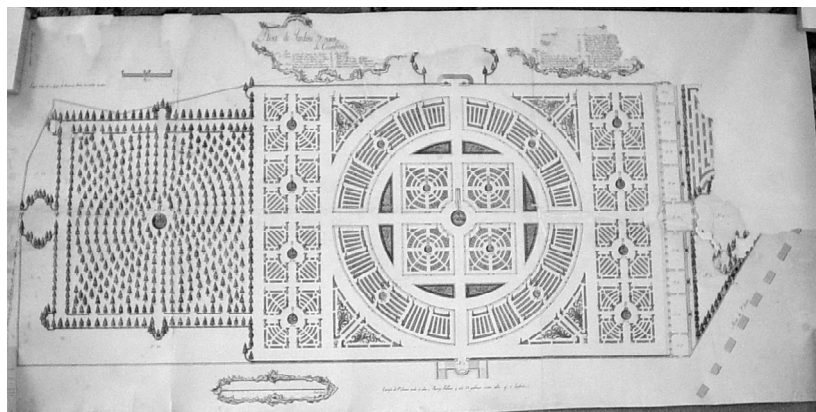


Fig. 3: Plano original do Jardim Botânico (1772) rejeitado pelo Marquês de Pombal por julgá-lo demasiado dispendioso (Departamento de Botânica da Universidade de Coimbra).

Mas a recusa do Marquês relativamente a este projecto era também filha, como já assinalámos, de uma concepção restrita acerca da função de um jardim botânico. Para ele, o jardim teria de adequar-se à sua finalidade específica e o que ele sabia dos jardins de universidades estrangeiras (de Inglaterra, da Holanda, da Alemanha e mesmo da de Pádua) é que eles eram

reduzidos a hum pequeno recinto, cercado de muros, com as commodidades indispensaveis para hum certo numero de Ervas Medicinaes, e próprias para o uso da Faculdade Medica; sem que se excedesse dellas a comprehender as outras Ervas, em que se tem derramado a Curiozidade já vicioza, e transcendente dos sequazes de Linneo.

Como consequência, ordenava ao Reitor que mandasse «delinear outro Plano, reduzido somente ao numero de Ervas Medicinaes» indispensáveis aos exercícios botânicos e à instrução dos estudantes médicos, «deixando para outro tempo o que pertencer ao Luxo Botânico» (Almeida 1937: 104). Era outra a concepção de Vandelli, por ele formulada num opúsculo editado em 1788, a *Memória sobre a utilidade dos Jardins Botânicos a respeito da agricultura e principalmente da cultura das charnecas*, cujo título, só por si nos dá uma outra di-

menção da utilidade de que eles, no seu entender, poderiam revestir-se. Refere então:

Quão grande seja a utilidade de hum Jardim Botânico (alem do gosto de ver juntas as plantas de todas as partes do mundo, e do proveito que dellas recebem, a Medicina, as Artes, o Commercio &c.) para a Agricultura, só o ignora aquele, que não sabe quantas plantas de regiões remotas por meio dos Jardins são hoje commuas, e ordinarias na Europa (Vandelli 1788: 295).

E dava o exemplo de ingleses e franceses que «tem [...] reconhecido a maior parte das plantas que nascem nas suas conquistas da América, e tem tirado immensa utilidade, e cada vez poderão tirar mais lucro» (Vandelli 1788: 296). E Brotero, que nesse mesmo ano de 1788, dava a lume, em Paris, o seu *Compêndio de Botânica*, assinalava, no Prólogo, que esta ciência, e as demais da história natural, eram «em toda a Europa summamente cultivadas pelo muito que são úteis ao progresso dos conhecimentos humanos, e às commodidades da vida social» (Brotero 1788). Alguns anos mais tarde (em 1807), irá referir-se expressamente às funções de um jardim botânico, exprimindo então um pensamento que provavelmente sempre fora o seu:

Os fins dos jardins botanicos não são, como alguém diz, restrictos puramente ao conhecimento das plantas medicinaes; elles são summamente amplos, porque alem da instrucção dos alunos de Pharmacia e Medicina, envolvem tambem a dos que se dão a differentes artes, a diversos ramos da Agricultura e á Botanica philosophica. As suas utilidades não se limitam ainda somente a isto; porquanto elles são um repositório de plantas raras e preciosas, principalmente exoticas, e aonde de mais d'isso costumam de todas as provincias nacionaes recorrer os pharmaceuticos, differentes agricultores e pessoas ricas curiosas de promover a cultura de algumas plantas para bem das artes e do commercio.

Estas utilidades pois serão tanto mais avultadas, quanto maior for o numero de differentes especies, que nesta sorte de jardins houverem; tal é a opinião geral dos maiores botanicos, principalmente do grande Linneo, que chegou mesmo a attribuir a causa da instituição dos Jardins botanicos ao grande numero de plantas (Henriques 1876: 19).

Que peso terá tido a opinião do Marquês de Pombal e que consequências terão derivado da sua determinação de se fazer um plano mais modesto? Veremos esse assunto um pouco mais adiante.

Na altura da aquisição do terreno para a implantação do Jardim, estavam já em curso as obras dos outros estabelecimentos cuja criação fora determinada pelos Estatutos, subordinada a sua execução a um pormenorizado *Regimento* elaborado por D. Francisco de Lemos, com data de 10 de Janeiro de 1773 e aprovado pelo Marquês de Pombal a

18 do mesmo mês (Dias 1984). O *Regimento*, provavelmente inspirado, segundo Pedro Dias, nalgum outro que deveria existir — basta pensarmos na reconstrução de Lisboa depois do terramoto — não apenas subordinava todos os procedimentos a uma rígida organização, definindo níveis de responsabilidade, como também promovia a celeridade e rigor da sua execução, estipulando que as remunerações a operários e mestres tivessem em conta os seus níveis de competência e diligência, verificados e anotados semanalmente em três escalões de bom, suficiente e mau, de cujas combinatórias resultaria o estipêndio efectivo a ser pago, ou, em casos de má prestação reiterada, a exclusão.

Quando, em 1777, D. Francisco de Lemos envia à rainha, em defesa da Reforma cujos inimigos ganhavam novo fôlego agora que o Marquês de Pombal caíra em desgraça, a sua *Relação Geral do Estado da Universidade*, anexa-lhe um outro volume no qual dá conta do estado em que se encontravam as obras, juntando as respectivas plantas. Do seu estado de adiantamento podemos dar-nos conta quer pela menção explícita de estarem concluídas, quer pelo montante das despesas feitas com cada uma delas (quadro I).

Quadro I: Relação do estado das obras da Reforma, em 1777, e despesas com elas efectuadas

Obra	Duração	Estado	Despesa (contos de réis)
Edifícios das Ciências Naturais	1773-1777	Completos	45,47
Laboratório Químico	1773-1777	Completo	10,80
Hospital	1775-1777	Completo	11,44
Observatório Astronómico	1773-1777	Em curso	18,96
Observatório Interino			0,24
Tipografia Académica	1773-1777	Completa	14,61
Jardim Botânico			1,35
Colégio das Artes		Completo	6,44
Paço das Escolas		Em curso	15,34
Junta da Fazenda — edificio interino			1,39

O conjunto dos desenhos anexados à *Relação Geral*, de dimensões incomportáveis para uma edição em tamanho original (o maior destes planos, o das estufas, mede 1.920 mm x 870 mm), foi publicado em

reproduções fotográficas por Matilde de Sousa Franco (1983). É nele que se encontra um outro projecto – um «Risco do Jardim Botânico para a Universidade de Coimbra», assinado por Júlio Mattiazi, o jardineiro que viera expressamente de Lisboa para cuidar da organização do plantio das espécies (fig. 4). À primeira vista, parece idêntica à primeira. Mas tem diferenças: apresenta menor número de repuxos (apenas 12) e inclui o desenho do gradeamento e do pórtico de entrada, para além de outras de pormenor, como seja a disposição das plantas das árvores no bosque anexo e a configuração dos canteiros que rodeiam o grande quadrado. Na opinião de Jorge Paiva e Joaquim Tomaz (1989: 9) tratar-se-ia de um outro plano, mas muito próximo do anterior, que teria sido, em relação a este último, o inspirador e, consequentemente, o original de 1772.

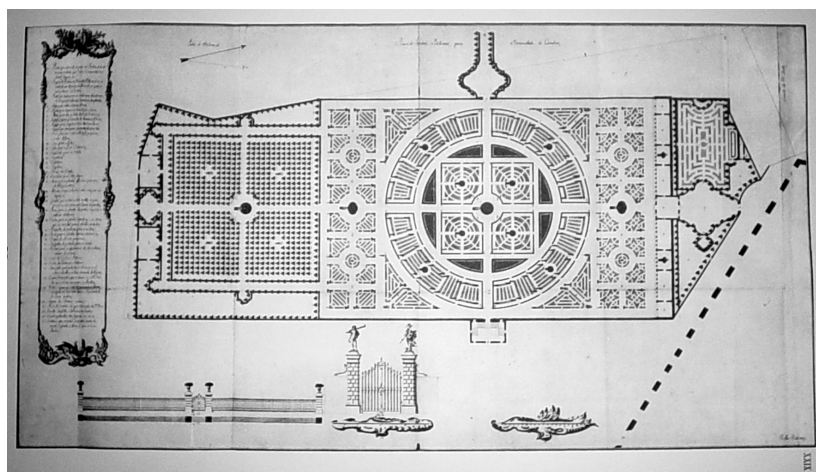


Fig. 4: Desenho do Jardim Botânico que acompanhou, em 1777, a *Relação Geral do Estado da Universidade*, redigida por D. Francisco de Lemos em defesa da Reforma Pombalina (Franco, Matilde Pessoa de Figueiredo Sousa, 1983: *Riscos das obras da Universidade de Coimbra*).

É evidente, contudo, que muitos dos desenhos que D. Francisco de Lemos apresentou em 1777 terão sido os elaborados originalmente para as obras que se executaram, algumas das quais estavam já, como vimos, concluídas nesse ano. Esta evidência deriva do facto de encontrarmos a rubrica autógrafa de Pombal aposta ao desenho nº XXVIII, aquele que precede imediatamente as duas plantas referentes ao Jar-

dim e à Estufa. A existência de um outro álbum, no Museu Nacional de Machado de Castro, de mais reduzidas dimensões, do qual não constam plantas referentes nem ao Jardim nem à Estufa, mas no qual a rubrica do Marquês está também apenas nas duas últimas, permite mesmo formular a hipótese de que todos estes riscos tenham sido delineados aquando do início das obras, em mais do que uma cópia, tendo-os D. Francisco de Lemos reunido quando escreveu a sua célebre *Relação Geral*. O que afinal resulta, porém, é que a ideia inicial — em 1777 já não seria de temer qualquer reacção de Pombal — terá sido efectivamente a inspiradora de toda a construção do Jardim, que foi demorada e entrecortada de dificuldades.

Das declarações do Reitor, em 1777, e do elenco das despesas com a mão-de-obra colhe-se que as dificuldades em preparar o terreno faziam com que a do Jardim Botânico fosse então de todas a menos adiantada: «As desigualdades do Terreno», diz ele, «faziam ser necessário mais trabalho; por isso o que se tem feito até aqui é entulhar as partes baixas para reduzir o mesmo Terreno à igualdade possível». Mas continua:

Dezejando porem que, interinamente, não faltassem Plantas Vivas para as Demonstraçoens de Historia Natural, fiz ordenar no referido Terreno hum pequeno Jardim; para o qual se transplantaram do Jardim Real de Lisboa muitas Plantas, que se cultivam para o dito fim (Franco 1983: 20).

Foi efectivamente uma tarefa ingente a de terraplanar a vasta quadra que constitui o coração do Jardim, onde se enterraram muitos dos entulhos provenientes das demolições a que foi preciso proceder nos edifícios que se adaptaram aos novos usos (o Colégio de Jesus, o Colégio das Artes, os edifícios existentes no Castelo).

As obras continuaram e também a aquisição de mais alguns terrenos para que o jardim ficasse mais regular. Só em 1790, porém, ficou completo o que ainda se chama hoje o «quadrado central». De 1791 é a inscrição laudatória a D. Maria I como «Largiss[ima] Scient[iarum] Fautrix» que encima o pórtico sobranceiro ao quadrado para o lado nascente, obra que terá ficado concluída, juntamente com as outras que ornamentam os restantes lados, em 1794. Ao mesmo tempo, contudo, que se procedia aos primeiros arranjos, começou a pesquisa para o abastecimento de água, essencial ao jardim. De 27 de Fevereiro de 1781 é o «Mappa topografico do arcoducto que se há de fazer para se introduzir a agoa no jardim Botanico», assinado por José Carlos Mas-sedo [?], que derivaria do aqueduto da cidade, ficando o ponto de ori-

gem a cerca de 132 metros (600 palmos) da entrada do Jardim, defronte do Mosteiro de Santa Ana (fig. 5). Mas o problema da água não ficara ainda resolvido, uma vez que, em 1798, a Junta da Fazenda encomenda aos mestres Manuel Alves Macomboia e António Baptista Freire que, separadamente, façam um relatório acerca do estado da captação que se fazia em Celas e do que seria ainda necessário realizar.

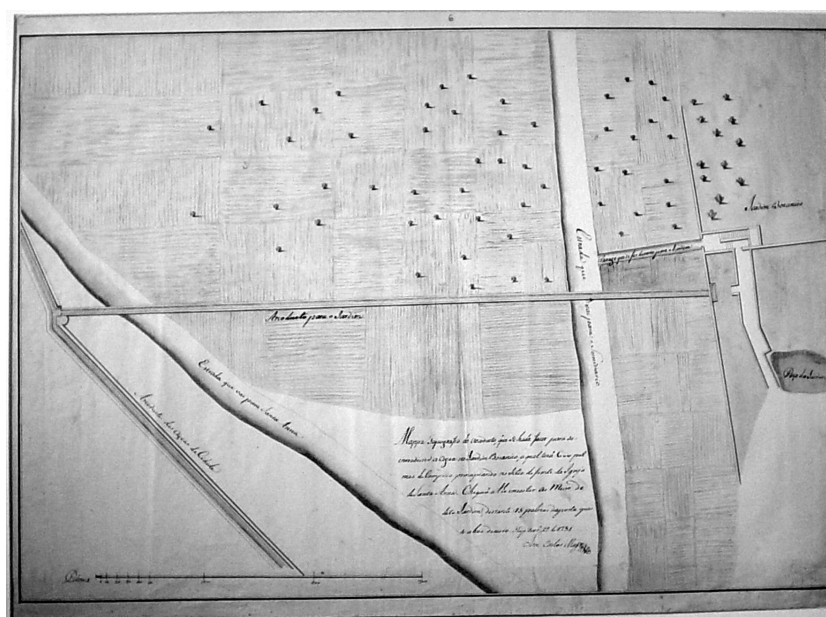


Fig. 5: Projecto para abastecimento de água ao Jardim, a partir do aqueduto da cidade (Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra).

O mesmo Manuel Alves Macomboia havia traçado, em Abril de 1791, um risco para uma estufa condigna, uma vez que a que existia era pequena e insuficiente, esboçando um projecto com duas alternativas (fig. 6). A afirmação de Maria de Lurdes Craveiro de que este projecto terá sido executado por haver notícia de obras que a seguir se fizeram é contestada por Sousa e Fonseca com base na planta desenhada em 1807 (fig. 7), na qual o desenho da estufa, dizem, «não corresponde, de maneira nenhuma, ao projecto do mestre architecto Manuel Alves Macamboia» (Sousa / Fonseca 1993: 5). O problema da estufa apenas se resolveu definitivamente em meados do século XIX,

datando de 1856 a autorização governamental para a sua construção, tal como hoje a vemos.

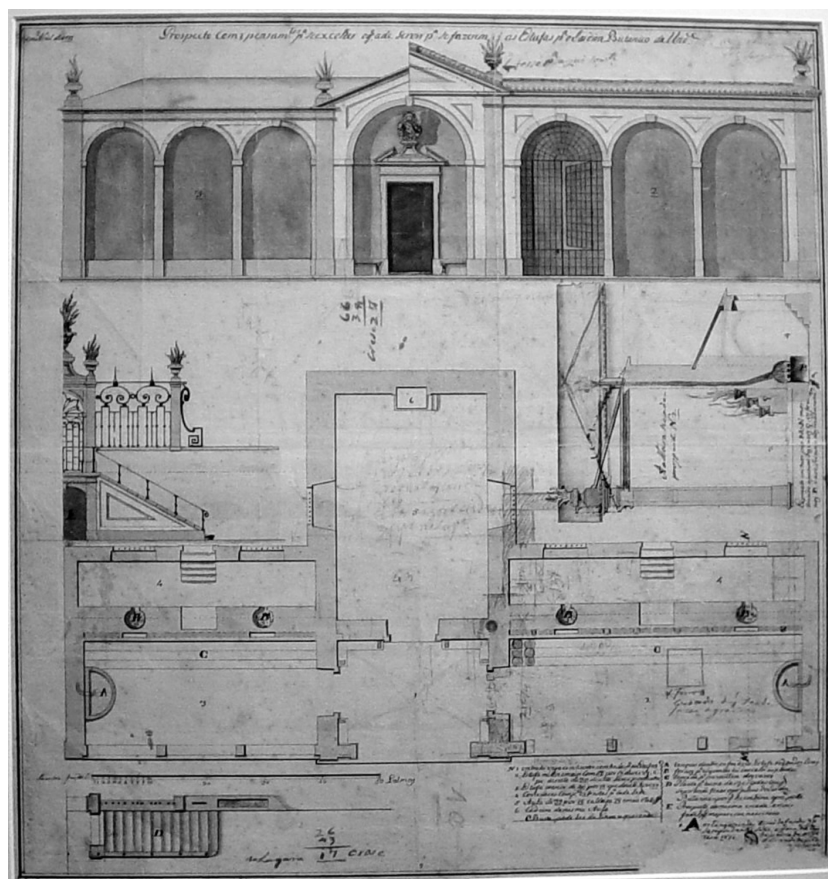


Fig. 6: Risco para a estufa do Jardim Botânico, da autoria de Manuel Alves Macombo (Abril de 1791) (Museu Nacional de Machado de Castro).

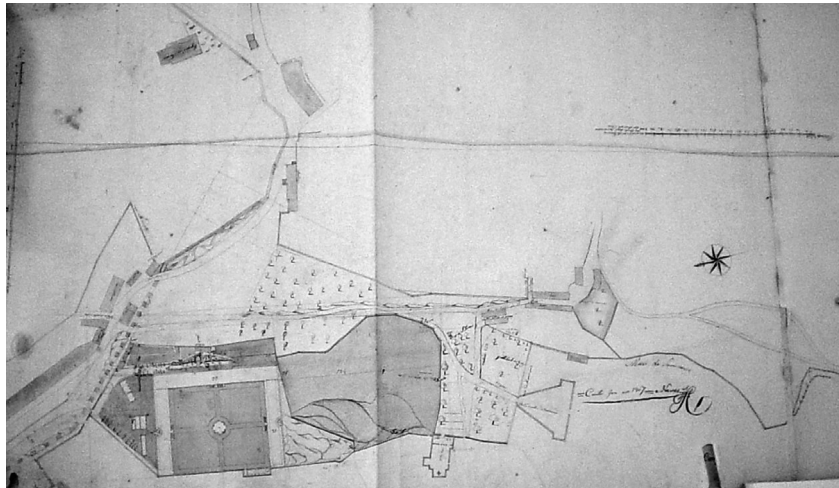


Fig. 7: Planta do jardim desenhada em 1807, incluindo já o terreno comprado aos religiosos de S. José dos Marianos (Departamento de Botânica da Universidade de Coimbra).

A recondução de D. Francisco de Lemos como Reitor, em 1799, relançou as obras do Jardim (embora elas tivessem continuado nos reitorados anteriores). Foi ele que mandou «levantar a planta deste estabelecimento; e levou a effeito a compra de parte do cêrco dos Marianos, para dar ao Jardim forma mais regular» (cf. Fig. 7). E consultou Brotero, que desde 1791 era lente da cadeira de Botânica e Agricultura, substituindo Vandelli, «sobre o plano que devia ser seguido para dar à Universidade um Jardim condigno» (Henriques 1876: 18). Brotero responde-lhe dando conta da sua concepção acerca das finalidades dos jardins botânicos, a que atrás já nos referimos, e indicando as partes essenciais e secundárias de que aquele que se construía devia constar (fig. 8). As essenciais: a «escola methodica» (E) (anotando: está feita, com muros, varandas e portas de ferro); o parterre (P) — grupos sem ordem científica contribuindo para a decoração e conservação de muitas espécies (quase estabelecido); estufa quente e temperada (T) (está feita a temperada); lugar para sementeiras (S); «lamedas» e bosquetes (L); depósitos de água. Como secundárias: a aula, o lugar para a cultura de plantas medicinais, a decoração, e as casas para o professor, o jardineiro e o guarda.

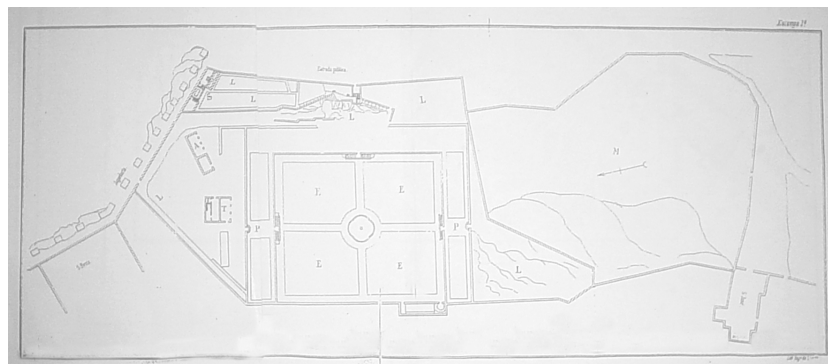


Fig. 8: — Esquisto elaborado por Júlio Henriques, indicando as várias secções do Jardim (E – Escola metódica; P – Parterre; T – estufa quente e temperada; S – lugar para sementeiras; L – «lamedas» e bosquetes) (Henriques, Júlio (1876): *O Jardim Botânico da Universidade de Coimbra*).

O ritmo das obras, porém, iria ser duramente afectado pelas invasões francesas. Mas retomaria logo depois, tendo, de 1814 a 1821, sido realizadas, no dizer de Júlio Henriques, «as obras mais importantes que em todo tempo se têm feito no Jardim»: construiu-se «a majestosa gradaria que o resguarda», com ferro vindo de Estocolmo (no valor de 6.732\$645 réis); os três terraplanos entre a rua central e a superior; plantou-se a mata e preparou-se «mais ou menos» o lugar para a escola das plantas medicinais. De 1818 é o desenho do pórtico principal (fig. 9), também com duas hipóteses de execução, tendo sido fielmente levada à prática a que veio a ser aprovada; de 1822 é a feitura do pórtico Sul. De data próxima (embora não a saibamos exactamente), será igualmente o desenho do plano de pormenor para «os socacos que estão em o 3º plano», com diversos elementos estruturais e ornamentais hoje visíveis na realidade, mas cujo autor desconhecemos também (fig. 10).

Poderá dizer-se que o essencial do Jardim Botânico terá sido iniciado e concluído por D. Francisco de Lemos, o obreiro, no terreno, da Reforma Pombalina, cuja matriz científica perdurará na Universidade até aos inícios do século XX. O entusiasmo que este Reitor colocou desde a primeira hora na execução das tarefas materiais da «nova fundação», renovou-se aquando do seu segundo reitorado, canalizando para a construção do Jardim Botânico recursos avultados, ou mesmo exagerados no dizer de alguns dos seus críticos. O estudo do ritmo dos trabalhos que se efectuaram entre 1814 e 1822, e que, na prática, de-

ram ao Jardim a configuração que ele hoje tem, dispõe de fundos documentais importantes mas é tarefa que não cabe nos limites de que actualmente dispomos. O nosso interesse foi, isso sim, dar conta da matriz científica e institucional que marcou esta realização, assinalando igualmente alguns dos seus obreiros mais eminentes, o que nos leva ao ponto seguinte.

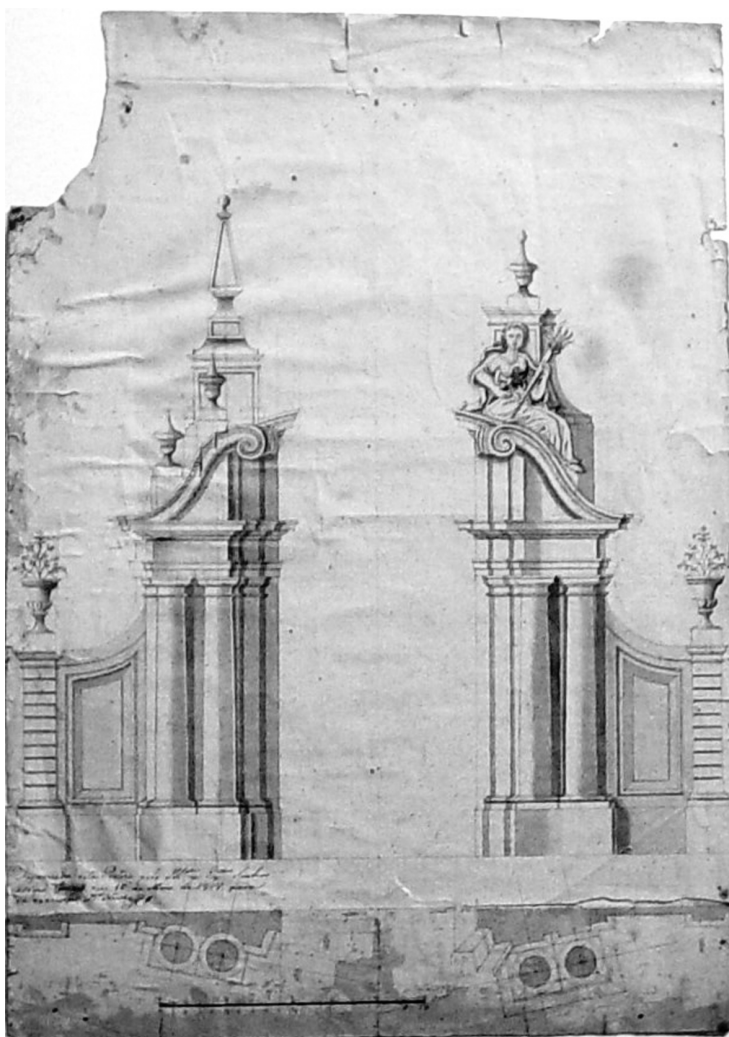


Fig. 9: Risco para o pórtico principal (1818) com duas alternativas, de que foi executada a que se vê do lado esquerdo (Museu Nacional de Machado de Castro).

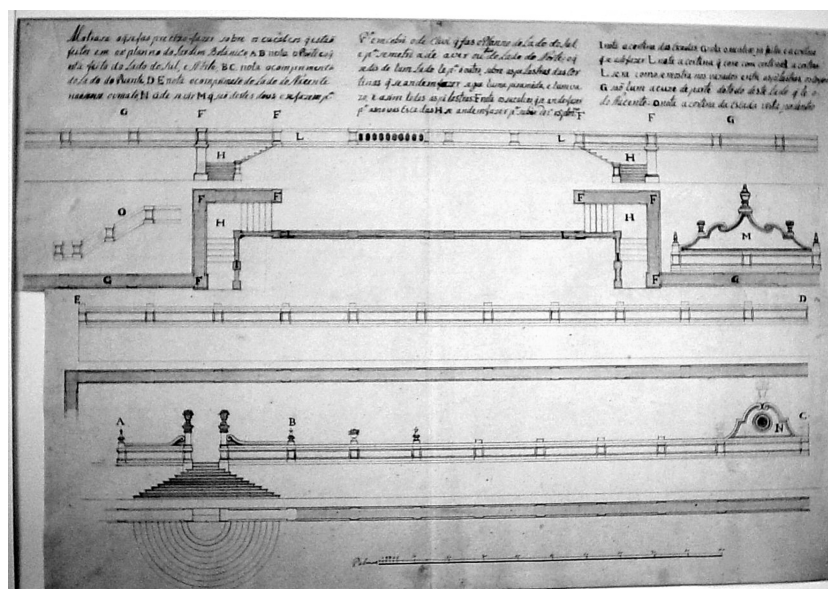


Fig. 10: Plano de pormenor «para os socalcos que estão em o 3º plano» (c. 1818), com ornamentos que hoje se vêem aplicados (Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra).

3. Figuras centrais em todo este processo foram, inegavelmente Domingos Vandelli, o professor paduano que Pombal chamara e que era amigo pessoal de Lineu com quem se cartou («tu [...] qui in re naturali solidissimus es, in inquirendo indefessus, in pulcherrime dipingendo dexterrimus», diz dele o sábio sueco); e Félix de Avelar que no seu exílio parisiense com Francisco Manuel do Nascimento adoptou o epíteto — que lhe ficou depois como nome principal transmitido à sua família — de Brotero, o «amigo dos mortais». Não tenho capacidade para falar da sua valia científica, do seu contributo para o conhecimento da flora portuguesa e para as viagens filosóficas — apenas poderei louvar-me nos especialistas que afirmam terem sido do maior relevo — mas, numa reunião em que a língua é o centro das reflexões, não poderia deixar de transcrever o seu testemunho valioso precisamente acerca dos problemas que então se colocavam ao cientista em termos de traduzir em linguagem perceptível o conteúdo do seu saber.

De Vandelli, no seu Diccionario de termos técnicos de Historia Natural (1788):

Neste século he a Historia Natural mais cultivada, que nos passados, o que demonstrão as grandes e interessantes descubertas e o avultado numero de Museos. No século passado, e no princípio do presente havião muitos Museos de medalhas, dos quaes agora há poucos, e preferem-se os de Historia Natural. [...] Pelo que sendo este estudo tão útil e necessario, e digno de que muitas pessoas se applichem a elle, e constituindo huma das suas maiores difficuldades na intelligencia dos termos, de que os Naturalistas, e principalmente o Cel. Linnéo fazem uso; e por isso me determinei com a maior clareza possível, a traduzilos na nossa língua. Esta obra divide-se em Terminologia 1. dos Mammaes. 2. das Aves. 3. dos Peixes. 4. dos Amphibios. 5. dos Insectos. 6. dos Vermes. 7. da Botânica. 8. e da Mineralogia. [...] Para facilitar pois o achar-se promptamente a explicão (sic) de cada termo, haverá no fim dous Índices geraes, que redusirão esta obra a hum verdadeiro Diccionario; accrescendo a isto todas as figuras necessárias para mais facilitar a intelligencia dos termos (Vandelli 1788: IV).

De Brotero, no Prologo do seu *Compendio de Botanica* (1788):

A Botanica como todas as mais partes de Historia Natural sam hoje em toda a Europa summamente cultivadas pelo muito que sam úteis ao progresso dos conhecimentos humanos, e às commodidades da vida social. [...] Entre nós contudo os princípios desta Sciencia tem sido athe agora somente conhecidos em latim, e daqui resulta que todos os que ignoram esta língua, ou tem fracas luzes della, ficam privados de adquirir as noçoens de huma sciencia que muitas vezes em razam do seu estado lhes sam absolutamente necessarias. Desejando pois obviar este obstáculo, e facilitar geralmente o estudo dos vegetais entre nós, cuidei de escrever o presente Compendio fundado nos trabalhos dos melhores Botanicos modernos e nas minhas proprias observaçoens, o qual, segundo me parece, poderá ser util nam so aos que ignoram a lingua latina, mas ainda aos que a sabem e tem ja alguns conhecimentos em Botânica. [...] Na tradução dos termos latinos segui os nossos Diccionarios, e me aproveitei de algumas palavras dispersas pelas nossas Provincias, que senam acham ainda em Diccionario algum; muitas vezes fui obrigado a formar novas do latim [...] Talvez serei em algumas notado pelo vulgo; mas pouco importa; todos os termos que formei tem o cunho Portuguez, e foram innovados segundo o génio da Lingua; demais as línguas das Sciencias sam hum puro effeito da convençam dos sábios, e nam poderam jamais ser a linguagem do vulgo, que nam as estuda e so as conhece athe hum certo ponto: a necessidade de explicar com clareza, concisam, e propriedade huma infinidade de ideias, que elle nam tem, fará sempre em todas as Sciencias termos barbaros aos seus ouvidos, e indispensaveis aos sábios e aos que sam nellas iniciados (Brotero 1788: VI).

4. Porque de um jardim se tratou, seja-me permitida a ousadia de terminar evocando o final do magnífico romance de Umberto Eco: *stat rosa*. O Jardim permanece, na multiplicidade dos seus encantos, testemunho de um tempo e da força de um projecto, vivo na riqueza dos seus espécimes que, ano a ano, se renovam com o giro de Cronos e a magnanimidade de Flora; mundo vário, vindo de muitos mundos e confluindo em um só espaço, no qual se mostra ao olhar perscrutador do cientista ou se oferece ao prazer do visitante deslumbrado. E também lugar de referência emblemático para as sucessivas gerações de estudantes que a Coimbra vieram viver o melhor da sua juventude, entre livros e convívios. Oásis de tranquilidade que João Mínimo, o Garrett universitário dos verdes anos, assim vivenciou e vazou no poema «Madrugada. No Jardim Botânico de Coimbra»:

Neste sagrado a Flora, almo recinto
Trono e delícias dela,
Aqui onde o perfume saudável
Respiro de mil flores,
Como sinto embeber-se-me a existência
Em cada trago destes
Que os sequiosos pulmões, téqui só fartos
De ar pestilente e mau,
Deste suave e puro ávidos sorvem,
E com ele o remédio
Ao trabalhado, enfraquecido peito,
Ao mui pausado sangue!
Quanto é doce à fagueira, amena sombra
Dos variados arbustos,
Coa fresquidão das plantas rociadas
Das lágrimas da Aurora,
Nos prazeres cevar da Soledade
O descansado espírito!

Ano após ano, sabiam os escolares que, por Maio ou Junho, depois que florescia o tulipeiro da Virgínia, a «árvore do ponto», se dobravam as suas canseiras na prestação das provas; mas sabiam igualmente, e sabemos-lo nós também, que em dias mais escuros, naquele remanso se poderia refazer o espírito, contemplando a beleza exuberante de árvores e flores ou, talvez, trocando doces confidências.

Bibliografia

- Almeida, Manuel Lopes ([1937] 1979): *Documentos da Reforma Pombalina*, Vol. 1: 1937, Vol. II: 1979, Coimbra: Por Ordem da Universidade.
- Andrade, António Alberto (1966): *Vernei e a cultura do seu tempo*, Coimbra: Por Ordem da Universidade.
- Araújo, Ana Cristina (ed.) (2000): *O Marquês de Pombal e a Universidade*, Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Araújo, Ana Cristina (2000): «Dirigismo cultural e formação das elites no Pombalismo», em: Araújo, Ana Cristina (ed.): *O Marquês de Pombal e a Universidade*, Coimbra: Imprensa da Universidade, p. 940.
- Braga, Teophilo (1898): *Historia da universidade de Coimbra*, 4 vols., Lisboa: Academia Real das Ciências.
- Brotero, Félix de Avelar (1788): *Compendio de Botânica ou Noções elementares desta sciencia, segundo os melhores escritores modernos, expostas na língua portuguesa*, Paris: s. e.
- Carvalho, Joaquim Augusto Simões de (1872): *Memoria Histórica da Faculdade de Philosophia*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Compêndio histórico do estado da universidade de Coimbra (1771)* (1972), Coimbra: Por Ordem da Universidade.
- Craveiro, Lurdes (1990): *Manuel Alves Macomboa architecto da Reforma Pombalina da Universidade de Coimbra*, Coimbra: Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras.
- Cruz, Lúcia (1976): «Domingos Vandelli. Alguns aspectos da sua actividade em Coimbra», em: *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*.
- Dias, José Sebastião da Silva (1953): *Portugal e a cultura europeia*, Separata da Revista *Biblos*, Coimbra: Faculdade de Letras.
- Dias, Pedro (1984): «O Regimento das obras da Universidade de Coimbra ao tempo da Reforma Pombalina», em: *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra* VI, pp. 335-348.
- Estatutos da Universidade de Coimbra (1653)* (1987), Edição facsimilada, Coimbra: Por Ordem da Universidade.
- Estatutos da Universidade de Coimbra (1772)* (1972), Coimbra: Por Ordem da Universidade.
- Fonseca, Fernando Taveira da (1995): *A universidade de Coimbra (1700-1771). Estudo social e económico*, Coimbra: Por Ordem da Universidade.
- Fonseca, Fernando Taveira da (1999): «A reforma pombalina da Universidade. Antecedentes e realizações», em: *Actas do Congresso O Marquês de Pombal e a sua época*, Oeiras / Pombal: Câmara Municipal de Oeiras / Câmara Municipal de Pombal, pp. 369-380.
- Fonseca, Fernando Taveira da (2000): «A dimensão pedagógica da Reforma de 1772. Alguns aspectos», em: Araújo, Ana Cristina (ed.): *O Marquês de Pombal e a Universidade*, Coimbra: Imprensa da Universidade, pp. 43-68.

- Franco, Matilde Pessoa de Figueiredo Sousa (1983): «*Riscos das obras da Universidade de Coimbra*». *O valioso álbum da Reforma Pombalina*, Coimbra: Museu Nacional de Machado de Castro.
- Henriques, Júlio Augusto (1876): *O Jardim Botânico da Universidade de Coimbra*, Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Lemos, D. Francisco de (1980): *Relação geral do estado da Universidade (1777)*, Coimbra: Por Ordem da Universidade.
- Martins, Décio Ruivo (2000): «As ciências físico-matemáticas em Portugal e a Reforma Pombalina», em: Araújo, Ana Cristina (ed.): *O Marquês de Pombal e a Universidade*, Coimbra: Imprensa da Universidade, pp. 193-262.
- Paiva, Jorge / Pereira, Joaquim Tomaz M. (1989): *Um projecto (rejeitado) de Vandelli para o jardim Botânico de Coimbra*. Comunicação apresentada no Encontro sobre o Jardim Português (séculos XV a XIX), Palácio Fronteira, 2, 3 e 4 de Junho de 1989 (dactilografado).
- Ramos, Luís A. de Oliveira (1984): *Os beneditinos e a cultura: ressonâncias da Ilustração*. Separata da *Revista da Faculdade de Letras — História*, 2ª série, 1.
- Santos, J. J. Carvalhão (1991): «Rotina e renovação na Faculdade de Medicina. As oposições de 1739», em: Comissão Organizadora do Congresso História da Universidade (eds.): *Universidade(s). História, Memória, Perspectivas. Actas do Congresso «História da Universidade»*, vol. 1, pp. 131-150.
- Sousa, Luís / Fonseca, Nuno (1993): *Estufa. Jardim Botânico. Universidade de Coimbra*, Coimbra: s. e. (trabalho escolar da cadeira de História da Arquitectura).
- Vandelli, Domingos (1788): *Diccionario dos termos technicos de Historia Natural extrahidos das obras de Linneo e Memoria sobre a utilidade dos jardins botanicos*, Coimbra: Real Officina da Universidade.
- Vasconcelos, António de (1987): *Escritos Vários Relativos à Universidade Dionisiana*. Reedição preparada por Manuel Augusto Rodrigues, Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra.

António Amorim da Costa (Coimbra)

**Nomenclatura química portuguesa
no século XVIII**

1. A partir da segunda metade do século XVI, sob a influência de Paracelso (1493-1510), a prática da Química foi totalmente enquadrada na arte médica, constituindo o que ficou conhecido por medicina espagírica, iatroquímica ou farmacoquímica. Desenvolvida e aprofundada ao longo de todo o século XVIII, esta orientação perdurou até ao terceiro quartel do século, ao tempo em que Lavoisier lançou as bases da «Química Pneumática».

Nesta prática, do ponto de vista da terminologia usada, é notória a quase total ausência de qualquer sistematização na designação dos elementos e compostos químicos,¹ como é notório o recurso a grande número de vocábulos tirados do elenco das práticas alquímicas que ainda reinavam por toda a parte, embora já sem o esplendor que haviam conhecido nos séculos passados. A apologia de um certo secretismo continua expressa em muitos desses manuais, registando-se, todavia, em alguns deles, já uma rejeição frontal de tal prática, como foi o caso de Glaser que criticou severamente todos os seus antecessores por «terem escrito de um modo tão obscuro que só serviu para retirar o prazer de serem lidos e para confundir as mentes, conduzindo-as para labirintos» (Glaser 1767: Préface).

É, todavia, uma terminologia que podemos considerar bastante unificada pelo uso (Daumas 1972: 355) ainda que não encontremos nela um termo geral para designar cada categoria de corpos.

Os compostos óxidos eram as cales e as terras; os sulfatos eram os vitríolos; os produtos de enxofre e os pulverentos obtidos por sublimação eram as flores. Na grande generalidade com que se apresentava, esta terminologia estava recheada de enormes lacunas. Um mesmo tipo de composto preparado por diferentes autores para uma mesma aplicação, apresentando propriedades não totalmente iguais, era referenciado por menção do autor do método por que fora preparado, nu-

¹ Como exemplo desta falta de sistematização, permitimo-nos referir aqui que um manuscrito do século XVII de António Neri apresenta para o metal mercúrio 20 símbolos e 35 nomes diferentes; e, num outro livro da mesma época, o chumbo era designado por 14 símbolos e 16 nomes (Nunes dos Santos 1991).

ma heterogeneidade de denominações pouco salutar, com pormenores que em grande número de situações se prestavam muito mais a confundir do que a esclarecer.

2. Esta é a nomenclatura química que encontramos em Portugal nos inícios do século XVIII e que se prolonga até à introdução da Química de Lavoisier, quase nos finais da década de oitenta do século. A resistência aos ventos de mudança e às novas correntes científicas que marcou a cultura portuguesa do tempo, não se fez sentir significativamente no domínio das práticas químicas. Primeiro, as Farmacopeias que no país foram editadas, em vernáculo, «para que em todos os lugares e Villas deste Reyno possa ser percebido» que «não pode haver mayor ignorância que escrever o que eu quero que todos os Portugueses saybaõ, em lingua que nem todos os Portugueses entendem» (Semmedo 1716: Prólogo) e alguns Tratados e Manuais de matéria química que ao longo do século, no país, foram publicados antes da Reforma da Universidade, em 1772, e nos primeiros anos que se lhe seguiram, mostram-nos claramente quanto os interessados pela Química, em Portugal, estavam bem a par das práticas e teorias reinantes além fronteiras e como também eles as seguiam de muito perto, delas faziam apologia e com entusiasmo as procuravam aplicar.

Nas primeiras décadas do século, é de facto, nas Farmacopeias-dispensatório² que se reflecte a adesão dos cientistas portugueses às mais modernas teorias e práticas químicas cultivadas à época, além fronteiras. Nelas encontramos a progressiva adesão às novas normas classificativas lineuanas e às novas unidades de pesos e medidas, como também a vulgarização de determinados aparelhos para a prática laboratorial e a inclusão de novas drogas e sua classificação. No decurso do século, a sua publicação atingiu um regime editorial que nunca conseguira antes, com a particularidade de serem redigidas em

2 Ao usarmos esta nomenclatura atendemos à divisão considerada por diversos historiadores da Farmácia que ao estudarem as Farmacopeias as dividem em Farmacopeias-dispensatório, aquelas que foram escritas por um único autor, e sem qualquer cunho oficial; mas tornadas oficiais por força de uma determinação legal emanada quer de órgãos de poder local, quer de órgãos de poder central; e farmacopeias propriamente ditas, aquelas que têm por autor uma Comissão nomeada oficialmente para as elaborarem, com o objectivo primordial de estabelecerem um rigoroso conjunto de normas que permitam a obtenção de medicamentos caracterizados por uma uniformidade de composição (Guerra 1986).

português. Por ordem cronológica das primeiras edições, o elenco deste tipo de literatura científica destinada à aprendizagem da arte de boticário, bem como à execução prática dos medicamentos e estudo, colheita e conservação das matérias primas, compreende a *Polyanthea Medicina, Noticias Galenicæ, e Chymicæ repartidas em Três Tratados* de João Curvo Semmedo (1635-1719), com uma primeira edição ao fechar do século XVII, em 1697, reeditada, em vida do seu autor, em 1704 e em 1716.³ Seguiram-se-lhe a *Pharmacopea Lusitana* de Caetano de Santo António (1698-1730), editada em 1704 e reeditada em 1711, 1725 e 1754; a *Pharmacopea Ulyssiponense* de Joam Vigier, editada em 1716; a *Pharmacopea Tubalense* de Manuel Rodrigues Coelho, editada em 1735; o *Thesouro Apollíneo Galenico, Chimico e Chirurgico* de Joam Vigier, editado em 1745 que não se intitulando Farmacopeia o é de facto, pois se trata, como se lê no título extenso, de um «compêndio de remédios para ricos e pobres», contendo a «individuação dos remédios simplices, compostos e químicos»; a *Pharmacopea Portuense* de António Rodrigues Portugal (1738-c.1788), editada em 1766; a *Pharmacopea Mediana* do inglês Ricardo Mead, editada em 1768 pelo mesmo António Rodrigues Portugal; a *Pharmacopea Dogmática* do boticário do Convento beneditino de Santo Tirso, Frei João Jesus Maria, editada em 1772; e, já depois da Reforma Pombalina da Universidade de Coimbra, a *Farmacopeia Lisbonense*, publicada em 1785 e reeditada em 1802, a primeira Farmacopeia com rótulo de oficial, organizada por Manuel Henriques Paiva. Todas elas são repositório da nomenclatura química anterior à revolução química de Lavoisier, incluindo a Farmacopeia Lisbonense que, elaborada e publicada durante os anos em que esta revolução estava em curso, tem por autor um médico que só tardiamente viria a aceitar as doutrinas que dela saíram, como adiante referiremos.

Não há diferenças significativas entre as diferentes Farmacopeias enumeradas no que respeita às características da nomenclatura química que usam. Aquilo que as diferencia é, na generalidade, o número e tipo de medicamentos que apresentam e os métodos práticos que referenciam para os preparar (Andeu 1943-1944). Todas as enumeradas contêm um léxico universal das diferentes drogas animais, vegetais e

3 Embora esta obra de Curvo Semmedo se não apresente com o título de Farmacopeia, ela é-o de facto; e embora a sua primeira edição tenha ocorrido ainda no séc. XVII, as edições que se lhe sucederam marcaram profundamente o século XVIII no domínio em referência.

minerais, modernas e antigas, de uso farmacêutico, e referência mais ou menos extensa à química necessária para a sua preparação.

Uma análise do teor do dicionário químico-farmacêutico da *Polyanthea Medicinal* de Curvo Semmedo em que se indicam os significados dos mais comuns nomes com que em diversos idiotismos se pedem os simples medicinais e se referem as operações da Arte química a ter em conta na sua preparação e utilização, dá-nos ideia bastante das características genéricas dessa nomenclatura.

Defendendo os progressos verificados nos conhecimentos e práticas da Química que progressivamente foram abandonando os medicamentos galénicos e as práticas dos Antigos que tratavam os achaques quentes com remédios frios e os frios com os quentes, Curvo Semmedo faz a apologia da doutrina dos três Princípios de Paracelso: o sal, o enxofre e o azougue e entende que «ao contrário do que pensavam os Antigos para quem o Fogo era só lenha, que este é também formado por átomos ácido-nitro-aéreos que andam espalhados pelo ar» (Semmedo 1716: 695-697).

O autor reconhece a heterogeneidade do vocabulário usado pelos diversos químicos seus contemporâneos para designarem os melhores e mais eficazes remédios que propõem; e defende a novidade que muitos desses nomes representa em relação aos nomes usados pelos Boticários Galenistas, citando, a título de exemplo, Riverius que preferiu designar por calomelanos o mercúrio doce sublimado, pondo de lado a terminologia de Béguim que o designava Dragão Amansado; ou então, Paracelso que ao Sal de Caparrosa passou a designar por Gilla; ou Poterius que ao Salitre chamava Sal Ermafrodito e Água seca; ou ainda, Lémery e Van-Helmont que usaram a designação genérica de Archeu para se referirem ao Espírito Vital (Semmedo 1716: 733-736). Ao reconhecer a heterogeneidade do vocabulário usado pelos químicos seus contemporâneos e para obviar às múltiplas e acrescidas dificuldades inerentes à heterogeneidade duma tal terminologia, o autor não se furta ao trabalho de indicar o significado de muitos dos termos que usa e os nomes das diversas operações e utensílios químicos, indicando expressamente para que devem ser usados os diversos remédios cujas virtudes enumera (Semmedo 1716: 734-756).

Ao fazê-lo, o autor justifica e defende as razões dessa heterogeneidade que tem por justíssimas. Citamos:

[...] usam os chymicos destes e de outros nomes semelhantes ou porque são os mais próprios dos seus significados, ou porque não querem que os

segredos que lhes custaram incansável estudo, os saibam, às mãos lavadas, os inimigos da chymica, que a abominam em publico e a usam em secreto;

e fazem-no

para se estimarem porque conforme a Platão para que as Artes cresçam e se respeitem devem ocultar-se os segredos delas, ou explicar-se por enigma. E assim o entendeu também Thomas Muffetus o qual diz que nenhuma lei proíbe que as cousas grandes se ocultem, ou expliquem debaixo de algum reboço, para que as não saibam os que as não merecem; imitando nisso os exemplos da natureza, que não cria o ouro à flor da terra, gera o homem na profunda escuridade e clausura do ventre, cria as pérolas e aljofres no profundo dos mares, e ainda lá as encerra e esconde em humas conchas; cobre e esconde o miolo e substância da castanha, não só com huma casca dura, mas o defende com as agudas setas e defensivas armas dos seus espinhos (Semmedo 1716: 736).

Percorrendo a lista dos muitos nomes utilizados para designar as operações e utensílios de preparação e caracterização dos diferentes compostos químicos, somos informados sobre o que seja, por exemplo, alcoolizar, meteorizar, calcinar, circular, cohobar, deliquar, edulcorar, fixar, levigar, rectificar, etc., ou o que seja um aludel (= um vaso para sublimação), em contraposição com um simples cadinho (= um vaso para fusão do ouro ou da prata, sem o risco de estalar) (Semmedo 1716: 736). E na lista dos preparados medicamentosos encontramos o benzoártico ou cordeal para as febres malignas; os trociscos de Fiovarant para a purga dos humores melancólicos e succulentos, a água lusitana «que excede a de Inglaterra», para as sezões; o alcaest para as dores de cabeça; os castelinhos para estancar os fluxos de sangue, os linimentos contra toda a sorte de almorreias, as pírolas para os fluxos involuntários da semente dos homens e as pírolas para baixar a conjunção das mulheres, etc. etc. (Semmedo 1716: 736-738), com uma descrição pormenorizada da sua preparação (Semmedo 1716: 739-756).

3. Passando das Farmacopeias para outros Tratados e Manuais que no período pré-revolução científica de Lavoisier, em Portugal do século XVIII, versaram matéria química, limitar-nos-emos a referir a *Historologia Médica* de José Rodrigues de Avreu (1682-1752), os *Elementos de Chimica e Farmácia* de Manoel Joaquim Henriques de Paiva (1752-1820) e as *Instituições ou Elementos de Farmácia*, obra póstuma de José Francisco Leal (1744-1786), editada por Manuel Joaquim Henriques de Paiva.

Publicada entre 1733 e 1752, a obra de Joseph Rodrigues de Avreu compreende, no dizer do seu autor, «as instituições químicas do sistema do engenhoso e famigerado George Ernesto Stahl, doutrina do presente, nascida na Prússia, mas com tantos créditos já em toda a Europa» (Avreu 1733: Prefácio). A obra de Manoel Joaquim Henriques de Paiva «a primeira Obra de Chimica que — no dizer de seu autor — em nossa linguagem sáhe à luz» (Paiva 1783: Dedicatória), é na sua maior parte uma tradução do Manual de Scopoli, um dos Manuais adoptados no ensino da Química na Universidade Reformada pelo Marquês de Pombal antes da adopção do sistema de Lavoisier.⁴ Por sua vez, a obra de José Francisco Leal, publicada já ao tempo em que estava consumada a revolução química de Lavoisier, é uma adaptação do Manual de Baumé. Estas três obras representam bem a Química flogística ensinada, defendida e difundida no nosso país, focando as suas mais significativas orientações. A terminologia química que usam é, a par e passo, a terminologia dos originais estrangeiros que importaram para uso no nosso país.

Conceptualmente cativante, a teoria do flogisto não desenvolveu para si qualquer sistema de nomenclatura química peculiar. Generalizaram-se os termos relacionados com a possível natureza e identificação do flogisto, como se generalizou o uso das Tabelas de Afinidades, muitas delas com terminologia específica, mas as características gerais da terminologia química que vinha do anterior manteve-se, com a já referida falta de qualquer sistematização e também com a grande diversidade de nomes para um e mesmo composto, associada à cultura de algum secretismo, de que resulta grande obscuridade e indesejável marasmo. Continuando uma Química ao serviço da Prática Médica e Farmacêutica, em pouco difere da nomenclatura química das Farmacopeias.

Esta é a nomenclatura química que encontramos nos mencionados tratados químicos de Joseph Rodrigues de Avreu, Manoel Joaquim Henriques de Paiva e José Francisco Leal. Adaptações de Stahl, Scopoli e Baumé, respectivamente, para uso dos interessados pela química no nosso país, neles encontramos a linguagem química desses auto-

4 Para além do Manual de Scopli, foram também muito utilizadas nesse ensino as obras de Jac. Reinbold Spielman, *Institutiones Chemiae — Praelectionibus Academicis Adcommodatae* e Hermann Boerhaave.

res, a linguagem da Química médica e farmacêutica que ensinavam e praticavam.

Evitando desnecessárias repetições, aqui referiremos, por isso, apenas a terminologia química da *Historologia Médica* de Joseph Rodrigues de Avreu. Editada em dois tomos, o Tomo I compreende oito Livros, num só volume, publicado em 1733, onde o autor, em quase mil páginas, discorre sobre as diversas teorias que ao longo da História determinaram a prática médica para se fixar na doutrina de Stahl (Liv. I), e discorre sobre as generalidades da Fisiologia (Livs. II-V), da Patologia (Livs. VI-VII) e sobre a Semiologia (Liv. VIII). O Tomo II compreende três partes, correspondendo cada uma delas a volumes distintos, o primeiro publicado em 1739 (Tom. II. Part. I, com oito livros); o segundo publicado em 1745 (Tom. II, Part. II, com cinco livros); e o terceiro publicado em 1752 (Tom. II, Part. III, com três livros e um longo Postlório, assim como um Índice Geral de todo o Tom. II). A matéria do Tom. I é, na terminologia do autor, de *Medicina Theorética*; a matéria do Tom. II, de *Medicina Prática*.

No que respeita à terminologia química que usa, importa folhear os livros dois e três do Tom. I onde Rodrigues de Avreu, a propósito do corpo humano, se refere à composição dos corpos; e os oito livros da primeira parte do Tom. II, onde são apresentados os remédios a usar para tentar restabelecer a saúde perdida, nos diferentes e variados tipos de enfermidade.

Conformando-se cegamente com as Instituições químicas de Stahl, «humas Instituições mais sucintas e a nosso ver mais racionais e seguras, com cujos princípios se explicarão com melhor acerto as obras da Natureza no estado da saúde e da doença» (Avreu 1733: 199), sem desrespeito para as demais doutrinas, pois não ignora que «mundus regitur opinionibus, et in opinando facit etiam sua quemque voluntas», o autor descreve o corpo humano como uma pulquerrima fábrica onde a Natureza ou *Calido Innato* é a Alma Racional (Avreu 1733: 200-202). Os elementos desse corpo, como de qualquer corpo em geral, são três: a Água, o Pinguedo (ou Óleo) e a Terra. A Terra é muito tênue e facilmente se resolve em Água, à qual se une. A estes se junta o Óleo, numa mixão que não é igual em todas as partes e sujeitos, pois «em huns se encontra mais de Água, em outros mais de Óleo, e em outros mais de Terra» (Avreu 1733: 202-203).

Toda a estrutura do corpo pressupõe estes princípios, e na sua separação consiste a omnímota extinção que se dá por concurso dos movimentos mais poderosos do Macrocosmos que vençam a actividade da Natureza (Avreu 1733: 204).

A Alma Racional é o Agente vital que actuando sobre esses Princípios lhes dá vida, o agente responsável pela circulação das diversas partes do sangue, a lymph, o soro e demais humores, o Espírito Vital que os Helmontianos admitiam ser elaborado no coração e convertido no cérebro em «succo nervoso», que admitido apenas por alguns poucos químicos, foi rejeitado pela maioria por lhes não parecer bem multiplicar as entidades sem necessidade (Avreu 1733: 303).

Por sua vez, na primeira parte do Tomo II, na descrição dos remédios a aplicar para restituir aos enfermos a saúde perdida, deparamo-nos com a história e qualidade dos vomitórios preparados com vegetais (a água escorcineira, o extracto de Losna, o extracto de Therical, a essência de Eleboro, o cypo, a cebola Albarran, a graciola ou gratia Dei, a sempre noiva vermicular, etc.), lado a lado com os vomitórios de antimónio, mercúrio e vitríolo (o antimónio detonado, o mercúrio precipitado branco, o ouro da vida de Keglero, os cristais da lua, etc.) (Avreu 1739: 22-39); a história e qualidade dos laxantes (a norça branca, a canafistola, os hermodactylos, etc.) (Avreu 1739: 49-90); a história e qualidade dos alviducos diaforéticos e sudatórios (a angelica, a anthora, a bistorta, o unicórnio fóssil e o verdadeiro, o veado succinado ou sal de Alambre, etc.) (Avreu 1739: 99-158); a história e qualidade dos diuréticos (toda uma variedade de raízes e também as flores de Bellis e de Plínio, a virgem aurea, etc.) (Avreu 1739: 181; 158-252); e ainda a história e qualidade dos errhinos e esternutatórios e outros expectorantes, bem como dos engrossantes, dos excitantes e dos remédios específicos para alguns tipos particulares de doenças, os simpatéticos, os arqueais ou os mumiais, onde se contam, entre muitos outros, o benjoim, uma goma índica, os rós ou sponsa solis, o mille-fólio para as hemorróides e cólicas intestinais, etc. (Avreu 1739: Livs. III-IV).

Tal como na floresta de nomes iguais ou equivalentes das receitas das Farmacopeias, só com um bom e muito vasto índice dos produtos tratados seria possível avançar com alguma segurança no emaranhado dos remédios a usar.

Encontramos o mesmo tipo de terminologia nos dois citados Tratados de Manoel Joaquim Henriques de Paiva e de José Francisco Leal,

e também nas Memórias dos primeiros académicos da Academia Real de Sciencias de Lisboa devotadas aos produtos naturais do Reino, por exemplo, nas Memórias da autoria de Domingos Vandelli (1730-1816), onde se fala dos cristais de roca, do sal de Epsom, da caparroza, do espato suillo ou pedra de porco, da areia de ferro, da argila ful-lónica, da terra sombra, do cremor de tártaro, da almécega, do salepo, do arkote, do orleane, da luna córnea, etc. (Vandelli 1789a: 15-32; 33-45; 1789b: 81-84; 85-90).

4. Nas décadas de setenta e oitenta do século dezoito, Lavoisier reformolou toda a química relativa à combustão dos corpos, baseando-se na acção do oxigénio. Ao fazê-lo refutou arduamente toda a doutrina química baseada na acção do flogisto. E lançou assim as bases de uma nova química, a química do oxigénio, ou, mais genericamente, a química dos gases. A reformulação foi tão vasta que ele próprio a considerou uma verdadeira «revolução química», e como tal foi tida pelos seus sequazes. No processamento desta «revolução», Lavoisier estabeleceu definitivamente a composição do ar atmosférico e a composição da água, pondo em causa a teoria dos quatro elementos, Terra, Ar, Fogo e Água. Em lugar destes, foram tidos como substâncias elementares outras, em número muito maior. Lavoisier viria a elaborar uma Tabela de substâncias simples onde, em vez desses quatro elementos encontramos trinta e três, distribuídas por quatro classes (Lavoisier 1789: 140). À data, quase todos os dias se iam identificando novos gases, novos elementos e novos compostos. A diversidade de nomes usados para um mesmo elemento ou um mesmo composto, tornava-se cada vez mais incómoda.

Entretanto, na Suécia, Lineu levava a cabo uma sistematização da nomenclatura para a Botânica que fora muito bem aceite pela comunidade científica. Torbern O. Bergman, seu compatriota e seu aluno, sentiu de imediato ser urgente fazer algo de semelhante relativamente à linguagem química. Pela mesma altura, em França, fazia-se sentir cada vez mais a influência do abade Étienne Bonnot de Condillac (1715-1780) que no seu *Traité des Systèmes* (1749) e, sobretudo, no seu tratado *La Logique ou Premiers Développements de l'Art de Penser*, editado em 1781, já depois da sua morte, defendia que todo o raciocínio é algébrico em carácter e que todo o aperfeiçoamento da linguagem a partir do modelo da álgebra resultaria no aperfeiçoamento do raciocínio. Daí, a importância duma linguagem simples e siste-

mática para o bom desenvolvimento e prática de qualquer ciência, não apenas como um veículo, mas como fonte do pensamento. As palavras perpetuam os erros e preconceitos e daí que a linguagem não seja apenas expressão do pensamento, mas também instrumento da sua produção.

Arrastado por esta filosofia de Condillac e desejoso de se ver libertado do emaranhado da terminologia que então reinava no domínio da Química, Lavoisier sentiu claramente que não podia ser bem sucedido na implementação da nova ciência química se não conseguisse dotá-la de uma nova nomenclatura, substituindo a simbologia alquímica e o marasmo da terminologia espagírica por uma linguagem racional e sistemática em que houvesse uma relação biunívoca entre os nomes usados e as coisas a que se referiam. Neste sentido, preparou com Guyton de Morveau, Claude L. Berthollet e François de Fourcroy um conjunto de comunicações sobre o assunto que foram apresentadas à Académie Royale des Sciences de Paris, na forma de Mémoires, em Abril e Maio de 1787, depois reunidas num só volume, com o título *Méthode de Nomenclature Chimique*.

De facto, este volume contém a Memória «Sur la nécessité de réformer et de perfectionner la nomenclature de la Chimie» apresentada na referida Academia, a 18 de Abril de 1787, pelo próprio Lavoisier, e as Memórias apresentadas na mesma Academia, dias depois, por Guyton de Morveau «Sur les développements des principes de la Nomenclature méthodique» com um «Apêndice com a nomenclatura de algumas substâncias compostas que por vezes se combinam como corpos simples», e por F. Fourcroy «Pour servir à l'explication du Tableau de Nomenclature», e ainda as Memórias de Hassenfratz e Adet

Sur les Nouveaux Caractères à employer en Chimie et l'arrangement que doivent avoir ces nouveaux Caractères, afin de leur faire exprimer les rapports de quantité des substances simples contenues dans les mixtes.

Dois anos depois, Lavoisier no seu já citado *Traité Élémentaire de Chimie* apresentaria esta nova linguagem com mais pormenor, fazendo notar que a

impossibilidade de isolar a Nomenclatura da Ciência e a Ciência da Nomenclatura se deve ao facto de toda a ciência física ser formada essencialmente de três coisas: a série de factos que a constituem, as ideias que os recordam e as palavras que os exprimem. As palavras fazem nascer as ideias e estas devem invocar os factos: em suma, estes três estádios têm o mesmo cunho; e, como são as palavras que conservam as ideias e as

transmitem, não se pode aperfeiçoar a linguagem sem aperfeiçoar a ciência, nem a ciência sem aperfeiçoar a linguagem. Mais ainda: por mais correctos que sejam os factos, e mais exactas as ideias que neles se originaram, eles transmitirão apenas ideias falsas se não tivermos expressões exactas para os relatar (Lavoisier 1789, Discurso Preliminar).

Construída sobre uma linguagem clara e simples, rigorosa e precisa, a nova nomenclatura sobreviveu às novas teorias e às novas descobertas e foi-se adaptando bem a umas e a outras. Objecto de variadas revisões e reformas, ela é ainda a base das denominações usadas pela ciência química de nossos dias, traduzida nos princípios fundamentais que Guyton de Morveau para ela carregou a partir do trabalho que publicara, em 1782, *Sur les dénominations Chimiques*.

5. Em Portugal, foi na Universidade de Coimbra reformada pelo Marquês de Pombal que as doutrinas de Lavoisier encontraram os primeiros adeptos.

Dos primeiros graduados do novo Curso de Filosofia contratados para a docência do mesmo curso e que deixaram, por seus escritos, testemunho público sobre a química que defenderam e praticaram, destacam-se os nomes de Manoel Joaquim Henriques de Paiva (1752-1829), Thomé Rodrigues Sobral (1759-1829) e Vicente Coelho de Seabra (1764-1804).

Já acima nos referimos a Manoel Henriques de Paiva. Ainda estudante de Medicina na Universidade de Coimbra, Manoel Joaquim Henriques de Paiva iniciou funções de demonstrador de Química e de História Natural, em Maio de 1773, por nomeação do Conselho da Faculdade de Philosophia «porque era o estudante Filosófico que se achava com mais luz e conhecimento desta sciencia», no dizer do Bispo Reformador, em Ofício dirigido ao Ministro do Reino, em 16 de Outubro de 1777. Manteve o cargo até 1777, data em que o abandonou por divergências com as autoridades universitárias. Deixada a Universidade de Coimbra, foi viver para Lisboa, onde exerceu como Médico da Corte e sempre manteve intensa actividade no domínio da Química. No âmbito da sua vasta actividade como químico, publicou os já mencionados Elementos de Química e Farmácia (1783), a *Farmacopeia Lisbonense* (1785), e, usando os elementos extraídos e adaptados por José Francisco Leal da obra de Baumé, as *Instituições ou Elementos de Farmácia* (1792). Em todos os seus escritos químicos, embora contemporâneas da revolução química de Lavoisier, Manoel Joaquim Henriques de Paiva não só não seguiu as novas teo-

rias, como as atacou e criticou severamente, aqui e ali, como o provam algumas notas e recensões críticas que fez no *Jornal Encyclopédico*. A linguagem química que usa é por inteiro a linguagem da química flo-gística que exemplificámos com o teor da *Historologia Médica* de Joseph Rodrigues de Avreu. Só tardiamente, Manoel Joaquim Henriques de Paiva aderiu à Química de Lavoisier, quando, já nos inícios do século XIX, se deixou conquistar pela obra de Fourcroy que traduziu de francês para português, em repetidas edições (Guiffoni 1954; Roque 1969).

Bem diferente da posição de Manoel Joaquim Henriques de Paiva é a posição de Thomé Rodrigues Sobral e Vicente Coelho da Silva Seabra Telles, também eles dos primeiros discípulos de Vandelli, formados pela nova Faculdade de Filosofia da Universidade de Coimbra que nela assumiram funções de docência química.

Contratados para o exercício destas funções quando terminaram a sua graduação, com a jubilação, em 1791, de Domingos Vandelli (1730-1816), o Professor da Universidade de Pádua que o Marquês de Pombal, em 1772, contratara para as cátedras das disciplinas de História Natural de Química, tornaram-se eles próprios os Professores responsáveis dessa docência. O Doutor Thomé Rodrigues Sobral, que fora antes demonstrador de História Natural e substituto extraordinário de Física, assumiu as funções de lente de Chymica e Metalurgia e Director do Laboratorio Chymico; Vicente Coelho da Silva Seabra assumiu as funções de Demonstrador da mesma cadeira. Um e outro seguiram de perto as experiências e teorias que Lavoisier fora desenvolvendo ao longo das décadas de 1770 e 1780 e por elas rapidamente se entusiasmaram.

Thomé Rodrigues Sobral traduziu para o português, com um longo prefácio da sua autoria, o *Tratado das Affinidades Chimicas, artigo que no Dictionário de Chimica, fazendo parte da Encyclopédia por ordem de matérias, deu Mr. Morveau* que a Real Imprensa da Universidade publicou em 1793. Publicou ainda longos e vários escritos químicos no *Jornal de Coimbra* ao longo das duas primeiras décadas do século XIX que o impuseram como o mais distinto e autorizado químico português da época (Castilho 1814: 284). Nas suas notas de viagem, Link refere que «il enseigne la chimie d'après les nouveuax principes antiphlogistiques; et il a même traduit la nomenclature (de la nouvelle chimie) en portugais» (Link 1790: 393).

A tradução da nomenclatura química por ele elaborada a que se refere Link só viria a ser apreciada pela Congregação da Faculdade de Filosofia a 29 de Julho de 1824 e a ela se referia Thomé Rodrigues Sobral, em 1816, como estando pronta para ser publicada brevemente, como mais adiante referiremos.

Por sua vez, Vicente Coelho da Silva Seabra Telles foi quem primeiro usou extensa e sistematicamente a nova nomenclatura de Lavoisier em português, pelo que é justo considerá-lo como o seu verdadeiro introdutor na língua portuguesa, como o considerou, em 1819, Jacinto da Costa na *Pharmacopea Naval e Castrense* (Costa 1819).

De facto, antes mesmo de ser nomeado Demonstrador de Química e graduado gratuitamente no grau de Doutor da Faculdade de Filosofia, no ano da sua formatura em Filosofia, sendo ainda estudante da Faculdade de Medicina, Vicente de Seabra publicou, na Real Imprensa da Universidade, em 1787, uma Dissertação sobre a Fermentação em Geral, e suas Espécies, o primeiro escrito em português em que se defende a decomposição da água «em gaz inflamável, e ar puro, ou oxigénio» de acordo com as teses sustentadas por Lavoisier. Nesse mesmo ano apresentou na Congregação da Faculdade de Filosofia de 21 de Dezembro, para aprovação, o texto de um Manual de química, «offerecido à Sociedade Litterária do Rio de Janeiro para uso do seu Curso de Chimica», com o título *Elementos de Chímica*, cujo primeiro volume seria publicado no ano seguinte, e o segundo, em 1790.

Ao abrir a segunda parte do primeiro volume, Seabra refere que para se poder estudar e entender com facilidade a História Natural, «foi preciso que o grande Linneo e outros fizessem huma nomenclatura scientifica, e propria desta Sciencia» e que com muita mais razão se tornou necessário fazer o mesmo na Química, «Sciencia muito mais extensa, do que aquella, pois trata de examinar todas as combinações possíveis dos corpos huns com os outros»;

se não houver nomes scientificos, que indiquem por si mesmos os componentes dos corpos, o estudo da chimica será difficillimo, e a vida do homem muito curta para decorar nomes insignificativos, que longe de ajudarem a nossa fraca memoria a enfraquecem cada vez mais;

«a estes inconvenientes ao progresso remediram os célebres Morveau, Lavoisier, Berthollet, Fourcroy, Hassenfratz e Adet com sua nova nomenclatura chimica». Porque «a nenhum sensato deixará de agradar semelhante terminologia», a

adoptamos, não levados da novidade, como alguns julgarão, mas persuadidos da sua utilidade real, e a accommodamos do modo possível ao idiotismo da nossa Lingoagem, da Latina, e Francesa, de sorte que se evitas-se qualquer confusão, que podesse haver na mesma adopção (Seabra 1788: 55-56).

Em 1790, Vicente de Seabra abre o Segundo volume do seu Manual com duas citações e uma Advertência. As citações são do *Méthode de Nomenclature Chimique* de Lavoisier e colaboradores e do *Traité des Systèmes* de Condillac, ambas elas para deixar claro que é impossível isolar a Nomenclatura da Ciência e a Ciência da Nomenclatura. Na Advertência faz profissão de fé no uso da nomenclatura moderna pelas razões que referiu no primeiro volume, remetendo os leitores expressamente para o citado *Méthode de Nomenclature Chimique*, o *Traité Élémentaire de Chimie* que Lavoisier publicara no ano anterior, e para o Prefácio da *Nova Enciclopédia Metódica* em que Bergman enaltece também a nova Nomenclatura e reprova a antiga, citando Morveau. E conclui esta Advertência dizendo:

com tudo, para evitar confusões, não uzo de palavras, que lhe não ajunte os seus synonymos antigos; nesta classe (a Classe II dos compostos químicos, os Corpos combustíveis, de que trata o volume em apresentação) porém por evitar confusões uso somente dos termos novos, quando estes já estão explicados na primeira Classe (a Classe I dos compostos químicos, os corpos incombustíveis, tratada no primeiro volume); e indo-se ao índice geral ver-se-á onde estão os seus synonymos (Seabra 1790, Introdução).

O enaltecimento, a defesa e a utilização que Vicente de Seabra fez da nova nomenclatura química de Lavoisier culminariam com uma sua publicação, em 1801, com o título *Nomenclatura Chimica Portugueza, Franceza e Latina* a que se junta o *Systema de Characteres Chemicos Adaptados a Esta Nomenclatura* por Hassenfratz e Adet. Trata-se, usando as palavras do autor, duma sinonímia portuguesa, por ordem alfabética, dos compostos químicos conhecidos, acrescida da sinonímia francesa, e latina e, também, da sinonímia antiga. Na introdução, o autor refere ser já totalmente inútil e mesmo supérfluo, qualquer esforço que fizesse para mostrar a elegância e necessidade da Nova Nomenclatura química dos respeitáveis Morveau, Lavoisier, Fourcroy e Berthollet, limitando-se

a acrescentar às sólidas razões alli expostas, o facto e a experiência. Toda a Europa — diz ele — tem já adoptado aquella linguagem analítica, única admissível nas Sciencias, e única apropriada para sua mais fácil intelligencia, e adiantamento. (Seabra 1801: I).

Ao tempo em que este escrito de Vicente Seabra foi publicado já se tinham passado mais de uma dúzia de anos sobre a publicação, em França, do *Méthode de Nomenclature Chimique*. Como refere o autor, já por toda a Europa, as Nações iluminadas a tinham adoptado; os Portugueses não eram excepção, «convencidos, como as outras nações, da sua bondade». Mas verificava-se, aqui e ali, ainda alguma adversidade à nova terminologia e, sobretudo, alguma irregularidade na etimologia que muitos adoptavam, pois uns seguiam a etimologia e desinência francesas, e outros a etimologia e desinência latinas, e outros, ainda, indistintamente, uma ou outra, pelo que continuava a verificar-se nos escritos portugueses uma certa irregularidade, que facilmente se tornava fonte de confusão e não servia a uniformidade e exactidão que se pretendia nesta matéria, tornando-se antes lesiva da sua elegância e beleza, podendo torná-la monstruosa, escura e inútil para o seu fim. Sem referir as posições adversas à nova nomenclatura, com esta sua publicação, o autor propunha-se obviar irregularidade de utilização, propondo «a Synonimia Portuguesa, e a Synonimia Francessa, e os Dictionarios Portuguez-Francez, Portuguez-Latino e François-Portugais», seguindo geralmente a etimologia latina e a desinência portuguesa «não somente porque o nosso idioma tem mais analogia com ella, como porque a dicção latina he hoje geralmente seguida em todas as obras chemicas e phisicas» (Seabra 1801: I-II).

O uso das doutrinas e de nova nomenclatura de Lavoisier, com os neologismos comportados na sua adaptação à língua portuguesa, valearam a Vicente de Seabra várias críticas. Assim, no mesmo número em que noticiava a tradução espanhola do *Méthode de Nomenclature Chimique*, sem qualquer juízo de valor, o *Jornal Encyclopédico*, na sua página 262 de Junho de 1788, na secção dedicada a Bibliografia, fazia a recensão da Dissertação sobre a Fermentação em geral, e suas Espécies, em termos pouco elogiosos. Referido o conteúdo da Dissertação em apreço, diz o autor da recensão: «em toda esta Dissertação não encontramos nada de novo, e ousamos afirmar que he quasi humeira tradução, ou resumo do que sobre o assumpto diz Mr Fourcroy». Nem por isso deixa de recomendar a Obra, não sem criticar severamente a terminologia que usa:

não poderemos porém deixar de recommendar esta Obra pelas coisas interessantes que contém, e sobretudo pelas experiências, que trás acerca do Ether, feitas pelo author com muito cuidado e tino; as quaes fazem esperar que poderá algum dia dar à luz composições mais perfeitas e vir a ser com o tempo, assídua applicação e repetidas experiências, hum excel-

lente químico. Assim ele se esmerasse mais na adopção dos termos, e não introduzisse em tão pequena obra tantos vocábulos bárbaros, como por exemplo, acidez, acidificante, averdongada, alongada, cretosos, estrias, filamentos, glúten, imiscível, lactescência, lactescente, mucosidade, putrefacção, pútrida, retrogerir, robur, fidadez, tartaroso e outros muitos (*Jornal Encyclopédico*, Lisboa, Junho 1788: 262).

Posição diferente assumiu a Gazeta de Lisboa que na página quatro do seu número de 15 de Junho de 1790, noticiando a publicação dos *Elementos de Química*, não poupava os elogios à nomenclatura e metodologia usadas:

sahirão à luz os Elementos de Química de Vicente Coelho de Seabra Silva e Telles, formado em Filosofia, e correspondente da Academia Real das Sciencias de Lisboa: obra muito útil não somente por ser a primeira desta natureza que temos em nossa linguagem, mas também por ter reduzido a Química a huma ordem inteiramente nova, e verdadeiramente scientifica: porquanto comprehende quimicamente todos os corpos da natureza em classes, ordens, géneros e espécies; o que até aqui se não tem feito: facilitando deste modo o estudo desta sciencia, aliás muito enfadonho (*Gazeta de Lisboa*, 15 Junho 1790: 4).

6. À guisa de conclusão, tomando por referência a *Nomenclatura Chimica Portuguesa, Franceza e Latina* de Vicente Coelho de Seabra publicada já no primeiro ano do século XIX, podemos dizer que na sua generalidade, a nomenclatura química utilizada em Portugal, no fechar do século XVIII, era definitivamente a nomenclatura química saída da escola de Lavoisier. A obra de Coelho de Seabra dá-nos notícia de alguma diversidade com que os diferentes interessados pela Química a adoptaram, contra a qual ele procurou lutar, apresentando simultaneamente as Sinonimias Portuguesa e Francesa e pugnando por uma etimologia latina e uma desinência portuguesa. Não terá conseguido totalmente o seu objectivo, pois as divergências relativamente a alguns termos a usar foi-se prolongando ao longo das primeiras décadas do século XIX, como o testemunha Thomé Rodrigues Sobral num trabalho que publicou em 1816, sobre os Trabalhos em grande que no Laboratório Chimico da Universidade poderão praticar-se. Este trabalho é uma Nota dirigida ao Reitor da Universidade pelo então Director do Laboratório Chimico reivindicando a possibilidade de este funcionar em grande, isto é, preparando muitos dos produtos necessários aos Boticários, aos Médicos e a algumas Artes, como a Pintura, a Tinturaria, a Arte das Louças, etc. Nela apresenta o Catálogo dum grande número de produtos químicos, nomeados de acordo com a nomenclatura química de Lavoisier e ordenados por ordem alfabética que pode-

riam servir para a necessária programação desses trabalhos. Em observação de roda-pé, a propósito de alguns dos produtos desse Catálogo, deixa-nos adivinhar as querelas que continuavam a propósito de certos nomes.

Assim, ao referir-se aos «acetato d'alumina, ou aluminoso», ao «acetato d'ammonia, ou acetato ammonial» e ao «acetato de baryta, ou barityco» faz notar que «este modo de exprimir por substantivo ou adjectivo qualquer sal he arbitrário; e he ordinariamente só a eufonia que regula a escolha. Estes três exemplos bastão por todos» (Sobral 1816: 299). E, um pouco mais adiante, ao referir a «ammonia caustica» faz notar:

hoje preferiremos a denominação ammonia e ammoniaes às de ammoniaca e ammoniacaes que se davam ao alcale volátil e suas combinações. Eu procurarei justificar esta e algumas outras inovações na Memória sobre a Nomenclatura chimica Portuguesa que me proponho publicar brevemente (Sobral 1816: 300).

Esta Memória não chegou a ser publicada, tanto quanto nos é dado saber. Dela nos fala, todavia, a Acta da Congregação da Faculdade de Filosofia referente à sua reunião de 29 de Julho de 1824, onde se diz que

foi aprovado unanimemente pelo Conselho uma Memória do Dr. Thomé Rodrigues Sobral sobre nomenclatura química, resolvendo-se que servisse para uso de respectiva aula e dispensando-se ao auctor os maiores elogios e agradecimentos por este importante trabalho (Actas Faculdade de Filosofia, Arquivo da Universidade de Coimbra, 29 de Julho de 1824).

Porém, do confesso propósito de Sobral e da necessidade que teve de elaborar uma Memória sobre o assunto, fica claro que continuavam a observar-se discordâncias várias em torno de algumas denominações químicas a utilizar. Em matéria tão vasta, nunca a uniformidade total seria regra absoluta. Ainda hoje o não é, na nomenclatura química, como em muitas outras matérias científicas.

Bibliografia

- Amorim da Costa, António (1984): *Primórdios da Ciência Química em Portugal*, Lisboa: Biblioteca Breve, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- Amorim da Costa, António (1986): *Domingos Vandelli e a cerâmica Portuguesa in História e Desenvolvimento da Ciência em Portugal*, Lisboa: Academia de Ciências, 1, pp. 373-401.
- Amorim da Costa, António (1988): «Domingos Vandelli e a Filosofia Natural na Universidade de Coimbra», em: *Memórias e Notícias*, Publicação do Museu de Mineralogia e Geologia da Universidade de Coimbra, 106, pp. 33-61.
- Amorim da Costa, António (1993): «O Professor Domingos Vandelli e o Desenvolvimento da cerâmica Coimbrã nos finais do século XVIII», em: *Actas do Colóquio A Universidade e a Arte*, Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, pp. 277-294.
- Andeu, Rafael Folch y (1943-44): *As Farmacopeias portuguesas in Notícias Farmacêuticas* 10, Coimbra, pp. 204-206.
- Avreu, Joseph Rodrigues de (1733): *Historologia Médica*, Tom. I, Lisboa Occidental: Officina da Musica.
- Avreu, Joseph Rodrigues de (1739): *Historologia Médica*, Tom. II, Pt. I, Lisboa Occidental: Officina de António de Sousa da Sylva.
- Avreu, Joseph Rodrigues de (1745): *Historologia Médica*, Tom. II, Pt. II, Lisboa: Officina Francisco da Sylva.
- Avreu, Joseph Rodrigues de (1752): *Historologia Médica*, Tom. II, Pt. III, Lisboa: Officina Francisco da Silva.
- Baumé, Antoine (1773): *Éléments de Pharmacie théorique et pratique*, 3^a ed., Paris: Samson.
- Boerhaave, Hermann (1753): *Methodus Studii Medici*, 2 vols. Venetiis: Typografia Remondiniana.
- Castilho, José Feliciano de (1814): «Reflexões de José Feliciano de Castilho sobre um escrito de Bernardino António Gomes publicado no Investigador Portuguez em Inglaterra», em: *Jornal de Coimbra* 6, pp. 277-287.
- Coelho, Manoel Rodrigues (1735): *Pharmacopea Tubalense Chémico-Galenica*, Lisboa Occidental: Officina Antonio de Sousa Sylva.
- Costa, Jacinto da (1819): *Pharmacopea Naval e Castrense*, 2 vols., Lisboa: Impressão Régia.
- Daumas, M. (1972): «La Chimie des Principes in Histoire Générale des Sciences», Paris: Ed. René Taton, *Presses Universitaires de France* 2, pp. 354-367.
- Glaser, Christophe (1767): *Traité de la Chimie Quatrième édition revue & augmenté e par l'auteur*, Bruxelles: Chez Gille t'Serstevens.
- Guerra, Fernando Carvalho e Alves, António Correia (1986): «Breve Notícia Histórica sobre as Farmacopeias Portuguesas até ao Século XIX», em:

- História e Desenvolvimento das Ciências em Portugal*, Lisboa: Publicações da Academia das Ciências de Lisboa, 2, pp. 815-834.
- Guiffoni, Oscar Carneiro (1954): *Presença de Manoel Joaquim Henriques de Paiva na Medicina Luso-Brasileira do século XVIII*. S. Paulo.
- Lavoisier, Antoine L. (1787): *Méthode de Nomenclature Chimique*, proposée par MM de Morveau, Lavoisier, Berthollet & de Fourcroy . On y a joint un nouveau système de caractères chimiques, adaptés à cette nomenclature par MM Hassenfratz e Adet, Paris: Chez Cuchet: Librairie.
- Lavoisier, Antoine L. (1789): *Traité Élémentaire de Chimie*, Paris: Chez Cuchet Librairie.
- Leal, José Francisco (1792): *Instituições ou Elementos de Farmácia*, Lisboa: Officina de António Gomes.
- Link, Heinrich Friedrich (1790): *Voyage en Portugal depuis 1797 jusqu'en 1799*, Paris: Livrault, Schoell et Cie, Librairie.
- Mead, Ricardo (1768): *Pharmacopea Mediana*, Porto: Officina de Francisco Mendes Lima.
- Morveau, Guyton de (1782): *Sur les dénominations Chimiques in Observations sur la Physique*, 19, pp. 370-382.
- Nunes dos Santos, António Manuel (1991): *Nota de Apresentação da Edição Fac-similada do original de Méthode de Nomenclature Chimique (1787) de Morveau, Lavoisier, Berthollet e Fourcroy*, Lisboa: Petrogal, AS.
- Paiva, Manoel Joaquim Henriques de (1783): *Elementos de Chimica e Farmácia*, Lisboa: Real Academia das Sciencias.
- Paiva, Manoel Joaquim Henriques de (1785): *Farmacopeia Lisbonense*, Lisboa: Officina de Filipe da Silva e Azevedo.
- Portugal, António Rodrigues (1766): *Pharmacopea Portuense*, Porto: Officina de Francisco Mendes Lima.
- Roque, Mário da Costa (1969): «Manuel Joaquim Henriques de Paiva, estudante coimbrão», em: *Arquivo de Bibliografia Portuguesa* 115, pp. 59-60.
- Santo António, Caetano de (1704): *Pharmacopea Lusitana, methodo pratico de preparar os medicamentos na forma galenica, com todas as receitas mais usuais*, Coimbra: Officina João Antunes.
- Santo António, Caetano de (1711): *Pharmacopea Lusitana Reformada*, Lisboa: Real Mosteyro de São Vicente de Fora.
- Scopoli, Joannes Antonius (1777): *Fundamenta Chemiae — Praelectionibus Publicis Accomodata*. Praga: Apud Wolfgangum Gerle.
- Seabra, Vicente Coelho de (1787): *Dissertação sobre a Fermentação em Geral, e suas Espécies*, Coimbra: Real Imprensa da Universidade.
- Seabra, Vicente Coelho de (1788 a): *Elementos de Chimica*, Vol. I, Coimbra: Real Officina da Universidade.
- Seabra, Vicente Coelho de (1788 b): *Dissertação sobre o Calor*, Coimbra: Imprensa Real da Universidade.
- Seabra, Vicente Coelho de (1790): *Elementos de Chimica*, Vol. II, Coimbra: Real Officina da Universidade.

- Seabra, Vicente Coelho de (1801): *Nomenclatura Chimica Portugueza, Fran-
ceza e Latina a que se junta o systema de Characteres Chemicos Adap-
tados a Esta Nomenclatura por Haffenfratz e Adet*, Lisboa: Typographia
Chalcographica, Typoplástica e Litterária do Arco do Cego.
- Semmedo, João Curvo (1716): *Polyanthea Medicinal, Noticias Galenicas e
Chymicas repartidas em Três Tratados*, 3ª ed., Lisboa: Officina António
Pedrozo Galram.
- Sobral, Thomé Rodrigues (1814): «Oratio pro Solemni Studiorum annuaque
de more instauratione», em: *Jornal de Coimbra* 7, 83-84.
- Sobral, Thomé Rodrigues (1816): «Sobre os Trabalhos em grande que no
Laboratório Chimico da Universidade poderão praticar-se», em: *Jornal
de Coimbra* 9, 293-312.
- Spielman, Jacobus Reinbold (1766): *Institutiones Chemiae — Praelectioni-
bus Academicis Adcommodatae*, Argentoratum: Ed. Johannem Godofre-
dum Bauerum.
- Vigier, Joam (1716): *Pharmacopea Ulyssiponense, Galenica e Chimica que
contem os Principios e Termos Gerais de huma e outra Pharmácia*, Lis-
boa: Pascoal da Sylva.
- Vigier, Joam (1745): *Thesouro Apollíneo Galénico, Chimico, Chirurgico*,
Lisboa: Officina Miguel Rodrigues.

Toru Maruyama (Nagoya)

**A Palavra NATUREZA —
a diferença e o ponto comum do seu conceito
entre Portugal e Japão nos séculos XVII e XVIII**

A minha comunicação é sobre a palavra NATUREZA na língua portuguesa e na língua japonesa dos séculos XVII e XVIII. Escolhi esta palavra porque é um conceito muito importante na época das Luzes. Mas NATUREZA é um tema muito extenso para uma comunicação curta. Não há uma conclusão definitiva nesta apresentação, mas espero que haja algumas especulações significativas acerca do que eu falo sobre a palavra japonesa SHIZEN, uma tradução moderna, ou a tradução desde o fim do século XVIII à actualidade, da palavra NATUREZA do mundo ocidental.

De acordo com o Vocabulário português e latino de Raphael Bluteau, a palavra NATUREZA tinha os seguintes sentidos no século XVIII: princípio de todos os movimentos necessários, & operações naturais; a máquina do Universo; essência; a ordem natural...; a providência divina; instinto, virtude, qualidade, & propriedade de qualquer criatura; a ley da natureza; um virtude que rege o corpo do animal; casta, genero, sorte; a terra do nascimento etc.

O Dicionário da Língua Portuguesa de Moraes regista os seguintes sentidos para a palavra NATUREZA:

1. todo o Universo, todas as coisas criadas;
2. sorte, qualidade, classe espécie;
3. os attributos e propriedades, que constituem o ser, a essência das coisas;
4. leis da Natureza física;
5. lei da Natureza moral;
6. instinto natural;
7. pátria.

A palavra japonesa moderna meio equivalente de NATUREZA desde o final do século XVIII até aos nossos dias é SHIZEN e tem em geral os seguintes dois sentidos:

1. todo o Universo e todas as coisas naturais;
2. natural ou naturalmente.

Segundo os meus estudantes da língua e literatura japonesas, os japoneses na vida quotidiana usam esta palavra como se vê nos seguintes exemplos:

- 1a) Nihon no SHIZEN wa utsukushii. (A natureza do Japão é bonita.)
- 1b) Itsumademo SHIZEN o taisetsunishitai. (Queríamos proteger/favorecer a natureza [= o meio ambiente] para sempre).
- 1c) Nihon ya Porutogaru niwa mada hito no te no haitteinai SHIZEN ga nokotteiru. (No Japão e em Portugal ainda há uma natureza menos domada pelo homem.)
- 2a) SHIZEN kagaku (ciência natural), SHIZEN tetsugaku (filosofia natural), SHIZEN toota (selecção natural), SHIZEN hoo (leis naturais), SHIZEN benshoohoo (dialéctica natural), SHIZEN kank-yoo (ambiente natural) etc.
- 2b) SHIZEN ni soonatta. (Tornou-se assim naturalmente.)
- 2c) Kusurinashide byooki wa SHIZEN ni naotta. (Sem medicamentos, sarou-se naturalmente.)

Lembre-se que esta palavra SHIZEN em geral não tem sentido de qualidade ou característica de alguma coisa. Por isso, para expressar o conceito «natureza humana» não se pode usar a palavra SHIZEN na língua japonesa. Nós usamos a outra palavra, SEI, para expressar o conceito «qualidade ou característica de alguma coisa» como NIN-GEN-SEI (natureza humana). A palavra SHIZEN na língua japonesa moderna significa em primeiro lugar «todo o Universo» ou «o mundo material excluindo em geral, inclusive às vezes, seres humanos» e, em segundo lugar, significa «natural» ou «naturalmente» com o sufixo adverbial NI. Esta é a situação linguística do século XXI.

Importa notar também que este segundo sentido é o sentido principal da palavra desde o século XVIII. Isso significa que a palavra SHIZEN tem sido usada mais como adjectivo e advérbio do que como substantivo.

Há quatrocentos anos, ou no final do século XVI, porém, não havia a palavra japonesa equivalente a NATUREZA como sugerem as explicações no dicionário Latim-Português-Japonês compilado pelos missionários portugueses. Existe a seguinte explicação para a entrada «Natura»:

Natura, ae. Lus. Natureza. Iap. Monono xō.

«Monono xõ» literalmente significa «característica das coisas». Mas ao mesmo tempo no mesmo dicionário de Latim-Português-Japonês há a seguinte explicação para a entrada «Desultoria natura»:

Desultoria natura. Lus. Natureza varia, ou inconstante.

Iap. Fenyeqi suru Natura (Fenyeqi suru = que se varia)

Este dicionário Latim-Português-Japonês foi feito no ano de 1695 com base no Dicionário de Calepino — a única edição dentro da longa história de Calepino que contém japonês e/ou português. Na explicação acima, a palavra NATURA é utilizada sem ser traduzida. Isso sugere que ainda não existia no Japão o conceito equivalente a natureza, ou pelo menos não havia a expressão geral equivalente a NATURA na língua japonesa daquela época. Será então que a palavra japonesa moderna SHIZEN, expressão meio equivalente a NATUREZA desde o fim do século XVIII até hoje, ainda não existia naquele tempo? Não! Já existia. Os jesuítas portugueses também publicaram um dicionário Japonês-Português no início do século XVII. Este dicionário Japonês-Português compilado pelos padres jesuítas nos anos 1603-1604, contém mais de 32.000 palavras japonesas com explicações em português. Este dicionário não somente regista essas palavras como também as explicações nele contidas são muito minuciosas. Inclui as diferentes modalidades de falas infantil e feminina, dialectos, palavras, linguagens específicas para a escrita, poemas, etc., sendo algumas das modalidades apresentadas em forma de código de ordem estilística como B por Baixo, X por Ximo (parte inferior), P por Poesia, Bup por Budismo etc.

Este dicionário regista a palavra SHIZEN (-Xijen) — a palavra meio equivalente a NATUREZA na língua japonesa moderna como se vê no seguinte exemplo:

Xijen. Moxi. Por ventura (f301r).

A palavra «Moxi» é a expressão indígena japonesa que significa «se (por acaso)». Xijen (palavra emprestada da China há muito tempo) = Moxi (palavra indígena japonesa com o sentido «se (por acaso)» = Porventura).

Uma explicação muito simples com nenhum exemplo é que talvez tenha sido uma palavra pouco importante naquela época. Explicar como terá sido escolhida esta palavra para a tradução japonesa de NATUREZA (Natuur na língua holandesa) nos séculos XVIII e XIX, é complicado e tem uma longa história. Devemos notar que essa pala-

vra SHIZEN (XIJEN) tinha o sentido de «por ventura» ou «por acaso» naquela época. Usava-se esta palavra, como se vê, nos seguintes exemplos do japonês medieval:

1. SHIZEN Kamakura ni onnabori araba otazuneare. (Yokyoku – Hachinoki) (Se por acaso estiver em Kamakura, visite-o.)
2. SHIZEN no koto soorawaba Yorimori kamaete tasukesasetamae. (História da família Feigue.) (Se por acaso acontecer alguma coisa, salve Yorimori principalmente.)
(Literalmente, significa: se acontecer alguma coisa de natureza...)
3. SHIZEN Buaku ga yuurei dewa gozarumaika. (Kyogen Buaku)
(Talvez seja o fantasma de Buaku.)

A palavra SHIZEN foi antigamente emprestada pela China e já aparecia nos documentos japoneses no século VIII. Primeiro, essa palavra significava «Por si mesmo, em si mesmo, de si mesmo» e não tinha o sentido «por acaso». Na China, também a palavra original ZIRAN nunca tinha o sentido «por acaso». A acepção «por acaso» apareceu somente depois na língua japonesa medieval. A possível mudança semântica no Japão é a seguinte:

por si mesmo, em si mesmo, de si mesmo (→ naturalmente)
 → super-humano
 → incontrolável (ou inevitável → o fado)
 → por acaso (no caso em que morrer)

As coisas casuais pela perspectiva humana podem ser as necessidades à luz do plano super-humano ou do Universo.

O empréstimo da China tinha duas maneiras de se ler no Japão:

1. Shizen (Xijen) = por ventura (*Vocabulário* f301r).
2. Jinen (Iinen) = per si, ou naturalmente (*Vocabulário* f142v).

Diz-se que por causa do segundo sentido comum ao Japão e à Europa, esta palavra SHIZEN (= JINEN) foi escolhida como a tradução por Natuur, ou Natureza. O primeiro sentido é considerado, em geral, como nada tendo a ver com esta escolha da palavra correspondente a NATUREZA.

Mas o que me interessou muito foi o facto de a palavra com o sentido “por acaso” em certo período no Japão ter sido escolhida para a tradução japonesa de NATUREZA, porque o conceito de NATUREZA também tem que ver com o conceito «por acaso». No único livro

que consegui ler no Japão sobre esse tema, *A Ideia de Natureza no século XVIII em Portugal* por Pedro Calafate, o autor dedicou um capítulo inteiro ao tema «o acaso e o milagre». Parece que o conceito de natureza em Portugal no século XVIII também se relacionava com o conceito «por acaso». Na Inglaterra também da mesma época Shaftesbury afirma que «She (= Nature) has by Accident, through many Changes and Chances, raised a Creature, [...]» em *Characteristics of Men, Manners, Opinions, Times*. Talvez isso seja meramente coincidência. Se for assim, a minha apresentação não terá sentido. Se não for meramente coincidência, acredito que isso merece alguma interpretação no futuro.

Em Portugal do século XVIII o conceito de NATUREZA foi discutido quase sempre com relação a Deus: «A NATUREZA feita e controlada por Deus» — Vernei: «A NATUREZA como Deus, criador do mundo» — Frei Manuel do Cenáculo (Calafate 1994: 54, 71). No texto inteiro do livro *A Ideia de Natureza...*, quantas vezes foi usada a palavra DEUS? Este livro é sobre a ideia de natureza, não de Deus; mesmo assim, é usada a palavra Deus tantas vezes. Porquê?

A distinção entre Deus, Natureza e Seres humanos é bem mais clara em Portugal ou na Europa no século XVIII comparativamente com o conceito SHIZEN do Japão. No Japão, em certo sentido, o conceito SHIZEN ou natureza inclui tudo inclusive Deus(es) e os seres humanos. Consequentemente, em Portugal a palavra «sobrenatural» já tinha aparecido no século XIV, mas não existia o conceito de «sobrenatural» no Japão que foi introduzido a partir da Europa no século XIX. No Japão todas as coisas, até homens e Deuses, estavam incluídas dentro de Natureza. Não havia nada sobrenatural.

Não sei muito sobre o conceito de NATUREZA e o conceito de Deus na Antiga Grécia, mas talvez hajam alguns pontos comuns entre a Antiga Grécia e o Antigo Japão com respeito a esses conceitos. E segundo os meus amigos na área da literatura alemã, é possível encontrar alguma coisa comum entre o conceito de NATUREZA para os japoneses e autores alemães como Goethe e Schiller.

O único ponto comum que consegui descobrir sobre o conceito de NATUREZA entre Portugal e Japão através das épocas é Não Artificial. Mas talvez haja mais um ponto comum — o sentido imanente POR ACASO.

Bibliografia

- Bluteau, Raphael (1712-1728): *Vocabulário Português e latino*, Coimbra: Collégio das Artes.
- Calafate, Pedro (1994): *A Ideia de Natureza no século XVIII em Portugal (1740-1800)*, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Moraes e Silva, António de (1789): *Diccionario da Língua Portuguesa*, Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira.
- Shaftesbury, Anthony (1711): *Characteristics of Men, Manners, Opinions, Times*. Edited by Philip Ayres in 1999, Oxford: Clarendon Press.
- Dictionarivm Latino Lvsitanicvm, Ac Iaponicvm, Ex Ambrosii Calepini volumine depromptum: in quo omissis nominibus prorprijs tam locorum, quam hominum, ac quibusdam alijs minus vsitatis, omnes vocabuloru significationes, elegantioresq; dicendi modi apponuntur: in vsum, & gratiam Iaponicae iuventutis, quae Latino idiomati operam nauat, nec non Europaeoru, qui Iaponicu sermonem addiscunt. In Amacvsa In Collegio Iaponico Societatis Iesv Cum Facultate Superiorum. Anno M.D.XCV.*
- Vocabvlario da Lingoa de Iapam com a declaração em Portugues, feito por algvns Padres, e Irmãos da Companhia de Iesv. Com Licença do Ordinário, & Superiores em Nangasaqui no Collegio de Iapam da Companhia de Iesvs. Anno. M.D.CIII.: (& Suplemento 1604).*

Dieter Kremer (Trier)

**Ofícios mecânicos, indústria e vocabulários
em Portugal no Século das Luzes**

1. A presente contribuição pode, de certa forma, considerar-se como a continuação lógica da minha intervenção no Congresso de Berlim em 2001, intitulada «A primeira «Revolução Industrial» e a língua portuguesa» (Kremer 2001). Hoje, porém, a tónica incide sobretudo sobre as profissões e o ambiente em que se inserem: entro, pois, mais claramente no campo do *Altromanisches Berufsnamenglossar*, um projecto que venho prosseguindo desde há longos anos, afastando-me um pouco mais da história da língua.¹ Paralelamente, o material de base utilizado é menos limitado, ainda que não examinado de forma sistemática. As fontes principais são os *Elementos para a história do município de Lisboa* (Oliveira 1882/1911), o *Cartório da Junta do Comércio*, do qual os documentos mais importantes e que tocam a capital foram publicados por Santana (1976; 1978),² e aos quais me reportarei em seguida. Para a história dos ofícios mecânicos, o inventário de Langhans (1943 e 1946), reveste-se de extraordinária importância. Na base da interpretação histórica está o estudo de Macedo

1 Penso não ser necessário abordar em pormenor esse projecto tão complexo como é o «Glossário dos nomes de profissão nas línguas românicas medievais», um projecto que foi já apresentado várias vezes (cf., p.ex., Kremer 2000).

2 «[...] ao longo destes livros acompanhamos a par e passo os quase 80 anos de vida da Junta e, mais importante do que isso, acompanhamos um dos períodos mais significativos da evolução da sociedade portuguesa. Esta documentação dá-nos, pois, um reflexo da realidade social portuguesa e também, por vezes, notícia das tentativas para actuar sobre essa mesma realidade. Mas era em Lisboa que a Junta estava instalada e aí funcionavam igualmente organismos dela dependentes, como a Mesa do Bem Comum, a Aula do Comércio, a Casa dos Seguros; e, dada a tradicional macrocefalia do nosso corpo social, não nos surpreenderá que neste século XVIII português que, com a Junta, até 1834 se estira, o Portugal que mais aparece seja a Corte, a realidade social portuguesa mais presente seja a realidade social lisboeta [...] Num joeirar escrupuloso de todo o material, procurou-se que não ficasse por referenciar qualquer alusão, ainda que fugidia, a topónimos ou instituições lisboenses, qualquer pincelada, ainda que descolorida, da vida cidadina, qualquer evento público ou medida de carácter administrativo que, mesmo tenuemente, repercutisse no quotidiano de Lisboa e dos seus habitantes [...] em todas as transcrições procurou-se respeitar cuidadosamente a grafia original [...]» (Santana 1976: Introdução).

(1982), paralelamente aos capítulos correspondentes nas grandes obras de referência de Serrão (1990) e de Mattoso (1993) ou do *Dicionário de História de Portugal* (Serrão 1979).

A minha contribuição é feita na óptica do estudioso da história da língua, não se pretendendo de forma alguma apresentar uma análise sistemática do desenvolvimento industrial de Portugal, do mercantilismo ou de questões sócio-históricas.

2. A minha intervenção incide sobre alguns exemplos escolhidos ao acaso da documentação da Junta do Comércio, fundada em 30 de Setembro de 1755 (Santana 1976; 1978) e que complementam as informações de Macedo (1982). Seria, aliás, muito interessante uma análise histórico-linguística sistemática dos textos administrativos portugueses do séc. XVIII. Ao mesmo tempo, seria útil a elaboração paralela de estudos monográficos, já que a colocação da tónica sobre um aspecto específico relega facilmente os outros para segundo plano. Mas é precisamente esta interacção, por exemplo, da história da técnica e dos ofícios mecânicos, da história social e da linguística histórica (sobretudo no que respeita a questões lexicológicas) que permitiria uma visão de conjunto a partir da qual se compreenderiam mais facilmente aspectos específicos (Godinho 1955: 291).

Limitar-me-ei a Portugal Continental no séc. XVIII, apesar de o Brasil desempenhar um papel de relevo, sobretudo no sector da economia. Da mesma forma, não tratarei especificamente dos ofícios mecânicos tradicionais organizados pela Casa dos Vinte e Quatro e pelo Senado da Câmara de Lisboa. O tema é demasiado complexo para ser incluído nesta contribuição, ainda que neste mesmo contexto fosse interessante acompanhar a evolução das profissões, o seu surgir e o seu desaparecer, no período compreendido entre os «Regimentos» de 1572 (Correia 1926) e a sua reorganização em 1771. Só um exemplo: Em 1771, ofícios como os de *azevicheiro*, *barreteiro*, *guadameceleiro*, *brunidor*, *espadeiro* etc. ou *borzigueiro*, *chapineiro* etc. deixam de ser referenciados, já que as modas que lhes tinham dado origem haviam deixado de existir; *lapidairo* (ou *lapidário*) tornara-se *lapidador* etc.³ Citando Macedo (1982: 21-22), pode dizer-se «que, em Portugal, o estudo da técnica industrial do passado está por fazer».

3 Veja o importante resumo dos ofícios e grupos profissionais em Macedo (1982).

3. A criação da *Aula do Comércio* no ano de 1759 reveste-se igualmente de muito interesse. De certa forma, esta *Aula do Comércio* recorre à formação profissional dos ofícios mecânicos, tal como nos «Regimentos» os encontramos descritos, antecipando as escolas técnicas profissionais ou comerciais. Um estudo sistemático desta instituição seria igualmente muito interessante, até na óptica histórico-social. A criação de uma formação profissional específica no quadro da Junta do Comércio é omnipresente em toda a documentação a que recorremos, devendo, porém, fazer-se uma distinção entre formação geral e formação profissional especializada. Esta última recebera já na altura uma atenção muito especial, também por parte das grandes empresas fabris, interessadas na formação de novos trabalhadores. Ver, por exemplo, o seguinte exemplo de 1792:

Joaõ Maria Policarpo May natural de Leaõ de França [que havia vinte e cinco anos desempenhava] o lugar do primeiro debuxador e lente da Aulla de Dezenho da Real Fabrica das Sedas (1792; Santana 1976: 536).

Os alunos da Aula do Comércio eram escolhidos com o maior cuidado, reservando-se esta instituição o poder de controle, segundo o modelo:

para o proximo curso, que está a abrir-se, se não admittam mais que até ao número de duzentos aulistas, sendo estes bem escolhidos e com todas as partes e qualidades que posam afiançar o seu aproveitamento (1755; Santana 1976: 380).

alvará para abrir logem da Classe de Lençaria no seu respectivo arruamento, sendo primeiro examinado pelo lente da aula do commercio, para constar verdadeiramente da sua capacidade na competente excripturação (1784; Santana 1976: 485).

Uma formação contabilística que constituía para alguns escolhidos a porta de entrada na profissão docente:

nomeçam dos praticantes da Contadoria da Junta e assistentes numerarios da Aula do Commercio; e creação de outra para a lingua francesa (1761; Santana 1976: 98)

ou

[pagamento de emolumentos aos aulistas para isso escolhidos, à nomeação de quatro para praticantes da Contadoria e à criação de uma Aula de Língua Francesa] (1761; Santana 1976: 100).

A criação de cursos de francês, paralelamente às disciplinas especificamente ligadas ao comércio, dá-nos uma visão interessante do

meio cultural de então. Uma outra intervenção se debruçará, porém, sobre este tema.

Paralelamente aos cursos próprios, a Junta do Comércio fomentava igualmente a formação profissional realizada por instituições privadas. Os argumentos utilizados, o financiamento e a organização do ensino sobressaem claramente do exemplo seguinte:

Nesta corte ha huma pequena fabrica de letras p.^a impressas, cuja manufactura e segredo se tem reservado Henrique Jozé Belinque natural deste Reino. A perfeição da obra hé igual a toda a melhor que vem dos reinos estrangeiros, e fora desnecessaria esta introducção se a quantid.^e da que se fabrica em Lisboa correspondera á bondade da mesma manufactura. Assim o dezejavaõ todos os impressores, quando por occasiaõ que do terremoto se queimáraõ as suas officinas e foi necessario que V. Mag.^{de} determinasse ao referido mestre as impressas que devia servir com orden de preferencia; mas he tanto pelo contrario que com a vida deste homem se acabará esta arte, porque não tem ensinado pessoa alguma, nem o intenta fazer, menos que não seja animado e protegido com algum certo rendimento annual como por ajuda de custo. Na concideração de que esta e outras muitas utilidades tem perdido o Reino por falta de premios e protecção dos inventores, propoem a Junta a V. Mag.^{de} que no pavimento terreo das cazas que tem alugado p.^a suas conferencias se pode estabelecer huma escóla publica, em que se admitta, por alguns annos, hum competente numero de aprendizes, aos quaes gratuitamente se ensine a referida arte, contribuindose pelo Cofre da Junta com duzentos mil reiz em cada hum anno p.^a o mestre da mesma aula, que se dà por satisfeito com esta / ajuda de custo, ficando-lhe livre o producto da referida officina; na qual devem fazer por sua conta as necessarias despezas.

Com o mesmo intento e formalidade propoem a V. Mag.^e outra semelhante escolla de marcinaria da mayor perfeição, p.^a que há mestrez de bem conhecido engenho, e entre elles, hum chamado Manuel Angelo, natural deste Reino. Tambem no pavimento terreo das referidas cazas há bastante accomodação para esta fabrica [...] (1758; Santana 1976: 54-55).

4. A especialização, a técnica, o espírito pioneiro são três conceitos-chave da época em consideração. No centro deles encontram-se o génio inventivo, a palavra de ordem é a de *inventor*, e o lucro económico, sobretudo através do registro de patentes, a *exclusividade*. Na óptica do Estado, um balanço comercial equilibrado é condição para o êxito económico. A interacção destes factores encontra-se profusamente ilustrada na documentação de que dispomos. A título de sensibilização e ilustração cito apenas alguns exemplos. Assim, na passagem seguinte, tocam-se o investimento, a produção barata e a formação profissional:

[...] fora o primeiro portuguez que à custa de / avultadas despesas e trabalhozas experiencias descobrira e ensinara no decurso de mais de vinte annos o methodo de refinação da Prata, unicamente pelo salario de outocentos reis por dia, evitando a grande despeza de quatro mil reis por dia que a Real Fabrica até aquele tempo estava fazendo com hum mestre estrangeiro que não ensinava aprendizes. Que falecendo o dito marido da suplicante, sem ter conseguido por tão uteis servissos outra recompensa mais que o dito salario nos dias em que trabalhava, e sem deixar outros bens que huma fabrica de tirador de ouro [...] e vendo a supp^{te} que não era com templada [...] com huma tença, assim como o haviaõ sido as viuvras dos mestres da tinturaria, das cartas de jogar e de outros officios da Real Fabrica: se propuzera a mesma supp^{te} com seus filhos a continuar na laboração da ditta fabrica de tirador de ouro [...] [pedia autorização para poder também] manufacturar toda a qualidade de galoens, rendas, espeguiilhas e franjas de ouro e prata fina [...] (1796; Santana 1976: 563-564).

Na contrapágina surge a situação seguinte, apresentando pela primeira vez o conceito de *patriotismo*, juntamente ao vocabulário técnico:

Francisco Paliart negociante da praça desta cid.^e que animado do mesmo patriotismo que tem dado imença prova, mandara vir a sua custa de Payzes Estrangeiros todos os Officiaes precizos p.^a estabelecer huma Fabrica / inteiramente nova neste Reino, de muitos tecidos de ponto de chevron, ponto de sarja, ponto de malha fina, meyas de peluca, meyas às direitas, e às avessas, meyas atravessadas, e pontos de tecido dourado, os quaes tinham conceguido fazerem-se já nesta Cidade (1796; Santana 1976: 563).

Mas não são apenas as engenhosas técnicas e a produção em massa que promovem a expansão económica. Há sectores bem diferentes onde se tenta igualmente «acompanhar a evolução», como acontece por exemplo no seguinte trecho:

Januario Glz Ledo com loge de drogas estabelecida nesta cidade que pelos grandes conhecimentos que tem adquerido destes generos no espaço de mais de vinte annos, chegou a descobrir no termo de Cintra, Eri-ceira e no desta cidade certos barros mineraes de cores que depois de moidos e beneficiados vem a ser as tintas ordinarias chamadas ocre claro, roxo terra, almagre, cré e bolos armenios brancos e vermelhos tudo de tão boa qualidade como os de fora (1801; Santana 1976: 598).

Numerosos requerimentos ultrapassam os limites de um objectivo concreto, mas completam a imagem de uma época comercial movimentada. Assim, e cito, o:

[requerimento do inglês Joaõ Hedgcoek (?) que dizia] ser constructor de navios e que queria mostrar nesta corte o seu prestimo e habelidade que tinha p.^a as obras do seu officio e p.^a outras rarissimas couzas nunca

vistas neste Reino q(ue) lhe podiaõ ser uteis, como por exemplo moinhos de vento sem vellas por fora q(ue) moem com muito pouco trabalho quatro sacos de trigo, enquanto outros moem dois; e outras muitas raridades e ideas [...] (1800; Santana 1976: 596).

é indeferido por proposta da Junta do Comércio, por o requerente não apresentar propostas concretas.

Sem a autorização explícita da Junta do Comércio ou da subsecção *Mesa do Bem Comum* (estabelecida desde 1757) nenhum comerciante podia abrir uma loja. Era também aqui que se decidia quais as mercadorias e suas proveniências que podiam ser colocadas no mercado. Neste contexto, a lista «dos generos pertencentes a cada huma das classes dos mercadores comprehendidas nestes Estatutos» é elucidativa, fazendo uma distinção entre os *géneros privativos* de um ramo comercial e os *géneros cumulativos*, que podiam ser comercializados por vários ramos.⁴ Os *mercadores* encontram-se distribuídos pelas cinco *classes* de *mercadores de laã e seda*, os *mercadores de lençaria*, os *mercadores chamados da Capela*, os *mercadores chamados da Porta da Mizericordia* e os *mercadores das logens de retroz*. A acrescentar a eles as «fazendas privativas para o trafico das mulheres estabelecidas com alvaras de licença da Junta do Comm.^{cio}» (1783; Santana 1976: 476-481); aliás registava-se um certo clima de tensão com os *algibebes*, que intervinham neste comércio.

Muito numerosos os pedidos de isenção da obrigatoriedade de arruamento, vinculativa para a maior parte dos officios mecânicos e classes profissionais desde a Idade Média e que se espelha ainda hoje nos nomes das ruas nas partes históricas das cidades de tradição medieval.

4 Por exemplo, os «mercadores de Lençaria, chamados de Fancaria [...] arriagens cruas, e curadas [bretanhas, alemãs ou francesas], bocaxins da terra, ou de fora [brins de Alemanha, ou de França, crús, ou curados] ditos riscados, e lizos, cambrayas finas, e ordinarias, e cambrayetas [chitas] colchas de Arrayolos, ou Tagarro, e cobertores, e godrins, constança de toda a sorte, crés de Alemanha ou de França, esguiões, grossaria de toda a sorte, [lenços, linhas riscadas de Hamburgo, lonas e meias lonas, mantas de toda a qualidade [holandilhas do Reyno em grosso [panos de linho, sufoliés] e toda a mais lençaria branca, ou de cores das fabricaz destes Reynos, ou vindas da Azia pelas naus portuguezas, e das fabricas dos reynos estrangeiros sendo permittidas [com excepção de] as holandas finas, e cassas de flores, e listadas, q(ue) são anexas ás logens da Capella, com as quaes tambem sera commua a venda das escomilhas, e cambrayas finas, esguioens, e lenços finos de algodão» (1757; Santana 1976: 44).

5. Considero relevante a presença massiça de estrangeiros. Uma pesquisa mais pormenorizada deste fenómeno podia, aliás, aclarar não só numerosos aspectos da história social e cultural portuguesa como também fornecer elementos preciosos sobre a situação nos países de origem e, claro está, a história da língua. O cosmopolitismo da Lisboa do séc. XVI por exemplo no sector do comércio ou da tipografia é bem conhecido, apesar de não ter sido ainda estudado em todos os pormenores. O papel, por exemplo, dos escravos e, certamente, dos cristãos-novos abre talvez perspectivas neste momento menos conhecidas. Na segunda metade do séc. XVIII regista-se uma evolução semelhante, interrompida pelo *intermezzo* francês (que não terá, talvez, ainda sido analisado adequadamente), pelo desastroso Tratado de Methuen com a Inglaterra em 1810⁵ e com o fim do Antigo Regime. Esta evolução e o ambiente de inovação e de mudança mesmo palpável têm de se interpretar no contexto europeu e ser de inseridos no quadro da industrialização, da descoberta de novos métodos de produção, da prolífica criação de novas empresas (Dias 1955; Caetano 1987: 250), do registo de patentes e do comércio com os territórios de além-mar (sobretudo Brasil e, embora sob outra forma, com a Inglaterra). Nesta época, temporariamente, Portugal foi um país de imigração. Este último aspecto é atestado por lexemas centrais como *galego*⁶ ou *maltês* (discutido), merecendo ambos ser objecto de uma monografia abrangente. No entanto, estes trabalhadores migrantes vêm-se lado a lado com numerosos empresários por conta própria.⁷

5 «Acontecimentos que devem ser tomados em conjunto, pela unidade dos efeitos que fizeram sentir. Embora não imediatamente, mas passados alguns anos, aqueles factos e suas consequências são evidentes» (Barbosa 1962: 322; veja também Caetano 1987: 253).

6 Cf. Serrão (1979: s.v. *galego*). Algumas notas na perspectiva da Galícia contemporânea em Kremer (1998).

7 Veja também Macedo (1982: 94-95): «Tal como nos naturais, são pobres os artífices e ricos os mercadores. Esta modesta imigração artesanal depressa se fundia com a população geral. Dispersos pela Alfama, Santa Catarina, Santos-o-Velho, S. Paulo aparecem numerosos ingleses carpinteiros e calafates, oficiais de ferreiro, fundidores, boticários, relojoeiros, alfaiates, cabeleireiros, serralheiros, engomadeiras, assim como franceses cabeleireiros, alfaiates, relojoeiros, tecelões que, por seu turno, se encontram no meio de muitos outros elementos estrangeiros de baixa cotação, como sejam criados, vadios, bufarinheiros, proprietários de casas de pasto. Dentre estas camadas, passando-se para a actividade comercial, ou pela protecção estadual, ou até pela maior eficácia da sua acção individual, os Rattons, os Verdier, os Steffens, etc., logram ligar o seu nome a em-

Também como estrangeiros podiam gerir negócios. Muitos deles, depois de viverem longos anos em Portugal e terem constituído família, naturalizavam-se portugueses. É o caso, por exemplo, de Guilherme Lartiga

que se acha estabelecido no Reino de Portugal ha vinte e trez annos, cazado com mulher portugueza, da qual houve trez filhos, e que sendo francez de nação e dezejando conservar-se no exercicio de official de cabeleireiro, de que tem logem nesta cidade [pede ser naturalizado] (1761; Santana 1976: 115).

O arquivo da Junta do Comércio contém numerosos actos de naturalização. Mais frequentemente são porém os requerimentos de estabelecimento de fábricas ou empresas apresentadas por estrangeiros, sem que portanto se requeresse paralelamente a nacionalidade portuguesa. O exemplo que segue explicita este processo, testemunhando igualmente um pouco do espírito pioneiro que caracterizava aquela época:

Frederico Weiss de nação aleman [que pretende] erigir huma fabrica na qual se manufacture toda a qualidade de papellaõ [...] que o Supp.^{te} ainda que seja cabeleirero de profiçaõ, com tudo tem muita pratica de manufactura do papellaõ, porque na sua patria havia vivido em companhia de hum irmão bom fabricante deste genero; e que tem o dinheiro suficiente para eregir a sobredita fabrica [...] uzando-se deste genero não só nas encadernaçoens dos livros mas em quaze todas as fabricas, he gr.^{de} o seu consumo, e por consequencia o producto que té agora tem ido para Holanda ficará no Estado [...] (1794; Santana 1976: 549).

A convivência entre «naturaes» e estrangeiros nem sempre era fácil. Hábitos adquiridos e ofícios mecânicos colidiam e confrontaram-se com a inovação técnica e a razão do Estado. O exemplo seguinte mostra claramente a atmosfera:

sobre pertenderem o juiz e m.^{es} do officio de chicolateiro se declare sem effeito a graça concedida a Sebastião Vicente de Solis p.^a a sua fabrica de chicolate [...] / [Solis fora autorizado a] estabelecer uma machina em que se manufacturaõ vinte e quatro arrobas de chicolate por dia [...] q.^{do} cada um dos supp.^{es} não pode manufacturar mais do que uma [...] [Alegavam a sua ruína] por effeito daquelle privilegio concedido a um estrangeiro vagabundo [e a má qualidade do chocolate produzido pela máquina. Pondera a Junta:] Para se demonstrar o pouco merecim^{to} dos supp.^{es} basta

presas mais importantes. Artífices estrangeiros que, ou trabalhavam em oficinas próprias, ou estavam empregados sob a direcção de portugueses, mestres de oficinas. A sorte dos negócios ou das habilitações técnicas facilitou-lhes o triunfo e até leva muitos a tomar, a despropósito, os pruridos genealógicos da fidalguia portuguesa [...].»

reflectir que des da Caza Real até á do ultimo homem q(ue) vive em uma mediocre comodidade todos se provem de chocolate estrangeiro; e o mais hé que o mesmo povo defficilmente o gasta nos botiquins publicos, mas ainda quando os supp.^{es} fizessem o chicolate em perfeição e esta maquina os prejudicasse nos seus interesses, que tinha que ver o bem de uns poucos de indeviduos com o da Nação toda, devendo ter este genero o muito melhor preço por isso mesmo que hé fabricado com tanta deminuição de despezas [...]. Provera a D^s que em todas as artes e officios podessemos achar maquinas p.^a couzas necessarias e uteis que escuzassem braços, de que por hora temos tanta indigencia [...] [E, referindo-se a pretensões impertinentes] que nunca cêssaõ logo que se atende á primeira [a Junta observa:] [...] como hé patente a V.A.R. pela corporação da seda, dos ferreiros; corrieiros etc^a. Hé de esperar que os cabeleireiros não tardem a vir pedir a V.A.R. a sua mantença, porque a moda tem deminuido as cabeleiras e penteados (1802; Santana 1976: 619-620).

A situação repete-se no Brasil, onde os estrangeiros não se podiam estabelecer sem autorização. Importante a elevada quota do mercado de livro na mão de livreiros franceses:

que pertencendo na conformidade do seu regimento e da provizaõ de 22 de Dezembro de 1735 ao seu officio [de livreiro] a encadernação de todos os livros; e bem assim a venda delles cumulativamente com os mercadores estrangeiros acontecia que não contentes estes com o prejuizo q(ue) tinhaõ cauzado aos supp.^{es} e à Real Fazenda na abuziva introdução de livros encadernados fora do Reino, queriaõ prezenemente augmentalos Paulo Martin e Francisco Rolland, francezes de nação e mercadores de livros, intentando estabelecer duas cazas de commercio de livros na cid.^e do Rio de Janeiro, protectadas pelos nomes de seus filhos, nascidos no Reino ou naturalizados n'elle; e porq(ue) por muitas Leis, Decretos e Provisoes hé prohibido aos estrangeiros estabelecerem no Brazil cazas / de commercio, muito principalmente de livros que no tempo presente são assaz perigozos [...] (1799; Santana 1976: 586-587).

No entanto, a concorrência por parte dos estrangeiros não se limita à criação de fábricas ou à especialização. Nos anos difíceis que se seguiram ao Terramoto, a população de Lisboa defende-se energeticamente da concorrência de pequenos comerciantes e vendedores de rua estrangeiros, os quais, ao que parece, constituíam uma verdadeira ameaça para a pequena burguesia. As licenças necessárias tinham sido deferidas em grande número, o que não implica que, entre eles, não se encontrassem certamente vendedores ambulantes clandestinos. Os protestos e recursos apresentados abrem-nos uma janela sobre o dia-a-dia da vida da cidade:

[terem os estrangeiros licenças] para vender pelas ruaz e nas tendas toda a sorte de comestivo, bebidas, louça, vidros e muytas outras drogas [...] he tam ampla esta liberdade, q(ue) alem dos estrangeyros volantes q(ue) vendem pelas ruas alfeloas, jarzelim, melaço, doces, agulhas, tinta, azey-

tonas, florez de penna, sabonetes, e outras infinitas couzas semelhantes, se encontram em todos os lugarez mais publicos repetidaz tendas volantez em q(ue) outros estrangeiros estam vendendo estampas e registros, papeiz douradoz e pautados, ferros velhos e outros metaes uzados, sem q(ue) ultimamente lhes esquecesse o levantar humas fabricas de açar castanhas com q(ue) nas praças desta Cidade acabáram esta minima parte do commercio p.^a as pobres mulheres portuguezaz q(ue) nelle se empregavaõ [...] /

O que leva o Rei a decidir:

a grande desordem e consideravel prejuizo se sentem os meus vassallos moradores na cidade de Lizboa em se concederem de pouco tempo a esta parte licenças a estrangeyros vagabundoz e desconhecidos para venderem pelas ruas e em logens toda a sorte de comestiveiz pelo miudo; como tambem vinhos, aguas-ardentes e outras muytas bebidas; ampliando-se de tal modo esta liberdade que vendem pelas ditas ruas alfeloas, obreas, jarzelim, / melaço e azeitonas, chegando ultimamente a intrrometerse por humas novas fabricas athè no ministerio de açarem castanhas; e em outras semelhantes vendas de generos desta qualidade que são prohibidas pelas leys deste Reyno e posturas do Senado da Camara athè aos mesmoz homens nacionaes como excluzivamente destinadas p.^a o exercicio honesto e precisa sustentação das muitas mulheres pobres naturaes destes Reynos q(ue) se ajudavão a viver, e com effeito viviaõ destes pequenos tràficos [...] [Determina] q(ue) aos estrangeyroz vagabundoz e desconhecidos se não dem licenças para vender pelas ruas, cazas, logens, tendas estaveiz ou volantez ou em outra qualquer armação nenhuma sorte de comestiveiz ou de bebidas, quinquilharias ou fazendas; annullando todas as licenças q(ue) se houverem dado (1757; Santana 1976: 4-36).

Ultrapassaria o quadro desta contribuição reunir dados concretos sobre as naturalizações e os países de origem. É aliás de salientar o facto de a Junta do Comércio ter registado todos estes actos. Seria bastante interessante poder dispor de uma lista completa dos nomes dos estrangeiros recolhidos nesta documentação, sobretudo no ramo dos ofícios mecânicos, do comércio e da indústria. Estes nomes, repito-o, não só se registam nos autos de naturalização mas aparecem também, e em grande número, em documentos avulsos. E são de grande interesse linguístico-histórico as duas faces: o enquadramento no país de origem e a adaptação ao sistema onímico português.

6. A produção de bens e o comércio devem considerar-se no seu contexto global. Importações da Alemanha (na maior parte das vezes «por Hamburgo»), Itália, Inglaterra, França, Holanda, Rússia, etc., seguindo o esquema:

Italia, França, Alemanha por Hamburgo introduzem estes generos: toda a obra do officio de ourives, assim de prata como de ouro: / faqueiros,

jarros, chaleiras, cafeteiras, castoe(n)s de bengalla, facas de matto, ditas de meza, colheres, caixas de tabaco, cruces de banquetta, palieiros, bacias, bules, tigellas, pratos, espadins, gargos [sic], fivellas, esporas, cheiradores etc.^a (1772; Santana 1976: 307-371)

concorrem com a produção dos ofícios mecânicos e da indústria nacionais que, por razões económicas óbvias, tinham de ser protegidos. O exemplo seguinte, proveniente do sector da indústria transformadora do ferro, ilustra bem a situação:

Inglaterra, França, Hollanda, Alemanha por Hamburgo introduzem este genero: toda a obra do officio de cuteleiro. Os generos principaes deste officio são os seguintes: tizouras de toda a sorte, canivetes, tizouras de espivitar, navalhas, ferros de cyrurgia, facas de meza, licates, ferros para anathomia e tudo o mais pertencente ao dito officio, a excepção com tudo de facas para çapateiros e das chamadas de cabo de pezo ou flamengas [...] Este officio occupa igualmente avultado número de pessoas nesta cidade, alem das que nelle se empregam na Villa de Guimarae(n)s, Provincia do Minho, onde se tem creado perfeitissimos officiaes, os quaes se tem derramado por Braga, Porto, Lizboa e outras mais cidades e villas do Reino; e executando-se estas manufacturas de melhor qualidade que as de fóra, consequentemente sobem os seus respectivos preços [...] (1772; Santana 1976: 306).

Um voluminoso e elucidativo

mappa dos generos cuja entrada se póde vedar por haver já sufficiente abundancia delles proprios para o consumo do Reino e Conquistas: e tambem de outros, que pela sua ruim qualidade e nenhum merecimento se fazem inteiramente desnecessarios (Santana 1976: 260-347)

confirma amplamente muitos dos tópicos correntes sobre os diferentes países industrializados. Assim, importavam-se massas da Itália:

Italia introduz este genero: aletria e outras semelhantes qualidades de massa [...] Nesta cidade estão hoje fábricas deste genero, de sorte que promovidas ellas com a prohibição da aletria de fóra, se deve necessariamente esperar a sua dilatação aos termos de haver toda a precisa abundancia, em beneficio dos que se propozeram a fazella (1772; Santana 1976: 313).

Da Alemanha importavam-se, entre muitos outros produtos, determinados tecidos. Como exemplo, a *catalufa* «tecido vistoso de linho ou lã, com fios de prata» (Silva 1949/59: 2, p. 1013a):

Alemanha por Hamburgo introduzia este genero: catalufas de lã e linho (Este genero não tem entrado de annos a esta parte; porque a sua ruim qualidade inteiramente o banio: E como pela prohibição de outros, novamente poderaõ os estrangeiros lançar maõ d'elle, em prejuizo publico, aproveitando-se do diuturno esquecimento em que já se acha (1772; Santana 1976: 268).

Também aqui seria importante analisar certos aspectos em maior detalhe. Assim, por exemplo, na indústria vidreira há que fazer uma distinção clara entre vidro artístico, cujo processo de fabrico é tradicionalmente determinado pela Itália e o vidro plano, dominado, pelo menos em Portugal, pelos alemães. A lista citada diz simplesmente:

Italia e Alemanha introduzem este genero: toda sorte de lâminas de vidro [...] A introdução deste genero vem acrescentar unicamente o commercio passivo da nação, quando esta se póde servir de laminas que se preparam pelos artifices proprios (1772; Santana 1976: 309).

Noutra passagem, porém, estabelece-se uma clara diferenciação. Em 1670 apresenta-se o seguinte requerimento:

Joze Cardoso Pereira e Antonio Mendes Gracia homens de negoceo moradores nesta cidade por servir a V.A. querem conduzir a esta corte das partes do Norte mestres venezianos para que nella fabriquem hum forno onde se obre vidro cristalino tão fino como de Veneza com todas as galanterias e perfeições que se podem obrar de todas as cores excepto a de rubim espelhos de quatro palmos de alto e tres de largo e dahi para baixo frascos e vidros de toda a sorte [...] (1670; Macedo 1982: 262).

Esta tradição é continuada pela célebre fábrica de vidro dos irmãos Stephens, na Marinha Grande.⁸ O vidro em bruto é importado sobretudo da Alemanha e transformado por empresas alemãs:

[consulta sobre representarem os] juizes do officio de vidraceiro desta cidade [...] que nenhuma pessoa estranha póssa cortar vidros com diamante nem ajustallos e pôlos nas vidraças por ser esta obra privativa do dito officio, assim como igualmente a venda dos mesmos vidros pelo miudo [...] [Além disso] alguns estrangeiros comiçarios das fâbricas de vidros, de Alemanha [...] estabellecidos com logens deste genero em diversos sitios desta capital mandaõ vir daquelle paiz os vidros das vidraças ja cortados, segundo as medidas que para isso remetem, conforme o prospecto geral da Cidade afim de os venderem nas referidas logens [...] huma vez que não sejaõ em chapa e como sahem dos fornos [...] se vendaõ unicamente os vidros atacados em caixas e não cortados [...] [Toma também em consideração o representado pelos] erectores da fâbrica dos vidros de Guilherme e João Diogo Stephens [ao terem conhecimento do requerimento dos vidraceiros. Eram estes acusados pelos Stephens de mandarem vir os vidros de fora] muito ordinarios e delgados, a fim de que ajustando as obras a hum tanto por cada vidro, venhão

8 Veja também referências e produtos do tipo: «[estabelecera] no sitio do Calvario districto da Junqr.^a uma fabrica de vidros cristalinos em que já se principiavaõ a manufacturar / não só todas as qualidades que se manufacturaraõ na fábrica da Marinha Grande, mas até todas as pessas que se lhe mandarem fazer para o uzo da quimica ou para qual q.r outro fim» (1804; Santana 1976: 635-636).

a lucrar mais na diferença do pezo; pertendendo que assim mesmo se manufacturarem na Fábrica Nacional [...] (1789; Santana 1976: 509).

Comentários do tipo:

o executarem algumas vezes estas vendas pelo miudo os Alemae(n)s que tem logens de vidros nesta corte (1772; Santana 1976: 348)

aparecem com frequência. Seria interessante do ponto de vista técnico, sociocultural e linguístico fazer uma análise monográfica de ramos profissionais específicos.

Igualmente interessante a referência à denominação de origem, um problema bem conhecido, do tipo Carrara, Conhaque ou Champanhe:

pannos chamados vulgarmente de Barbaria. Quando sejam admittidos, se lhes não deve dar na alfandega o nome de crés de Hamburgo como se executa, quando aliás se devem despachar por pannos de linho da Rúcia; distinguindo-se desta forma dos ditos crés (1772; Santana 1976: 316).

A juntar a estes, ainda os numerosos estrangeiros que dirigem um empresa em Portugal. A especialização dos estrangeiros ou recém-naturalizados em determinadas profissões é um aspecto sociologicamente relevante — dei já aqui um breve exemplo da situação na indústria vidreira. Um exame mais cuidado poderia confirmar maioritariamente as interpretações existentes neste momento, permitindo porém uma especificação bem maior.

É claro que os «naturaes da terra» tentavam defender-se desta estrangeirização. É sobretudo nos grêmios dos ofícios mecânicos que se torna palpável esta demarcação, e a reserva de determinadas profissões a portugueses de gema. Ao mesmo tempo, a luta desigual existente entre o progresso industrial e os representantes dos interesses dos ofícios mecânicos agremiados acabará por levar ao desaparecimento das corporações. Assim, a exclusão de não-cristãos (incluindo os cristãos-novos) e sobretudo de escravos de cor é factor permanente em toda a documentação de que dispomos, sobretudo em profissões directamente ligadas a produtos alimentares como é o caso, por exemplo, dos pasteleiros. Neste contexto, é interessante a seguinte petição:

[petição de] Joaõ Rodrigues homem preto [...] que não sendo captivo e havendo aprendido e exercitado o officio de confeiteiro [...] encontrando, porém, nos juizes novamente elleitos a opozição com que o pertendem expulsar do uzo do referido officio, não havendo outro impedimento mais que o accidente da côr, o qual assim como não embaraça nem inhabelita para o sacerdocio e para pôstos militares tambem, e muito menos / o deve impedir para a officina e tráfico de confeiteiro [...] (1761; Santana 1976: 102-103).

7. A controvérsia em parte acesa surgida entre os ofícios mecânicos tradicionais e os exploradores de empresas fabris, representados pela Junta do Comércio, está presente de uma forma palpável e diversificada em toda a nossa documentação. Um parecer equilibrado de Jacome Ratton, que afirma, falando sobre o estabelecimento de uma fábrica de cordoaria:

erigir huma fabrica de cordoaria, com privilegio excluzivo p^r tempo de doze annos, com izenção de direitos [...] / que nesta cidade e seus contornos não havia athé agora fabrica alguma desta qualidade, pertencente a particulares, ao mesmo passo que hê hum dos principios portos maritimos e o mais frequentado da Europa, aonde hã hum indispençavel e proporcionado consumo de enxarcias que se introduzem dos paizes estrangeiros [Ratton] [...] [Junta:] durante os quaes [oito annos] nenhuma outra pessoa poderá estabelecer semelhante fabrica de enxarcia e cordoaria nos lemites e contornos desta cidade, computando se estes de hua legoa para dentro de hum e outro lado do Tejo e desde a barra, athé quatro legoas asima da cidade de Lisboa; bem entendido, que neste privilegio excluzivo senão comprihende de forma alguma a corporação do officio de cordoeiro, à qual fica como d'antes toda a liberdade de que sempre gozou para trabalhar nas obras que lhe compete pelo seu regimento (1794; Santana 1976: 553-554).

vê-se contrastado pela posição crítica e polémica simultânea de um fabricante de louça branca e azulejos:

(30) [...] na posse de hua propriedade de cazas na travessa da Bella Vista freguezia de N. Snr.^a da Lapa, na qual estabelecera o ditto seu sogro hua fabrica de louça branca de diversas qualidades, que hê hua das milhores deste Reino [...] expôs na sua informação que a fabrica de que se trata e em que se manufactura louça ordinaria hê das chamadas olarias: que nella se fabricaõ bons azulejos e alguma fayança que poderá melhorar-se com a continuação; que os regim^{tos} dos officios de nada mais servem de que a fomentar intrigas e demandas e nunca para adiantar e aprefeiçoar as manufacturas; e que sendo o supp.^{te} hum negociante matriculado e com fundos suficientes para proceguir com vantagem no estabelecimento a que se propoem, se fazia digno de attenção o seu requerimento. (1794; Santana 1976: 555).

A controvérsia sobre o monopólio, a preservação de estruturas tradicionais e a introdução de aspectos mercantilistas é travada aos mais variados níveis. Alguns exemplos:

[sobre requerimento dos fabricantes de assentos de palhinha [...]] / as artes fabris nunca foraõ da inspecção do Senado, mas sim deste tribunal [...] que esta obra não hera de nova invenção, porque haverá mais de hum seculo que neste Reino se faziaõ rotulas para portas e janelas; e antes e depois do Terremoto os marceneiros faziaõ os acentos de palhinha [...] que os recurentes não eraõ artistas de nova invenção, mas sim huns galegos que foraõ creados de servir de alguns mestres marceneiros

com quem aprenderão de curiosidade a fazer os ditos acentos de palhinha que inteiramente pertencião ao mesmo officio por ser guarnecimento de cadeiras [...] que entre os trastes cuja introdução se acha prohibida vinhaõ do Reino de França, antes e depois do Terremoto, muitas cadeiras, tamboretos e canapês de palhinha. Que hã tempos a esta parte introduziraõ alguns francezes esta arte desconhecida no Reino, porque as rotulas para as janelas e por / tas que se encontravaõ nesta cidade, e mais particularmente nas villas de de Alverca, Alhandra e Povia, não eraõ de rotim da India mas sim de junco marítimo das costas deste Reino; nem taõ pouco se construhiaõ da maneira que se manufacturaraõ as do mesmo rotin para os acentos das cadeiras: que os sobreditos francezes aprenderaõ esta nova arte não só alguns marceneiros, mas outras diferentes pessoas, que a ella se applicaraõ como a hum officio particular, entre os quaes no anno de 1774 Joaõ Manoel Galhardo foy hum dos que tambem obteve licença do Senado para poder consertar e fazer de novo as cadeiras chamadas de palhinha na sua loge; sem embargo de senaõ achar agregado aos mestres do officio de carpinteiro de moveis de caza nem ser por elles examinado de mill sette centos setenta e seis [...] Que a Francisco Gastor de nação franceza se concedeu igualmente licença em consulta do Senado para que por sy mesmo sem officiaes nem loge aberta podesse cobrir cadeiras e tamboretos de palha de tabua ou palhinha por modo de rotula, sendo lhe vedado manufacturalas de madeira [...] que no anno de 1788 se incorporaraõ em officio os sobredittos fabricantes de palhinha e formalizaraõ o seu requerimento [...] que não obstante esta falta de regimento continuaraõ os dittos fabricantes na pacifica posse de porem rotulas nas cadeiras, que os mesmos marceneiros lhes mandavaõ para esse fim [...] ficando-lhe com tudo a liberdade de por costas e assentos de palhinha ou rotula nas cadeiras q(ue) fossem feitas pelos refferidos marceneiros; e de concertar com a mesma palhinha todas as dos / particulares [...] vezitar pessoalmente algumas das chamadas loges destes fabricantes, não achava mais do que huns pequenos pardieiros, aonde se via debuxada a imagem da indigencia sem instrumentos nem madeiras pelas quaes se podesse presumir que fabricavaõ cadeiras ou outros quaes quer trastes pertencentes ao officio de marceneiro [...] hé axioma entre muitos economistas o prejuizo que rezulta a sociedade de haverem semelhantes corporaçoes de officios arregimentados, visto que alem do manifesto monopolio a que se destinaõ, não servem mais do que para interter e fomentar continuas discordias como prezentemente acontece [...] muito antes de se formalizara o seu regimento [marceneiros] no anno de 1767, nelle se não faz menção alguma de semelhante artigo, assim como se não faz da obra de pintor, dourador, serralheiro e outros officios mais de que depende o de marceneiro para acabar muitos dos seus moveis, cujos officios ficaraõ inteiramente separados pelo mesmo regimento [...] / Como parece, quanto a legetimar esta manufactura ou arteficio; quanto porem á policia e regulamento de veraõ recorrer os sup^{tes} ao Senado que hade de combinar o seu direito com o dos outros artefices conciderando a dependencia que reciprocam^{te} tem huns dos outros (1794; Santana 1976: 549-553).

8. As consequências sociais da industrialização, do trabalho em cadeia nas máquinas, a formação de um proletariado, a falta de mão-de-obra no campo, etc., são fenómenos comuns a Portugal e aos outros países industrializados. A nossa documentação contém não poucas referências a estes aspectos, que não poderei porém abordar aqui.

Uma cobertura total das «manufacturas» estabelecidas e testemunhadas pela documentação existente traria certamente conhecimentos elucidativos aos sectores histórico-social, demográfico e linguístico. Os números citados por Macedo (1982: 153) para o pessoal de turno constituem apenas um ponto de partida, que poderia ser especificado. Vou dar só dois exemplos:

Francisco Wales inglez de nação, dono e mestre de hua fabrica de baetilhas [...] erecta nesta cidade, em que ocupa mais de sette centas pessoas [...] a fabrica do supp^{le} foy estabelecida em virtude da rezolução do 1.º de Setembro de 1798 (1801; Santana 1976: 601).

uma fabrica de estamparia na Ribeira de Alcantra [na qual trabalhavam] mais de quatro centos pessoas de ambos os sexos (1802; Santana 1976: 608).

Inovação técnica, investimento, impostos, monopólio, formação técnica na empresa e decadência juntão-se no texto seguinte:

o edifficio em que se acha estabelecido o filatorio a piemonteza [...] [declarou que não podia dispensar-se nenhuma parte do edificio] pois está occupada com tres maquinas de dobrar na metade interior do edificio e na metade anterior delle estão o engenho do filatorio, sette teares de nobrezas, duas cazas com rodas e pequenos engenhos de dobrage [...] / [que o seu filatório] prepara todas as tramas que são necessarias p.^a o consumo da Real Fabrica com mayor perfeição do que aquellas que vem de Genova. Tem preparado dezoito mil arrates de tramas p.^a a fabrica e poderia trabalhar todas as necessarias para Lisboa, se os direitos que se impozerao nas sedas em rama fosse entendido que esta expreção significava as sedas em trama e não aquellas que podiao deixar a mão de obra no paiz [...] representa o deputado Thomas Ant.^o de Villa Nova Portugal que no filatorio a piemonteza que está nas cazas da Rua de S. Marçal tem a Fazenda Real da Fabrica 8:495\$160 [...] nellas tem estabelecido sette theares de nobrezas e outras sedas lizas; e nelles tem uma escola de fiação de seda actualmente decadente como as mais que não se tem favorecido, mas que ahinda ocupa umas poucas de raparigas que aprendem. Este facto mostra a obrepção e subrepção com que o Supp^{le} requireo e quaze obteve uma insinuação p.^a se admitir nestas cazas uma fabrica de latas [...] (1802; Santana 1976: 606-607; Sousa 1978).

Não é raro encontrar referências a uma grave falta de mão-de-obra. Se, por um lado, a procura deste factor de produção por parte da

indústria promove o abandono dos campos, por outro assiste-se ao surgir de problemas sociais até aí inexistentes provocados pelo aparecimento de um proletariado. Os argumentos usados tocam, por um lado, a utilidade de inovações técnicas:

reconhecendo a grande necessidade que há de braços que se dediquem à agricultura e prevendo a utilidade q(ue) pode rezultar ao Estado da introdução da maquina ou thear de seda de que pertende uzar o francez Salchon, manda remeter a Real Junta do Commercio o requerim^{to} incluzo da corporação denominada do estreito [...] (1802; Santana 1976: 616).

Por outro lado, está bem patente a consciencialização de uma proletarização crescente:

[...] os seus ajuntamentos nas horas e dias de vacancia dão de si o que costuma dar o ajuntamento da plebe, sem costumes, aonde hum copo mais de vinho produz muitas vezes dezordens que inquietaõ o Governo, como tantas vezes se tem visto em Londres, Bermingham, Manchester e em todos os lugares de fabricas accumuladas. Alem disto me parecia necessario estabelecer em regra o desviar da corte quanto for possivel todas as fabricas que commodamente se / poderem estabelecer fora della, pois além de que os edificios, os jornaes e a mantença dos officiaes são muito mais dispendiozos, parece de razaõ deminuir os atractivos demaziados que estão puchando para a corte tanta gente vadia com a ultima ruina da povoação e cultura dos campos. Hum trabalhador industriozo, não pode no luxo de Lisboa tirar do seu trabalho a sua subsistencia, e a de mulher, e filhos, portanto não caza, e vai perturbar o socego das familias alheas, em tanto que achando na frugalidade rustica hum grande augmento á sua renda no que gasta de menos, une-se a huma saloya, que em pouco de hua boa may de familia, que contribue para a massa geral da povoação (1792; Santana 1976: 540-541).

9. Muito haveria a dizer no tocante à temática produtos de primeira necessidade e artigos de luxo. Segundo Ratton (1813) e outros, os artigos de luxo começaram por ser exclusivamente de importação:⁹ as

9 V. a afirmação de J. Ratton: «Até o tempo do terramoto de 1755 eraõ as relações commerciais de Portugal com as nações estrangeiras, assim de importação como de exportação, feitas por casas de commercio estrangeiras estabelecidas em Portugal; e mesmo parte do commercio de retalho feitas lojas abertas dos mesmos estrangeiros cumulativamente com os nacionaes; e sómente o commercio com os portos do Brazil era feito pelos nacionaes, conhecidos entãõ pela denominação de Commissarios, Mineiros, Angolistas, &c. As manufacturas do Reino se limitavaõ a pannos de linho, linhas de Guimaraens, chapéos de laã de Braga e da terra da Feira, ferragens grossas de Braga e de Guimaraens, pannos grossos de laã e saragoças; e quanto a sedas havia mui poucas fornecidas pela fábrica moderna de Lisboa, além dos taffetás e gorgoroens, próprios para mantos de que até entãõ usavaõ as mulheres, fabricados em Bragança. Todos os mais generos manufactu-

listas correspondentes são bastante elucidativas. Seria conveniente, porém, questionar o conceito e o campo semântico de «luxo». Datado por Cunha (1986) sem mais explicações no século XIII, testemunhado no século XVII por Machado (1977) (segundo ele, «certamente pelo fr. *luxe*»), luxo é, desde o século XVIII, um conceito chave¹⁰ segundo o padrão:

por ser o dito offício [de chocolateiro] de *luxo*, e não de primeira necessidade (1818; Langhans 1943: 559)

ou

Hum trabalhador industrioço, não pode no *luxo* de Lisboa tirar do seu trabalho a sua subsistencia, e a de mulher, e filhos [...] (1792; Santana 1976: 541)

ou

Rúcia e outros Estados introduzem este genero: pelles da Rúcia para fôrros / [...] Tem o *luxo* abraçado de maneira este genero, que sendo somente applicavel para forros de vestidos, capotes, etc.; a vaidade tem apurado tanto o seu uzo, que até se debruam affectadamente com tiras de pelles capas, roupões, vestias, e outros muitos trastes [...] (1772; Santana 1976: 262-263).

A documentação contém numerosas referências deste tipo, pelo que uma catalogação destes bens de luxo seria forçosamente muito interessante do ponto de vista histórico-cultural. Apresento apenas alguns exemplos elucidativos. Assim, na passagem que segue distingue-se entre bens de consumo quotidiano e de luxo:

[...] senhor e possuidor de hum fabrica de louça branca cita na Calçada de N. Sr.^a do Monte [...] na qualidade de ordinaria supera às mais fabricas, não deixando de trabalhar-se nella louça fina e excelentes azulejos [...] [não visavam] somente a animar as fabricas de *luxo*, mas tambem as do uzo ordinario do povo [...] (1793; Santana 1976: 548).

A decoração da casa acompanha a moda. Nos trechos seguintes, assistimos à discussão surgida sobre a importação ou o fabrico no país de papel pintado:

Inglaterra e França introduzem este genero: papeis pintados á imitação de chita [...] havendo para suprir a sua falta chitas ordinarias e entrefinas; linhos de diversos feitios dos portos da Azia; pannos pintados á medida das cazas por artifices nacionaes; sedas lisas e damascos que vem da

rados, para consumo do Reino e Colónias, vinhaõ de fora [...]» (Ratton 1813: 72).

10 Que perdura até aos nossos tempos; cf. Serrão (1979: 5, pp. 364-366).

China por navios proprios; e varios tecidos de algodão e seda tambem das proprias fabricas; alem de que até o anno de 1750 não eram aqui conhecidos taes papeis, e se pôde passar agora sem elles, como até então se passava, attendendo a que hé hum forro perdido cada vez que se poem em huma parede [...] (1772; Santana 1976: 292).

[...] huma Fabrica de Papeis pintados, e estampados, para ornamento de cazas [...] que estava cituada no bairro das Fontainhas [...] / [...] cujo consumo, e mayor extracção hê proprio desta cidade, por ser ainda muito escassa a exportação para os dominios ultramarinos: Que na fabrica se occupaõ de tres até cinco officiaes, hum mestre, hum abridor, e dois aprendizes, que applicandose a esta manufactura, tambem se habelitaõ para trabalharem nas fabricas de estamparia de xitas [...] incumbindo-se pozetivamente ao recorrente o uzo dos melhores riscos, e mais modernos que actualmente estão vindo de Leam, Inglaterra e Holanda, cujos padroens de modernissimo gosto de architectura, faraõ suplantar as manufacturas nacionaes, se estas não forem animadas (1791; Santana 1976: 526-527).

[...] sobre pertender Manoel da Costa a graça de izenção de direitos dos materiaes que se consumirem na sua fabrica de papel pintado [...] licença para estabelecer huma fabrica de papel pintado, com as mesmas condiçoens e privilegios com que foy estabelecida a de Lino Jozê Urbano porque para esta empreza tem convidado a Francisco Victor de Lonè, que neste genero de manufactura hé mestre assas perito, e apromptado os instrumentos necesarios para a laboração da ditta fabrica [...] / pois não havendo destas manufacturas de papel pintado mais que as duas mencionadas fabricas cuja laboração não hê bastante para satisfazer completamente ao uzo que dellas se tem introduzido [...] conseguir o augmento e perfeição das manufacturas nacionaes para evitar a importação das estrangeiras que neste genero de papel pintado não hê indifferente [...] (1795; Santana 1976: 561-562).

O *brim* («tecido forte de linho ou algodão») importado geralmente da Alemanha ou de França podia ser utilizado para fins semelhantes:

Hamburgo e França introduzem este genero: brins com pinturas a imitação de panno de Arrás [...] Este genero que se aplica para guarnição de cazas, se pôde bem suprir pelos proprios pintores indigentes e desoccupados por falta de obras do seu officio, originada, em parte, pela introdução dos ditos brins já pintados (1772; Santana 1976: 311).

O elevado número de fábricas de chapéus atesta o acompanhar das tendências da moda internacional:

[...] faculdade a Gabriel Millet, de nação franceza, para estabelecer nesta corte huma fabrica de chapeos finos [...] a fornecer o dito erector ao menos com outo mil pelles certas de coelho, em cada hum mez, nos princípios deste etabelecimento, sem embargo de carecer logo de hum mayor número; como tambem das pelles de lebre, das quaes receberá todo o número que se lhe quizer mandar entregar (1772; Santana 1976: 349; 355).

[...] licença para estebelecer nesta cidade huma fabrica de chapeos finos [...] elegendo para mestre della a Carlos Gressielli, que o foi já de huma em Espanha e trabalha actualmente por contra-mestre em outra das já erigidas nesta Corte (1776; Santana 1976: 394).

Saborear café era uma acto de luxo ou estava na moda, e realizava-se nas casas de café, a primeira das quais terá aberto ao que parece na Rua Nova. O significado deste ponto de encontro para o mundo do comércio foi levado em conta ao organizar-se uma instituição deste tipo destinada exclusivamente aos representantes do comércio internacional:

[...] nem um lugar decente havia em que se juntassem os negociantes que fazião a sua praça em hum caffè da antigua Rua Nova, e passou depois p.^a a Rua da Esperança até que o S.^r Rey D. Jozé de glorioza memoria querendo promover o commercio e facilitar-lhe os progressos maravilhozos que elle tem feito e continua a fazer debaixo dos auspicios de V.A.R. Creou nesse mesmo anno a Junta do Comm^{cio} foy então que se deignou p.^a Praça do Commercio hum lugar competente a qual se deu hum guarda que a vegiasse e servisse, fornecendo papel e tinta aos neg^{es} os quaes nas festas o brindaõ como lhes parece. Já se vé que este homem deve ter educação, verd.^e probidade, intelligencia do commercio e das lingoas mais frequentes entre os negociantes pois dali vaõ e ali vem nos paquetes inglezes cartas, incomendas e dinheiro que tudo se confia da-quelle homem. Estes requezitos se achaõ no provido Joaõ Garnault; pois ainda que seja Inglez de origem hê nascido em Portugal, onde com seu pay e irmaos fez sempre grosso commercio de vinhos e mais generos até que arruinado pela grande quebra de Joaõ Ant^o Catelam se vio reduzido a necessidade de viver do off.^o de guarda livros em cazas conhecidas; e agora deste emprego (1800; Santana 1976: 593).

10. O Terramoto de 1 de Novembro de 1755 implicou a criação de novas estruturas políticas, económicas e sociais. Prova clara desse efeito é a reconstrução e paralelamente modernização da capital ou *corte*, como geralmente é denominada nos textos. Na documentação de que dispomos encontram-se inúmeras indicações de planos de construção, actividades de engenharia civil, novos traçados de ruas e avenidas, demolição e aproveitamento de ruínas, etc. No sector das infraestruturas, as *Águas Livres* ocupam um lugar de relevo, embora se encontrem igualmente chamadas de atenção, por exemplo, para a necessidade de uma iluminação adequada:

[...] tendo mostrado a mais constante experiencia q.^{to} hê util a conservação da Real Guarda da Policia e da illuminação da Cidade de Lisboa para manter consequença e tranquillidade os moradores della, livrando-se dos assassinos e roubos que antes estavaõ expostos: querendo dar principio ao estabelecimento dos fundos necessarios para a sua subsistencia,

que sejam proporcionados e menos onerosos aos meus fieis vassallos. E conciderando que os impostos applicados para as Aguas Livres excedem a sua despeza, pois que se achão feitas as obras mayores, e sô mente continuaão as menores e as necessarias para a sua conservaço: Hey por bem separar dos ditos impostos o que pertense ao Real d'Agoa das Carnes e que o seu producto entre daqui em diante directamente no meu Real Erario, p.^a se aplicar á despeza da dita guarda e iluminação [...] (1803; Santana 1976: 633).

As questões ambientais e o seu impacto tanto sobre a saúde quanto sobre a imagem da cidade são tratadas, conforme nos é dado verificar na seguinte passagem:

[...] mas quanto ao sitio p.^a a ditta prença [de enfardar sacas], parece outro sim ao mesmo Tribunal que não convem embaraçar praça alguma, e muito menos a mais nobre da capital [Praça do Commercio], e que faz o seu melhor ornamento, pois além de se intropesser o prospecto da cidade, faltaão os passeios para os cidadaons e os depozitos de ar mais puro, que sirva a melhorar o que está corrompido dentro daas ruas e das cazas pela rezidencia de todos os animaes que o infectaão pelas suas transpiraçoens, pela podridaão dos vegitae e pela propagação do fumo das chaminés e de tantas outras couzas que corrôpem o ar necessario á vida e á saude geral (1792; Santana 1976: 543).

De uma forma geral é visível a preocupação e o orgulho pelo desenvolvimento e embelezamento da capital. A passagem que apresenta em seguida dá-nos uma ideia aproximada deste ambiente:

[...] para evitar os pecaminozos e prejudiciaes abuzos que se tinhaõ feito das chamadas barracas ou cazas de madeira levantadas pela occaziaão da calamidade do Terremoto de 1755 na Marinha, praças e terrenos desta capital de que rezultava não só huma illicita e escandaloza comixtaão de differentes familias e sexos [...] / conservaõ-se e continuaão a levantar-se no meyo da magnifica cidade e corte de Lisboa as mesmas cazas de madeira, que a experiencia tem mostrado serem covis e habitaçoens de vadios e de mal feitores e huma materia apta e disposta a incendiar os soberbos e dispendiozos edifficios construhidos em publica e particular utelidade [...] que nelles se não edefique caza alguma de madeira frontal ou outra materia que seja fixa ou estavel; mas sim cabanas amoviveis e volantes que se possaõ levantar e mudar (1783; Santana 1976: 473-474).

A Junta do Comércio era igualmente responsável pelo controlo do sector dos seguros, presente em Portugal desde o século XVI:

vendo-se na Junta o papel incluzo que contem a formalidade de hum estabelecim.¹⁰ p.^a a Caza dos Seguros da praça de Lisboa se consulte o que parecer. Hé sem dũvida que o Reyno de Portugal padece detrimento notavel na falta de Caza dos Seguros: não da q(ue) havia athé o anno de mil e sette centos cincoenta e cinco, porque esta só tinha de nossa o estar materialmente em Lizboa; mas de huma companhia de portu / guezes e pessoas estabelecidas no Reyno, em cujas mãos ficasse o fundo de cento

e vinte mil cruz.^{os} em que, pelo menoz, se podem avaliar os premios dos seguros de todas nossas praças: A Junta tivera representado a V. Mag.^c esta importante materia, se não conhecesse os embaraços q(ue) p.^a a execução deste projecto tinha feita a calamidade da capital destes Reynos; e agora que alguns dos negociantez portuguezes intentaõ restabelecer os seguros, não entende que o modo proposto seja merecedor, por hora, da Real confirmação da V. Magestade [...] (1758; Santana 1976: 60-61).

[...] sobre pertenderem diversos negociantes da praça desta cidade a confirmação da denominação da comp.^a permanente de seguros em Lisboa e das condiçoens do seu estabelecimento [...] Lisboa tem outras companhias compostas de negociantes notoriamente ricos [...] a nossa praça em termos de não competir com ella em solidêz de seguros nenhuma outra da Europa em razão das companhias poderozas que os fazem (1792; Santana 1976: 539).

He notorio que se a Caza dos Seguros de Lisboa depois do lamentavel decahimento do nosso Commercio ainda existe, existe principalmente pelos seguros que nella toma a Comp.^a Bonança (1825; Santana 1978: 376).

Por decreto de 1788 recebeu a Junta do Comércio a categoria de tribunal régio com o título de *Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação*, controlando assim a indústria, o comércio e os seguros, apesar de as possibilidades de intervenção directa de que dispunha se encontrarem já claramente reduzidas. Foi extinta no ano de 1834 por «incompatível com a forma de governo estabelecido na Carta Constitucional».

11. A terminar, um breve sublinhar do interesse linguístico de que se revestem este período e a documentação histórica. À semelhança da correspondência privada desta época, também os textos administrativos são testemunha insubstituível da língua quotidiana. No nosso contexto, talvez mereça ser sublinhada a experiência autobiográfica de um «estrangeiro» como Jácome Ratton. Aliás, a evolução e o movimento presentes na língua são palpáveis. Citando Macedo, o historiador:

A linguagem varia de documento em documento, excepção feita ao que alude a pessoal corporativo. Nos decénios de 1720-1740 aparece o termo «operário» com referência a trabalhador de indústria. Fábrica tanto designa qualquer construção, como uma empresa industrial, o conjunto das unidades industriais, como ainda o processo de fabrico; mas o seu sentido anterior de construção harmónica e monumental cai em desuso. Máquina é sinónimo de habilidade, perícia imprevista e bem montada. Para designar em geral os elementos do trabalho, usa-se com mais frequência apetrechos, ou «petrecho» ou ainda «aparelho». No entanto, é

patente que se tenta um vocabulário para dar expressão a interesses novos que a língua não previa, com tentativas de solução e de aproveitamento nem sempre felizes (Macedo 1982: 73).

Estas variações ou indecisões ou vacilação na utilização da língua são manifestas e não se limitam exclusivamente à terminologia técnica. Não nos situamos neste contexto no nível da linguagem literária, mas sim no da linguagem quotidiana, viva e espontânea, para a qual nem sempre é óbvio o domínio da língua escrita, de acordo com o esquema: «Na Companhia da *Fabriga* digo *Fabrica Real* da Seda estabelecida nesta Corte», que se tornou, aliás, pouco depois, na «Companhia da *Real Fabrica*» (1741; Macedo 1982: 256).

A presença estrangeira, os numerosos contactos comerciais e as importações de artigos de luxo e de moda estrangeiros — sem esquecer o surgir de novas profissões — tiveram um impacto imediato sobre o comportamento linguístico. É possível que as fortes tendências de latinização fossem apoiadas por internacionalismos. Seria necessário estudar um a um cada caso, para compreender a origem e a propagação de um vocabulário que nem sempre é exclusivamente técnico. É precisamente a demarcação entre léxico geral e terminologia específica que se apresenta como a mais difícil de conseguir. Frequentemente encontramos aqui testemunhados pela primeira vez determinados termos que só mais tarde serão incluídos nos dicionários (Constâncio 1836 é uma fonte importante neste contexto).

Não são raros os exemplos de formação de palavras espontânea e viva. Tome-se como exemplo o verbo *moleirar*¹¹, em vez de *moer*, como derivado espontâneo do nome de ofício *moleiro* (o resultado normal seria *moinheiro*, partindo do latim MOLINARIUS ou de *moinho*). Noutras denominações, como por exemplo *estanhar* dever-se-ia controlar a utilização específica. Ao contrário do que se afirma nos dicionários etimológicos, a técnica encontra-se perfeitamente instalada em Portugal desde o século XIII.¹²

11 «Todo o mestre que for achado a *moleirar* em loja que não seja sua propria ou de proprietario della ou debaixo de inspecção de outro mestre, ficará incurso na pena de vinte mil reis e quinze dias na Cadea, e a carta lhe será apreendida [...]» (1809; Langhans 1943: 161).

12 Segundo Houaiss (2001), documentável desde 1508; segundo Cunha (1986), 1848; Machado (1977) não menciona esta palavra. De facto, está documentado já no célebre inventário de 1253: *garnimento stanado, pregadura stanada, spore stagnate, arricaues stagnati...*, sendo discutível o comportamento eclético dos citados autores face à documentação em latim medieval. A forma portuguesa já

Evidentemente há bastantes termos técnicos cuja datação e/ou etimologia específica não se encontram nos dicionários etimológicos. Assim, por exemplo, e para citar apenas alguns poucos tecidos, *lapim* «sarja preta» encontra-se atestado quase um século antes da data com que nos brinda o Houaiss (2001), em 1862:

Inglaterra introduz este genero: *lapins* de seda e lã, de toda a qualidade [...] Este genero teve grande aceitação no seu principio; porem a experiencia mostrou a sua ruim qualidade pelo decurso do tempo, de maneira, que sendo já a sua entrada tão diminuta, para acabar de o extinguir sera util a sua prohibição (1772; Santana 1976: 269).

Sufolié, segundo Silva (1949/59) «certo tecido de algodão do séc. XVIII» do Brasil, falta no Aurélio (1999), no Houaiss (2001) e nos dicionários etimológicos. A história material e linguística seria de verificar com base em passagens como

[...] [panos de linho, *sufoliés*] e toda a mais lençaria branca ou de cores das fabricaz destes Reynos ou vindas da Azia pelas naus portuguezas e das fabricas dos Reynos estrangeiroz sendo permittidas (1757; Santana 1976: 44)

ou

Alemanha por Hamburgo introduz este genero: *sofoliés*, panno de linho pintado de imprensa, e manufacturado em Alemanha [...] / Este genero hé de ruim qualidade e costuma ter a sua mayor applicação para forros de caixas e baús, fazendo á primeira vista figura de chita, cuja apparencia brevemente se desvanece, tornando-se em hum desengracada côr; conhecendo-se então o defeito da sua qualidade. Pode-se suprir com infinitas drogas de algodão, muito mais duraveis e de igual commodidade no preço, que costumam vir da Azia em navios proprios; alem das que se podem executar nas novas fabricas de algodão, a que já se vay dando hum feliz principio; termos em que parece se faz inteiramente desnecessaria a entrada de semelhante genero (1772; Santana 1976: 269-270).

Segundo o Houaiss (2001), *melânia* «espécie de tecido ondeado, de lã ou de seda, próprio para decorações» e muito procurado como tecido de decoração, encontra-se testemunhado apenas a partir de 1858. Machado (1977) reporta-se ao Inventário de D. Catarina datado de 1706, escrevendo-o porém *melania* e a forma histórica *mallania*. É um caso interessante que mereceria uma notícia monográfica sobre a forma fonética *melânia* resp. *melania* (os dicionários e a tradição

se documenta, pelo menos, desde 1500 [*ferro estanhado*], no célebre Livro de cozinha da Infanta D. Maria (cf. Manuppella 1986), fonte utilizada por todos.

textual contradizem-se)¹³ e a etimologia. Se os testemunhos mais antigos até agora conhecidos e datados de 1704 reportam a uma cama castelhana de *melania* ou à decoração de igrejas, a verdade é que para nós é importante o contexto histórico-cultural:

Italia e Inglaterra introduzem este genero: *melânias* de seda e *meyas melânias* [...] Esta fazenda hê aparentemente engraçada; mas na verdade enganoza e de nenhuma duração. Sendo prohibida a sua entrada, se facili / tará assim a Real Fabrica como os mais fabricantes de sedas, dispersos, a extracção de outros tecidos que tem a mesma graça e belleza (1772; Santana 1976: 263-264).

De delimitar igualmente o volume semântico, por exemplo, de *quinguilharia(s)* e a sua importante forma paralela *quincalharia*. No entanto, até lexemas centrais como *fábrica* (com a família lexical *fabricar*, *fabricante* e *fabrico*) ou *manufatura* (com *manufaturar*)¹⁴ necessitariam de uma verificação pormenorizada (Macedo 1982: 59-61).

Neste contexto linguístico, formações deonímicas do tipo *bretanha* «tecido branco muito fino, de linho ou de algodão»,¹⁵ *irlanda* «tecido muito fino de algodão ou de linho»,¹⁶ *londres* «espécie de tecido antigo, que se fabricava em Londres»,¹⁷ e também o deónimo

13 *Melania*, no *Grande dicionário da língua portuguesa* de Silva pelo menos até a 7ª edição, em Vieira (1871/74), no *Dicionário da Língua Portuguesa da Academia das Ciências de Lisboa* (2001), e no *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa* (Academia das Ciências de Lisboa 1940). Figueiredo (1899) cita *melânia* «qualidade daquilo que é sombrio ou escuro», sem mencionar o tecido.

14 Segundo Houaiss (2001) só desde 1789, Cunha (1986) se refere a Vieira (1873) (cf. Vieira 1871/74). A palavra está muito presente na nossa documentação, p.ex. «se poraõ novamente em exercicio os teares de lenços chamados do penhasco, que na cidade de Lamego e outras se *manufacturavam* de excellente qualidade e perfeição, tendo geral consumo em todo o Reino e Conquistas; e se accrescentará mais um genero aos fabricantes de sedas de teares de largo que possam *manufaturar* em sua propria utilidade e do publico» (1772; Santana 1976: 260).

15 Segundo Houaiss (2001) desde Cardozo no ano 1562. Cunha (1986) indica séc. 18, data que tomou evidentemente de Machado (1977) que dá 1706. A primeira datação é, neste momento, 1493. Em cast., *bretaña* encontra-se bem documentado desde 1445/1591 (CORDE); falta, como também *irlanda* e *londres*, em Martínez Meléndez (1989).

16 Silva (1949/59: 6, p. 8); falta em Houaiss (2001), Cunha (1986) e Machado (1977). Encontramos várias atestações de 1430 e 1552 nos materiais estudados.

17 Silva (1949/59: 6, p. 298a); falta em Houaiss (2001), Machado (1977), Cunha (1986) e Martínez Meléndez (1989). Este tecido já se documenta na célebre lista

londrisinho, que falta nos dicionários mas vem mencionado por Viterbo (1962: 2, p. 370) aparecem bastante cedo e em número especialmente elevado. Na documentação de que disponho encontramos muitos exemplos deste tipo.¹⁸

Estas especificidades léxicas, que se acumulam no Século das Luzes, poderiam ser reunidas sem dificuldade num vocabulário específico do «Antigo Regime» (segundo Mattoso (1993), de 1680 a 1807) ou, limitado no tempo, do «Despotismo iluminado» (segundo Serrão (1990), de 1750 a 1807) ou até à dissolução da Casa dos Vinte e Quatro e da Junta do Comércio (1834). Por muito úteis que possam ser estes inventários, seria imprescindível inseri-los no contexto da evolução da língua portuguesa: esta língua e este léxico específicos não surgem do nada nem desaparecem sem deixar rasto. O conhecimento do meio político, social e cultural é condição prévia necessária para a classificação e interpretação correctas. E o chamado Século das Luzes continua para nós bastante obscuro. A lexicografia histórica do Português, porém, não dispõe das obras de base para tal tarefa. Os dicionários existentes não são de forma alguma tão maus como por vezes se afirma; no entanto, a base documental e a interpretação histórico-cultural e linguística não se encontram ainda a um nível que faça totalmente jus às exigências e possibilidades científicas do nosso tempo.

Bibliografia

- Academia das Ciências [de Lisboa] (1940): *Vocabulário ortografico da lingua portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Aurélio (1999) = Ferreira, Aurélio Buarque de Holanda (1999): *Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. Coord. e ed. Margarida dos Anjos, Marina Baird Ferreira. 3a ed. totalmente revista e ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Barbosa, José (1962): «Para o estudo das origens da indústria em Portugal», em: *Vértice* 22, pp. 15-21, 152-163, 244-252, 309-322.
- Caetano, Lucília (1987): «Revolução Francesa na industrialização de Portugal», em: *Romance Philology* 23, pp. 249-270.

alfandegária de 1253, sendo necessária a distinção entre lugar de procedência (cinta, alfrés, corda) e formação deonímica (tecido).

18 Para alguns exemplos do séc. XVIII cf. Kremer (2001: 198-199).

- Constâncio, Francisco Solano (1836): *Novo dicionário critico e etymologico da lingua portugueza, precedido de hum introdução grammatical*, Paris.
- CORDE = Real Academia Española: Banco de datos (CORDE) [en línea] (s.a.): *Corpus diacrónico del español* <<http://www.rae.es>>.
- Correia, Vergílio (ed.) (1926): *Livro dos Regimentos dos Officiaes mecanicos da mui nobre e sempre leal Cidade de Lixboa (1572)*. Publicado e prefaciado pelo Dr. Vergílio Correia, Coimbra: Imprensa da Universidade. [edição incompleta]
- Cunha, Antônio Geraldo da (1986): *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*, 2.^a Edição revista e acrescida de um Suplemento, Rio de Janeiro: Nova Fronteira [= Cunha].
- Dias, Luís Fernando de Carvalho (1955): «Relação das fábricas de 1788», em: *Boletim de Ciências Económicas* (Lisboa) 4, 1, pp. 24-42.
- Dicionário da Língua Portuguesa da Academia das Ciências de Lisboa* (2001), 2 vols., Lisboa: Verbo.
- Figueiredo, Cândido de (1899): *Nôvo Dicionário da língua português, compreendendo: alem do vocabulario commum aos mais modernos dicionários da lingua cerca de 30,000 vocabulos que o autor colheu; na linguagem popular das provincias e ilhas; em antigos manuscritos da Torre do tombo e de outros archivos; na technologia industria e scientifica [...] e na linguagem brasílica, que contribuiu para esta obra com mais de 5,000 vocabulos, não registados ate agora em dicionários portugueses*, 2 vols., Lisboa: T. Cardoso & Irmão.
- Godinho, Vitorino Magalhães (1955): *Prix et monnaies au Portugal*, Paris: Armand Colin.
- Houaiss (2001) = Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia (2001): *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*, Rio de Janeiro: Objetiva.
- Kremer, Dieter (1998): «Sarmiento und Portugal», em: *Galicien-Magazin* (Trier) 6, pp. 23-27.
- Kremer, Dieter (2000): «Ofícios mecânicos: história e linguística», em: *Anais da Academia Portuguesa da História* (Lisboa), II Série, vol. 39, pp. 189-205.
- Kremer, Dieter (2001): «A primeira Revolução Industrial e a língua portuguesa», em: Thielemann, Werner (ed.): *Século XVIII: Século das Luzes. Século de Pombal*, Frankfurt/Main: TFM, pp. 171-202.
- Langhans, Franz-Paul (1943): *As corporações dos ofícios mecânicos. Subsídios para a sua história*, com um estudo do Prof. Doutor Marcello Caetano, vol. 1, Lisboa: Imprensa Nacional.
- Langhans, Franz-Paul (1946): *As corporações dos ofícios mecânicos. Subsídios para a sua história*, com um estudo do Prof. Doutor Marcello Caetano, vol. 2, Lisboa: Imprensa Nacional.
- Macedo, Jorge Borges de (²1982): *Problemas de história da indústria portuguesa no século XVIII*, 2.^a edição, Lisboa: Quercó.
- Machado, José Pedro (³1977): *Dicionário etimológico da língua portuguesa*, 5 vols., Lisboa: Horizonte.

- Manuppella, Giacinto (ed.) (1986): *Livro de cozinha da Infanta D. Maria. Códice português I.E. 33 da Biblioteca Nacional de Nápoles*, Prólogo, leitura, notas aos textos, glossário e índices de Giacinto Manuppella, Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda.
- Martínez Meléndez, M.^a Del Carmen (1989): *Los nombres de tejidos en castellano medieval*, Granada: Universidad.
- Mattoso, José (ed.) (1993): *História de Portugal*, IV, Lisboa: Círculo de Leitores.
- Oliveira, Eduardo Freire de (1882/1911): *Elementos para a história do município de Lisboa*, 17 vols., Lisboa: Typographia Universal.
- Ratton, Jacome (1813): *Recordacoens de Jacome Ratton sobre occurencias do seu tempo em Portugal, durante o lapso de sesenta e tres annos e meio, alias de maio 1747 a Setembro de 1810. Que rezidio em Lisboa: acompanhadas de algumas subsequentes reflexoens suas, para informacoens de seus proprios filhos*, Londres: H. Bryer.
- Santana, Francisco (1976): *Documentos do Cartório da Junta do Comércio respeitantes a Lisboa, I (1755-1804)*, Lisboa: Câmara Municipal.
- Santana, Francisco (1978): *Documentos do Cartório da Junta do Comércio respeitantes a Lisboa, II (1804-1833)*, Lisboa: Câmara Municipal.
- Serrão, Joaquim Veríssimo (1990): *História de Portugal*, VI: *O Despotismo Iluminado (1750-1807)*, 2.^a edição, revista, Lisboa: Verba.
- Serrão, Joel (ed.) (1979): *Dicionário de História de Portugal*, 2.^a Impressão, 6 vols., Lisboa.
- Silva, António Morais (1949/59): *Grande dicionário da língua portuguesa*, 10.^a Edição revista, corrigida, muito aumentada e actualizada [...] por Augusto Moreno, Cardoso Júnior e José Pedro Machado, 12 vols., Lisboa: Confluência.
- Sousa, Fernando de (1978): «A indústria das sedas em Trás-os-Montes (1790-1813)», em: *Revista de história económica e social* 2, pp. 59-73.
- Vieira, Frei Domingos (1871/74): *Grande diccionario portuguez ou Thesouro da Lingua Portuguesa*, 5 vols., Porto: Chardon / Moraes.
- Viterbo, Fr. Joaquim de Santa Rosa de (1962): *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram [...]*, edição crítica por Mário Fiúza, 2 vols., Porto / Lisboa: Livraria Civilização.

Bodo Freund (Berlim)

O Trás-os-Montes rural no século XVIII

Há muito tempo, no decorrer de pesquisas para a minha tese de doutoramento nos anos sessenta, consultei nos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo o chamado «Diccionario Geográfico» do Padre Cardozo. Na realidade, o dicionário nunca foi feito, mas trata-se duma colecção de manuscritos feitos em 1758 pelos párocos de todas as freguesias do país. Essas descrições locais foram feitas na época Pombalina depois duma série de maus anos agrícolas e depois do terramoto de 1755.

Uma pesquisa recente na internet levou-me à conclusão de que estes documentos, também chamados Memórias Paroquiais, são uma fonte de informações muito utilizada para monografias locais ou municipais. Mas parece que não há exploração ao nível provincial ou nacional nem reflexões quanto à importância metodológica. Isso é estranho dado que as memórias paroquiais são de acesso bastante fácil. Claro que a letra dos párocos é às vezes difícil de decifrar. Mas ajuda muito a sequência repetida dos assuntos tratados. Essa vantagem é devida ao facto de os padres responderam a um questionário, o que na época era com certeza um instrumento inovador para a colheita sistemática de informações.

Na primeira parte, as perguntas referem-se à situação administrativa da freguesia, à sua subdivisão em povoamentos, aos números de fogos e habitantes e aos principais produtos agrícolas. Na segunda parte, trata-se dos montes, da vegetação e das formas de exploração como sejam o pastoreio, a caça e a extracção de minério. A terceira parte refere-se aos cursos de água, à sua navegabilidade, à sua utilização na rega ou como fonte de energia para moinhos, pisões ou lagares.

A qualidade das descrições individuais depende da inteligência e da assiduidade dos párocos respondentes. Por outro lado, a grande vantagem da colecção é a cobertura espacial sem lacunas. Isso pelo menos está certo para a província de Trás-os-Montes no nordeste do país com aproximadamente 500 freguesias. Além disso, os produtos principais da terra são quase sempre mencionados, de maneira que é possível reconstruir a geografia agrária dessa província que até hoje é a mais agrícola do país.

Na maioria das freguesias, a cerealicultura é a base da economia local. Na parte ocidental, que confina com a província do Minho, domina nitidamente o centeio, enquanto na parte leste predomina o trigo. Em todas as partes da província — salvo nas terras de Miranda do Douro, no extremo leste — se relata a carência de cereais. Existe a ideia de que a área cultivada não pode-ser expandida; não se faz alusão à ideia de intensificar a cultura.

A cultura do milho, que veio da América, já está bastante difundida na parte ocidental da província que é mais húmida. No vocabulário dos párcos reflete-se a substituição duma planta cultivada tradicionalmente por essa planta moderna. O milho, no sentido actual da palavra (*Zea mais*), é chamado milhão, milho grosso, milho grande e milho maes, enquanto a planta tradicional e europeia (*Panicum miliaceum*) é designada pelas palavras milho miúdo, milho pequeno, milho alvo ou branco; além disso, existe outra espécie tradicional chamado milho painço ou simplesmente painço (*Panicum italicum* L.). Onde se adivinha a área de difusão recente do milho grosso persiste geralmente ainda a cultura de milho miúdo e painço (Campeã – Vila Real – Murça) e permanece mesmo ainda uma pequena área onde só os milhos tradicionais são mencionados ao lado do centeio (Serra de Alvão — Ribeira de Pena — Vila Pouca de Aguiar). Para leste, onde predominam planaltos secos, o milho grosso e os seus predecessores rarefiram-se por razões de ecologia agrária; estão restringidos a pedaços de solos húmidos nas aluviões de confluência ou nas várzeas por baixo de grandes nascentes, e, por fim, desaparecem completamente.

No extremo leste, o milho encontrou dificuldades de expansão por causa de outros competidores, seja nas terras naturalmente húmidas semeadas na primavera com trigo tremês ou cevada, seja nas terras regadas e plantadas com legumes tais como cebolas, pimentos, nabos, lentilhas e melancias. Nestas circunstâncias, o milho entrou nas hortas como parte duma associação de plantas de tradição índia, quer dizer, juntamente com o feijão e a abóbora.

Desde aquela época, a cultura do milho tem-se expandido. A meu ver, isso é devido à pressão demográfica e, mais recentemente, à importância crescente da bovinicultura, pois, neste contexto o milho tornou-se em planta forrageira que não necessita de um desenvolvimento vegetal completo.

Após os cereais e o milho, a castanha é o elemento mais importante na alimentação regional da época, salvo nos planaltos perto da fron-

teira leste e nas altas montanhas frias e húmidas do oeste. De resto, notam-se geralmente concentrações nas áreas montanhosas e, em contrapartida, rarefacção nas baixas com condições favoráveis para vinhas e oliveiras. Em certas áreas, especialmente no leste, a população limita-se à recolha das castanhas nos soutos quase selvagens; pelo contrário, nas áreas de maior densidade, cultivam-se árvores enxertadas. A fruta é especialmente importante para as populações pobres. Entre várias formas da sua utilização, existe também a panificação.

Vou agora passar à batata, apesar de essa cultura ainda na época ter estado pouco repandida. É apenas mencionada em nove freguesias no total de 500, aproximadamente, da província inteira, e quase só na área montanhosa de Montalegre e Chaves. Parece que a batata foi introduzida nas áreas mais rudes com poucos recursos além do centeio e do gado.

Nos documentos, é chamada «castanha da Índia, castanha da terra, castanhola» em contraposição à «castanha de castanheiro, castanha de casca ou castanha de pau». As designações indicam que o fruto novo entrou numa função alimentar semelhante à castanha própria, apesar de ser extremamente diferente do ponto de vista botânico e agrotécnico.

Contrariamente ao que aconteceu com o milho grosso em relação ao milho miúdo e painço, a batata não marginalizou e substituiu a castanha, pois, exige terras com aptidão agroecológica bastante diferente, a saber: com pouca pedra e mais humidade. Comparada com a do milho, a sua difusão não só começou mais tarde, mas também demorou mais tempo. A cultura da batata progrediu especialmente na segunda guerra mundial quando os camponeses trasmontanos substituíram o pousio tradicional e começaram a cultivar a batata alternadamente com o centeio, ora individualmente ora num afolhamento colectivo. Contudo, os soutos e muitos castanheiros dispersos tornaram-se muito mais raros. É verdade que a sua importância como alimento humano e para porcos tem diminuído. Mas importa também recordar que, durante a carência energética da grande guerra, muitos castanheiros foram abatidos e que uma micose incurável chamada «tinta» diminuiu os efectivos (*Phytophthora cambivora*).

Para continuar a série dos produtos mais importantes e difundidos da época, tenho de falar da vinha como terceira cultura, após os cereais e o milho. Cultiva-se por toda a parte para consumo local, salvo naquelas aldeias desfavorecidas onde começou a cultura da batata. Por

outro lado, já existe no Alto Douro uma região essencialmente vitícola entre Mesão Frio e Carrazeda de Ancyães. Em volta de Mirandela, a vinha ocupa também um lugar considerável. Na série das culturas importantes, segue-se a oliveira que domina na mesma bacia de Mirandela e, além disso, é plantada ao longo de grandes rios e nas vertentes expostas ao sol. Parece que a sua localização permanece bastante estável até hoje.

Vale a pena falar também de culturas que ocupam pouco terreno mas que têm interesse. Além da batata, há as árvores de fruta e as plantas que servem directamente ou indirectamente para a produção de fibras.

Em volta de Bragança, a cultura de nogueiras tem uma certa importância. Nas montanhas confinantes com a província do Minho, é ainda costume recolher as bolotas dos carvalheiros. Como os castanheiros, estas duas espécies arbóreas foram muito reduzidas até meados do século vinte.

Por outro lado, parece que as amendoeiras estavam menos difundidas do que actualmente, pois, são apenas mencionadas no sudeste da província. Em contrapartida, é a partir do oeste que a cultura duma fruta enigmática se tem expandido a montante dos rios Cávado, Rabagão e Douro. Nos documentos menciona-se «frutas de espinho». São citrinos que raramente são chamados mais diferenciadamente «laranja da China, limões agros e doces». Nos viveiros, ainda hoje é costume chamar «árvores de espinho» aos citrinos.

No sudeste da província cultivam-se amoreiras para o bicho-da-seda. Esta actividade parece, porém, estar em declínio. Nos arredores de Bragança já não é mencionada, mas aí como na própria cidade, lamenta-se o declínio do comércio específico e da actividade económica em geral. Sabe-se que posteriormente houve um renascimento até 1870 aproximadamente.

Como planta de fibras, o linho está largamente difundida e mostra uma certa concentração nas montanhas do nordeste. As parcelas da cultura estão abaixo das nascentes ou ao longo de ribeiros. Nalguns documentos nota-se que a produção é destinada à venda mas não se dão pormenores. O mais provável, portanto, é que houve apenas produção caseira de panos ou outros têxteis. Ainda não se fala de crise, pois, o declínio apenas começou quando o algodão das colónias foi transformado nas fábricas do Minho no século XIX.

Muito diferente é o caso do cânhamo que é mencionado apenas em três freguesias perto da foz do Rio Sabor no Douro. A área cultivada fica perto da vila da Torre de Moncorvo onde uma cordoaria real tinha existido até 1735 aproximadamente.

Quanto à lã, essa produção existe por toda a província, sem dúvida mais fortemente nas terras com afolhamento bienal a leste. Aí dominam os campos abertos da cerealicultura com pousio que serve de pastagem para as ovelhas.

Em resumo, a produção de fibras de cânhamo e de seda tinha tido localmente um relevo económico notável, talvez protoindustrial, mas está claramente em declínio por volta de 1758. Por outro lado, as produções de linho e lã estão muito difundidas, mas faltam indicações duma produção têxtil que supere a actividade caseira e artesanal.

Os padres escrevem com certa frequência sobre o estanho e o ferro e mesmo sobre ouro e prata. Mas, na maior parte, a extracção de minério já havia acabado há muito tempo, há decénios ou mesmo séculos. Os sítios mineiros ou de transformação estão em ruínas. Apenas nos concelhos da Torre de Moncorvo e do Mogadouro ainda existe extracção e transformação de minério de ferro.

Para o comércio da província, o Douro é muitíssimo importante. Foz Tua serve para o escoamento de trigo e centeio da bacia de Mirandela e dos planaltos orientais, assim como do azeite e do sumagre das encostas expostas ao sol. Pinhão e mais ainda a Régua servem para transporte de vinho, de aguardente, de vinagre e mais uma vez de cereais e sumagre (um material vegetal para o cortume de peles) e, finalmente, de frutas.

Os navios que viajam para montante transportam sal, arroz e bacalhau. Alguns continuam rio acima até ao salto do Cachão da Valeira perto de S. João da Pesqueira e transportam mesmo vinho para o leste da província.

Para terminar, tenciono chamar a atenção para três aspectos:

1. Existe uma base completa para uma geografia histórico-económica de Portugal, uma base mal aproveitada, segundo me parece.
2. Dum lado, a colecção de manuscritos reflecte ideias tradicionais duma geografia topográfica e estatística. Do outro lado, reflecte uma metodologia que me parece inovadora que consiste no emprego dum questionário distribuído ao mesmo tipo de informantes em todas as freguesias do país, levando a uma cobertura completa dum território relativamente grande no contexto da época. Nos li-

vros de ciências sociais e económicas não se faz referência à história dos inquéritos. Depois de ter consultado alguns colegas dessas disciplinas, cheguei à conclusão de que as memórias paroquiais representam uma tentativa temporã duma metodologia para ganhar conhecimento completo e actual dum país. É por isso que fazem parte do século das Luzes e que merecem uma atenção que ultrapassa o interesse restrito das monografias locais.

3. Seria interessante saber quem mandou fazer e quem organizou o inquérito que foi evidentemente executado com rigor. Poder-se-ia imaginar uma relação para as intenções pombalinas de melhorar a economia do país.

Esta manhã, numa conversa curta com o colega José Vicente Serrão, dos Arquivos Nacionais do Torre do Tombo, aprendi com muito prazer que se projecta uma publicação completa dos documentos. Isso vai, com certeza, ajudar a uma utilização mais adequada dessa valiosa documentação.

Bibliografia

- Freund, Bodo (1975): «Les mémoires paroissiaux comme source d'information sur les paysages agraires du Nord-Est Portugais au 18ième siècle», em: Desplanques, Henri (ed.): *Diputazione di Storia Patria per l'Umbria*. Atti del Convegno internazionale «I Paesaggi Rurali Europei», Perugia 7-12, Maggio 1973.
- Memórias Paroquiais (Diccionario Geográfico do Padre Cardozo), manuscritos, Lisboa: Arquivos Nacionais da Torre do Tombo.
- Ribeiro, Orlando (1971): «Milho», em: Serrão, Joel: *Dicionário de História de Portugal*, Lisboa: Iniciativas ed.
- Sá, José António de (1784): «Descrição Económica da Torre de Moncorvo», em: *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa*, Vol. III, Lisboa, pp. 253-290.
- Serviço de Reconhecimento e Ordenamento Agrários (1950ss.): *Inquérito Agrícola e Florestal. Descrições dactilografadas da Situação económica dos Concelhos de Trás-os-Montes*. Lisboa: Ministério da Agricultura, Pescas e Florestas.
- Taborda, Vergílio (1932): *Alto Trás-os-Montes*, Coimbra: Imprensa da Universidade.

Lutz Hoepner (Berlim)

**Etnofármacos brasileiros:
a influência dos nomes vernaculares na
nomenclatura de Lineu**

É nosso intuito, com este artigo, fazer uma avaliação de alguns Tratados sobre flora e fauna do Brasil do século XVI, no sentido de destacar algumas designações de plantas medicinais cujo nome primitivo, de origem indígena, coincide hoje com o respectivo nome científico em Latim.

A aquisição maciça de informações de carácter botânico e terapêutico sobre drogas medicinais exóticas constituiu um dos mais importantes desenvolvimentos observados na Medicina europeia dos séculos XVI a XVIII. A expansão portuguesa deu um decisivo contributo inicial para este movimento, mas foi menor a sua contribuição durante os séculos XVII e XVIII. Apesar disso, a Matéria médica existente nas várias regiões sob domínio português, tanto no Oriente como no Atlântico meridional, despertou um apreciável interesse entre missionários, militares, colonos e viajantes e também em alguns médicos (Dias 1994: 1).

São estas as palavras de introdução para o projecto IPECA, «Índice da Proto-farmacologia na Expansão e Colonização Portuguesa (Séculos XVI-XVIII)», iniciado em meados dos anos noventa do século XX. (É aliás muito sugestivo este acrónimo, porque ipeca é o nome Tupi de uma planta medicinal brasileira, a *Cephaelis ipecacuanha*, planta primeiramente descrita por Brotero (Lorenzi / Matos 2002: 409). É um nome científico que vem muito a propósito deste artigo, porque inclui o nome vernáculo dessa planta, *Ipecacuanha*, forma parecida (ou subespécie) de *Ipeca*.

Apesar do decisivo contributo inicial da expansão portuguesa dos séculos XV e XVI para este movimento, foi relativamente diminuta a contribuição directa de Portugal para o processo de conhecimento das drogas exóticas pela Medicina europeia durante os séculos seguintes (Dias 1994: 1).

O autor do presente artigo não é naturalista, nem botânico, nem farmacólogo. Mas flora e fauna do Brasil são tópicos de pleno interesse nos contextos da Lexicografia e da Metalexicografia. O uso de termos como *Biociências*, *biocombustível*, *biopirataria* e *Biotecnologia*, está frequentemente ligado a áreas especializadas como *Etnobotânica*, *Fitofarmacologia*.

Na introdução ao seu livro «Ethnopharmazie und Ethnobotanik. Eine Einführung» (Heinrich 2001: Vorwort), o autor define os dois termos da forma seguinte:

Ethnopharmazie und Ethnobotanik befassen sich mit der traditionellen Verwendung natürlicher Materialien – meist pflanzlicher Herkunft – als Heilmittel, als Lebensmittel oder als Grundstoffe für die Produkte des täglichen Bedarfs bei indigenen Völkern.¹

O autor não especifica períodos a que pretende limitar o uso destes termos enquanto que o autor do projecto IPECA propõe o termo de *Protofarmacologia*

[...] como significando o conhecimento das drogas medicinais anteriores ao século XIX em todos os seus aspectos, incluindo a origem, a composição, as propriedades físicas e químicas, os efeitos fisiológicos, os usos terapêuticos e a preparação e administração. Do ponto de vista da História, o termo Proto-farmacologia tem a vantagem de ser mais abrangente que o termo Farmácia (Dias 1994: 1)

devido à associação ao uso actual da palavra farmácia.

Sabe-se que em Botânica, Zoologia e também em Medicina tudo quanto é termo técnico é apresentado em língua latina garantindo assim a comunicação inequívoca entre os peritos procedentes dos diferentes espaços linguísticos. Mas, paralelamente, continuam a existir em grande abundância os nomes populares ou vernáculos para designar os fenómenos da natureza. Acontece que parte dos nomes vernáculos das espécies da flora e fauna brasileiras se tornaram nomes científicos através da latinização destes mesmos nomes populares, passando a designar assim espécies ou até géneros. Confira-se a lista de algumas espécies de plantas medicinais do Brasil por nós consideradas. Nomes populares e científicos são citados segundo «Plantas Medicinais no Brasil» (Lorenzi / Matos 2002):

1 Etnofarmacologia e Etnobotânica têm como objecto de estudo o uso tradicional de matérias naturais — sobretudo de origem florística — como remédios, géneros alimentícios ou como matéria-prima para produtos de necessidade primária dos povos indígenas (tradução feita pelo autor).

Nome popular	1. Nome científico e sinónimos 2. Autor
Acaju, Caju	1. <i>Acajuba occidentalis</i> L. (sin. de: <i>Anacardium occ.</i> L.) 2. Linné
Ambaíba, ambaúba Embaíba, Imba-úba	1. <i>Ambaiba adenopus</i> Mart. 2. Martius
Ananás	1. <i>Ananas comusus</i> L. <i>Ananas sativus</i> Lindl. <i>Ananassa sativa</i> Lindl. <i>Bromelia ananas</i> L. 2. Linné Lindley
Andira(-uchi)	1. <i>Andira inermis</i> <i>Andira jamaicensis</i> W. Wright, <i>Andira acuminata</i> Benth. 2. Wright Bentham
Ipecacuanha, I.-verdadeira, I.-legítima, I.-preta, Ipeca ...	1. <i>Cephalis ipecacuanha</i> (Brot.) <i>Evea ipecacuanha</i> (Brot). <i>Uragoga ipecacuanha</i> (Brot). <i>Psychotria ipecacuanha</i> (Brot). 2. Brotero
Jaborandi	1. <i>Pilocarpus jaborandi</i>
Jamacaru, Mandacaru	1. <i>Cereus jamacaru</i> DC 2. De Candolle
Jenipapo, Genipapo	1. <i>Genipa americana</i> L. <i>Genipa barbata</i> Presl, <i>Genipa caruto</i> <i>Gardenia genipa</i> Sw. 2. Linné Presl Swartz

É sabido que a maior parte dos nomes de plantas e animais em Tupi foi parar aos mais recentes dicionários de língua portuguesa. Esta particularidade já foi apresentada por nós em outras ocasiões. Desta vez, o nosso intuito é estudar o nexo entre nome vernáculo e termo técnico, isto é, descobrir os nomes científicos daquelas plantas cujo

nome vernáculo passou a constituir parte do nome científico. Vejamos o exemplo da já referida Ipeca ou Ipecacuanha ou, em termos científicos: *Cephaelis ipecacuanha* Brot.; que vem do Tupi: trepadeira que faz vomitar (nome popular em Alemão: Brechwurz). Trata-se de um nome popular do Tupi, em uso desde meados do século XVI. A 1ª referência escrita data de 1584 nos Tratados de Fernão Cardim (Azevedo 1997: 120). Trata-se pois de uma prática secular: a Ipecacuanha é em 1º lugar uma planta medicinal de que se aproveitam as virtudes e que se usa como fitofármaco, como acontece a milhares de outras plantas, mas constitui igualmente um profármaco se for visto em termos diacrónicos. E é para este grupo de fármacos — de uso tradicional desde há centenas de anos como remédio e cujo nome vernáculo ficou fixado no sistema de Lineu, na sua forma original, ou então latinizada — que propomos o uso da designação de «Etnofármaco».

É dessas plantas que se preparam ainda hoje produtos medicinais: ou caseiramente (chás, tinturas e pós) ou de forma industrializada (cápsulas, comprimidos e pomadas) utilizando-se apenas o princípio activo puro dessas plantas. Mas, paralelamente, continua a processar-se a produção desses princípios activos por síntese química, processo que se impôs em larga escala na 2ª metade do século XVII, em oposição à farmácia tradicional praticada pelos boticários.

1. Uso das plantas medicinais no Brasil

Devido aos condicionalismos da nossa escolha — isto é, fazer uma avaliação de Tratados sobre flora e fauna do Brasil do século XVI, considerando apenas plantas medicinais cujo nome primitivo, de origem indígena, coincida com parte do nome científico em Latim — o número de exemplos será forçosamente reduzido.

O conhecimento dos primeiros europeus sobre plantas e animais do Brasil deu-se através do contacto com os índios e, em particular, com os feiticeiros — os pajés — como são conhecidos desde meados do século XVI (Lorenzi / Matos 2002: 14). E eram sobretudo os missionários em contacto com os índios que começaram a juntar os conhecimentos sobre o uso das plantas nativas. Foram os jesuítas quem mais rapidamente aprenderam a preparar os seus remédios, instalando mais tarde boticas próprias nas missões. Assim, o jesuíta José de Anchieta é referido como o primeiro a instituir uma botica no colégio de Piratininga. Isto era também devido à falta de medicamentos que só

chegavam de Portugal conforme a sorte dos ventos. Criou-se uma tradição boticária no Brasil que teve, aliás, um fim brusco com a execução do directório do Marquês de Pombal de 1756 sobre a expulsão dos jesuítas e, mais tarde, o sequestro dos seus bens, inclusive boticas e, sobretudo, receitas secretas, em 1760.

2. Os primeiros relatores do uso de plantas medicinais no Brasil

Referir-se-ão, seguidamente, os primeiros autores importantes que mencionam plantas medicinais do Brasil e respectivos usos. Padres jesuítas como Fernão Cardim e Francisco Soares, assim como o senhor de engenho Gabriel Soares de Sousa elaboram, na segunda metade do século XVI, Tratados sobre o Brasil, descrevendo terra e gentes do Brasil, debruçando-se nesse contexto também sobre o uso de plantas medicinais.

Fernão Cardim — os seus Tratados «Do clima e Terra» e «Do princípio e origem dos índios», redigidos entre 1583 e 1590, ainda hoje são objecto de pesquisas quando se trata de informações etnográficas fidedignas do Brasil no século da sua descoberta (Azevedo 1997). Os manuscritos de Cardim chegaram, após a captura de Cardim por corsários ingleses, a um alfarrabista de Londres e foram adquiridos por Samuel Purchas que os publicou na sua edição «Purchas his Pilgrimes» (Purchas 1625: 1289-1320) (predecessora das publicações da famosa Hakluyt Society) em 1625, sendo a 1ª edição de Cardim, portanto, em língua inglesa (Albuquerque 1994: 199-200).

Francisco Soares — também jesuíta, deixou em manuscrito «Coisas notáveis do Brasil» (Cunha 1966) entre 1591 e 1596 (1ª publicação em 1904). Acompanhou o visitador da Companhia de Jesus (Cristóvão de Gouveia) pelo Brasil, assim como anteriormente o tinha feito Cardim.

Gabriel Soares de Sousa — fidalgo português, estabeleceu-se na Bahia em 1569, junto com o seu irmão. Soares ficou rico como senhor de engenho e foi vereador pela cidade de Salvador. O seu «Tratado descritivo do Brasil em 1587» (Sousa 1971) foi descoberto e publicado (mas só em 1851) pelo diplomata e historiador brasileiro Adolfo de Varnhagen.

A título de exemplo passamos a citar algumas referências ao uso medicinal de plantas que à primeira vista podem não ser conhecidas como tais — portanto como plantas medicinais. Mas, ainda hoje, são

referidas como tais, conforme a recente edição de «Plantas Medicinais no Brasil» — PMB — (Lorenzi / Matos 2002):

Ambaíba	
Soares de Sousa:	Tem o ôlho desta árvore grandes virtudes para com ele curarem feridas, o qual, depois de pisado, se põe sôbre feridas mortais, e se curam com ele com muita brevidade, sem outros ungüentos; e o entrecasco dêste ôlho tem ainda virtude, com o que também se curam feridas de chagas velhas;
Cardim:	a casca desta figueira, raspando-lhe da parte de dentro, e espremendo aquelas raspas na ferida, pondo-lhas em cima, e atando-as com a mesma casca, em breve sara.
Soares:	as folhas farpadas grandes e Redondas tẽ mta v'tude e quêtes seruẽ pa inchaços. Os olhos pizados postos na ferida fresca sara logo mto depreça e se for chagua velha lauãdoa mto bẽ cõ limaõ q' naõ fique nada em sangue saraõ taõbẽ, as folhas quêtes seruẽ pa inchaços e corrimtos O olho tirãdolhe a tona vermelha delida he pa camaras [i.é diarreia L. H.]
PMB:	chás diuréticos, actividades antihipertensiva e antiinflamatória.
Ananás	
Cardim:	é boa para doentes de pedra [cálculo em rins e bexiga, p.ex., L. H.]
Soares de Sousa:	são proveitosos para curar chagas com êles.
Soares:	he boa para feridas velhas
PMB:	anti-inflamatório, diurético, para problemas das vias respiratórias, contra acnes, para feridas, úlceras, chagas; e como «máscara rejuvenecedora».
Caju ou Acaju	
Cardim:	a casca ... é único remédio para chagas velhas e saram depressa
Soares de Sousa:	são medicinais para doentes de febres, e para quem tem fastio, os quais caju fazem bom estômago e muitas pessoas lhes tomam o sumo pelas manhãs em jejum, para conservação do estômago
Soares:	serue pa feridas e sãgue de molheres
PMB:	anti-séptico e antiinflamatório, com propriedades vermícidas, evidencia eficiência no tratamento de lepra, eczemas entre muitas outras propriedades tanto nas preparações caseiras como conforme resultados da pesquisa farmacológica.

Ipecacuanha	
Soares de Sousa:	as suas raízes são como de junça brava, mas mais grossas, as quais têm grande virtude para estancar câmaras; do que se usa tomando uma pequena desta raiz pisada e lançada em água; posta a serenar e dada a beber ao doente de câmaras de sangue lhas faz estancar logo.
Cardim:	Esta erva é proveitosa para câmaras de sangue: a sua haste é de comprimento de um palmo, e as raízes de outro, ou mais, deita somente quatro ou cinco folhinhas, cheira muito onde quer que está, mas o cheiro é fartum terrível; esta raiz moída, botada em um pouco de água se põe a serenar uma noite toda, e pela manhã se aquece a água com a mesma raiz moída, e coada se bebe somente a água, e logo se faz purgar de maneira que cessam as câmaras de todo.
PMB:	vomitivo, expectorante, actividade amebicida, aproveitado na cura do alcoolismo.
Jenipapo	
Soares de Sousa:	Tem virtude esta tinta para fazer secar as bostelas das boubas aos índios
Cardim:	é boa mezinha para camaras [i.é diarreia L. H.] de toda ordem
PMB:	purgativo e antigonorréico, antidiarréico, antissifilítico e em caso de problemas do fígado e baço, entre outras propriedades.

Mostram estes exemplos o quanto já se sabia sobre os muitos usos que se podia fazer da natureza brasileira. E em PMB (Lorenzi / Matos 2002) referem-se ainda as aplicações dessas plantas ou de partes delas em diferentes tipos de preparações: cascas ou folhas tratadas por cozimento, sucos de frutos com algum tratamento particular, infusões das inflorescências, ou partes pisadas em fresco e decôctas ou secas.

Os Tratados destes homens quinhentistas só muito tarde chegaram até nós, como ficou dito, porque os manuscritos permaneceram muito tempo sem ser impressos.

Em muitos dos casos, as descrições parecem copiadas umas das outras. Cardim, acompanhante do padre visitador, percorreu toda a costa desde Pernambuco até São Vicente (Azevedo 1997: 298), no Sul do Brasil, acontecendo o mesmo com Francisco Soares que, alguns anos mais tarde, foi desde Pernambuco até ao Rio de la Plata, segundo consta do seu manuscrito (Cunha 1966: XX-XXI). As descrições de Gabriel Soares de Sousa referem-se exclusivamente à zona de São

Salvador da Bahia. O espaço percorrido por estes três é, portanto, vastíssimo, mas mesmo assim, as concordâncias são impressionantes e não é de admitir que alguém possa ter copiado os escritos do outro (pelas razões já referidas: o facto de terem ficado inéditos, como manuscritos solitários, durante séculos).

Para que fique claro, estes três autores quinhentistas não escreveram com a intenção de elaborar Tratados sobre o uso de plantas medicinais, pois, não eram boticários, mas sim os primeiros a pôr no papel as suas observações e experiências com a flora brasileira. Apontaram as características que lhes terão dado mais nas vistas ou que terão aprendido com os indígenas. Descreveram, no entanto, particularidades físicas, fenómenos interessantes que opõem essas plantas às conhecidas na Europa e transcreveram usos muito práticos (por exemplo, certa árvore dava para mastros dos navios). Ficaram, portanto, longe ainda de fornecer descrições científicas das plantas e das suas virtudes. Nada sabiam, como hoje em dia, sobre os princípios activos nas plantas, princípios esses que mais tarde e durante muito tempo eram e ainda são produzidos com base na indústria química (lembremo-nos da trajectória da aspirina como princípio activo). E ainda mais longe estiveram estes autores de ter pensado sobre as plantas (medicinais) do Brasil em termos taxonómicos, portanto, sistemáticos. Os autores de «Plantas e Conhecimento do Mundo nos Séculos XV e XVI» escrevem a propósito:

Sempre que Soares de Sousa se empenha em descrever uma árvore, ou qualquer planta brasileira, compreende-se perfeitamente que ele pretende sublinhar a diferença, que separa a natureza do Brasil de qualquer natureza europeia, de maneira a marcar a fronteira que separa a natureza de lá [Portugal] da natureza de cá [Brasil]. Não esquecendo, contudo, de pôr em evidência a maneira como os portugueses se integram, recorrendo às plantas medicinais, [...]

A natureza do Brasil constitui por isso um elemento poderoso da criação desta «consciência brasileira», que passa pela utilização dos recursos de uma natureza brasileira que não depende dos valores europeus (Henriques / Margarido 1989: 118).

É pois a aprendizagem com os Índios e a plena integração dos Portugueses no Brasil que faz com que o conhecimento sobre as virtudes das plantas medicinais e os seus respectivos usos entre os indígenas se tenha mantido até aos nossos dias.

Naquela época ainda não existia uma sistemática que fornecesse um quadro para se poder incorporar plantas novamente descobertas,

como temos hoje. No tempo anterior a Lineu, essas plantas do Mundo Novo reflectiam-se nas farmacopeias através da redacção de enormes paráfrases em latim com o fim de as distinguir das outras já descritas.

Mas poucos anos antes das actividades de Cardim, Soares e Soares de Sousa, o naturalista suíço Conrad Gesner (1516-1565) já tinha dado os primeiros passos rumo à organização dos reinos animal e vegetal. Gesner começou por organizar as plantas em ordens, famílias e espécies, antecedendo, verdadeiramente, em dois séculos o sistema similar e bem conhecido de Lineu. Infelizmente, essa obra só foi publicada quase 200 anos após a sua morte (Pinna 2001: 83), sob o título «Conradi Gesneri Opera Botanica», entre 1751 e 1771. Mas, naquela altura, em meados do século XVI, Gesner ainda não pôde considerar plantas de origem brasileira. Mal se tinham instalado os primeiros colonos e missionários.

Garcia de Orta (1499-1568), português, médico e biólogo, escreveu «Colóquios dos simples e drogas he cousas medicinais da Índia e assi dalgũas frutas achadas nella onde se tratam algũas cousas boas pera saber» (Orta 1987), título impresso em Goa, no ano de 1563. E este é o primeiro Tratado científico sobre plantas, mas plantas do Oriente. O interesse científico de Garcia de Orta consiste no facto de ele fornecer informações fundamentais para a Medicina, Botânica, Física, Química, Farmacologia e Biologia.

Já no século XVII, entre 1624 e 1627 provavelmente, o franciscano Frei Cristóvão de Lisboa elaborou uma obra de grande importância para o conhecimento da História natural do Brasil, ainda antes da época do Brasil Holandês, mas também de edição tardia, de 1934. Sua «História dos Animais e Árvores do Maranhão» reúne descrições e desenhos de plantas e animais do Brasil. O seu método de descrever as plantas e as suas virtudes em nada difere ainda do dos autores do século XVI. Escreve ele sobre o Ananás:

[...] e se pode tirar do sumo dele hũ iaro xeio esta auguoa, he muito soberana pera a dor de pedra e corta muito e alimpa o quorpo, e tãobem cerue a matar lombriguas (Lisboa 2000: 238).

E sobre o Jenipapo:

E serue tambem pera mezinha pera as boubas (Lisboa 2000: 248).

Só poucos anos depois saiu uma obra ainda hoje muito respeitada e que se tornou referência por muito tempo: trata-se da «Historia Naturalis Brasiliae» (Pies 1948) de Georg Marcgraf (naturalista) e Wil-

lem Pies (Piso, médico de Maurício de Nassau). Era a época em que a Holanda se tornava um dos pólos mais dinâmicos da Europa (Rodrigues 1957: VII-IX), com vultos como Rembrandt e Vermeer. Georg Marcgraf e Willem Pies foram para Pernambuco, ao assim chamado Brasil Holandês, nos anos 30 do século XVII. Trabalharam sob o mando de Johann Moritz von Nassau (João Maurício de Nassau) e constituíram parte da primeira expedição científica propriamente dita ao Brasil, composta por naturalistas e artistas, tanto alemães como holandeses. Uma obra da autoria de ambos (póstuma por parte de Marcgraf) continua a ser de tão grande importância porque se baseia em observações pessoais dos autores que são ao mesmo tempo peritos da área: «*Historiae rerum naturalium Brasiliae*» de 1648 e publicada em língua portuguesa em 1948² (Pies 1948). Pies em sua «*De Indiae Utriusque re naturali et medica*» de 1758 (Pies 1957), publicada sob o título «História natural e médica da Índia Ocidental», relata sobre as doenças mais frequentes e sobre plantas medicinais. Em amplas descrições, Pies divaga sobre as diversas espécies, não só apontando aspectos físicos, mas também medicinais:

Acaiaíba e seu fruto caju: O óleo, [...], cura as herpes [...] e da-se aos cancerosos e aos que sofrem de úlceras malignas na carne corrupta. Combate também as impigens e os vermiculos dos pés, [...] Os incolos propinam a goma da árvore, reduzida a pó, num líquido adequado, às mulheres que sofrem de obstrução das regras menstruais (Pies 1957: 275).

Marcgraf escreve:

Ambaíba: Na sumidade da árvore, a cavidade contém uma medula branca, [...] com que os negros curam com bom resultado as feridas (Pies 1948: 91)

Nana. Ananás [...] Deste fruto tira-se o suco que misturado com água é dado aos doentes, entre os indígenas, [...] (Pies 1948: 33).

Ipecacoanha: Tem a propriedade de depurar, expelir a urina e resolver os infarctus. [...] bebida serve de vomitório expurgante; produz ótimo resultado na disenteria e outras afecções do ventre (Pies 1948: 17).

Jaborandi: Sua raiz cortada e infundida nágua fervida e depois bebida de manhã, constitui poderoso remédio contra a gonorréia; serve também contra venenos, falta de urina e cálculo (Pies 1948: 69).

O Padre jesuíta Simão de Vasconcelos, nas suas «Noticias curiosas e necessarias das cousas do Brasil» impressas em 1663, escreve muito em termos gerais sobre plantas medicinais do Brasil:

2 «História natural do Brasil. Ilustrada».

Em proua particular de que todas as eruas, & aruores do Brasil são boas, cada qual em seu genero, & com bondade exquisita, & singular; leaõ-se quatro liuros inteiros da Historia natural desta terra outras vezes citada; & folgarã de ver o leitor (ãlẽ da verdura) o thesouro de virtudes medicinaes, que Deos pos nesta parte do mundo (Vasconcelos 1663: 148-149).

Ananás:

Suas bondades seruem pera o gosto & pera a medicina. [...] seu licor esprimido de fresco, & bebido, he efficaz remedio pera supressão de ourina, & dor de rins, & juntamente contra veneno, especialmente contra o sumo da mandiõca, [...] (Vasconcellos 1663: 143).

Jaborandi:

[...] jaborandi, [...] Todas estas são eruas medicinaes, das mais conhecidas, & vsadas, de virtudes tão raras, que fora necessario hum Dioscorides pera descreuellas (Vasconcelos 1663: 157).

Havia, portanto, tanta coisa por descrever que Vasconcellos não se sentia à altura de fazê-lo.

3. Plantas medicinais no Século das Luzes

Por razões óbvias não fazemos aqui menção dos medicamentos químicos sobre os quais escreveu o nobre D. João de Castelo Branco em meados do século XVII, nem sobre a propaganda que em favor dos medicamentos químicos fez o médico João Curvo Semedo, em princípios do século XVIII. Passamos apenas a referir um comerciante de drogas francês que vivia em Lisboa desde finais do século XVII, João Vigier (1662-1723), o qual escreveu a «Pharmacopea Ulissiponense» (Vigier 1716). E é na altura em que o padre Raphael Bluteau publica o seu volumoso «Vocabulário» (Bluteau 1712-1728) que Vigier lança uma espécie de dicionário das plantas,

Historia das Plantas da Europa, e das mais uzadas que vem de Asia, de Affrica, & da America com breve discurso de suas Qualidades e Virtudes especificas. Com uma Taboada geral dos nomens das plantas, tanto Latinos, Franceses, Italianos, Españoles, que Allemains (Vigier 1718).

Nem sempre ocorrem as correspondências nas línguas estrangeiras.

Aliás, não encontrámos nele as plantas que aqui são apresentadas, mas, a título de exemplo e por curiosidade, refira-se o que escreve sobre o tabaco:

Tabacum nicotiana. Port. Erva sancta ou Tabaco. [...]

Virtudes: Purgaon com muyta violencia, usase na apoplexia, paralisia, [...] na asthma, [...] usase na dor dos dentes aplicada em cima ou de cachimbo; tomase pello Naris para fazer espirrar & a suar: (Vigier 1718: 283-284).

É este nome posto ao inverso que hoje constitui o nome científico e é associado a Lineu (*Nicotiana tabacum* L.). Este verbete em Vigier não tem tradução em Alemão mas diz que em Francês é «Tabac».

Cinquenta anos mais tarde, em 1765, sai o «Diccionario Portuguez das Plantas, Arbustos, Matas, Arvores, ...», escrito por José Monteiro de Carvalho (Carvalho 1765). Contém uma dedicatória ao Marquês de Pombal. Refere sobretudo espécies locais, não há descrição científica nem sistemática, mantém-se ao nível das definições do século XVI, não faz referência a virtudes medicinais. A propósito do ananás, escreve o autor:

Annanaz: fruto do Brazil com a figura de huma pinha: o gosto, e o cheiro he como o do Maracotão: a cabeça do fruto he a modo de hum penhasco, ou grinalda de cores apraziveis, e as folhas são como as da erva Babosa. Nos nossos Brazis ha grande quantidade, na China, Japão, &c. (Carvalho 1765: sem página).

O naturalista e jesuíta João Daniel redigiu o «Tesouro descoberto no Rio Amazonas» (Daniel 1975) após ter viajado pela Amazônia entre 1741 e 1757. Daniel esteve na Amazônia por ordem do Marquês de Pombal no sentido da promoção do saber científico, no quadro da Reforma Pombalina — só que, mais tarde, se tornou vítima de outra ordem pombalina, a de expulsar todos os jesuítas do Brasil, morrendo anos depois no cárcere onde acabara de redigir o seu Tesouro. As primeiras edições, aliás parciais, datam dos anos de 1820 e 1840. A concepção do «Tesouro» de João Daniel está mais virada para indicar vias para o melhor aproveitamento agrícola da Amazônia. Mesmo assim, descreve grande número de plantas e animais. O zoólogo brasileiro Hitoshi Nomura (Nomura 1998: 131-175) refere no seu estudo «História da Zoologia no Brasil: Século XVIII» ca. de 192 espécies só da fauna brasileira na obra de João Daniel.

Domenico Vandelli, de origem italiana e professor de Historia Natural, detentor da cátedra em Coimbra antes de Brótero, elaborou, durante o governo do Marquês de Pombal, o «Diccionario dos Termos Technicos de Historia Natural» (Vandelli 1788) — contendo os termos em Latim, as explicações em Português, mas não refere os res-

pectivos nomes populares. A segunda parte contém «*Florae Lusitanae et Brasiliensis specimen*» e a terceira parte é constituída por estampas representando plantas e animais. Vandelli elaborou um glossário em Latim com base no sistema de Lineu; aí as correspondências em Português são poucas e os exotismos do Brasil primam pela ausência.

Durante as invasões francesas, entre 1807 e 1811, Vandelli foi acusado de ser afrancesado e de ter ajudado os franceses a pilharem as colecções de Alexandre Rodrigues Ferreira, tendo em 1810, com 80 anos, sido preso e deportado para a Ilha Terceira nos Açores.

Félix Avellar Brotero, professor de Botânica em Coimbra e cientista de grande renome, viveu durante longos anos exilado em Paris, publicou, em 1788, o seu «Compêndio de Botânica ou noções elementares desta sciencia, segundo os melhores Escritores modernos, expostos na lingua Portuguesa» (Brotero 1788) em 2 volumes. Esta obra contém um «Index dos nomes triviaes Portugueses de plantas, [...] segundo o systema de Linneu» (Brotero 1788: 325-352), mas não nos foi possível localizar aí plantas medicinais brasileiras. De regresso a Portugal, foi nomeado lente de Botânica e Agricultura na Universidade de Coimbra, em 1791.

O PMB cita uma planta medicinal com algumas subvariantes cuja descrição leva o nome de Brotero, i.é: Ipecacuanha e ipeca (*Cephaelis ipecacuanha* Brot.)

O naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira, de origem brasileira e com estudos em Coimbra, foi enviado para uma «Viagem filosófica ao Rio Negro» (assim o título do relatório da viagem) (Ferreira 1971) onde permaneceu entre 1783 e 1792. O material coleccionado por Ferreira teve muito mau destino, tendo grande parte sido entregue aos franceses na altura da ocupação napoleónica de Portugal, em princípios do século XIX, e posteriormente publicado por Auguste St.-Hilaire. Mas ficou comprovado que Rodrigues Ferreira denominou e descreveu grande número de espécies brasileiras com os seus respectivos nomes indígenas. De novo, Hitoshi Nomura (Nomura 1998: 176-246) refere que Rodrigues Ferreira denominou e descreveu ca. de 215 espécies da fauna brasileira (80 peixes, 15 tartarugas, 85 mamíferos e 35 aves).

Igualmente nos anos oitenta do século XVIII, o naturalista brasileiro Frei José Mariano da Conceição Vellozo viajou pela Capitania do Rio de Janeiro coleccionando plantas e elaborando um estudo que

saiu como «*Florae Fluminensis*» (a partir de 1829), onde adoptou o sistema sexual de classificação das plantas de Lineu. As descrições que faz sobre as virtudes das plantas são muito minuciosas, e os textos são complementados com um grande número de estampas. A edição completa é constituída por três volumes de texto e quinze volumes de estampas:

[...] surgirá ao cabo de oito anos nos 1640 desenhos e descrições da *Flo-ra Fluminense* (Veloso 1961: 6).

4. Conclusão

Sintetizando, pode-se afirmar que o século XVIII foi riquíssimo no que diz respeito ao estudo da flora e da fauna. Nesse século, milhares de plantas e animais foram descritos e a partir de meados desse século foram sendo incluídos nas sucessivas edições do «*Systhema Naturae*» de Lineu. Houve viajantes que foram em longas expedições colecionando a matéria-prima que mais tarde foi descrita por eles ou outros e integrada no seu devido lugar no sistema taxonómico. O século XVIII foi a época em que se impôs a sistematização possibilitando assim que hoje tenhamos obras de consulta de toda a espécie.

Quanto a este aspecto, pode-se afirmar que tudo começou com o Padre Raphael Bluteau — como dicionarista — e as suas indicações sobre onde achar mais informações a respeito de plantas e animais (do Brasil, para o caso). No seu «*Vocabulário das palavras trazidas do Brasil*», dentro do «*Vocabulário Português e Latino*» (Bluteau 1712-28: vol. X, 495-496) cita Marcgraf e Pies como fontes a consultar. Mas também no corpus, ele é o primeiro dicionarista a incluir tupinismos em quantidade relevante, quantidade que outro dicionarista após ele, Antônio de Moraes Silva (Silva 1789), diminuiu bastante. E é muito mais tarde, na segunda metade do século XIX, que Domingos Vieira (Vieira 1871-74) retoma o fio incluindo um número considerável de nomes de plantas e animais do Brasil, agora sim acompanhados pelos respectivos nomes científicos. E finalmente, quanto ao tanta vez citado PMB, convém resumir que:

De entre as 316 plantas medicinais apresentadas no PMB (sem contar as inúmeras subvariantes também denominadas aqui) a maior parte leva como marco identificador um L maiúsculo, significando que quem descreveu a referida planta foi o próprio Lineu.

São 20 as plantas que têm uma parte do nome científico (ou género ou espécie) de origem Tupi, fazendo os seus princípios activos parte dos assim chamados «etnofármacos».

Bibliografia

- Albuquerque, Luís de (1994): *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, 2 vols., Lisboa: Caminho.
- Azevedo, Ana Maria (1997): *Fernão Cardim. Tratados da Terra e Gentes do Brasil*, Lisboa: UNCDP.
- Bluteau, Raphael (1712-28): *Vocabulario Portuguez e Latino, Aulico, Anatomico, Architectonico, Bellico, Botanico, ...*, 10 vols., Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, Joseph Antonio da Silva.
- Brotero, Felix Avellar (1788): *Compêndio de Botânica ou noções elementares desta sciencia, segundo os melhores Escretores modernos, expostos na lingua Portuguesa*, 2 vols., Paris.
- Carvalho, José Monteiro de (1765): *Diccionario Portuguez das Plantas, Arbustos, Matas, Arvores, Animaes quadrupedes, e reptis, Aves, Peixes, Mariscos, Insectos, Gomas, Metaes, Pedras, Terras, Mineraes, &c. que a Divina Omnipotencia creou no globo terraqueo para utilidade dos viventes*, Lisboa: Officina de Miguel Manescal da Costa.
- Cunha, Antônio Geraldo da (1966): *Dicionário da Língua Portuguesa. Textos e Vocabulários. Coisas Notáveis do Brasil*, 6, vol. 1., Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro.
- Daniel, João (1975): «Tesouro descoberto no Rio Amazonas», em: *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. 95, t. 1., Rio de Janeiro.
- Dias, José Pedro Sousa (1994): «Objectivos e linhas metodológicas do projecto IPECA: Índice da Proto-farmacologia na Expansão e Colonização Portuguesa (Séculos XVI-XVIII)», em: *Medicamento, História e Sociedade*, 4, 1-7, Lisboa.
- Ferreira, Alexandre Rodrigues (1971): *Viagem Filosófica pelas capitâneas de Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá (1783-1792)*, 2 vols., Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura.
- Heinrich, Michael (2001): *Ethnopharmazie und Ethnobotanik. Eine Einführung*, Stuttgart: Wissenschaftliche Verlagsgesellschaft.
- Henriques, Isabel Castro / Margarido, Alfredo (1989): *Plantas e Conhecimento do Mundo nos Séculos XV e XVI*, Lisboa: Alfa.
- Lisboa, Cristóvão de (2000): *História dos Animaes e Arvores do Maranhão*, Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical
- Lorenzi, Harri / Matos, Francisco José Abreu (2002): *Plantas Medicinais no Brasil*, Nova Odessa: Instituto Plantarum.
- Nomura, Hitoshi (1998): *História da Zoologia no Brasil: Século XVIII*, Publicações Avulsas, 2.^a Série, No 4, Lisboa: Museu Bocage.

- Orta, Garcia da (1987): *Colóquios dos simples e drogas da India*, Lisboa: Imprensa Nacional. Casa da Moeda.
- Pies, Willem (1948): *História natural do Brasil. Ilustrada*, São Paulo: Companhia Editoria Nacional.
- Pies, Willem (1957): *História Natural e Médica da Índia Ocidental em cinco livros*, Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Livro. Hl. E.
- Pinna, Mário de (2001): «Conrad Gesner e a sistemática biológica», em: *Ciência hoje*, vol. 30, no. 178, São Paulo, pp. 82-84.
- Purchas, Samuel (1625): *A Treatise of Brasill written by a Portugall which had a long live there*, 7th Booke, vol IV, London.
- Rodrigues, José Honório (1957): «Escorço Biobibliográfico», em: *História Natural e Médica da Índia Ocidental (Historiae Naturalis & Medicae Indiae Occidentalis, 1658)*, Coleção de Obras Raras. Rio de Janeiro, pp. VII-XI.
- Silva, António de Moraes (1789): *Diccionario da Lingua Portuguesa*, Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira.
- Sousa, Gabriel Soares de (1971): «Tratado descritivo do Brasil em 1587», em: *Brasiliana*, vol. 117, São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Vandelli, Domingos (1788): *Diccionario dos Termos Technicos de Historia Natural*, Coimbra: Real Officina da Universidade.
- Vasconcelos, Simão de (1663): *Chronica da Companhia de Jesu do estado do Brasil (Livro segundo, das noticias curiosas, antecedentes, das cousas do Brasil)*, Lisboa: Henrique Valente de Oliveira.
- Veloso, José Mariano da Conceição (1961): *Flora fluminense*, Rio de Janeiro: Publicações Históricas 48.
- Vieira, Domingos (1871-74): *Grande Diccionario Portuguez ou Thesouro da Lingua Portuguesa*, 5 vols., Porto: Chadron & Moraes.
- Vigier, João (1716): *Pharmacopea Ulyssiponense, Galenica e Chymica*, Lisboa: Officina Pascoal da Silva.
- Vigier, João (1718): *Historia das Plantas da Europa, e das mais uzadas que vem de Asia, de Affrica, & da America. Onde ve se suas figuras, seus nomes, em que tempo florecem & o lugar onde nacam. Com breve discurso de suas Qualidades e Virtudes especificas. Divididas em dois volumes, & acomodada na forma de grande Pinax de Gaspar Bauhino*. Per Joaon Vigier, em Lion: Anisson, Posuel & Rigaud.

**Problemas do Brasil, do português no Brasil
e da Região Platina**

Dante Lucchesi (Salvador/Bahia)

**Século XVIII:
o século da lusofonização do Brasil**

1. Introdução

Quando as primeiras minas de ouro foram descobertas nos sertões das *Minas Geraes*, entre 1693 e 1695, a implantação da língua portuguesa no Brasil ainda era relativamente precária e refletia o traçado da própria colonização portuguesa na época, que configurava, no território brasileiro, uma espécie de arquipélago com ilhas relativamente isoladas umas das outras. Concentrada nos dois grandes centros dinâmicos da economia colonial — as Províncias da Bahia e de Pernambuco —, a língua portuguesa enfrentava uma forte rivalidade da língua chamada *geral*, que em matizes diferentes predominava nas Províncias de São Paulo e do Maranhão, as quais ocupavam uma posição marginal dentro do projeto colonial da época. Além disso, o caráter de *plantation*, que marcava a estrutura sócio-econômica da Bahia e de Pernambuco, favorecia a emergência de variedades pidginizadas e crioulinizadas do português, além do uso de línguas gerais africanas, entre os escravos que formavam o grosso da mão-de-obra do empreendimento agro-exportador.

Porém, ao final do século XVIII, quando as minas se exauriam e o ciclo do ouro chegava ao seu fim, o panorama lingüístico da Colônia já é outro. O uso da língua geral na região de São Paulo terá regredido significativamente. Além disso, a língua portuguesa terá se espalhado pelo interior do país, através da expansão da atividade pecuária e do transporte de alimentos e mercadorias, que garantiu sustento ao empreendimento minerador. Por outro lado, a situação diferenciada do escravo na estrutura extrativa da mineração, diferentemente da situação da escravaria na estrutura da *plantation*, facilitará a integração deste no universo sociolingüístico da língua portuguesa, fazendo do negro, como bem salientou Darcy Ribeiro (1997), um importante agente da europeização lingüística do Brasil.

Mas, pode-se pensar que os dois principais componentes da lusofonização do Brasil no século XVIII teriam sido, por um lado, a maciça imigração portuguesa para o Brasil ocorrida no período e, por outro lado, o surto de urbanização da sociedade colonial brasileira financia-

do por uma pequena parte da fabulosa riqueza extraída do sub-solo das terras brasileiras.

A visão que apresentamos aqui dessa lusofonização do Brasil ocorrida no século XVIII resgata a visão de Gladstone Chaves de Melo (1946), segundo a qual a implantação da língua portuguesa no Brasil teria se dado através de vagas lusofonizantes, que se imporiam sobre as variedades lingüísticas autóctones e sobre as variedades crioulistas geradas no contato do português com as línguas africanas. Desse modo, pode-se situar no século XVIII, essa primeira vaga lusofonizante do Brasil. A segunda vaga teria ocorrido, no início do século XIX, com a vinda da Família Real portuguesa. E a terceira vaga — ao meu ver, a definitiva — ocorreria com o violento processo de industrialização e urbanização do Brasil ocorrido ao longo do século XX.

Buscaremos apresentar aqui dados sócio-econômicos e demográficos que compõem o cenário propício à difusão da língua portuguesa no Brasil no século XVIII, bem como os testemunhos históricos que fortalecem esta hipótese. Não pretendemos, contudo, sugerir um quadro final de homogeneidade lingüística, pois deve ficar claro que se trata apenas de uma primeira onda de lusofonização, que se espalha por um terreno bastante matizado, onde se mantêm, para além da língua geral amazônica na Província do Grão-Pará, o uso de línguas francas africanas, mesmo nas cidades mineiras; uso este que se teria perpetuado até os nossos dias, como se pode observar no uso de «línguas secretas» em comunidades rurais afro-brasileiras isoladas, como a de Cafundó, em São Paulo (Vogt / Fry 1982; 1983; 1985), e de Tabatinga, em Minas Gerais (Queiroz 1984).

A vaga de lusofonização ocorrida no século XVIII altera, portanto, o cenário lingüístico do Brasil Colônia, fazendo da expansão da língua portuguesa um reflexo das luzes do movimento civilizatório do Iluminismo, que em Portugal se associou ao despotismo esclarecido. Porém, há de se ter em conta que o novo cenário que se cria é ele também heterogêneo e plural, menos racional e límpido do que aspirava o pensamento, e mais irracional e sombrio, como o era a realidade da Colônia. E nesse cenário heterogêneo, há de se destacar a rivalidade entre a língua portuguesa com as línguas gerais, complexo de variedades lingüísticas geradas pelo uso do tupi na sociedade mameluca de São Paulo e do tupinambá, no Maranhão e no interior da região amazônica, posteriormente; sendo estas suplantadas por aquela na medida

em que as luzes do progresso econômico da Metrópole iam iluminando as sombras virginais da Colônia.

2. A expansão da língua portuguesa e o uso das línguas gerais

Quando os portugueses começaram a se fixar na costa do Brasil, no século XVI, entraram em contato com povos indígenas pertencentes a uma mesma família lingüística e que falavam duas línguas bastante aparentadas, o *tupi*, na região que corresponde hoje ao Estado de São Paulo, e o *tupinambá*, falado por povos que se espalhavam por praticamente todo o restante da costa brasileira, desde o litoral do atual Estado do Rio de Janeiro até a foz do Rio Amazonas. A relação que os portugueses mantiveram com esses povos compreende basicamente duas situações. Nas regiões centrais do empreendimento colonial, sobretudo na Bahia e em Pernambuco, procederam à eliminação física ou à expulsão desses grupos autóctones. Na região de São Paulo, a colonização foi feita por meio do acasalamento dos colonizadores portugueses com as mulheres indígenas; situação que se reproduziu de forma semelhante na região do atual Estado do Maranhão, a partir do século XVII, com a expulsão dos franceses em 1615 (Rodrigues 1996; 2000). Resultam daí dois cenários etno- e sociolingüísticos bastante distintos.

O primeiro núcleo de povoação portuguesa estabelecido na costa brasileira foi a vila de São Vicente, fundada no litoral de São Paulo, em 1532, por Martim Afonso de Souza. Os contingentes de colonizadores que afluíram para São Paulo eram constituídos praticamente só por homens, que passaram a se acasalar com as mulheres indígenas, aproveitando-se de uma característica cultural desses povos de assimilar novos indivíduos e/ou estabelecer relações amistosas através da

incorporação de estranhos na qualidade de genros e cunhados, de modo que, onde e enquanto puderam estabelecer-se relações pacíficas, os portugueses procriaram com mulheres indígenas, tendo filhos mestiços, os então chamados *mamelucos*

como observou Aryon Rodrigues (no prelo), que daí chega à seguinte conclusão:

Como, em geral, para cada filho de português com mulher *tupi* não havia outros parentes portugueses, mas somente os parentes indígenas da família da mãe, os mamelucos se tornaram falantes da língua materna, a língua dos *tupi*. Logo, porém, esses mamelucos passaram a seguir as atividades de seus pais, distanciando-se social e culturalmente das sociedades

indígenas de que provinham suas mães. Como a entrada de novos contingentes de portugueses em São Vicente foi diminuta em consequência não só da maior distância em relação ao centro administrativo da Colônia, que ficou sendo a Bahia, mas também da fraca economia daquela capitania, prevaleceu entre os mamelucos e seus descendentes a língua *tupi*, que era a única da maioria deles.

Esse tupi falado pelos mamelucos em graus distintos de diferenciação se tornaria, então, a língua veicular na periférica Capitania de São Vicente, que tinha como principal atividade econômica a escravidão dos povos indígenas, levada a cabo por grandes expedições denominadas *Bandeiras*, que adentravam o interior dos atuais Estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso do Sul. Esse movimento teria difundido o uso da *língua geral paulista* por toda essa região, mesmo por tribos indígenas que falavam outras línguas.

O largo domínio da língua geral em São Paulo perdurou até pelo menos o final do século XVII, como se pode inferir do seguinte testemunho histórico do padre Antônio Vieira, em 1694:

As famílias dos portugueses e índios em São Paulo estão tão ligadas hoje umas com as outras, que as mulheres e os filhos se criam mística e domesticamente, e a língua, que nas ditas famílias se fala, é a dos índios, e a portuguesa a vão os meninos aprender à escola (Silva Neto 1951: 55).

Situação bastante distinta foi a que se verificou na interação entre os portugueses e os tupinambás em Pernambuco e na Bahia. Nos séculos XVI e XVII, nos grandes centros econômicos do empreendimento colonial, onde mais se desenvolveu a cultura agro-exportadora da cana-de-açúcar, a relação com os povos indígenas foi a da mais violenta beligerância, resultando na expulsão ou mesmo eliminação física destes nessas regiões (Rodrigues 1996: 11-12).

Assim, haveria uma nítida fronteira sociolingüística no Brasil Colonial. Enquanto o português se implantava pela ação dos colonos portugueses e seus escravos africanos na região do litoral que vai do Rio de Janeiro até Pernambuco, na região de São Paulo, interior de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, teria predominado o uso de uma língua geral de base tupi falada pela maioria de sua população mameluca; e na região do Maranhão e Amazônia, falar-se-ia majoritariamente uma língua geral de base tupinambá num contexto sociolingüístico semelhante ao de São Paulo.

Essa diferenciação sociolingüística pode suscitar duas inferências. Em primeiro lugar, confirma o panorama sócio-cultural e lingüístico do Brasil colonial até o início do século XVIII como um arquipélago

formado por ilhas relativamente isoladas entre si. Por outro lado, situa o uso da língua geral nos territórios da Colônia marcados pela pobreza e pelo atraso econômico em relação ao centro do empreendimento colonial. Esse atraso econômico da região de São Paulo está associado à ausência de estruturas administrativas, de espaços institucionais; em suma, do chamado processo civilizatório ocidental. Há vários testemunhos históricos que registram levantes ou insubordinações dos colonos mamelucos paulistas em relação às políticas institucionais da Metrópole, tornando o território dos bandeirantes um espaço de sombras e de irracionalidade.

Contudo, já em meados do século XVIII, o uso da língua geral na região de São Paulo teria refluído significativamente, de modo que, em 1751, «o padre Manuel da Fonseca falava do usos do Tupi como coisa remota, pois afirmava que «naqueles tempos [do padre Belchior que evangelizou de 1644 a 1719] era comum a toda Comarca»» (Silva Neto 1951: 58).

Uma primeira questão que portanto se coloca é a de explicar esse declínio da língua geral em favor do uso da língua portuguesa (em suas diversas variedades, mais ou menos mestiças, com se verá). Alguns têm enfatizado o aspecto político da ascensão do Marquês de Pombal e da expulsão dos jesuítas e do decreto que proíbe o uso da língua geral, ocorridos na década de 1750. Mas há que se ressaltar que o famoso decreto está direcionado para a região do Maranhão e do chamado Grão-Pará e a sua ineficácia se comprova com o fato de uso da língua geral amazônica ter se estendido nos rincões da floresta até o século XX. Na época do decreto, o uso da língua geral no centro sul do país já seria obsoleto, de acordo com o testemunho acima citado. Nesse sentido, o declínio da língua geral e o processo de lusofonização do território brasileiro deve ser mais apropriadamente correlacionado ao desenvolvimento econômico e aos seus reflexos civilizatórios.

O uso da língua geral paulista fica, então, circunscrito ao território das sombras de uma sociedade bastarda e mestiça, que vivia da sanha da escravização de populações indígenas, ao largo do circuito econômico do centro colonial em que se conjugavam a produção agro-industrial do açúcar com o mercado altamente rentável do tráfico negreiro.

É no progresso econômico gerado pelo ciclo do ouro nas *Minas Geraes* e nos seus reflexos sócio-culturais que se deve buscar a razão para o avanço da língua portuguesa sobre a língua geral paulista. A

possibilidade de enriquecimento rápido atraiu centenas de milhares de luso-falantes de todas as áreas de Portugal. O controle da riqueza impôs o estabelecimento de órgãos da administração colonial. E o resultado de todo esse processo foi o primeiro surto de urbanização colonial e de desenvolvimento de uma cultura letrada na Colônia.

Os aspectos sócio-econômicos do desenvolvimento da atividade mineradora no Brasil ao longo do Século das Luzes definem os parâmetros da lusofonização do território brasileiro no período. Mas, não se deve esquecer que, se as luzes no Brasil se intensificaram no reflexo reluzente do ouro, essas mesmas luzes provenientes da civilização ocidental vieram maculadas e obscurecidas pela negritude da escravidão africana. Desse modo, na medida em que se promovia o desenvolvimento sócio-econômicos do Brasil, o uso da língua geral, em suas diversas variedades, era empurrado para as regiões mais periféricas e isoladas. No centro dos grandes movimentos de modernização do país, até os princípios do século XIX, o papel principal na constituição dos cenários lingüísticos brasileiros estará reservado para o contato do português com as línguas africanas.

3. A emergência do ciclo do ouro e o povoamento do Brasil

Na segunda metade do século XVII, Portugal viveu um período de grave recessão econômica. As despesas com as lutas da Restauração política, que encerrou o domínio espanhol, combinaram-se tanto com a crise no comércio do açúcar, que enfrentava agora a concorrência da produção holandesa nas Antilhas, quanto com a perda do Império do Oriente, baseado no comércio das especiarias, já que nesta altura «holandeses e ingleses dominavam a maior parte das praças das Índias e do sudeste asiático» (Silva 1990: 79). No Brasil, os reflexos dessa crise também se faziam sentir pesadamente. Mas essa situação viria a se alterar sobremaneira a partir dos últimos anos do século XVII, quando as primeiras minas de ouro foram descobertas, quase simultaneamente, em vários pontos do território que pertence hoje ao Estado de Minas Gerais. A partir daí, a produção aurífera no Brasil cresceu rapidamente, passando de 725 quilogramas, no ano de 1699, a vinte e cinco toneladas no ano de 1725 (Silva 1990: 87). Quase na mesma época, nos entornos do primitivo arraial de Tijuco, foram descobertas ricas jazidas de diamantes, que viriam a promover o desenvolvimento da cidade de Diamantina, também no interior de Minas Gerais. A ri-

queza auferida no chamado ciclo do ouro no Brasil foi de tal monta que não apenas transformou Portugal em um dos grandes centros comerciais da Europa, como também se constituiu em um dos elementos impulsionadores da industrialização européia, sobretudo da Inglaterra que controlava o comércio de produtos em Portugal.

Todo o processo de desenvolvimento sócio-econômico que forma o chamado ciclo econômico do ouro, que se estende ao longo do século XVIII, constitui o cenário em que ocorrerá a primeira grande onda de lusofonização do território brasileiro. Nesse sentido, os parâmetros desse processo sócio-econômico, que devem ser destacados por suas implicações para a história sociolingüística do Brasil, são: em primeiro lugar, o grande crescimento da população colonial no período e a participação nesse processo de enormes contingentes de mão-de-obra escrava trazidos da África para movimentar todo o empreendimento minerador. Associado a esse primeiro aspecto estão o primeiro grande surto de urbanização do Brasil e o crescimento da cultura letrada na Colônia. Por fim, deve-se destacar o considerável crescimento da área ocupada, bem como uma maior integração dessa ocupação do território brasileiro, em função da expansão da pecuária e do transporte de alimentos, constituindo-se uma rede de abastecimento da região das *Minas Geraes* que se estendia do nordeste brasileiro até o sul do país, incluindo o planalto paulista. Nesse sentido, deve-se ter em conta também os movimentos internos de migração, principalmente de senhores e escravos do nordeste para a região das minas, o que também contribuiu para o processo de homogeneização diatópica dos diversos falares brasileiros.

O impacto do ciclo do ouro para a economia colonial pode ser medido pelo fantástico crescimento da população brasileira no período. Em 1700, a população do Brasil rondava a cifra de trezentos mil indivíduos, sendo que os brancos deveriam ser no máximo cem mil, enquanto que os negros deveriam chegar a cento e setenta mil; sendo os demais trinta mil índios aculturados (Mussa 1991). Um século depois, num censo extra-oficial de 1798, encontramos o seguinte quadro (Azevedo 1975: 14-15):

Grupo étnico	Nº de hab.
Branços	1.010.000
Mestiços livres	406.000
Mestiços escravos	221.000
Negros escravos	1.361.000
Índios	250.000
Total	3.248.000

Como se pode ver, a população do Brasil aumentou em quase onze vezes durante o período. Em termos relativos, é no século XVIII que se verifica o maior crescimento da população em toda a história do Brasil; bem superior ao verificado no século anterior quando a população apenas triplicou; e ainda bem maior que o crescimento de aproximadamente cinco vezes verificado no período de 1800 a 1900. Só no século XX, será encontrado um crescimento proporcionalmente semelhante, quando a população brasileira passa de cerca de dezessete milhões em 1900, para aproximadamente 170 milhões de indivíduos contabilizados no censo de 2000 do IBGE.¹

A imigração portuguesa irá contribuir significativamente para esse expressivo crescimento demográfico. As estimativas não são precisas, enquanto Celso Furtado fala em 300 mil portugueses que teriam vindo para o Brasil entre 1700 e 1800 (Hasenbalg 1979), Carreira (1981) faz referência a um número, certamente exagerado, de 800 mil indivíduos. Qualquer que seja porém o número, deve-se registrar que as dimensões da imigração portuguesa despertada pela *febre do ouro* foi de tal monta que, em 1732, o Conselho Ultramarino de Portugal, que já havia lançado um decreto limitando drasticamente a imigração para o Brasil, em 1720, permitindo-a tão somente com o porte de um passaporte especial fornecido pelo governo, expressava a sua profunda preocupação nos seguintes termos:

A fama dessas riquezas convida os vassallos do reino a se passarem para o Brasil e procurá-las e, ainda que por uma lei se quis dar providência a essa deserção, por mil modos se vê frustrado o efeito dela, e passam para aquele Estado muitas pessoas assim do reino como das ilhas, fazendo esta passagem ou ocultamente negociando o transporte com os mandantes dos navios ou seus oficiais, assim nos de guerra, como nos mercantes, ou com fraudes que fazem à lei, procurando passaportes com pretextos e carregações falsas. Por esse modo se despovoará o reino e em poucos

1 Fonte <<http://www1.ibge.gov.br>>.

anos virá ter o Brasil tantos vassallos brancos como tem o mesmo reino. (Ribeiro 1967: 238-239).

Esses vassallos brancos que acorriam ao Brasil em busca do enriquecimento rápido pertenciam aos mais variados estratos sociais, como o registrou, em 1711, o Jesuíta Antonil (1955: 185-186):

Cada ano vem nas frotas quantidade de portugueses e estrangeiros para passarem às minas. Das cidades, vilas, recôncavos e sertões do Brasil vão brancos, pardos e pretos, e muitos índios de que os paulistas se servem. A mistura é de toda a condição de pessoas: homens e mulheres; moços e velhos; pobres e ricos; nobres e plebeus; seculares, clérigos e religiosos de diversos institutos, muitos dos quais não têm no Brasil convento nem casa.

Do ponto de vista sociolingüístico, pode-se tirar desse cenário as seguintes inferências: em primeiro lugar, tal diversidade sócio-cultural deve ter desencadeado o processo definido por Serafim da Silva Neto (1957) como *nivelamento lingüístico*, através do qual são eliminadas as particularidades regionais. Esse português assim nivelado teria se constituído no modelo para os chamados *aloglotas*, sobretudo os escravos africanos e seus descendentes. Deve-se observar aí que o aceso dos segmentos aloglotas ao modelo da língua-alvo, o português, teria crescido com o aumento de falantes nativos portugueses e seus descendentes, inibindo eventuais processos de pidginização e/ou criouliização, fortalecendo o uso de variedades do português mesmo que alteradas em função da aquisição imperfeita por parte dos africanos, assim como dos índios e seus descendentes.

Por outro lado, esses contingentes de portugueses e seus escravos iriam progressivamente desalojando os contingentes de paulistas e mamelucos, falantes da língua geral. Dessa disputa entre portugueses e paulistas pelo controle da região das minas, que haviam sido descobertas pelos últimos, iria resultar um violento conflito que entrou para a história com o nome de *Revolta dos Emboabas*, termo tupi que significava «forasteiro» e através do qual os paulistas se referiam aos portugueses. Após violentos conflitos, os portugueses sobrepujaram os paulistas, que se deslocaram para o centro-oeste do Brasil, liderando o processo de descoberta de novas jazidas em Mato Grosso e em Goiás. A essa exclusão dos paulistas e dos índios que os serviam deve, portanto, ser tributado o avanço da língua portuguesa no centro-sul do país sobre a língua geral de base tupi.

Além disso, a expansão da língua portuguesa no território brasileiro, no bojo da atividade mineradora, deve ser conjugada com a inte-

gração das diversas variedades regionais do português faladas no Brasil, na medida em que

a economia do ouro conseguiu atrair para si a pecuária sulina através de São Paulo, e a nordestina, através do Rio São Francisco, integrando as «ilhas» de povoamento em que se convertera a colonização portuguesa (Silva 1990: 87).

A pecuária constituiu, assim, um dos mais importantes fatores da integração do território nacional e da expansão do uso da língua portuguesa pelo interior do Brasil, nas suas variedades mais marcadas pelo contato entre línguas e pelas mudanças lingüísticas que se iam operando na base da sociedade colonial brasileira, entre brancos decaídos e mestiços.

O volume de riqueza e o enorme crescimento demográfico gerados pela atividade mineradora criaram uma grande demanda por alimentos. Para atender a essa demanda, articulou-se todo um sistema de abastecimento do empreendimento minerador que se estendia desde o nordeste até a região sul do Brasil. O movimento de ocupação do Brasil através da pecuária, que se havia iniciado no século XVII, ganha, assim, um grande impulso com o ciclo do ouro. Essa ocupação do interior do país seguiu por dois grandes vetores. No nordeste, criadores da região da Bahia, Sergipe e Alagoas, penetraram os sertões através do curso do Rio São Francisco até atingir o interior de Minas Gerais:

A marcha sobre o agreste — zona intermediária entre a «mata» fértil e úmida da «caatinga», o sertão semi-árido — necessitou, em primeiro lugar, romper com a fronteira fechada, dominada por negros fugidos, aguerridos e fortificados em «quilombos», como o de Palmares, e, também, vencer a resistência dos índios, principalmente da Confederação dos Cariris. Foram guerras sangrentas, de extermínio, lideradas por «bandeirantes» paulistas e que resultaram na partilha do sertão em dezenas de imensos latifúndios (Silva 1990: 83).

Ao desbaratar quilombos e aldeias indígenas, a colonização portuguesa, à força de impor a sua dominação, ia promovendo a expansão da língua portuguesa, em detrimento do uso das línguas indígenas e das línguas francas africanas, que, se imagina, predominavam nos quilombos, como o de Palmares (Silva Neto 1951: 85). Negros recapturados e índios aprisionados eram, assim, forçados a se integrar no universo da lusofonia, na medida em que eram inseridos na economia do colonizador branco.

O outro grande vetor de ocupação do território brasileiro através da pecuária partiu de São Vicente, em São Paulo, em direção aos campos de Curitiba, no território do atual Estado do Paraná. E este não foi menos significativo do que o grande movimento de ocupação dos sertões nordestinos, pelo menos na dimensão dos seus rebanhos. Enquanto o Jesuíta Antonil, na primeira metade do século XVIII, estimava os rebanhos da Bahia e Pernambuco em um milhão e trezentas mil cabeças de gado bovino, «Simonsen, computando o gado de São Paulo e dos Campos de Curitiba, calcula-o em um milhão e meio de cabeças» (Silva 1990: 84).

Considerando-se que o grande mercado de todos esses rebanhos eram as *Minas Geraes*, pode-se imaginar as importantes consequências lingüísticas de todo esse processo de integração sócio-econômica de amplas áreas do território brasileiro. Essa interação diatópica dos diversos falares brasileiros está ligada não apenas ao comércio do gado, mas a toda uma rede de transporte de alimentos e mercadorias em geral, através das tropas de muares, que se constituem no século XVIII e vão garantir o comércio de bens nas diversas regiões do interior do país até o início do século XX. Formava-se, assim, toda uma rede de produção e comercialização de alimentos e produtos que viria a dar sustentação a todo o empreendimento minerador, em suas enormes proporções. Era preciso produzir e transportar alimentos e produtos, não apenas para as massas que se esfalfavam na extração do ouro e das pedras preciosas, mas também para a população das grandes cidades mineiras, que se formavam num ritmo até então desconhecido no antigo universo colonial brasileiro.

4. A escravidão africana e o primeiro surto de urbanização do Brasil Colônia

O povoamento do território das *Minas Geraes* não se deveu, obviamente, apenas à imigração portuguesa. Há que se ressaltar também a migração interna de senhores e colonos brancos do nordeste, que foram para o sul em busca do enriquecimento rápido. Mas certamente o mais significativo contingente do povoamento da região das minas foi o dos escravos negros, que eram trazidos de outras regiões, sobretudo dos engenhos decadentes do nordeste, apesar das tentativas de controle da administração colonial; ou eram importados diretamente da África, principalmente através do porto do Rio de Janeiro.

Segundo as Estatísticas históricas do IBGE, de 1986 (Silva, 1990: 39), a média anual de desembarque de africanos no Brasil passou de sete mil no período de 1676 a 1700 para 15.370 na primeira década do século XVIII, e atingiu a impressionante média anual de 18.510 africanos desembarcados no Brasil, na década de 1741 a 1750. Ainda segundo essas fontes, teriam desembarcado no Brasil, no período que vai de 1700 a 1780, cerca de 1.285.500 escravos africanos — números razoavelmente consistentes com os do censo apresentado anteriormente para o ano de 1798, se levar em consideração a alta mortalidade e a baixa natalidade da população escrava.

Desse modo, mais uma vez a limpidez das luzes da Metrópole será tingida pelo negror da escravidão de populações africanas. No plano lingüístico, pode-se pensar que desse maciço contato entre portugueses e africanos terão resultado profundas alterações nas variedades de português que se foram formando no seio da sociedade colonial brasileira. Não seria o caso, entretanto, de se constituir uma situação típica de crioulação; do que se tem evidência pela ausência de registro histórico de uma variedade crioula da língua portuguesa que tenha se formado e tenha sido largamente usada na região. Pode-se buscar uma explicação para esse fato na diferença da situação dos escravos num sistema de mineração comparada com a situação da escravaria no sistema de produção de plantação. Essa diferença foi destacada por Yeda Pessoa de Castro (1990: 108), nos seguintes termos:

Do ponto de vista da interação social, a condição de escravo da mineração, como a de escravo doméstico e urbano, não se mostrava a mesma do escravo rural. Enquanto nas plantações o trabalho da massa escrava era anônimo e coletivo, sua situação social parecia mais definida, por serem mais rígidas as relações casa-grande e senzala, na região das minas, como nos serviços urbanos e domésticos, o trabalho escravo se destacava por ser fruto de seu esforço individual, o que lhe dava mais possibilidades de comprar ou adquirir a liberdade, tornando-se ele próprio comerciante, traficante, minerador, negro de ofício, a bem dizer, estabelecido num trabalho autônomo.

Portanto, a sociedade mineira não só facultava ao escravo uma melhor condição de trabalho, como a possibilidade de ascender socialmente; o que implicava naturalmente uma integração do negro aos padrões culturais (e lingüísticos) dominantes. Essa possibilidade de ascensão (e integração) do negro na sociedade se reflete até no imaginário popular com «as lendas sobre escravos que conseguiram angariar fortunas, como a de Chico Rei, de quem se diz *negro angola*, e a de

Chica da Silva, *negra mina*» (Castro 1990: 108). Com efeito, a sociedade que se organiza em torno das minas, com sua mobilidade social decorrente da forma abrupta — ou mesmo contingencial — através da qual a riqueza é produzida (ou melhor, extraída), favorece muito menos a criouliização do que a sociedade agro-exportadora, na qual os escravos são segregados como uma massa indistinta, destinada unicamente ao trabalho forçado na lavoura, sem a menor possibilidade de integração no mundo dos grandes proprietários rurais.

Uma evidência a favor dessa visão advém do fato de os processos de criouliização mais expressivos da América terem ocorrido nas sociedades agro-exportadoras do Caribe; enquanto que, no continente, não se verificam processos significativos de criouliização, mesmo nas regiões que também importaram largos contingentes de escravos africanos para o trabalho nas minas. Por outro lado, a maior proficiência dos segmentos afro-brasileiros na sociedade mineira deve ser igualmente associada ao aumento da representatividade da figura do escravo doméstico e urbano, no contexto das cidades e da rede relações comerciais que floresceu em torno do empreendimento minerador. Contudo, não se deve deixar de se ter em mente um quadro sempre complexo e lingüisticamente plural da sociedade colonial brasileira. Um registro histórico dessa pluralidade etnolingüística é a *Obra Nova de Língua Geral de Mina* (Silveira 1945), um manuscrito datado de 1741, de autoria de Antônio da Costa Peixoto, um português que elabora uma espécie de manual de conversação para uma língua franca africana, de base lexical fon — um dialeto da língua ewe (Lopes 1945) — que seria largamente empregada pelos escravos na região de Vila Rica, a mais importante cidade das Minas Gerais, na época. O uso dessa língua franca seria relevante no contexto sociolingüístico da sociedade mineira da época, como se pode ver na advertência do autor desse pitoresco manual:

Se todos os senhores de escravos, e hinda os que os não tem, souvecem esta lingoage não sucederão tantos insultos, ruhinas, estragos, roubos, mortes, e finalm.^{te} cazos atrozes, como m.^{tos} miseraveis tem exprementado: que me parece de algũa sorte se poderião evitar a alguns destes descomsertos, se ouvece maior curuzid.^c e menos preguisa, nos moradores, e abitantes [desta América e Minas] (Silveira 1945: 15).

Se, no cenário usual de conflitos naquela sociedade escravista, era importante para os indivíduos do grupo dominante ter alguma profi-

ciência nessa língua franca, pode-se inferir que ela era bastante empregada na interação verbal, pelo menos no seio da escravidão.

Mas, apesar desse quadro de pluralidade lingüística, não se deve deixar de ter em conta a importância, para a normatização do uso do português no Brasil ocorrido no século XVIII, do surto de urbanização que integrou a formação da sociedade mineira e depois se estendeu para o Rio de Janeiro, que se torna nesse período a mais importante cidade do Brasil. Os números do espantoso crescimento demográfico no período acabam por se refletir no processo de urbanização do território de Minas Gerais, «que, até a Primeira República, ainda era o Estado [...] de maior representação no parlamento em virtude de ser também o mais populoso do Brasil» (Elia 1979: 101).

Dois aspectos diferenciam o fenômeno da urbanização na sociedade das minas das experiências anteriores das cidades ligadas à economia açucareira. Em primeiro lugar, enquanto Recife, Olinda e Salvador cresceram contínua e lentamente, o surto de urbanização da sociedade mineira foi acelerado e efêmero. Em meados do século XVIII, a principal cidade da região das minas, Vila Rica de Ouro Preto, «embora não fosse a capital do país, alçava-se acima das demais cidades do Brasil» (Elia 1979: 124) e tinha uma população estimada em cem mil habitantes. Diamantina, o antigo Arraial de Tijuco, que também se formara na esteira da descoberta das jazidas de diamantes algumas décadas antes, já contava com uma população de 40 mil indivíduos (Calógeras 1957: 62). Esse rápido crescimento está associado a um outro aspecto que as diferenciava das antigas cidades coloniais: a autonomia do urbano em relação ao rural.

Talvez, à exceção de Salvador, por conta de sua condição de capital da Colônia, as antigas cidades dos séculos XVI e XVII não passavam de «um apêndice do mundo rural» (Merquior 1972: 224); podendo ser descritas como «dependências dos engenhos, burgos de família onde os senhores vinham passar as festas, reunindo-se para as cavalhadas e os banquetes» (Freyre 1936: 33). Já as cidades mineiras e posteriormente, mas ainda no século XVIII, o Rio de Janeiro, não apenas guardam uma autonomia em relação ao mundo rural, como se tornaram importantes centros onde se concentrava, se controlava e se comercializava a produção.

Essa proeminência econômico-administrativa vai ampliar por um lado os espaços institucionais e desenvolver um tecido urbano mais consistente. Por outro lado, vai promover o desenvolvimento de uma

cultura urbana ainda não conhecida no universo colonial brasileiro, como bem salientou José Guilherme Merquior (1977: 24):

O esboço da divisão do trabalho e o aparecimento de profissões liberais, de uma magistratura, de uma milícia retiram à cidade — a Vila Rica, o Rio dos vice-reis — o seu antigo aspecto de mero satélite do mundo rural. Nos colégios religiosos citadinos se educam, antes de seguir para Coimbra, clérigos e bacharéis abertos às idéias francesas, ao enciclopedismo progressista, aliado na Península ao despotismo reformador.

Esse universo urbano institucionalizado e cosmopolita cria as condições para um processo mais efetivo de normatização do uso lingüístico. Ao nivelamento decorrente da confluência de indivíduos de diversas origens (já referido anteriormente), irá se sobrepor uma norma culta; um padrão lingüístico forjado nos empregos oficiais e estéticos da língua, a regular o comportamento lingüístico dos indivíduos ligados, em algum nível, à cultura letrada da época.

Essa visão do surgimento de um padrão lingüístico brasileiro a partir dos usos estéticos da língua na sociedade mineira coaduna-se com a visão de Antônio Cândido de que o primeiro movimento literário sistêmico brasileiro teria ocorrido nas cidades mineiras na segunda metade dos Setecentos. Segundo esse autor (1997: 23-24), a literatura enquanto sistema se define a partir de três parâmetros:

[...] a existência de um conjunto de produtores literários, mais ou menos conscientes do seu papel; um conjunto de receptores, formando os diferentes tipos de público, sem os quais a obra não vive; um mecanismo transmissor, (de modo geral, uma linguagem traduzida em estilos), que liga uns a outros.

[...]

[Da constituição desse sistema decorre um] outro elemento decisivo: a formação de uma continuidade literária, [...] uma tradição, no sentido completo do termo, isto é, transmissão de algo entre os homens, e o conjunto de elementos transmitidos, formando padrões que se impõem ao pensamento ou ao comportamento.

Para Cândido (1997), antes do século XVIII ocorrem no Brasil apenas manifestações literárias, a literatura como sistema orgânico se inicia por volta de 1750, em Minas Gerais, com a *Academia dos Seleto*s e dos *Renascidos*.

A atividade literária e intelectual articulada organicamente em entidades, escolas e as famosas academias, juntamente com a esfera administrativa, jurídica e institucional, nas cidades mineiras do século XVIII, formaram a base para uma primeira normatização efetiva da língua portuguesa no Brasil, como reconhecido por Sílvia Elia (1979:

130) nos seguintes termos: «o sentimento de uma língua culta brasileira (não importa se a mesma ou não de Portugal) afirmou-se valiosamente nos letrados mineiros». Porém, as grandes cidades mineiras teriam vida curta e logo se esvaziariam no ritmo acelerado em que se exauriam as minas de ouro e as jazidas de diamantes, pois a riqueza extraída da terra foi dissipada temerariamente, sendo carregada para a Metrópole e desta para o financiamento da industrialização da Inglaterra. Do ciclo do ouro, entretanto, conservou-se em Minas Gerais o sistema de produção de alimentos que seriam já no final do século XVIII comercializados com o Rio de Janeiro, que havia se transformado no principal centro econômico do país.

Com efeito, o centro urbano mais beneficiado com a atividade mineira foi o Rio de Janeiro, que passa a ser o maior porto importador de escravos do país. A preponderância do comércio negreiro dará as cores à cidade que surge, com bem observou Renato Mendonça (1933: 33):

No século XVIII, o Rio semelha um porto africano. O Valongo, mercado de escravos, tem um jeito de Luanda. É a maior feira de escravos de todo o Brasil, que exporta para São Paulo, Minas, Estado do Rio e Goiás.

Os lucros auferidos com o tráfico de mão-de-obra escrava vão promover, não apenas a implantação de toda uma rede de comércio ligando o Rio de Janeiro às diversas províncias do Brasil na época, como também o vertiginoso crescimento da cidade. Entre 1750 e 1800, aumentou a população do Rio de Janeiro de 25.000 a 100.000 habitantes.

Em 1763, o Rio de Janeiro torna-se a Capital da Colônia e a sua cidade mais importante. A urbanização, bem como a expansão da esfera jurídico-administrativa e da atividade cultural letrada, que se ia esmorecendo com a decadência das cidades mineiras no final do século XVIII, têm a sua continuidade no Rio de Janeiro; do que temos como exemplo a criação, em 1771, da primeira Academia Científica do Brasil. O Rio passa, então, a ser o centro de referência e de difusão da norma culta da língua portuguesa no Brasil; condição que conservará até o século XX. Do ponto de vista histórico, o Rio de Janeiro constitui uma ponte entre a primeira onda de lusofonização, ocorrida com o ciclo do ouro nas *Minas Geraes*, e a segunda onda, que se inicia com a vinda da Família Real, em 1808, e se estende ao longo do século XIX.

5. Conclusão: luzes matizadas iluminaram a Colônia

Ao longo deste texto, buscamos reunir elementos com o intuito de demonstrar que ocorreu no século XVIII, com o ciclo do ouro, a primeira grande onda de lusofonização do Brasil. Até então a colonização portuguesa havia criado apenas ilhas de povoamento, nas quais a língua portuguesa se mantinha isolada e precariamente. No nordeste, situava-se uma sociedade eminentemente rural fundada em uma economia agro-exportadora. Esse contexto de sociedade de *plantation* baseada no largo emprego da mão-de-obra escrava importada da África teria sido bastante propício à pidginização e criouliização do português. As grandes regiões do interior do país eram ocupadas por índios não aculturados falantes monolíngües de suas línguas autóctones e agrupamentos de escravos foragidos, os quilombos, onde predominariam as línguas francas africanas e/ou variedades pidginizadas e/ou crioulizadas do português. E, nas províncias periféricas da Colônia, mamelucos, falantes da língua geral (ou das línguas gerais), dedicavam-se primordialmente à captura e escravização dos índios, através de suas imensas *bandeiras*.

Com o ciclo do ouro, esse cenário será alterado drasticamente. A população do Brasil crescerá onze vezes de 1700 a 1800, sendo que o número de colonos brancos, falantes nativos do português, passará de cerca de cem mil para mais de um milhão de indivíduos. Contribuirá decisivamente para essa explosão demográfica a importação maciça de escravos africanos, em cifras nunca dantes vistas. O crescimento populacional e o volume de riqueza extraído da terra possibilitarão uma enorme expansão da faixa do território ocupada pelo empreendimento colonial, através do estabelecimento de uma extensa rede de comércio e transporte de bens e alimentos que integrou as diversas ilhas de povoamento da Colônia. A esse avanço dos novos colonizadores corresponde uma expansão do uso da língua portuguesa no território brasileiro, pois tal avanço se deu, por um lado, com o desbaratamento das tribos indígenas e dos quilombos no nordeste brasileiro; e, por outro lado, em detrimento dos antigos colonos paulistas, falantes da língua geral.

No plano lingüístico e cultural, destaca-se nesse desenvolvimento sócio-econômico do Brasil o seu primeiro surto de urbanização ocorrido no interior, na região das *Minas Geraes*. A formação de uma cultura urbana letrada, autônoma em relação ao campo, criará as condi-

ções necessárias para a formação e difusão de um padrão regulador do comportamento lingüístico dos indivíduos. Esse primeiro (e ainda pouco representativo) movimento de urbanização da sociedade brasileira estará fortemente impregnado dos ideais do Iluminismo progressista, cuja manifestação mais dramática ocorrerá com a *Inconfidência Mineira*, violentamente reprimida pela Corte Portuguesa, em 1789.

Se as luzes do século chegaram, portanto, à Colônia, não chegaram aqui translúcidas, mas matizadas pelo negror da escravidão africana, que seqüestrou para o Brasil mais de um milhão de falantes das línguas banto e kwa. O reflexo lingüístico dessas luzes não é, então, o reflexo límpido de uma norma culta portuguesa inserida nos padrões institucionalizados da cultura, mas reflexo maculado das variedades profundamente alteradas da língua portuguesa falada pelos filhos da mestiçagem e pelos escravos africanos e seus descendentes, que se esfalfavam na busca do ouro e dos preciosos diamantes. Estes continuavam a assimilar precariamente o português nas mais aviltantes situações de incivilidade e, em muitos casos, conservavam as suas línguas nativas para a comunicação entre si.

Desse modo, se é possível situar este avanço da língua portuguesa no Brasil, no século XVIII, não se deve negligenciar a permanência das situações de contato maciço entre línguas no país, protagonizadas a partir de então por falantes nativos do português, de um lado, e afro-falantes e seus descendentes, de outro. Tais situações terão, certamente, importantes conseqüências para a formação histórica das diversas variedades lingüísticas do português faladas atualmente no Brasil.

Bibliografia

- Antonil, André João (1955): *Cultura e Opulência do Brasil*, Salvador: Progresso Editora.
- Azevedo, Thales (1975): *Democracia Racial*, Petrópolis: Vozes.
- Calógeras, J. Pandiá. ([1927] ⁵1957): *Formação Histórica do Brasil*, São Paulo: Editora Nacional.
- Cândido, Antônio ([1975] ⁸1997): *Formação da Literatura Brasileira*, Belo Horizonte: Itatiaia.
- Carreira, Antônio (1981): «Situação das pesquisas acerca do tráfico em Portugal», em: *O tráfico de escravos negros: séculos XV-XIX*, Lisboa: Edições 70, pp. 317-334.

- Castro, Yeda Pessoa de (1990): «Os falares africanos na interação social dos primeiros séculos», em: Mello, Linalda Arruda (ed.): *Sociedade, Cultura & Língua*, João Pessoa: Shorin.
- Elia, Sílvia (1979): *A unidade lingüística do Brasil*, Rio de Janeiro: Padrão.
- Freyre, Gilberto (1936): *Sobrados e Mocambos*, São Paulo: Editora Nacional.
- Hasenbalg, Carlos A. (1979): *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*, Rio de Janeiro: Graal.
- Lopes, Edmundo Correia (1945): «Os trabalhos de Costa Peixoto e a língua ewe no Brasil», em: Silveira, Luís (ed.): *Obra Nova de Língua Geral de Mina de Antônio da Costa Peixoto*, Lisboa: Agência Geral das Colônias.
- Melo, Gladstone Chaves de (1946): *A Língua do Brasil*, Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora.
- Mendonça, Renato (1933): *A influência africana no português do Brasil*, Rio de Janeiro: Sauer.
- Merquior, José Guilherme (1972): *Saudades do Carnaval*, Rio de Janeiro: Forense.
- Merquior, José Guilherme (1977): *De Anchieta a Euclides*, Rio de Janeiro: José Olympio.
- Mussa, Alberto (1991): *O papel das línguas africanas na história do português do Brasil*, Rio de Janeiro: UFRJ, Dissertação de Mestrado, ms.
- Queiroz, Sônia (1984): *A Língua do Negro da Costa — um remanescente africano em Bom Despacho (MG)*, Belo Horizonte: FALÉ-UFMG, dissertação de Mestrado, ms.
- Ribeiro, Darcy (1997): *O povo brasileiro: evolução e sentido do Brasil*, 2 ed., 10 reimp., São Paulo: Companhia das Letras.
- Ribeiro, Joaquim (1967): *História do Brasil*, Rio de Janeiro: Edições de Ouro.
- Rodrigues, Aryon Dall'Igna (1996): «As línguas gerais sul-americanas», em: *Papia, Revista de Crioulos de Base Ibérica*, pp. 6-18.
- Rodrigues, Aryon Dall'Igna (2000): «Breve história da língua dos índios vistos por Cabral», em: *Universa* 8 (1) (Brasília), pp. 541-552.
- Rodrigues, Aryon Dall'Igna (no prelo): «As outras línguas da colonização do Brasil», em: Cardoso, Suzana / Mota, Jacyrá / Mattos e Silva, Rosa Virgínia (eds.): *500 anos de história lingüística do Brasil*, Salvador: EdUFBA.
- Silva, Francisco Carlos Teixeira da (⁹1990): «O Brasil Colônia», em: Linhares, Maria Yedda (ed.): *História Geral do Brasil*, Rio de Janeiro: Campus, pp. 33-94.
- Silva Neto, Serafim da ([1951] ²1963): *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*, Rio de Janeiro: INL.
- Silva Neto, Serafim da ([1957] ⁵1988): *História da língua portuguesa*, Rio de Janeiro: Presença.
- Silveira, Luís (ed.) (1945): *Obra Nova de Língua Geral de Mina de Antônio da Costa Peixoto*, Lisboa: Agência Geral das Colônias.

- Vogt, Carlos / Fry, Peter (1982): «A descoberta do Cafundó: alianças e conflitos no cenário da cultura negra no Brasil», em: *Religião e Sociedade*, 8: 45-52.
- Vogt, Carlos / Fry, Peter (1983): «Ditos e feitos da *falange* africana do Cafundó e da *calunga* de Patrocínio (ou de como fazer falando)», em: *Revista de Antropologia*, 26: 65-92.
- Vogt, Carlos / Fry, Peter (1985): «Rios de cristal: contos e desencontros de línguas africanas no Brasil», em: *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, 8: 109-128.

Yeda Pessoa de Castro (Salvador da Bahia)

Uma língua africana documentada no Brasil do século XVIII

1. O documento

A partir do séc. XVIII, provocado pela demanda de mão-de-obra escrava nas minas então descobertas na colônia portuguesa das Américas, o tráfico transatlântico foi intensificado com o Golfo do Benim, trazendo em cativeiro um grande contingente de negros falantes de línguas do grupo ewe-fon ou gbe que ficaram mais conhecidos pelas denominações de minas, mahis ou maquins, aladas, ladas ou aradas (ararás, em Cuba). Sua presença foi de tal maneira significativa nas Minas Gerais que, na cidade de Vila Rica, atual Ouro Preto, registrou-se o mais importante documento lingüístico do tempo da escravidão no Brasil — *A Obra nova da língua geral de mina traduzida para o nosso idioma por Antonio da Costa Peixoto*.



Trata-se de dois manuscritos datados de 1731 e 1741. O primeiro, que se encontra na Biblioteca Nacional de Lisboa, consta de 14 folhas sem numeração, e, como o próprio título sugere, não passa de *Alguns apontamentos da Língua Minna com as palavras portuguezas correspondentes*, uma espécie de rascunho para o caderno que seria escrito dez anos depois, com 46 páginas mais elaboradas, contendo um vocabulário e manual de conversação da *Obra nova da língua geral de mina*, guardado no acervo da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora. Duzentos anos depois, com esse mesmo título, eles foram reunidos em uma só edição, publicada, em 1945, pela Agência Geral das Colónias, em Lisboa, acompanhada de comentários filológicos de Edmundo Correia Lopes.

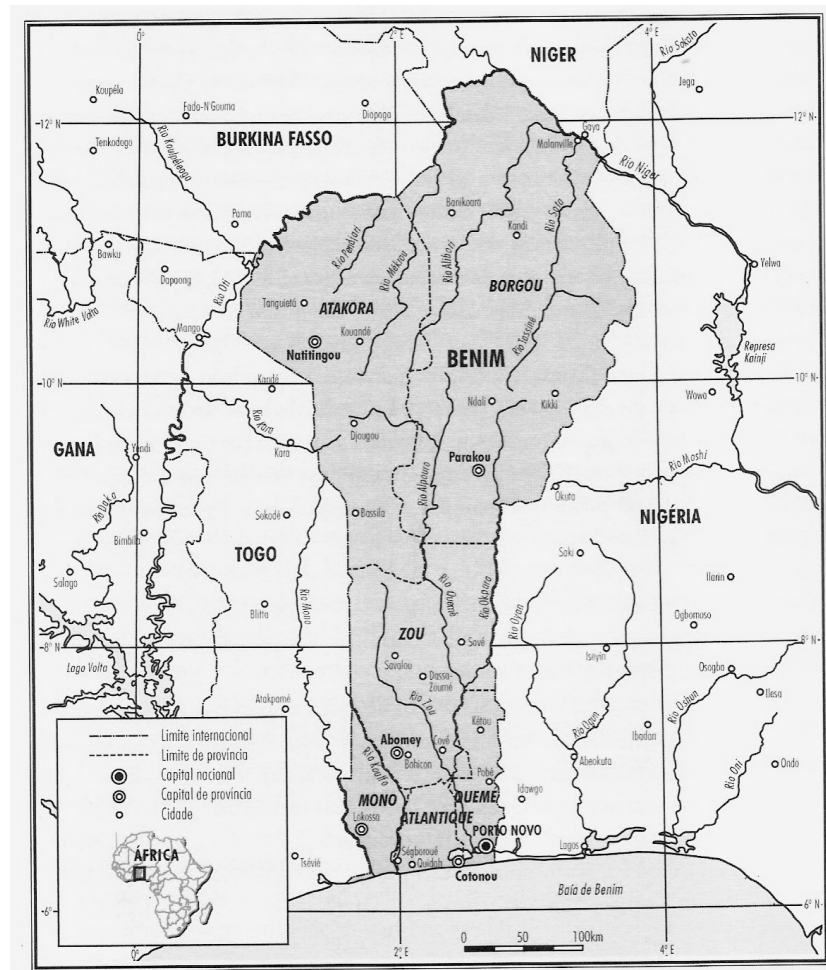
2. O autor

António da Costa Peixoto, cidadão português, natural de Entre-Douro-e-Minho, de quem pouco se conhece — um desafio a mais para os nossos historiadores —, deve ter chegado à antiga Vila Rica, na região das minas gerais, nas primeiras décadas do século XVIII, entre tantos outros aventureiros, sonhando enriquecer nos garimpos. Presumivelmente, essa condição rendeu-lhe a possibilidade de tornar-se um «branco ladino», ou seja, aprendeu a falar a *língua-dos-pretos*, e, como ele próprio confessa, «com curiosidade, trabalho e desvelo», o que talvez lhe tenha custado dez anos para redigir o segundo caderno. Nesse, terminou por retratar, através do que as palavras descrevem, usos e costumes da vida cotidiana, conflitos entre senhores e escravos, atividades profissionais e comerciais, incluindo a exploração da mulher negra escrava em prostíbulos que se constituíram na região àquela época.

O objetivo do autor era tornar esse falar corrente entre a escravaria local acessível ao entendimento das autoridades e senhores coloniais, numericamente inferiorizados, como um instrumento eficaz de repressão e dominação em seu nascedouro, o que ele mesmo esclarece no prólogo ao leitor, datado de 15 de julho de 1741:

Pois hé serto e afirmo, que se todos os senhores de escravos, e hinda os que os não tem, souvecem esta lingoage não sucederão tantos insultos, ruhinas, estragos, roubos, mortes e, finalmente cazos atrozes, como mtos. mizeraveis tem experimentado: de que me parece de algua sorte se poderiam evitar alguns destes descomsertos, se ouvece maior curiozid.e. e me-nos prguisa, nos moradores, e abitantes destes payses.

A denominação mina-jeje



Essa é uma denominação brasileira para um conjunto de povos e línguas do grupo «ewe-fon» ou «gbe» do ramo «kwa» da família Niger-Congo, parte do tronco lingüístico Congo-Cordofaniano, na classificação de Greenberg (1963). Seus falantes, cerca de 10.000.000, estão distribuídos por territórios de Gana, Togo e Benim, na antiga Costa da Mina, África Ocidental, numa região compreendida entre o rio Volta, em Gana, ao oeste, o país iorubá ao leste, o golfo de Benim,

ao sul, e o estado muçulmano e antigo reino de Dagomba, ao norte (Westermann / Bryan 1952: 83).

São línguas de acento tritonal, muito semelhantes, com sete vogais orais mais as nasais correspondentes e a estrutura silábica canônica (CV.CV). Entre elas, o ewe, o fon, o gun, o mina e o mahi, destacando-se como línguas étnicas majoritárias, o ewe e o fon. O ewe, no Togo, conta aproximadamente, com 1.200.000 falantes, concentrados na capital Lomé e no sul do país, estendendo-se pelos territórios limítrofes do sudoeste de Gana, por um lado, e sudeste de Benim, por outro. O fon, no Benim, com cerca de 2.200.000 falantes, tendo como centro maior a cidade de Abomé, capital do antigo reino do Daomé, expandindo-se pelos territórios circunvizinhos ao norte, Savalu, e, ao sul, Porto Novo, Cotonu e o reino de Uidá. Já o gun é falado em territórios correspondentes ao reino de Xogbonu ou Hogbono, atual Porto Novo, capital administrativa do Benim, situada no cone sudeste do país, o mahi, nas regiões montanhosas ao norte dos fons, e o mina ou güen, muito próxima ao ewe, que é falado na região de Anexô, no Togo (Pessoa de Castro 2002: II).

3. A presença «ewe-fon»

Na historiografia brasileira tem-se notícia da presença de povos desse grupo etnolingüístico a partir da segunda metade do século XVII, quando, em relatório, Henrique Dias menciona «minas e ardras» no batalhão sob o seu comando durante a expulsão dos holandeses em Pernambuco. Em 1702, já se registra a ocorrência da denominação jeje nos inventários do Arquivo Público do Estado da Bahia (Ott 1953), onde aparece com mais frequência do que nos documentos referentes ao Maranhão, estados brasileiros onde se concentram as mais conhecidas manifestações religiosas afro-brasileiras nascidas na escravidão, o candomblé e o tambor-de-mina.

Nelas, o legado cultural e lingüístico ewe-fon é evidente na configuração da sua estrutura conventual, no seu panteão e na sua linguagem litúrgica. Na Bahia, esse legado assentou as bases para a estrutura conventual do modelo urbano dos seus candomblés, particularmente, para os que se identificam como de «nação jeje» encontrados em Cachoeira, cidade da região do Recôncavo. Essa cidade, no século XVIII, foi o mais importante mercado produtor de tabaco do Brasil para a Coroa Portuguesa e introduzido, com sucesso, no antigo reino

do Daomé sob a forma de fumo-de-corda, ou seja, com as folhas de má qualidade embebidas em melaço-de-cana e postas em rolos, próprias para mascar (Pessoa de Castro 2001: 80-104). No Maranhão, essa influência ainda se encontra nos ritos agrícolas da colheita do inhame (Valente 1969; Ferretti 1996) e, de maneira muito evidente, na relação histórica e lendária do terreiro que, segundo a tradição oral, foi fundado pela rainha Na Agotimé, trazida como escrava para o Brasil no século XVIII (Ferretti 1985).

4. O vocabulário de Costa Peixoto

No cômputo geral, o manuscrito de 1741 consta de uma relação de 920 itens lexicais entre vocábulos nominais isolados, pequenos diálogos, um sistema numérico, formas de contar usuais no comércio de ouro da época colonial no Brasil, expressões ofensivas e obscenas. A maioria (82%) identificamos como fon ou fongbe, uma conclusão a que chegaram também o filólogo português Correia Lopes, responsável pelos comentários feitos na edição de 1945, que divulgou a obra de Costa Peixoto, apesar da sua bibliografia estar limitada à língua ewe, e o lingüista beninense Olabiyi Yai (1997: 547), ao sugerir que o fon teria sido a língua lexicalizadora de um processo inicial de falar criouliizante de base ewe-fon ou gbe da «língua mina», que denominamos de «dialeto das minas» ao estudar a interação social dos falares africanos no Brasil colonial (Pessoa de Castro 1980).

Total de itens lexicais isolados

Fon	Mahi / Gun	Ewe / Mina	Total
755	76	11	842
números			40
contas de ouro			30
fongbeizados			2
«chingar»			6
Total			920

Áreas temáticas dos nomes substantivos

1.	Corpo humano e funções	57	12,36%
2.	Mal-estar, má-sorte, doenças, pragas	11	2,39%
3.	Casa, família e sexualidade	32	6,94%
4.	Vestimentas e adornos	23	4,99%
5.	Alimentação, bebidas, comidas e fumar	63	13,67%
6.	Flora, plantas e vegetais	37	8,03%
7.	Fauna, insetos, aves, animais e derivados	54	11,71%
8.	Crenças, divindades, oficiantes	10	2,17%
9.	Dias da semana, tempo, terra, natureza	35	7,59%
10.	Defeitos, qualidades e outros atributos	47	10,20%
11.	Objetos fabricados e outros instrumentos	27	5,86%
12.	Confusão,escravidão, guerra, mandatários	25	5,42%
13.	Ofícios, profissões, comércio	18	3,90%
14.	Etnônimos e topônimos	16	3,47%
15.	Pornografias	6	1,30%
	Total	461	100,00%

Pelo seu caráter polivalente, o vocabulário de Costa Peixoto reúne elementos verdadeiros para a sócio-história do negro brasileiro nos tempos coloniais. Ao mesmo tempo, oferece subsídios da maior relevância para a história da constituição da língua portuguesa no Brasil e a conseqüente participação de falantes negro-africanos nesse processo, um assunto ainda por merecer a atenção e o tratamento devidos por parte de lingüistas e filólogos brasileiros. Também, é uma rara e importante fonte histórica para a lingüística e a dialetologia africanas que carecem de documentos escritos nesse domínio de estudos, em particular para os especialistas em línguas kwa da África Ocidental.

5. A mulher negra

Sabemos que nos portos do Golfo de Benim não era comum armazenar os escravizados em barracões à espera da viagem transatlântica, como se passava em Angola, onde funcionava o sistema de pombeiros, negros e mestiços encarregados de percorrerem milhas adentro, escolhendo indivíduos fortes, jovens, principalmente os homens, de maior valia no mercado escravagista. No antigo Daomé (Benim), ao

contrário, como não havia barracões desse tipo, o embarque era imediato nos tumbeiros e a compra feita diretamente aos soberanos locais, sem outra opção a não ser a de levar os lotes por eles selecionados. Foi o caso do rei Agadja (1724-1740), que, além de vender um número maior de mulheres, só ele, em seus territórios, podia fazer esse tipo de transação (Akinjogbin 1967: 79). No entanto, a prática generalizada à época entre aqueles mandatários, era a de escolher, entre os escravizados, preferencialmente os mais fortes, altos e esbeltos, tidos como bonitos (*hinhogampê*) para servirem à corte e negociar os de porte franzino, de estatura abaixo da média (*melequete*) e os classificados de feios (*hinharamgampê*), mal formados de corpo, com algum tipo de deficiência física e aparência doentia, o que, de certa forma, justifica a ocorrência, no manuscrito de Costa Peixoto, de 47 termos (10,2%) que incluímos na categoria temática de «Defeitos, qualidades e outros atributos».

Durante o século XVIII, no auge da prospecção do ouro, é possível que tenha sido transportado do Golfo do Benim para a região das minas no Brasil o maior contingente de negras escravizadas de todos os tempos, uma mão-de-obra considerada excedente para os trabalhos de garimpagem, mas que coincidiu com a chegada de um grande número de colonos vindos do Reino (*Touboume*), entre eles, podemos supor, Antonio da Costa Peixoto, e outros provenientes de várias regiões da colônia, atraídos pela perspectiva de fortuna imediata. Como esses aventureiros eram quase que exclusivamente homens solteiros, aquelas mulheres passaram a ser usadas como concubinas e prostitutas, ainda mais porque se espalhara a crença de que o minerador, para ser bem sucedido, tinha de ter uma «escrava mina» para si, fazendo aumentar o seu valor de venda no mercado comprador de escravos, de acordo com o velho lema mercadológico de que «a propaganda é a alma do negócio» (Boxer 1963: 95).

Junte-se a este fato, os estereótipos que ainda se encontram veiculados pela historiografia brasileira, onde o negro mina, além de considerado apto para a garimpagem por originário de uma região aurífera, era visto como inteligente, laborioso, e suas mulheres elogiadas pelos atributos físicos e exuberância sexual, uma fama que se encontra, de forma explícita, na expressão popular brasileira “bunda de negra mina”, de referência a mulheres nadegudas, bem alcatreiras. Vale citar o exemplo de Xica da Silva, nas Minas Gerais do século XVIII, que ganhou notoriedade e fortuna, graças ao seu poder de seduzir o colo-

nizador branco. No filme do mesmo nome do cineasta brasileiro Cacá Diegues, ela se transforma na heroína-sexo do tempo da escravidão no Brasil, chegando seu comportamento às raias da ninfomania, extrapolando uma visão de falsa moral burguesa sobre a mulher negro-africana que, *a priori*, sem o ensinamento do cristianismo, desconhece a noção de pecado original e não sente vergonha de mostrar o corpo e exibir sua sexualidade, num desprendimento que a tornava presa fácil do apelo sexual provocado pela sua nudez ante os olhos do homem europeu, temente a Deus.

Essas mulheres ainda foram utilizadas como vendedoras ambulantes de comestíveis postos em tabuleiros e nas vendas, muitas delas de sua propriedade, compradas com o lucro também obtido pela receptação de contrabandos e produto do roubo de quilombolas e garimpeiros, aos quais forneciam todo o gênero de mercadoria, inclusive armas e pólvora, além da prostituição de escravas. Centros de festas e batuques ruidosos, temidos pela população e perseguidos pelas autoridades locais, essas vendas eram situadas à beira dos caminhos mais transitados, geralmente na entrada da cidade, e, segundo comentário de Mello e Souza (1982: 177),

devem ter representado um papel de destaque na agremiação de indivíduos pobres e desclassificados, estabelecendo vínculos de solidariedade entre eles e ocupando o lugar que, na Europa, foi preenchido pela taverna.

Também, no Caribe, acrescentamos nós, a exemplo de Barbados, onde a lendária figura de Rachel Pringle, mulher negra, filha de escrava de provável origem mina, dona de venda que funcionava como taverna e prostíbulo, tornou-se uma das mais destacadas personalidades da história daquela ilha (Pessoa de Castro 2002: 229).

6. A religiosidade

O único traço manifesto da crença religiosa ewe-fon no manuscrito de Costa Peixoto é a palavra *Leba*, a mais poderosa entidade desse povo, traduzido pelo autor como Demônio, em contraposição ao conceito de *Avodum* como um ser misterioso, próximo a Deus, segundo os parâmetros impostos pelo cristianismo e que motivou, nessa área de competência em questão, a maioria dos termos na cartilha

Avodumçu, quaresma (preceito do vodum)

Avó dum chuhê, Igreja (casa do vodum)

Avódumgê, contas de rezar, rosário (contas do vodum)
Avodumnhí, páscoa — (ressurreição do vodum)
Avodumzambe, domingo (dia do vodum)
Avodumzampê, dia santo (dia do vodum)
Avóduno, padre (mestre do vodum)
Hihávouvódum, Nosso Senhor, Deus (vodum de branco).
Mahipomvodum, vou à Igreja (vou ver o vodum).

Desse contato de culturas, também emergiram, por influência do catolicismo, os conceitos *dugê*, batizar (comer sal), *ulialó/alogulító*, casar/casado catolicamente (receber a mão), *do vodum*, confessar (contar a Deus) e *zome*, inferno (dentro do fogo), que se encontram nos seguintes diálogos, onde se observa, na tradução em português de Costa Peixoto, o emprego do advérbio «aonde» por «onde».

- <i>Filhàhegulialú?</i>	Aonde casou?
- <i>Hegulialô Touboume.</i>	Casou no Reino.
- <i>Hètímví?</i>	Tem filhos?
- <i>Hè tim vi rupou.</i>	Tem um filho.
- <i>Vi ecódugê?</i>	O menino já se batizou?
- <i>Ecódugê.</i>	Já se batizou.

7. Processos de socialização

Esse tipo de processo é polarizado entre a Igreja (*avódum chuê*), como centro de conversão, e a venda (*nunsachome*), como estabelecimento comercial, de lazer e diversão. No primeiro plano, de caráter oficial e prestigioso, socialmente reconhecido, está a «cristianização» obrigatória do negro, através do sacramento do batismo e do casamento. No plano oposto e marginal, de economia dita subterrânea, o comércio praticado na venda, incluindo o contrabando e a prostituição de mulheres negras, chamadas de *josi*, «mulher-dama», literalmente, mulher-de-venda.

Nas vendas ou prostíbulos (*nhono xome*, casa de mulher), Costa Peixoto transcreve uma seqüência de opções como formas de abordar uma prostituta (*agalito*), certamente fruto de experiência própria, antecedidas pelas seguintes advertências «poderá dizer», e «é o mais certo», ou «dirá também» e, por fim, «há melhor praxe de que eu vejo, algumas vezes, é esta». No entanto, os diálogos em cena doméstica são muito poucos, o que denuncia o fato de seu manuscrito ter sido

dirigido para a vida fora de casa, onde não havia espaço para a mulher branca (*hihábouce*), fosse ela esposa (*asi*), senhora (*nhono*) ou jovem em idade de casar (*asuhe*).

- <i>Aniguisã?</i>	O que vendes?
- <i>Hum sánum poupou.</i>	Vendo muitas coisas.
- <i>Numpoupoute?</i>	Que coisas?
- <i>Quimatim nucumhã.</i>	Vosmicê não tem olhos?
- <i>Nhitim nucum. Nhimono.</i>	Eu tenho olhos. Eu vejo.
- <i>Numrufi mágeroumehã.</i>	O que aqui está não me apetece.
- <i>Qui geroi ayô.</i>	Vosmicê quer (copular).
- <i>Humgeroi</i>	Agrada-me, quero isso.
- <i>Uhã chonum</i>	Ande comprar alguma coisa.
- <i>Himatim aquhédimhã</i>	Eu não tenho agora ouro.
- <i>Gui vénu.</i>	Você é escassa.
- <i>Tã hinharam náme.</i>	Não tenho fortuna.
- <i>Acruche he cupou.</i>	Os meus negros morreram-me
<i>Mesesim efim aquachepou,</i>	todos. Os canhambolas
<i>ébá tá náme.</i>	furtaram-me o meu ouro todo,
<i>Humduàchosusum.</i>	quebraram-me a cabeça. Devo
	muito (dinheiro).

8. Enfrentamento nas relações humanas

O capitão-do-mato (*megulító*), o ódio devotado aos brancos senhores e patrões (*hihàbouno*) e o desprezo desses pelos negros, (mal) tratados sempre como escravos (*akrú*)

<i>Hiháboutomé manhôhã.</i>	Terra de branco não presta.
<i>Hi hà bouno,</i>	
<i>hè nachuhé akrú susû.</i>	Os brancos castigam muito os
	escravos.
<i>Mesisim matim hihàbuono hã.</i>	Os canhambolas não têm
	amigos brancos.

O castigo mais comum à época era a flagelação feita com o bacalhau (*ba*), chicote de couro cru torcido, próprio para açoitar escravos (Goulart 1971). Esses eram, geralmente, amarrados no tronco ou pe-lourinho, levantado em praça pública, um tipo de sevícia que serviu de inspiração para o clássico romance brasileiro *Tronco do Ipê* de José de

Alencar, e de que se guarda triste memória no nome da mais famosa localidade da antiga cidade do Salvador, o Pelourinho, um conjunto arquitetônico colonial português, importante centro de atração turística e cultural no Brasil, elevado à categoria de Patrimônio da Humanidade pela UNESCO.

Quanto aos negros, embora sempre referidos no manuscrito na condição de escravos ou *akru* (cf. *acruche he cupou*, os meus negros morreram-me todos), eles também se mostram na qualidade de forros (*methomereu*), obrigados a andar com uma carta de autorização do seu proprietário, como se pode depreender do seguinte diálogo entre o capitão-do-mato e dois suspeitos de fuga. O primeiro é logo liberado por trazer consigo aquela autorização.

<i>Melanduto</i> : - <i>Guisi?</i>	Tu andas fugido?
<i>Methomereu</i> : - <i>Masihã.</i>	Não ando fugido, não.
<i>Melanduto</i> : - <i>Sóháhihema mápom.</i>	Mostra escrito (carta) para ver.
<i>Methomereu</i> : - <i>Héhunihe.</i>	Aqui está.
<i>Melanduto</i> : - <i>Hihá licouthóhe.</i>	Vai andando o teu caminho.

Já o trecho a seguir retrata o procedimento para aprisionar um negro suspeito de ser canhambola, amarrando-lhe os pulsos com uma corda, tirando-lhe a roupa para revistá-lo, à procura de ouro furtado, sem atentar para a sua súplica desesperada, pedindo perdão, aos prantos, temendo ser morto, sob a alegação de que era escravo de uma mulher, logo, não se tratava de fugitivo, pois tinha dono e moradia certa.

<i>Akru</i> : - <i>Huhemamatim. Huhema hébũ.</i>	Não tenho escrito. Perdi o escrito.
<i>Melanduto</i> : - <i>Guáchequimatim huema, ná blauhe. Sócamnáme. Name alõ.</i>	Se não tens escrito, hei de amarrar-te. Dá cá uma corda. Dá cá as mãos.
<i>Akru</i> : - <i>Hum biho, hehihávouvódum. Blame abo.</i>	Peço-lhe, pelo amor de Deus. Amarre-me devagar.
<i>Melanduto</i> : - <i>Ani hutuguiviatim.</i>	Pois, por que choras?
<i>Akru</i> : - <i>Gui blame vô. Hihàbouce de cruàme.</i>	Vosmicê amarra-me sem causa. Eu sou escravo de uma mulher.
<i>Melanduto</i> : - <i>Gui clóme.</i>	Tu enganas-me.
<i>Akru</i> : - <i>Nhimáclomeré berehã.</i>	Eu nunca enganei ninguém.

<i>Melanduto: - Lelo. Sódópó thóhé mápom.</i>	Mentira. Dê cá as algibeiras para ver.
<i>Akru: - Dopo, hématim numréhã. Pom.</i>	As algibeiras não têm nada. Vede.
<i>Melanduto: - Dé avó pou.</i>	Dispa a roupa.
<i>Akru: - Nhináhi.</i>	Eu hei de ir nu?
<i>Melanduto: - Mégui me náhihã.</i>	Não há de ir nu, não.
<i>Akru: - Jálé jálé — águme hã. Hum bihó — hehihávou vódun.</i>	Peço-vos que não me mates. Peço-vos, pelo amor de Deus.
<i>Melanduto: - Humé naguhehã.</i>	Não matamos não.
<i>Akru: - Guidómórufidim.</i>	Você diz isto aqui, agora.
Em outra passagem, os papéis se invertem. É a vez dos canhambolas abordarem um branco, seguindo o mesmo procedimento ao revistá-lo, obrigando-o a tirar a roupa, sempre sob ameaça de morte, apesar da sua alegação de não ser de todo mau para os negros.	
<i>Mesesim: - Maguhi hi habouno.</i>	Matemos este Branco.
<i>Hihabouno: - Anhutũ nágume.</i>	Por que razão me quereis matar.
<i>Mesesim: - Aquhê hutû na guhi. Miná — hinum poupouthóhẽ.</i>	Por mor do ouro o quero matar. Queremos lhe tomar tudo.
<i>Hihabouno: - Hinum poupou magumehã. Mipoupou màhichomto.</i>	Tomai tudo e não me mateis. Nós não somos todos amigos.
<i>Nhimáinháram nácruhã. Nhimerabouháme</i>	Eu não sou ruim para os escravos. Eu não sou de todo mau.
<i>Mesesim: - Guidómórufidim.</i>	Você diz isto aqui agora.
<i>Hihabouno: - Humdómó to poupou me.</i>	Digo o mesmo em qualquer parte.

9. Concluindo

Os itens lexicais fongbeizados são os apelativos registrados sob as formas *cucano* (> *kukonganu*) e *aglono* (> *angol anu*) de referência, respectivamente, aos congos e angolas, testemunhos da presença de povos bantos em Vila Rica no século XVIII. Se levarmos em conside-

ração que a profundidade sincrônica revela uma antiguidade diacrônica, o fato de Costa Peixoto, ao longo do manuscrito traduzir certos termos do fongbe por palavras de línguas bantos em lugar das usuais em vernáculo português, denuncia que essas palavras já eram correntes no português do Brasil em seu tempo, levando-nos a concluir que a introdução de falantes bantos foi anterior à dos minas-jejes na região, de acordo também com a informação histórica existente. Assim, xingar por insultar, cambuta por raquítico, mucutos ou mocotós por patas-de-vaca, canhambola por escravo fugido.

Quanto à ausência de traduções de expressões em fongbe que o autor coloca sob a epígrafe «chingar» e também daquelas referentes aos diálogos nos prostíbulos, também não o fizemos em obediência à justificativa alegada por Costa Peixoto: «Não declaro em português, por serem palavras. Menos desentes a nossa pulícia».

Finalmente, a transcrição ortográfica em fon atual e a tradução de todos os textos, inclusive aquelas que, por obscenas, foram omitidas no manuscrito, poderão ser encontradas na íntegra no estudo que faço em meu livro, *A língua mina-jeje no Brasil: um falar africano em Ouro Preto do século XVIII*, publicado em 2002, de onde extraímos trechos para a esta comunicação.

Bibliografia

- Akinjogbin, Adeagbo (1967): *Dahomey and its Neighbours, 1708-1818*, Cambridge: University Press.
- Alapini, Julien (1955): *Le petit Dahoméen*, Paris: Presses Universelles.
- Argyle, William J. (1966): *The Fon of Dahomey*, Oxford: Claredon Press.
- Boxer, Charles R. (1963): *A idade do ouro no Brasil*, São Paulo: Editora Nacional.
- Costa e Silva, Alberto da (2002): *A manilha e o libambo: a África e a escravidão de 1500 a 1700*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira / Fundação Biblioteca Nacional.
- Delafosse, Maurice (1894): *Manuel Dahoméen*, Paris: Ernest Leroux Editeur.
- Eduardo, Octávio da Costa (1948): *The Negro in Northern Brazil: a Study in Acculturation*, New York: J. Augustin Publisher.
- Ellis, Alfred Burdon (1980): *The Ewe-speaking Peoples of the Slave Coast of West Africa*, London.
- Ferretti, Sérgio Figueiredo (1996): *Querebetã de Zomadônu; etnografia da Casa das Minas do Maranhão*, São Luís: EDUFMA.

- Goulart, Alípio (1971): *Da palmatória ao patíbulo: castigos de escravos no Brasil*, Rio de Janeiro: Conquistas / INL.
- Greenberg, Joseph (1963): *The languages of Africa*, Bloomington: Indiana University.
- Herskovits, Melville (1938): *Dahomey, an ancient West-African Kingdom*, 2 vols., New York: J. J. Augustin.
- Mello e Souza, Laura de (1982): *Desclassificados do Ouro: a pobreza mineira no século XVIII*, Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Ott, Carlos (1958): *Pré-história da Bahia*, Salvador: Universidade de Bahia.
- Peixoto, Antônio da Costa ([1771] 1945): *Obra nova da língua geral de Mina*, Lisboa: Agência Geral das Colônias.
- Pessoa de Castro, Yeda (1980): *Os falares africanos na interação social do Brasil Colônia*, Salvador: Centro de Estudos Baianos / UFBA.
- Pessoa de Castro, Yeda (1995): «Também Mulher, Imagem de Deus», em: Quintas, Fátima (eds.): *Mulher negra: preconceito, sexualidade e imaginário*, Recife: FUNDAJ / Editora Massangana, pp. 85-90.
- Pessoa de Castro, Yeda (2001): *Falares africanos na Bahia: um vocabulário afro-brasileiro*, Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras / Topbooks Editora.
- Pessoa de Castro, Yeda (2002): *A língua mina-jeje no Brasil: um falar africano em Ouro Preto do século XVIII*, Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro e Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais (Coleção Mineiriana).
- Segurola, Basilio (1963): *Dictionnaire fon-français*, 2 vols., Cotonou: Procure de l'Archidiocèse.
- Sogbossi, Hippolyte Brice (1998): *La tradición ewé-fon en Cuba*, Alcalá de Henares: Universidade de Alcalá / Havana: Fundação Fernando Ortiz.
- Valente, Waldemar (1969): *Survivances dahoméennes dans les groupes-de-culte africains du Nord-Est du Brésil*, Dakar: Centre des Hautes Études Afro-ibéro-américaines (Université de Dakar, 9).
- Verger, Pierre (1968): *Flux et Reflux de la Traite des nègres entre le Golfe de Bénin et Bahia de Todos os Santos, du XVII au XX Siècle*, Paris / La Haye: Mouton.
- Vianna Filho, Luis (1946): *O negro na Bahia*, São Paulo: José Olympio Editora.
- Westermann, Dietrich (1930): *A Study of the Ewé Language*, London: Oxford University Press.
- Westermann, Dietrich / Bryan, Margaret Arminel (1952): *Languages of West Africa*, London: Oxford University Press.
- Yai, Olabiya Babalola (1997): «Identifying Enslaved Africans in Fon and Yoruba Vocabularies in Brazil (18th-19th centuries)», em: *Identifying enslaved Africans in the Nigerian hinterland*, Toronto: UNESCO Conference, pp. 544-553.

Rosa Alice Cunha-Henckel (Jena)

Bantuísmos¹ lexicais no português do século XVIII

Vocábulos de origem africana já se encontram em documentos oficiais portugueses nos primeiros séculos das navegações (Tinhorão 1988: 345). Um exemplo é a palavra *inhamé*² — um tubérculo comestível básico na alimentação dos africanos — que se encontra sob a forma portuguesa na carta de Pero Vaz de Caminha ao rei Dom Manuel, anunciando a descoberta do Brasil (Tinhorão 1988: 345).

Outros afronegrismos já integrados à língua portuguesa, que também datam dos primeiros contatos dos portugueses com os africanos, são, segundo Jacques Raimundo (1933: 13), por ex. *cachaça* (bebida fermentada feita da borra do caldo de cana e servida aos animais e escravos dos antigos engenhos/aguardente obtida da destilação da borra do caldo de cana após ter passado por processo prévio de fermentação alcoólica); *quindins* (meiguice, denguiça, delicadeza); *quezila*, *quezília* ou *quijila* (antipatia, inimizade, aborrecimento, zanga, tabu, regra).

Na literatura portuguesa do século XVI, já se assinala a presença de vocábulo de origem negro-africana. Segundo Tinhorão (1988: 345-346), Gil Vicente, no auto *Pranto de Maria Parda*, de 1552, põe na boca de um dos seus personagens a palavra *minhoca*.³

Eu soo quero prantear
Este mal que a muytos toca
Que já estou com *mynhoca*
Que poseram a secar

-
- 1 Vocábulo oriundo das línguas do grupo banto, sobretudo do quimbundo, falado em Luanda, do quicongo, no Norte de Angola e do umbundo, na região de Benguela. São eles os mais abundantes e difundidos pelo fato de os africanos deste grupo terem sido levados tanto para Portugal como para o Brasil desde o início do tráfico e terem prevalecido por mais de três séculos com o tráfico para a América portuguesa.
 - 2 Que se encontra sob a forma espanhola *ñame* no Diário de Cristóvão Colombo (1492).
 - 3 «Designação comum aos animais anelídeos, da classe dos oligoquetas, especialmente os de hábitos terrestres, os quais são cavadores incessantes de túneis e galerias e apresentam colorido cinzento ou róseo... também usado como iscas para pesca» (Houaiss 2001).

É preciso salientar que em Lisboa, nos séculos XVI e XVII, o número de escravos era muito elevado. Segundo estimativas de Serrão (1963), no ano de 1551, 10% dos 100.000 habitantes de Lisboa eram escravos negros, mulatos e mouros. As indicações do Registro da Sé e do Castelo eram impressionantes. Quase toda a gente possuía o seu escravo. E como refere Teyssier (1959: 277): «Tout le monde en avait, depuis l'archêveque jusqu'au moindre marchand de l'Alfama, le Palais du roi ne faisait naturellement pas exception».

Magalhães Godinho indica para o período de 1441-1505, a entrada em Portugal de entre 136.000 e 151.000 escravos da África (Tinhorão 1988: 79). Já com relação ao Brasil, uma estatística de Perdigão Malheiros efetuada em 1798, indica que 47% da população era de negros e mulatos escravos (Scisínio 1997).

Diante desses dados, é portanto normal que na comunicação entre os escravos e os portugueses, já se utilizassem vocábulos de origem africana. Tinhorão (1988: 347), baseado nas observações dos fatos da história social portuguesa, sobretudo da vida lisboeta conclui que «a fixação na linguagem portuguesa corrente de termos de origem negro-africana deve ter-se intensificado durante o século XVIII».

E isto ele ilustra com alguns exemplos datados desse século.

Um deles é o que diz o personagem Pórcia, do entremez⁴ de José Daniel Rodrigues da Costa, *A Menina Discreta da Fábrica Nova* — meados do século XVIII — em resposta à preocupação da sua irmã Corisca «em seguir a tendência da época de falar rebuscado e empregar neologismos»: «Não leio obras insulsas, não digo palavras de Costa de África que falam as tapuias, mas todos me entendem».

Segundo o autor, o motivo para tal utilização teria sido a acentuação das mudanças dos estilos rurais para os urbanos. Mais comopolita e aberto às novidades, os cidadãos de classe média e até mais baixa, deixaram registrados nos folhetos de cordel, — a linguagem na qual eles se comunicavam. Esta afirmação é ilustrada com a recolha de alguns africanismos retirados do corpus deste tipo de literatura. Como por exemplo os três a seguir, coletados no *Entremez Intitulado os cazadinhos da Moda*, de 1784:

4 Entremez: HIST. TEAT fins do século XVI a meados do século XVIII, Na península Ibérica, peça curta, de variada tipologia, e tom geralmente burlesco, representada no princípio ou entre os atos ou no final de peças teatrais sérias de longa duração (Houaiss 2001).

banzar: termo quimbundo «pensar, meditar»

Eis porque um homem *banza* e fala:
Chegou a minha casa a ser sanzala.

bangalé termo quimbundo: «brigar, lutar»

Galhofas, *bangalés* e gritarias
É o que vejo aqui todos os dias

mataco termo chulo do quimbundo para «nádegas»

Que gosto, que fessa
Bolir cos cabeça
Oiar dos macaco
Mexer cos *mataco*
Com todo os primoro
Ao som dos tamboro
Que faze tum, tum.

Portanto, a incorporação de termos de uso comum e coloquial difundidos pelos próprios escravos, assim como de palavras referentes a realidades africanas sem equivalentes na língua portuguesa e de topônimos, é um fato evidente na Metrópole, embora em número e importância muito menores do que o que se registra no português do Brasil. Raphael Bluteau, na sua monumental obra lexicográfica — 1712-1728 — já insere entre seus verbetes alguns desses termos, entre eles *moleque* — pequeno escravo negro, — *mandinga* — feitiço, *mocambo* — aldeia dos negros repartidos em choupanas.

O autor de tais observações, intituladas «contribuição negro-africana ao vocabulário português» do seu livro *Os negros em Portugal*, publicado em 1988, expõe uma lista de 97 vocábulos de origem africana recolhidos em diversas obras de diferentes épocas. Desta lista, foram selecionados com base em outras fontes, os vocábulos já inseridos na língua portuguesa até o século XVIII, para o estudo presente.

Além dessa obra, um outro corpus do século XVIII, foi de grande importância para esta análise. Trata-se do levantamento que fez Mario Antonio Fernandes de Oliveira, num artigo intitulado «Quimbundismos no Português literário do século XVIII nas áreas angolanas e brasileiras» (1987). Nele, é apresentada uma coleta de 87 vocábulos na obra de Elias Alexandre da Silva Correa, *História de Angola*, escrita no referido século. Elias Alexandre da Silva Correa se autodefinia como «americano português». Era filho de portugueses. Seu pai, o Conselheiro José de Mascarenhas, foi mandado para o Brasil com a missão de fazer cumprir a política de Pombal sobre os jesuítas. Ele dividiu a sua idade adulta por Angola e pelo Brasil. Foi o autor da

terceira *História de Angola* de que há notícia, na segunda metade do século XVIII (Soares 2002: 4).

Segundo Oliveira, Elias Alexandre Corrêa se mostra como «um intelectual típico da sua época de Luzes no seu livro» ao realizar para Angola o que seu pai tinha como projeto para a Academia Brasileira dos Renascidos na Bahia, obra por ele fundada.

Para fazer uma comparação, tomou-se uma obra brasileira do mesmo século, a saber, *Cultura e Opulência do Brasil*, cujo título inicial era *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*, de 1711, do jesuíta Antonil, obra que foi confiscada pelo Estado Português imediatamente após a sua publicação, permanecendo ignorada durante um século e meio. Apesar de o autor salientar a importante contribuição da mão de obra africana para a exploração e constituição das riquezas do Brasil colonial chegando a dizer «os escravos são as mãos e os pés do senhor do engenho; porque sem eles no Brasil não é possível fazer, conservar e aumentar fazenda nem ter engenho corrente» (Antonil 1967: 47), são pouquíssimos os bantuísmos utilizados por este autor — *senzalas* (23/24), *caximbo(s)*, (40/154/163/165) e seus derivados *cachimbar* (162) / *cachimbandando* (163), *mocambo*, *cachaça*, *moleque-de-assentar* e *inhames* (156).

Dos vocábulos colhidos por Oliveira na obra de Correa, juntamente com os da obra de Antonil, os do vocabulário apresentado por Tinhoão e outros recolhidos na minha pesquisa na área, foram selecionados 29 termos de origem banto, já registrados no português escrito até o século XVIII. Estes serão apresentados com as suas etimologias e os seus referidos significados indicados por Castro (2001), assim como a data de entrada na língua portuguesa escrita (Houaiss 2001):

1. *batuque* (1770) dança dos negros (do quimbundo e quicongo *vutuki(la)*, repetir a mesma coisa, o som + port. bater);
2. *banzar* (1707) pasmar de pena e mágoa (do quimbundo e quicongo (*ku*) *banza*, pensar, refletir);
3. *calhambola* (1731 em Costa Peixoto) os desertados dos domínios dos seus senhores (ver quilombola) (1858 H) do quimbundo e quicongo *kilomboli*, com o mesmo sentido;
4. *cachaça* (1635) aguardente (do quicongo (*kunua*) *kisasa*, com o mesmo sentido);

5. *cafune* (1789) ato de coçar levemente a cabeça de alguém, dando estalidos com as unhas para provocar sono (do quicongo *kafunile kafa*, ação de bater, estalar com os dedos);
6. *calango* (1689) lagarto (do quicongo *nkalandal*/ do quimbundo *dikalanga*, com o mesmo sentido);
7. *canjica* (1725) papa de milho (do quimbundo e quicongo *kanjica*, com o mesmo sentido);
8. *catinga* (1727) mau cheiro de corpo (do quicongo *kaninga*/ do quimbundo *katinga* com o mesmo sentido);
9. *cachimbo* (1680) pipó de fumar (do quimbundo *(ka)nzimu*, e do quicongo *(ka) nzingo*, lit. pequeno tição fumegante);
10. *cochilar* (séc. XVII) dormir (do quimbundo e quicongo *kushila*, com o mesmo sentido)
11. *dengue* (1836) mímico (do quimbundo e quicongo *ndenge*, manha, criança, cólera pueril);
12. *entanga* (tanga) (1789) pano, capa (do quicongo e quimbundo *ntanga*, tapa-sexo);
13. *fuba* (1881), (fubá 1680) farinha de milho tirada a pilão/fécula de mandioca (do quicongo e quimbundo *mfuba*, com o mesmo sentido);
14. *jimbo* (s/d) / *zimbo* (1508) dinheiro (do quicongo e quimbundo *nji(nzi)mbu*/ do umbundo *onjimbu*, com o mesmo sentido);
15. *libambo* (1550) enfiada de cativos presos a uma cadeia de ferro (do quimbundo e quicongo *lubambu*, com o mesmo sentido);
16. *macota* (1634) os mais velhos (do quimbundo e quicongo *(ma) kota*, o chefe religioso);
17. *malunga* (s/d) argola de ferro (do quicongo *(bi) malunga*, com o mesmo sentido);
18. *mandinga* (1716) feitiço (do quimbundo e quicongo *mazinga*, ação de complicar, de impedir por feitiço);
19. *milongo* (1899) remédio (quicongo e quimbundo *mi-nlongo*, com o mesmo sentido);
20. *minhoca* verme anelídeo (do quicongo e quimbundo *(mi) nyoka*);

21. *mocambo* (1535) refúgio de escravo foragido = quilombo (do quicongo *mukambu*, refúgio, esconderijo);
22. *moleque* (1716) menino, garoto (do quicongo, quimbundo e umbundo *mi-/mu-/a nleeke*) com o mesmo sentido;
23. *pombeiro* (1652) espécie de bufarinheiro (o que leva para o interior mercadorias), agente dos aviados para a venda a retalho (do quimbundo *pumbelu*, com o mesmo sentido);
24. *quilombo* (séc. XVI) acampamento fortificado dos jagas, povo antropófago que vindo do nordeste, invadiu o Congo e Angola no último quartel do século XVI (do quicongo e do quimbundo *ki-lombo*, aldeamento);
25. *quindim* (1880) por extensão, graça feminina (do quicongo *(ki)ntinti*, delicadeza);
26. *quitanda* (1681) mercado, onde vendem frutas e verduras; tabuleiro em que os vendedores ambulantes expõem a sua mercadoria (do quimbundo e quicongo *kitanda*);
27. *sanzala* / *senzala* (1899/1771) povoado (do quicongo *senzala* / quimbundo *sanzala*);
28. *xingar*: (séc. XVII) insultar, ofender (do quimbundo e do quicongo *singa*);
29. *zumbi* (1681) fantasma (do quicongo *mvumbi*, com o mesmo significado).

Numa análise sincrônica destes termos, no que concerne ao português do Brasil, pode-se fazer a seguinte constatação: todos esses vocábulos, os 17 de Silva Correia, os da obra de Antonil, os da literatura popular coletados por Tinhorão e os da minha pesquisa pessoal — que já tinham sido registrados no português escrito até o século XVIII, com exceção de *macota*, *malunga*, *milongo* e *jimbo* — que constam como fazendo parte da linguagem do povo de santo da Bahia, no Vocabulário afro-brasileiro publicado pela professora Castro (2001), ainda são correntes no português atual falado no Brasil. Termos como *inhame*, *canjica* e *fubá* são constantes no vocabulário culinário na região Nordeste. Palavras como *senzala*, *mocambo* e *libambo* são títulos de obras importantes como *Casa grande e senzala* e *Sobrados e Mocambos* do sociólogo pernambucano Gilberto Freyre. De *Libambos e Manilhas* é intitulado o livro recém-publicado de Alberto da Costa e

Silva, presidente da Academia Brasileira de Letras. E, para os outros termos, temos a seguinte lista recolhida na mídia contemporânea brasileira:

cachaça

Num momento em que a difusão de uma simples marca implica vultosas operações de marketing, a ascensão internacional da *cachaça* é digna de registro (*Veja*, 07/02/2001: 20);

cachimbo

Com uma caneta de prata, traçando linhas finas num bloco de papel, acendendo sem parar o *cachimbo*, Arraes explica por que é de pouca conversa (*Veja*, 18/05/1994: 22);

cafuné

Se é para me orgulhar, orgulho-me de outras palavras em português. Palavras que não descrevem a realidade de maneira concreta e que, em minhas andanças, só encontrei na nossa língua, provocando espanto e inveja em meus interlocutores estrangeiros. Talvez sejam palavras menos nobres, porque não se referem a sentimentos elevados, e sim a miudezas da vida cotidiana, de uso corriqueiro, quase vulgares. Mas nós temos palavras para defini-las, eles não. A mais óbvia é *cafuné* (*Veja*, 10/01/2001: 133).

O *cafuné* é calmante como certas práticas de yoga, desfrutadas milenarmente pelos orientais (*Diário de Pernambuco*, 31/07/1988);

calango

Ainda bem que eu não tenho de comer *calango* (*Veja*, 06/05/1998: capa);

catinga

Igualmente engenhoso foi o emprego da palavra «sovaco» para apontar a *catinga* axilar (*Veja*, 10/01/2001: 133);

cochilar

Enquanto trabalhava e estudava, a menina repetiu a primeira série e *cochilava* ao fazer os deveres (*Veja* 19/01/2000: 67);

dengo

Há em nossa atmosfera acústica alguma coisa pateticamente infantil, regressiva, abortada, pedindo proteção e água. Dir-se-ia que crioulo quer colinho. Mimo. *Dengo*. Da parte de um pai que não aparece, ou que o rejeita, como dizia Darcy Ribeiro tanto do mameluco quanto do mundo (*Folha de São Paulo*, 30/11/1997, cad. 5-Mais: 8, sobre a língua portuguesa do Brasil);

mandinga

Mandingas para passar o ano “quer dizer: „simpatias que podem trazer maior prosperidade, fortalecer laços amorosos ou estabelecê-los, ou simplesmente, livrar o ambiente de energias pesadas (*Correio Braziliense*, 31/02/1995, Cad. 2: 1);

moleque

Hoje você olha um *moleque* de 13 anos e só vê rancor nos olhos dele. É nisso que as autoridades têm de prestar atenção: no rancor que está se acumulando. Porque tem *moleque* muito talentoso, muito mesmo (*Veja*, 17/01/72001: 15);

São uns *moleques*, caluniadores, irresponsáveis (*Correio Braziliense*, 15/05/1997, Cad. Cidades);

quitanda

Mostra que a Funcef, uma potência financeira cujo patrimônio chega a 6,8 bilhões de reais foi administrada até 1998 como uma *quitanda* de esquina (*Veja*, 29/11/2000: 46);

senzala

«Não somos a *senzala* do Planalto» Heloísa Helena, senadora (PT-AI), reagindo à ameaça de expulsão do partido, caso fosse à Justiça contra a propaganda pró-reforma da Presidência do governo (*Veja*, 7/5/2003: 40);

xingar

Como símbolo do país, o presidente não pode correr o risco de ser humilhado em público, de ser *xingado* ou atacado na rua (*Veja*, 13/12/2002: 39);

zumbi

Espremido entre a dupla pressão da sanha assassina do Hamas, a organização fundamentalista que semeia seus homens-bomba como ervas malignas, e a ferocidade da represália de Israel, Arafat parecia um morto-vivo, um *zumbi* que já deixou o mundo do poder político, mas ainda não sabe disso (*Veja*, 12/12/2001: 53).

Como a maioria dos trabalhos acerca dos diferentes aspectos da cultura africana no mundo luso tardaram a aparecer, o mesmo se verifica com relação à influência das línguas africanas no português, assunto que só veio a despertar o interesse dos estudiosos nesta área, no século XIX e sobretudo nas primeiras décadas do século XX.

Em Portugal, o primeiro inventário de possíveis palavras «que teriam advindo do seu contato específico com as falas dos negros africanos» é o *Glossário de Vocábulos portugueses Derivados das Línguas Orientais e Africanas exceto a Árabe*, de D. Francisco de São Luiz Saraiva, em 1837, que revelava a existência de 27 vocábulos de origem negro-africana de uso corrente em Portugal. Dos anos trinta do século XX são as obras clássicas de Jacques Raimundo *O elemento afro-negro na língua portuguesa* (1933), *A influência africana no português do Brasil* de Renato Mendonça (1933) e o capítulo «Sobrevivências africana — As línguas e as belas artes nos colonos pretos»

do livro de Nina Rodrigues *Os africanos no Brasil*, escrito no final do século XIX, mas só publicado também em 1933.

Já foi mencionado aqui que do período colonial, a única obra da qual se tem notícia é o vocabulário de Antônio Peixoto da Costa, cujos manuscritos só agora foram trabalhados por Castro (2002).

O que se tem a registrar de importante quando se trabalha com esse tipo de pesquisa é que há uma série de imprecisões nas obras lexicográficas mesmo no monumental Dicionário de Houaiss (2001), que veio preencher uma lacuna nesse campo. Elas vão desde a falta de precisão das etimologias, que divergiam enormemente, a erros com relação à data de entrada dos mesmos no registro escrito da língua portuguesa e às marcas de uso diatópicas e diastráticas. Problemas mencionados por renomados estudiosos estrangeiros da área como Willy Bal (1979: 11), Bonvini (1994) e Boulouvi (1996). Com relação às etimologias, a obra de Yeda Pessoa de Castro, *Falares africanos na Bahia*, publicado em 2001, é a que traz maiores precisões a este respeito.

Já com relação à data de entrada e às marcas de uso, apesar do grande aporte do dicionário de Houaiss (2001), ainda reinam imprecisões. Para os vocábulos acima mencionados, algumas datas do Houaiss são posteriores, quando já se tem registrados em textos como os sobre os quais tratamos.

Mas o que se constata num tal estudo é, primeiro, a frequência de uso desses vocábulos no dia-a-dia dos brasileiros; segundo, a importância dos mesmos na formação de um vocabulário específico da índole do brasileiro e porque não, na identidade do brasileiro; — vejam-se por exemplo *xingar, cafuné, denço, cachaça* —, terceiro, a transformação semântica de alguns desses lexemas no outro lado do Atlântico, primeiro, pela importância da mão de obra escrava africana e sua interrelação com a família do colono, segundo, devido à condição social dos seus falantes. Vejamos por exemplo o termo *moleque*.

Moleque, cujo sentido inicial era «menino» adquire no contexto brasileiro o significado de «menino negro, o filho dos escravos»; em Portugal adquire o de «criado», atualmente é empregado no Brasil como «menino de pouca idade», mas também, infelizmente, como «menino criado solto ou menino de rua» que deu os seguintes derivados: *molecada, molecório, molecoreba* «grupo ou corja de moleques», *molecada, molecagem, molequeira* «ação de moleque»; *molecote/molecota*, «moleque, moleca pequeno/a»; *molecão*, «moleque en-

corpado»; *molequice*, «o mesmo que molecada e molecagem no sentido de ato censurável»; *amolecar*, «tratar indecorosamente»; tornar-se moleque»; *molecar*, *molequear* «proceder como moleque»; «em que denota molecagem»; e os adjetivos *amolecado* «que tem ar de moleque»; «em que denota molecagem»; *moleque/moleca* «engraçado/a, pilérico/a, trocista, jocoso/a».

Por último, convém ressaltar a vitalidade desses lexemas nos dias atuais, que ainda continuam produzindo derivados e, também o seu uso metafórico. Metáforas que, às vezes, de uma certa forma, evocam as múltiplas facetas do relacionamento interracial no Brasil.

Bibliografia

- Antonil, João Antônio Andreoni (1967): *Cultura e opulência do Brasil*, Rio de Janeiro: Cia. Ed. Nacional.
- Bal, Willy (1975): «A propos de mots d'origine portugaise en Afrique Noire», em: *Miscelânea Luso-africana*, Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, pp. 119-132.
- Bal, Willy (1979): *Afro-Românica studia*, Albufeira: Edições Poseidon.
- Bluteau, Raphael (1712-1728): *Vocabulário portuguez e latino*, 10 vols, Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus.
- Bonvini, Emilio (1994): «Africanismes au Brésil: une lecture du «Novo Dicionário Aurélio da Língua portuguesa»», em: *Colloque International Lusophonie – Lusographie*, Université de Rennes, pp. 31-36.
- Boulouvi, Lébéné Ph. (1996): «A propos d'une lexicologie afro-brésilienne», em: Degenhardt, Ruth / Stolz, Thomas / Ulferts, Hella (eds.): *Bremer Beiträge zur Afro-Romania 2*, pp. 209-242.
- Castro, Yeda Pessoa de (2001): *Falares africanos na Bahia. Um vocabulário afro-brasileiro*, Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras / Topbooks.
- Castro, Yeda Pessoa de (2002): *A língua mina-jeje no Brasil. Um falar africano em Ouro Preto do século XVIII*, Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro / Secretaria de Estado da Cultura.
- Freyre, Gilberto (²³1984): *Casa Grande e Senzala*, Rio de Janeiro: Livraria José Olympo Editora.
- Freyre, Gilberto (1981): *Sobrados e Mocambos*, Rio de Janeiro: Livraria José Olympo Editora.
- Houaiss, Antônio (2001): *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*, Rio de Janeiro: Objetiva.
- Mendonça, Renato (⁴1973): *A influência africana no português do Brasil*, Rio de Janeiro: Civ. Brasileira.

- Oliveira, Mário Antônio Fernandes de (1987): «Quimbundismos no português literário do século XVIII nas áreas angolanas e brasileiras», em: *Actas do congresso sobre a situação actual da língua portuguesa no mundo*, Lisboa, 1983, vol. II, pp. 273-291.
- Peixoto, Antônio da Costa (1945): *Obra Nova de Língua Geral de Mina*, Lisboa: Agência Geral das Colônias.
- Raimundo, Jacques (1933): *O elemento afro-negro na língua portuguesa*, Rio de Janeiro: Renascença Editora.
- Rodrigues, Nina (⁵1977): *Os africanos no Brasil*, São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Saraiva, Francisco de San Luiz (1966): *Glossário de vocábulos portugueses derivados das línguas orientaes e africanas excepto a árabe*, Amsterdam: Oriental Press [Reimpressão da edição de 1837].
- Scisínio, Alaor Eduardo (1997): *Dicionário da Escravidão*, Rio de Janeiro: Léo Christiano Editorial Ltda.
- Serrão, Joel (1963): *Dicionário da História de Portugal*, Rio de Janeiro: Iniciativas Editoriais.
- Soares, Francisco (2002): «Angola e Brasil: história entrelaçada», em: *Continente* 2, pp. 4-7.
- Teyssier, Paul (1959): *La langue de Gil Vicente*, Paris: Klincksiek.
- Teyssier, Paul (²1984): *História da língua portuguesa*, Lisboa: Liv. Sá da Costa Editora.
- Tinhorão, José Ramos (1988): *Os negros em Portugal*, Lisboa: Editorial Caminho.

Ligia Chiappini (Berlim)

**Postcolonial *avant la lettre*:
falas e figuras de Sepé Tiarajú
do século XVIII ao século XX**

Este texto retrocede a meados do século XVIII para buscar, na expressão simbólica dos feitos e figuras de Sepé Tiaraju na guerra contra portugueses e espanhóis, por ele liderada e narrada em prosa e verso desde então, um elemento de coesão na região do Mercosul, a partir da defesa apaixonada da terra natal e do desejo de libertação do jugo colonial.

O ponto de partida é, no século XX, a canção de Barbosa Lessa, intitulada Tiarajú, de 1975, com a seguinte letra,¹ cantada pelos Tapes:²

TIARAJÚ

Nas Missões dos 7 Povos
nasceu um dia Sepé,
trazendo uma cruz na testa,
cicatriz, sinal da fé.
Quando o sol batia nele
essa cruz resplandecia
Por isso lhe deram o nome
Tiarajú à luz do dia.
Por isso lhe deram o nome
Tiarajú à luz do dia.

O exército de Espanha
e Portugal chegou aqui
Pra expulsar dos 7 Povos
toda a gente Guarani
Tiarajú que era cacique
reuniu os seus guerreiros
E sem medo dos canhões

no Arroio Caiboaté,
mas depois noutro combate
todos viram São Sepé,
que vinha morrer de novo
junto à gente guarani,
pra embeber seu sangue todo
neste chão onde eu nasci.
pra embeber seu sangue todo
neste chão onde eu nasci.

Mais um valente guerreiro
a morrer pelo seu pago.
É por isso que seu nome
pra o Rio Grande é sagrado.
São Sepé subiu pro Ceu,
sua cruz ficou no azul.
Cai a noite ela rebrilha,
ele é o Cruzeiro do Sul.

1 CD *Música popular do sul*, discos Marcus Pereira, s.d.

2 No carnaval de 2004, a saga das Missões volta à canção, curiosamente sem dar relevo a Sepé, mas referindo-se genericamente ao guerreiro missioneiro que a entoia. Trata-se do samba enredo da escola premiada, Beija-Flor de Nilópolis.

atacou só com lanceiros.
E sem medo dos canhões
atacou só com lanceiros.

Cai a noite ela rebrilha
ele é o Cruzeiro do Sul.

Tiarajú morreu peleando

Sepé Tiarajú....Sepé Tiarajú... Sepé
Tiarajú...

Aí aparece, como figura central, Sepé Tiaraju, o índio da Missão de São Miguel, que, em meados do século XVIII, liderou a resistência contra o Tratado de Madrid e suas conseqüências funestas para os chamados 7 povos das Missões. Aparecem também alguns elementos que estavam presentes desde a epopéia de Basílio da Gama, *o Uruguay*, até o romance de Alcyr Cheuiche, publicado no mesmo ano da canção: flashes da vida idílica das missões, o impacto do Tratado de Madri, a reação dos índios liderados por Sepé Tiaraju, a guerra, a derrota e morte do herói índio. Seu reaparecimento pós-morte e sua transformação em mito, estrela e santo.

Os 7 Povos situavam-se na região que era chamada de Paraguai, mas que não coincide com o País que hoje tem esse nome, constituindo, desde 1801, com a conquista definitiva das Missões pelos portugueses, território do Rio Grande do Sul. Pelo referido tratado, tinham os índios e os padres que abandonar suas terras, suas lavouras, suas casas e igrejas, todos os seus bens imóveis, deixando esse território para Portugal que, em troca passaria para o domínio espanhol a Colônia do Sacramento, cujos habitantes, ao contrário, podiam permanecer em suas propriedades.

A historiadora Ieda Gutfreind, no belo livro que publicou sobre «A Historiografia Rio-Grandense» (Gutfreind 1992) organiza essa historiografia em duas principais correntes: a lusitana e a platina. Fazendo um histórico desde as primeiras posições defendidas por Alfredo Varela, Aurélio Porto, Rubens de Barcellos, João Pinto da Silva e Manoelito de Ornellas identifica uma tendência comum de valorizar a questão da fronteira, como definidora do Rio Grande, reconhecendo a profunda semelhança deste com os países do Prata e identificando a origem do Estado com as Missões Jesuíticas, instaladas em território gaúcho desde 1626, quando o Padre Roque González de Santa Cruz, criou aí «o primeiro núcleo estável de povoamento» (Freitas 1982), a redução de São Nicolau do Piratini, com 280 famílias. Por outro lado, a corrente oposta, em que se situam historiadores como Souza Doca,

Othelo Rosa, Moysés Vellinho e o último Aurélio Porto (pos 1930) recusaria a semelhança do Rio Grande com o Prata, negaria qualquer influência deste em relação àquele e dataria a origem do Estado Gaúcho no estabelecimento das primeiras estâncias e dos acampamentos militares, culminando com a criação do presídio de Rio Grande em 1737.

Para a primeira tendência, Sepé Tiaraju é um digno ancestral do gaúcho, o «primeiro caudilho riograndense» (Bernardi 1958),³ porque defendeu sua terra com bravura, contra a prepotência das duas potências colonizadoras, partindo para a guerra sem hesitação, apesar das condições extremamente desiguais desta.

A historiadora demonstra ainda como, sobretudo a partir de 1930, com a chegada dos gaúchos ao poder central, com Getúlio Vargas, a tendência lusitana se impõe como versão hegemônica, insistindo na vinculação do Rio Grande ao Brasil e desvinculando-o do Prata. Isso explica porque, em 1956, por ocasião do bi-centenário da morte de Sepé Tiaraju, o Instituto Histórico e Geográfico tenha emitido um parecer extremamente negativo sobre a solicitação de um Major do Exército Brasileiro de erguer um monumento ao índio missioneiro na região em que morreu combatendo.

Vale a pena destacar algumas passagens desse parecer e de alguns textos que o defendem ou o atacam, todos transcritos no livro citado de Mansueto Bernardi:

3 Expressão utilizada por Manoelito de Ornellas em *Símbolos Bárbaros* e retomada por Mansueto Bernardi na conferência e livro do mesmo nome (1926, conferência pronunciada no Museu e Arquivo Histórico), republicada em 1948, na *Revista Província de São Pedro* e, junto com outros textos relativos à polêmica com os autores do parecer que recusava a ereção de um monumento no bicentenário de Sepé Tiaraju (solicitação feita ao governador do Estado, em fins de 1955, pelo major João Carlos Nobre da Veiga. O parecer negativo, publicado em 26.11.1955), assinado por Othelo Rosa, Moysés Vellinho e no livro, *O primeiro Caudilho Riograndense* (Bernardi 1958).

I. Sobre o brasileirismo ou não de Sepé e sobre a ação benéfica ou não dele e dos Jesuítas para o Rio Grande:

1. Parecer do IHG

Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, atribuído a Otelo Rosa (apud Bernardi 1958):

Vê-se desses conceitos (refere-se à argumentação do Major, que alegava ser Sepé Tiaraju um «verdadeiro brasileiro, na acepção pura da palavra», Bernardi, p. 151) que não é fácil o encargo da Comissão de História e Geografia: opinar sobre o brasileirismo de um indígena, que tinha um sentido de Pátria, e que se afirmou em luta contra os portugueses... (Bernardi 1958: 152).

Quando lemos que Sepé foi «o primeiro caudilho riograndense» a nós mesmos perguntamos que noção ele poderia ter do Rio Grande do Sul, e se nos será lícito praticar a grave injustiça de conferir-lhe um título a que tem inconcusso e líquido direito um Rafael Pinto Bandeira, o fronteiriço do Sul, que delineou as nossas fronteiras e que, com seu ingente esforço criou e consolidou esse Rio Grande do Sul, que Sepé valentemente combateu, opondo-se quanto pode, ao destino histórico de sua inclusão na civilização lusitana e no Brasil? (Bernardi 1958: 153).

Que defenderia Sepé — com inegáveis coragem e valor — em 1750? Nada que tivesse relação conosco. Se ele tivesse vencido, qual seria a consequência histórica dessa vitória? As terras, que Deus havia dado aos índios e a S. Miguel, na frase que lhe é atribuída, pertenceriam a quem? A nós é que elas não tocariam, podemos afirmá-lo seguramente. A ação de Sepé no sentido dos interesses e do futuro do Rio Grande e do Brasil foi uma ação negativa, ou melhor, uma ação adversa (Bernardi 1958: 153).

Reagindo contra as estipulações do tratado de Madrid — cuja justiça ou injustiça não é o momento de considerar — Sepé somente poderia ter em vista a integridade territorial da chamada «Província do Paraguai», a que pertenciam os sete povos das Missões: defendia, pois, em última análise, a Coroa espanhola... (Bernardi 1958: 154).

A conclusão parece-nos irretorquível: não só é inaceitável o brasileirismo de Sepé, como ainda não é admissível encará-lo como uma expressão do sentimento, das tendências, dos interesses da alma coletiva, enfim, do povo gaúcho, que se estava formando ao signo da civilização portuguesa (Bernardi 1958: 154).

2. Moysés Vellinho, defesa do parecer (apud Bernardi 1958)

... precisamos nos curar, de uma vez por todas, de certa ambigüidade em face do plano que, sob o patrocínio dos reis de Castela, a Companhia de Jesus procurou realizar aqui, antes da instalação oficial da Capitania do Rio Grande.

[...]

Tal atitude conduz a certo bifrontismo histórico, incompatível com a veneração que devemos aos que, no passado, lutaram por conservar dentro das confrontações luso-brasileiras as terras do Rio Grande (Bernardi 1958: 155).

O que não é passível de dúvida ou controvérsia é que os jesuítas do Paraguai, irradiando da Casa de Assunção sobre as terras que constituiriam depois o Rio Grande, se lançaram a uma empresa que se contrapunha à empresa luso-brasileira da ocupação do velho Continente de São Pedro (Bernardi 1958: 156).

3. Mansueto Bernardi, invocando o testemunho do historiador Carlos Teschauer, S. J. em

História do Rio Grande do Sul, 1918-1921-1922,

manifestando-se contra o parecer e sobre as origens com os jesuítas.

A terra feliz do Rio Grande começou com a civilização interna, indiana, do extremo ocidente, com as suas missões do rio Uruguai, logo cedo perturbadas pela ambição predatória dos mamelucos

[...]

O Rio Grande do Sul, de hoje, deve muito ainda, apesar de sua civilização litorânea, aos primeiros semeadores, e o que há e subsiste entre algumas de suas riquezas primordiais, os seus campos de gado, o tribo e o vinho, ou a erva-mate: tudo começou na cultura missioneira do Oeste, anterior à conquista política do litoral (Bernardi 1958: 146-147).

De Mansueto Bernardi ele mesmo:

— No tocante ao gauchismo ou brasileirismo de Sepé, reafirmamos que, etnicamente, ele era muito mais gaúcho e brasileiro que os próprios membros da Comissão do Instituto.

Cumpre, em verdade, não olvidar que, nos primórdios do descobrimento e exploração deste hemisfério, toda a América do Sul e especialmente aquela região compreendida entre o Rio Orinoco e o Estreito de Magalhães, se denominava *Brasília* e que, conseqüentemente, só os nativos podiam legitimamente gloriar-se do apelativo de *brasis*. Sepé Tiarajú era, portanto, genuitamente, autenticamente *brasil*, *brasílico* ou ainda *brasiliense*, no sentido racial da expressão (Bernardi 1958: 85-86).

4. Luiz Gonzaga Jaeger, contra o parecer do IHG (apud Bernardi 1958):

O gaúcho como tal não tem nacionalidade determinada. Encontramo-lo nas coxilhas riograndenses, no gaúcho uruguaio, argentino e paraguaio. Distingue-se por seu amor à querência, ao torrão natal. Quanto a Tiarajú, vêmo-lo dominado por um grande destemor, uma altivez impressionante, uma abnegação a toda prova (Bernardi 1958: 166).

Tiarajú, esse sim, morreu pela libertação integral do seu povo. Se tivesse vencido ficaria livre da opressão lusa e do velho protetorado espanhol. E assim ter-nos-ia dado um interessante modelo para a futura República de Piratini (Bernardi 1958:168).

II. Sepé na narrativa literária

Os textos dos historiadores citados muitas vezes ficam entre a narração historiográfica e a literária. Teschauer já não se contentava em dissertar sobre Sepé ou em narrar os seus feitos, mas os dramatizava, inserindo diálogos em sua narração, que foram retomados e retrabalhados pela literatura, cujo trabalho permite, com maior ou menor êxito, trazer à tona a voz sufocada do subalterno.

Como aparece, como age, como luta e como morre Sepé nos distintos textos em poesia e prosa que lhe são dedicados do século XVIII ao século XX. E o que nos propomos a analisar aqui. Sobretudo, como fala e, falando, ainda que por mediação de escritores e historiadores, o que diz e o que pensa sobre o tratamento dispensado aos índios das missões pelas duas coroas, Portuguesa e Espanhola, que, antes eram inimigas e agora se uniam contra eles. Esses textos trazem a figura e as falas de Sepé que, antes mesmo de se completar a empresa colonial no Rio Grande do Sul e nos Países do Prata, podem ser lidas como vestígios da resistência nativa ao próprio colonialismo. Essa resistência seria derrotada no grande massacre de Caiboaté (1756), ou no confronto em que, uns dias antes, Sepé pereceu, atingido por um lanceiro português e fulminado pelos tiros do governador de Montevideo. Mas pode-se ler aí também, em fiapos de falas e gestos, rastros de um pensamento que se poderia talvez considerar postcolonial *avant la lettre*, pois, muito antes da formação da nação, punha em dúvida a sua homogeneidade, a partir de suas ambíguas fronteiras, apontando uma espécie de calcanhar de aquiles do Estado sulino, do regionalismo riograndense e da própria brasilidade, qual seja, a ambigüidade, o caráter bifronte constitutivos desse Estado Fronteiriço Brasileiro, des-

de sua origem, hesitando entre ser luso-brasileiro ou ser hispano-americano.

Quem fala de postcolonial pensa em Nação, impérios e imperialismos; em colonialismo político e cultural. Conseqüentemente, também, no silenciamento da fala do outro, na impossibilidade de o subalterno falar. Mas quem pensa em postcolonial pensa também nas fraturas da Nação e nas vozes do outro que podem irromper pelo discurso do mesmo. Quem pensa em postcolonial pensa em heróis canônicos e na desconstrução da historiografia que os canonizou por contra-discursos em que irrompe o anti-herói transformado em herói e também ele passível de canonização seja pelo mito, seja pela arte.

Quem pensa em postcolonial repensa a questão da identidade e da alteridade, a relação centro-periferia e o conceito de fronteiras internas e externas a um País. E, para repensá-los, é necessário mudar perspectivas ou, no mínimo, confrontá-las. A perspectiva postcolonial funde o contra e o depois nesse post, procurando fugir ao eurocentrismo e problematizando fronteiras geográficas, políticas e lingüísticas, demarcações e cartografias desenhadas unilateralmente. Isso implica trabalhar também com os efeitos não apenas políticos, econômicos e sociais, mas também, culturais da colonização.

Poscolonialismo tem a ver também com diáspora de povos inteiros, fugindo à opressão e à ameaça de extermínio, fenômeno tão antigo e tão atual, que se expressa em muitos casos, como no da diáspora dos índios missioneiros, por figuras e discursos híbridos.

Em tudo isso nos faz pensar Sepé Tiaraju, e fez pensar àqueles que sobre ele escreveram. Mas aqui o contra é antes, antes de cumprir-se a colonização, antes de cumprir-se a nação e muito antes de nascer o nacionalismo que permitiu a independência política. Nesse antes, vemos brotar uma espécie de nativismo popular e marginal, em pleno século XVIII, que permite o encontro da perspectiva de um sofisticado poeta árcade com a do índio missioneiro, que, segundo muitos só falava e escrevia o guarani, mas segundo outros também era sofisticado o suficiente para falar e escrever latim, espanhol e um pouco de português.

1. O Uruguay

O primeiro texto em que Sepé aparece, até agora conhecido como o único do século XVIII, já nos permite levantar essa hipótese. Trata-se

da epopéia de Basílio da Gama, do qual podemos ler os fragmentos em que essa presença e essa voz se impõem ao leitor.⁴

1.1 Abertura do poema (p. 197):

Fumam ainda nas desertas praias
Lagos de sangue tépidos, e impuros,
Em que ondeiam cadáveres despídos,
Pastos de corvos. Dura inda nos vales
O rouco som da irada artilharia
MUSA, honremos o Herói, que o povo rude
Subjugou do Uruguaçu, e no seu sangue
Dos decretos reais lavou a afronta.
Ai tanto custas, ambição de Império!

Na abertura do poema essa presença é apenas latente, mas já de grande impacto. Ela se mostra pelo seu avesso: pela morte de Sepé e de seus companheiros, hiperbolicamente descrita pelos vestígios deixados na terra lavada com seu sangue, metáfora que veremos reaparecer na melopéia popular registrada por João Simões Lopes e em outros textos já do século XX. Lagos de sangue ainda tépidos, descritos de forma crua, como plenos de cadáveres nus, comidos por corvos que podem, ambigualmente ser lidos como aves de rapina reais e simbólicas: os responsáveis pela matança num episódio que historiadores mais críticos se recusam a denominar batalha, preferindo o termo chacina: a chacina de Caiboaté.

O herói referido aí e ainda não nomeado, é Sepé, cujo sangue lava a afronta dos decretos reais, isto é, do Tratado de Madri e dos decretos daí resultantes. A exclamação final resume qual moral da história o sentido maior do próprio poema: uma reflexão sobre as ambições do império e suas consequências, tanto mais interessante, se pensarmos que o poema, em princípio, foi escrito para homenagear outro herói: o chefe do exército português na guerra guaraníca: Gomes Freire.

Na sequência, escolhemos os trechos que apresentam a fala de Cacambo, índio companheiro de Sepé Tiaraju, que enfrenta Gomes Freire com as críticas ao imperialismo de Espanha e Portugal. A fala de Cacambo, embora forte, é ainda uma tentativa diplomática do entendimento pela argumentação e o diálogo. A resposta de Gomes Freire desperta em nós, hoje, inevitavelmente, ecos de um discurso tão

4 Citações extraídas da edição crítica, organizada por Ivan Teixeira (Gama 1996).

atual e tão antigo: o discurso imperial da guerra de libertação e de uma concepção muito particular do que seja o bem público. No final, a fala de Cacambo será corroborada e radicalizada pelo desafio guerreiro de Sepé Tiaraju, mais tarde convertido em ação heróica e suicida, dada a disparidade das forças em luta.

1.2 Fala de Cacambo ao general português, Gomes Freire (pp. 206-207):

E começou: Ó General famoso,
Tu tens à vista quanta gente bebe
Do soberbo Uruguay a esquerda margem.
Bem que os nossos Avós fossem despojo
Da perfídia de Europa, e daqui mesmo
C'os não vingados ossos dos parentes
Se vejam branquejar ao longe os vales.

1.3 Resposta de Gomes Freire a Cacambo (p. 207):

Em vós os Padres, como vós, vassalos,
É império tirânico, que usurpam,
Nem são Senhores, nem vós sois Escravos.
O Rei é vosso Pai: quer-vos felices.
Sois livres, como eu sou; e sereis livres,
Não sendo aqui, em outra qualquer parte.
Mas deveis entregar-nos estas terras.
Ao bem público cede o bem privado.
O sossego da Europa assim o pede.
.....

1.4 Entrada de Sepé no diálogo (p. 210):

Prosseguia talvez; mas o interrompe
Cepé, que entra no meio, e diz: Cacambo
Fez mais do que devia; e todos sabem
Que estas terras, que pisas, o Céu livres
Deu aos nossos Avós; nós também livres
As recebemos dos antepassados.
Livres as hão de herdar os nossos filhos.
Desconhecemos, detestamos jugo,
Que não seja o do Céu, por mão dos Padres.

Os últimos versos da fala de Gomes Freire, nessa primeira parte soam como um escárnio, como astuta e grosseira inversão do conceito de bem público e bem privado e como justificativa do vale tudo, desde que, para «o sossego da Europa».

Na resposta de Cacambo ao que eufemisticamente é definido como um pedido da Europa, aparece uma das mais lindas e concisas reflexões sobre o imperialismo do ocidente, do ponto de vista do índio, sua vítima, apontando esse domínio como anti-natural e contrário aos desígnios da Natureza-mãe, já que esta interpôs o oceano entre Europa e América para defender esta da cobiça daquela.

Gentes de Europa, nunca vos trouxera
O mar, e o vento a nós! Ah! Não de balde
Estendeu entre nós a natureza
Todo esse plano espaço imenso de águas.

Na fala de Gomes Freire, os Jesuítas seriam o império que oprime os índios, enquanto o rei de Portugal é um pai benfazejo. A idéia de liberdade também é aqui sustentada de modo abstrato, próprio de um dos calcanhares de Aquiles do Iluminismo, tal como o estuda recentemente o filósofo Franklin Leopoldo, pois ser livre sem terra, sem amparo e sem poder, é ser livre em sociedade de escravos, ou seja: uma ilusão. «Não sendo aqui, em outra qualquer parte», como se a liberdade pudesse se exercer sem posse do mais elementar e necessário: o lugar para morar e o lugar para batalhar o sustento do corpo e o cultivo da arte, o lugar da cultura.

Na interrupção de Sepé a Cacambo, é outra a concepção de liberdade que aparece, contrária a de Gomes Freire, pois se trata de uma liberdade profundamente ligada à terra e aos antepassados que nela viveram, por ela lutaram e nela foram enterrados. O jugo aí é recusado em nome de um único, aceito: do Céu e os padres são apenas instrumento desse poder. Quando deles se afastam, sempre, naturalmente na interpretação dos índios, serão também rejeitados, como alguns documentos históricos, interpretados pelos historiadores pró jesuítas enfatizam. O curioso é que, mesmo num poema feito para atacar os jesuítas e engrandecer Portugal, esse domínio aparece relativizado na fala do índio, sendo o jesuíta visto como mero instrumento de um poder maior e mais justo.

Sepé antecipa na sua fala o julgamento da posteridade, o julgamento da História, da própria história do dominador, sobre a justiça e a injustiça na guerra que eclodirá: «e o vosso Mundo./ Se nele um

resto houver de humanidade,/ Julgará entre nós; se defendemos/ Tu a injustiça, e nós o Deus, e a Pátria».

Da ameaça, quase bravata, de Sepé no final do diálogo

Ó General, eu te agradeço/ As setas que me dás, e te prometo/ mandar-tas bem depressa uma por uma/ Entre núvens de pó no ardor da guerra./ Tu as conhecerás pelas feridas,/ Ou porque rompem com mais força os ares,

passamos à ação guerreira e à morte do herói, no fragmento quinto:

1.5 Sepé na guerra , luta e morte (p. 214):

Fez proezas Cepé naquele dia.
Conhecido de todos no perigo
Mostrava descoberto o rosto, e o peito,
Forçando os seus co'exemplo, e co'as palavras.
Já tinha despejado a aljava toda,
E destro em atirar, e irado, e forte
Quantas setas da mão voar fazia,
Tantas na nossa gente ensangüentava,
Setas de novo agora recebia,
Para dar outra vez princípio à guerra.
Quando o ilustre Espanhol, que governava
Montevideo alegre, airoso, e pronto
As rédeas volta ao rápido cavalo,
E por cima de mortos e feridos,
Que lutavam co' a morte, o Índio afronta.
Cepé, que o viu, tinha tomado a lança,
E atrás deitando a um tempo o corpo, e o braço,
A despediu. Por entre o braço, e o corpo
Ao ligeiro Espanhol o ferro passa:
Rompe sem fazer dano, a terra dura,
E treme fora muito tempo a hástea.
Mas de um golpe a Cepé na testa, e peito
Fere o Governador, e as rédeas corta
Ao cavalo feroz. Foge o cavalo,

E leva involuntário, e ardendo em ira
Por todo o campo a seu Senhor; e ou fosse
Que regada de sangue aos pés cedia
A terra, ou que pusesse as mãos em falso,
Rodou sobre si mesmo, e na caída
Lançou longe a Cepé. Rende-te , ou morre,
Grita o Governador; e o Tape altivo,
Sem responder, encurva o arco, e a seta
Despede, e nela lhe prepara a morte.
Enganou-se esta vez. A seta um pouco

Declina, e açouta o rosto a leve pluma.
Não quis deixar o vencimento incerto
Por mais tempo o Espanhol, e arrebatado
Com a pistola lhe fez tiro aos peitos.
Era pequeno o espaço, e fez o tiro
No corpo desarmado estrago horrendo.
Viam-se dentro pelas rotas costas
Palpitar as entranhas. Quis três vezes,
Levantar-se do chão: caiu três vezes,
E os olhos já nadando em fria morte
Lhe cobriu sombra escura, e férreo sono.

Um dos aspectos curiosos a comentar é que, em meio às proezas do índio, apresentadas com franca admiração pelo narrador, aparece a identificação clara deste com os portugueses e espanhóis naquele nossa gente: «Quantas setas da mãos voar fazia,/Tantas na nossa gente ensanguentava.»

Na versão de Basilio, desaparece o soldado português que, com um golpe de lança, teria provocado um primeiro ferimento em Sepé que, caído com seu cavalo, recebe os tiros do governador de Montevideo. Aqui ambos se enfrentam diretamente e o espanhol é visto como mais ligeiro que Sepé, ferindo-o e, só depois quando o cavalo o derruba, fazendo-lhe um ultimato: Rende-te ou morre, para matá-lo diante de sua reação agressiva. Isto salva o espanhol da imagem que outros textos deixam dele: de um matador covarde, a sangue frio, com arma de fogo, diante de um índio caído, armado só de lança e já ferido.

A última aparição de Sepé dá-se já no sonho de Cacambo, em pleno final da guerra perdida. A imagem é, como a da morte, crua, quase naturalista. O conselho é ainda o da revolta: incendiar as Missões, enquanto os inimigos comemoram a vitória. É conselho e desafio aos brios do suave e pacífico Cacambo. Sua retirada é já a do personagem lendário, com um lunar na testa, iluminando os caminhos do seu povo: As chamas são as do incêndio das missões e, ao mesmo tempo da tocha com que assinala o caminho.

Esse aspecto lendário, aí apenas sugerido, aparece já no início do século XX, na expressão da melopéia popular, ouvida de uma velhinha por João Simões Lopes Neto, melopéia essa que, por mais transformada que apareça, por mais retrabalhada que tenha sido, ao passar do oral ao escrito, traz aquela verossimilhança já comprovada em outras versões escritas das lendas do sul, pelo escritor, cujo achado poético central talvez seja essa capacidade de trair a oralidade para

melhor traduzi-la pela letra de modo a recuperar seu dinamismo e sua verdade, a verdade da lenda e do mito.

2. O Lunar de Sepé⁵

Trata-se de um poema narrativo, transcrição de melopéia, segundo Simões Lopes, o que leva a supor que fosse um poema cantado.⁶ Essa melopéia, traz vestígios da voz popular que mitificou e santificou Sepé, talvez já no século XVIII. Depois dela, apenas o século XX retomaria a narrativa e o canto a esse herói postcolonial porque pré-nacional e anti-colonial. Simões Lopes a retoma e estiliza em 1913, publicando-a em *Lendas do Sul* (Lopes Neto 1913). Sepé é aí apresentado do nascimento à morte como ser sobrenatural e histórico ao mesmo tempo, bifronte, porque selvagem e cristão, O poema começa com o refrão que vai reaparecer por mais 7 vezes, sendo que, na última, com a modificação dos dois últimos versos, onde «Mas quem faz gemer a terra... Em nome da paz não vem» é substituído pelo epílogo da história «Sepé-Tiarajú ficou santo» e pelo fecho religioso que transforma o poema numa espécie de ritual: mito e oração: Amém! Amém! Amém!

O mar e o além aparecem aqui, como no discurso de Cacambo, associados para trazer o mal, disfarçado de bem. Aí temos já três importantes elementos, presentes no diálogo com Gomes Freire: a Europa levando o mal mar a dentro, a justificação e disfarce do mal em bem pelo conquistador e a desconfiança do índio de que violência nada tem a ver com paz.

Eram armas de Castela
Que vinham do mar de além;
De Portugal também vinham,
Dizendo, por nosso bem:
Mas quem faz gemer a terra...
Em nome da paz não vem!

5 Ouvido em 1902 «sofrivelmente recitada por uma velhíssima mestiça—Maria Genória Alves—» por João Simões Lopes Neto (1865-1916) e registrada, com alterações, pelo escritor gaúcho em *Lendas do Sul* (Lopes Neto 1913). A citação aqui é da edição crítica, organizada por Ligia Chiappini (1988).

6 Melopéia: tem muito de todas as definições do gênero: toadas monótonas, cantilenas, agradáveis ao ouvido, pela sonoridade e pelo ritmo, repetitivas por excelência, o que ajuda a produzir o efeito encantatório.

Depois se narra sussintamente a guerra e os objetivos últimos dos reis de Castela e Portugal: destruir as missões, pois elas eram incompatíveis com o projeto de sociedade dominante na época.

Mandaram por serra acima
Espantar os corações;
Que os Reis Vizinhos queriam
Acabar com as Missões,
Entre espadas e mosquetes,
Entre lanças e canhões!...

A seguir se descreve a vida idílica das missões, antes do Tratado de Madri. Essa descrição tem muito daquele mundo de trabalho e lazer partilhados comunitariamente, mundo livre da cobiça e do dinheiro, que Lugon definiu como uma «República comunista cristã» e Décio Freitas como Socialismo Missioneiro, já citado.

Cheiravam as brancas flores
Sobre os verdes laranjais;
Trabalhava-se na folha
Que vem dos altos ervais;
Comia-se das lavouras
Da mandioca e milharais.

Ninguém a vida roubava
Do semelhante cristão,
Nem a pobreza existia
Que chorasse pelo pão;
Jesus-Cristo era contente
E dava sua benção...

O mal que se abate sobre os índios é, depois disso, ainda mais incompreensível: Por que vinha aquele mal,/ Se pecado não havia? O pecado aí seria roubar do seu semelhante, não trabalhar, por exemplo, mas aqui se coloca outro: não pagar os impostos ao Rei. Ao contrário, o que se assinalam são virtudes e o pagamento em dobro: além dos tributos em riquezas, o tributo em sangue nas guerras em que Espanha utilizava as milícias guaranis.

O próximo se dedica ao nascimento e crescimento de Sepé, sob proteção dos padres que batizam criancinhas e juntam corpos por amor e não por interesse, como a bibliografia pró missões não cansa de sublinhar.

O menino nasce do sangue dum grão-cacique, portanto sua origem é nobre. Além disso à nobreza se junta desde o início, a marca da santidade: o lunar na testa, cruzeiro como um emblema divino, antecipando sua transformação final em cruzeiro do sul.

Do nascimento, passando pelos rituais de iniciação ao mundo misturado, (artes da guerra) e ocidental (arte das letras). Segue no próximo bloco a caracterização de Sepé como cristão e como líder, exímio guerreiro. Na iniciação da guerra, também se assinala um mestre: Languiru, a quem supera: «E tudo isto aprendia/ E tudo já melhorava».

Concluída a formação, Sepé aparece como chefe, mandando nos 7 Povos, embora consultando sempre os padres. Aqui sua autonomia e iniciativa se assinalam, juntamente com o respeito aos sacerdotes.

Vem então o bloco em que se descreve a guerra, enviada «por ordem dos Reis de além». A insistência no além sublinha algo que já aparece na repetição do refrão: a distância e a quase irrealidade dos Reis e desse outro mundo que eles representam para o índio, ocupado com o concreto da sua circunstância.

A descrição do encontro de armas brancas (Alabardas, espécie de antiga lança) com a natureza destruída à qual são comparados os índios: como ceifa de espadas... Enquanto os inimigos se protegem em «courças duras de ferro», e atacam covardemente «muitos» um só índio, este só de arco e flecha «entra na luta perdida».

A esta altura, a interrupção pelo refrão redobra o efeito deste na criação do suspense, em meio a uma batalha já definida como perdida mas ainda não concluída e trazendo na repetição a idéia de destino ou fatalidade inevitável, ao mesmo tempo que o sentimento de profunda violência e profunda injustiça.

Agora são mosquetes que estrondeiam. Como ler aí a «gente ignorada», objeto dessas armas poderosas? Ignorada porque como gente? Ignorada porque abandonada pelos deuses, pela sorte, pelos padres? Sim, mas também desconhecida, daqueles soldados brancos e de nós leitores. Ignotos, diferentes, obscuros, humildes, pobres, sempre do nosso ponto de vista? Mas o narrador não é popular? Aqui sente-se um afastamento do narrador, que antes falava em *nosso* bem, o que denotava que o narrador se identificava com o índio. Mas é ambíguo o desdobramento, já que «a gente» também quer dizer nós, as pessoas. O importante é o espanto. Estar «acima do espanto» é um superlativo que dá conta do profundo sentimento de abandono e injustiça daquele

povo diante da violência dos conquistadores. A vida é decepada como espadanas, como cabeças, como a cabeça de Sepé, segundo dizem, o foi.

Mas os índios espantados também porque dóceis e porque acreditam na impossibilidade de serem castigados sem culpa: «Dócil gente, não receia/ as iras de Portugal:/ porque nunca houve lembrança/ de haver-lhe feito algum mal» O espanto ainda é maior pela violência sofrida do lado espanhol, novamente referindo o pagamento com ouro e sangue, honras.

E a guerra continuava, embora a dor entrando nas carnes e a tristeza na alma. Sepé, o líder assim ordenava. Os índios lhe seguiam o lunar divino. Mas se o lunar é estímulo na luta para os seus é também perdição para Sepé, porque o distingue como alvo para seus inimigos. Concisamente se narra então sua derrota e morte: Mas o lunar de Sepé/ Era o rastro procurado/ pelos vassalos dos reis/ que o haviam condenado.../ Ficando o povo vencido/ E seu haver... conquistado.

Daí para a diante, a canonização por Deus, corpo na terra e a alma subindo aos céus, como Cristo; corpo e alma subindo aos céus como Macunaíma, virando estrela: E o lunar da sua testa/tomou no céu posição.

No final, nos últimos versos, a confirmação da santidade e a conclusão da narrativa-ladainha-prece.popular.

3. Poemas depois de Simões

Depois de Simões Lopes, alguns poetas, que poderíamos considerar da pura letra, voltam a estampar a figura mas já sem a sua voz, porém como uma espécie de apropriação letrada da narrativa popular, quase uma paráfrase da melopéia estilizada por Simões. Como Vargas Netto, em 1928, no poema

«Sepé»

José Tiarayú, o Sepé, chefe guerreiro
Defendendo o solo amado das Missões,
foi o primeiro dos caudilhos que nasceram
sob a glória deste sol...

Fez perigar as forças vindas de além mar,
com Coronéis e Generais,
o tino guerreiro de Sepé!...

Suas guerrilhas assombravam pela audácia,
os homens fardados, que traziam os canhões,
e vinham, de rifles e de espadas, defendidos por coraças!

O lunar vinha brilhando em sua testa
Pelas estrelas de muitos generais,
e a grande fé, a lhe cobrir o peito,
era couraça contra o invasor.

Mas o número das armas e dos homens
Venceu enfim a audácia e o valor...

A terra toda fecundou, bendita,
porque lavou-a, como si a abençoasse,
o sangue altivo e forte de Sepé...

E mal sabiam, então, que brotaria,
em gerações de heróis e de caudilhos,
o sangue tapejara derramado
na cochilha do azar de Cayboaté...

O mesmo comentário pode ser feito ao poema de Aureliano de Figueiredo Pinto, escrito décadas mais tarde:

«Os Guaranis» (1963)
(Fragmentos relativos a Sepé, p. 19):

Sepé passou com as legiões bronzeadas,
a galopar sob o lunar da Fé.
São Jorge em cerne das Missões, perfeito,
literalmente a receber no peito
o golpear da invasão no Cayboaté.

É um medalhão de estátua este episódio!
O selvagem cristão provou bastante
A heróis das terras da Cavalaria,
que ele, o guerreiro bárbaro, morria
como um fidalgo cavaleiro andante...

Ou este, de J. O. Nogueira Leiria (1968: 73-74) etanto, a redondilha dá um tom mais popular e aí o poeta se identifica com o sonho revolucionário do índio: meu sonho revel. O tom e o estilo são da poesia tradicionalista que é declamada nos Centros de Tradições gaúchas (CTGs), ainda uma mistura particular do popular e do erudito, do oral e do letrado, do canto e da poesia para ser lida.

«Sepé Tiarajú»

Tuxaua de sangue ardente
E cavaleiro cristão,
caudilho de Deus temente,
levita da Redução,
— a cruz e a lança fremente
foram, indistintamente,
teus numes de devoção.
Cerne puro da Doutrina,
sustentáculo da Fé,
o teu lunar ilumina
os mais descrentes até:
uma legenda divina,
que nasce, em meio à chacina,
junto do Caiboaté.
Mito bárbaro e fiel,
ergueste, em nome da Cruz,
os filhos de São Miguel,
os teus irmãos seminus,
de que inda ouço o tropel!...
E o teu crescente reluz
sobre o meu sonho revel.
Portador de uma bandeira
que drapeja, sobranceira,
aos ventos da Tradição,
— seguindo a apagada esteira
que vislumbro no teu chão,
beijo a Terra Missioneira,
o nosso adusto rincão,
— Tuxaua de sangue ardente
e cavaleiro cristão!...

4. Prosa**4.1 Manoelito de Ornellas**

Na prosa também Sepé aparecerá pelo menos em três textos importantes. O primeiro deles é o romance de Manoelito de Ornellas, *Tiarajú*, de 1945, considerado ainda uma espécie de poema em prosa por muitos críticos, em que o idílio se junta à epopéia, para defender pela ficção a origem missioneira do Rio Grande e a identificação do povo riograndense com o herói índio como ancestral centauro.

Alguns fragmentos podem ilustrar o tom e a proximidade de Manoelito com a linha platina da historiografia, apoiada para narrar os feitos de Sepé na narrativa do Padre Teschauer.

Sepé aparece nesse romance nas festas e jogos, como uma espécie de cavaleiro com domínio do cavalo, das armas e da galhardia:

Empunha a arma com a segurança com que alça as rédeas de seu cavalo. Levanta o corpo sobre os estribos e mergulha com galhardia, nas alturas, o fuste de cedro que cimbra nas suas mãos. Arrebata a primeira medalha de ouro (p. 35).

Quando se entrevista com Gomes Freire e aparece sua fala e a espetacular fuga, ainda na trilha de Teschauer:

A liberdade eu nunca aceitei como esmola. Se a quisesse recuperar, essas armas não me impediriam de fazê-lo agora!

[...] — Como o farias, sem armas, montando em pelo, nesse cavalo reiúno?

— Assim! — respondeu Tiaraju, num grito bárbaro que se perde no coração da floresta próxima. E parte com a mesma velocidade das flechas, pelo vau do rio (pp. 59-60).

Quando aparece chefiando a resistência dos Guaranis:

À frente dessa patrulha de coragem e de ousadia, salienta-se o busto bronzeado de Tiaraju — o índio que nunca conhecera o temor e que nunca perdera a confiança na vitória (p. 88).

[...]

Sobrepondo-se a todos, a figura de Sepé Tiaraju é a do genio da guerra. Sua lança, coberta de vermelho, embebe-se nos corpos portugueses, nos corpos espanhóis, levanta-se nos ares como uma bandeira rubra (p. 94).

Ou quando se dá sua canonização popular:

um moribundo, caído nos braços de um irmão das tabas, diz que Tiaraju passou à frente de seus homens, montado num cavalo de fogo, com um lunar sobre a testa, que dava à sua fisionomia o resplendor das divindades (p. 104).

4.2 Érico Veríssimo

Já no romance de Érico Veríssimo de 1949, a história de Sepé aparece como marca de origem de todo um povo, cuja saga se comporá por quase mil páginas e mais de 200 anos. Personagem histórica e mítica, ao mesmo tempo, aparece, por isso mesmo, com a áurea da distância de quem renuncia ao discurso do historiador para assumir o do ficcionista, daí a sua aparição sempre mediada, seja pelas recordações de

Padre Alonso, seja pela palavra e pela imaginação do menino mestiço, Pedro, que dará origem à família Terra-Cambará, seja pelos mensageiros que trazem, para os padres e os índios de São Miguel, notícias do guerreiro ausente e de sua morte. Mas Sepé é a fonte, aparece na parte denominada «A Fonte» e sua história se cruza, como depois no romance de Cheuiche, o próximo texto ficcional aqui citado, com o crime do padre Alonso, ou o quase crime do padre Alonso. Também a origem do Rio Grande se faz sobre um crime que Érico não quer esquecer e não nos quer deixar esquecer. Por isso o menino, ao escapar das Missões em chamas leva consigo o punhal — testemunha do crime a ser lembrado para não ser mais cometido. E esse punhal, símbolo da morte, assim como a tesoura de Ana Terra, símbolo da vida e a Rocca de sua mãe, símbolo do trabalho feminino que produz a roupa necessária ao enfrentamento do inverno, produto de uso e não de troca, seguirão a narrativa e seus personagens por gerações no romance de Érico. Lembrar o crime do padre é também lembrar o crime do nascimento do Rio Grande. Lembrar o crime é narrá-lo. Narrá-lo e lembrá-lo é também uma forma de evitar que se repita. Narração, lembrança, libertação para a invenção de um mundo melhor. Talvez.

Eis alguns momentos da vida das Missões e das falas e gestos de Sepé, mediados pela subjetividade do padre, pela imaginação de Pedro ou pelas notícias transmitidas por mensageiros fictícios e coletivos.

1. Conselho do confessor ao padre Alonzo:

O essencial é não esquecer nunca a existência do inferno, para melhor sentir as delícias do céu. O único meio de fugir do perigo é enfrentá-lo. Procurar esquecer a tentação é covardia. O que devemos fazer é vencê-la, isso sim (Veríssimo 1956: 28).

2. O Corregedor Sepé Tiaraju, do ponto de vista do menino Pedro:

Sempre que podia, Pedro entrava furtivamente na cela do padre, tomava o punhal nas mãos, acariciava-o, experimentava-lhe a ponta, punha-o na cinta e imaginava-se um guerreiro como o Corregedor, o alferes real Tiaraju, que era o homem que ele mais admirava na redução. Gostava de vê-lo empunhar o arco e frechar aves em pleno vôo, dar tiros de mosquete, manejar a lança montado num cavalo a todo o galope, e gritar ordens para os soldados... Ficava de respiração alterada quando via o alferes nos dias de procissão todo metido no seu uniforme de guerreiro de Espanha, pistolas e espada na cintura, cavalgando seu belo ginete... (p. 46).

3. O tratado de Madri do ponto de vista do Padre Alonzo:

Alonzo ia sendo aos poucos consumido pelo lento fogo que se lhe acendera no peito desde o dia em que chegara aos Sete Povos a notícia da assinatura do Tratado de Madrid. Era um braseiro de paixão, de mágoa e — embora ele relutasse em reconhecer — de ódio (p. 50).

4. Alonzo, leitor do Tratado de Madri e Érico, pesquisador de documentos históricos, leitor da historiografia:

Alonso lera e relera os termos do tratado, no qual havia um artigo que, pela sua cínica simplicidade, lhe ficara gravado na memória:

Das Povoações ou Aldeias que cede Sua Majestade Católica na margem oriental do Uruguai, sairão os Missionários com todos os móveis, e efeitos, levando consigo os Índios para aldear em outras terras de Espanha; e os referidos Índios poderão levar também todos os seus bens móveis e semoventes, e as Armas, Pólvora e Munições que tiverem; em cuja forma se entregarão as Povoações à Coroa de Portugal, com todas suas Casas, Igrejas, e edifícios e a propriedade e posse do terreno... (p. 50).

5. A resistência dos Guaranis sob o comando de Sepé, do ponto de vista de Alonzo:

À frente desses rebeldes achava-se o corregedor Sepé Tiaraju. Bradara ele corajosamente em face dos representantes de Portugal e Espanha que Deus e São Miguel haviam dado aquelas terras aos índios; e que se a comissão e os soldados espanhóis quisessem entrar nelas, seriam bem recebidos, mas que os portugueses, esses jamais poriam o pé naqueles campos (p. 51).

6. Previsão da morte de Sepé por Pedro:

Alonzo despediu-se do alferes real ali na praça da redução, à frente da catedral. E quando o capitão Sepé montou a cavalo e desapareceu com seus homens na encosta do outeiro, Pedro puxou a manga da roupeta do padre e disse:

— O capitão Sepé não volta mais (p. 53).

[...]

O capitão Sepé vai morrer — repetiu ele.

7. Alonso e o testemunho do nascimento da lenda:

É que desde o primeiro encontro entre os índios e a partida demarcadora nas proximidades de Santa Tecla, ele assistira ao nascimento e ao desenvolvimento duma lenda e dum ídolo.

[...] Os índios tinham uma imaginação rica, eram supersticiosos e estavam sempre prontos a invocar o milagre para explicar as coisas que não compreendiam (p. 54).

[...]

Alonzo não saberia dizer ao certo como tinha começado a lenda. Desconfiava, porém, que fora Pedro quem fizera rolar pela encosta da montanha a bola de neve que através do espaço e do tempo fora engrossando até tomar as proporções duma avalanche (p. 55).

8. As notícias que chegam aos povos:

Um dia os povos tiveram notícia dum hábil artil de Sepé.

[...]

Pouco dias depois da Páscoa, no ano de 54, caíra sobre a redução com o pêso duma clava, a notícia de que Sepé Tiaraju tinha sido aprisionado pelos inimigos (p. 55).

[...]

Uma semana depois chegava à missão um mensageiro contando que Sepé havia fugido; e a narrativa dessa fuga coincidia com a visão de Pedro (p. 56).

[...]

Doutra feita, estando Sepé longe de seu povo em andanças guerreiras, chegou à missão a notícia de que o Capitão-general português Gomes Freire, Conde de Bobadela, mandara chamar Tiaraju para uma conferência. O mensageiro, testemunha ocular do fato, descrevia a cena com abundância de pormenores (p. 56).

9. Pedro, inventor da música «Lunar de Sepé»

Um dia Pedro improvisou na chirimia uma música bucólica; e quando ele terminou, Alonzo, que estivera a escutá-lo num silêncio reflexivo, perguntou:

— Que foi que tocaste, Pedro?

O menino ficou um momento de olhar vidrado, absorto em seus pensamentos, e depois respondeu:

— É uma música que inventei. Chama-se «Lunar de Sepé» (p. 58).

10. Pedro e a morte de Sepé:

— Que é que estás fazendo aqui, meu filho?

— Conversando com o alferes real.

[...]

Nosso alferes está a dezenas de léguas daqui, meu filho. Como podias estar conversando com ele?

— José Tiaraju morreu, padre.

— Morreu? Quem te disse?

— Eu vi.

Mau grado seu, o padre sentia que as pulsações de seu coração se aceleravam.

— Vi o combate. O Alferes foi derrubado do cavalo por um golpe de lança. Vi quando ele quis erguer-se e um homem...um general...de cima do cavalo varou-lhe o peito com uma bala.

[...]

— Onde estava ele quando te falou?

— Lá em cima. A alma de Sepé subiu ao céu e virou estrela.

[...]

— Deus botou também na testa da noite um lunar como o de São Sepé.

— São Sepé? — repetiu o padre, meio estonteado (p. 59).

11. Final de «A Fonte»:

Três meses depois, quando os exércitos dos Sete Povos já haviam sido completamente desbaratados numa batalha campal, e os habitantes do povo de Alonzo, desesperados, prendiam fogo à catedral e às casas, para que elas não caíssem intatas nas mãos do inimigo vitorioso que se aproximava — Pedro montou num cavalo baio e, lavando consigo apenas a roupa do corpo, a chirimia e o punhal de prata, fugiu a todo o galope na direção do grande rio... (p. 59).

4.3 Alcyr Cheuiche

O próximo e último exemplo em prosa são fragmentos do romance de Alcyr Cheuiche (1975), que, ao contrário de Érico, não opta nem pelo mito nem pelo romance histórico, preferindo o tom e os lances do romance de aventura, o que não impede que invente um padre, Michael, que tem muito a ver com Alonzo e que será o ponto de vista privilegiado para retratar Sepé. Em comum, para começar, está o crime cometido que leva a espiar a culpa como missioneiro e que também será lembrado quando tiver que enfrentar a sua mais árdua missão: resgatar a verdade sobre Sepé, pela narrativa ficcional da qual ele aparece como autor, numa espécie de mise en abîme bastante interessante, que acaba sendo uma dupla mediação para representar Sepé.

Eis alguns momentos dessa narrativa:

1. O crime e a obra missioneira do padre Michael:

Será que todas as noites insones que flagelaram minha mente nos últimos sessenta anos ainda não me fizeram expiar o crime de um adolescente? Será que o sangue derramado para salvar um amigo manchará minhas mãos até o último dia da existência? Se minhas mãos mataram um homem, também conseguiram salvar muitas vidas e trazer ao mundo centenas de criança. Nada disso, porém, me assegura de que um dia me reunirão com Sepé Tiaraju na morada dos eleitos (p. 45).

2. Padre Michael e a barbárie da civilização:

E, talvez, nem o meu menino de olhos tristes esteja agora caçando nas eternas campinas de Tupã... Para defender a terra herdada de seus avós, também ele teve de levar à morte centenas de irmãos inocentes. De inocentes que lutaram e morreram, como os nativos da Ilha da Páscoa, enfrentando a violência de homens que se chamam, uns aos outros, de civilizados [...] (p. 46).

3. A catedral na perspectiva do padre Michael:

Quase não podia acreditar em tanta beleza. Corri os olhos pelos cinco altares de talha dourada, pelas magníficas colunas esculpidas, pelas pinturas da abóbada que representavam múltiplas cenas da Paixão de Cristo e das aparições do Arcanjo Miguel e caí de joelhos, no que fui imitado por Sepé e pelo jovem ibirajara. O sonho de João Baptista Primoli fora superado pela realidade. Nos distantes confins da América Meridional, o gênio do Irmão Jesuíta, aliado ao duro trabalho de dez anos dos índios guaranis, haviam edificado uma obra para desafiar os séculos (p. 102).

4. O romance para revelar a verdade:

E ainda agora, quando minhas mãos trêmulas forçam a pena a escrever o relato que me dilacera a alma, busco forças no juramento feito ao cacique moribundo para revelar toda a verdade sobre seu filho. A verdade pisoteada nas Cortes Europeias e ensangüentada nos campos de Caiboaté. A verdade que um dia brilhará sobre a obra da Companhia de Jesus nas Missões do Uruguay e sobre a luta tenaz do maior de seus defensores (p. 74).

5. Buenos Aires na perspectiva de Sepé:

Como pode existir mendigos no meio de tanta fartura — disse-me Sepé quando passamos diante do calabouço — E olhe essa pobre gente espiçando as mãos por entre as grades. Pedem esmola até das janelas da cadeia!

— Numa cidade colonial não existe Cotiguaçu nem Tupã-baé, meu filho. A comida que sobre é jogada aos porcos e tudo funciona na base de compra e venda. Dinheiro. Só o dinheiro tem importância para essa gente (p. 130).

6. Morte de Sepé por Padre Michael:

Sua lança levanta da sela um dragão português. Três, quatro soldados inimigos o cercam. Uma lança o atinge pelas costas. Seu corpo tomba sobre o pescoço do cavalo. Alexandre dá um berro de dor e desespero e despenca-se a galope coxilha abaixo. A poucos passos do corpo inanimado de Sepé, um tiro de mosquete o atinge em pleno peito. Onde

está meu cavalo? Minhas pernas se recusam a caminhar. Não lembro de mais nada, meu Deus (p. 177).

7. Escrever e lembrar:

Deus vem mantendo-me vivo como derradeira testemunha de fatos que o tempo já começa a cobrir com a poeira do esquecimento. Pouco me resta a contar para cumprir a missão que me propus de revelar toda a Verdade sobre a vida e a morte de Sepé Tiaraju. Muitos deles já estão misturados com a lenda que tomou conta da alma do grande cacique ainda quando seu corpo jazia insepulgo nos campos de Batovi (p. 178).

8. O passado sob a pedra:

— Antes de partir, tive o cuidado de apagar todos os traços de nossa passagem. A pedra guardará para sempre o seu segredo (p. 182).

Em todos esses textos misturam-se ora menos ora mais explicitamente, a voz dos testemunhas orais que levaram à produção dos textos escritos e a voz de seus escribas cultos. Textos híbridos, misturam também história e ficção, documento e narrativa lendária, mito e história.

Para finalizar, cabe destacar mais uma vez a importância da ficcionalização de Sepé como talvez a única forma de recuperar sua figura e suas falas, a partir da impossibilidade mesma desse projeto. Porque a historiografia parece ter há muito perdido terreno para a literatura, como reconhece a historiadora Ieda Gutfreind.

Referindo-se à representação do gaúcho pela literatura, num momento de plena constituição otimista do gaúcho integrado ao Brasil, diz ela:

Enquanto a matriz lusa da historiografia sulina se esforça em construir uma imagem otimista e pujante do Rio Grando do Sul e do gaúcho, a literatura desenvolvia a criação de outra. Relacionando a literatura e a história, pode-se afirmar que nunca a literatura foi tão histórica quanto neste momento, no sentido da aproximação com a realidade concreta sulina (Gutfreind 1992: 132).

Voltando ao século XVIII, vimos como essa contradição é enenada já no poema de Basílio da Gama no contraponto entre as notas — com pretensão historicista, em que se fixa uma imagem negativa dos jesuítas e se louva a empresa do conquistador português —, e o poema, em que se conta, se canta e se acusa o grande massacre — cicatriz de origem — fonte da história riograndense e de uma certa história do Brasil.

Bibliografia

- Bernardi, Mansueto (1958): *O primeiro caudilho riograndense*, Porto Alegre: Ed. Globo.
- Cheuiche, Alcy (1975): *Sepé Tiaraju, romance das Missões Orientais do Rio Uruguay*, Porto Alegre: Ed. Bels.
- Freitas, Décio (1982): *O Socialismo missioneiro*, Porto Alegre: Ed. Movimento.
- Freitas, Décio (1998). *Missões, Crônica de um genocídio*, Porto Alegre: Movimento.
- Gama, Basílio da (1996): *O Uruguay*, em: Teixeira, Ivan: *Obras poéticas de Basílio da Gama*, São Paulo: Edusp.
- Gutfreind, Ieda (1992). *A historiografia rio-grandense*, Porto Alegre: Editora da Universidade, URRGS.
- Leiria, J. O. Nogueira (1968): *Rincões perdidos, poesias*, Porto Alegre: Livraria Sulina.
- Lopes Neto, João Simões (1913): *Lendas do Sul*, Pelotas: Ed. Echenique.
- Lopes Neto, João Simões (1988): *Contos gauchescos, Lendas do Sul e casos do Romualdo*, Edição crítica com estabelecimento do texto, introdução, variantes, notas e comentários por Lígia Chiappini, Rio de Janeiro: Presença/INL.
- Ornellas, Manoelito de (1945): *Tiarajú (o santo e o herói das tabas)*, Porto Alegre: Alvorada.
- Pinto, Aureliano Figueiredo de (1963): *Romances de Estância e Querência, II. Armorial de Estância e outros Poemas*, Porto Alegre: Livraria Sulina.
- Sepp S.J., Padre Antonio (1980): *Viagem às Missões Jesuíticas e Trabalhos Apostólicos*, Belo Horizonte: Ed. Itatiaia / São Paulo: Edusp.
- Vargas Netto, M. (1928): *Gado Chucro*, Porto Alegre: Editora e Livraria do Globo.
- Veríssimo, Érico ([1949] ⁴1956): *O Tempo e o Vento*, vol. I: *O continente*, Porto Alegre: Globo.

Carsten Sinner (Berlim)

**Jesuítas no Brasil:
ensino e herança sociocultural**

1. Introdução

Com a sua presença e o seu trabalho, os jesuítas influenciaram fortemente o desenvolvimento social, cultural e linguístico do Brasil onde já haviam desembarcado, pouco depois do descobrimento «oficial», em 1549, e algumas áreas foram não só influenciadas, mas essencialmente determinadas por eles, pela sua maneira de ver e de fazer as coisas. Dado o facto de os jesuítas terem contribuído tão fortemente para o nascer da nação e da identidade do Brasil, por meio das suas actividades nas mais diversas áreas, é necessária também uma aproximação interdisciplinar, uma visão multidisciplinar dos frutos ou consequências do seu trabalho e da herança sociocultural na sociedade e cultura brasileiras. Como já disse José Manuel Estrada (1901: 374), a geografia, a linguística, a botânica e a história na América devem aos jesuítas os seus primeiros rudimentos, e hoje ninguém põe seriamente em dúvida que os jesuítas «fueron dinamismos de vastísima cultura en todos los órdenes» (Furlong 1994: 32).

Não pode constituir o nosso objectivo expor, em toda a sua amplitude, o trabalho cultural múltiplo e a influência civilizadora dos jesuítas. Os diferentes aspectos do papel dos jesuítas na história cultural e social do Brasil (e do Rio da Prata) foram considerados, na investigação e estudo, de forma muito desigual. E um balanço das actividades dos investigadores que se ocupam do Brasil e seu passado indica que os estudos de determinados aspectos se encontram numa posição favorecida muito privilegiada. Encontram-se, ou encontraram-se durante muito tempo, no centro do interesse:

- a evangelização dos índios e a relação dos jesuítas com eles;
- o trabalho jesuítico nas áreas de etnografia e etnologia;¹

1 Se bem são considerados por alguns autores os fundadores da ciência etnográfica comparada, também se discute esta posição mantida, por exemplo, por Furlong (1994: 52), pois trata-se muitas vezes, como no caso do próprio Furlong, de autores conhecidos como parciais, muito pré-jesuíticos e optimistas demais quanto à

- a importância do seu trabalho no campo de descrição das línguas ameríndias e o seu papel na criação, desenvolvimento e difusão da língua geral;
- a construção do sector do ensino;
- o seu papel como mediadores de valores e conhecimentos na área das ciências naturais
- o seu trabalho de descrição das condições no Brasil, de elaboração de planos e mapas geográficos;
- o seu trabalho como historiadores e cronistas;² é particularmente importante o valor histórico da correspondência epistolar dos jesuítas, que contém muita informação sobre áreas como história natural e social.

No quadro dos estudos focalizados no século XVIII, tem-se estudado mais o impacto da expulsão dos jesuítas do que o impacto das reformas pombalinas. São importantes ambos os aspectos, mas escolheu-se, na presente contribuição, mais uma terceira via de pôr em foco o problema da expulsão dos jesuítas: perguntar-se-á pelo que houve e pelo que restou da cultura jesuítica ou das actividades e expoentes culturais jesuíticos, respondendo, desta forma, a uma perspectiva historiográfica relativamente nova, que se inspira na vida quotidiana «para reconstruir la compleja trama del pasado» (Luna 1995: 13).

Por isso, não se vai tratar muito do ensino propriamente dito dos jesuítas no Brasil, ou seja, do ensino escolar. Com isso não se pretende insinuar que já se tenha esgotado o assunto, mas os próprios jesuítas escreveram realmente tanto sobre os seus métodos, o *ratio studiorum*, regra absoluta da Companhia de Jesus, e o seu sistema de ensino, que é difícil dizer mais sobre estes aspectos sem simplesmente repetir o que já foi escrito, pois requereria aprofundar muito mais na matéria do que permite o espaço de que aqui se dispõe, e sem acesso à toda a documentação necessária, que seria imensamente vasta e variada. Os próprios jesuítas ocuparam-se a fundo e exaustivamente em difundir, em inúmeros livros e documentações extensas, os pormenores do regime interior da Companhia de Jesús na sua disciplina doméstica e

obra dos jesuítas. Precisamente no colóquio de Berlim, Harald Thun sublinhou, por exemplo, que os jesuítas não foram grandes etnólogos.

2 Karnal (1998) sublinha a influência extraordinária que a Companhia de Jesus exerceu na formação da memória brasileira: é um facto conhecido à exaustão que quase todas as fontes do Brasil colonial estão ligadas aos jesuítas.

exercícios de piedade, que foram semelhantes em toda a parte; os «seus deveres de estado, como padres e como religiosos, têm sido objecto de abundantes livros» (Leite 1993: X). Naturalmente, ainda poderiam formular-se muitas perguntas a respeito do ensino, quer dizer, de determinados aspectos relacionados com o ensino, mas a leitura da vastíssima *História da Companhia de Jesus no Brasil* de Serafim Leite (1938-1950) ou até já da sua mais reduzida *Breve história da companhia de Jesús no Brasil 1549-1760* (1993) torna visível a dificuldade de querer acrescentar mais do que simples interpretações ou contribuir com mais uma visão superficial ou panorâmica sobre o tema do ensino para os textos já escritos. Leite já visava dar a conhecer a obra específica dos jesuítas, fazendo ver o que ela representou, para o Brasil, «de construtivo, permanente e social» (Leite 1993: X).³

Achamos, porém, que ainda restam alguns aspectos que possivelmente não se têm considerado ou a importância dos quais até agora não foi sublinhada — nem por Leite — suficientemente. Afirma Dieter Kremer (veja-se a sua contribuição neste volume) que quando falamos em ensino, também devemos ter em conta o que se ensinava na área do comércio, das empresas, onde havia igualmente que aprender, embora os conteúdos a adquirir fossem limitados a conhecimentos ou técnicas relacionados com o ofício, isto é, com a profissão em si. É esse precisamente o ponto de vista que se escolheu para a abordagem do tema do ensino. Ensinar significa educar, dar lições, ministrar conhecimentos de uma ciência ou arte a alguém, instruir sobre uma coisa, demonstrar, indicar, dirigir, adestrar e até castigar (*DLP* 1977). Isso significa que quando falamos do ensino realizado pelos jesuítas, por ensino devemos entender não só o ensino escolar, institucionalizado, seguindo as regras estabelecidas pelos jesuítas, mas também outros aspectos da vida, do dia-a-dia, da realidade vivida e construída no quotidiano brasileiro que foram influenciados ou alterados pelos jesuítas. O propósito da presente contribuição é, portanto, sublinhar os aspectos relacionados com o ensino que ainda estão por ser trabalhados no quadro do estudo dos efeitos da presença dos jesuítas no Brasil.⁴

3 Sobre as origens do compromisso dos jesuítas com o ensino escolar, cf. O'Malley (1993: 202-242).

4 Uma orientação pode dar o livro *Los jesuitas y la cultura rioplatense* de Guillermo Furlong (1933/1994), que abrange (ou ao menos menciona) muitos dos aspectos que, para o Brasil, ainda estão por estudar. Se bem que não se deva pensar que tenham muito em comum ou que sejam muito comparáveis os

2. Ensino jesuítico

2.1 Ensino institucionalizado

Os jesuítas fundaram escolas de ler e escrever por todas as partes aonde foram no Brasil, se bem que com o contínuo povoamento do Brasil se dedicassem cada vez mais ao ensino médio e superior, nunca, até serem expulsos do Brasil, deixaram de ensinar a ler e escrever. Quando tiveram que sair do Brasil, deixaram dezassete colégios, muitos seminários e muitíssimas escolas de ler e escrever.

Na obra de Leite (1993), por exemplo, expõe-se e valoriza-se bastante bem o trabalho realizado pelos jesuítas no campo do ensino. Pode servir, para obter uma vista panorâmica sobre o trabalho jesuítico na área do ensino, o índice do capítulo III de Leite (1993), sobre educação e colégios, o qual permite que façamos uma ideia do labor dos jesuítas no campo do ensino. Eis aqui os subcapítulos:

1. Escolas de ler e escrever
2. Classes de Latim e Humanidades
3. Teatro Escolar
4. Curso das Artes ou Filosofia
5. Matemática e Física
6. Caos de Consciência ou Teologia Moral
7. Teologia Dogmática e Sagrada Escritura
8. Estudos Gerais do Colégio da Baía em 1757
9. Graus académicos e tentativas para se criar a Universidade do Brasil
10. Abertura solene das aulas
11. Disciplina escolar
12. Férias.

que tenham muito em comum ou que sejam muito comparáveis os diferentes lugares onde estavam presentes os jesuítas — são muito diferentes as condições culturais, políticas e económicas tanto dos índios das respectivas áreas como a posição dos sacerdotes nas sociedades em que viviam —, achamos importante ter em conta não só as informações referentes ao Brasil, mas também as experiências e descrições procedentes das demais nações americanas, já que podem permitir tirar conclusões gerais sobre aspectos culturais relacionados com a presença jesuítica.

Diz-se que o Marquês de Pombal substituiu a escola dos jesuítas, que servia a fé, por uma escola que servia o Estado (cf. Fávero, no mesmo volume). Mas, realmente, terá sido assim tão limitado o objectivo dos jesuítas? Servir a fé não significa, necessariamente, não servir o Estado. Os frutos dos Exercícios espirituais consistiam na decisão pela vontade divina por meio da educação da vontade divina; os frutos do ensino das letras e humanidades consistiam em cultivar a inteligência (Miranda 1996: 225). Foi um aspecto basilar o ensino do latim, ou seja, «da gramática», e segundo Leite (1993: 41), o ensino do latim «entrou no Brasil sem dúvida como fundamento de cultura geral, mas o motivo próximo foi o de habilitar os eventuais alunos a serem padres». O ensino escolar chegava, todavia, ainda mais longe. Desde muito cedo — no Colégio de S. Vicente já desde 1553 —, organizou-se, além das aulas de ler, escrever, religião e latim, o ensino literário e artístico. Ensinava-se a tocar flauta e a cantar. Nas aulas de Latim ou de Humanidades, os alunos recitavam textos, poemas, diálogos, discursos latinos como os de Cícero, etc., e, pouco a pouco, ia nascendo o teatro do Brasil. E como é de sublinhar, apesar do facto de haver a regra de falar latim nos exercícios escolares e a actividade teatral ter formado parte das actividades escolares, o teatro «nasceu português» (Leite 1993: 43). Sublinhamos, com o barão do Rio Branco, citado por Leite (1993: 54), que «[...] o Brasil deve às escolas, fundadas pelos Jesuítas, quase todos os grandes nomes da sua história literária desde o século XVI ao século XVIII».

Desde o último terço do século XVI, as actividades pedagógicas dos jesuítas incluíam a formação científica, Dialéctica, Filosofia e Ciências Naturais. As primeiras aulas do curso das Artes começaram no Colégio da Bahia em 1572, e foi neste mesmo período que as escolas passaram a ser escolas de ler, escrever e algarismos (Leite 1993: 45-47). No âmbito dos estudos superiores, a partir de 1605 já se ensinava Arimética nos três colégios de Bahia, Rio e Pernambuco. Também a Física se ensinava como parte do curso das Artes e, no século XVIII, já existiam, no Brasil, compêndios para o ensino das Matemáticas onde se tinha em conta elementos da Geometria, Estática, Mecânica, Hidrostática, Óptica, Electricidade, etc. Os jesuítas estudavam e escreviam obras sobre todos os aspectos que consideravam no ensino ou que tinham importância para eles, tais como Probabilismo, Teologia Moral ou até entrelaçando Moral e Direito, Teologia Dogmática, Teologia Especulativa, etc. Diz Furlong (1994: 77) que

[s]erá siempre una singular gloria de la Compañía de Jesús en estas regiones del Plata haberse preocupado de la enseñanza de las ciencias matemáticas y haber dedicado a no pocos de sus miembros al conocimiento de las mismas en una época en que así el pueblo como las autoridades mostraban la mayor indiferencia y apatía hacia estudios tan necesarios en la vida y que tanto elevan la cultura de los pueblos.

Dedicaram-se os jesuítas também à Astronomia, construíram instrumentos astronômicos, lentes, etc., e em algumas áreas estavam muito mais avançados os estudos dos jesuítas na América do que na Península Ibérica; até lá construíram um observatório astronômico (Furlong 1994: 79).

Nos colégios do Brasil (entre outros, nos Colégios da Bahia, do Rio de Janeiro e de Olinda, de fundação régia) começava-se a usar a qualificação de Escolas Gerais ou Estudos Gerais. Com diferença do que se passou, por exemplo, na Argentina, ainda não havia Universidades quando terminou a época dos jesuítas no Brasil, mas diz Leite (1993: 53) que o Colégio da Bahia «sem dúvida teria chegado a ser Universidade de facto, se a crise do século XVIII não viesse interromper a sua natural evolução».

Também forma parte do que podemos subsumir sob ensino, o dirigido a adultos, entre eles, os próprios jesuítas: os jesuítas produziram a maior parte dos estudos sobre as línguas em uso no Brasil para eles desconhecidas, até das línguas faladas pelos escravos negros trazidos da África (Rosa 1999: 178-179). Trata-se sobretudo de textos, de materiais didáticos escritos por estrangeiros para estrangeiros principiantes nas línguas em questão (Rosa 1999: 200). Constituem expoentes da herança cultural dos jesuítas as gramáticas, as listas de palavras, os vocabulários e os catecismos que escreveram, em primeiro lugar para a conversão e evangelização dos índios. Esses textos são hoje considerados monumentos da linguística americana (Leite 1993: 68).⁵

5 Os jesuítas escreveram, nos três séculos após a chegada às Américas, mais de mil obras em línguas indígenas ou sobre línguas indígenas; é bom exemplo o Padre José Anchieta, que escreveu uma dúzia de obras importantíssimas, como, por exemplo, a *Arte de grammatica da lingoa mais vsada na costa do Brasil*, publicada em Coimbra 1595. A relação dos jesuítas que escreveram sobre os idiomas indígenas na América do Sul, particularmente no Brasil e nos países do Rio da Prata, é comprida demais para serem mencionados todos os seus membros, ainda que de forma sintética.

2.2 Expulsão

2.2.1 Crítica dos jesuítas e as razões da expulsão

Sabe-se hoje que a crítica segundo a qual os Jesuítas não foram suficientemente modernos, que prosseguiram doutrinas «perigosas» como o probabilismo, etc., estava errada ou era exagerada. Melhor dito, tratava-se de meros pretextos para poder actuar, em nome da civilização, contra a Companhia de Jesus. Mas como é que o Estado português entendia o conceito de *civilização* no século XVIII?

Civil opunha-se a religioso. Neste aspecto, tratava-se de faceta da luta pombalina contra as ordens religiosas, em especial a dos jesuítas. Civilizado opunha-se a bárbaro, ou seja, a cultura nativa da América e da África em todas suas expressões (Pereira 1995: 81).

Mas é um facto que precisamente foram abolidos pela nova legislação o ensino e a cultura das línguas nativas, pois, até então, os jesuítas, como já se disse, cultivaram a cultura e o idioma dos nativos. Como sublinha Burrola Encinas (1995: 190-191), a Companhia de Jesus foi, de entre todas as ordens que chegaram ao novo mundo, a mais aberta e a mais permissiva, mantendo o difícil equilíbrio entre heresia (pelas concessões aos ritos indígenas) e o dogma cristão.

Jaeger (1960) expõe de forma concisa o papel do Marquês de Pombal na campanha contra os jesuítas e analisa pormenorizadamente a «[o]jeriza pombalina contra a Companhia de Jesus» (Jaeger 1960: 13). Como sublinha Mörner (1994: 7), a realidade histórica nem sempre concorda com a opinião tão comum segundo a qual a Companhia foi uma milícia papista monolítica e centralizada, obediente até à cegueira, com o único fim de defender os interesses do Vaticano; mas essa divergência entre a realidade histórica e a imagem da ordem jesuítica não foi nunca reconhecida pelos críticos das Companhia de Jesus.

Muitas das críticas dos jesuítas ou dos seus métodos tiveram a ver sobretudo com os interesses particulares económicos, políticos ou religiosos dos inimigos dos jesuítas, e se bem que muitas das descrições contemporâneas dos sucessos dos jesuítas sejam exageradas para um melhor acolhimento da ordem de Jesús ou para uma melhor imagem da ordem (Gálvez 1995: 111), também parecem absolutamente exageradas as posturas sobremaneira anti-jesuíticas de autores como, por exemplo, Félix de Azara, que criticou o facto de, nas aldeias dos

jesuítas, a religião se limitar ao baptismo e a poucas mais práticas religiosas (Azara [1904] 1990: 153). Julgava-os da seguinte forma:

según he podido juzgar visitando todos los pueblos ninguno entendía el español, ni leían ni escribían, sino en guaraní los pocos precisos para llevar cuenta de las entradas y salidas de almacenes, etc. Ciencia ninguna y de las artes poco, porque solo tejían lienzos para vestirse (Azara [1943] 2002: 186).⁶

A expulsão não foi uma luta entre religião ou obscurantismo, por um lado, e jansenismo ou iluminismo, por outro, e tem-se dito repetidas vezes que a expulsão dos jesuítas, quer da América hispânica, quer da América lusa, não deve ser relacionada com os acontecimentos na própria América, mas sim com a situação na Europa, o clima político-intelectual na Europa, se bem que as Guerras Guaraníticas pareçam ter tido maior influência sobre a expulsão dos jesuítas dos domínios portugueses do que sobre a expulsão dos jesuítas dos domínios espanhóis (Mörner 1994: 8).

Segundo Furlong (1994: 90), foi certamente uma vantagem para a Companhia de Jesus que a sua fundação coincidissem com o aparecimento de métodos e directivas que terminaram com os abusos sofisticados e com as estereis e vãs discussões tão em moda durante os últimos séculos da Idade Média. Efectivamente, tem razão Furlong quando mantém que os primeiros teólogos da Companhia de Jesus se formaram quando a Filosofia se limitava aos grandes mestres e foi iluminada por uma luz mais adequada ao desenvolvimento das questões. As doutrinas tanto filosóficas como teológicas de São Tomás tinham influído poderosamente na restauração dos estudos e é justo anotar que a Companhia de Jesus se juntou a este movimento chegando a ser uma das forças propulsoras do mesmo.

Não obstante, não se pode negar que a imagem dos jesuítas era péssima antes da expulsão: a imagem religiosa havia sofrido com as disputas sobre ritos e as dificuldades com os jansenistas. No campo das ciências, os jesuítas estavam cada vez mais atrasados e na Europa católica havia brotado, com o Iluminismo, uma atitude anticlerical que

6 Há muitos exemplos de posições e opiniões diametralmente opostas entre jesuítas e os seus inimigos. Da mesma forma que os jesuítas exageravam ou deixavam de lado informações inoportunas ou que, simplesmente, não lhes convinham, também Azara manipulava através dos seus textos e escrevia coisas que definitivamente sabia melhor, por exemplo, caluniando os jesuítas ao dizer que não eram científicos quando, noutros momentos, os havia elogiado.

levou os jesuítas, em pleno século XVIII, a mudar de uma postura liberal (aberta ou pelo menos pragmática) para um dogmatismo rígido que os aproximou inclusive da Inquisição, igualmente questionada (Hausberger 1995: 94).⁷ Se os jesuítas tinham estado durante muito tempo na vanguarda da técnica e do espírito missionário na Ásia e na América, e na Europa tinham representado o mais moderno que podia alcançar-se em matéria de educação, e tanto nas Cortes como na alta burguesia eram disputados como confessores, agora tanto quanto ao estado do ensino como em relação à sua religiosidade foram duramente criticados (Gálvez 1995: 82). Entre os motivos mais repetidos para exigir a supressão da Companhia de Jesus figuravam a decadência e o relaxamento da disciplina religiosa, a obediência ao Papa e aos bispos, a intolerância e o orgulho com referência às demais Ordens religiosas e, particularmente, a falta de progresso nas escolas jesuíticas (Jaeger 1960: 33). Para os seus críticos, os jesuítas eram defensores de uma tradição escolástica ultrapassada e mal ajustada às necessidades da Idade das Luzes. Mörner (1994: 10) sublinha expressamente que a posição dos jesuítas quanto ao papa e à relação entre Estado e Igreja não foi homogênea, não foi unânime, e acha que, no século XVIII, a posição da maioria dos jesuítas espanhóis foi, por exemplo, mais ou menos regalista; documentaram-se casos de actividades que foram decididamente contra a vontade do Papa.

É preciso dar relevo ao facto que, aliás, é óbvio, segundo Mörner (1994: 16), que não poucos dos jesuítas do século XVIII, muitos deles no exílio, foram representantes das «novas ideias», consideradas, entre outros, pelo historiador chileno Mario Góngora (1975), como pertencentes ao «Iluminismo Católico».⁸ Professores jesuítas em Buenos Aires e Quito, por exemplo, ensinavam Leibnitz e Descartes, e outros houve que faziam ainda mais do que isso (Mörner 1994: 16). Não obstante, Mörner (1994: 16) sublinha, desde uma perspectiva panlatinoamericana, que, tendo em conta as reformas que houve depois da

7 Deve observar-se, neste contexto, que nos primeiros tempos da ordem, foram ainda muito liberais as ideias pedagógicas, pois, planos de estudos nascidos no seio da Companhia antes da formulação definitiva da *Ratio Studiorum* em 1599, como é o caso da obra *De Studii Generalis Dispositione et Ordine Studiorum*, de Jerónimo Nadal de 1552, são prova de que a ordem religiosa até trazia, para as suas escolas, textos de autores pagãos (Miranda 1996: 229-230).

8 Cf. Domingues (2001) para um debate dos termos *Iluminismo Católico* e *Iluminismo Eclético*.

expulsão, a introdução de novas disciplinas, mais modernas, nas universidades, etc., foi indispensável para a modernização do ensino universitário a expulsão dos jesuítas.

Mas como diz o mesmo Furlong (1994: 95), também ninguém ignora que em finais da primeira parte do século XVIII, quando na Europa começaram a expandir-se novas vertentes ideológicas, a «velha e tradicional filosofia» estava a viver uma crise profunda. Os jesuítas não estavam totalmente alheios às novas tendências e adaptaram-se, de alguma forma, às novas vertentes e ideias. Um bom exemplo disso é a situação no Rio da Prata, pois, na Universidade de Córdoba, por exemplo, seis ou sete anos antes da expulsão, segundo Funes (1856: 224), «salieron ya cursos y materias que no desdeñarían el buen gusto». A menção da introdução, na Universidade de Córdoba, de «materias útiles, amenas y sabrosas de la filosofía moderna, que antes se miraban allí como géneros de contrabando» na *Vida de D. Domingo Muriel* (Miranda 1916: 144) demonstra que é errado dizer que foi necessária a expulsão para que penetrassem no Rio da Prata tendências filosóficas modernas. Se bem que seja conhecida a posição pouco crítica de Furlong, o autor jesuíta tem razão, a nosso ver, quando afirma que «hasta el catálogo de los libros que tenían en Córdoba los Jesuitas comprueba[...] que no estaban ajenos los maestros y alumnos a las corrientes ideológicas y a los novísimos métodos europeos» (Furlong 1994: 96). O mesmo cabe dizer das actividades dos jesuítas mesmo em Portugal, pois, na Biblioteca de Évora, por exemplo, achavam-se obras de Descartes, Locke, etc., e na biblioteca do Colégio dos Jesuítas em Coimbra até se encontrava o *Verdadeiro Método de Estudar* de Luís António Verney, publicação que em 1746 é considerado «um evento de alcance histórico» (Thielemann 2001: 7) e que «reben-tou como uma explosão revolucionária na estagnação mental» (Cidade 1968: 152) do Portugal do século XVIII.⁹ Parece-nos também que são certas as palavras de Furlong (1994: 90) quando afirma que os jesuítas

[h]an seguido sus doctrinas, pero adaptándolas a los tiempos y necesidades de cada época. Así lo hicieron y no sin éxito. Contaron los Jesuitas en su seno a muchos y muy insignes pensadores, discípulos de Santo Tomás en lo sustancial, pero originales pensadores en puntos accidentales o en la forma y métodos.

9 Sobre Verney, cf. Brauer-Figueiredo (2001).

É só normal que o ensino dos jesuítas tivesse sido mais moderno no Brasil do que na Europa, onde só havia aulas em português para ensinar o latim, onde o teatro era exclusivamente em língua latina, etc. Os jesuítas ensinavam o latim através da língua materna, que dizer, em Portugal, através do português. Mas sabe-se já das cartas de Anchieta que, no Brasil, os jesuítas tinham escolas «em que se ensinava em português e em língua nativa» (Cavaliere 2001: 20). Houve discussões sobre o facto de os jesuítas no Brasil ensinarem em português, de os alunos falarem, nas representações de teatro, em português, etc. Sabe-se que em diferentes ocasiões e em diferentes lugares houve protestos da população contra a apresentação só em latim de obras de teatro (por parte dos alunos dos jesuítas), facto devido às exigências portuguesas de as obras teatrais se fazerem unicamente nessa língua. O facto de a população ter estado acostumada às obras de teatro em português é bom sinal da vontade dos jesuítas em obter o apoio (também material) da população brasileira, redigindo as obras em língua portuguesa ou até, em partes, na língua geral. É difícil afirmar, então, que só foi devido às reformas pombalinas a introdução da língua vernácula, ou seja, do português, nas aulas.

Também pode provocar objecções querer atribuir à criação das escolas régias por Pombal a democratização do ensino, pois como anota Gálvez (1995: 83) sobre a Companhia de Jesus,

en materia educativa podía llamárselos pioneros de la enseñanza democrática pues habían revolucionado el sistema de clases, al proporcionar al burgués y hasta al campesino el ascenso social y la posibilidad de acceder a la llamada “nobleza de toga” mediante los estudios realizados de forma gratuita.

Rosa (1999: 199-200) sublinha que os índios iam à Escola Elementar da Aldeia para que nela aprendessem a ler e escrever em português e que os colégios, que eram públicos, deveriam acolher aqueles que o procurassem, se bem que não estivessem voltados para acolher crianças índias que não falassem o português. Os colégios recebiam, basicamente, os filhos de funcionários públicos, criadores de gado, etc., «[e]m outras palavras, os filhos dos que formavam a elite social da época no Brasil» (Rosa 1999: 200), mas o facto de os índios que falavam português poderem frequentar os colégios prova que os índios não eram excluídos por causa da procedência indígena. Era menos democrático o ensino nas Aulas régias após a reforma pombalina, pois segundo o *Directorio que se deve observar nas povoaçoens dos Indios*

do Pará e Maranhão, um documento jurídico com a finalidade de regulamentar as acções colonizadoras em terras brasileiras, e «que impõe a língua portuguesa como marca de civilização» (Gonçalves 2001: 12), os mestres seriam pagos pelos pais dos índios, o que foge ao princípio de gratuidade do ensino que caracterizou, em princípio, a reforma.¹⁰

2.2.2 Os que não se foram embora

Com a expulsão dos jesuítas no ano de 1759 e com as reformas pombalinas, a situação no âmbito do ensino mudou essencialmente: o sistema educativo dos jesuítas, que era formado por escolas, colégios, missões, catequese, e que na maioria dos lugares era o único disponível, sofreu uma muito violenta interrupção, quando a ordem dos jesuítas foi obrigada, pelo Marquês de Pombal, a deixar o Brasil.

Afirma-se que «[a]s conseqüências desta lacuna no sistema educacional podem ser sentidas até hoje, apesar do retorno gradativo dos jesuítas ao país, a partir do início do século passado» (Fundação s.d.: s.p.). Não obstante, e como o formulou Manuela Delille durante o colóquio de Berlim: «Rupturas são às vezes mais aparentes do que reais». Nem todos os jesuítas foram embora, ou melhor dito, nem toda a influência jesuítica cessou. É óbvio que a expulsão dos jesuítas não era suficiente para erradicar os frutos do seu trabalho, pois sabe-se que, segundo as nomenclaturas preservadas, nas primeiras 28 expedições entre 1549 e 1604, só chegara um número máximo de 180 membros da Ordem jesuítica ao vastíssimo Brasil, e como diz Hesse (1993) com muita razão, a obra dos jesuítas no Brasil, sem multiplicadores seria um milagre.

10 «Para a subsistência das sobreditas Escolas, e de um Mestre, e uma Mestra, que devem ser pessoas dotadas de bons costumes, prudência, e capacidade, de sorte que possam desempenhar as importantes obrigações de seus empregos; destinarem-se-ão ordenados suficientes, pagos pelos Pais dos meninos índios, ou pelas pessoas, em cujo poder eles viverem, concorrendo cada um deles com a porção, que se lhes arbitrar, ou em dinheiro, ou em efeitos, que será sempre com atenção à grande miséria, e pobreza, a que eles presentemente se acham reduzidos» (cit. Trouche s.d.: s.p.). Cf. também Celso Ferreira da Cunha (1980) que transcreve os parágrafos do *Diretório* onde se faz referência à obrigatoriedade do português. No seu livro *A Questão da Norma Culta* (1985), o autor discute o assunto no capítulo intitulado *O Diretório e a Reforma Pombalina*.

Os alunos e mesmo os professores que não pertenciam à ordem jesuítica tinham ficado no Brasil. Naturalmente, eram pessoas totalmente «jesuitizadas».¹¹ Professores novos, jovens, que ainda não tinham realizado o julgamento de pertença à ordem, podiam ficar. Os noviços, estudantes e irmãos jesuítas foram despedidos. Aos sacerdotes deu-se-lhes a escolha entre viver como Padres diocesanos ou entrar noutras Congregações religiosas. Os professores que ainda não tinham feito os votos podiam distanciar-se dos jesuítas e da sua ordem, e ficar no Brasil. Se bem que, segundo os próprios jesuítas, isto não tenha ocorrido, não temos a possibilidade de o comprovar: por um lado, não dispomos de listas dos membros da ordem, dos moradores das instalações jesuíticas ou das pessoas que, sem morar com os jesuítas, trabalhavam com eles ou para eles; e por outro lado, não existem relações fidedignas das pessoas expulsas. Mas temos que ter em conta que foi só com a chegada da corte portuguesa em 1808, quando se fez mais notória a necessidade de médicos, engenheiros, juristas, que se fundaram as Faculdades de Medicina do Rio e da Bahia, as Faculdades de Direito de São Paulo e Recife, seguindo, naturalmente, o modelo europeu, e que, por outra parte, os jesuítas eram mestres da propaganda e da publicidade, para usar termos modernos. Hausberger (1995: 42-46) demonstra que os jesuítas estavam muito conscientes da importância propagandística das cartas e relatos que escreviam e as usavam também para cuidar da sua imagem. Não era, pois, do seu interesse admitir que houvesse pessoas que deixavam a ordem para não ser expulsas. Os jesuítas não podiam levar documentos ou manuscritos quando eram expulsos (Mörner 1994: 13), mas há, apesar de todos os escritos pro-jesuíticos que dizem o contrário, certas dúvidas quanto aos supostos actos de saque e pilhagem, já que, segundo Mörner (1994: 15), esta informação responderia, também, às tácticas propagandistas pro-jesuíticas ou dos próprios jesuítas.

Parece-nos importante a afirmação de Furlong (1994: 36) segundo o qual «[n]o fue por cierto el alejamiento de los Jesuitas lo que arruinó aquellos prósperos pueblos sino el advenimiento de los rapaces sucesores de los Jesuitas», pois, faz referência aos poderes políticos e económicos «que entraron en los pueblos como una irrupción de bárbaros y sólo se preocuparon del pillaje y del robo desenfrenado» (Furlong

11 Furlong (1994: 166) cita o Bispo de Tucumán: «Fueron expulsados los Jesuitas, pero no el Jesuitismo».

1994: 36). Com isso, o autor faz entender que o impacto cultural dos jesuítas teria sido suficientemente forte para sobreviver e ter continuação sem a presença jesuítica. Diz-se com toda a razão que os jesuítas, depois de terem sido expulsos, continuaram a sua influência por meio das obras literárias, históricas e jurídicas que tinham escrito.¹² Não obstante, cabe dizer que as consequências da expulsão foram muito diferentes nas diversas regiões. Nas famosas reduções guaranis, por exemplo, começou muito lentamente o processo de degradação, e só depois de 1800 foi cada vez mais rápido e feroz devido às actividades bélicas nessas regiões; nalgumas partes, os franciscanos puderam continuar o trabalho dos jesuítas, mas foi particularmente nas zonas do interior, nas regiões amazónicas, em que a expulsão significou o fim do contacto entre brancos e índios, o fim da integração pacífica dos indígenas (Mörner 1994: 16).

3. Ensino jesuítico fora das escolas: a herança sociocultural

O ensino escolar não é, como já se disse, tudo o que englobamos sob 'ensino', abrangendo a herança sociocultural, portanto, muito mais do que as matérias contidas nos *curricula* escolares. São igualmente importantes os saberes, técnicas e costumes praticados no dia-a-dia, no exercício dos ofícios, nas áreas da Medicina, Agricultura, Arquitectura, etc. Excluimos da noção de herança cultural propriamente dita a unidade territorial brasileira. Alguns autores como Jaeckel (1996: 147) acham que sem o estabelecimento do catolicismo, para o qual os jesuítas contribuíram em larga escala, o Brasil não teria alcançado a coesão cultural e política que já obtivera em fase colonial inicial, e que lhe permitiu a continuidade da sua extensão territorial apesar da pressão dos poderes estrangeiros. Não obstante e apesar de os jesuítas terem apoiado desde o início da sua presença no Brasil a ideia de uma unidade territorial do país — já o próprio Pe. Manuel da Nóbrega se pronunciara a favor do conceito básico de unidade na organização política do Brasil, exigindo que estivesse sob imediata jurisdição real (Leite 1993: 6) —, achamos que não podemos afirmar, sem mais, que a unidade do território tivesse sido de facto o resultado do trabalho jesuítico em geral ou desta posição jesuítica em concreto.

12 Cf. Furlong (1994: 69) sobre a influência jesuítica exercida na região do Rio da Prata depois da expulsão em 1767.

3.1 Ofícios

Como foi necessária a actividade industrial e artística para o sustento no Brasil, os jesuítas ensinavam ou mandavam ensinar os ofícios a índios e negros (Leite 1993: 193-194; Furlong 1994: 35). Como precisavam de artífices, os jesuítas também recrutavam, na Europa, pessoal que mandavam ir para o Brasil como missionários «a tempo parcial», admitindo até pessoas casadas, para formarem parte das missões e suprir a falta de artesãos. Os superiores dos jesuítas fizeram com que os peritos das diferentes matérias fossem de aldeia em aldeia a ensinar o que sabiam, também a índios e negros, estimulando as aplicações necessárias ou convenientes (Furlong 1994: 35).¹³

Particularmente no norte do país, onde as indústrias locais foram menos desenvolvidas desde o início da colonialização do Brasil, os jesuítas produziram para os mercados todo o tipo de produtos como, por exemplo, objectos de barro que primeiro foram de produção rudimentar e depois de as técnicas terem sido aperfeiçoadas constituíram uma cerâmica bem feita. Desta forma, sem dúvida, aqueles produtos, que não existiam no mercado se não tivessem sido introduzidos pelos jesuítas, constituíram modelos a seguir. Trabalhavam também a madeira e, além dos trabalhos de madeira de indústria, para barcos, etc., lavraram mobiliário, retábulos, bufetes, aparadores, cadeiras, arcas relicários, papelerias, secretárias, etc. (Leite 1993: 201). Mas é um fenómeno documentado em toda a América: Furlong (1994: 32) diz, na sua descrição panorâmica do trabalho cultural dos jesuítas no Rio da Prata, que

los moradores de Buenos Aires, cuando querían o necesitaban de algo que salía de lo ordinario y que no se hallaba en venta en los pocos y deficientes almacenes de la capital del Virreinato, acudían habitualmente a los pueblos de los Jesuitas. Puede decirse sin temor de exageración que toda la industria colonial estaba en sus pueblos y estancias.

Desta forma, naturalmente, os produtos dos jesuítas converteram-se em produtos «standard», em modelo para produtos feitos por outros.

13 Convém referir que, ao fazerem o negro aprender um ofício, o negro tornava-se mais valioso como objecto de venda. Como disse Harald Thun durante o colóquio, ao tratar do trabalho realizado pelos jesuítas na América, faz falta ter em conta «menos a glória e mais a realidade económica».

3.2 Medicina

Logo que iniciaram os seus trabalhos missionários no Brasil, os jesuítas viram-se envolvidos por sérios problemas médicos. Se bem que o exercício da medicina não constasse do propósito essencial do seu apostolado, os jesuítas tinham-no incorporado «à obra de caridade que lhes atribuiu a fórmula do instituto a que se filiaram e que tomaram como caminho para chegar a Deus» (Silva 1978: 213).

Em Portugal, praticava-se, naquele tempo, não só a Medicina de Galeno, mas também a árabe, e existiam clínicos leigos árabes e judeus que viajavam de cidade em cidade recebendo dinheiro pelos seus trabalhos (Camargo 1996: s.p.). Era nos conventos que os livros de Medicina eram escritos, e sabe-se que de Portugal vieram, voluntariamente, muitas das pessoas que lá tinham exercido a Medicina, «devido à sua ascendência cristã-nova, pois era comum aderirem à vida religiosa dos mosteiros, a fim de se protegerem da Inquisição» (Camargo 1996: s.p.), já que na Companhia de Jesus ou em alguma das outras ordens religiosas estavam a salvo de perigo imediato, e «[m]uitos padres cristãos-novos tornaram-se católicos sinceros, ou ganharam a fama de o serem» (Herson 1996: 47).

As boticas dos jesuítas — a primeira fundou-a Anchieta em Piratininga — tiveram relevo na assistência ao colonizador. Inicialmente eram muito modestas e reduzidas, mas pouco a pouco expandiram-se e tornaram-se importantes e imprescindíveis às comunidades (Silva 1978: 219).

Além de usar os conhecimentos farmacêutico-medicinais europeus, os jesuítas aproveitaram as práticas que tinham visto aos indígenas, trabalhando para se aproveitar da ciência indígena (Furlong 1994: 83, 85). Depois, naturalmente, passaram os conhecimentos obtidos e o desenvolvimento do saber a outros, entre eles, como sempre, índios e mais tarde negros. O facto de os jesuítas terem aprendido dos índios muito sobre as plantas, as medicinas naturais, etc., é particularmente relevante porque os jesuítas chegaram a ser os que conservaram e passaram a outros estes conhecimentos quando entre os índios deixava de haver uma transmissão de saberes e conhecimentos pelo declínio das comunidades tradicionais, a dizimação dos índios pelas doenças e pelo trabalho forçado, a morte dos portadores da cultura nativa, dos feiticeiros, etc.:

E tal foi o crescimento e a frequência às suas boticas, que foram levados a se valerem da experiência dos indígenas, que retiravam com facilidade seus medicamentos do reino animal, do reino mineral e, sobretudo, do reino vegetal. Assim, pouco a pouco, foram colocadas, lado a lado, as drogas do Velho e do Novo Mundo (Silva 1978: 218).

Sob a chancela experiente dos jesuítas, os novos e velhos habitantes da Colônia passaram a tomar medicina fabricada de produtos brasileiros, que os jesuítas tinham aprendido a fabricar com os índios. Os jesuítas construíram até hospitais e, sem dúvida, foi importantíssimo o trabalho dos missionários para o desenvolvimento da Medicina no Brasil (Filho 1947).

Até Félix de Azara, declarado crítico dos jesuítas, afirmou que as «recetas y sentencias» do jesuíta Pe. Segismundo Aperger tinham mais crédito do que as de Hipócrates e Dioscórides (Azara [1904] 1990: 127). O tirolês Aperger — que esteve em território que hoje forma parte da Argentina — trouxe da Europa várias plantas medicinais e descobriu outras na América. Foi um dos muitos jesuítas que por falta de médicos e medicinas se dedicaram ao estudo das plantas a que os indígenas atribuíram efeitos curativos (Furlong 1994: 87). Sublinha Carmargo (2000: s.p.) que

[a]s terapias adotadas pelos colonos e mesmo pelos jesuítas eram exatamente aquelas adotadas em Portugal, acrescidas de umas práticas indígenas, às quais os portugueses aderiram, principalmente quanto ao uso das plantas nativas desconhecidas dos europeus.

Observa-se também a participação tanto portuguesa como indígena na preservação da Medicina das fezes; a prática de usar a urina pela sua acção curativa, por exemplo, era bastante aceite em Portugal nos tempos da presença jesuítica em Portugal e no Brasil, mas também formava parte da matéria médica indígena, que além dos vegetais, sangue humano, saliva, etc., usava a urina como meio excitante e vomitivo (Filho 1947: 12); pesquisas realizadas em Ibiúna, SP, com informantes procedentes do Nordeste demonstram o uso de urina para fins medicinais (Camargo 2000: s.p.).

As práticas de carácter mágico-religioso observáveis na Medicina popular do Brasil são prova da aproximação da Medicina popular com os mais diferentes sistemas de crenças, nas que prevalece, sem dúvida, a influência do pensamento da Igreja Católica que admitia que as doenças eram um castigo de Deus, e até hoje as terapias adoptadas fazem-se acompanhar de orações, penitências, promessas, etc. (Camargo 2000: s.p.).

Como salienta Lutz Hoepner (veja-se a sua contribuição neste volume), passaram à língua portuguesa, muitas vezes devido ao contacto dos jesuítas com os feiticeiros índios, nomes vernaculares de plantas medicinais, como, por exemplo, a *Ipecacuanha* (*Cephalis Ipecacuanha*). Por outra parte, a Medicina popular no Brasil conserva ainda a nomenclatura relativa aos órgãos humanos como, por exemplo, *bucho* por *intestino* e *bofe* por *pulmão*, o que se explica precisamente com o facto de a Medicina portuguesa no tempo da chegada dos primeiros médicos portugueses ao Brasil ter sido rudimentar, «visto que muçulmanos, católicos e judeus não dessecavam cadáveres e sim animais» (Camargo 1996: s.p.).

3.3 Agricultura

Os jesuítas tiveram grande importância para o desenvolvimento da Agricultura nos países onde trabalhavam e, segundo Furlong (1994: 31), foram os primeiros a dedicar-se à Agricultura e à criação de gado mesmo nos lugares mais afastados. Não obstante, não deve esquecer-se que os jesuítas tinham aprendido muito dos franciscanos e o sistema agrário franciscano entevê-se na organização jesuítica do trabalho agrário. Mas não cabe dúvida de que foram os jesuítas os introdutores no Brasil de inumeráveis plantas úteis, nomeadamente a canela de Ceilão e a jaqueira que trouxeram da Índia e que contribuíram, sem dúvida, para a propagação da mandioca e de outros produtos da terra como alimento quotidiano também entre os brancos (Leite 1993: 178).

É longa a relação das plantas descobertas ou só promovidas pelos jesuítas, pelo que vou dar só um exemplo de uma planta que deve o seu papel importante na economia de vários dos Países americanos também aos jesuítas, a saber, o chá-mate (também chamado congonha). Os jesuítas foram «los más entusiastas cultivadores y propagadores del alimenticio *té americano*» (Furlong 1994: 72). O Padre Antonio Ruiz de Montoya, na sua *Conquista Espiritual* aparecida em 1639, escreveu um capítulo inteiro sobre o «mate», o famoso arbusto da família das Ilicáceas cujas folhas contêm cafeína e servem para a preparação do chá-mate. O mate era e é ainda hoje uma das grandes fontes de prosperidade e riqueza tanto paraguaia como brasileira.

3.4 Arquitectura

É importante, sem dúvida, a contribuição dos jesuítas para a Arquitectura. Foram, como o formula Leite (1993: 73), «construtores de igrejas», mas não se pode reduzir a isso a sua contribuição à construção. Estudaram-se os diferentes tipos de construções de vivendas, mas escassam estudos com uma focalização comparatista, ou mais global, da construção brasileira; a atenção centrou-se nas construções eclesiásticas e representativas (Pfeiffer 1987: 81).

Es un hecho incuestionable, históricamente comprobado, que los Jesuitas fueron los grandes fundadores de ciudades y pueblos y los que más contribuyeron a su progreso y adelantamiento desde 1585 hasta 1767¹⁴ (Furlong 1994: 29-30),

e sabe-se bem que as aldeias e cidades fundadas pelos jesuítas foram centros que irradiaram cultura e que foi importante a sua contribuição à civilização das futuras nacionalidades rioplatenses e brasileira. Escreveu o Pe. António Vieira: «Sómos nós os mestres e obreiros daquela arquitectura, com o cordel, com o prumo, com a enxó e com a serra e os outros instrumentos, que também não lhes damos, na mão» (Leite 1938, II: 597). Segundo Costa (1997: 105), o acervo de obras de arte que os padres da Companhia de Jesus legaram ao Brasil «poderá não ser, a rigor, a contribuição maior, nem a mais rica, nem a mais bela, no conjunto dos monumentos de arte que nos ficaram no passado. É contudo, uma das mais significativas».

É, contudo, questionável a posição segundo a qual os jesuítas tinham uma arquitectura muito própria, já que parece não haver grandes diferenças entre as construções jesuíticas e as das outras ordens religiosas na América do Sul,¹⁵ se bem que segundo Pfeiffer (1987: 88) com muita razão fosse sublinhado, por parte de peritos, que os jesuítas como ordem religiosa nova, com ideias e impulsos novos, tiveram uma posição proeminente na evolução da construção de igrejas no Brasil desde meados da século XVI até à expulsão.

14 Foi o ano de expulsão dos jesuítas das Índias espanholas.

15 Neste contexto achamos interessante salientar que o estudo da cidade colonial portuguesa no Brasil tem-se caracterizado pela presença de uma espécie de paradigma de comparação formal com a cidade hispano-americana, e que criou, como diz Pereira (1995: 61), «uma quase-obrigatoriedade de percurso para quantos, até o presente, se envolvem com o tema».

Há formas locais das igrejas de esqueleto de madeira, sobretudo nas zonas de floresta, no Rio da Prata, que segundo Kühne (2002; 2003a; 2003b), constituem uma forma de construção muito particular, pois segundo ainda Mario Buschiazzi (1963), essa igreja de esqueleto de madeira é o único tipo de construção genuinamente americano ao menos das colônias espanholas, se bem que até hoje não existam análises estruturais ou tipológicas deste tipo de igrejas (Kühne 2003a: 3-4).¹⁶ Ora bem, pouco ajudarão os estudos das igrejas paraguaias e bolivianas para saber mais sobre as construções no Brasil: segundo Bottineau e Stierlin (1994: 98), é surpreendentemente diferente e particular a arquitetura portuguesa (e brasileira), que quase não têm relação com a arquitetura de outros países ocidentais. Não obstante, é importante saber que depois da expulsão dos jesuítas dos territórios espanhóis, os índios, quando fundaram novos povoados ou povoações, construíram «cópias» das aldeias dos jesuítas, das missões, com praça, igreja, cruz, filas paralelas de casas, portanto, uma continuação do modelo urbanístico jesuíta e que, por exemplo, a igreja de Santa Ana, em Chiquitos, uma das mencionadas igrejas de madeira, foi construída pelos índios após a expulsão dos jesuítas (Kühne 2003a: 1). É de supor que o mesmo terá ocorrido no Brasil.

Além da construção de igrejas, os jesuítas também edificavam vivendas, armazéns, escolas, boticas, etc., de maneira que terá sido maior a influência deles na Arquitetura secular do que nas construções de prédios destinados ao culto, pois as suas actividades organizavam-se através de três tipos básicos de estabelecimentos: para a educação, tinham as casas, residências, colégios e seminários; para a catequese, dispunham das aldeias missionárias; para tratamento e retiro serviam

16 Segundo Kühne (2003b), os postos verticais da base dessas igrejas estavam enterrados, o que não está conforme com as técnicas europeias, onde essa prática deixara de ser usada já na Idade Média. Nos textos da época, quase não se encontram descrições dessas igrejas. Numa época em que as pessoas 'iluminadas' justificavam a missão cristã com a mediação de valores e formas europeias, havia que negar que as igrejas fossem construídas em estilos influenciadas pelas técnicas índias. A prática de construir prédios com os postes enterrados tem, sem dúvida, origem índia, como se vê claramente pelas construções das casas coletivas, ou seja, as casas de encontro e de reuniões, festas, vida social, tradicionais dos índios, as chamadas *malocas*. Segundo os relatos contemporâneos, as construções dos mestiços uniam técnicas europeias e índias e os índios adaptaram, para as suas vivendas, muitos modelos de construções mestiças, como, por exemplo, corredores, vestíbulo, etc.

as casas de recuperação ou quintas de repouso e os hospitais; para a preparação religiosa tinham os noviciados (Bonato s.d.). O grande problema até hoje reside no facto de as construções de vivendas no Brasil colonial não terem sido estudadas no seu conjunto, desde uma perspectiva global, se bem que tenham sido estudadas pelos historiadores da Arquitectura.

Outras construções realizadas pelos jesuítas que poderiam ter constituído modelos a seguir foram as enfermarias: «Os engenheiros e as fazendas dos jesuítas também dispunham de enfermarias, maiores ou menores, de acordo com o número de seus trabalhadores», e «[a] enfermaria junto à sua casa, nas cidades ou nas aldeias, constituiu um complemento indispensável ao seu trabalho missionário» (Silva 1978: 229).

Foi uma fonte de receita dos jesuítas brasileiros o aluguer de casas e no Rio, por exemplo, «construíram-se numerosíssimas casas, que andavam aforadas ou alugadas» (Leite 1945, VI: 73-74) e a segunda mais importante fonte de receita do colégio de Recife no ano 1757 foi, a seguir ao açúcar, o aluguer de casas urbanas (Leite 1945, V: 477-479). As boticas foram importantíssimas para a economia dos jesuítas e construíram-se em todas as partes onde estavam os jesuítas (Leite 1993: 190-191).

Sem dúvida que também a situação de muitas cidades brasileiras, particularmente nos Estados do Grão-Pará e Maranhão, foi o resultado da escolha de lugares idóneos para missões por parte dos jesuítas (Peireira 1995: 71-73).

3.5 Música e dança

Há descrições das missas jesuíticas nas missões e aldeias onde se diz que os músicos nestas estão sempre a tocar música e a cantar e que já nos primeiros tempos das missões os índios tocavam também fora das missas, celebravam festas tocando e cantando a música que aprenderam dos jesuítas. Foi tão intensa a difusão da música e do canto que já a princípios do século XVI foi necessário reprimir abusos, mais do que estimular iniciativas (Furlong 1994: 103). Após poucos anos, os mesmos índios passavam de discípulos a mestres de música,¹⁷ e é só

17 Padre Miranda, *Sinopsis de los bienes que producían los Jesuitas*, p. 16; cit. Furlong (1994: 105).

natural supor que o apego dos índios à música e ao canto que aprenderam dos jesuítas perdurasse depois da expulsão destes últimos. Desde o início, os jesuítas faziam servir a música como meio de comunicação entre os europeus brancos e os índios. Leite (1993: 8) conta como Manuel da Nóbrega, outros padres e os meninos do Colégio foram em peregrinação, em 1552, pelas aldeias dos gentios, como está descrito numa das cartas do Pe. Manuel da Nóbrega (Leite 1956: 385-389):

[Meninos e padres] Entravam pelas aldeias com a cruz alçada, e em cada aldeia tocavam e cantavam à moda dos Índios, nos seus tons e cantares, «mudadas as palavras em louvor de Deus»; e os pais gentios já não escondiam os filhos. Os meninos também dançavam e cantavam à moda índia e a mulher do principal veio dançar com eles.

O próprio Nóbrega já escreveu ao provincial de Portugal para pedir explicitamente que fizesse resolver uns problemas colocados pelo bispo D. Pedro Fernandes, que criticara cantos, música e prédicas à moda dos índios usados pelos jesuítas para fazer com que os índios aceitassem melhor a religião cristã.

Música e canto foram universais nas missões, nas aldeias fundadas pelos jesuítas. Havia jesuítas que viajavam de aldeia em aldeia, de missão em missão, organizando escolas de canto e de música ou educavam os alunos para enviá-los depois como mestres a outras aldeias. Há documentação que prova que no caso dos índios Chiquitos, não foram esquecidas as habilidades de música que obtiveram com os jesuítas (Bach 1843: 17, 44-46; Furlong 1994: 109; Claro 1969).¹⁸ Furlong (1994: 103) afirma, referindo-se ao Rio da Prata que, quanto aos seus esforços para aficionar pessoas à música e ao canto, «obtuvieron el éxito más completo en sus reducciones y pueblos [...] pero fracasaron lamentablemente en cuanto a las ciudades». Pe. Francisco Miranda diz, também referente ao território do Rio da Prata, que

en todas las artes útiles y artísticas habían los jesuítas sido maestros e habían creado ambiente [...] excepto en una cosa: la música. En este ramo

18 D'Orbigny e Demersay encontraram, ainda nos anos 1830 e 1835, entre os Chiquitos e os Mojos, os cantos e as danças que lhes tinham ensinado os jesuítas havia mais de um século (Furlong 1994: 109), e Samuel Claro encontrou, ainda em 1966, 63 obras de música escritas, em parte, pelos mesmos indígenas durante o século XIX e ainda usadas, se bem que fossem cópias de obras escritas muito antes; cf. também Hesse (1993: 49-50).

tenían ellos en sus pueblos coros y bandas, pero jamás pudieron conseguir que los pueblos españoles les imitaran.¹⁹

No Brasil, a situação foi diferente. Se bem que Jaeger (1960: 51) afirmasse também para o Brasil que «a música e o teatro, cultivados tão brilhantemente pelos Jesuítas entre os seus catecúmenos, caíram em completo olvido», isso não pode dizer-se sem deixar lugar a algumas dúvidas.

Apesar de todas as descrições das culturas índias, dos costumes, das suas músicas e cantos dos últimos séculos e desde os primeiros tempos da presença europeia no Brasil, é praticamente impossível reconstruir uma história sociocultural dos índios brasileiros ou até uma sociologia da música. Argumenta Tiago de Oliveira Pinto (1986: 11) que a documentação da cultura da população nordestina poderia fornecer dados importantes, pois abrange índios e mestiços das diferentes partes da população. Segundo ele passou quase inadvertido o facto de se conservarem nesta população

muitas características de cunho índio, que determinam toda uma cultura popular própria: costumes culinários, trabalhos manuais e labores, ideias religiosas são só alguns domínios onde se manifesta a herança cultural índia dos antecessores. Particularmente acentuada nestas sociedades é uma música estilisticamente pouco influenciada pela música vinda de fora (Pinto 1986: 11; trad. C. S.).

Conforme, com efeito, defende Helza Cameu (1977), sido a aproximação e o convívio dos indígenas com indivíduos ou grupos teria sido muito mais penetrante e mais duradoura (e, portanto, mais significativa) do que a influência missionária na transformação das culturas (Bispo 1993). Achamos, porém, que o influxo jesuítico na música não deve limitar-se somente à música cristã levada pelos missionários para as Américas. João Baptista Siqueira (1951), por exemplo, relativiza a suposta importância da contribuição modal do Canto Gregoriano ou litúrgico para a formação da música brasileira (Bispo 1993). Não obstante o facto de os jesuítas terem convivido com os índios e terem possibilitado, desde os primeiros momentos, a mestiçagem entre os grupos étnicos brancos, índios e, ainda mais tarde, negros, parece ter, sem dúvida, contribuído também para uma mestiçagem musical, permitindo desta forma a introdução das músicas ameríndias no que constitui o fundamento da música folclórica e popular brasileira. Achamos

19 Padre Miranda, *Sinopsis de los bienes que producían los Jesuitas*, p. 16; cit. Furlong (Furlong 1994: 35).

que a entrada da música ameríndia na música brasileira é obra jesuítica, ainda que seja resultado secundário — não previsto ou planificado pelos jesuítas — da acção missionária jesuítica.

Em 1934, Luciano Gallet, músico, compositor, professor de música e folclorista que, em 1930, passou a dirigir o Instituto Nacional (Brasileiro) de Música, afirma que os índios não contribuíram para a formação da música brasileira actual e critica que se diga que o folclore musical brasileiro seja de origem índio-luso-africana, sublinhando que nunca percebeu «nitidamente a contribuição direta do índio na nossa música. [...] O folclore brasileiro atual, no que se refere à música, é de origem luso-africana» (Gallet 1934: 42), e outros autores apoiam essa opinião por achar que a influência ameríndia é quase imperceptível (cf. os exemplos dados por Barros 1993). Contudo, Siqueira, que estava convicto de que o indígena constituiria a base étnica da população nordestina (Bispo 1993), no seu trabalho sobre a contribuição ameríndia à música folclórica do Nordeste (1951), determina e comprova a influência ameríndia, delimitando até as suas áreas geográficas. Ele sustenta a tese de que foi notório o influxo da música ameríndia na música popular da região da margem esquerda do Rio São Francisco, particularmente no Estado de Pernambuco, e consegue traçar as semelhanças existentes entre a música dos índios e a melodia ocorrente nos sertões nordestinos. No seu trabalho sobre os Cariós do Nordeste (Siqueira 1978) encontramos importantes abordagens dos processos de aculturação sofridos pelos índios. O autor fornece, neste estudo, quase 40 exemplos musicais, os quais, como aponta Barros (1993), reflectem claramente a influência do elemento ameríndio na cultura popular da região nordestina.

Efectivamente, no Brasil houve muita mestiçagem entre índios, brancos e negros (Silva 1994: 542; Donato 2000: 73).²⁰ O potencial musical dos índios deve ter chegado à população geral por meio da mestiçagem que ocorreu graças à concentração dos índios nas aldeias jesuíticas e à mistura das raças desde o princípio da colonização do Brasil. Neste contexto, cabe sublinhar a importância do peso do sangue índio na população brasileira, muito maior do que se quer admitir,

20 Cf. a relação dos nomes que recebiam os filhos dos cruzamentos resultantes desta mestiçagem em Hoornaert (1994: 39).

normalmente, no Brasil,²¹ e muito importante particularmente para a mistura de população e cultura no crisol brasileiro desde as primeiras décadas após a chegada dos portugueses ao Brasil.

A análise da mestiçagem é um meio da reconstrução histórica da composição de uma população, mas pode igualmente oferecer informação valiosa para pesquisas fundamentais de aspectos culturais. A mestiçagem dos brancos com os ameríndios foi considerável desde o princípio do século XVI (cf. as avaliações de Hiernaux 1988: 441). Para ilustrar o peso dos índios como mediadores de cultura, desejo fornecer dados publicados pelo perito em Biologia humana Jean Hiernaux (1988: 436):

o Brasil abriga no nordeste a mais vasta população triíbrida da América. Índios, Portugueses e povos do oeste de África contribuíram respectivamente com 9%, 65% e 26% na mistura (Saldanha, 1964)²², segundo os resultados comparados dos grupos sanguíneos Rh, AB0, MN e Diego e da sensibilidade à PTC. Todavia, este resultado médio oculta as variações regionais: a componente africana atinge 60% na Baía, 36% em Manaus e 17% em Pernambuco, enquanto que a componente índia é de 39% em Manaus e de 17% em Pernambuco.²³

21 «[...] é importante acentuar a continuidade da presença indígena, quase sempre minimizada, no quadro da formação brasileira, como se os indígenas houvessem desaparecido nos dois primeiros séculos da colonização» (Silva 1994: 650).

22 Saldanha, P. H. (1964): «Aspectos demográficos y genéticos del mestizaje en América del Sur». *Revista Indias* 24, pp. 230-278; cit. Hiernaux (1988: 436).

23 Com os métodos mais modernos da tecnologia genética, obtêm-se dados ainda mais precisos. Pena et al. (2000; cf. também Pena 2002) serviram-se do ADN para confirmar teses de alguns historiadores que já assinalavam a natureza tri-híbrida da população brasileira actual e prova, além disso, que o processo de miscigenação do homem português com a mulher índia começou logo após a descoberta. A pesquisa compara o DNA de brasileiros brancos com o de europeus, africanos e índios, revelando que as linhagens paternas vêm quase todas de europeus, enquanto as maternas têm maior contribuição indígena do que africana. É muito diferente a situação no caso das linhagens maternas onde a distribuição é bem mais uniforme: 39% de contribuição europeia, 33% de indígena e 28% de africana. A variação das linhagens maternas entre as várias regiões é considerável, pois, no Sul, por exemplo, predominam as linhagens de origem europeia (66%), enquanto no Norte há maior proporção de linhagens indígenas (54%), e no Nordeste, de africanas (44%). A região com maior uniformidade, e assim mais próxima da média brasileira, é o Sudeste. Segundo os autores do estudo, é inesperadamente alta a presença de 60% de matrilineagens ameríndias e africanas em brasileiros brancos e, por isso mesmo, tem grande relevância social.

Acho muito necessário ter em conta este tipo de dados, já que segundo as descrições de autores da época, o número de índios era baixíssimo. Por exemplo, segundo Fernão Cardim (Edelweiss 1969: 24), «por 1585 já eram poucos os índios sobreviventes em volta de Pernambuco, enquanto para 2.000 vizinhos havia perto de 2.000 escravos africanos». Se não tivéssemos em conta os dados dos biólogos, estas informações, que não têm em consideração a mestiçagem dos índios com as outras raças, induziriam a pensar que o peso índio na população seria muito mais baixo do que realmente é. Há outro pormenor a ter em conta, a saber, o êxodo dos índios para as cidades e núcleos urbanos, após a expulsão dos jesuítas, onde seguramente ficaram absorvidos pela sociedade e cultura urbanas.²⁴

Não cabe dúvida de que, culturalmente, as regiões nordestinas do Brasil são particularmente diversas e interessantes, tendo a cultura os seus expoentes mais impressionantes na música. Os trajes típicos, a indumentária típica para determinadas festas dos Santos, festas religiosas de origem católica, o carnaval, etc., adornos, jóias, ornamentos, constituem também claros elementos de mestiçagem de cultura e de crenças, que deve ter começado, se levarmos em conta o uso da indumentária índia, desde os princípios, quando os jesuítas integravam costumes índios no dia-a-dia religioso para evangelizá-los mais facilmente.²⁵ Foi através dos brancos que se deu a mestiçagem de índios e negros: segundo Hiernaux (1988: 441), «[d]e um modo geral foram os Brancos que, mestiçando-se por um lado com os Índios e por outro com os Negros, conduziam à mestiçagem de três componentes, característica do Nordeste», e por essa razão, a integração de elementos índios, por exemplo, na cultura da Bahia, aparentemente tão afrobrasileira, é boa mostra da mestiçagem tri-híbrida. «Os negros do norte do país são muito mais mestiçados [biologicamente] com os Ameríndios, o que não acontece no sul» (Hiernaux 1988: 441), e é de supor que a mestiçagem biológica tenha equivalente na mestiçagem cultural.

O mesmo deve supor-se acerca das danças, já que os jesuítas dançavam com os índios, pois conseguia-se mais facilmente entrar, por meio do movimento e do ritmo da música, no ensino «integral». A

24 Para uma discussão do caso dos índios das missões espanholas, cf. Gálvez (1995: 386-387).

25 Cf. Bispo (1997) sobre os fundamentos das tradições musicais brasileiras de origem portuguesa e Bispo (2000) sobre as culturas musicais dos índios brasileiros.

dança era o método mais importante para começar este ensino (Hesse 1993: 57). O canto e a dança que eram praticados pelos índios em muitas situações como, por exemplo, nascimentos, ritos de iniciação, etc., regulavam-se por nítidos padrões culturais (Gambini 2000: 96). Os jesuítas não se serviam, porém, das danças das processões católicas espanholas ou portuguesas: aproveitando o impulso natural dos índios a expressarem-se dançando e gesticulando, os jesuítas desenvolviam as suas próprias coreografias fundindo elementos de danças europeias e indígenas (Hesse 1993: 55), mas algumas danças, como *porace*, *dabucuri* e *varaquidra* eram dos próprios índios (Bispo 1986: 58). Os indígenas interpretavam, além disso, as danças portuguesas à maneira índia (cf. a citação de Fernão Cardim em 2.6 *infra*). As danças indígenas, os jesuítas acrescentavam outras de origem europeia, sobretudo como meio educativo para o ensino das crianças, entretenimento e arte (Leite 1943, IV: 295-296).

O trabalho dos jesuítas no âmbito de ensino e formação e na vida religiosa e cultural é tanto mais importante para a história da cultura brasileira quanto resultou na amálgama das tradições e costumes portugueses e indígenas. A imensa maioria dos brancos chegados ao Brasil nos primeiros dois séculos eram portugueses, particularmente do norte do seu país,²⁶ mas a expressão cultural portuguesa, ou nortenha, não ficou intocada, quer dizer, foi alterada pelo contacto com outras culturas e houve uma mistura dos costumes e tradições, entrando, por exemplo, muitos elementos das danças portuguesas nas danças que hoje em dia são consideradas brasileiras, ou fundindo-se com outras danças resultando na evolução de novas danças genuinamente brasileiras (Casudo 1967; 2001; Azevedo 1978; Giffoni 1973). Não é quantificável o resultado da mestiçagem de danças indígenas e europeias, nomeadamente portuguesas, nas danças brasileiras, mas não há dúvida

26 São notórias as referências à predominância de portugueses nortenhos, particularmente minhotos, em muitas das cidades brasileiras; cf., por exemplo, Donato (2000: 256) sobre a acentuada predominância de minhotos entre os brancos no Rio de Janeiro em 1822, «cidade capital, símbolo e espelho do Brasil da Independência». Quirino (1966: 22) ressalta «a predominância completa dos imigrantes originários do Norte» entre os habitantes no Brasil do século XVI: «Êles são quase o duplo do número daqueles que vêm da Região de Lisboa», contrariando a afirmação de Ribeiro (1961: 64) que constata um predomínio «da gente do sul».

sobre a sobrevivência de elementos indígenas nelas, como resultado dos esforços dos jesuítas para civilizar e evangelizar os índios.

3.6 Costumes, celebrações e festas populares

É corrente dizer que os costumes dos índios tiveram continuidade nos costumes dos índios assimilados e, desta forma, têm, sem dúvida, continuidade nos costumes brasileiros, embora isso ainda não tenha sido estudado pormenorizadamente. Ocorre com a herança cultural índia o mesmo que com o elemento africano no português brasileiro que, como sublinhou em repetidas ocasiões Yeda Pessoa de Castro, está por descobrir (cf., por exemplo, Castro 2001: 16). Falando dos jesuítas, sublinha Furlong que, «[...] equivocados o no, sus métodos de evangelización y sus sistema de reducciones transformaron paulatinamente los bárbaros hábitos del Indio en patriarcales y sencillísimas costumbres» (Furlong 1994: 29). Das descrições das procissões e festas religiosas nas missões jesuíticas sabe-se, por exemplo, que os índios devem ter contribuído para a evolução dos costumes, festas e vestuários mais do que foi admitido por historiadores posteriores. Fernão Cardim, que visitou as aldeias da Bahia em 1583, achou que

em uma delas lhes ensinam a cantar e têm seu coro de canto e flautas para suas festas, e fazem suas danças à portuguesa, com tamboris e violas, com muita graça como se fossem meninos portugueses; e quando fazem estas danças põem uns diademas na cabeça, de penas de pássaros de várias cores, e desta sorte fazem também os arcos, empenam e pintam o corpo, e assim pintados e mui galantes a seu modo fazem suas festas muito aprazíveis [...] (Cardim *apud* Leite 1993: 67).

Wilde (2003) critica os historiadores antijesuítas por prestarem pouca atenção às tradições e aos valores indígenas, omitindo considerações sobre a participação dos índios na sociedade colonial. Por exemplo, não se estudaram os rituais e as celebrações nas aldeias jesuíticas e a mais que provável influência dos mesmos através das tradições rituais indígenas, e isso apesar de se saber «que el ceremonial, en sus diversas manifestaciones, fue una realidad cotidiana de la sociedad colonial americana del siglo XVIII» (Wilde 2003: 204).

O relatório musical de festas de colheita e de fertilidade como a festa do *umbu*, o ritual do *ouricuri*, no sertão de Pernambuco e as diferentes formas de música e dança aparentemente índias são bons exemplos dos costumes que resultam da mistura dos cultos e músicas dos

índios e dos europeus nos períodos de contacto entre índios e brancos nos tempos dos jesuítas (Pinto 1986: 12).

Mas o papel dos jesuítas como mediador entre as tradições e práticas indígenas e os costumes europeus não só não é subestimado como também não se tem reparado muito na importância da obra jesuítica para o calendário das festividades e dos dias feriados do Brasil. A festa de Santo Inácio, por exemplo, que nos colégios e escolas dos jesuítas se festejava no dia 31 de Julho, passara até ao século XVIII a ser a festa por excelência dos estudantes e, como se sabe, transformou-se no que hoje se conhece como *Festas da Cidade* (Leite 1993: 55). É de supor que na maioria das grandes festas do Brasil, das festas populares de determinadas cidades ou regiões, etc., seja conhecida a origem da festa. Faltaria, então, juntar as histórias particulares dessas festas e fazer uma história das festas brasileiras para averiguar quantas são as festas que se originam nas tradições iniciadas pelos jesuítas.

4. Conclusões

Ainda estão por estudar muitos dos exemplos de vestígios de cultura ou traços da herança cultural jesuítica. Espero ter evidenciado a necessidade de analisar mais pormenorizadamente todos os vestígios da presença jesuítica no Brasil. Pode-se ver que a herança jesuítica no Brasil é mais abundante do que se poderia imaginar ou se vem pensando e que, provavelmente, a influência jesuítica perdurou em áreas pouco ou nada estudadas desde a perspectiva da história sociocultural brasileira. A historiografia tem estado essencialmente centrada no ensino escolar, enquanto não se estudaram, com mais delonga, áreas como a Arquitectura, o Urbanismo, a Cultura Popular Brasileira (música, dança, comidas típicas, etc.), em fim, as Ciências Sociais, em geral.

Bibliografia

Azara, Félix de ([1904] 1990): *Descripción general del Paraguay*, edición, introducción y notas de Andrés Galera Gómez. Ed. parcial de *Geografía física y esférica de las provincias del Paraguay y misiones guaraníes. Compuesta por D. Félix de Azara, en la Asunción del Paraguay año 1790*, bibliografía, prólogo y anotaciones por Rodolfo R. Schuller, Montevideo: A. Barreiro y Barros, 1904, Madrid: Alianza.

- Azara, Félix de ([1943] 2002): *Descripción e historia del Paraguay y del Río de la Plata*, edición digital basada en la de Buenos Aires, Editorial Bajel, 1943. Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes <<http://www.cervantesvirtual.com/servlet/SirveObras/01368361099003839648968/index.htm>> (página visitada a 28 de Junho 2004).
- Azevedo, Fernando Corrêa de (1978): *Fandango do Paraná*, Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura.
- Bach, Moritz (1843): *Die Jesuiten und die Mission Chiquitos in Südamerika. Eine historisch-ethnographische Schilderung von Moritz Bach [...]*, herausgegeben und mit einem Vorwort versehen von Georg Ludwig Kriegk, Leipzig: J. G. Mittler.
- Barros, Ermelinda Azevedo Paz de Souza (1993): «Das investigações e hipóteses de João Baptista Siqueira concernentes aos elementos indígenas no floclore musical brasileiro», *Correspondência Musicológica* 22, 1, s.p. <<http://www.revista.akademie-brasil-europa.org/CM22-03.htm>> (página visitada a 19 de Julho 2004).
- Bispo, Antonio Alexandre (1986): «Das abendländische Musikerbe portugiesischer Prägung», em: Pinto, Tiago de Oliveira (ed.): *Weltmusik. Brasilien. Einführung in Musiktraditionen Brasiliens*, Mainz et al.: Schott, pp. 58-76.
- Bispo, Antonio Alexandre (1993): «Vínculos entre a história e a etnologia na consideração da contribuição indígena à cultura musical do Brasil», *Correspondência Musicológica* 22, 1, s.p. <<http://www.revista.akademie-brasil-europa.org/CM22-01.htm>> (página visitada a 19 de Julho 2004).
- Bispo, Antonio Alexandre (1997): «Dos Fundamentos das Tradições Musicais Brasileiras de Origem Portuguesa», *Cadernos Históricos VIII*, Centro Gil Eanes, Lagos: Comissão dos Descobrimentos, pp. 23-40.
- Bispo, Antonio Alexandre (2000): «Die Musikkulturen der Indianer Brasiliens: Stand und Aufgabe der Forschung – 3. Teil (Amazonas)», em: *Die Musikkulturen der Indianer Brasiliens III*, Musices Aptatio / Liber Annuarius 1998/99, Consociationis Internationalis Musicae Sacrae Publicationes (Romae), Siegburg: Franz Schmitt, pp. 9-44.
- Bonato, Sergio Luiz (s.d.): «Educação e modernidade. O pensamento educacional dos Jesuítas, John Lock e Jean-Jacques Rousseau na era das Ciências e da Filosofia Moderna». <<http://mediateca.doc.ua.pt/Artigos/historia%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o/historia%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o%20tese.htm>> (página visitada a 19 de Julho 2004).
- Bottineau, Yves / Stierlin, Henri (1994): *Iberischer Barock: Westeuropa und Lateinamerika*, Fotos: Yvan Butler, Übersetzung aus dem Französischen: Alfred P. Zeller, Köln: Taschen.
- Brauer-Figueiredo, Maria de Fátima (2001): «Luís Verney e o Verdadeiro Método de Estudar», em: Thielemann, Werner (ed.): *Século XVIII: Século das Luzes — Século de Pombal*, Frankfurt/Main: TFM, pp. 213-227.
- Burrola Encinas, Rosa María (1995): «La influencia de los jesuitas en la conformación de las culturas nacionales», em: *XIX Simposio de Historia y Antropología de Sonora. Hermosillo, Sonora, Febrero de 1994*, Vol. II. Sonora: Departamento de Historia y Antropología de la Universidad de Sonora, pp. 187-194.

- Buschiazio, Mario (1963): «La arquitectura en madera de las misiones del Paraguay, Chiquitos, Mojos y Maynas», em: *Studies in Western Art. Acts of the Twentieth International Congress of the History of Art [New York, September 7-12, 1961]. Vol. 3: Latin American Art and The Baroque Period in Europe*, Vol. III., Princeton, N.J.: Princeton University Press, pp. 173-190.
- Camargo, Maria Thereza Lemos de Arruda (1996): «Vestígios da medicina popular da população litorânea do Brasil do período colonial, nas práticas médicas populares de hoje». Conferência proferida no Congresso «Cultura Caiçara» promovido pela Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo, São Paulo. <<http://www.aguaforte.com/herbarium/caicara.html>> (página visitada a 11 de Agosto 2004).
- Camargo, Maria Thereza Lemos de Arruda (2000): «Breve estudo da influência portuguesa na medicina popular do Brasil desde seu descobrimento». Conferência proferida na Jornada de Estudos Medievais, Aracaju, Janeiro de 2000. <<http://www.aguaforte.com/herbarium/influenciaportuguesa.html>> (página visitada a 11 de Agosto 2004).
- Cameu, Helza (1977): *Introdução ao Estudo da Música Indígena Brasileira*, Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura / Departamento de Assuntos Culturais.
- Cascudo, Luis da Câmara (1967): *Folclore do Brasil: pesquisas e notas*, Rio de Janeiro: Fundo de cultura.
- Cascudo, Luis da Câmara (2001): *Antologia do folclore brasileiro*, 5.^a edição, São Paulo: Global.
- Castro, Yeda Pessoa de (2001): *Falares africanos na Bahia. Um vocabulário afro-brasileiro*, Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras / Topbooks.
- Cavaliere, Ricardo (2001): «Anchieta e a língua falada no Brasil do século XVI», *Revista Portuguesa de Humanidades* 5, 1/2, pp. 11-21.
- Cidade, Hernâni (⁵1968): *Lições de Cultura e Literatura Portuguesas*, 2 vols., Coimbra: Coimbra Editora.
- Claro, Samuel (1969): «La musica en las misiones jesuitas de Moxos», *Revista musical chilena* 108, pp. 7-31.
- Costa, Lúcio (1997): «A arquitetura dos jesuítas no Brasil», *Revista do Patrimônio Histórico e Nacional* 25, pp. 105-169.
- Cunha, Celso Ferreira da (1980): *Língua, Nação, Alienação*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Cunha, Celso Ferreira da (1985): *A questão da norma culta brasileira*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- DLP = J. Almeida Costa / A. Sampaio e Melo (1977): *Dicionário da língua portuguesa*, 5.^a edição muito corregida e aumentada, Porto: Porto Editora.
- Domingues, Beatriz Helena (2001): *Algumas considerações sobre a relação entre Modernidade, Barroco e Iluminismo no mundo* <http://www.la.utexas.edu/paisano/paisano_three/BHDtext.html> (página visitada a 20 de Maio 2003).

- Donato, Hernâni (2000): *Brasil 5 séculos*, São Paulo: Academia Lusíada de Ciências, Letras e Artes.
- Edelweiss, Federico G. (1969): *Estudos tupis e tupi-guaranis: confrontos e revisões*, Rio de Janeiro: Livraria Brasileira Editora.
- Estrada, José Manuel (1901): *Fragmentos históricos*, Buenos Aires: Librería del Colegio, de Cabaut y Compañía.
- Fávero, Leonor Lopes (no mesmo volume): «A política linguística do Marquês de Pombal para o Brasil», pp. 513-524.
- Filho, Lyrurgo Santos (1947): *História da medicina no Brasil* (Do século XVI ao século XIX), 2 vols., São Paulo: Editora Brasiliense Ltda.
- Fundação = Fundação de Ciências Aplicadas (s.d.): *Jesuítas* <<http://www.fca.org.br/jesuitas.htm>> (página visitada a 16 de Maio 2003).
- Funes, Gregorio (1856): *Historia de las Provincias Unidas del Río de la Plata*, Tomo 2, Buenos Aires: Imprenta Bonaerense.
- Furlong, Guillermo S.J. ([1933] 1994): *Los jesuitas y la cultura rioplatense*. Prólogo de Fernando Storni S.J. Nueva edición de la edición de 1933, Montevideo: Impresores Urta y Curbelo; se ha actualizada la ortografía, Buenos Aires: Secretaría de Cultura de la Nación en coproducción con Editorial Libros.
- Gallet, Luciano (1934): *Estudos de Folclore*, Rio de Janeiro: Carlos Wehrs e Cia.
- Gálvez, Lucía (1995): *Guaraníes y jesuitas. De la Tierra sin Mal al Paraíso*, Buenos Aires: Editorial Sudamericana.
- Gambini, Roberto (2000): *Espelho índio. A formação da alma brasileira*, São Paulo: Axis Mundo / Terceiro Nome.
- Giffoni, Maria Amália Corrêa (1973): *Danças Folclóricas Brasileiras e suas aplicações educativas*, 3a ed., São Paulo: Melhoramentos.
- Gonçalves, Maria Filomena (2001): «Aspectos da historiografia da língua portuguesa na época pombalina», em: Thielemann, Werner (ed.), pp. 11-31.
- Góngora, Mario (1975): *Studies in the Colonial History of Spanish America*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Hausberger, Bernd (1995): *Jesuiten aus Mitteleuropa im kolonialen Mexiko. Eine Bio-Bibliographie*, Wien / München: Verlag für Geschichte und Politik, R. Oldenbourg Verlag.
- Herson, Bella (1996): *Cristãos-novos e seus descendentes na medicina brasileira (1500-1850)*, São Paulo: Universidade de São Paulo.
- Hesse, Axel (1993): «200 Jahre Musik im Jesuitenstaat und ihr Nachhall», em: Dill, Hans-Otto / Knauer, Gabriele (eds.): *Diálogo y conflicto de culturas. Estudios comparativos de procesos transculturales entre Europa y América Latina. Actas de los coloquios internacionales Berlin-Madrid y Madrid-Berlin celebrados en Berlin-Gosen del 10 al 14 de diciembre de 1990 y en Madrid del 26 al 27 de marzo de 1992*. Frankfurt/Main: Vervuert, pp. 47-70.

- Hiernaux, Jean (1988): *A diversidade biológica humana*. Tradução de Maria Emília de Castro e Almeida, Nuno Miguel de Almeida Cardim e António José da Piedade, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Hoepner, Lutz (no mesmo volume): «Etnofármacos brasileiros — a influência dos nomes vernaculares na nomenclatura de Lineu», pp. 333-348.
- Hoornaert, Eduardo (1994): *História do Cristianismo na América Latina e no Caribe*, São Paulo: Paulus.
- Jaeckel, Volker (1996): «Die Bedeutung der Jesuiten für die kulturelle Identität des kolonialen Brasiliens im 16. und 17. Jahrhundert», em: Mertin, Ray-Güde (ed.): *Von Jesuiten, Türken, Deutschen und anderen Fremden: Aufsätze zur brasilianischen Kultur und literarischer Übersetzung. Beiträge zum Deutschen Lusitanistentag 1995*. Frankfurt/Main: TFM / Domus Editoria Europaea, pp. 135-149.
- Jaeger, Luís Gonzaga (1960): «A expulsão da Companhia de Jesus do Brasil em 1760. Exame crítico-histórico no seu bicentenário», *Pesquisas História* 12, vol. monográfico, Rio Grande do Sul: Instituto Anchieta de Pesquisas.
- Karnal, Leandro (1998): «Memória infinita para glória de Deus: os jesuítas e a construção da memória», *Revista Tempo Brasileiro* (Rio de Janeiro) 135, pp. 77-88.
- Kremer, Dieter (no mesmo volume): «Ofícios mecânicos, indústria e vocabulários em Portugal no Século das Luzes», pp. 299-326.
- Kühne, Eckart (2002): «Die Jesuitenkirchen in Paraguay und Bolivien zwischen Kulturtransfer und indianischer Lebensweise». Conferência no Colóquio «Franz Xaver – Aufbruch in die Welt», organizado por Jesuitica e.V. em cooperação com a Hochschule für Philosophie, o Münchner Bildungswerk – Soziales Seminar, e *missio* München, 16.9.2002.
- Kühne, Eckart (2003a): «The construction of the 18th century missionary churches of Chiquitos in Eastern Bolivia» <www.nideco.ethz.ch/news/Past_Events/Colloquium_2003/Kuehne_Presentation.pdf> (página visitada a 16 de Maio 2003).
- Kühne, Eckart (2003b): «Was ist indianisch an den Jesuitenkirchen von Paraguay und Bolivien?». Conferência na Universidade Livre de Berlim, Abril 2003.
- Leite, Serafim (1938-1950): *História da Companhia de Jesus no Brasil*, 10 tomos, Lisboa: Liv. Portugália; Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, Liv. Civilização Brasileira.
- Leite, Serafim (1956): *Monumenta Brasiliae*, vol. I, Roma: Monumenta historica Societatis Iesu.
- Leite, Serafim (1993): *Breve história da Companhia de Jesus no Brasil. 1549-1760*, Braga: Livraria A. I.
- Luna, Félix (1995): «Palabras preliminares», em: Gálvez, Lucía (1995): *Guaraníes y jesuitas. De la Tierra sin Mal al Paraíso*, Buenos Aires: Editorial Sudamericana, pp. 13-14.
- Miranda, Francisco Javier (1916): *Vida del venerable sacerdote Don Domingo Muriel: religioso un tiempo de la abolida Compañía de Jesús y último*

- provincial de su provincia del Paraguay, escrita por un discípulo suyo, Córdoba (Argentina): Universidad Nacional de Córdoba.
- Miranda, Margarida (1996): «Uma «paideia» humanística: a importância dos estudos literários na pedagogia jesuítica do séc. VXI», *Humanitas* XLVIII, pp. 223-256.
- Mörner, Magnus (1994): «Die Ausweisung der Gesellschaft Jesu aus Spanisch-Amerika im Lichte neuer Quellen», em: Mörner, Magnus: *Lateinamerika im internationalen Kontext*, München: R. Oldenbourg Verlag, pp. 1-20.
- O'Malley, John W. (1993): *The First Jesuits*, Cambridge: Harvard University Press.
- Pena, Sérgio D. J. (ed.) (2002): *Homo brasilis — aspectos genéticos, lingüísticos, históricos e socioantropológicos da formação do povo brasileiro*, Ribeirão Preto: Editora Funpec.
- Pena, Sérgio D. J. / Carvalho-Silva, Denise R. / Alves-Silva, Juliana / Prado, Vânia / Santos, Fabrício R. (2000): *Retrato molecular do Brasil*. *Revista Ciência hoje* 159, Abril 2000, pp. 16-34.
- Pereira, Magnus Roberto de Mello (1995): «Considerações sobre a ação urbanística do período pombalino», *Agora* (Santa Cruz do Sul) 1, 1, pp. 61-82.
- Pinto, Tiago de Oliveira (1986): «Notizen zur brasilianischen Kulturgeschichte», em: Pinto de Oliveira, Tiago (ed.): *Brasilien. Einführung in Musiktraditionen Brasiliens*, Mainz / London / New York / Tokyo [sic]: Schott.
- Pfeiffer, Wolfgang (1987): *DuMont Kunstreiseführer Brasilien*, Köln: DuMont Buchverlag.
- Quirino, Tarcízio do Rêgo (1966): *Os habitantes do Brasil no fim do século XVI*, Recife: Instituto de Ciência do Homem, Imprensa Universitária.
- Ribeiro, Orlando (1961): *Geografia e civilização: temas portugueses*, Lisboa: Instituto de Alta Cultura, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.
- Rosa, Maria Carlota (1999): «As línguas bárbaras e peregrinas do Novo Mundo segundo os gramáticos jesuítas: uma concepção de universalidade no estudo de línguas estrangeiras», em: Gärtner, Eberhard / Hundt, Christina / Schönberger, Axel (eds.): *Estudos de história da língua portuguesa*, Frankfurt/Main: TFM, pp. 173-229.
- Salles, Pedro (1971): *História da Medicina no Brasil*, Belo Horizonte: G. Holman.
- Silva, Lourival Ribeiro da (1978): «Os jesuítas e a assistência médica no Brasil colonial». *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* 318 (Janeiro-Março 1978), pp. 212-232.
- Silva, Maria Beatriz Nizza da (ed.) (1994): *Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil*, Lisboa / São Paulo: Verbo.
- Siqueira, João Baptista (1951): *Influência ameríndia na música folclórica do Nordeste*, Rio de Janeiro: Oficina gráfica da Universidade do Brasil.

- Siqueira, João Baptista (1978): *Os Cariris do Nordeste*, Rio de Janeiro: Cátedra.
- Thielemann, Werner (2001): «Introdução», em: Thielemann, Werner (ed.), pp. 7-10.
- Thielemann, Werner (ed.) (2001): *Século XVIII: Século das Luzes – Século de Pombal*, Frankfurt/Main: TFM.
- Trouche, Lygia Maria Gonçalves (s.d.): *O Marquês de Pombal e a implantação da língua portuguesa no Brasil. Reflexões sobre a proposta do Diretório de 1757* <http://www.filologia.org.br/anais/anais%20iv/civ12_9.htm> (página visitada a 10 de Julho 2004).
- Wilde, Guillermo (2003): «Poderes del ritual y rituales del poder: un análisis de las celebraciones en los pueblos jesuíticos de Guaraníes», *Revista Española de Antropología Americana* 33, pp. 203-229.

Guillermo Wilde (Buenos Aires)

**Algunas notas sobre la formación
del Estado jesuítico del Paraguay¹**

Desde el siglo XVII, las misiones jesuítico-guaraníes del Paraguay vienen apareciendo como tópico recurrente en la literatura histórica y de ficción. Ya en coincidencia con la formación de los primeros pueblos de misión, los jesuitas escribieron cartas edificantes difundiendo por el suelo europeo noticias sobre aquel apartado rincón de los dominios coloniales americanos. La escritura de los jesuitas estaba estrictamente condicionada por las máximas de la orden y generalmente se nutría del fervor religioso de los misioneros. Aunque frecuentemente mezcladas con datos imprecisos o relatos de ficción, muchas de estas informaciones son de gran valor etnográfico para el conocimiento de las sociedades nativas de aquel momento.

Las noticias sobre las misiones de guaraníes hicieron eco rápidamente en la medida que parecían una realización del imaginario europeo sobre un mundo cristiano utópico. Sin embargo, tempranamente las opiniones sobre las misiones guaraníes se polarizaron en torno de posturas ideológicamente contrapuestas asociadas con el apoyo o el rechazo hacia la Compañía de Jesús. De un lado, las posturas apologéticas estaban, como es lógico, claramente representadas en los escritos de los jesuitas que fueron variando a lo largo de los siglos XVII y XVIII. Son ejemplos, en este sentido, *Historias* como las de Lozano, Charlevoix, Del Techo y Muriel, a las que deben agregarse extensas cartas y relaciones como la bien conocida de José Cardiel. Las visiones idealizadas alcanzan su máxima expresión en escritores no jesuitas como Ludovico Muratori que en su conocida obra *El cristianismo Feliz* utilizó ampliamente la documentación producida por la orden. Más tarde, el jesuita José Peramás compararía la organización reduccional guaraní con la República de Platón. La tradición apologética tiene continuidad hasta el siglo XX en que escritores jesuitas como

1 Este trabajo se realizó en el marco de una beca de DAAD para realizar una estancia de trabajo doctoral en las ciudades de Hamburgo y Berlín entre febrero y mayo de 2003. Agradezco al Prof. Dr. Werner Thielemann la invitación que me hizo a participar del presente Congreso Internacional.

Mateos, Hernández o Furlong dedicarán sendas obras y recopilaciones de documentos referidas a los pueblos de misiones.

Como reacción a las posturas apologéticas surgirían las llamadas posturas “detractoras” que se formalizan especialmente durante el siglo XVIII. Estaban representadas por los escritores ilustrados que se manifestaban abiertamente en contra de la Compañía de Jesús, como símbolo del poder monárquico. Fueron ilustrados ibéricos –como el Marqués de Pombal en el caso de Portugal o el secretario Rodríguez de Campomanes en el caso de España– los que con mayor fuerza atacaron a los jesuitas. Incluso no es difícil suponer que detrás de sus diatribas se diseñaba el plan para la expulsión de los jesuitas de todos los dominios americanos, lo que ocurrió en 1767, y la posterior supresión de la orden. No obstante hay que destacar que, por contraste con los ilustrados ibéricos, los de origen francés, dentro de un tono generalmente hostil hacia la Compañía de Jesús, guardaron cierta ambigüedad con respecto a la experiencia paraguaya. Tal es el caso de Voltaire o Montesquieu, quienes elogiarán abiertamente a las misiones jesuíticas en sus obras más conocidas.

En el siglo XIX las ambigüedades ideológicas se prolongarán, trocándose en algunos casos en reivindicación abierta por parte de diversos exponentes de los movimientos románticos, en los que reiteradamente se recurre a las reducciones como ejemplo de sociedad utópica. Entre los alemanes deben mencionarse a Eberhard Gothein, quien publica en 1887 *Der Christlich-soziale Staat der Jesuiten in Paraguay* tratando de confrontar la experiencia jesuítico-guaraní con la utopía de Campanella. Años más tarde, las reducciones fueron inspiradoras de las ideas socialistas del escocés Cunningham Graham, uno de los fundadores del partido laborista, quien escribió el opúsculo *A Vanished Archadia*, íntegramente dedicado a reivindicar la labor de los jesuitas en el Paraguay.

Coincide con el inicio del siglo XX la publicación de la bien conocida obra de Leopoldo Lugones, *El Imperio Jesuítico*, claramente opuesta a los jesuitas. Décadas más tarde el alemán Fassbinder publica *Der Jesuitenstaat in Paraguay* (1926) y el austriaco Fritz Hochwaelder *Das Heilige Experiment* (1941). En el contexto de la Segunda Guerra Mundial el religioso suizo Clovis Lugon publicó su obra *La république communiste-chrétienne des Guaranis (1609-1768)*. En los años ochenta el debate se reabre con la película *The Mission*, producto de gran calidad estética, pero donde los límites entre ficción y realidad

histórica, como ya lo han señalado varios autores, resultan difíciles de distinguir.² Aún en los años noventa el tema jesuítico-guaraní se actualiza a partir de la recuperación de la historia guaraníco-jesuítica para la construcción de identidades transnacionales y bloques regionales como el MERCOSUR.³

A partir de estos ejemplos se constata que la apelación a las misiones jesuíticas de guaraníes como objeto de imaginación histórica y la contraposición entre posturas apoloéticas y detractoras fue una constante en los últimos tres siglos. Hay que subrayar que, más allá de los enfrentamientos de posturas que predominaron en esta literatura, hubo cierto consenso en concebir a la organización política guaraníco-jesuítica como un “Estado”, “República” o “Imperio”. Pero la utilización que los autores y el sentido común suelen hacer de estos términos es generalmente laxa y carece de definiciones precisas. Es casi seguro que esas imágenes grandilocuentes sobre la organización jesuítico-guaraní fueron inspiradas en la inusitada envergadura que ésta alcanzó para el siglo XVIII. Reseñemos algunas de sus características.

Entre 1609 y 1707 los jesuitas fundaron alrededor de 50 pueblos en las regiones de Guairá, Acaray-Iguazú, Itatín y Tape hasta quedar establecidos 30 de manera permanente en las regiones del Paraná y Uruguay. Cada pueblo poseía formas de gobierno y administración autónomas controladas por los jesuitas y los líderes indígenas. Con el objeto de evitar el contacto de la población indígena con la española, los religiosos defendieron acérrimamente una política de segregación sociocultural basada en la separación residencial y el mantenimiento de la lengua nativa.⁴ La lengua guaraní se convirtió en la lengua general utilizada no sólo para la predicación y la comunicación cotidiana en las reducciones sino también para las transacciones económicas de toda la comarca.

Sin embargo, pese a esa segregación sociocultural, las reducciones no se encontraban aisladas. Participaban ampliamente en el comercio de diversos productos en toda la región del Río de la Plata, en particular la yerba mate y los cueros (Mörner 1985; Garavaglia (1983). En

2 Para una evaluación crítica de la película ver especialmente los artículos de Ganson (1994) y Haubert (1993).

3 Para una síntesis de las posturas los trabajos de Alvarez Kern (1979), Armani (1984; 1987), Cro (1991; 1992), Mörner (1984).

4 Sobre la política de segregación ver especialmente los trabajos de Magnus Mörner (1965; 1985).

estas actividades económicas debe destacarse, especialmente en el siglo XVIII, el rol jugado por las inmensas estancias que facilitaron una importante expansión territorial y demográfica. En efecto, el crecimiento económico se manifestó rápidamente en el aumento demográfico de los pueblos que en su conjunto superaron las 140.000 personas hacia la tercera década del siglo XVIII.⁵

Si bien estos datos son elocuentes y hasta cierto punto permiten comprender las imágenes que se generaron en torno a esta organización política y económica, las posturas dicotómicas esbozadas arriba han tendido a crear una imagen excesivamente simplificada sobre las relaciones de poder entre indígenas y jesuitas dentro de las reducciones. La utilización de un concepto como el de Estado no sólo ha creado la idea de un aislamiento de esta organización, sino que ha subrayado casi exclusivamente sus elementos de coerción dejando de lado la complejidad de las prácticas políticas concretas. El resultado fue concebir al régimen misionero, o bien como un opresivo sistema esclavista, o bien como un beneficioso régimen civilizatorio. Esta visión también ha obturado el análisis de la participación y respuestas indígenas en la formación de las reducciones tendiendo a concebir a la población indígena como sector homogéneo y pasivo.

Una de las preguntas que más fascinan y cuya respuesta constituye todavía una incógnita, es cuál fue el origen de esta singular organización sociopolítica y cómo se mantuvo a lo largo de tantos decenios. ¿Cómo se formó la organización sociopolítica guaraníco-jesuita a partir de grupos caracterizados por tendencias políticas marcadamente segmentarias? ¿Cómo se explica la transformación ocurrida en el seno de la organización política nativa permitiendo la incorporación de instituciones coloniales como el cabildo? En otros términos, ¿cómo es que el prestigio individual de determinados personajes devino, en el mediano plazo, una posición estática en la estructura social colonial, un cargo hereditario y vitalicio dentro de una jerarquía establecida? Más conceptualmente: ¿cómo se separó la función política del cuerpo social para pasar a situarse en una estructura externa, el sistema colonial?⁶ Conviene partir de una breve reseña sobre la organización polí-

5 Sobre demografía de las reducciones ver Maeder / Bolsi (1974; 1976).

6 La separación de la política del cuerpo social es la reflexión en torno de la cual giran varias reflexiones de la antropología política prácticamente desde sus orígenes. Para el caso guaraní ver P. Clastres (1974).

tica prejesuítica y un esbozo de las respuestas que algunos antropólogos han intentado dar a los interrogantes planteados.

Los grupos indígenas que se incorporaron a la vida reduccional se caracterizaban por fuertes tendencias hacia a la segmentación política y resistían toda forma de centralización política permanente. A la llegada de los españoles, los guaraníes estaban organizados socialmente en familias extensas o “linajes” llamados *teyy*, que contaban de 40 a 90 hombres (200-350 personas aproximadamente) y que residían en pequeños grupos autónomos diseminados en grandes casas o *malocas*. El *teyy* constituía la unidad económica y política básica caracterizada por un importante grado de autonomía. En un nivel superior de organización política se encontraba el *teko'a*, que podía ser una aldea o un conjunto de aldeas. Resulta difícil distinguir estos dos primeros niveles ya que con frecuencia se confunden en las fuentes. Cada uno de ellos poseía su propio líder (*ruvicha* o *mburuvicha*) que mantenía relaciones (de alianza o conflicto) con otros. La posición de estos líderes era flexible ya que podían acumular prestigio mediante la agregación de nuevos miembros para su grupo y de esta forma incrementar su rango. La reciprocidad y el parentesco eran los vínculos centrales entre los diversos *teyy* y *teko'a* (Susnik 1965: 198).

Antropólogos como Pierre Clastres (1974) y su esposa Hélène Clastres (1989) han estado entre los más activos en dar una respuesta al interrogante sobre los orígenes del régimen misionero. Según argumentan, entre los grupos tupí-guaraníes habría existido una división original al momento de la llegada de los jesuitas que enfrentaba a los *mburubicha* o líderes regionales que acumulaban poderes más allá de lo aceptado tradicionalmente por el grupo y los *karai*, líderes religiosos o profetas que vaticinaban un futuro de despotismo en las pretensiones de los primeros y alentaban a la sociedad a prepararse espiritualmente para alcanzar la “tierra sin mal”. Los jesuitas, afirma Hélène Clastres, se habrían aliado con los *mburubichá* para destruir a los *karai* cumpliendo de esta forma la profecía largamente anunciada. La documentación jesuítica refiere reiteradamente a estos enfrentamientos y disputas que los misioneros habrían utilizado a su favor deviniendo ellos mismos los nuevos líderes religiosos en reemplazo de los antiguos shamanes guaraníes.⁷

7 Sobre este proceso y los numerosos movimientos de resistencia y rebeliones que generó entre los líderes guaraníes la formación de reducciones ver los trabajos de

Si bien el sugerente argumento de Hélène Clastres se sustenta en evidencias históricas, no está exento de simplificaciones. Como la misma autora reconoce, la separación entre *karai* y *mburubichá* exhibe cierta ambigüedad, ya que el proyecto de los *karai* era en sí mismo un proyecto de concentración de poder. Además, la distinción entre la función política y la religiosa era muy difusa en estas sociedades. Por otra parte, la referencia a las sociedades tupíes y guaraníes como conjuntos homogéneos conlleva también una simplificación excesiva, sobre todo para los primeros tiempos de la conquista o la llegada de los jesuitas a la región en que la multiplicidad de grupos y la variabilidad de respuestas fue considerablemente grande.

La interpretación de los Clastres sobre los orígenes de la organización política jesuítico-guaraní está enfocada casi exclusivamente en los aspectos internos de las sociedades tupí-guaraníes pero las circunstancias externas son generalmente dejadas de lado. Entre éstas deben tenerse en cuenta básicamente tres. La primera es el avance de las huestes de esclavistas de San Pablo, llamados *bandeirantes*, que comenzaron a ocupar rápidamente el interior con el propósito de capturar esclavos para el trabajo en las plantaciones de azúcar primero y más tarde en las minas de oro halladas en Minas Gerais. La segunda es el crecimiento político de la sociedad criolla paraguaya, en particular, de los encomenderos de Asunción que reclamaban prerrogativas sobre la población indígena y disputaban su control con la corona española y los misioneros jesuitas. La institución de la encomienda había tenido consecuencias nefastas para la población indígena que se vio disminuida de manera considerable. La tercera circunstancia, de orden más global, es en parte consecuencia directa de las dos primeras. Se trata de la necesidad de la Corona española de contener el avance de los sectores mencionados y proteger a la población tributaria. La Corona veía un riesgo en el crecimiento de la autonomía del sector encomendero de la ciudad de Asunción y, después de 1640, año en que se dividen Portugal y España, un riesgo en la expansión de los portugueses hacia el sur con el consecuente aumento de las actividades de contrabando (Bakewell 1998).

Necker (1990), Haubert (1991), Meliá (1986; 1991) y Rípodas Ardanaz (1987) y Susnik (1979-80). Estos movimientos cuentan con antecedentes en el siglo XVI (Roulet 1993).

Entre estas circunstancias generales debe tenerse en cuenta la creación del Colegio de *Propaganda Fide* en Roma y de la Provincia Jesuítica del Paraguay (en 1604), que aumentaron considerablemente el poder de la Compañía y apuntalaron el proceso iniciado pocos años antes. La actividad de los jesuitas en el Paraguay fue precedida en varios años por los franciscanos que fundaron varios pueblos de guaraníes. A diferencia de éstos, una de las características fundamentales del modelo jesuita sería la total separación residencial de los indígenas respecto de los enclaves españoles.⁸ En la definición del modelo jesuita influyeron las Ordenanzas del Oidor Francisco de Alfaro de las que los jesuitas hicieron uso estricto a partir de entonces.

Es necesario pasar en limpio una periodización de la historia de las reducciones guaraníes. Para ello deben tenerse en cuenta, entre otros factores, la demografía, la economía y la influencia de determinados jesuitas. Por las razones descritas, las reducciones no se constituyeron como organización estable hasta el siglo XVIII.⁹ Casi simultáneamente con la fundación de las primeras reducciones en la región del Guayrá comenzaron los ataques *bandeirantes* que caracterizarían las tres primeras décadas.¹⁰ En 1632 fueron saqueadas las reducciones del Itatín mientras que las reducciones del Uruguay o Tape fueron invadidas varias veces entre 1636 y 1641. Gran parte de la población debió ser trasladada a sitios menos riesgosos. En esas transmigraciones se perdió más del 80% de la población originaria (Susnik 1979-80: 172). Los ataques *bandeirantes* disminuyeron a partir de 1641, año en que las recientemente formadas milicias guaraníes los derrotaron en la conocida batalla de *Mbororé*.

Entre 1641 y 1690, el espacio de las reducciones quedó limitado a lo que es actualmente la región de la mesopotamia argentina. Esta etapa tuvo como objetivo relocalizar a la población de las regiones invadidas en sitios más seguros. De los 40 pueblos originales quedaban sólo 22, de los cuales 6 eran originarios de esa región y los otros

8 Los franciscanos que definieron el primer modelo reduccional de la región utilizando algunas características de las antiguas aldeas guaraníes de la región. Ver Garavaglia (1987) y Necker (1990).

9 Sobre la actividad jesuítica en esta zona y las transmigraciones ver Susnik (1979-80) y los Manuscritos de la Colección de Angelis, compilados por Jaime Cortesao.

10 En la cesión del Guayrá, los pueblos españoles de Ciudad Real y Villa Rica quedaron en manos portuguesas.

16 eran transmigrados de las zonas de Iguazú, Guayrá, Itatines y Uruguay. Fueron ubicados sobre los Ríos Paraná y Uruguay, constituyendo dos regiones más o menos delimitadas. Otra etapa comprende el período entre 1690 y 1732 en que se produce una expansión hacia el oriente del Río Uruguay con la fundación de siete nuevos pueblos y la consolidación del espacio misional.

En la segunda mitad del siglo XVII se habían formado dos vaquerías para abastecer de ganado a las reducciones y varios pueblos formaron estancias al este del Río Uruguay. La población y el territorio misioneros crecieron de manera sostenida hasta 1732 en que se registra el número más elevado de población. Sin embargo, en esa década, pocos años después, se produjo la crisis demográfica más severa de la historia de los pueblos que acarrió un descenso abrumador de la población guaraní reducida a la mitad en pocos años.¹¹ Si bien a partir de 1740 las reducciones comenzaron a recuperarse y la actividad misional se incrementó, la expansión territorial de las misiones guaraníes se detuvo en los límites alcanzados hasta entonces. En 1750 se firmó el conocido *Tratado de Madrid* que afectó especialmente a la demografía de los siete pueblos al oriente del Río Uruguay. Esta última etapa concluye con la expulsión de los jesuitas de los pueblos en 1768.¹²

En buena medida, la estabilidad de las reducciones era tributaria de la acción personal de los Procuradores jesuitas ante la Corona española enviados con frecuencia a Europa para mediar a favor de los pueblos y obtener beneficios. En el siglo XVII, estos procuradores consiguieron la exención del tributo por varias décadas y de diezmos por todo el período, la autorización para armar militarmente a las reducciones y evitar el servicio a los encomenderos. El éxito mayor ante la Corona llegó con la llamada “Cédula Grande” que concedía importantes privilegios para las reducciones en reconocimiento a sus apoyos en acciones bélicas y económicas de la zona.¹³

11 De acuerdo a los datos relevados por Maeder / Bolsi (1974), la población misionera cayó entre 1732 y 1740 de 141.182 a 73.910 (ver también cuadros de Maeder / Bolsi 1976). En la actualidad, la historiografía discute las causas de esta crisis. La disminución se atribuyó tradicionalmente a las epidemias, los servicios militares prestados para el sofocamiento de la rebelión de los comuneros y los servicios públicos, las hambrunas y las invasiones de indígenas no cristianos.

12 Pero debe destacarse que actualmente la periodización constituye un punto sujeto a debate en la historia de los pueblos guaraníes misioneros, particularmente en lo que refiere a la arquitectura y la imaginería (Sustersic 1999).

13 Sobre el tema ver Mörner (1967; 1985).

Hecha esta síntesis hay que subrayar que el “guaraní misionero” fue hasta cierto punto una “comunidad imaginada” que a lo largo de 150 años se definió como categoría de adscripción de los diversos grupos que pasaron a formar parte de las reducciones. A su vez las reducciones constituyeron una “tradición inventada” a partir de un conjunto de prácticas económicas, políticas y simbólicas que se estandarizaron con el correr de los años resignificando antiguos valores y prácticas de los grupos nativos. Las reducciones albergaron población muy diversa dentro de la cual los guaraníes eran probablemente la mayoritaria, pero de ninguna manera la única. La preferencia de los jesuitas hacia estos grupos probablemente tuvo que ver con algunas características económicas que les permitían adaptarse mejor a la forma de vida sedentaria. Todavía queda mucha investigación por hacer en este terreno. De momento, parece estéril discutir sobre la existencia de una identidad guaraní primordial en la medida que toda identidad está sujeta a circunstancias históricas específicas. Por otra parte, la identidad étnica se crea en el contexto de relaciones intergrupales y adquiere sentido en el marco de otras modalidades de identificación individual y colectiva.¹⁴

El argumento según el cual los jesuitas habrían hecho uso de disputas internas entre los líderes indígenas para erigir el régimen misionero está documentado y resulta bastante convincente en la medida que responde al menos parcialmente el interrogante sobre los orígenes. Pero todavía se mantiene la incógnita sobre cómo fue la naturaleza de las relaciones de poder entre indígenas y jesuitas y cuál fue el funcionamiento concreto del liderazgo dentro de las reducciones. ¿Cómo se las arreglaron los jesuitas para incorporar y mantener cohesionados a grupos indígenas caracterizados por fuertes tendencias a la segmentación política y en algunos casos a la guerra? ¿Cómo es que dos jesuitas podían controlar una población que llegaba a superar en algunos casos las 5.000 personas?

Mi propia argumentación explora básicamente tres aspectos que, en principio, pueden ser planteados en forma de hipótesis o conjeturas. El primero es que los jesuitas influyeron en la creación de todo un lenguaje político funcional que integrara a los líderes al nuevo esque-

14 La literatura con respecto a la problemática de la etnicidad es sumamente amplia y expresa visiones muy divergentes bien conocidas por los antropólogos. En otro lugar he tenido ocasión de referirme a ellas (Wilde 2000).

ma logrando la cohesión interna. Este lenguaje, por un lado, integró la visión nativa de la autoridad a la peninsular y por otro creó divisiones internas entre los mismos indígenas, “dividir para reinar”. El segundo es que preservaron e integraron algunos rasgos fundamentales de la organización política y económica previa en la organización reduccional. En dicha organización, los caciques y sus cacicazgos poseyeron un rol económico claramente funcional. El tercero es que preservaron la autonomía de los diversos grupos indígenas que entraron a formar parte de las reducciones, en particular su organización cacical. Veamos pues algunos indicios que aparecen en las fuentes refrendando estas hipótesis.

El primer aspecto, la intervención jesuita en la creación de un lenguaje político, fue eficaz para lograr identificaciones colectivas en torno de las instituciones políticas y figuras de autoridad ibéricas resituando los conceptos nativos tradicionales en un nuevo contexto de relaciones políticas. En este sentido fueron comunes las resemantizaciones y neologismos. Por ejemplo *angatuä* o *angaturäna*, que significaba “cosa hermosa, de buena presencia” y “honrado principal”, pasó a designar también a las nuevas autoridades: *Che cheangaturä* pasó a significar “soy principal”. *Mburuvicha*, que significaba originalmente “el que contiene en sí grandeza”, dejó de hacer referencia exclusiva a los líderes indígenas, aplicándose también a las autoridades de ultramar como el Rey y otras figuras del sistema monárquico ibérico. Así, *Mburuvicha vete* aludió al rey, *Mburuvicha vete ra’y* al príncipe, *Mburuvicha vete ra’yra* a la princesa, *Mburuvicha vete rembireko* a la reina y *Mburuvicha vete renda vusu* al trono o tribunal.¹⁵

También influyó la instalación de una institución como el cabildo en cada pueblo, con un conjunto de cargos y jerarquías políticas ejercidas por los mismos indígenas. Dado que esta institución iba directamente asociada a la portación y exhibición de insignias y al despliegue de ceremonias públicas de considerable boato, es probable que los líderes guaraníes misioneros rápidamente adoptaran los nuevos cánones y buscaran legitimarse por esa vía. El ejercicio de cargos u oficios de alguna especie constituía una nueva fuente de prestigio que fue valorada por la población en general. Esto conllevó una complejización de las modalidades de autoridad tradicional basadas en atributos

15 He tomado todas estas referencias de un estudio de Graciela Chamorro (en prensa).

como la oratoria, la generosidad y el prestigio guerrero. Los líderes comenzaron a competir entre sí por el control de espacios de poder y prestigio asociados directamente al cargo de cabildo.

De todas formas, la organización jesuítico-guaraní generó una división entre las formas de autoridad tradicional y las nuevas. En torno del cabildo se gestaba una “casta burocrática” afín a los jesuitas. Sin embargo, los límites entre ambas formas de autoridad no eran siempre claros. Así pues, las reducciones llegaron a constituir un sistema político híbrido en el que se combinaban formas de autoridad tradicional, basadas en atributos personales de los líderes negociados con el grupo y formas de autoridad ligadas a instituciones coloniales como el cabildo. Ambas formas producirían muy pronto una serie de tensiones que se prolongarían durante todo el período jesuítico y aún después del mismo.

En segundo lugar, constituye un aspecto de importancia fundamental la integración de algunos rasgos de la organización política y económica previa. Como se sabe, la organización cacical poseía una funcionalidad económica en los tiempos prehispánicos. Dicha funcionalidad se mantuvo, por ejemplo, en la organización de las faenas de los pueblos, como permite constatar el siguiente documento:

Los Caciques deben llevar a sus Mboyas al trabajo a que se les destina, y cuidar de que trabajen, y uno de los Mandarines es preciso para obligar que los caciques cumplan con su encargo y aún es indispensable que a todos los trabajos recorra el Corregidor o el Administrador (si no se meten a caballeros, con la gran autoridad que se toman) y busca un capataz español a costa del Pueblo para estarse quietos y sosegados.

Lo mismo sucede con las Chacras particulares estas se hacen por cacicazgos, y el cacique es responsable de que cada uno de uss Mboyas haga su chacra en los días que tienen señalados por el gobernador para su propia utilidad que con arreglo, a las leyes y a su antigua costumbre, se los asigne a saber en tiempo de sementeras, y cosechas tres días cada semana, y tres para la comunidad, y en los demas tiempos le son suficientes dos días en la semana pero es Indispensable que se recorran y reconozcan los cacicazgos a ver si gustan el tiempo ociosamente, y tomar razón de las primeras chacras, corregir a los flojos y cuidar que hagan las otras chacras siendo conveniente y necesario que el común y los Particulares tengan buenas sementeras, por que lo uno, sin lo otro nada sirve, los Amd con título de que no trabajan en los días que se les señala [...]. (Zavala [1784] 1941: 169).

La cita, posterior en pocos años a la expulsión de los jesuitas, refiere a varias autoridades nativas encargadas de controlar el trabajo de la población en las tierras asignadas para el común del pueblo, lo que

en guaraní era denominado como “tupambaé”. Como se infiere de la cita, el término nativo “mboya” aludía a los miembros del cacicazgo ligados por parentesco al cacique. En la documentación jesuítica el término “mboyá” aparece generalmente traducido como “vasallo” o “súbdito”, pero tal traducción posee una connotación excesivamente estática para el modo como los indígenas acostumbraban a concebir sus relaciones de autoridad. La cita también alude a las chacras particulares o “abambaé” destinadas para el uso exclusivo de cada cacicazgo. Esta era la modalidad tradicional de explotación económica de los guaraníes destinada a la autosubsistencia que se mantuvo de manera paralela en los pueblos de reducción. En conclusión, el cacicazgo continuaba operando como organizador de la actividad económica en los pueblos tanto al nivel de la producción de excedentes en las tierras comunales como en la producción de bienes de subsistencia en las tierras particulares.

El tercer y último aspecto que debe considerarse es la preservación de la autonomía política de los grupos integrados a las reducciones. Algunos indicios llevan a pensar que los cacicazgos prejesuíticos fueron incorporados a las reducciones manteniendo un grado importante de independencia unos de otros. En este sentido nos aporta datos el jesuita Cardiel al señalar que en cada pueblo hay varias parcialidades o tribus que se distinguen por nombres de santos y que cada una de éstas posee entre cuatro y seis cacicazgos, siendo cabildante su jefe. Cada cacicazgo está constituido por hasta cuarenta personas que colaboran con el cacique en los trabajos comunales y particulares guardándole respeto (Cardiel [1747] 1918/19: 474).

Como ya ha señalado Branislava Susnik basándose en una amplia documentación, estos grupos cacicales eran generalmente reacios a las mezclas por lo que solían vivir segregados residencialmente. El ya referido funcionario Zavala nos ilustra con bastante elocuencia este punto:

[...] *cada Cazicasgo havita en los pueblos en unos Galpones o filas de casas de igual medida y proporcion*, cubiertos de texa, con corredores por todos costados que sirven de transito: Estos galpones separados con igual distancia componen las calles, y forman la Plaza; cada Galpon se divide en varios pequeños aposentos, cada uno de los cuales ocupa una familia de las pertenecientes a aquel Cazicasgo, y según lo numeroso de el, así tiene mas, o menos Galpones, el Cazique cuando se le pregunta, que Mboyas tiene, Responde tengo tantas filas de casas, o Galpones para que se conceptúe su número [...] (Zavala [1784] 1941: 162).

Como bien nos revela esta cita, la autonomía política de los cacicazgos se traducían en la organización urbana de los pueblos. Varios documentos en muchas décadas posteriores a la expulsión indican que los cacicazgos mantuvieron su autonomía evitando las mezclas. Como ya se ha visto en la cita de Cardiel, en los tiempos jesuíticos éstos comenzaron a identificarse con símbolos cristianos como las imágenes de santos que, a su vez, permitían diferenciarlos entre sí.

Ahora bien, parece una contradicción sostener que los cacicazgos mantenían su autonomía (lo que en buena medida remite a la antigua tendencia a la fisión) y que simultáneamente convivían de manera pacífica en un mismo pueblo varios de ellos. ¿Cómo era posible pues la cohesión si se mantenían esas tendencias intrínsecas a la fisión política?

Creo que una respuesta provisoria para este interrogante puede encontrarse en la indagación sobre dos actividades que constituyeron el centro de la vida cotidiana de las reducciones, el ritual y la guerra. Ambas prácticas, heredadas de la organización de los grupos prehispánicos, fueron resemantizadas para servir a la cohesión interna de los pueblos. Ritual y guerra eran articuladores centrales de la identidad guaraní misionera que hacían posible la cohesión interna evitando las tendencias también intrínsecas a la fisión. Ambas actividades contribuían a definir un sentido de pertenencia colectivo basado en la afirmación de la cohesión interna y la confrontación externa. Las fiestas ligaban la identidad de un pueblo a un conjunto de símbolos y valores cristianos, más allá de la pertenencia a un cacicazgo, al tiempo que realimentaban redes recíprocitarias y parentales entre sus miembros y entre pueblos. Las guerras, que podrían haber constituido un factor disruptivo en los pueblos al enfrentar a los cacicazgos entre sí, fueron hábilmente desplazadas hacia los enemigos de las reducciones, los portugueses durante todo el período de existencia de las reducciones (Wilde 2003); Meliá 1987).

Estas dos prácticas deberán seguirse indagando para comprender el funcionamiento de la organización política conocida como “Estado jesuítico del Paraguay”.

Bibliografía

- Alvarez Kern, Arno (1979): A “unidad política” dos trinta povos, en: *Estudios Iberoamericanos* I, pp. 65-104.
- Armani, Alberto (1984): “Philosophers’ dreams and historical reality in the Jesuit ‘State’ of Paraguay (XVII and XVIII centuries)”, en: *Paraguay. Referate des 6. interdisziplinären Kolloquiums der Sektion Lateinamerika des Zentralinstituts 06*, München: Wilhelm Fink Verlag, pp. 21-41.
- Armani, Alberto (1987): *Ciudad de Dios y Ciudad del Sol. El “Estado” jesuita de los guaraníes (1609-1768)*, México: Fondo de Cultura Económica.
- Bakewell, Peter (1998): *A history of Latin America: empires and sequels 1450-1930*, Oxford: Blackwell.
- Cardiel, José ([1747] 1918/19): “Costumbres de los Guaraníes”, en: Muriel, Francisco (ed.): *Historia del Paraguay desde 1747 a 1767*, Madrid: V. Suárez, pp. 462-544.
- Chamorro, Graciela (en prensa): “Una etnografía Histórica de los guaraníes reducidos en las primeras décadas de la Misión Jesuítica en Paraguay”. Actas de las *VIII Jornadas Internacionales sobre las Misiones jesuíticas, Encarnación (Paraguay)*: Universidad Católica de Encarnación.
- Clastres, Pierre (1974): *La société contre l’État*, Paris: Minuit.
- Clastres, Hélène (1989): *La tierra sin mal*, Buenos Aires: Ed. del Sol.
- Cro, Stelio (1991): “Muratoria, Charlevoix, Montesquieu, and Voltaire: ‘Four views of the Holy Guaraní Republic’”, en: *Dieciocho* 14 (1-2), pp. 113-123.
- Cro, Stelio (1992): “Empirical and Practical Utopia in Paraguay”, en: *Dieciocho* 15 (1-2), pp. 171-184.
- Ganson, Barbara (1994): “‘Like Children under Wise Parental Sway’: Passive Portrayals of the guaraní Indians in European Literature and The Mission”, en: *Colonial Latin American Historical Review* 3 (4), pp. 399-422.
- Garavaglia, Juan Carlos (1983): *Mercado interno y economía colonial. Tres siglos de la yerba mate*, México: Grijalbo.
- Garavaglia, Juan Carlos (1987): *Economía, sociedad y regiones*, Buenos Aires: Ed. de la Flor.
- Haubert, Maxime (1991): *La vida cotidiana de los indios y jesuitas en las misiones del Paraguay*, Madrid: Ed. Temas de hoy.
- Haubert, Maxime (1993): “Jesuitas, indios y fronteras coloniales en los siglos XVII y XVIII: Algunas notas sobre las reducciones del Paraguay, su formación y su destrucción final”, en: *Folia histórica del Noroeste* 10 (Resistencia, Chaco), pp. 5-23.
- Maeder, Ernesto / Bolsi, Alfredo (1974): “La población de las misiones guaraníes entre 1702 y 1767”, en: *Estudios Paraguayos* II (1), pp. 111-137.

- Maeder, Ernesto / Bolsi, Alfredo (1976): "Evolución y características de la población guaraní de las misiones jesuíticas. 1671-1767", en: *Historiografía. Revista del Instituto de Estudios historiográficos* 2, pp. 113-150.
- Meliá, Bartomeu (1986): *El guaraní conquistado y reducido. Ensayos de etnohistoria*, Asunción: Centro de Estudios Antropológicos, Universidad Católica Ntra. Señora de Asunción.
- Meliá, Bartomeu (1991): *El guaraní (experiencia religiosa)*, vol. XIII, Asunción: Imprenta salesiana.
- Mörner, Magnus (1965): "¿Separación o integración? En torno al debate dieciochesco sobre los principios de la política indigenista en Hispanoamérica", en: *Journal de la Société des Américanistes* 54, pp. 31-45.
- Mörner, Magnus (1967): "The Cedula Grande of 1743", en: *Jahrbuch für Geschichte von Staat, Wirtschaft und Gesellschaft Lateinamerikas* 4, pp. 489-505.
- Mörner, Magnus (1984): "Experiencia jesuita en el Paraguay: Los hechos y los mitos: lo corriente y lo peculiar", en: *Paraguay. Referate des 6. interdisziplinären Kolloquiums der Sektion Lateinamerika des Zentralinstituts 06*, München: Fink, pp. 65-79.
- Mörner, Magnus (1985): *Actividades políticas y económicas de los jesuitas en el Río de la Plata*, Buenos Aires: Hyspamérica.
- Muriel, Francisco (ed.): *Historia del Paraguay desde 1747 a 1767*, Madrid: V. Suárez.
- Necker, Louis (1990): *Indios guaraníes y chamanes franciscanos. Las primeras reducciones del Paraguay (1580-1800)*, Asunción: Biblioteca Paraguaya de Antropología, Centro de Estudios Antropológicos, Universidad Católica.
- Rípodas Ardanaz, Daisy (1987): "Movimientos shamánicos de liberación entre los guaraníes (1545-1660)", en: *Apartado de Teología XXIV* 50, pp. 245-275, Buenos Aires: Facultad de Teología de la Pontificia Universidad Católica Argentina.
- Roulet, Florencia (1993): *La resistencia de los guaraní del Paraguay, a la conquista española (1537-1556)*, Posadas: Ed. Universitaria, Universidad Nacional de Misiones.
- Susnik, Branislava (1965): *El Indio Colonial del Paraguay I: El Guaraní colonial*, Asunción: Museo Etnográfico "Andrés Barbero" (MEAB).
- Susnik, Branislava (1979/80): *Los aborígenes del Paraguay, II. Etnohistoria de los Guaraníes. Época colonial*, Asunción-Paraguay: MEAB.
- Sustersic, Bozidar Darko (1999): *Templos Jesuítico-Guaraníes*, Buenos Aires: Instituto de Teoría e Historia del Arte "Julio E. Payró", Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires.
- Wilde, Guillermo (1999): "¿Segregación o asimilación? La política indiana en América Meridional a fines del período colonial", en: *Revista de Indias* LIX 217, pp. 619-644.
- Wilde, Guillermo (2000): "Se hace camino al andar: el análisis de los procesos de formación de identidades socioculturales a fines del período colo-

nial”, en: *Memoria Americana, Cuadernos de Etnohistoria* 9, pp. 235-252.

Wilde, Guillermo (2003): “Poderes del ritual y rituales del poder: un análisis de las celebraciones en los pueblos jesuíticos de guaraníes”, en: *Revista Española de Antropología Americana* 33, pp. 203-229.

Zavala, Francisco Bruno de ([1784] 1941): “Oficio a Don Francisco de Paula Sanz”, en: Gonzalez, Julio Cesar: Un Informe del gobernador de Misiones, don Francisco Bruno de Zavala, sobre el estado de los treinta pueblos, en: *Boletín del Instituto de Investigaciones Históricas* 25 (85-88), pp. 159-187, Buenos Aires: Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires.

Harald Thun (Kiel)

Félix de Azara, los jesuitas y el guaraní

1. Félix de Azara, polemista y científico

Félix de Azara (1746-1821), natural de Barbuñales/Aragón, ingeniero militar de formación, delimitador de límites en el Río de la Plata por obligación y naturalista por vocación, es uno de aquellos autores que provocan la interpretación polémica de sus obras porque en sus escritos ya siembran ellos mismos la polémica. Al lado de esta actitud deliberada existe, en el caso de Azara, una segunda razón que alimenta la reacción agresiva en no pocos de sus lectores. Es el hecho de que en su vasta obra abundan las contradicciones. Buena parte de ellas no se deberán a una percepción frágil e inconstante del mundo o a una aplicación insegura de sus propios criterios sino que son el tributo que paga Azara a su temperamento polémico que estalla a veces, cuando nuestro autor enfrenta directamente a sus contrarios, en un verdadero furor. Ahora bien, aceptar el desafío que lanzó el mismo Azara y retorcerle sus propias incoherencias para desarmarlo es una táctica comprensible cuando aplicada por sus adversarios predilectos, los jesuitas.

Están, por otra parte, los que son como aliados naturales de Azara porque adoptan una posición muy crítica en el debate todavía no concluido sobre el alcance filosófico, teológico, político, económico, etnográfico y hasta lingüístico de la experiencia de las reducciones jesuíticas en América del Sur. Se une a esta corriente científica una latente aversión popular y tradicional contra la introducción de los jesuitas en los países por donde viajó Azara y entre los que se repartió, después de la independencia, el territorio histórico de las reducciones rioplatenses: Paraguay, Argentina, Uruguay y Brasil. Por este lado notamos mucha indulgencia para con las incoherencias de nuestro autor, actitud que va del olvido de ellas hasta la admiración incondicional de los aportes científicos de Azara.

Ninguna de las dos posturas puede ser la de la historia de la ciencia. Los críticos eclesiásticos y sus correligionarios tienden a disminuir hasta cero el valor científico de la obra de Azara. La instrumentalización de Azara por el campo anticlerical y antijesuítico implica, por el otro lado, la absolución de sus excesos polémicos, lo que tampoco es aceptable porque no hay que confundir estos ataques verbales con

palabras imprudentes que se le escapan a uno en el ardor de una discusión cara a cara con los adversarios. Son frases escritas en informes oficiales dirigidos al Rey o insertas en obras impresas o destinadas a la imprenta por un autor que organizaba su entrada en el mundo científico internacional de la época. No hay otra solución que tomarlas en serio y confrontarlas, tema por tema, con las partes no polémicas de la obra, siguiendo siempre la regla áurea de la interpretación simpatética.

Seleccionamos a este propósito, en la segunda parte de nuestro artículo, un tema lingüístico que se combina con otro biológico. Examinamos las observaciones metalingüísticas que formula Azara sobre el guaraní y el uso (“lengua objeto”) que hace de esta lengua en la descripción de la fauna rioplatense. Ni el primero ni el segundo de estos aspectos han sido tratados sistemáticamente, según parece, por los que han escrito sobre Azara. Sin embargo, los dos aspectos forman un lado importante de su labor y brindan al mismo tiempo un terreno propicio para la aplicación del método interpretativo que nos proponemos, o sea la separación de la polémica y de la observación fundada. En este campo de la combinación entre lengua y zoología, Azara rivaliza con los jesuitas. Esta constelación nos permite ir más allá de los comentarios que hace Azara sobre sus adversarios y ver cómo se combinan en su propia actividad científica lo dicho sobre los demás con lo hecho por él mismo. Veremos que hay como dos Azara.

2. Azara provocador de comentarios extremos

2.1 Admiradores

Para Bartolome Mitre, Azara es el [Alejandro de] Humboldt rioplatense:

Considerado como geógrafo, naturalista, etnólogo e historiador del Río de la Plata, es el Humboldt moderno de esta parte de América, que solo, sin estímulos, en medio de los desiertos, sin conocer más ciencias que las matemáticas y guiado por su genio observador, creó un sistema nuevo de clasificación zoológica, midió y describió gráficamente su territorio, estudió razas indígenas, revelando por decirlo así, un mundo desconocido y siendo el precursor de los que después han continuado su tarea (Mañé Garzón 1996: 18).

Entre los historiadores modernos de la ciencia, Fernando Mañé Garzón (1996: 188) realza, dentro de la obra de Azara, la parte etno-

gráfica y lingüística, destacando como características la visión sintética y la precisión de los detalles:

Su contribución etnográfica es con toda seguridad la más importante realizada en forma global y precisa. Si bien los naturalistas jesuitas contribuyeron con monografías fundamentales a la lingüística y la etnografía sudamericanas, lo hicieron sobre naciones o parcialidades aisladas, mientras que Azara supo describir objetivamente y con criterio científico las más importantes de ellas y dió a conocer, comparándolas, sus diferencias físicas, culturales y lingüísticas. Habrá que esperar la obra de Alcide d'Orbigny para encontrar un avance con respecto al aporte hecho por Azara.

Veremos más adelante cómo se manifiestan, en lo lingüístico, “la descripción objetiva” y “el criterio científico”, la comparación y la descripción pormenorizada.

Augusto Ocampos Caballero y M^a Rosario Rodríguez García, autores de una reciente biografía panegírica sobre Azara, encuentran también mucha precisión en las descripciones lingüísticas: “El lenguaje es estudiado con meticulosidad, véase como ejemplo el de los guaraníes” (Ocampos Caballero/Rodríguez García 1995: 78). Reproducen, sin embargo, pocas páginas antes, el famoso pasaje (que nos ocupará más abajo) donde Azara compara el guaraní con el ladrido de los perros (Ocampos Caballero/Rodríguez García 1995: 74).

2.2 Adversarios

En el campo opuesto están, como es de esperar, los jesuitas. Citamos a dos autores modernos. El autor de la síntesis monumental sobre las reducciones jesuíticas *Organización social de las doctrinas guaraníes de la Compañía de Jesús* (2 vols., Barcelona 1913), el Padre Pablo Hernández, “religioso de la misma compañía”, dedica siete capítulos a los juicios que formula Azara sobre los jesuitas y el sistema reduccional (Hernández 1913, II: 338-406). Hernández lo considera, a pesar de algunos pocos “conceptos favorables” (título del cap. 237), como uno de los más porfiados adversarios de los jesuitas, reprochándole en sus descripciones “enormidades é invenciones” (título del cap. 239). Ante tal resultado desastroso intenta al final, con psicología no muy bien intencionada, explicar esta actitud como característica de la época en general y del ambiente familiar de Azara en particular:

Increíble parecería, si no estuvieran escritas é impresas sus obras, el cúmulo de afirmaciones falsas, absurdas é inventadas que amontonó D. Félix de Azara, tratándose de los Jesuitas (Hernández 1913, II: 388).

[...] sin equivocación puede decirse que apenas hay afirmación de Azara en lo que toca á Jesuitas y Guaraníes, que no sea errónea (Hernández 1913, II: 392).

Azara nació y vivió en una época en que era lo corriente decir todo el mal posible de los Jesuitas [...] tuvo por hermano á D. Nicolás de Azara, que se cuenta entre los más encarnizados enemigos de los Jesuitas. Venido á América, vivió muchos años en la Asunción del Paraguay, donde estaban arraigados los encomenderos. Todo esto explica que sus juicios respecto de los Jesuitas sean los de un enemigo (Hernández 1913, II: 397).

Para invalidar los aportes científicos de Azara, Hernández se complace a reproducir la opinión de algunos contemporáneos suyos, especialistas no jesuitas. Avanza el dictamen del historiador Francisco Bauzá que elogia “la parte geográfica” en la obra de Azara, critica “la parte histórica” y reduce la “parte etnográfica” a poca cosa: “Escaso valor tienen sus observaciones sobre los indígenas del Plata” (Bauzá, n. 6, cit. Hernández 1913, II: 398). Más severo todavía es el parecer del escritor paraguayo Manuel Domínguez para quien Azara es como un intocable de la ciencia:

La crítica ha despedazado á Azara, y tan despedazado le ha dejado, que entre los entendidos, es de mal agüero tomarle por guía, así en etnología como en historia (Domínguez 11, cit. Hernández 1913, II: 399).

Nuestro contemporáneo, el conocido especialista de la historia de los jesuitas en el Paraguay y del guaraní, Bartoméu Melià, continúa por un lado la vehemente reacción jesuita contra los ataques de Azara, caracterizando, en breves notas bibliográficas sobre dos obras importantes de nuestro autor, su interpretación del Paraguay como “Visión colonialista y tendenciosa del proceso paraguayo”, que “ha tenido una enorme influencia en la ideología actual del Paraguay; antiindígena y racista”. Azara es “malísimo historiador”, ofrece, sin embargo “datos de interés, sobre todo en el campo de la ‘historia natural’” (Melià 1990: 114).¹ Por el otro lado, Melià suaviza el juicio tradicionalmente severo que acabamos de conocer, cuando pasa a utilizar informaciones sobre detalles étnicos, lingüísticos y sociolingüísticos que le brinda la obra de Azara. Así, la mencionada comparación del guaraní con el ladrido de los perros la ve, con cierta indulgencia, como “burla de mal

1 “Orientaciones bibliográficas”, aquí sobre Azara (1847a; 1998).

gusto” (Melià 1992: 23). En otro contexto, Melià (2003: 97) concuerda por lo menos en parte con Azara cuando éste reduce la competencia lingüística de los padres jesuitas, en cierta fase de la misión, a la aplicación repetida de algunos pocos textos como el catecismo y algunas oraciones. Melià (1992: 61) identifica el problema expresivo de Azara como autor que puede tener razón en los hechos pero que se perjudica a sí mismo por su maña polémica: “La crítica hecha por Azara sobre este punto tendría su fundamento, por más que, tal como está formulada, se revelase falsa”. Por fin, no esconde su reconocimiento del interés y de la exactitud de las observaciones, diríamos de “sociología de las lenguas”, cuando Azara subraya que una de las diferencias más importantes entre los gobiernos de Buenos Aires y de Paraguay es el uso del castellano y del guaraní respectivamente precisando que hay bilingüismo “de los más cultos” (Melià 1992: 61) en la ciudad de Corrientes y que se da el caso curioso del uso del castellano entre los varones de Curuguaty y del guaraní en esta misma ciudad entre las mujeres.

Es esta dirección indicada por Melià, la de la distinción entre la expresión polémica y los hechos correctamente observados que nos parece señalar el buen camino hacia una interpretación más justa de la obra de Azara. Pero damos primero un espacio a nuestro autor mismo, después de haber escuchado las voces de los otros, o sea de sus admiradores o adversarios, voces que evidencian una fuerte tendencia hacia la incondicionalidad. La objetividad exige, además, que coloquemos a Azara en medio de sus colegas españoles contemporáneos, lo que haremos después de haber presentado a Azara por sí mismo.

3. Azara por Azara

3.1 Los principios de la observación directa y de la documentación crítica

Con orgullo justificado por los conocimientos adquiridos durante veinte años de estadía en el Río de la Plata, Azara declara que “no gusto de conjeturas, sino de hechos” (Azara 1998, X: 7),² que la información le viene de la observación directa: “Según he podido juzgar

2 Señalamos, para facilitar la comparación entre original y traducción, la división del texto por capítulos.

visitando todos los pueblos” (Azara 1847a, XIII: 18) o, donde no había posibilidad de acceso personal, que había acudido a fuentes originales y testigos fidedignos: “donde yo no he tenido ocasión de entrar, tomaré mi *Descripción* de los datos y noticias proporcionados por antiguos manuscritos o por personas que han visto a algunos de estos indios” (Azara 1998, X: 33).

3.2 Juicios de Azara sobre la obra de los Jesuitas

3.2.1 Juicios moderadamente positivos

Entre los religiosos que actuaban en el Río de la Plata, los jesuitas son, para Azara, los que mejor se ocupaban de sus indígenas reducidos:

[...] pero como los Jesuitas eran más hábiles, moderados y económicos, miraban á sus pueblos obra suya y como propiedad particular los amaban y procuraban mejorar (Azara 1847a, XIII: 19).

Ofrecían, dentro de lo que fuera posible después de haberse impuesto por la fuerza el contacto con los blancos, una tercera forma de convivencia de los indígenas con los europeos. Protegían a los guaraníes del abuso de la explotación de la mano de obra indígena que se practicaba en las encomiendas de los españoles y, a la vez, de los bandeirantes portugueses o “mamelucos”, valiéndose del terror que causaban las irrupciones de aquellos cazadores de esclavos:

Los Jesuitas libraron a sus pueblos de los encomenderos (Azara 1998, XIII: 129). [...] estos famosos pueblos jesuíticos debieron su formación más al miedo que los portugueses les inspiraban a los indios que al talento persuasivo de los jesuitas (Azara 1998, XIII: 121).

Comparada con la encomienda y la vida en la reducción, la esclavitud entre los portugueses era lo peor:

Los Guaraníes que cayeron en poder de los paraguayos y Jesuitas españoles fueron felices, porque se han conservado, multiplicado y adquirido alguna civilización, aunque no la que pudieran (Ms. de Río de Janeiro, Col. Angelis, cit. por Hernández 1913, II: 388).

En la jerarquía de las tres formas de vida indígena bajo el mando de los europeos, la reducción jesuítica se destaca como la mejor, la menos dura:

Es menester convenir en que aunque los padres mandaban allí en un todo, usaron de su autoridad con una suavidad y moderacion que no puede menos de admirarse. A todos daban su vestuario y alimento abundante.

Hacian trabajar á los varones sin ostigarlos poco mas de la mitad del dia. Aun esto se hacia á modo de fiesta (Azara 1847a, XIII: 16).

Sin embargo, como buen sujeto de un rey que se esforzaba a modernizar la economía para aumentar la rentabilidad de sus estados, Azara convierte este elogio en crítica, al inicio moderada, después de más en más feroz:

Verdad es que si por un lado este menos de trabajo de los indios acredita la moderacion de los padres, no deja de ser por otro disminucion de la industria y del caudal de la nacion (Azara 1847a, XIII: 17).

Más vale la producción que el trato humano. Los padres jesuitas habrían sustraído parte de la fuerza laboral indígena a la economía del reino. Pero la verdadera causa, como veremos, no es la moderación de los padres sino el régimen comunitario. Este argumento tiene toda su actualidad para la época contemporánea de Azara porque todavía, a pesar de la expulsión de los jesuitas, no se había abolido de hecho la comunidad de los bienes en los pueblos de los indígenas.³ Este es el pecado capital de los jesuitas, la causa de una productividad que no llegó a la dimensión de lo que hubiera sido posible, y el origen de toda la miseria que existe en las reducciones después del año 1767. Es con este argumento económico, repetido en sus informes al Rey, que Azara entra en la polémica discusión sobre el futuro de los pueblos jesuíticos. En torno a la cuestión de la comunidad de los bienes se agudiza la crítica que Azara dirige a los jesuitas hasta convertir sus juicios en obvia exageración y hasta someter todos los demás aspectos a la visión muy negativa del sistema económico.

3.2.3 Juicios negativos

3.2.3.1 Sobre el sistema de la comunidad de los bienes

La crítica del sistema comunitario lo lleva a Azara hasta alabar la encomienda que, como hemos visto, considera en otra ocasión como alternativa menos soportable para los indígenas. Tampoco falta la poco velada crítica dirigida a sus colegas iluministas, los “filósofos de Europa” cuyo juicio no se basa en el conocimiento directo de la realidad:

3 Contrariamente a lo que propuso el plan del gobernador Bucareli; cf. Maeder (1992: 20-29).

[...] lo que mas han vituperado los filósofos de Europa, son nuestras encomiendas, y lo que mas han aplaudido, es el gobierno en comunidad de los pueblos, no obstante que lo primero limitado á las dos vidas [a la del conquistador y a la de su heredero inmediato], fue el mayor esfuerzo de la prudencia humana [...] y lo segundo lo peor en materia gubernativa (Azara 1847a, XIII: 13).

Presenta, ocultando la tradición comunitaria de los indígenas que no podía no haber conocido, el sistema comunitario como innovación de los jesuitas:

Los indios desgraciados no deben atribuir su desgracia a los españoles [es decir a los encomenderos], sino al gobierno en comunidad que se les había dado y que, a pesar de ser el más absurdo, el más despótico y el peor de cuantos se pueden escoger, ha sido el único que los filósofos han elogiado (Azara 1998, XIII: 129).

En un informe destinado al Rey atribuye a este sistema el efecto de impedir todo desarrollo individual que exigen los ideales de la época y que está en armonía con las justas pretensiones económicas del monarca:

Los mencionados indios, casi desde su reduccion, hace tres siglos, han teniendo y tienen el gobierno mas singular y estraordinario que ha visto el mundo. Un gobierno en comunidad, en que no se permite la menor propiedad particular, en que nadie puede sacar la menor ventaja ni utilidad de su talento, industria, habilidad y virtudes, ni de sus facultades físicas: en que nadie es dueño de sí mismo, ni del tiempo, ni de su trabajo, ni del de su muger y familia: en que la desnudez, la hambre y miserias oprimen á todos; y en que V.M. ni ha sacado jamás un peso fuerte por los justos derechos debidos á la soberania (Azara 1836: 110).

Vimos más arriba que el mismo Azara admira, en otro texto, la abundancia de comida y de vestidos y la distribución igualitaria de estos bienes en las reducciones. Sus argumentos anticipan de manera sorprendente a los de los críticos modernos del comunismo:

[el régimen de bienes comunales] quitaba todos los estímulos de ejercitar la razon y los talentos: pues lo mismo habia de comer, vestir y gozar el mas aplicado, habil y virtuoso, que el mas malvado, torpe y holgazan (Azara 1847a, XIII: 9).

3.2.3.2 Sobre el paternalismo de los jesuitas

Más serio aunque también subordinado a la idea conductora de que sólo el individuo que desarrolla todas sus facultades es un sujeto útil del absolutismo mercantil, es el reproche de que el paternalismo de los

jesuitas mantenía a los indígenas en un estado de eterna niñez.⁴ Con este argumento Azara entra en el debate todavía vehemente sobre la experiencia jesuítica que se llevaba adelante en la naciente opinión pública de Europa. Esta vez aparece, pero solo para desaparecer en el mismo momento, la alternativa de la vida silvestre para los indígenas. La solución que se esboza es la integración de los indígenas en el sistema de la propiedad particular lo que presupone, en este orden de discusión, su reconocimiento como seres razonables y capaces de desarrollar ambiciones económicas individuales y lo que, por otra parte, no excluye un régimen semejante a la encomienda:

Los jesuitas llegaban a persuadir al mundo entero de que esta clase de gobierno era la única conveniente y que hacía la felicidad de estos indios que, semejantes a niños, eran incapaces de dirigirse por sí mismos. [...] pero acaso no se haga una reflexión, y es que ellos en el estado salvaje sabían alimentar a sus familias, y que estos mismos indios que se habían reducido y sujetado en el Paraguay vivían un siglo antes en estado de libertad, sin conocer esta comunidad de bienes, sin tener necesidad de ser dirigidos por nadie ni que se los excitara o forzara al trabajo, y sin guardamacén ni distribuidor de sus cosechas, [...]; y esto aún más todavía cuando ya tenían que soportar la carga de las encomiendas, que les quitaba la sexta parte de su trabajo anual. Parece, pues, que no eran tan niños y que no tenían la incapacidad que se quiere suponer; pero aunque así hubiese sido verdad, ya que el espacio de siglo y medio no había sido suficiente para corregir los defectos de los indios, parece que se debe concluir una de estas dos cosas: o que la administración de los jesuitas era contraria a la civilización de los indios, o que estos pueblos eran esencialmente incapaces de salir de este estado de infancia (Azara 1998, XIII: 125).

3.2.3.3 Solución “darwinista” del problema

Se ha hablado de Azara precursor de Darwin por sus ideas sobre la evolución de la naturaleza (Mañé Garzón 1996, II: 189). Se puede hablar de darwinismo social por lo que atañe al plan que Azara propuso para que los indígenas saliesen del desastre que produjo el destierro de los jesuitas. En las palabras de Ernesto Maeder (1992: 191), las consecuencias del éxodo jesuita se manifiestan así:

4 Es fácil encontrar esta imagen del indígena en los escritos jesuíticos. Cardiel quien toma como testigos a los demarcadores, escribe: “Todos, y ellos con todos, confiesan que el indio es un niño que no sabe cuidar de sí mismo; que es menester tratarle como a tal, y no de Usted, como a los niños: luego es menester gobernarle como a un niño” (Cardiel 1988: 95).

La declinación demográfica, el déficit financiero, la ruina del comercio, la caída de la producción, y, finalmente, lo más evidente y dramático como era la miseria y el abatimiento de los pueblos, constituían un problema que no hacía más que agravarse con el tiempo.

Azara recomienda una solución que no les desagradaría a los partidarios de la globalización económica moderna. El estado debería retirarse completamente de administrar servicios, también de la costosa e inútil educación:

Aunque se descuide plenamente la educación de los hijos no se perderá nada, pues en este caso están y han estado siempre. De los diezmos y primicias que hoy no pagan pueden alimentarse los curas y templos. Exíjase el tributo en frutos como algodón, lienzo o plata, duplicando en los pueblos y cuadruplicándolo a los guaraní desertores que hay en el Paraguay, Corrientes, Santa Fe y Montevideo. De los bienes comunes pueden formarse propios, y repártense los restantes. Este plan, que por mayor insinúo, acarrearía en los primeros años un desorden espantoso porque desaparecerían las dehesas, los ganados y cuanto tienen los pueblos. Veríamos muchísimos indios que se hallarían en la última miseria, que habría una deserción que reduciría los pueblos a la mitad o menos, etc., pero al mismo tiempo creo que algunos indios enriquecerían, como sucede en el Perú, que éstos darían que trabajar a los pobres, que los desertores que inundarían estas provincias las harían florecer con su trabajo. En una palabra, quitando la comunidad podrían perecer los pueblos, pero subsistiendo los indios nada perdería el Estado [...]. Este trastorno, que espanta a los más, es un antecedente preciso para que los indios se civilicen (Azara 1990: 158-159).

3.2.3.4 Crítica del modo jesuítico de formar reducciones

Para Azara (1836: 5, 32), la fama que adquirieron las célebres reducciones del Paraguay se debe más a la hábil propaganda jesuítica en Europa que a la realidad en América:

S. M. y sus Vireyes deben precavarse infinito de todo gobernador y eclesiástico que trate de *propaganda fide*, para no admitir jamás sus propuestas por mas ventajosas y cristianas que las pinten: porque, sobre que seguramente todo esto es inútil, y no ha tenido ni tendrá jamás un buen éxito, es vergonzoso dejarse engañar después de siglo y medio de experiencia por gente tonta, ó talvez ambiciosa, que por este camino no busca tanto lo que aparenta, como sus adelantamientos.

Toda misión es, en resumen, inútil, imposible y sólo pretexto para enriquecimiento personal. Es difícil decidir si en estos años tan poco alejados de la pérdida de las posesiones españolas en América, Azara aniquila en plena conciencia el histórico argumento justificativo de la conquista, la misión, dejando en pie, sin tocarlos por una discusión,

los “justos derechos debidos á la soberania” que se condensan en el interés económico (vide supra) o si es, otra vez, la seducción del brillo estilístico que lo lleva a formular juicios tan exagerados. No hubo según Azara conquista espiritual sin conquista militar: “la fuerza tuvo en su formación [la de los pueblos jesuíticos] más parte que los medios eclesiásticos” (Azara 1998, XIII: 112), “sin que por esto crea yo que [los jesuitas] hubiesen logrado formalizar sus proyectos sin el auxilio de la fuerza secular, porque me consta que ninguna reducción de indios se ha formalizado sin ella” (Azara 1847a, XII: 13). Además, los primeros éxitos del ímpetu misionero de los jesuitas hubieran desembocado bien pronto en un estancamiento secular. Se puede descifrar esta constatación como prueba de lo inadecuado que era el método jesuítico o como reproche de inactividad:

formaron sus diecinueve primeros pueblos en el corto espacio de cincuenta años, y [...] el fruto de sus predicaciones faltó de pronto, sin obtener éxito alguno durante ciento doce años, es decir, desde el año 1634, época de la fundación de San Cosme, hasta 1746, que sometieron la de San Joaquín; y en este largo intervalo de tiempo no formaron otro que el de Jesús, y menos aún por sus predicaciones que por la ayuda de los indios de Itapúa, pueblo que tenía ya sesenta y un años de antigüedad (Azara 1998, XIII: 120).

Coincide, en la cadena argumentativa elaborada por Azara, el fracaso de los jesuitas ante los pueblos chaqueños (Azara 1836, vide supra) con la indiscriminada inutilidad de toda misión por la conquista espiritual, pero contradicen, evidentemente, estos esfuerzos tenaces el reproche de la languidez y de la declinación de la energía misionera.

3.2.3.5 Crítica de la educación de los indígenas

En lo económico Azara les reprocha a los jesuitas el hecho de no haber sacado de la fuerza laboral indígena todo el provecho posible, culpándoles además de no haber desarrollado las iniciativas del espíritu individualista, inherente también en los indígenas. Trasluce, en contrapartida, a través de su descripción de la educación en las reducciones, una imagen muy negativa de los indígenas. Por un lado, son los jesuitas que se hubieran limitado a una instrucción superficial tanto en materia de religión como en el arte de escribir y de leer:

La religión se reducía al bautismo y a algunas prácticas exteriores, y es creíble que los padres no insistiesen mucho en ello contentándose con ir-la adelantando a igual proporción que la civilización.

Pero, por el otro lado, ¿sería posible, con el tiempo, tal progreso en la comprensión de la religión? Azara lo niega para la fase del primer contacto, disculpando casi a los jesuitas y echando la responsabilidad del poco éxito en la labor educativa a la naturaleza de los indígenas:

y en verdad que sus esfuerzos no podían tener el mejor éxito con unas gentes que diferían poco de las bestias, careciendo de toda instrucción y de los medios de adquirirla (Azara 1847a: 153).

No es de excluir que para Azara estos “medios” no son libros, escuelas y maestros sino capacidades intelectuales que les faltarían genéticamente (como diríamos hoy) a los indígenas. Reitera su visión negativa, talvez hasta racista (cf. supra el juicio de Melià sobre Azara), en otras ocasiones, hablando de “los indios silvestres, á quienes solo la fuerza puede hacer que quieran oír, mas que no entiendan” (Azara 1847a, XII: 14). Ya hemos visto que en su plan para el futuro de los pueblos jesuíticos no ve ninguna necesidad de mejorar la educación, ni siquiera de ocuparse de ella, confiando “la civilización” de los indígenas únicamente al egoísmo económico que se desarrollaría espontáneamente en algunos de ellos. Está, además, el obstáculo lingüístico del que nos ocuparemos en el próximo capítulo.

No se ha dicho, en la historiografía moderna, la última palabra sobre el grado de alfabetización que se logró en las reducciones jesuíticas (Thun 2003: 9-24). No sabemos si Azara estaba informado de la existencia de cartas escritas por los indígenas de los siete pueblos misioneros (en el actual Río Grande del Sur) o de la correspondencia que llevaron los caciques indígenas con los gobernadores de Buenos Aires y del Paraguay en el tiempo de la transición de las reducciones a la administración civil. Lo cierto es que Azara minimiza el arte de leer y escribir que habían adquirido por lo menos algunos entre los indígenas en las reducciones:

Ninguno sabía leer y los músicos decían de memoria las misas que cantaban. Algunos habían aprendido a escribir o más bien a pintar las palabras, porque no las leían (Azara 1990: 153).

Lo que sí es cierto y conforme con la política jesuítica de aislar también por una barrera lingüística las reducciones de los “españoles” y lo que confirma además el hecho de escribir los indígenas sus quejas al gobernador en guaraní, es la poca extensión que tenía entre ellos el conocimiento del castellano:

Según he podido juzgar visitando todos los pueblos, ninguno entendía el español, ni leían ni escribían, sino en guaraní los pocos precisos para llevar cuenta de las entradas y salidas de almacenes etc. Ciencia ninguna y de las artes poco (Azara 1847a, XIII: 18).

3.2.3.6 Crítica de los conocimientos de los jesuitas en la práctica de las lenguas indígenas

Con el elogio de la aproximación de los jesuitas a las lenguas indígenas: “Los Jesuitas son sin contradicción, entre todos los eclesiásticos, los que más se aplicaron á aprender las lenguas indias” (Azara 1998, XII: 112) contrasta el juicio severo de los testigos indígenas que Azara alega:

[...] dicen los mismos indios que tuvieron pocos curas jesuitas capaces de predicar el Evangelio en guaraní. Aun en el Paraguay donde cuasi no se habla sino el guaraní, solo he hallado dos eclesiásticos que se atreviesen á predicar en dicha lengua, confesando el mucho trabajo que les costaba (Azara 1847a, XIII: 18).

El manejo del guaraní por parte de los jesuitas es también un aspecto de la experiencia de las reducciones todavía no esclarecido con las debidas pruebas históricas. Aquí donde nos interesa la presentación de la cuestión lingüística por Azara, constatamos nuevamente que su descripción no está libre de contradicciones. Hablando del Chaco admite que los jesuitas aprendieron muy bien las lenguas (por cierto no más fáciles que el guaraní) de varias tribus de aquella zona:

Los padres Jesuitas á quienes tengo por los más prácticos, diestros y diligentes en materia de reducciones, vivieron mas de veinte años en clase de curas doctrineros entre los Tobas, Pitilayas, Abipones, Mocobis, Albayas, Pampas y Minuanes sin poder formar una gramática ni catecismo en tales lenguas. Cuando hubiesen llegado a entenderlas y hablarlas perfectamente, no era posible transmitir á otros lo que ellos supiesen, por que todos ó casi todos los citados idiomas usan de sonidos que no pueden escribirse con nuestro alfabeto (Azara 1847a, X: 14).

En otra obra, Azara reconoce que los jesuitas lograron vencer este obstáculo de la puesta en grafía de sonidos inhabituales: “los jesuitas inventaron signos para recoger y expresar su pronunciación nasal y gutural” (Azara 1998, X: 34). Esto signos transliteraban el guaraní, pero ¿por qué no inventar otros para otras lenguas?

4. Azara hablando sobre el guaraní

La opinión sobre el guaraní que transmite Azara en sus obras destinadas a un vasto público, está lejos de fundarse en descripciones “meticulosas” como pretenden sus citados biógrafos paraguayos Augusto Ocampos Caballero / Rosário Rodríguez García (1995, cf. supra). No son muchas las ocasiones en las que Azara describe las características lingüísticas del guaraní. Como ya hemos visto, poseen un real interés científico sus observaciones de tipo sociolingüístico o de sociología de lenguas. El análisis lingüístico propiamente dicho no sobrepasa el nivel de los prejuicios que circulaban probablemente entre los españoles rioplatenses que no hablaban el guaraní (cf. 4.1 y 4.4). Por esta razón parece exagerado levantarlo a Azara, como lo hace Mañe Garzón (1996), al rango de lingüista del guaraní. Igual que en la presentación de otras facetas de la vida americana, encontramos en su pintura de la situación lingüística la ya conocida figura retórica de su polémica: a la descripción relativamente positiva de un estado de hechos le sigue un ataque frontal que quiere aniquilar la impresión positiva esbozada. Así, Azara le da al guaraní un lugar destacado dentro de la multitud de las lenguas americanas que ha conocido o de las que ha tomado conocimiento:

Entre las naciones que he descrito se encuentran treinta y cinco lenguas diferentes [...] no es hacer una suposición aventurada el creer que en toda la extensión de América habrá mil lenguas diferentes; es decir, acaso más que en toda Europa y en toda Asia (Azara 1998, XI: 101).

Una cosa igualmente incomprensible para mí es que el lenguaje guaraní haya podido extenderse por el territorio inmenso poseído por los portugueses y los franceses y en una parte del país que describo [...] entre un número tan grande de hordas independientes, casi aisladas y casi sin conocer comercio ninguno, ni menos el uso de libros; mientras que vemos que los Gobiernos de Francia y España, a pesar de sus esfuerzos, sus escuelas, sus libros y medios de comunicación, nunca han podido introducir en todas sus provincias el uso general y exclusivo del español y del francés (Azara 1998, XI: 94).

Sigue la valoración negativa y la caracterización generalizadora de todas las lenguas indígenas mencionadas:

[...] lenguas que parecen dictadas por la Naturaleza misma cuando enseñó a los perros a emitir sonidos; es decir, muy pobres en expresiones, casi todas nasales y guturales, empleando poco la lengua y semejantes en esto al lenguaje de los animales (Azara 1998, XI: 101).

Termina la digresión sobre las lenguas con la explicación de la sorprendente difusión del guaraní por su carácter animal:

La unidad del lenguaje entre los guaraníes, que ocupan una tan vasta extensión de país, ventaja que ninguna de las naciones civilizadas del mundo ha podido obtener, indica aun que estos salvajes han tenido el mismo maestro de lenguaje que enseñó a los perros a ladrar del mismo modo en todos los países (Azara 1998, XI: 101).

Si se trata, como opina B. Melià, de una burla de mal gusto, es por cierto también una burla pesada porque se repite a poca distancia.

5. Otras voces contemporáneas sobre los jesuitas, los indígenas y el guaraní

En los informes motivados por la expulsión de los jesuitas, la necesidad de reorganizar los pueblos jesuíticos y la actividad de los demarcadores españoles no escasean, por supuesto, los juicios sobre los jesuitas, los indígenas y el guaraní. Nos limitamos a algunos contemporáneos de Azara que son como sus colegas. Todos se conocían entre sí y todos eran funcionarios del rey de España, pero no coincidían en sus juicios.

5.1 El Marqués de Avilés

El Marqués de Avilés, virrey de la provincia de Buenos Aires a partir de 1799 y responsable de la mayor parte de las reducciones ex jesuíticas, caracteriza en su largo informe de agosto del 1800 el guaraní como “sumamente pobre” y opina que en la religión “nuestros principios abstractos para el convencimiento [de los guaraníes] son inexplicables en aquella Lengua” (§ 22).⁵ Sin advertir la contradicción con lo dicho inmediatamente antes, continúa con el elogio de la traducción al guaraní del catecismo: “es admirable, y como bajado del Cielo el Catecismo que en tiempo de la Conquista compuso Fr. Luis Bolaños, Religioso Franciscano”. Los jesuitas se valían de “Interpretes Barbaros” porque no entendían ellos mismos mucho la lengua guaraní. “Los Jesuytas, que solo sabian de la Lengua lo suficiente para su negocio, mandaban que ciertos Indios recitasen aquel Catecismo [del Fray Luis Bolaños] à los Demàs. La convivencia entre guaraníes y jesuitas era,

5 Cito de la copia conservada en el Archivo de las Indias, Sevilla, A I, Buenos Aires 322.

en el fondo, una larga historia de malentendidos recíprocos. Los jesuitas entendían el guaraní solo superficialmente y lo mismo valía por la comprensión de la religión católica por parte de los guaraníes a quienes, además, los jesuitas nunca enseñaron “nuestra Lengua (que ignoran todavía)” (§ 22). El Marqués de Avilés recomienda, como Azara (a quien se refiere en el § 21), la abolición de la comunidad de los bienes, la introducción del “sagrado derecho de propiedad individual” (§ 11) y anticipa la convicción del Paraguay independiente según la que el conocimiento del castellano es el único camino hacia el progreso (§ 46).⁶ Por esta razón, el virrey aplica el criterio lingüístico cuando, obedeciendo el orden real del 30 de noviembre de 1798, empieza a liberar los indígenas de las ex reducciones. Da primero la “libertad à 300. Padres de familia” “con mejor disposición para manejarse por si mismo, y que juntamente entienden la Lengua Española” (§ 44). Se nota que el juicio del Marqués de Avilés sobre el guaraní es tan duro como el de Azara mientras que las medidas que propone y aplica para facilitar la transición de los indígenas a la vida “ilustrada” (§ 38) son más blandas que las del “darwinismo social” de Azara aunque el gobernador también duda de la eficacia de la enseñanza del castellano durante los 33 años que han corrido después de la expulsión de los jesuitas (§ 46). Coincide con su antecesor Bucareli en considerar al castellano, al lado del cultivo de las tierras y el libre comercio, como a una de las “tres bases de la civilización” (Hernández 1913, II: 203).

5.2 Alvear

Había entre los demarcadores también admiradores de la obra de los jesuitas. Cuenta entre ellos Diego de Alvear y Ponce León, general de la armada, “primer comisario y astrónomo en jefe de la segunda división de límites” y demarcador hasta 1801, quien en su extensa *Relación geográfica e histórica de la Provincia de Misiones*⁷ resume:

6 En una carta escrita por los corregidores y caciques de los treinta pueblos situados entre el Paraná y el Uruguay inmediatamente después de la expulsión de los jesuitas, carta compuesta en la residencia bonaerense del Gobernador Francisco Bucareli y Ursua – y talvez bajo la influencia de él porque los representantes guaraníes le agradecen a Bucareli la liberación de su estado anterior de “esclavos” – los indígenas admiten: “Todos nosotros hemos de aprender la lengua castellana” (Brabo 1872: 105).

7 Publicado por Angelis (1836, IV: 1-106).

los PP. [los padres jesuitas] que conociendo tan bien el carácter de los Guaranís, como que los habían criado à segunda naturaleza, sacándolos de la barbarie y soledad del bosque á la cultura de una vida social y racional, acertaron á establecer un sistema de gobierno civil, tan adecuado al génio de la nacion, como raro y nuevo en el mundo (Angelis 1836, IV: 78)

y

Vimos el lucido pié en que pusieron los jesuitas estas Misiones con su buen régimen y particular economia en el manejo de caudales (Angelis 1836, IV: 92).

No duda de la competencia que poseían los jesuitas del guaraní y critica la poca capacidad lingüística de los curas actuales porque algunos “ignoran enteramente el guaraní [...] Otros vienen à aprenderlo aquí, y como sea algo difícil, ó no lo consiguen, ó tardan dos ó tres años” (Angelis 1836, IV: 91). Alvear propone, por lo menos por una fase de transición, una solución diglósica del problema lingüístico: el guaraní en la iglesia, el castellano en la escuela. Conforme a las disposiciones del Concilio de Lima, los curas

[...] deben predicar, confesar, dar el viático é instruir á los indios en su lengua, porque no saben otra [...] Los maestros de escuela por el contrario, deben enseñar á sus discípulos la doctrina cristiana, leer, escribir y contar, todo en castellano, sin permitir que se hable otro idioma en las escuelas; siendo la mente del Rey en la ereccion de este empleo, que los naturales aprendan la lengua nacional: para cuyo efecto se han expedido reiteradas órdenes hasta ahora sin fruto, y no hay que aguardar que sin las luces de este conocimiento acaben los Guaranís de civilizarse, ni hagan mayores progresos (Angelis 1836, IV: 91).

Describiendo el guaraní en la época jesuítica, Alvear reproduce, consintiendo, el conocido elogio de la lengua por los jesuitas y advierte, al mismo tiempo, la también conocida necesidad de llenar ciertas lagunas del vocabulario, abiertas por los conceptos de la cristianización:

Después de la doctrina se les enseñaba á contar desde uno hasta mil ó mas; el nombre de los días de la semana; el de los meses del año, y otras cosas semejantes, siendo todo preciso, porque el idioma Guaraní, aunque tan elegante y fecundo, que el doctísimo Pedro Lozano lo compara con el griego, carece de frases propias para explicar los conceptos que hemos referido, y no tiene numeros para contar mas de cinco, que son los dedos de la mano, y los indios se veían muy embarazados para expresar los pecados en la confesion cuando pasaban de aquel número (Angelis 1836, IV: 80).

Da también una prueba del guaraní, citando la fórmula con la que el indígena azotado debía agradecerle al padre jesuita la corrección: “*Aguyebe, Cherubá, chemboardá gua a teepé*: que es lo mismo que ‘Dios te pague, Padre, que me has dado entendimiento ó luz para conocer mis yerros’”(Angelis 1836, IV: 56).⁸ Abundan, además, en la descripción de las actividades económicas de los pueblos misioneros, los términos en guaraní que se refieren a plantas, animales o tipos de embarcaciones (cf., por ejemplo 91 y 93). Falta en la imagen que nos pinta Alvear de la lengua guaraní, toda expresión de un prejuicio negativo. Sin embargo, su juicio sobre los guaraníes mismos es mucho menos favorable. Refiriéndose a sus características étnicas les atribuye “poquedad de su espíritu” (Angelis 1836, IV: 8) y, describiendo talvez los efectos de la aculturación, los compara con “bestias de carga [que] ejecutan sin réplica la voluntad del español” (Angelis 1836, IV: 90).

5.3 Doblas

Muy por el contrario, Gonzalo de Doblas, teniente de gobernador del nuevo departamento de Concepción con residencia en Candelarias desde 1781, es el que más simpatía siente para con los indígenas conociéndolos muy de cerca. No era demarcador pero mantenía muchos contactos con estos. Alvear recomienda la *Memoria historica, geografica, politica y economica sobre la Provincia de Misiones de indios guaranis* de Doblas⁹ a quienes quisieran información más detallada sobre la nueva provincia. Doblas compone su trabajo a pedido de Azara y este, después de haberlo leído, le insinúa una versión corregida porque encontró la primera redacción demasiado favorable a los jesuitas (cf. el *Discurso Preliminar*, Angelis 1836, III: III). Doblas ve en los indígenas “unos seres inteligentes y racionales, iguales mios por naturaleza” (Angelis 1836, III: IV). Contrasta la imagen convencional del guaraní perezoso e indolente con el vivo deseo de instruirse que Doblas encuentra en ellos:

Es grande la inclinacion que tienen estos indios á saber, de modo que si-
empre que se les proporciona ocasion de instruirse, la aprovechan. Todo
aquello que ven egecutar á los españoles procuran imitarlo, y ponen aten-
tos oidos, quando en su idioma se les refieren algunos puntos de historia,

8 En guaraní moderno sería: “Aguije, che ru, chemo’ã haguére teetépe” – “Gracias, mi padre, por haberme iluminado en la verdad”.

9 Publicado por Angelis (1836, III: 3-116).

ó se les hace relacion de algunas particularidades de Europa, refiriéndolas ellos entre sí con gusto y admiracion (Angelis 1836, III: 10).

Lamenta también Doblas la decadencia de la enseñanza en la época posjesuítica y el desconocimiento del castellano:

Pero lastima es que tienen cerradas las puertas á toda instruccion: ellos no entienden nuestro idioma, y en el suyo no hay quien les dé noticia de nada, sino unicamente de las cosas mas precisas de la religion: no tienen libros en que aprender, ni objetos que mirar, con que es preciso que su imaginativa esté perpetuamente en inaccion, y por consiguiente vivan envueltos en las tinieblas de la ignorancia (Angelis 1836, III: 10-11).

La solución sería el establecimiento de escuelas en todos los pueblos (Angelis 1836, III: 104) donde muchachas y muchachos “se deberian instruir con perfeccion en el idioma castellano” (Angelis 1836, III: 97). Propone hasta la fundación en Candelarias de un colegio para ciencias y artes, con biblioteca, y un “hospicio para artes y oficios utiles” donde se formará la futura élite de toda la región. Contrasta nitidamente este programa educativo con el retiro total del Estado de la educación propuesto por Azara. Afirma Doblas que “la buena educacion de la juventud es la parte principalísima para conseguir la civilidad”.

Su crítica de los jesuitas es moderada y libre de acusaciones no fundadas. El régimen practicado por los padres le parece adecuado para relaciones “con pupilos”, “pero no para formar pueblos con ánimo de que sus habitantes adelantáran en cultura y policía, segun ha sido en todos tiempos la voluntad del Rey” (Angelis 1836, III: 16). Compara el paternalismo de antes con los muchos abusos de la administración moderna y propone, en lo económico, un modelo de producción y consumo en común que llama “factoria” (Angelis 1836, III: 81) y que es una versión ligeramente modernizada del antiguo modelo comunitario del tiempo jesuítico.

Por lo que atañe a la lengua guaraní, se abstiene Doblas, como Alvear, de expresar o reproducir juicios negativos. Parece que tenía cierto conocimiento de la lengua. Observa que los guaraníes “carecen en su idioma de las letras L, F, y R, ásperas” y por eso “ni pueden pronunciar bien el latin, ni el castellano” (Angelis 1836, III: 64), y está informado de la importancia que tiene la elocuencia en la vida política de los guaraníes (Angelis 1836, III: 11). Además, Doblas es un gran admirador de la medicina popular de los indígenas que dan “nombres propios en su idioma” a las muchas yerbas medicinales y lamenta que

“el beneficio de su conocimiento no se podrá lograr con utilidad, entretanto no se destine un inteligente que descubra sus virtudes y determine sus usos” (Angelis 1836, III: 8). Veremos que esta integración del saber indígena al conocimiento occidental es la tarea que se propone Azara.¹⁰

5.4 De César

Terminamos esta breve visión panorámica con las observaciones que dedica Julio Ramón de César, uno de los demarcadores, miembro subalterno de la cuarta comisión, al guaraní.¹¹ De César que actúa en América desde el año 1784, se radica en Asunción. Escribe su memoria de mala gana: “Fui mandado para que yo siguiera un diario” (César 2002: 41), se reconoce a sí mismo un “genio adusto” (César 2002: 41) y es verdad que entre todos los autores que tratamos aquí, este admirador incondicional de la Inquisición (César 2002: 301-305) es el menos inspirado, el más pedante y el único que expresa repetidamente su odio al país adonde tuvo que ir por orden de sus superiores.

Sin embargo, es en su Memoria que encontramos la más larga descripción del guaraní (el de los paraguayos) y unas observaciones que se distinguen por un notable esfuerzo analítico de las generalizaciones jocosas de Azara. Vale la pena reproducirlas in extenso (con sus incongruencias gramaticales) por esta razón. Aflorece en ellas, además, otra peculiaridad que no encontramos en los españoles quienes como Azara se consideran todavía dueños de América y es el sentimiento de ser el extranjero excluido por una lengua a la vez difícil de aprender y enlazadora cuando aprendida:

Ydioma. El guarani es el dialecto general, pero adulterado. En los pueblos de Misiones es donde se habla con toda perfeccion. Se [sic] pronunciacion es aspera, gutural, narigal y compuesta de ambos a un tiempo. De una frases sin la mas minima conexion a otros ydiodias. De una dificultad insuperable a los forasteros y particularmente adultos para adelante. Solo para los que vienen mui niños a estas tierras les es algo accesible y a los que con empeño e interes, por medio de su ociosidad aprenderla de memoria abituando con el uso, la perfeccion.

Un buen gramatico latino o castellano encontrará mil inconvenientes; a mas de su difícil pronunciacion, regularmente, carece en la composicion de prenombre [sic] articulo o preposicion. No usa tratamiento para dis-

¹⁰ Por lo visto, Doblas no estaba al tanto de la farmacopea de los jesuitas.

¹¹ Su memoria fue publicada, en 2002, bajo el título de *Noticias del Paraguay* por la Academia Paraguaya de Historia (César 2002).

tinguir clase de sugetos; usando de los mismos terminos hablando con principe o con un plebeyo; verbi gratia, para decir: vengase usted a mi casa y pasaremos a la casa de Pedro; dicen: Eyó nde yahá Pedro rope. Que, literalmente construida, es: Ven, vamos Pedro casa. Y para hablar con estilo a alguno de caracter o dignidad le hablan impersonalmente, porque en lugar de decir: eyó nde, que quiere decir: ven; dirá espó¹², que es: venga. Y otras muchas irregularidades, segun nuestro ydioma, que por no entender yo el guaraní, no puedo expresar ni darme a entender. Aseguran que es elegante, pero he notado en muchissimas ocasiones que aun hablando entre ellos necesitan repetirles la oracion, 2, 3, y mas veces, para comprenderlas; luego, no deve ser muy expresiva, por falta de buena construccion.

El europeo o forastero que alcanza a poseer este ydioma, olvida casi enteramente el castellano; en terminos que usa mezclados e interrumpidos los vocablos o dicciones con el mismo ydiotismo que estilan los hijos de este suelo.

Los jesuitas compusieron Arte Gramatical, con precepto que arreglaron a nuestro ydioma, que nunca usaron los guaraní, aunque christianos, muy barbaros (César 2002: 209-210).

6. Azara haciendo uso del guaraní

6.1 Crítica de Buffon y de sus precursores

Muy diferente de la imagen negativa que da Azara hablando sobre el guaraní es la impresión de esta lengua que transmite cuando está haciendo uso de ella en sus obras de naturalista. No falta la polémica en sus *Apuntamientos para la historia natural de los cuadrúpedos del Paragüay y del Rio de la Plata* (Azara 1802).¹³ Pero se dirige, en dosis

¹² Talvéz *pejo*.

¹³ Es una versión “aumentada, rectificada y muy mejorada”, según dice el autor en la dedicatoria dirigida a su hermano Nicolas. Se refiere a su manuscrito anterior traducido al francés por M. L. E. Moreau – Saint-Méry bajo el título de *Essais sur l’histoire naturelle des quadrupèdes de la Province du Paraguay par Don Félix de Azara. Traduits sur le Manuscrit inédit de l’Auteur. Par*, Paris, An IX (1801). La traducción al francés, hecha precipitadamente y sin autorización definitiva del autor (Azara 1801: VI) está mucho más difundida en el mundo científico que la versión castellana. La traducción contiene un interesante capítulo sobre “l’Orthographe et la Prononciation” del guaraní (Azara 1801: LIX-LXVI) que falta en el texto castellano. Sería importante para la historia del conocimiento de las lenguas americanas en Europa saber de donde sacó Moreau sus informaciones. Dice el traductor que “L’orthographe offre les mots Guaranis en sons de la langue française”, (Azara 1801: LIX). Se basa, sin embargo, a veces en convenciones del castellano. Escribe, por ejemplo, *Guazoubira* “ciervo rojizo”, y no *gouassuvira*, como sería más lógico en francés. Imita, por lo visto, la transliteración del nombre al castellano que Azara realiza como *Güazubirá*.

mucho más moderada y de manera más velada, a la gran autoridad científica de la época, que es Buffon y, en dosis más fuerte y abiertamente, a los viajeros cuyas descripciones copió el naturalista francés. Lejos de las bibliotecas europeas, pareciéndole “que jamas habia de salir de entre fieras” (Azara 1802: Prólogo, VII), Azara solo tuvo acceso, en Buenos Aires, a la *Histoire Naturelle*:

Como no he leído otra obra que la de Mr. Buffon, me he visto como forzado á preferirle en mis críticas; pero es bien fácil conocer, que no son tanto contra él, como contra los Viageros y Naturalistas, de quienes copió los errores que impugno (Azara 1802: Prólogo, VII).

Sin embargo, no oculta Azara las dos ventajas que tiene él sobre Buffon. Buffon “no tuvo la proporcion que yo para exâminar algunas [especies]” (Azara 1802: Prólogo, VII). El periodo de sus estudios directos de la naturaleza era, además, muy largo:

Gasté en estas tareas los ratos que pude desde el año de 1782 al de 1801; poniendo todo mi cuidado en decir la verdad sin exâgerar nada, y en conocer y expresar los caractéres de los animales, cuyas descripciones hice en su presencia (Azara 1802: Prólogo, I).

La otra ventaja es la de la lengua. Azara, probablemente mediante ayuda de “lenguaraces”, registra sistemáticamente los términos indígenas que dan los guaraníes a los animales y sabe analizarlos. Se complace a corregir las interpretaciones lingüísticas de Buffon. He aquí un ejemplo entre muchos. Hablando del *mborebí*, Azara dice:

Buffon le llama *Tapir* y *Anta*, fundándose en decir Condamine, que son estos nombres los que le dan en el Brasil; donde, segun Marcgrave y Pison, le conocen por *Tapiier eté*. Con este motivo dice Buffon que el adjetivo *eté* significa grande, y que dicho nombre equivale á *Tapir grande*; pero no hay tal, porque *eté* equivale á *con propiedad ó por excelencia*. Y contrayéndonos al caso presente, digo que *Tapiier* no es nombre del Pais, y que está alterado; lo mismo que el *Tapihire* que le da Thevet. El de *Tapiruzú*, que le impuso Leri, significa *Tapir grande*; y los de *Ent*, *Danta* y *Ante*, que le dan varios Autores, son corrupcion de *Anta*. El de *Beori*, que tiene en Nueva España, no difiere mucho de *Mborebí*. Los de *Mula*, *Asno*, *Vaca* y *Puerco silvestre*, que otros le han impuesto, son tan improprios como las comparaciones con estos animales domésticos. En Guayana y Cayena le llaman *Maypuri*, y en el Perú *Vagra*, segun mi Autor [= Buffon]. Este no ha visto á la bestia, y se halla precisado á copiar las noticias de los Autores con las descripciones de Marcgrave y Barrere (Azara 1802, I: 7-8).

Lo critica a Buffon también por su desconocimiento de los sentidos especiales que pueden poseer palabras castellanas en América:

Añade [Buffon hablando del pecarí] que prefiere las montañas á los valles y llanuras; porque ignora que aquí solo entienden por montañas á los bosques grandes, donde viven ámbas especies, esten ó no en valle, llanura ó elevacion (Azara 1802, I: 26-27).¹⁴

6.2 Los testigos de Azara

¿Quiénes eran los testigos en los que se fiaba Azara? En primer lugar, sus propios ojos: “Yo en esta parte doy por cierto lo que he observado”. Después, sobre todo “por lo que hace á costumbres, [que] son mas difíciles de averiguar”, recurre a los fidedignos: “y de lo infinito que he oído, solo he apuntado algunas cosas, porque me han parecido ciertas, y porque me las han dicho sujetos de verdad muy conocida” (Azara 1802: Prólogo, III-IV). Entre ellos figuran amigos como Pedro Blas Nosedá (Azara 1802, I: 33), cura de San Ignacio Guasu, que comparte su pasión por los pájaros, y otros compatriotas con raíces europeas pero establecidos y talvez ya nacidos en América (criollos). A ellos les suele llamar Azara genéricamente “estos españoles” (Azara 1802, I: 32). Algunos se individualizan, como por ejemplo “D. García Francia” (Azara 1802, I: 221) o Don Rudexindo Ezcurra, presentado como uno de los “prácticos” y llamado irónicamente “el mayor corsario de ellos” (Azara 1802, I: 51). Otros se califican como “Españoles de mucha razon [...] me aseguran que [...]” (Azara 1802, I: 66).

Y están, siempre anónimos, los muchos “indios”, especialmente los guaraníes, citados por lo común al inicio de cada artículo: “Núm. I. / Del Mborebí. / Así le llaman los Güaranís: estos Españoles *Gran bestia*; y los Portugueses *Anta*” (Azara 1802, I: 1). En caso de variación, Azara se inclina a dar la preferencia a lo que opinan los mas veteranos entre los indígenas:

L’Yagouaroundi. / Plusieurs anciens Indiens m’ont dit que tel étoit le nom du quadrupède qui m’occupe en ce moment; d’autres m’ont assuré que l’Yagouaroundi est l’animal que je place après celui-ci. Il y en a aussi beaucoup qui appellent l’un et l’autre *Eira*. Dans de pareilles circonstances, où il est nécessaire de choisir les noms, j’ai trouvé convenable de conserver au quadrupède actuel celui que m’ont indiqué les vieux In-

14 El traductor francés cae en el mismo error, a pesar de las advertencias de Azara que reproduce fielmente, cuando, hablando de la boleadora, dice que “Nul montagnard ne monte à cheval sans ces boules et ce nœud” (Azara 1802: I, 52), traducción bastante libre de “Ningun campestre monta sin llevar tales bolas y lazo” (Azara 1802, I: 32); cf. también *nœud* y *lazo*.

diens, et de nommer le suivant *Eira*, quoique l'on donne aussi ce dernier nom à mes furets (Azara 1802, I: 171).

En su edición española “rectificada”, Azara renuncia a la autoridad de los viejos:

NÚM. XVI. / DEL YAGÜARUNDÌ. / Parte de los Güaranís da este nombre á la fiera presente: otros le aplican á la que sigue: y muchos dan á ámbas el de *Eyrá*. En estas circunstancias, me ha parecido aplicar á cada fiera uno de dichos nombres, aunque tambien llaman muchos *Eyrás* á mis primeros Hurones (Azara 1802, I: 156); obsérvese el plural españolizante en –s de *Eyrás*).

6.3 Autoridad del guaraní

Por lo general, Azara da más autoridad al nombre guaraní que al término que le aplican al animal “estos españoles”:

DEL GÜAZÚ-PUCÚ. / Significa Cierbo largo, y le dan este nombre los Güaranís. Estos Españoles le llaman Cierbo, quizás figurándose que es de la especie de Europa, y se equivocan (Azara 1802, I: 33).

A veces conserva el nombre castellano porque, a pesar de no ser correcto, es el que el uso ha recibido:

DE LA MULITA. / Los Güaranís le llaman Tatú-mburicá (Tatú mula), aludiendo á que sus orejas son grandes, derechas y paralelas como en la Mula. Por la misma razón estos españoles le dan el nombre que conservo, aunque impropio, porque por él le conocen todos (Azara 1802, II: 156).

Azara restituye, introduciendo en la ciencia la terminología indígena, los derechos lingüísticos de los guaraníes de denominar las cosas de su mundo y esto no por haber sido ellos los primeros en hacerlo sino por haber acertado las características del objeto.

Por lo general, la estructura de cada capítulo es siempre la misma. Le asigna Azara al término en guaraní el primer lugar por ser el más correcto y el usual en el país, sigue el nombre en castellano y a veces en portugués acompañados los dos por observaciones críticas, se agrega la descripción del animal y de sus hábitos basándose Azara en su experiencia propia y termina el capítulo con una extensa y bastante severa revisión de lo que dicen Buffon y los autores utilizados por él acerca del animal.

6.4 Observaciones sobre Azara guaranitólogo

En la gran mayoría de las denominaciones indígenas la reproducción del nombre por Azara es lexicalmente correcta así como su análisis semántico. Observa con exactitud, valiéndose del carácter aglutinante del guaraní, que “Los Güaranís llaman Güazu á todo Venado, y los diferencian con adjetivos” (Azara 1802, I: 29) que son “güazú-pucú – Cierbo largo” (Azara 1802, I: 33), “güazu-tí – Cierbo blanco” (Azara 1802, I: 41), “güazú-pitá – Cierbo roxo” (Azara 1802, I: 51) y el “güazú-birá” cuyo nombre no traduce (viene talvez de virai “rojizo”). No faltan, naturalmente, errores menores. Dice, por ejemplo, del “MICURÉ: “Los Güaranís le dan este nombre, cuya última sílaba significa *Hediondo*” (Azara 1802, I: 209). Son, en realidad, las dos últimas sílabas (*ure*). Se nota, además, que el pasaje de la primera versión (que es la base de la traducción al francés) a la edición castellana incluye correcciones de los datos en guaraní. Hablando del *eira* niega la existencia de las formas *haira* y *taira*:

Il est certain, toutefois, que le *Haira* de Buffon n'est pas le chat d'Europe, mais le Pampa ou l'Yagouaroundi que, comme je l'ai dit, beaucoup de personnes nomment *Eira*, et non *Haira* ni *Taira*, comme l'écrivit Buffon (Azara 1802, I: 176).

En la versión española dice con más diplomacia: “En quanto á los nombres de *Hayrá* y *Tayrá*: tengo por cierto son derivados de *Eyrá*, que es como llaman los Güaranís á algunos de mis Gatos” (Azara 1802, I: 166-167). No llega, sin embargo, a la identificación de que se trata de una misma palabra que es del tipo triforme. En no pocos casos Azara registra variantes de la denominación en guaraní y a veces se atreve a corregir alguna de ellas. Ejemplo:

DEL ÑURUMÍ, Ó YOQUÍ. / Ambos nombres le dan los Güaranís, aunque más comunmente el primero, que esta alterado; pues debe ser *Yurumi* (Boca chica), y acomoda á la bestia (Azara 1802, I: 66).

Sin embargo, *ñurumi* es posible y se puede explicar el primer sonido como asimilación nasal progresiva a la *m* de *mi*, ya no interpretado como palabra autónoma (“chica”). De la misma manera, no llega hasta la comprensión del significado propio de *sarigüé* que es “indomable, arisco” pero sabe que

Este nombre, que escribo como corresponde al idioma del pais, está vinculado en el Paragüay á una division de la Nacion *Payagüá* de Indios bárbaros, y el de *Sarigüeyá* ó *Zarigüeyá* significa *Xefe de los Sarigüés*;

por consiguiente tales nombres son inadmisibles para ningún animal (Azara 1802, I: 236),

lo que, dado el significado de “arisco”, no es cierto.

El análisis fonético es mucho más superficial. Suele indicar por el acento agudo la posición más frecuente del acento en el guaraní que se coloca justamente en la última sílaba de la palabra. No indica, contrariamente a la tradición establecida por los jesuitas, la nasalidad (cfr. *güazutí*, *güazupitá* que terminan en vocal nasal como lo indica la grafía moderna del guaraní *guasutĩ*, *guasupitã*) y falta también, como en la grafía jesuítica, la indicación del corte glotal (“puso”). Así, escribe *caaigüaré*, “hediondo del bosque” u “oso hormiguero chico” (Azara 1802, I: 74) sin señalar el corte glotal en *caa* (“bosque”, *ka’a* en grafía moderna). Tampoco identifica la vocal central [ç] (<y> en la grafía moderna) tan característica del guaraní. Escribe *tañicatĩ* “pecarí” (Azara 1802, I: 19) que es *tañykati* en la grafía moderna. La <y> es variante de <i> en sus transliteraciones. Así, el índice del tomo I indica *Agüarachay* (*aguaracha’i*, carnívoro semejante al zorro) que en el capítulo respectivo se escribe *agüaráchai* (Azara 1802, I: 271).

7. Conclusión

Podemos decir en resumen que Azara naturalista aprovecha acertadamente los conocimientos zoológicos que los guaraníes han condensado en sus términos y que los usa como armas en la lucha contra sus competidores científicos a quienes trata, sin embargo, como caballero. Contrastan sus tratados zoológicos con las obras destinadas a un público más vasto.¹⁵ Es fuerte la diferencia entre la imagen del guaraní que da Azara en sus *Apuntamientos* (Azara 1802-1805) y la caricatura a la que él reduce al guaraní y a sus hablantes en sus *Viajes y Descripciones* (Azara 1998; 1990). El lector moderno reconoce fácilmente el paralelismo metodológico entre Azara y los jesuitas. De ambos lados recurren sistemáticamente a la terminología indígena.¹⁶ Y nos es grato descubrir que hay congruencia en la ciencia de los que son adversarios en la política.

15 Y se podrían someter al mismo análisis sus *Apuntamientos para la historia natural de los Pájaros del Paraguay y del Río de la Plata* (Azara 1802-1805).

16 Compárese, por ejemplo, Sánchez Labrador (1968) con las obras zoológicas de Azara.

Bibliografía

- Alvear y Ponce León, Diego de (1836): *Relación geográfica e historica de la Provincia de Misiones*, en: P. de Angelis, IV, pp. 1-106
- Angelis, Pedro de (1836): *Colección de obras y documentos relativos a la historia antigua y moderna de las provincias del Rio de la Plata ilustrados con notas y disertaciones por Pedro De Angelis*, 6 vols, Buenos Aires: Imprenta del Estado.
- Azara, Félix de (1801): *Essais sur l'histoire naturelle des quadrupèdes de la Province du Paraguay par Don Félix de Azara. Traduits sur le Manuscrit inédit de l'Auteur. Par M.L.E. Moreau – Saint-Méry*, Paris: Pougens. An IX.
- Azara, Félix de (1802): *Apuntamientos para la historia natural de los cuadrúpedos del Paragüay y del Rio de la Plata, escritos por Don Felix de Azara*, 2 vols, Madrid: Ibarra.
- Azara, Félix de (1802-1805): *Apuntamientos para la historia natural de los Paxaros del Paragüay y del Rio de la Plata*, 3 vols, Madrid: Ibarra.
- Azara, Félix de (1809): *Voyages dans l'Amérique méridionale*, 4 vols. y "Collection de planches", Paris: Dentu.
- Azara, Félix de (1836): *Informes sobre varios proyectos de colonizar el Chaco*, en: Pedro de Angelis IV, pp. 3-16.
- Azara, Félix de (1847a): *Descripcion e historia del Paraguay y del Rio de la Plata*, obra póstuma de Don Félix de Azara publicada por su sobrino el Sr. D. Agustín de Azara, marqués de Nibbiano, etc. Bajo la direccion de Don Basilio Sebastian Castellanos, anticuario de la Biblioteca Nacional, etc. etc., Madrid, 2 vols., Imprenta de Sanchiz.
- Azara, Félix de ([1847b] 1996): *Memorias sobre el estado rural del Rio de la Plata en 1801; demarcación de límites entre el Brasil y el Paraguay á últimos del siglo XVIII, é informes sobre varios particulares de la América meridional española*. Escritos póstumos de Don Félix de Azara, Brigadier de la marina española, y autor de las obras que tratan de los *Pájaros*, *Cuadrúpedos* y *Descripción e Historia del Paraguay y del Rio de la Plata*. Los publica su sobrino Don Agustín de Azara, Marqués de Nibbiano, caballero de la Real orden de Carlos III, etc. Bajo la dirección de Don Basilio Sebastián Castellanos de Losada, Bibliotecario-Anticuario de la Biblioteca Nacional, etc., etc. autor de las notas y observaciones que acompañan á estos escritos y de otras obras científicas y literarias. Edición Fac-símil, Zaragoza: La Real y Excma, Sociedad Económica Aragonesa de Amigos del País, Madrid.
- Azara, Félix de (1990): *Descripción general del Paraguay*, Ed. de A. Galera Gómez, Madrid (es ed. parcial de la *Geografía física y esférica de las provincias del Paraguay y Misiones guaraníes*, edit. Por R. R. Schuller, Montevideo 1904).
- Azara, Félix de (1998): *Viajes por la América meridional* [trad. esp. de Azara 1809], 2 vols, Buenos Aires: El Elefante Blanco.
- Bauzá, Francisco (1895): *Historia de la dominación española en el Uruguay*. Reseña preliminar, Montevideo: A Barreiro y Ramos.

- Brabo, Francisco Javier (1872): *Colección de documentos relativos á la expulsión de los jesuitas de la República Argentina y del Paraguay, en el reinado de Carlos III*, pp. 100-107, Madrid: Perez.
- Cardiel, José (1988): *Las misiones del Paraguay*, Sáinz Ollero, Héctor (ed.), Madrid: Historia 16.
- César, Julio Ramón de (2002): *Noticias del Paraguay*, Asunción: Academia Paraguaya de la Historia.
- Doblas, Gonzalo de (1836): "Memoria historica, geografica, politica y economica sobre la Provincia de Misiones de indios guaranis", en: P. de Angelis, III, pp. 3-116.
- Domínguez, Manuel (1901): *Estudios sobre la Atlántida*, Asunción.
- Hernández, P. Pablo (1913): *Organización Social de las Doctrinas guaraníes de la Compañía de Jesús*, 2 vols., Barcelona: Gustavo Gil.
- Maeder, Ernesto J. A. (1992): *Misiones del Paraguay: conflicto y disolución de la sociedad guaraní*, Madrid: Mapfre.
- Mañé Garzón, Fernando (1996): *Historia de la ciencia en el Uruguay*. Tomo II: *De las Misiones Jesuíticas al fin del siglo XVIII*, Montevideo: Universidad de la República.
- Marqués de Avilés (1800): [Informe, copia del Archivo de las Indias, Sevilla, A I, Buenos Aires 322].
- Melià, Bartomeu (1990): *Una nación, dos culturas*, Asunción: Centro de Estudios Paraguayos "Antonio Guasch".
- Melià, Bartomeu (1992): *La lengua guaraní del Paraguay*, Madrid: Mapfre.
- Melià, Bartomeu (2003): *La Lengua Guaraní en el Paraguay colonial*, Asunción: Centro de Estudios Paraguayos "Antonio Guasch".
- Ocampos Caballero, Augusto / Rodríguez García, M^a Rosario (1995): *Félix de Azara. Ciudadano de Honor de Asunción*, Asunción: Imprenta Nacional.
- Sánchez Labrador, Francisco José (1968): *Peces y Aves del Paraguay natural ilustrado, 1767*. Ed. de Castex, Mariano N., Buenos Aires: Compañía General Fabril Editora.
- Thun, Harald (2003): "Evolución de la escripturalidad entre los indígenas guaraníes", en: Ridruejo, Emilio / Fuertes, Mara (eds.): *I Simposio Antonio Tovar sobre Lenguas Amerindias*, 9-24, Tordesillas: Instituto Interuniversitario de Estudios de Iberoamérica y Portugal; Universidad de Valladolid.

Christoph Müller (Aachen)

**Cláudio Manuel da Costa e a
*Arcádia Ultramarina***

Nos manuais de história literária portuguesa, na maioria dos casos, o capítulo sobre a literatura neoclássica de Portugal é bem curto e dominado pelos representantes das duas academias literárias da metrópole, *Arcádia Lusitana* (1756-1776) e *Nova Arcádia* (1790-1794), encontrando-se os nomes de Cândido Lusitano, Correia Garção e Cruz e Silva como representantes da primeira, e Bocage como representante da segunda, sendo Bocage apresentado como o autor de maior prestígio e interesse. Às vezes, os manuais contêm referências à *Arcádia Ultramarina* que, imitando o modelo português, existiu na segunda metade do século XVIII em Minas Gerais, no Brasil. Os autores árcades brasileiros conhecidos são Cláudio Manuel da Costa, Tomás António Gonzaga, Alvarenga Peixoto, Silva Alvarenga e Santa-Rita Durão. Mas, em geral, as suas obras só são examinadas com respeito à *Guerra dos Poetas* — uma disputa literária entre os apoiantes e os adversários do arcadismo — e com respeito à corrente patriótica brasileira da *Inconfidência*.¹

Nas histórias de literatura brasileira o tratamento do arcadismo parece diferente. Embora se dediquem análises mais detalhadas aos representantes e às suas obras, acaba-se por resumir em palavras gerais e superficiais o exame das influências poetológicas da lírica árcade portuguesa nos textos dos poetas brasileiros, como modelo e catalisador para a literatura neoclássica brasileira.²

1 Às vezes, Basílio da Gama também é nomeado como membro da *Arcádia Ultramarina*, mas deve-se duvidar da sua qualidade de sócio, porque ele não estava no Brasil durante o funcionamento da academia de poetas brasileira. José Veríssimo, por exemplo, prova na sua edição das *Obras poeticas de José Basílio da Gama* as suas especificações biográficas com fontes originais. Além disso, discute criticamente as biografias antes publicadas. Partindo das informações de Veríssimo, Henrique de Campos Ferreira Lima acrescenta na sua monografia sobre Basílio da Gama dados e prova-as com outras fontes originais (ver Veríssimo s.d. [depois de 1911] e Lima 1942).

2 No capítulo da *História da Literatura Brasileira* de Sílvio Castro, p.ex., sobre a poesia de Cláudio Manuel da Costa pode-se ler: «A intenção programática do poeta é a aplicação das normas do arcadismo» (Castro 1999b, vol. 1, p. 265) sem dar-se a descrição destas normas, nem exemplos das normas nos seus poemas. A

Para compensar esta falta de análise e interpretação a partir dos textos, examinam-se, em seguida, algumas obras exemplares de Cláudio Manuel da Costa, Alvarenga Peixoto, e Tomás Antônio Gonzaga.³

Em 1729, nasceu Cláudio Manuel da Costa em Mariana. Depois de uma educação típica do século XVIII num colégio de Jesuítas no Rio de Janeiro, estudou Direito na Universidade de Coimbra. Voltado ao Brasil, instalou-se em Vila Rica, hoje Ouro Preto, e foi Secretário do Governo das Minas (entre 1762-1765 e 1769-1773). Este ofício e a sua riqueza pessoal, adquirida através dos lucros duma fazenda, tornaram-no influente na sociedade de Vila-Rica. Mas essa influência não foi suficiente para evitar a sua detenção devido ao facto de ser *inconfidente*. Em 1789, Cláudio Manuel morreu na prisão em circunstâncias inexplicadas (Filho 1996b: XIII; Pereira 1996a: LVIII-LIX).

Cláudio Manuel é o poeta árcade brasileiro mais velho e utilizava o pseudónimo de Clauceste Satúrnio. Em 1768 publicou as suas *Obras*, como colectânea de poesias compostas em Coimbra e mais tarde em Vila-Rica. Cinquenta anos depois da sua morte publicou-se o seu poema épico *Vila Rica*. As notas preliminares deste poema já tinham sido publicadas pela primeira vez em *O Jornal* no ano de 1813 (Aguiar 1996: 27).

Nas *Obras* pode-se observar uma influência muito grande do arcaísmo. Cláudio Manuel escreve no primeiro parágrafo do *Prólogo ao Leitor*:

Conheço que só entre as delícias do Pindo se podem nutrir aqueles espíritos, que desde o berço se destinaram a tratar as Musas: e talvez nesta certeza imaginou o Poeta desterrado que as Cícladas do mar Egeu se tinham

segunda e última menção da palavra *Arcádia* só se encontra numa citação dum outro autor (Castro 1999b, vol. 1, p. 270). Castro dá informações importantes com respeito às obras de Cláudio Manuel, mas a característica mais significativa, a proximidade do arcaísmo, encontra-se como pano de fundo. — Na mesma *História de Literatura* pode-se também encontrar um procedimento completamente diferente. No capítulo sobre Tomás Antônio Gonzaga, Leticia Malard demonstra, mediante os textos, as influências mais relevantes da *Arcádia Lusitana* na poesia de Gonzaga (Malard 1999, vol. 1, pp. 305-320).

- 3 Um trabalho muito importante no tratamento científico da *Arcádia Ultramarina* representa a edição das obras completas de Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga e Alvarenga Peixoto, elaborado por Domício Proença Filho (1996a) e os seus colaboradores. Com esta edição tornaram acessível a poesia e o ideário do neoclassicismo brasileiro a um público moderno. Por isto, esta edição serve como fonte básica para este trabalho.

admirado de que ele pudesse compor entre os horrores das embravecidas ondas (Costa 1768a: 47).

Empregando o topos do outeiro das musas como fonte da criatividade e fantasia para um poeta, o autor move-se, como fizeram os representantes da Arcádia Lusitana, no mundo da mitologia grega. Mas, por outro lado, ele descreve-se como degredado, porque se encontra longe deste idílio mitológico. Por isto, fala no parágrafo seguinte do seu paradeiro real em Portugal e da sua pátria brasileira e caracteriza-as do seguinte modo: «Não são estas as venturosas praias da Arcádia, onde o som das águas inspirava a harmonia dos versos» (Costa 1768a: 47).

Nesta frase, alude outra vez à ficção pastoril dos seus modelos portugueses e indica a influência principal destes na sua obra. Concretiza esta alusão com uma descrição do seu estilo e com nomes de poetas modelos, que efectua perfeitamente com o recurso retórico à lítotes e à *captatio benevolentiae*:

Bem creio que te não faltará que censurar nas minhas *Obras*, principalmente nas *Pastoris* onde, preocupado da comua opinião, te não há de agradar a elegância de que são ornadas. Sem te apartares deste mesmo volume, encontrarás alguns lugares que te darão a conhecer como talvez me não é estranho o estilo simples, e que sei avaliar as melhores passagens de Teócrito, Virgílio, Sanazaro e dos nossos Miranda, Bernardes, Lobo, Camões etc. (Costa 1768a: 47).

Descrevendo o seu estilo como simples e orientado pelo dos poetas clássicos e renascentistas portugueses, Cláudio Manuel indica ao leitor das suas *Obras* o caminho para interpretar os seus poemas com respeito às ideias poetológicas do Neoclassicismo português e, especialmente, da Arcádia Lusitana.

As duas finalidades principais da Arcádia portuguesa eram a concentração na Natureza, à qual correspondem o nome e a concretização do princípio da *imitatio naturae*, e o emprego de uma linguagem simples. Francisco Joseph Freire, aliás Cândido Lusitano, — o poetólogo principal do Neoclassicismo e da Arcádia Lusitana — escreve na edição da sua *Arte Poética* do ano 1759, tratando da essência da poesia: «[...] o que he certo, segundo a opinião dos melhores Authores, he que consiste a essencia da Poesia na imitação da natureza; [...]» (Freire 1759, vol. 1, pp. 19-20).

Para o emprego do estilo simples, na poesia árcade, também se podem encontrar referências no tratado de Freire. Referindo-se ao estilo da églogas diz no capítulo XIII do livro III: «Este deve ser cor-

rente, brando, puro, e sem ornato de sentenças, e agudezas, que excedão a esfera de hum homem rustico» (Freire 1759, vol. 3, pp. 241-242).

Alem disso, foi a *imitatio auctores* um princípio importante para a poesia árcade. Aparte da menção de muitos nomes de autores clássicos e também modernos na *Arte Poética* de Cândido Lusitano, pode-se encontrar uma descrição da importância deste princípio na terceira dissertação de Pedro Joaquim António Correia Garção, membro da Arcádia Lusitana.⁴ Para ele é a: «[...] imitação dos bons autores, [...] à qual deve a Arcádia sua grande reputação [...]» (Garção 1982, vol. 2, p. 132). E por isto formula a regra seguinte que combina a *imitatio* com a *aemulatio*: «Os poetas devem ser imitados nas fábulas, nas imagens, nos pensamentos, no estilo; mas quem imita deve fazer seu o que imita» (Garção 1982, vol. 2, p. 135).

Examinando, por exemplo, o soneto *Pastores, que levais ao monte o gado* do poeta brasileiro, pode-se assinalar a concretização destas finalidades árcades:

Pastores, que levais ao monte o gado,
Vede lá como andais por essa serra,
Que para dar contágio a toda a terra
Basta ver-se o meu rosto magoado:
Eu ando (vós me vedes) tão pesado,
E a Pastora infiel, que me faz guerra,
É a mesma que em seu semblante encerra
A causa de um martírio tão cansado.
Se a quereis conhecer, vinde comigo,
Vereis a formosura, que eu adoro;
Mas, não; tanto não sou vosso inimigo:
Deixai, não a vejais, eu vo-lo imploro;
Que se seguir quiserdes o que eu sigo,
Chorareis, ó Pastores, o que eu choro.
(Costa 1768a: 52).

4 Os nomes dos modelos mencionados por Cláudio Manuel podem-se encontrar sem dificuldades na *Arte Poética* de Francisco José Freire. Por exemplo: Teócrito e Vigílio no capítulo I do livro I (ver Freire 1759, vol. 1, p. 14); Sannazaro no capítulo VII do livro III (ver Freire 1759, vol. 3, p. 203); Sá de Miranda no capítulo XXI do livro I (ver Freire 1759, vol. 1, p. 165); Diogo Bernardes no capítulo XVIII do livro I (ver Freire 1759, vol. 1, p. 128); Rodrigues Lobo no capítulo XXVI do livro I (ver Freire 1759, vol. 1, p. 204); Camões no capítulo II do livro I (ver Freire 1759, vol. 1, p. 18).

Estilisticamente, a linguagem é clara e está marcada pela falta do hipérbaton, recurso retórico típico do cultismo barroco. Além disso, as coisas são nomeadas sem perífrases complicadas e metafóricas, o que corresponde à imitação da natureza. Com respeito ao conteúdo, pode-se afirmar que no poema se trata um caso de amor petrarquista inserido num idílio bucólico, como era típico da lírica renascentista.

Estas características, manifestadas em diferentes graus, podem-se encontrar também na maior parte dos 100 sonetos incluídas nas *Obras* de Cláudio Manuel. Uma vez como foco na descrição do idílio pastoril (*Se sou pobre Pastor, se não governo?* ou *Corino, vai buscar aquela ovelha*), outra vez, tratando principalmente de amor (*Injusto Amor, se de teu jugo isento* ou *Ingrata foste, Elisa; eu te condeno*). Mas em todos os casos o *locus amoenus* forma o fundo (*Onde estou? Este sítio desconheço* ou *Sombrio bosque, sítio destinado*).

Também nas églogas o argumento é colocado na paisagem árcade e é determinado por pastores ou pescadores e as suas circunstâncias de vida simples:

Égloga II
Fileno
Na margem deleitosa
Do cristalino Tejo,
Sentado um Pescador, a pobre rede
Enquanto tem nas praias estendida,
Ao longe uma harmonia
Nunca ouvida jamais, ao longe escuta
Um canto tão sonoro,
Que nem Glauco suave, nem o cego
Amante da formosa Galatéia,
De Sicília entoou na branca areia. [...]
(Costa 1768a: 140).

Aqui, como na égloga I, que começa quase identicamente, podem-se observar outras características (Costa 1768a: 128-139). Não só se emprega uma descrição de paisagem mais realista, mas também se menciona explicitamente o canto, o meio típico árcade para a lírica, que foi influenciado pela ode clássica. Mais tarde, o poeta Domingos Caldas Barbosa, aliás Lereno, elevou esta técnica de declamação a um nível de certa qualidade, cantando os seus poemas da colecção *Viola de Lereno*. Aparte esta tendência para a técnica declamatória, as 20 églogas de Cláudio Manuel são tematicamente parecidas com os sonetos. Os temas são tratados em monólogos ou diálogos pastoris numa paisagem bucólica. Esta ficção pastoril é mantida nas seis epis-

tolas, que se ocupam de solidão e saudade. Isto, também, se pode observar nos romances, nas *canconettes* em língua italiana e nas cantatas reunidas nas *Obras* (vr Barbosa 1798; Cascudo 1958).

No *Parnaso Obsequioso e Obras Poéticas*, uma colecção de textos dramáticos, líricos e epistolares publicada também em 1768, pode-se encontrar outros exemplos. Aqui especialmente destaca-se o último poema intitulado *Saudação à Arcádia Ultramarina*. Com esta poesia Cláudio Manuel elogia os árcades brasileiros e as suas obras e agradece-lhes o facto de ter sido admitido.⁵ De novo mantém a ficção pastoril:

[...] Ah! se da glória vossa,
Pastores, cá me vira
Tão digno, que na bela Arcádia nossa
Igualmente meu nome se insculpira!
Entre a série preclara,
De *Glauceste* a memória se guardara. [...]
(Costa 1768b: 344).

Outro representante da poesia árcade no Brasil foi Inácio José de Alvarenga Peixoto, nascido em 1743 ou 1744 no Rio de Janeiro. A data de nascimento exacta e o seu percurso antes de se matricular na Universidade de Coimbra no ano de 1760 são desconhecidos. Existem duas teses. Por um lado, diz-se que foi educado num colégio de Jesuítas no Rio de Janeiro, por outro lado, que a sua educação foi feita em Braga. Para o último caso há indicações, mas não podem aclarar todas as dúvidas em torno desta problemática. Até ao ano de 1767 esteve matriculado em leis, mas interrompeu os seus estudos entre 1761 e 1763, viajando para o Brasil. Já durante os seus estudos começou a compôr versos e chegou a conhecer Tomás Antônio Gonzaga e Domingos Caldas Barbosa. O modelo poético dos três estudantes foi Cláudio Manuel da Costa. Em 1775, depois de ter sido juiz de fora em Sintra, regressou ao Brasil e tomou posse dum auditor em São João del-Rei. Por causa do nascimento ilegítimo da sua filha, em 1785, deixou o seu trabalho e dedica-se à mineração. Quatro anos mais tarde, Alvarenga Peixoto foi preso por ser inconfidente. Em 1792 foi

5 Nos seus *Poemas Manuscritos* poderiam ser encontradas mais indicações referentes às influências árcades nas suas obras. Mas uma apresentação mais ampla, também uma análise do poema *Vila Rica* seriam demasiado extensas para um trabalho como o presente.

desterrado para Angola, onde morreu no mesmo ano (Lapa 1960: IX-LIX; 1996a: 899-940; Pereira 1996a: LXIII-LXIV).

Dos 33 poemas hoje conhecidos — 25 sonetos, quatro odes, duas líras, um *Canto Gentílico* e uma cantata — a maior parte (30) foi publicada postumamente (Malard 1996: 941, 945). Ainda que fossem influenciados pela Arcádia, nestes textos é possível observar alterações. O elogio da mulher e o tema de amor continuam sendo muito importantes, mas são tematizados de forma independente do idílio pastoril. Os personagens — ninfas, Amor, outros deuses mitológicos — e os nomes das mulheres louvadas — Marília, Jônia, Teresa — correspondem aos modelos árcades, mas não são colocados na paisagem bucólica. Afasta-se da descrição detalhada da natureza e do uso de termos do campo semântico da ficção pastoril.

Outra diferença em relação à Arcádia portuguesa e aos poemas de Cláudio Manuel constitui o emprego de temas e lugares do Novo Mundo. No poema 5 Alvarenga Peixoto descreve a paisagem uruguaia e alude à tomada duma redução jesuíta nas Missões por tropas espanholas e portuguesas:

Entro pelo Uruguai: vejo a cultura
Das novas terras por engenho claro;
Mas chego ao templo majestoso, e paro,
Embebido nos rasgos da pintura.
Vejo erguer-se a República perjura
Sobre alicerces de um domínio avaro;
Vejo distintamente, se reparo,
De Caco usurpador a cova escura. [...]
(Peixoto 1996: 961).

O poema 23, o qual mostra características pré-românticas, trata do trabalho forte dos escravos brasileiros e da desigualdade entre as colônias e Europa:

Bárbaros filhos destas brenhas duras,
Nunca mais recordeis os males vossos;
Revolvam-se no horror das sepulturas
Dos primeiros avós os frios ossos:
Que os heróis das mais altas cataduras
Principiam a ser patrícios nossos;
E o vosso sague, que esta terra ensopa,
Já produz frutos do melhor da Europa.
(Peixoto 1996: 976).

Os poemas 28 e 29 também contêm temas brasileiros ou americanos, mas Portugal continua a ser manifestamente apresentado numa luz positiva (Peixoto 1996: 982-986).

Tomás António Gonzaga, um amigo de Alvarenga Peixoto, nasceu em 1744 no Porto e mudou-se em 1752, com os seus pais, para o Brasil. Depois da sua educação num colégio jesuíta estudou Direito e terminou os seus estudos em 1768. Primeiro trabalhou como juiz em Beja e começou a trabalhar em Vila-Rica em 1779. Dez anos mais tarde foi preso pelas mesmas causas que Cláudio Manuel e Alvarenga Peixoto. Sendo condenado, não se pôde casar com a sua namorada e musa, Maria Dorotéia Joaquina de Seixas. Mas foi perdoado no mesmo ano e desterrado para Moçambique, onde trabalhou para o governo colonial. Gonzaga morreu em 1810 (Filho 1996b: XIII-XIV; Pereira 1996a: LX-LXII).

A sua obra lírica, intitulada *Marília de Dirceu*, foi publicada entre 1792 e 1812 em três volumes e tornou-o um dos poetas de língua portuguesa mais importantes do século XVIII. O nome *Marília* representa Maria Dorotéia e o nome *Dirceu* é o pseudónimo árcade de Gonzaga. Ao lado desta lírica sentimental, que corresponde às regras estilísticas do arcadismo, Gonzaga compôs epístolas satíricas. Estas *Cartas chilenas* foram publicadas em 1787 e contêm crítica política (Filho 1996b: XIV; Lapa 1996b: 533-555).

Também nas obras de Gonzaga pode-se observar exceções às regras árcades. Por um lado, dedica uma grande parte dos seus poemas a uma pessoa existente, em vez de tratar a poesia amorosa como forma artificial, como era típico do arcadismo. Um procedimento que outro representante da Arcádia Ultramarina, Manuel Inácio da Silva Alvarenga (1749-1814), também utilizou na sua obra intitulada *Glaura* de 1799. Por outro lado, critica a casta reinante, o que parece estranho, se se considerar o grande número de poemas de louvor dirigidos aos representantes do governo pelos árcades (Helena 1996: 562-563; Pereira 1996b: 769-786; Aguiar 1999: 289-294).

Contemplando as obras destes três poetas da Arcádia Ultramarina, pode-se observar que ao princípio a sua poesia sofreu uma grande influência das regras poetológicas da Arcádia Lusitana. Mas pouco depois a lírica afastou-se do mundo fictício do idílio pastoril e mitológico, aproximando-se de um mundo mais real, do mundo brasileiro. Este desenvolvimento coincidiu com o afastamento geográfico dos poetas de Portugal. Cláudio Manuel da Costa compôs a maior parte

das suas *Obras Poéticas* em Portugal, sob a influência directa da Arcádia Lusitana e publicou-as pouco depois no Brasil. Por isto se pode dizer que abriu o campo da poética neoclássica aos seus colegas brasileiros. Mas as obras de Alvarenga Peixoto e Gonzaga foram criadas com mais distância geográfica e temporal. Além disso foram publicadas depois da dissolução da Arcádia Lusitana, sendo também um indício da distância entre a sua lírica e a poesia dos seus modelos antigos. Por este motivo, pode-se constatar que a Arcádia Ultramarina não foi uma cópia da Arcádia de Lisboa, mas que aponta para uma corrente poética que, sim, recebeu determinada influência, mas que se soube manter independente daquela.

Bibliografia

- Aguiar, Melânia Silva de (1996): «A Trajectória Poética de Cláudio Manuel da Costa», em: Filho (ed.) (1996^a), pp. 27-39.
- Aguiar, Melânia da Silva (1999): «Silva Alvarenga», em: Castro (ed.) (1999a), vol. 1, pp. 289-294.
- Barbosa, Domingos Caldas (1798): *Viola de Lereño: Collecção das suas cantigas, offerecidas aos seus amigos*, Vol. 1, Lisboa: Of. Nunesiana.
- Cascudo, Luís da Câmara (ed.) (1958): *Caldas Barbosa: Poesia*, Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora.
- Castro, Sílvio (ed.) (1999a): *História da Literatura Brasileira*, Lisboa: Alfa.
- Castro, Sílvio (1999b): «A poesia de Cláudio Manuel da Costa», em: Castro (ed.) (1999a), vol. 1, pp. 264-272.
- Costa, Cláudio Manuel da (1768a): *Obras*, em: Filho (ed.) (1996a), pp. 41-305.
- Costa, Cláudio Manuel da (1768b): *O Parnaso Obsequioso e Obras Poéticas*, em: Filho (ed.) (1996a), pp. 307-345.
- Filho, Domício Proença (ed.) (1996a): *A Poesia dos Inconfidentes. Poesia completa de Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga e Alvarenga Peixoto*, Rio de Janeiro: Nova Aguilar.
- Filho, Domício Proença (1996b): «Apresentação», em: Filho (ed.) (1996a), pp. XI-XVI.
- Freire, Francisco Joseph ([1759] 1977): *Arte Poetica ou Regras da verdadeira poesia em geral*, Reimpressão, Hildesheim / New York: Georg Olms Verlag.
- Garção, Pedro Joaquim António Correia (1982): *Obras completas*, 2^a ed., texto fixado, prefácio e notas por António José Saraiva, Lisboa: Sá da Costa.
- Helena, Lúcia (1996): «Tomás Antônio Gonzaga, um Árcade entre a Lira e a Lei», em: Filho (ed.) (1996a), pp. 557-570.

- Lapa, M. Rodrigues (1960): *Vida e obra de Alvarenga Peixoto*, Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro.
- Lapa, M. Rodrigues (1996a): «Prefácio à edição de M. Rodrigues Lapa», em: Filho (ed.) (1996a), pp. 899-940.
- Lapa, M. Rodrigues (1996b): «Prefácio», em: Filho (ed.), pp. 533-555.
- Lima, Henrique de Campos Ferreira (1942): *José Basílio da Gama. Alguns novos subsídios para a sua biografia*, Coimbra: Coimbra Editora.
- Malard, Leticia (1996): «As Louvações de Alvarenga Peixoto», em: Filho (ed.) (1996a), pp. 941-956.
- Malard, Leticia (1999): «A poesia de Tomás António Gonzaga», em: Castro (ed.) (1999a), vol. 1, pp. 305-320.
- Peixoto, Alvarenga (1996): *Poesias*, em: Filho (ed.) (1996a), pp. 957-988.
- Pereira, Paulo Roberto Dias (1996a): «Cronologias», em: Filho (ed.) (1996a), pp. LI-LXIV.
- Pereira, Paulo Roberto Dias (1996b): «Cartas Chilenas: Impasses da Ilustração na Colônia», em: Filho (ed.) (1996a), pp. 769-786.
- Veríssimo, José (s.d. [depois de 1911]): *Obras poéticas de José Basílio da Gama*, Rio de Janeiro / Paris: Livraria Garnier.

Leonor Lopes Fávero (São Paulo)

A política linguística do Marquês de Pombal para o Brasil

1. O ensino pós-jesuítico – primeiros momentos

Com a expulsão dos jesuítas, o ensino elementar no Brasil sofreu uma transformação que não ocorreu, porém, da mesma forma e ao mesmo tempo em todas as Capitanias.

Quando de sua expulsão, por motivos pouco relacionados ao ensino por eles ministrado no Brasil, os jesuítas possuíam, segundo Azevedo (1944: 312) vinte e cinco residências, trinta e seis missões, dezessete colégios, além de seminários e escolas de ler e escrever e, no dizer de João Lúcio de Azevedo (1922: 121):

[...] a obra que haviam empreendido tinha caráter temporal e, nessa qualidade somente com meios materiais se poderia realizar. A sociedade religiosa era, pois, também mercantil.

Para nós a expulsão muito significou, pois acabou-se de um golpe com um sistema que existira por quase dois séculos (Viana 1975: 311).

Coube ao Norte e Nordeste a elaboração dos primeiros textos de orientação para o ensino elementar. Assim é que em 1758 é confirmado por D. José o *Diretório que se deve observar nas povoações dos índios do Pará e Maranhão*, redigido pelo governador do Maranhão Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão de Pombal, pelo qual se extinguiu o poder temporal dos jesuítas e se impunha a obrigatoriedade do ensino da língua portuguesa, proibindo como «base fundamental da Civilidade» o uso da língua dos índios:

Sempre foi máxima inalteravelmente praticada em todas as nações, que conquistaram novos Domínios, introduzir logo nos Povos conquistados seu próprio idioma, por ser indisputável, que esse é um dos meios mais eficazes para desterrar dos Povos rústicos a barbaridade dos seus antigos costumes; e ter mostrado a experiência, que ao mesmo passo, que se introduz neles o uso da Língua do príncipe, que os conquistou, se lhes radica também o afeto, a veneração, e a obediência ao mesmo Príncipe. Observando pois todas as Nações polidas no Mundo este prudente, e sólido sistema, nesta Conquista se praticou tanto pelo contrário, que só cuidaram os primeiros Conquistadores estabelecer nela o uso da Língua, que chamaram geral; invenção verdadeiramente abominável, e diabólica, para que privados os Índios de todos aqueles meios, que os podiam civilizar,

permanecessem na rústica, e bárbara sujeição, em que até agora se conservaram. Para desterrar esse perniciosíssimo abuso, será um dos principais cuidados dos Diretores, estabelecer nas suas respectivas Povoações o uso da Língua Portuguesa, não consentindo por modo algum, que os Meninos, e Meninas, que pertenceram às Escolas, e todos aqueles Índios, que forem capazes de instrução nesta matéria, usem da Língua própria das suas Nações, outra chamada Geral; mas unicamente da Portuguesa na forma que sua Magestade tem recomendado em repetidas Ordens, que até agora não se observaram com total ruína Espiritual, e Temporal do Estado (Silva 1830: 189).

O documento, aprovado pelo Rei em 17 de agosto de 1758, objetivava normatizar o ensino da língua portuguesa, proibindo o uso das línguas indígenas e das línguas gerais — *não consentindo por modo algum, que Meninos, e Meninas, que pertencerem às Escolas, e todos aqueles Índios, que forem capazes de instrução nesta matéria, usem da Língua própria de suas nações, outra chamada geral* — e obrigando o uso e o aprendizado da *Língua do Príncipe*, tal como se lê na *Gramática Castelhana* de Nebrija — *a língua sempre foi companheira do Império* — ocasionando o desaparecimento, ao longo do tempo das línguas indígenas e das línguas gerais, *invenção verdadeiramente abominável*.

Os encarregados de aplicar a lei enfrentaram inúmeras dificuldades para sua implantação e execução — «o Diretório não vicejou em parte nenhuma, por falta de gente capaz» (Carneiro da Cunha 1963, vol. 2: 43), — porém, apesar delas, só foi abolido em 1798, já no reinado de D. Maria I.

As dificuldades da parte dos índios, reduziam-se

[...] às escassas posses financeiras, que os impediam de pagar facilmente a ‘pataca ao Vigário, dos direitos paroquiais (com as vilas criavam-se as paróquias), e a contribuírem com o limitado estipêndio dos mestres da escola não obstante ensinarem-se gratuitamente os rapazes e raparigas miseráveis e desamparadas’. Quer isto dizer que os demais teriam de pagar o ensino — cada um, meio tostão por mês e meio alqueire de farinha por ano, em dinheiro ou frutos. O ensino gratuito aos órfãos e filhos de viúvas desamparadas (como se exprime noutro passo) seria concedido por meio de «cartas particulares», em que o Governador autorizaria essa exceção, que ficava sujeito ao bom aproveitamento. Acrescia a dificuldade da compra do papel, computada, nos primeiros anos, em 25 ou 30 resmas, bem como outras derivadas do condicionalismo da terra e da precariedade de meios com que se pretendia montar um sistema complexo, para terra tão pouco desenvolvida sob todos os aspectos (Andrade 1978: 11).

Não há documentos que comprovem a extensão do *Diretório* a toda a Colônia o que leva a crer que isso não tenha ocorrido, mas é certa sua aplicação, por exemplo, a Pernambuco, pois assim se expressa seu governador Luis Diogo Lobo da Silva na carta do Secretário de Estado Francisco Xavier, em 16 de novembro de 1760:

Como me constou não haver, nas aldeias que se surgiam em novas vilas, pessoas que pudessem suprir as referidas ocupações, me resolvi a mandar os soldados de que tive melhor informação para o executarem na parte dos rapazes, e na das raparigas encarregar aos Diretores o fizessem por suas mulheres, o que se acham cumprindo os casados, com grande adiantamento dos mesmos.

e conclui:

[...] me persuadi não ser contrário em coisa alguma, ao *Diretório* impresso, e só acomodado, quanto me foi possível com a natureza do País.

Segundo Carneiro de Mendonça em *A Amazônia na era pombalina* (1953), os jesuítas, em 1757, ao tomarem conhecimento da ordem de abandonarem as aldeias comprometeram-se, na pessoa de seu visitador, a abrir escolas públicas para ensinarem os meninos a ler e escrever, o que não haviam feito em 1751, quando foram avisados de que o rei queria que abrissem as referidas escolas, para que, como consequência, se adquirisse, com «maior facilidade o uso da língua portuguesa», apesar da advertência de que cairiam no desagrado real «como o mesmo Senhor foi servido declarar-me nas Instruções que me mandou dar, quando vim governar este Estado» (Carneiro de Mendonça 1953: 1034-1035). A reforma foi estruturada no Brasil a partir das ordens diretas de Lisboa, mas o ensino elementar ficou, nesse primeiro momento, submetido aos governadores; daí as determinações de Luiz Diogo Lobo da Silva para sua implantação e também sua redação da *Breve instrução para ensinar a Doutrina Cristã, ler e escrever aos meninos e ao mesmo tempo os princípios da língua portuguesa e sua ortografia* (cf. item 2 deste trabalho).

O costume de ensinar a ler e a escrever utilizando-se dos cartilhas-catecismos (cartinhas) era comum até o século XIX (Rui Barbosa no Projeto de Reforma do Ensino Primário valoriza a inclusão de ensinamentos de ordem moral, cívica e religiosa nos manuais); em 1770, o rei determinou que se ensinasse, nas escolas de ler e escrever, «por impressos ou manuscritos de diferente natureza, especialmente pelo *Catecismo pequeno* do bispo de Montpelier, Carlos Joaquim Colbert, mandado traduzir pelo Arcebispo de Évora». Assim os alunos apren-

diam não só a «soletrar», mas também os «princípios da Religião em que os mestres lhes devem instrução, com especial cuidado e preferência a qualquer outro estudo».

A primeira Cartinha de que se tem notícia é de 1504 de autoria de Diogo de Ortiz Vilhegas; Damião de Góis faz referência ao envio para o Congo de livros de doutrina cristã que eram provavelmente Cartinhas (Barros 1971: XXV) e nelas já se incluía como o faz João de Barros em 1539 uma parte de catecismo. Buescu considera não terem as Cartinhas por única função ensinar a língua portuguesa a estrangeiros, pois, como consta no Prólogo de João de Barros:

Com zelo de aprender a qual língua, quatro dos principais deste povo [Malabar] vieram este ano por, mas sem pejo dos impedimentos da pátria, cá nestes reinos a pudessem melhor praticar e por ela aprender os preceitos da lei em que esperam acabar.

Quanto à Capitania de São Paulo, caso à parte, a reforma de 1759 relegou-a ao esquecimento completo. Andrade (1978: 17) explica o fato por estar ela desde 1748, época do apogeu da mineração aurífera, sujeita à Capitania do Rio de Janeiro o que a prejudicava, considerando-se a grande distância entre as duas capitais. Só em 1768, como Capitania autônoma, São Paulo vê instaladas as escolas de ler e escrever (Carta do Governador Geral ao Conde de Oeiras), tendo o mesmo governador também remetido à aprovação ministerial em 12 de maio do mesmo ano, o *Estatuto que hão de observar os mestres das escolas dos meninos nesta Capitania de São Paulo*, que prescrevia nos parágrafos 3 e 7, aqui transcritos, não poder nenhum aluno, por ordem do governador, prosseguir seus estudos se não apresentasse o atestado de Mestre de Ler e Escrever:

3 – Que nenhum menino se possa passar ao estudo da língua latina, sem preceder a mesma licença, a qual se dará com informação do Mestre, sobre a sua capacidade, para se saber se se acham bem instruídos no ler, escrever e contar, e bons costumes, para que não suceda passarem a outros estudos maiores, sem estes primeiros e mais necessários fundamentos, da Religião Cristã e obrigações civis.

7 – Que todos os Mestres sejam obrigados a ensinar pelo livro de Andrade,¹ e a seguir em tudo aquelas regras que no princípio do dito

1 Refere-se certamente ao livro *Nova escola para aprender a ler* de Manoel de Andrade Figueiredo, provavelmente impresso, em 1720, bem anterior à reforma de Pombal.

livro se prescrevem para a boa direção das Escolas, e será bom que tenha outros livros, como a *Educação de um menino nobre* (da autoria de Martinho de Mendonça de Pina e Proença Homem), a *tradução das Obrigações Civis* de Cícero e, para que possam inspirar aos meninos, as boas inclinações e o verdadeiro merecimento do homem.²

Os jesuítas mantinham, na Capitania, quando de sua expulsão, um Colégio para instrução elementar e secundária (Gramática Latina, Teologia Moral e Casos), porém, só com a reforma de 1772 se viu contemplada com um mestre de ler, escrever e contar, um professor de Gramática Latina e um de Retórica, número insuficiente para as necessidades da Capitania (Leite 1943, vol. 8: 447).

2. Breve Instrução para ensinar a Doutrina Cristã, ler e escrever aos meninos e, ao mesmo tempo, os princípios da Língua Portuguesa e sua Ortografia

Se até o século XVIII, as Cartinhas e outros manuais para a escola elementar não deixaram de entrar no Brasil, pois faziam parte da obra civilizadora de Portugal na América, Ásia e África, agora já não mais aqui chegavam, pois esse tipo de ensino não estava afeito à Diretoria Geral, explicando-se porque o Governador de Pernambuco mandou redigir a *Breve Instrução* que trazia normas metodológicas sobre como colher bons resultados «à luz da idéia básica da Revelação Cristã, tanto para o ensino quanto para a sociedade civil» (Andrade 1978: 13).

Inicia-se com a exposição sobre as letras correntes romanas, capitais romanas, vagais, acentos, sinais de pontuação, sílabas, nomes. («Estais já instruídos nas sílabas, é preciso que entreis com desvelos a ajuntá-los e a formar os nomes»).

O modelo é a Cartinha-catecismo de João de Barros, embora mais resumida, pois este separa sílabas por «ajuntamento de três letras» de «sílabas de três letras a meia das quais é liquida» e fala em ditongos (boi, pai, rei etc.) enquanto aquela não o faz, justificando não ser mais importante «dilatar os meninos nos nomes: o mais acertado é ensinar-lhes a escrever o Padre Nosso e mais orações».

2 Transcrito em Andrade (1978: 155-156).

Seguem-se as orientações aos mestres das escolas que exercem «a ocupação mais nobre e mais útil ao Estado e à Igreja», pois são eles que infundem

no espírito as primeiras imagens e os primeiros pensamentos que devemos ter no santo temor de Deus, da obediência ao Rei e aos Ministros respectivos, do amor e respeito aos nossos maiores do afeto necessário à Pátria e aos interesses da Monarquia.

Os interesses do Estado se sobrepunham a todos os outros e deviam guiar os primeiros passos da criança na escola, caracterizando uma intervenção do poder civil na educação:

São os mestres nas escolas que nos dão as primeiras idéias do equilíbrio que devemos guardar nas nossas ações, para que estas não sejam abomináveis ao Estado nem escandalosas à Religião cristã que professamos (Andrade 1978: 122).

A expulsão dos jesuítas não significou a secularização do ensino; o que se substituiu foi a orientação da Companhia de Jesus, mas tudo se passava de acordo com os princípios da religião católica:

E como o princípio da ciência é o temor de Deus, devem os Mestres colocar nas escolas uma imagem de um santo crucifixo em vulto ou em pintura, e obrigar os meninos quando entram na escola, que de joelhos devotamente a reverenciem, se persignem e se benzam, e ensiná-los a persignar e a benzer, fazendo-lhes certo que o sinal da Santa Cruz é a arma mais forte para destruir as tentações do inimigo comum (Andrade 1978: 123).

E continua, transcrevendo as orações mais conhecidas da Igreja: o Padre-nosso, a Ave Maria, o Credo, o ato de contrição, explicando o que é a Confissão, os mandamentos, os sacramentos e, finalmente, apresenta as orações para quando se sentam à mesa e para depois das refeições, terminando com uma exortação moral aos meninos.

Prossegue com a explicação gramatical: apresenta brevemente as nove partes do discurso (artigo, nome, pronome, verbo, particípio, advérbio, preposição, conjunção e interjeição), mas não se detém em todas elas, estudando especificamente o nome que apresenta com seis casos, o verbo, com os modos e as conjunções, terminando a parte gramatical com o uso dos acentos e das letras maiúsculas. Mais uma vez o modelo é João de Barros, não apresentando nada de novo, justificando seu método:

Julgo o melhor e mais fácil modo de bem saber ler e escrever a nossa Língua, usar deste método nas Escolas, porque o primeiro leite familiariza-se com os indivíduos e é muito natural que se leve à tumba aquilo

que deixa o berço – razão por que em todas as Nações cultas se está hoje ensinando a ler, ainda debaixo dos preceitos mais ásperos que estes que aconselho aos Mestres (Andrade 1978: 151).

Adverte:

É moralmente impossível saber bem a ortografia ignorando os primeiros princípios da ortografia da Língua em que se escreve (Andrade 1978: 151).

Conclui afirmando que, com isso, o aluno já terá uma «leve tintura da Gramática Portuguesa».

3. O ensino da língua portuguesa no Brasil — o Alvará Régio de 1759

Sob o impacto do *Verdadeiro método de estudar* de Verney e da expulsão dos jesuítas e quebrada a resistência da Igreja, a barreira mais poderosa que se antepunha aos anseios de uma «reforma das mentalidades», abriu-se o caminho para a remoção das barreiras restantes. E o primeiro alvo foi a educação,

[...] pois esta era a base da formação das mentalidades, mais ainda, da formação dos intelectuais: os dois aspectos a serem transformados, uma vez libertos da tutela dos jesuítas (Falcon 1982: 432).

Iniciam-se as «reformas pombalinas da educação».

Ao suprimir o ensino dos jesuítas, Pombal não subestimou a luta em que se empenhara e sabia que precisava supri-los imediatamente: assim, o Alvará Régio de 28 de junho de 1759, ao mesmo tempo em que extinguiu todas as escolas dirigidas pela Companhia de Jesus, estabelecia nas «Aulas e estudos das letras uma geral Reforma» (Fávero 1996: 227). O Alvará «não tem outro significado senão este: o de manter a continuidade de um trabalho pedagógico que a expulsão dos jesuítas ameaçava comprometer» (Carvalho 1978: 79).

A criação, pelo Alvará, das aulas régias de latim, grego e retórica, pelo novo método, relegando ao esquecimento o alvarista e incorporando o dos oratorianos (em 1752 é publicado o *Novo método de gramática latina* da Congregação do Oratório), foi o primeiro passo para a renovação pedagógica que vai culminar com a reforma da universidade em 1772.

A razão invocada foi a «necessidade de se conservarem a união cristã e a sociedade civil»; não se nota, ainda, a acusação de que seriam os jesuítas os causadores de todos os males e da decadência por-

tuguesa, acusação esta que só vai surgir claramente expressa na *Dedução cronológica*.

O método recomendado é, na realidade, o mesmo proposto por Verney e pela gramática dos oratorianos, mas é chamado de antigo, em consonância com a prática das «nações polidas da Europa», numa preocupação de valorizar o passado e a experiência:

[...] sendo o estudo das Letras Humanas a base de todas as ciências, se vê nestes Reinos extraordinariamente decaído daquele auge em que se achavam quando as aulas se confiaram aos Religiosos jesuítas (Alvará Régio, *Introdução*).

Após uma Introdução em que se recordavam fatos da oposição aos jesuítas, determinava o Alvará:

Uma reforma geral mediante a qual se restitua o Método antigo, reduzido aos termos simples, claros e de maior facilidade, que se pratica atualmente pelas nações polidas da Europa; conformando-me, para assim o determinar, com o parecer dos Homens que doutos, e instruídos neste governo de erudições.

No caso específico do ensino de Português a «Carta primeira» do *Verdadeiro Método* (Verney 1746) dizia:

Gramática [...] é a arte de falar e escrever corretamente. Todos aprendem sua língua no berço; mas se acaso se contentam com essa notícia, nunca falarão como homens doutos.

Assim, sua aprendizagem é fundamental para o aperfeiçoamento da língua:

Os primeiros mestres das línguas vivas comumente são mulheres ou gentes de pouca literatura, de que vem que se aprende a própria língua com muito erro e palavra imprópria, e, pela maior parte, palavras plebéias. É necessário emendar com o estudo os erros daquela primeira doutrina.

Desse modo, a gramática é útil e conduz o usuário a bem falar e escrever; o que não se deve fazer é iniciar seu estudo partindo da gramática latina:

E, na verdade, o primeiro princípio de todos os estudos deve ser a gramática da própria língua. A razão por que nos parece tão dificultoso o estudo da Gramática Latina (além de outros motivos que em seu lugar direi) é porque nos persuadimos que toda aquela máquina de regras é particular da língua latina, e não há quem nos advirta quais são as formas particulares dessa língua, a que chamam Idiotismos, quais as comuns com as outras. Se a um rapaz que começa explicassem e mostrassem, na sua própria língua, que há Verbo, Caso, Advérbio, etc., e que há formas particulares de falar; se, em tantas regras, mas com mui simples explicações, fizessem com que os principiantes refletissem que, sem advertirem, e isto

sem gênero algum de preceitos, mas pelo ouvirem e exercitarem; seguro a V. P. que abririam os olhos por uma vez, e entenderiam as coisas bem, e se facilitaria a percepção das línguas todas (Verney 1746: 33-34).

As principais medidas do Alvará Régio foram:

- criação do cargo de Diretor Geral dos estudos, ao qual ficavam subordinados os professores;
- determinação de que todos os professores prestassem exames para serem aceitos;
- obrigatoriedade, quer para o ensino público, quer para o particular, de licença do Diretor Geral de Estudos;
- proibição do uso do livro de Manuel Álvares ou de seus comentadores e da Prosódia de Bento Pereira «pelo perigo que se há de imprimir logo nos primeiros anos a multidão de palavras bárbaras de que está cheio» (§ XII);
- estabelecimento, para os professores, dos Privilégios de Nobres, incorporados ao direito comum, e especialmente no Código, Título: *De professoribus et medicis* (Fávero 1996).

No Brasil, a implantação da reforma encontrou diversos obstáculos (havidos também na Metrópole), principalmente porque Portugal não soube conciliar suas decisões com os meios de as pôr em prática.

O *Diretório* estabelece, como já afirmei, como «base fundamental da Civilidade» a proibição do uso das línguas gerais e das línguas indígenas, impondo a língua portuguesa como idioma geral. Para seu ensino introduziram-se duas escolas em cada povoação — uma para meninos e outra para meninas, para ensinar a ler, contar e Doutrina Cristã. O contar foi substituído nas escolas femininas por fiar, fazer renda, costurar e «todos os mais mistérios próprios daquele sexo».

O Estado devia pagar os professores, mas não tinha dinheiro; estes aufeririam «ordenados suficientes, pagos pelos pais dos mesmos índios os pelas pessoas em cujo poder eles viverem» mas que se recusavam a fazê-lo já que estavam acostumados ao ensino gratuito dos jesuítas e não queriam sujeitar-se aos professores escolhidos pelo Estado que, além do mais, eram poucos, sendo necessário os da terra, pagos pelas famílias. Os livros também eram poucos, esgotavam-se logo (o mesmo ocorria em Portugal), o que obrigava a utilização dos antigos, mesmo proibidos, aos quais estavam apegados, como a Arte do Pe. Manuel Álvares e a Prosódia de Bento Pereira.

Já em 1759 realizaram-se na Bahia concursos para as cadeiras de Latim e Retórica, tendo sido aprovados dezenove candidatos; Portugal enviou professores régios para Pernambuco e depois para Bahia e Pará (alguns não se deram bem aqui e voltaram), pagos pela Coroa, gerando duas classes de mestres: a dos professores da terra, pagos pelas famílias, e a dos professores de fora, mais bem remunerados, o que se constituiu num grande foco de discórdia:

Sem ter pessoal que repusesse os antigos mestres banidos, as autoridades régias foram recrutando, de qualquer maneira, elementos de clero, frades e monges das diversas ordens religiosas (franciscanos, carmelitas, oratorianos, beneditinos, mercedários, capuchinhos e outros) espalhados pela Colônia e padres seculares — capelães de engenhos e de fazendas; e mais alguns letrados pobres, uns coitados esfarrapados que sabiam alguma coisa. Com essa desfalcada legião foi que o governo de Lisboa contou para substituir aqueles homens que vestiam a humilde roupeta inaciana (Carrato 1968: 148).

Além do mais

[...] é tal a impressão que deixaram os jesuítas e, todo o povo que o seu método era o melhor de todos; e tal as saudades que os naturais têm deles que por esse respeito têm todos ódio aos novos métodos que S.M. mandou estabelecer para a reforma dos estudos e deles dizem todos quanto mal se pode excogitar persuadindo a todos que pelo novo método se não pode saber latim, e assim fazem zombaria e escárnio dos ditos novos métodos e por conseguinte também dos professores que os foram ensinar dizendo destes muito mal, e levantando-lhe muitos testemunhos e pondo-os no ódio das gentes (Carta de Manuel da Silva Coelho a D. Tomaz de Almeida, 18-07-1762).

No Brasil, talvez mais do que em qualquer outro lugar, os esforços para preencher o vazio deixado pelos jesuítas foram em vão.

E que livros eram utilizados?

No ensino elementar, como já vimos, as Cartinhas-catecismos, a Breve Instrução e a obra de Andrade aqui já referida. Quanto aos estudos secundários, sabe-se que as bibliotecas dos jesuítas eram muito boas e que não ficavam abertas só para os alunos e padres, mas para qualquer um que o solicitasse. Os padres sempre enriqueceram suas bibliotecas não só por suas necessidades pessoais, mas porque em seus colégios e seminários ensinavam desde as primeiras letras até os cursos de Filosofia que se equiparavam a verdadeiras faculdades. Rendas que obtinham com a venda dos produtos de suas fazendas eram destinadas à compra de livros.

As bibliotecas tinham ricos acervos das várias áreas do conhecimento e segundo Leite (1943, vol. 7: 193) as obras de História e Geo-

grafia constituíam «um dos grandes setores das bibliotecas dos colégios». Com a expulsão dos religiosos e todos os seus bens arrestados, as bibliotecas sofreram um duro golpe, com seus livros confiscados e amontoados em lugares impróprios enquanto se procedia do inventário dos bens. Assim, sob Pombal foi preciso começar tudo de novo.

Para o ensino da língua portuguesa, continuavam a serem utilizadas as gramáticas de João de Barros e de Argote, esta última criticada por Verney. A partir do Alvará Régio de 1770, que torna oficial a Gramática de Antônio José dos Reis Lobato, esta obra passa a ser utilizada largamente no Brasil, chegando mesmo, com a instalação da Tipografia Régia, com D. João VI, a ter várias edições aqui feitas.

As primeiras gramáticas escritas por brasileiros são do início do século XIX e podem ser consideradas, como o fez Antenor Nascentes (1939: 23), livros portugueses, pois não tratam das diferenças que já apresenta a língua aqui falada e seguem todas a linha da gramática filosófica, continuando a tradição logicista (*une science est une langue bien faite*), com a influência de Sánchez, Port-Royal, Enciclopedistas, a teoria das elipses, o conceito de verbo-substantivo e o dogmatismo do certo e errado que ainda hoje permeiam nossas gramáticas.

Bibliografia

- Andrade, Antônio Alberto Banha de (1978): *A reforma pombalina dos estudos secundários no Brasil*, São Paulo: EDUSP / Saraiva.
- Argote, Jerônimo Contador de (1725): *Regras da Língua Portuguesa, espelho da língua latina*, 2.^a impressão, Lisboa: Occidental.
- Azevedo, Fernando de (1963): *A cultura brasileira*, 4.^a edição, Brasília: Editora da Universidade de Brasília.
- Azevedo, João Lúcio de (1922): *O Marquês de Pombal e a sua Época*. Rio de Janeiro / Lisboa: Anuário de Brasil / Seara Nova / Renascença Portuguesa.
- Barros, João de (1971): *Gramática da Língua portuguesa. Cartinha, gramática, diálogo em vergonha*, reprodução fac-similada, leitura, introdução e notas por Maria Leonor Carvalhão Buescu, Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Carneiro da Cunha, Pedro Otávio (1963): «A fundação de um império liberal», em: Holanda, Sérgio Buarque: *História geral da civilização Brasileira*, Época colonial, 1.^a edição, vol. 2, São Paulo: Difel.
- Carneiro de Mendonça, Marcos (1953): *A Amazônia na era pombalina*, Vol. 3, São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

- Carrato, José Fereira (1968): *Igreja, iluminismo e escolas mineiras coloniais*, São Paulo: Companhia Editora Nacional / EDUSP.
- Carvalho, Laerte Ramos de (1978): *As reformas pombalinas da instrução pública*, São Paulo: EDUSP / Saraiva.
- Falçõ, Francisco José Calazaus (1982): *A época pombalina*, São Paulo: Ática.
- Fávero, Leonor Lopes (1996): *As concepções lingüísticas no século XVIII*, Campinas: Editora da UNICAMP.
- Leite, Serafim (1943): *História da Companhia de Jesus no Brasil*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.
- Nascentes, Antenor (1939): *Estudos Filológicos*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Silva, António Delgado da (1830): *Coleção de Legislação Portuguesa (1750-1820)*, Lisboa: Tipografia Maignense.
- Verney, Luís António ([1746] 1949): *Verdadeiro Método de estudar*, Edição organizada por Salgado Jr., Lisboa: Livraria Sá da Costa.
- Viana, Hélio (1975): *História do Brasil*, São Paulo: Melhoramentos.

Fernando Garcia (Porto Alegre)

**Iluministas e Antiiluministas:
O caso da Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro**

Não sendo historiador, o que me fascina na História, no escrever História, é que ela pode ser rescrita a cada momento, em função do espírito de cada época, dos documentos que se escolhem como fonte, de como tais documentos são lidos e interpretados e, mesmo, das características pessoais, como classe, profissão, nacionalidade ou cultura de quem os lê e interpreta. Sou diplomata, diplomata brasileiro, de uma família de intelectuais, entre eles editores, escritores e historiadores, do Sul do Brasil. Por isto, a cultura de meu país sempre me interessou, assim como sua História.

Na História da cultura brasileira, um dos episódios mais interessantes, por suas grandes consequências históricas e culturais, foi a chamada missão francesa de 1816, que resultou no estabelecimento de uma escola de Belas Artes do Rio de Janeiro em 1826, apenas em 1826, repito, dez anos, portanto, depois de sua criação, logo veremos porquê. Disse a *chamada* missão francesa, porque ela não foi uma missão, não foi mandada pela França, foi, sim, convocada pela Coroa Portuguesa, então no Rio de Janeiro, para formar, em 1816, a instituição que inicialmente se denominou «Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios».

Grande parte da historiografia brasileira, até hoje, costuma denegrir a chamada missão e a escola, por várias, mas totalmente infundadas razões. Em primeiro lugar, alguns historiadores e críticos consideram que a escola e a chamada missão «impuseram» o estilo neoclássico, ao gosto de França, rompendo com isto a tradição verdadeiramente brasileira, que seria a evolução dos estilos barroco e rococó, os quais a tão elevado nível chegaram nas ladeiras baianas, nas ilhas do Recife, na praia carioca e nas alturas de Minas, para citar apenas alguns lugares.

Outros escritores atacam a escola e a chamada missão por terem resultado no que consideram o insosso Academismo brasileiro do século XIX, como se nós tivéssemos tido a obrigação de sermos impressionistas antes do impressionismo, modernistas antes do modernismo, vanguardistas antes das vanguardas. Outros historiadores desprezam a iniciativa do Rei D. João VI, em seu período no Brasil, ou

seja, de 1808 a 1821, nada menos que 13 anos, dizendo que queria o monarca dar ares, arremedos de «Europa» a sua colônia americana, menoscabando com isto o próprio Reino do Brasil, estabelecido em 1815, um ano antes, portanto, da fundação da Escola Real. Outros, finalmente, querendo desmerecer os artistas franceses da chamada missão, escrevem que não foram eles trazidos por D. João VI, mas aportaram na corte carioca, empregados que tinham sido de Napoleão, por causa do temor das perseguições de que estavam sendo ou seriam objeto, depois da queda do temido corso em 1814 e da conseqüente restauração dos Bourbons. Ou seja, nosso rei D. João não tivera idéia nenhuma preconcebida ou planejada quanto a uma escola de belas artes para a capital do Reino do Brasil. Tudo fora obra do acaso.

Para que compreendamos o verdadeiro significado da Escola Real de Ciências Artes e Ofícios de 1816, renomeada Real Academia de Desenho, Pintura e Escultura, em outubro de 1820, e denominada Imperial Academia das Belas Artes, quando passou finalmente a funcionar, em novembro de 1826, com o Brasil já independente, para que compreendamos com precisão, dizia, a importância para o Brasil dessa instituição e das imorredouras conseqüências que teve no futuro e que perduram até hoje, de modo positivo, temos de livrar-nos dos preconceitos dos historiadores e críticos que os levaram às conclusões mal colocadas que enumerei anteriormente. Ou seja, temos de livrar-nos dos preconceitos da historiografia e posturas da República, que muito fez — com propriedade e justeza quando a República queria se impor entre nós — para diminuir a importância do período monárquico, sobretudo o período do Reino — tido como obra não nossa — mas de maquinações de Talleyrand no congresso de Viena —, temos de livrar-nos dos preconceitos dos críticos do Modernismo — resultado da semana de Arte Moderna de 22 — que — também com justeza e propriedade em seu tempo — muito fizeram para denegrir o Academismo da escola que terminaram por substituir com o Modernismo, o qual efetivamente representava as necessidades estéticas e sociais daquele momento, finalmente, temos de livrar-nos dos preconceitos nacionalistas, de todos os períodos, que toldam a vista, quando se trata de apreciar com justeza o que estrangeiros contribuíram para o bem do Brasil.

Ou seja, o que chamo hoje de preconceitos, em seu momento, foram úteis para firmar entre nós a República, o Modernismo e a nacionalidade. Mas hoje, a inércia dessas posições se transformou em pre-

conceito, pois já estão mais que firmes a República, o Modernismo e a nacionalidade. São preconceitos, já que nos impedem uma visão clara do passado. Em suma, livre dos preconceitos de nacionalistas exagerados, de republicanos renitentes e de modernistas ferrenhos poderemos ver com clareza o teor das luzes que a Escola de Belas Artes de 1816 — hoje Escola Nacional de Belas Artes — espalhou por nossa história, qual seja, as luzes do Iluminismo.

Com efeito, com a escola encerrou-se entre nós, metodicamente, a partir de 1816, a arte sacra como expressão quase exclusiva de nossa cultura, seja nas artes plásticas, seja na música e também literatura. De fato, no Brasil Colônia a igreja era o centro das artes — a arquitetura, as talhas douradas, os sermões, a música —, tudo se reunia para formar um grande espetáculo, que tornava a música leiga uma raridade, a poesia leiga uma exceção (digníssima entre os mineiros árcades), e a grande arquitetura civil pouco comum. A isto se somavam as riquíssimas e elaboradíssimas procissões, forma de arte em si. A escola de D. João VI iniciou, pois, a arte leiga no Brasil como regra, abandonando-se pouco a pouco a tradição medieval da exclusividade da arte religiosa, o que só foi possível pelas idéias laicizantes do Iluminismo, consagradas e divulgadas pelo neoclassicismo de deuses pagãos da escola de artes do monarca português, agora carioca.

Ademais, a escola do Rei também começou, entre nós, a formação do artista com método, com profissionalidade, deixando-se de lado o sistema anterior do aprendizado ao modo medieval também, de aprendizes que se ligavam a um mestre do ofício. Exemplo é o grande Aleijadinho, que aprendeu sua arte com o próprio pai, também arquiteto, também escultor. Neste caso da escolaridade metódica dos artistas, também estão presentes as luzes do Iluminismo a banir os últimos resquícios da Idade Média, numa colônia que esteve fechada ao mundo até 1808, justamente quando o então Príncipe Regente, o futuro D. João VI, chega ao Rio de Janeiro com seus 15.000 cortesãos.

Além disto, a escola real iniciou o importantíssimo processo de valorização do artista como membro respeitável da sociedade, democratizando uma área cheia de preconceitos contra trabalhos manuais, que colocavam o artista na condição de empregado, de servo de casas ricas e nobres, de serviçal de mecenas mais ou menos esclarecidos. Veja-se o exemplo do iluminado Mozart, duramente castigado com um humilhante pontapé, porque não queria comer com os lacaios do bispo-príncipe de Salzburgo. No Brasil Colônia, a situação era em

tudo semelhante. Os artistas eram quase exclusivamente escravos negros ou mulatos libertos. Outra vez, cite-se o Aleijadinho, mas também o precioso Mestre Valentim e toda a plêiade de músicos do barroco mineiro, pois inclusive a música era atividade considerada manual, pouco nobre, para fidalgos ou filhos de algo. Não estávamos muito longe de Salzburgo. A escola real deu dignidade ao artista, valorizando democraticamente sua posição na sociedade brasileira. Outra vez as luzes do liberalismo, filho direto do Iluminismo.

Ainda mais, a escola, por seu prédio magnífico, inaugurado pelo jovem imperador D. Pedro I — do qual hoje só restou a portada de dois andares transposta para o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, com seu rigoroso e belo Neoclassicismo pelo patrocínio agora imperial, pela alta qualidade de seus professores europeus, pelo estilo novo que preconizava, tornou a arte um tema cotidiano, pelo menos das classes mais privilegiadas do Brasil de então, que passaram a desejar ter arte em suas casas. No Brasil Colônia, as casas ricas brasileiras, quando muito, e muito raramente, eram decoradas apenas com gravuras de santos. Desta vez, o Iluminismo difundido pela escola real fez com que se tornassem mais complexas e culturalmente ricas a mente e a sociedade brasileiras, pelo menos, outra vez, em seus escalões mais elevados, em sua elite, agora mais interessada com as coisas do espírito, pela arte como objeto adquirível, iniciando-se nesse processo a criação de um mercado de arte entre nós, hoje tão sofisticado quanto grande, nas grandes e médias cidades brasileiras.

Mas consequência da Escola Real, que marcou para sempre nosso fazer artístico, foi o «aggiornamento» geral da cultura brasileira de então. Ou seja, a difusão do Neoclassicismo pela escola não foi a imposição de um estilo francês a uma colônia portuguesa, ou melhor a um reino americano recém-estabelecido. Foi a adoção consciente por parte de uma elite esclarecida, iluminada, de uma nova mentalidade, de uma nova posição do espírito humano no Mundo Ocidental, do qual o Brasil, como novo reino, como ex-colônia européia, fazia (e por isto sempre fez) parte. Em outras palavras, o Neoclassicismo e o consequente Academismo correspondiam aos desejos de mudança da época, justamente, no sentido das idéias liberais do Iluminismo que tinham no passado greco-romano a base da ideologia que então se considerava de ponta, como a ideal para fazer-se iniciar novo período na História do Pensamento Ocidental, na qual, desde 1500, quando as caravelas de Cabral divisaram a costa baiana, estamos inseridos, não

por mera influência ou imposição despótica, mas por inevitável processo histórico e dialético.

Não esqueçamos que segundo Antônio Cândido, a própria independência do Brasil foi «o objetivo máximo do Movimento Ilustrado e sua expressão principal» e o Iluminismo, segundo ele, criou o clima de «euforia cultural» que precedeu e informou o processo de independência do Brasil. Ou seja, sem o Iluminismo, sem a Escola de Belas Artes, sem o «aggiornamento» ideológico que causou e a tradição de inovação e de adoção de padrões internacionais para nossa produção artística que a escola iniciou entre nós, não teria sido possível, penso, a ocorrência da própria Semana de Arte Moderna de 1922, com seus mecenas e idéias novas, os e as quais, mais uma vez, queriam renovação em padrões universais de qualidade. Compreensivelmente, porque queriam impor-se, os modernistas passaram a atacar e a denegrir a escola e a chamada missão, no que tinham de responsáveis pelo estabelecimento das idéias neoclássicas e do Academismo, cujo dobre de finados começou a ser tocado na Paulicéia de Tarsila, de Mário de Andrade, de Anita Malfatti, dos Prados e dos Pentedos.

Vejamos agora porque, de fato, a Escola de Belas Artes foi uma criação do Iluminismo e de Iluministas. Para tanto, para que nos libertemos dos preconceitos históricos e críticos enumerados acima, limitemo-nos a fontes contemporâneas e boas, quais sejam, o relato de Jean-Baptiste Debret, membro da chamada missão, como professor de pintura histórica, e infatigável defensor da escola, o de Manuel Araújo de Porto Alegre, aluno deste e depois diretor da própria escola, e a correspondência do Cavaleiro de Brito, o Encarregado de Negócios de D. João VI em Paris, que, em 1815-1816, foi responsável pela seleção e pela viagem para o Rio de Janeiro dos artistas franceses que seriam os professores da instituição. Esta correspondência foi por nós lida e copiada na Torre do Tombo de Lisboa.

Resumindo uma longa história, a idéia de criar uma Escola de Belas Artes, em 1816, na corte carioca de D. João VI, com toda a certeza nasceu de uma conversa entre Humboldt e o Marquês de Marialva, Embaixador de D. João VI em Paris, sobre a Academia que se estabeleceu na cidade do México. O Conde da Barca, Antônio de Araújo de Azevedo, Primeiro Ministro de D. João no Rio de Janeiro, imediatamente adotou a idéia e passou a ter ação decisiva e dedicada para colocá-la em prática. Marialva e Barca eram chamados de «afrancesados» na corte carioca. Afrancesados, entenda-se, não eram os partidá-

rios da França dos recém-restabelecidos Bourbons, mas, justamente, os partidários das idéias do Iluminismo, que no mundo latino vinham principalmente por Paris, que também chamamos de a Cidade das Luzes. Diga-se de passagem, que as Academias de Artes, exceto as de Paris e Roma, eram novidade em todo o Mundo Ocidental e seu nome indica os desejos classicizantes associados às novas idéias liberais da Ilustração, cujos princípios deviam difundir.

No entanto, quero crer, baseado no que nos dizem Debret, Porto Alegre e o diarista Marrocos, no Rio de Janeiro da época, a idéia de criar-se a Academia de Belas Artes veio do fato de que o D. João VI havia decidido permanecer para sempre no Rio de Janeiro, para sempre abandonando Lisboa, para definitivamente transpor para solo nosso a Coroa e a Corte, não mais portuguesas, mas luso-americanas, ou luso-brasileiras, como queiram. Marrocos, português, sempre muito irônico mas objetivo, escreveu em seu diário que falar-se na volta do Rei a Portugal havia sido transformado em caso de polícia, literalmente, registrou que «há proibição política de falar-se na ida a Lisboa», tamanho era o «janeirismo» do Monarca, feliz com o poder que teria no seu vasto reino americano, maior que a própria Europa. Este tema é praticamente tabu em nossa história e a historiografia contemporânea tem visto como pruridos fantásticos a intenção do nosso Rei de criar o «Império do Ocidente», com sede no Rio de Janeiro. No entanto, é apenas sob esta luz que poderemos compreender a criação da Escola Real de Belas Artes. Mais que as idéias novas e a formação laica da arte e metódica dos artistas, o que o Conde da Barca e o Marquês de Marialva queriam era fazer do Brasil um verdadeiro Reino. Não por coincidência a escola é criada apenas um ano após o fim do período colonial no Brasil, pois antes de independentes em 1822, em 1815 passamos a ser um reino unido a Portugal.

Ou seja, um reino necessita ter identidade e qualidade como todos os reinos que se prezam. Todos sabemos que as potências coloniais, antes e depois e sempre, utilizavam e utilizam a destruição das identidades locais, o desprezo da produção artística dos lugares a serem dominados e o preconceito contra seus habitantes, por raça, etnia ou cultura, como arma essencial de domínio e poder, mais forte talvez que as próprias armas de destruição física. As armas físicas fazem desaparecer os indivíduos, as mentais, seu espírito, sua alma, sua capacidade de resistir, de valorizar-se, de impor-se.

Ora, o Brasil era agora um reino, precisava de identidade respeitável e de qualidade artística igual à da Europa, a ex-metrópole, mas ainda centro do poder mundial, para com ela se igualar e mesmo competir. O ilustrado Barca sabia disto. Nada melhor que a arte, sob as novas idéias, para se atingir esse objetivo. Nada melhor que as novas idéias do Iluminismo, liberal e inovador, para criar um novo Reino, no Novo Mundo. Com efeito, a escola de artes foi criada ao lado de estabelecimentos mais convencionais quanto ao poder de um reino, qual sejam, a siderurgia de Sorocaba para os canhões das guerras, a fábrica de pólvora do Rio de Janeiro, para municiá-los, e as duas Academias Militares do Rio de Janeiro, para saber-se bem usar a uns e outros. Sim, o Brasil tinha de ser uma potência, digna de um rei, e não mais uma colônia. Para todos os efeitos, já era um Reino. Portanto, teria que recuperar a identidade reprimida no tempo em que fora colônia. Daí a escola.

Mas não foi tarefa fácil fazê-la funcionar. Os Iluministas, liderados por Barca, terão de enfrentar a oposição dos que queriam manter o Brasil como colônia e sem identidade, desde o início da colocação em prática da idéia inovadora, qual fosse, dar arte, de qualidade, contemporânea, ao novel reino americano. Na correspondência do Cavalheiro de Brito — o Marquês de Marialva estaria ausente em 1815, quando se reúne o grupo de artistas franceses que partem para o Rio, entre eles o já citado Debret, mas também Grandjean de Montigny, o arquiteto, e os brilhantíssimos Taunays, os dois irmãos, pintor e escultor — vê-se com clareza como ele tenta caracterizar a ida dos artistas não como artistas em si, mas como colonos para o Brasil, a quem se dariam sesmarias de terras. O Brasil precisava de homens brancos, europeus, para desenvolver e colonizar o país. Tais eram as instruções que recebia do Rio de Janeiro, quando ao grupo que Brito formava sob orientação do iluminado Barca para sua escola. Mas sabedor do que Barca efetivamente queria, de um lado, escreve Brito aos menos iluminados da Secretaria de Negócios Estrangeiros da Corte carioca, que «sem nada prometer (aos artistas) ponderei que as artes de luxo deveriam ser precedidas das úteis e necessárias à economia interior do país», de outro, adianta Brito de seu próprio bolso grande quantia de dinheiro para a passagem de vários dos artistas que se mudavam para a corte carioca a fim de serem professores na escola que se formaria. Brito sabia o que estava fazendo, de um lado, agradava os que queriam era colonizar o Brasil, sem dar-lhe identidade de reino, para ser igual aos

da Europa, de outro, agradava ao Conde da Barca, pagando as passagens. Agiu bem, foi ressarcido das despesas e condecorado pelo ilustrado Conde. De passagem, diga-se que contemporaneamente, a hoje chamada missão francesa era conhecida como «colônia francesa», o que expressava a idéia dos antiiluministas que queriam braços, não para o pincel e o cinzel, para o amanhã do espírito, mas para a pá e a enxada, para o amanhã da terra.

Posteriormente, após a chegada do grupo dos artistas-professores franceses ao Rio de Janeiro, no início de 1816, terão eles de enfrentar diários e insuportáveis obstáculos, muitos deles voltarão à Europa, durante dez anos, até o funcionamento definitivo da academia tão desejada por Barca para a glória da Coroa Portuguesa na América, para a glória do Brasil, usando eu, mais uma vez, os termos da época. Segundo Taunay, o historiador da primeira metade do séc. XX, descendente de um dos artistas franceses, «parecia haver a intenção sistemática do Estado no sentido de aniquilar a novel fundação, tão auspiciosamente criada por Barca». Não é necessário narrarmos a verdadeira saga, a odisséia que foi chegar-se ao estabelecimento da escola, onde sobressaem como paladinos principalmente Debret, mas também Grandjean de Montigny. Basta-nos citar que foi nomeado diretor do estabelecimento cultural o pintor português Henrique José da Silva, o qual tudo fez para fazer abortar o projeto, seja atrasando a construção do prédio, projeto de Montigny, colocando-se nisto ao lado dos administradores do Reino e do Primeiro Império, que queriam economizar, seja criando estatutos que excluía as atividades dos professores franceses, pois os alunos deveriam estudar cinco anos de desenho, com ele mesmo, Silva, antes de passarem para as outras classes, seja movendo campanha nos jornais contra os franceses, seja quotidianamente intrigando contra estes diante das autoridades do Reino e do Primeiro Império.

O historiador Taunay e Morales de los Rios, os dois grandes especialistas quanto à chamada missão francesa, e todos os historiadores brasileiros do assunto referem-se sempre às colossais dificuldades que precederam o estabelecimento da Academia Imperial das Belas Artes. Mas todos eles se limitam a explicar os fatos como resultado da enorme capacidade de intriga, fruto da rivalidade pessoal do insofrível Henrique José da Silva em relação aos professores franceses, especialmente Debret. No entanto, quero crer que tanta obstinação por parte de Silva e tanta dedicação por parte de Debret, durante dez anos,

não podem ser compreendidas como resultado de mera ciúmeira pessoal. O que estava em jogo, sim, eram, de um lado, as idéias iluministas que a academia e o neoclassicismo representavam e, de outro, a velha ordem, tanto das idéias, como da posição do Brasil como colônia, sem arte ou identidade.

Com efeito, Silva reduziu o estatuto da academia brasileira, muito inovador para a época, ao de Lisboa, antiquado, dizendo que era isto o que bastava ao Brasil.

Ademais, Debret escreve que Silva temia que as novas idéias da Academia colocassem por terra todas as idéias estabelecidas, literalmente, que o sistema da Academia «consistia em tudo subverter». Está aí o fulcro da questão, iluministas contra antiiluministas. Apenas porque estavam em jogo idéias é que os dois lados lutaram tanto tempo, pois as idéias representavam a permanência ou alteração de visões do mundo, de grupos de poder e, o que é mais, do próprio futuro do Brasil como reino independente, ou seja, a prevalência das idéias e ideais do Iluminismo, de liberalismo, de democracia diríamos hoje (no nosso caso, então, a monarquia constitucional), e do estabelecimento de estados nacionais (no nosso caso, o Brasil independente, distinto de Portugal), idéias e ideais que se opunham ao poder absoluto dos reis e ao pacto colonial, defendidos pelos antiiluministas. De fato, Debret escreveu que tudo o que fizera pela Academia Imperial fizera pela «glória do Brasil». Glória, em termos atuais, poderia ser rendido por «autoestima nacional», «respeito externo», em outras palavras, pela «identidade própria do Brasil», que seria conseguida, entre outros fatores, através de uma arte de qualidade internacional inserida nas correntes das idéias contemporâneas e inovadoras.

Que o assunto é da seara do Iluminismo comprova-o o fato de que a instalação final da Academia Imperial das Belas Artes se deu por influência do Visconde de São Leopoldo, José Feliciano Fernandes Pinheiro, grande iluminista brasileiro, idealizador do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, segundo escreveu em 1839, como «representante das idéias da Ilustração», e propagador das idéias de Alexandre de Gusmão, o brasileiro iluminista da corte de D. João V. Debret, com muito custo, havia conseguido montar no prédio da Academia, já por terminar, em 1826, o primeiro «salão» de seus alunos, contra as mil intrigas do diretor Silva. O Visconde se impressionou com a qualidade dos trabalhos dos alunos de Debret — Silva sempre propalava que os trabalhos dos alunos eram péssimos — e convenceu D. Pedro I

a inaugurar a Academia Imperial, o que foi feito em novembro de 1826, na presença da infanta D. Maria, filha de nosso primeiro imperador, que seria rainha de Portugal.

Silva ainda continuou a impedir o pleno desenvolvimento da academia, mas o iluminado Visconde, segundo Debret, finalmente deu-se conta das intrigas destruidoras do diretor e corrigiu os estatutos, modernizando-os, tornando inclusive regulares os «salões de pintura e escultura», a partir de 1829, cujo salão contou com nada menos que 2.000 visitantes, cerca de 10% da população do Rio de Janeiro de então! Mas os primeiros grandes frutos da Academia carioca, no sentido do que desejava Barca para o que seria o Reino do Brasil, só foram colhidos no Império do Brasil, já independente, depois da Maioridade de D. Pedro II e da direção da escola por Araújo de Porto Alegre e Félix Emílio Taunay, filho do pintor francês que viera em 1816 e que, ao contrário do pai, permaneceu toda vida no Brasil.

A grandes frutos, precisamente, me refiro aos quadros-símbolo que, então e hoje, fazem parte da alma brasileira, de nossa identidade, como a «Primeira Missa», de 1861, de Vítor Meireles, o «Derrubador Brasileiro», de 1879, de Almeida Júnior, glorificação dos mestiços que somos, ainda no Império, todos os quadros do Indianismo brasileiro, que também glorificavam nosso farto sangue indígena, em todas as classes sociais, e o «Grito do Ipiranga», de 1888, de Pedro Américo, ícone do nascimento de nosso país e de nossa nacionalidade.

Apesar do que possam dizer os ainda radicais críticos do Modernismo, apesar dos comentários dos historiadores da República mais entusiasmados e apesar da própria crítica européia, que simplesmente desconsidera esse período importantíssimo de nossa cultura que foi o nosso Academismo do séc. XIX, não posso deixar de apreciar suas grandes obras, seus belíssimos quadros de alto nível artístico. Sua importância vale sobretudo para nós, pois têm a ver com nossa identidade. Não posso também deixar de ver que esses quadros-símbolo foram resultado das idéias do Iluminismo, concretizadas nessas obras que mencionei, e muitas outras, elaboradas no séc. XIX por alunos da Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro. Note-se que, justamente nesse período, a Europa elaborava ideologias que abertamente eram destinadas a destruir a identidade dos países colonizados ou menos desenvolvidos para melhor dominá-los. Com o trabalho inverso da Escola de Belas Artes, valorizando o nosso, estava realizado o ideal do iluminado Rei, do ilustrado Marialva, do iluminista Barca e, porque

não dizer, do grande Humboldt. Diante dos ataques das ideologias européias de superioridade do homem branco, do colonizador, a Escola do Rei, no Império, sob D. Pedro II, nosso rei filósofo, educado por mestres sabidamente defensores do Iluminismo, nos deu identidade própria e arte de padrão internacional, fortalecendo com isto nossa autoestima, nossa independência, nossa unidade nacional, nossa identidade internacional. Nossos índios, os mestiços que somos, nossa religião, nossas batalhas, nossa história estavam cristalizados diante de nossos olhos em obras de incontestável padrão artístico. Com isto, valorizaram-nos elas e ainda nos valorizam, como indivíduos, como povo, como nação, como país e Estado. Graças às idéias, métodos e ideais iluminados da Escola Real, da Academia Imperial (hoje, Escola Nacional de Belas Artes).

Bibliografia

- Calmon, Pedro (1935): *O Rei do Brasil, Vida de D. João VI*, Rio de Janeiro: José Olímpio.
- Cândido, Antônio (1981): *Formação da Literatura Brasileira*, Belo Horizonte: Itatiaia.
- Correspondência do Cavalheiro de Brito, Encarregado de Negócios do Reino Unido de Portugal e Brasil em Paris, ativa e passiva, com a Secretaria dos Negócios Estrangeiros, no Rio de Janeiro, 1815-1816, Lisboa: Torre do Tombo.
- Debret, Jean-Baptiste (1978): *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*, São Paulo: Itatiaia, vols. I e II, especialmente a parte relativa à História da Academia Imperial das Belas Artes, que inclui também o relato de Araújo de Porto Alegre.
- d'Escragnolle Taunay, Afonso (1956): *A Missão Artística de 1816*, Rio de Janeiro: Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
- Fernandes Pinheiro, José Feliciano (Visconde de São Leopoldo) (1978): *Anais da Província de São Pedro*, Petrópolis: Vozes.
- Freire, Laudelino (1914): «A Arte da Pintura no Brasil», em: *Primeiro Congresso de História Nacional*, Rio de Janeiro.
- Mafra de Souza, Alcídio (ed.) (1985): *O Museu Nacional de Belas Artes*, São Paulo: Banco Safra.
- Morales de los Rios Filho, Adolfo (1941): *Grandjean de Montigny e a Evolução da Arte Brasileira*, Rio de Janeiro: Editora do Jornal A Noite.
- Morales de los Rios Filho, Adolfo (1942): «O Ensino Artístico, subsídio para sua História — Um Capítulo — 1816-1889», em: *Terceiro Congresso de História Nacional*, Rio de Janeiro.
- Oliveira Lima, Manuel de (1908): *D. João VI no Brasil*, Rio de Janeiro.

Ricardo Cavaliere (Rio de Janeiro)

**Antônio de Moraes Silva e os Estudos Gramaticais
do Século XVIII**

Antônio de Moraes Silva é ordinariamente conhecido nos meios filológicos como um eminente lexicógrafo do século XVIII, autor do meritório *Dicionário da Língua Portuguesa*, trazido a lume em 1789. Buscamos aqui, em nova perspectiva, tecer juízo sobre sua atividade como gramático, não só no intuito de contribuir para uma análise mais acurada dos fundamentos teóricos que o ilustre estudioso brasileiro delineia em sua obra, como também, com fulcro nessa motivação, detalhar os procedimentos do ensino do português como língua materna no Brasil de Setecentos.

Não obstante o *Epítome de Gramática da Língua Portuguesa* ter sido escrito em 1802 — a primeira edição viria a lume apenas em 1806 —, semelhante fato não descaracteriza o caráter setecentista da obra, visto que as idéias lingüísticas que se manifestam nas páginas do *Epítome* são as que chegaram ao conhecimento de Moraes Silva mediante leitura dos textos teoréticos do século XVIII e certamente estavam no centro das discussões de quantos se dedicavam ao estudo sobre a linguagem nesse período. Assim, a proposta de Moraes Silva no que tange ao ensino e à descrição do português, embora repouse em páginas escritas nos verdores do século XIX, pode ser historiograficamente reconhecida como um produto acadêmico do século XVIII, cujos frutos vicejaram com magnificente pujança no século seguinte, quando efetivamente começa a florescer o pensamento sobre a linguagem no seio da sociedade brasileira.

Antônio de Moraes Silva nasceu no Rio de Janeiro no ano de 1757, vindo a falecer em Pernambuco a 11 de abril de 1824. Bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, segundo nos informa Francisco Innocência da Silva (1863: 209), Moraes teve prematuramente encerrada uma promissora carreira na magistratura em face de uma condenação do Santo Ofício que o fez fugir para a França e, posteriormente, após largo período na Inglaterra, retornar a Portugal. No entanto, na opinião de Sacramento Blake, bibliógrafo brasileiro contemporâneo de Innocência da Silva, o autor do *Diccionario Bibliographico Portuguez* enganou-se sobre a carreira jurídica de Moraes Silva, já que

a conhecida fuga para a Inglaterra teria ocorrido antes da colação de grau na Universidade de Coimbra (1883: 268).

Consta que durante sua estada na capital inglesa, contribuiu para uma revisão do Dicionário de Bluteau, que viria a ser publicado em Lisboa no ano de 1789.¹ Aliado ao *Elucidário* de Viterbo, o dicionário de Bluteau serve a Moraes Silva como uma das fontes magnas para a elaboração de seu *Dicionario da Lingua Portuguesa*.

Não obstante ter produzido obra de grande importância na área da gramaticografia, sobretudo em face da bem fundamentada base teórica na descrição do vernáculo, Moraes Silva não logrou obter boa vontade da crítica filológica brasileira no século XIX, a julgar pelas raríssimas referências de que sua produção gramatical é objeto nas resenhas sobre estudos lingüísticos então publicadas. Aparentemente, o sucesso editorial do *Dicionario da Lingua Portuguesa* obscureceu o trabalho que Moraes desenvolvera na área gramatical.

Fato é que Maximino Maciel, por exemplo, primeiro a resenhar os estudos filológicos brasileiros (1922), sequer traça referência ao nome de Moraes Silva em seu *Breve Restrospecto sobre o Ensino da Língua Portuguesa*, preferindo atribuir aos portugueses Bento de Oliveira e Soares Barbosa as fontes iniciais dos estudos sobre a língua no Brasil. Já João Ribeiro, estudioso de várias frentes, ao ocupar-se da obra de Moraes e de sua importância no desenvolvimento das letras no Brasil, não traça sequer uma linha sobre o *Epítome da Gramática da Lingua Portuguesa*. Suas atenções só se cativam em face do Moraes lexicógrafo, a quem, por sinal, qualifica como «um tipo reacionário, emperado, realista e inimigo de tôdas as idéias novas e liberais do seu tempo» (Ribeiro 1961).

Semelhante despreço à obra gramatical de Moraes Silva parece estar sendo reparado nesta virada de milênio, a julgar pelas reiteradas referências feitas a sua obra filológica em textos e conferências, na esteira de uma certa revitalização dos estudos historiográficos ao longo dos dois últimos decênios. O *Epítome* de Moraes Silva, por mais de um motivo, deve figurar entre os textos fundadores dos estudos lingüísticos no Brasil, seja em face de seu valor documental, seja devido ao próprio conteúdo da obra e sua projeção no cenário acadêmico de seu tempo.

1 *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Lisboa/Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia Lda, s/d., Vol. XVII, p. 827.

Cabe, a título de mera observação, aditar que a contraditória questão acerca da nacionalidade de Moraes Silva não parece ser relevante no tocante ao mérito de seu trabalho. Solução salomônica, por sinal, devemos a Harri Meier, que se refere ao nosso gramático em um estudo publicado no *Boletim de Filologia* como «um grande lexicógrafo luso-brasileiro» (Meier 1948: 396).

Não resta dúvida de que o *Epítome de Gramática da Língua Portuguesa*, embora publicado em Lisboa, goza de grande importância historiográfica para os estudos lingüísticos do Brasil. Trata-se, a rigor, do primeiro trabalho sobre descrição do português escrito por autor brasileiro,² razão por que inaugura um período importante no quadro de periodização dos nossos estudos lingüísticos, a que denominamos *período racionalista* em trabalho recente que trata especialmente desse assunto (Cavaliere 2002). Mas a relevância do Moraes gramático não se limita a aspectos cronológicos. Há, sem dúvida, no *Epítome* elementos suficientes para que possamos atribuir-lhe papel precursor nos textos sobre língua portuguesa escritos na virada do século XVIII para o XIX, em face da teoria escolhida para a descrição gramatical, embora em outros tantos aspectos sua proposta se inscreva com justeza nos cânones teóricos de seu tempo, de cunho predominantemente racionalista.

De início, cumpre certo reparo à opinião difundida de que o *Epítome* se constitui em texto exageradamente purista. Incorre-se aqui em erro comum na análise de documentos lingüísticos que não os lê à luz de seu tempo, fato que pode trazer conclusões indesejáveis sobretudo quanto à relevância de um dado texto no percurso histórico das idéias lingüísticas. Em um de seus primorosos estudos historiográficos, Konrad Koerner ocupa-se da questão, remetendo-nos às idéias de Carl Becker sobre como interpretar um conceito científico em face de sua época. Segundo Becker, para entendermos o pensamento de uma pessoa que tenha vivido, por exemplo, na Idade Média, é preciso partir do «clima de opinião» (*climate of opinion*) desse período da história da Humanidade, ou seja, precisamos trabalhar com a «opinião pública» ou «pensamento generalizado» vigente no ambiente sócio-cultural em que essa pessoa vivia (Koerner 1995: 9).

2 Bem antes, em 1738, sai a lume no Brasil o *Cartapácio de sílaba*, do Padre Inácio Leão, obra aparentemente sem grande valor historiográfico tendo em vista não constituir trabalho de descrição lingüística mais aprofundada.

A rigor, ser purista no cenário político-filosófico do último quartel dos oitocentos traduzia uma postura cidadã, no sentido de encetar a luta pela autonomia e relevância da língua como elemento do estado nacional. Por tal motivo, algumas posições extremadas, supostamente reacionárias à primeira leitura, haverão de receber tratamento diferenciado à luz dessa interpretação adstrita ao momento de sua gênese, em que as forças filosóficas e intelectuais da época são decisivas para o fomento das bases conceptuais. A respeito do purismo vigente no pensamento gramatical português dos oitocentos, diz-nos judiciosamente João Ribeiro que, enquanto os ares da Independência faziam com que as pessoas no Brasil chegassem ao extremo de adotar apelidos indígenas, «por oposição ao odiado onomástico português», na metrópole, ao contrário, a veia nacionalista cultivava a pureza da língua como reação conservadora à nova ordem burguesa da França:

Na metrópole [...] fazia-se desordenada guerra contra os estrangeirismos, principalmente contra os galicismos, cada vez mais antipáticos com a Revolução Francesa e a epopéia napoleônica, infensas ao ferrenho conservantismo lusitano: a guerra ao galicismo, a Arcádia literária e todas as formas de exagerado purismo representam a reação que desde os fins do século XVIII implantou a idolatria do «português de lei», que dispõe ainda hoje de alguns soldados fanáticos retardatários (Ribeiro 1979: 59).

Decerto, influenciou-se bastante Moraes Silva com a generalizada postura lusitana infensa à influência francesa pós-revolucionária, de que resultam palavras como estas, dirigidas aos jovens leitores de sua gramática:

[...] se basta o estudo de um ano para saberes meamente um idioma estrangeiro, quando quiseses saber a língua patria perfeita e elegantemente, deves estudar toda a vida e com muita perfeição os autores clássicos, notando principalmente as analogias peculiares ao genio do nosso idioma (Silva 1806: V).

Para advertir, após, peremptoriamente:

E deste modo poderás imitá-los [os autores clássicos], não repetindo [...] as suas palavras e frases [...], mas dizendo coisas novas sem barbarismos, sem galicismos, italianismos e anglicismos, como mui vulgarmente se lêem (Silva 1806: V).

Cumpre igualmente observar que o ensino de língua materna na virada do século XVIII para o XIX, cujos parâmetros, por sinal, vigeram por várias décadas além, defendia, como prática usual, a reprodução de modelos elaborados pelo mestre, de tal sorte que os segredos do discurso escrito fossem observados pela imitação. A rigor,

imitar não uma imposição gratuita de modelos com o fito de reproduzir idéias estereotipadas na mente dos discentes, senão um método pedagógico que supunha fazer eclodir o bom desempenho individual do aprendiz mediante reprodução de estruturas frasais construídas pelos autores consagrados.

No que tange às teses teóricas de que se serve Moraes Silva, não se pode negar considerável tom precursor nas páginas do *Epítome*, sobretudo quanto à proposta de descrição das línguas vernáculas, que julgava absolutamente diversa da gramática latina. Moraes, decerto, destoa da tendência uníssona que descrevia as línguas românicas sob inspiração da estrutura morfossintática dos casos latinos. Basta dizer que, em Portugal, cerca de trinta anos antes, Reis Lobato ainda se baseava nas idéias de Amaro de Roboredo sobre a conveniência de se ensinar o português ou o castelhano pela gramática latina tendo em vista o fato de os latinos serem «homens com os quais concordamos na racionalidade» (Lobato 1770: VI). Já na Alemanha, em 1785, vem a lume a *Nova Grammatica portugueza*, de Abraham Meldola, um volume bilíngüe absolutamente alinhado com a tradição latina, inclusive no que tange à descrição do substantivos com base na flexão casual.

Cumprido, por sinal, observar que a própria *Grammaire Générale et Raisonnée de Port Royal*, insistentemente citada nos volumes lingüísticos dos oitocentos e tantos outros do início do século XIX — inclusive no *Epítome* de Moraes Silva —, já denunciava há mais de um século que a descrição dos vernáculos com base nos casos latinos não era indevida: «Il est vrai que de toutes les Langues il n'y a peut-être que la Grecque & la Latine qui aient proprement des cas dans les noms» (Arnauld / Lancelot 1974: 73).

Tal fato, entretanto, não evitou que a maioria dos vernaculistas setecentistas e outros tantos oitocentistas ainda se espelhassem na sintaxe latina, em flagrante descompasso com o pensamento lingüístico já reinante a partir da segunda metade do século XVIII. Foi, por sinal, sob influência das teses defendidas por Condillac em obra publicada no final dos oitocentos (Condillac 1780), para quem descrever a gramática francesa no molde da latina constituía grave equívoco de método, que Moraes Silva envereda pela opção da sintaxe analítica, com base nas funções determinadas pela regência e pela posição da palavra na frase. Relevante o fato de Moraes preocupar-se em citar textualmente as palavras de Condillac a tal respeito:

Nous avons compliqué notre Grammaire, parce que nous l'avons voulu faire d'après les Grammaires Latines. Nous ne la simplifierons, qu'autant que nous rappellerons les expressions aux éléments du discours (Silva 1806: 3).

Outro aspecto interessante nas páginas do *Epítome* reside na sinopse gramatical. A tradicional subdivisão da gramática em *etimologia*, *sintaxe*, *ortografia* e *prosódia*, que viria a imperar ainda por vários anos do século XIX na gramaticografia brasileira — basta citar como exemplo a exitosa gramática do filólogo maranhense Sotero dos Reis (Reis 1871) —, é preterida em favor de uma apresentação orgânica dos temas com maior destaque para a morfologia e para a sintaxe. A preferência por esta última parte da gramática é deveras saudável e invulgar em compêndios didáticos da época.

Assim, opta Morais Silva por uma sinopse binária, em que faz acostar no mesmo plano hierárquico o *Livro I (Das palavras por si sós ou Partes da sentença)* e o *Livro II (Da composição das partes da sentença entre si, ou syntaxe)*. No Livro I reúne os fundamentos da lexeologia, aí incluídos a classificação de palavras e o estudo das flexões, ao passo que no Livro II se dedica ao estudo dos termos da oração, bem como dos mecanismos sintáticos de produção frasal: colocação, regência e concordância.

Os estudos fonológicos estão em uma espécie de preâmbulo, que não recebe título próprio, fato aparentemente significativo no que diz respeito ao pensamento de Moraes Silva sobre descrição gramatical. Leve-se em conta, além da evidente intenção de dar início à descrição gramatical no Livro I, que, como vimos, trata de questões morfológicas, o fato de que esta parte preambular não conta com mais de cinco páginas, de que emanam comentários circunstanciais sobre fatos ortográficos, prosódicos e ortográficos selecionados. Não se trata, pois, de uma exposição sistemática da prosódia, como acontece normalmente nos volumes cunhados sob a inspiração da gramática racionalista, porém uma seleta de juízos sobre pontos considerados pelo autor relevantes para o aprendizado do texto.

O fato notável está em que semelhante estrutura sinóptica na descrição gramatical só gozaria da preferência dos filólogos brasileiros na segunda metade do século XIX, em volumes já produzidos sob inspiração da escola germânica histórico-comparativista. No Brasil, destaca-se, nessa linha, a *Grammatica Portugueza*, de Julio Ribeiro, publicada no Rio de Janeiro em 1881, por ser a primeira obra gramatical

estruturada na bipartição lexeologia — sintaxe importado dos compêndios vernáculos do inglês, sobretudo de Mason e Bain.

No breve intróito sobre matéria fonética, Moraes Silva encontra espaço suficiente para emitir juízo bastante consistente acerca de fatos diversos. Arrola tanto as vogais quanto as consoantes como sons elementares, mas assevera que as consoantes por si sós não têm valor efetivo. Segue, pois, a tese da existência condicionada dos sons consonantais, como modificadores das «vozes» ou vogais, entendimento, por sinal, que gozaria de opinião majoritária até o início do século XX, quando a lingüística estruturalista renovou o conceito de fonema.

Sobre as vogais nasais, ocupa-se em afirmar que são «verdadeiras vogais» (não vogais modificadas por consoante), pois a nasalidade se ouve «sobre as vogais», não após, como acontece, por exemplo, com o *r* em *bárbaro*, que só se ouve após cessar a voz. A percepção acústica de Moraes, portanto, embora não fosse suficiente para conferir *status* distintivo às consoantes, ao menos servia-lhe para distinguir verdadeiros sons consonantais de meros traços de nasalidade vocálica representados graficamente por letras consonânticas. À guisa de curiosidade, estudos relativamente recentes sobre vogais nasais portuguesas visam provar justamente o contrário, ou seja, que se trata na realidade de vogais orais seguidas de consoantes nasais.³

Dentre os temas ortográficos, Moraes Silva confere interessantes informações de ordem sócio-lingüística ao pesquisador, como, por exemplo, a que adverte sobre o uso do dígrafo «ch» como grafema de «xe» e de «ke», dando conta de que tal flutuação de uso é própria da «linguagem chula». Assinala ainda o emprego do trema sobre os grupos *gue*, *gui*, *que* e *qui* para marcar a pronúncia do u, fato pouco comum dentre as preocupações ortográficas da época, além de criticar o uso de uma mesma letra (caso do «c» e do «g») para representar mais de um som.

Na morfologia, a pena do gramático fluminense traça um painel objetivo sobre as partes da oração, com especial estudo do artigo, figura por sinal inclusa numa classe mais abrangente, a que denomina *adjetivos articulares*. São oito as classes relacionadas por Moraes: nomes (ou substantivo), adjetivo articular, adjetivo atributivo, verbo, advérbio, preposição, conjunção, interjeição. Sobre esta última, por

3 Leia-se a hipótese do arquifonema nasal de Mattoso Câmara Jr. (Câmara 1977), amparado em estudos de Gonçalves Viana e Oscar Nobiling.

curiosidade, emite clara referência a seu valor como «palavra-frase», que goza de aceitabilidade até os dias atuais.

Está, entretanto, na classe dos adjetivos articulares a maior originalidade taxionômica de Moraes. De início, adverte nosso gramático que os estudiosos, com exceção de Duarte Nunes do Leão, não haviam ainda conseguido explicar satisfatoriamente o papel do artigo nas línguas vernáculas, seja quanto ao emprego ou quanto à omissão deliberada. Partindo do princípio que certas palavras existem na língua para «determinarem a extensão individual, a que se applica um nome comum» (Silva 1806: 11), Moraes arrola sob a rubrica dos adjetivos articulares todos os termos que usualmente ficam na periferia do núcleo substantivo e não expressam valor semântico externo: o artigo propriamente dito, pronomes adjetivos indefinidos, demonstrativos e possessivos. Em interessante comentário sobre os adjetivos articulares, Moraes aduz que um de seus tipos é o artigo simples *o* e *a*, o qual indica que o nome «se toma em toda a extensão dos indivíduos, a que a sua significação e applicável» (Silva 1806: 21). Assim, quando o falante quiser restringir o termo determinado, haverá de limitar a generalização atribuída pelo artigo com outras «circunstâncias», como ocorre na construção *o homem que hontem vimos*, em que a oração atua como adjetivo que relativiza a generalização do artigo.

Ainda sobre o artigo, cabe referirmo-nos aqui a dois aspectos preciosos, não só pela inventividade, como também pela originalidade. Primeiro, atento à origem comum do artigo definido com o pronome pessoal acusativo, arrola este último naquela classe, tendo em vista a existência virtual de substantivo elítico sob sua determinação. Eis o exemplo: «Viu o cavallo de Joao? Vi-o», ou seja, «Vi-o [cavalo]». Em ratificação da hipótese, assevera que a omissão de substantivos por elipse é comum no português, inclusive em casos de verbos substantivados: «O doce; «Que vos prometta os mares, e as areyas, não lh'o creais», isto é, o prometter-vos» (Silva 1806: 25).⁴

Segundo, no que tange ao alentado papel do artigo como elemento atribuidor de gênero, adverte judiciosamente Moraes ser inadmissível acatar semelhante hipótese pelo simples fato de que, por incluir-se na

4 O reconhecimento do artigo como determinante de orações adjetivas e adverbiais, como ocorre em frases do tipo *Não sei o que fazes* e *Gostou do quando o filho se defendeu* vem sendo acolhida por mais de um gramático já há algum tempo (Bechara 1999: 154). Leia-se também, a respeito do artigo neutro do espanhol (Alarcos Llorach 1999: 91).

classe do adjetivo, o artigo só pode ser usado em concordância se o falante já souber antecipadamente o gênero e o número do nome:

sendo o artigo um adjetivo, quem fala, ou escreve deve saber o genero do nome, a que o artigo precede, para usar delle na variação correspondente ao genero, ou numero do nome, como se faz com qualquer outro adjetivo (Silva 1806: III).

Enfim, muito haveríamos de ainda comentar sobre o papel precursor do *Epítome da Gramática da Língua Portuguesa* no panorama dos estudos lingüísticos desenvolvidos nos setecentos. Cite-se, por exemplo, na área da sintaxe as interessantes observações traçadas acerca do infinitivo pessoal português como atributos das pessoas verbais e a exaustiva apreciação sobre valores semânticos das preposições ao cuidar da sintaxe de regência. Estes são temas que ficam para um outro estudo, já que o limitado tempo de que dispomos não nos permite maiores alongamentos. Havemos, pois, de concluir com a certeza de que a obra gramatical de Antônio de Moraes Silva, não obstante inspirada nas idéias lingüísticas do século XVIII, se destaca pelo vanguardismo e pela especial lucidez conceptual, razão por que está ainda a merecer especial atenção de quantos se ocupem com questões historiográficas nos estudos lingüísticos.

Bibliografia

- Alarcos Llorach, Emilio (1999): *Gramática de la lengua española*, Madrid: Real Academia Española, Editora Espasa Calpe.
- Arnould, Antoine / Lancelot, Claude (1754): *Grammaire générale et raisonnée*, Paris: Aupelf / CNRS, Archives de La Linguistique Française 14, Reprod. de l'éd. de Paris: chez Prault.
- Bechara, Evanildo (1999): *Moderna gramática portuguesa*, Rio de Janeiro: Lucerna.
- Blake, Augusto Victorino Alves Sacramento (1883): *Diccionario bibliographico brasileiro*, vol. 1, Rio de Janeiro, Tipographia Nacional.
- Câmara Jr., Joaquim Mattoso (1977): *Para o estudo da fonêmica portuguesa*, Rio de Janeiro: Padrão.
- Cavaliere, Ricardo (2002): «Uma proposta de Periodização dos Estudos Lingüísticos no Brasil», em: *Confluência* 23 (Rio de Janeiro: Liceu Literário Português), pp. 102-120.
- Condillac, Étienne Bonnot de (1780): *Cours d'étude pour l'instruction du prince de Parme, aujourd'hui S. A. R. l'infant D. Ferdinand*, Genève: Chez Du Villard Fils & Nouffer.

- Koerner, Konrad (1995): «Persistent issues in linguistic historiography», em: Koerner, Konrad: *Professing linguistics historiography*, Amsterdam / Philadelphia: Benjamins.
- Lobato, António José dos Reis (1770): *Arte de grammatica da lingua portugueza*, Lisboa: Na Regia Officina Typografica.
- Meier, Harri (1948): «O dicionário de Moraes», em: *Boletim de Filologia* 9 (4), pp. 396-397.
- Reis, Francisco Sotero dos (1871): *Grammatica portugueza accomodada aos principios geraes da palavra, seguidos de immediata applicação pratica*, 2 ed. revista, corrigida e anotada por Francisco Sotero dos Reis e Americo Vespucio dos Reis, São Luiz, Typ. de R. d'Almeida.
- Ribeiro, João (1979): «Antiguidade dos Brasileirismos», em: *A lingua nacional e outros estudos lingüísticos*, Petrópolis: Editora Vozes Ltda., seleção e coordenação de Hildon Rocha.
- Ribeiro, João (1961): «Moraes redivivo», em: *Academia Brasileira. Obras de João Ribeiro: crítica*, Rio de Janeiro: ABL, vol. V, Organização de Múcio Leão.
- Silva, Antônio de Moraes (1806): *Epitome de grammatica da lingua portugueza*, Lisboa, Off. de Simao Thaddeo Ferreira.
- Silva, Francisco Innocencio da (1863): *Diccionario bibliographico portuguez*, Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, Tomo I.

Maria Cecilia Mollica (Rio de Janeiro)

Simplificação no sistema de modo na história do português

1. Colocação do problema

O ciclo de mudança nas línguas românicas atinge o modo verbal, com previsão de neutralização entre alguns tempos e entre o modo indicativo e subjuntivo. No português, verifica-se tal tendência, embora alguns obstáculos se façam notar no sentido de inibir o processo de simplificação. Neste artigo, considero o princípio da marcação como um vetor de retração à mudança sob a perspectiva cognitivo-funcional, defendendo estabilidade no processo de simplificação no sistema de modo na história do português, ao me reportar aos achados de Mollica (2003).

Na origem, segundo Basílio (1977), teria havido opacidade sintática entre o infinitivo pessoal e o futuro. O fenômeno ocorre quando sequências idênticas provêm de derivações diferentes, mas apresentam as mesmas implicações semânticas. Existindo opacidade, há um ambiente favorável à mudança e, na sintaxe, a direção da mudança é imprescindível. Para Basílio, temos um caso de opacidade parcial no futuro do subjuntivo em função da existência dos verbos regulares e dos verbos irregulares «fracos», com idêntica sequência fonológica e interpretação semântica.

«Engordaremos *quando comermos* muito» (fut. subj)

«Engordaremos *ao comermos* muito» (inf. pessoal)

Com os verbos irregulares fortes, a tendência à mudança seria ainda mais acentuada, embora difícil de ser prevista, como em:

«Eles ficarão felizes *quando trouxerem* o prêmio».

Já para Naro (1981), a mudança se inicia num grau mínimo de diferenciação e se implementa na direção dos outros pontos de maior diferença, redundando em modificação do paradigma. Macedo (1981) estudou o processo de regularização paradigmática a partir da seguinte premissa:

A difusão da mudança de regularização teria início no ponto zero de diferenciação entre o sistema velho e o novo, ou seja, nos verbos sem qual-

quer diferença entre o futuro do subjuntivo e o infinitivo, e se estenderia a partir dos contextos menos salientes, ou menos perceptíveis (1981: 37).

No trabalho citado, considerei o princípio da marcação como um candidato a um universal sociolingüístico que, teoricamente, possa oferecer sustentação para explicar fatos lingüísticos estáveis ou em mudança lingüística. Assim, foi possível destacar a relevância do referido princípio, especialmente em processos variáveis que podem promover uniformização nos paradigmas verbais, a exemplo da suposta mudança no emprego do futuro do subjuntivo, por meio de evidências empíricas em tempo real.

2. Critérios para a definição de marcação

É crucial definir os critérios a serem usados para a identificação do valor marcado ou não-marcado de uma determinada categoria nos estudos sobre marcação. Para o nível morfossintático, lancei mão, na pesquisa supra-mencionada, das variáveis «complexidade estrutural» e «frequência», com vistas à confirmação da relação maior frequência/ valor não-marcado, menor frequência/ valor marcado. Com relação à complexidade, o meu objetivo consistiu em demonstrar que o elemento não marcado tende a ser menos saliente cognitivamente (Croft 1990; Givón 1995), conseqüentemente menos complexo e naturalmente com menor número de morfemas comparativamente à construção lingüística marcada.

Assim, é razoável afirmar que a questão da regularização paradigmática se regula por esses condicionamentos e os resultados apresentados (Mollica 2003) parecem ser indicadores positivos da relevância dos critérios utilizados para a fundamentação do princípio da marcação. No estudo em tela, foi interessante indagar até onde se pode provar que as formas regularizadas são menos marcadas e menos salientes cognitivamente, levando-se em conta as condições mencionadas. O princípio da saliência fônica (Lemle / Naro 1977) foi aplicado na investigação em busca de respostas, na medida em que se refere ao grau de oposição fonética entre as formas com claro efeito sobre as flexões irregulares. Com os mesmos propósitos, controlei o grau de frequência dos verbos, para dar conta das implicações inerentes à hipótese central do trabalho.

Na grande maioria dos verbos, as estruturas do futuro do subjuntivo e do infinito são morfologicamente idênticas, como no exemplo a

seguir, onde vender (fut. subj.) tem forma idêntica à do infinitivo. Há um grupo de verbos em que a diferença é pequena, “irregulares fracos”, e outro em que a diferença é grande: «irregulares fortes».

- «Eu vou gostar *quando* você vender a casa antiga»
- «Quando *souberem* que eu me mudei, não vão gostar»
- «Você vai tirar boas notas *quando* tiver estudado muito»
- «Você não vai ficar sossegado *enquanto* ela não vier».

No uso coloquial da língua, é comum observar-se, mesmo com os verbos irregulares fortes, o emprego da forma idêntica ao infinitivo, categorizada como «regularizada». Macedo lança a hipótese de que o processo de regularização se inicia pelo futuro do subjuntivo devido às condições peculiares que propiciam confusão com o infinitivo na maioria dos verbos. A partir da análise de Basílio (1977), pode-se afirmar que o nivelamento do paradigma do futuro do subjuntivo sugere a continuação diacrônica de generalização pela qual passaram outros verbos que, no latim clássico, apresentavam alomorfia do radical nos tempos do perfeito e que, entretanto, se regularizaram nas línguas românicas. É possível que, por essas evidências, esteja em questão o princípio da gramaticalização, latente na língua, emergindo em contextos sócio-históricos favoráveis. Note-se que a existência de tendência à simplificação paradigmática é salientada por Adolfo Coelho no final do século XIX (Vasconcellos 1916) e vem sendo mais bem observada nos dias de hoje, ainda que com muitas dificuldades quanto à identificação dos dados em discurso informal espontâneo. Por outro lado, não se tem certeza que o processo tenha sido interrompido no século XVIII ou em outros períodos, ainda que o rastreamento de dados realizado não tenha descoberto qualquer vestígio.

Nos idos de 80, Macedo projetou o emprego do futuro do subjuntivo como um regra variável em mudança lingüística, comprovada pelo uso bem mais freqüente das formas regularizadas entre os falantes mais jovens. Para a pesquisadora, as formas regularizadas estariam sendo difundidas a partir das camadas menos escolarizadas e de menor nível cultural juntamente com o grupo etário mais jovem. Saliência fônica seria uma das forças desencadeadoras do fenômeno, de modo que a difusão partiria das formas menos salientes. Nos termos do princípio da marcação, tal premissa equivale a dizer que as formas marcadas tenderiam a manter a irregularidade paradigmática.

3. Diferença e marcação

Na investigação em tempo real sobre os processos de simplificação no nível morfossintático desenvolvida por Mollica (2003), o efeito do princípio da marcação em relação às estruturas mais marcadas acerca da diferença entre subjuntivo operado versus subjuntivo não operado é extremamente relevante. Diferentemente de Macedo, a pesquisa revelou que o processo de simplificação das formas de futuro do subjuntivo se apresenta estável no sistema do português atual falado no Brasil exatamente porque os falantes só utilizam as formas mais frequentes e menos marcadas. Há que se concluir, por conseguinte, que a regularização paradigmática do futuro do subjuntivo não deve prosseguir no sistema em razão de as formas marcadas serem evitadas e, quando utilizadas, serem geralmente processadas de acordo com a construção canônica.

O princípio da marcação age, portanto, na direção contrária ao impulso da mudança lingüística. Numa perspectiva longitudinal, foi possível constatar que a regularização no futuro do subjuntivo é motivada por alguns vetores de natureza funcional e social. Suponho que o princípio da marcação tenha sido extremamente eficiente diacronicamente como força de retração à mudança em vista da comprovação de sua ação refreadora de inovações com dados do século XX, no atual estágio da língua portuguesa no Brasil.

Os resultados em diferentes amostras confirmam essa hipótese, pois não atestam mudança no paradigma verbal mas estabilidade (6% nos idos de 80 e em 2000) quanto ao processo de simplificação paradigmática. Comprovam a marcação como mecanismo inibidor, responsável pela harmonização, posto que as formas menos salientes estão mais expostas à regularização: em todas as amostras analisadas, o percentual de regularização nos verbos menos salientes é consideravelmente maior e a passagem do tempo não influi nesse caso. Do ponto de vista dos itens lexicais, praticamente não se atesta mudança: formas menos salientes, de menor complexidade estrutural, são afetadas pela inovação que não deve progredir no sistema do português, dado que os itens mais complexos são menos frequentes ou simplesmente inexistem na fala. Os únicos itens afetados pelo processo são *ver*, *dar*, *querer*, *ter*, *ir*, *estar*, *ser*, *fazer*, *vir*, *saber*. Os verbos mais frequentes são os mais afetados, de acordo com os critérios adotados no trabalho. É recomendável, no entanto, que se utilizem experimen-

tos com metodologia de testes de atitudes, semelhante às técnicas que Macedo acabou adotando. Quanto à dimensão dos vocábulos, variável que dá suporte à hipótese do comprometimento de grau de complexidade com o princípio da marcação, observou-se que os vocábulos pequenos (monossilábicos) são mais regularizados que os grandes (dissilábicos, trissilábicos e polissilábicos): itens de pouca extensão e de menor complexidade e saliência são mais propensos ao afetamento; os itens maiores são mais notados e praticamente não são afetados.

No atual estágio da língua, o princípio da marcação atua fortemente por meio do controle das variáveis saliência fônica, extensão e frequência do vocábulo. Pode-se afirmar então que a mudança está sendo refreada por vetores de base fônico-estrutural e cognitiva. Algumas variáveis sociais, especialmente a escolarização, refreiam o avanço do processo de regularização que, supostamente, estaria conduzindo à mudança, caracterizada, no caso, por uma força de uniformização paradigmática. Há bons indicadores de que a frequência deve estar interagindo, de modo que a participação do léxico na constituição de princípios que explicam a estabilidade ou a mudança deve ser levada em conta, pressupondo-se conseqüentemente a hipótese de que as regras são paulatinamente fixadas e se espalham gradualmente à proporção que o vocabulário da língua vai sendo aprendido, codificado e registrado através do tempo. Gostaria de concluir levantando a hipótese de que, provavelmente por razões históricas, inerentes ao Século das Luzes, não constatee regularização paradigmática nesse período da história da língua. Essa ausência de variação deve ter se perpetuado durante quase todo o século XIX, rompendo-se muito lentamente na virada do século XX.

Bibliografia

- Basílio, Margarida (1977): *Syntactic Opacity: Personal Infinitive and Future Subjunctive in Portuguese*, Austin: University of Texas, mimeo.
- Croft, William (1990): *Typology and Universals*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Givón, Talmy (1995): *Functionalism and grammar*, Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins.
- Lemle, Miriam / Naro, Anthony (1977): *Competências básicas do português*. Relatório Final apresentado às instituições Fundação Ford e Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), mimeo.

- Macedo, Alzira (1981): *O uso do futuro do subjuntivo em português: regularização de uma forma verbal*, Tese de Doutorado, UFRJ.
- Mollica, Maria Cecilia (2003): «Marcação e estabilidade na mudança linguística», em: Roncarati, Cláudia / Abraçado, Jussara: *Português brasileiro: contato lingüístico, heterogeneidade e história*, Rio de Janeiro: Editora 7 Letras, pp. 213-226.
- Naro, Anthony (1981): «The Social and Structural Dimensions of a Syntactic Change», em: *Language*, 57 (1), pp. 63-98.
- Vasconcellos, Carolina Michaëlis (1916): «O imperfeito do conjuntivo e o infinitivo pessoal no português», em: *Boletim de Segunda Classe da Academia das Ciências de Lisboa*.

Afranio Barbosa (Rio de Janeiro)

**Da história social à sociolingüística histórica
do português no Brasil: mercadores portugueses
no apagar do Século das Luzes**

1. Considerações iniciais

No ano de 1798, um mercador português escrevia do Brasil para Antônio Esteves Costa, um megacomerciante em Lisboa que, com menos de quarenta anos àquela altura, viria a ser diretor de honra do Banco de Portugal na terceira década do século XIX:

Tenho a honra de fazer sciente a V.M. que estou estabelecido nesta Cidade, e prompto a empregar-me em manejar os interesses de todos os Amigos, que me quizerem distinguir com as suas Commissões, nas quaes eu me empregarei com aquelle zelo, e actividade a que a honra e probidade me obrigão (Barbosa 1999: 103).

Há nesse fragmento aspectos importantes a serem focalizados na investigação da constituição do português brasileiro. Primeiro, trata-se de um português radicado no Brasil, ou seja, digno representante do que denominamos português no Brasil em oposição ao português do Brasil, sendo esta a variante da grande maioria pobre ou remediada de reinóis brancos há gerações na América e sem condições de estudar em Coimbra, destino da maioria dos filhos abastados das Colônias.

A sociedade brasileira, ao final do século XVIII, já parecia dividida por essas duas variantes do português em algumas marcas lingüísticas, mas não em todas aquelas que, atualmente, opõem o português europeu e o português brasileiro: se, por um lado, os portugueses já apresentam sinais da centralização de /e/ em dados do tipo *tanho* (<*tenho*), por outro, a mudança quantitativa que privilegiou o uso do infinitivo gerundivo em relação ao da forma nominal gerúndio ainda se encontrava em estágio inicial de implementação. Identificar a naturalidade dos redatores lusos ou reinóis é, portanto, a base de um estudo sociolingüístico-histórico de dois grupos que se rivalizavam geralmente nos principais sítios urbanos brasileiros no apagar do Século das Luzes. A partir do confronto de seus escritos, seremos capazes de avaliar a trajetória dos dados lingüísticos de lusos e de reinóis americanos da Coroa portuguesa para identificar: 1) o que, com o passar do tempo, foi abandonado pelo português europeu e mantido no portu-

guês brasileiro; 2) o que caiu em desuso no Brasil mas permaneceu vigoroso em Portugal e 3) o que viria a ser criado, de lado a lado do Atlântico, durante a colônia e a partir da separação política.

Em segundo lugar, o fragmento apresenta uma relação econômica tipicamente colonial: o comissionado. Se, de certa forma, o comércio dos produtos oriundos dos domínios ultramarinos era a própria razão de ser das colônias, não é surpreendente que o volume impressionante de negócios extrapolasse a fidalguia e enriquecesse uma pequena burguesia. Nosso personagem inicial, Antônio Esteves Costa, na verdade, não foi um caso isolado de ascensão social pelo enriquecimento com empreendimentos intercontinentais. Francisco Pinheiro, cerca de oitenta anos antes, já fazia o mesmo. Pela variedade de comissionados seus no Brasil, em África e no resto da Europa, notamos a estrutura impressionante criada para gerir o capital por ele movimentado. Veja-se, por exemplo, que mesmo em regiões afastadas da costa e em fase inicial de exploração, mas com destacada mobilização demográfica interna na colônia, os próprios comissionados funcionavam como uma espécie de termômetro do potencial financeiro das futuras empreitadas. Em uma carta escrita no Rio de Janeiro, em 1725, lemos:

[...] e como dizem, q. na Bahia podra haver ocazião p.^a essa em direitura com as notisias de persistirem as grandezas das novas minas do Cuiaba, e q. tem vindo ultimam.^{te} varias tropas de gente de la, com, boas partidas de ouro, juntam.^{te} o descobrim.^{to} de outras novas minas chamadas dos Goyazes (Lisanti Filho 1973: 35).

Há menção, em várias cartas, à circulação de cartas executórias, a firmas públicas de dívidas, a pagamentos feitos por caixeiros com mercadorias, ouro ou moedas, enfim, todo um sistema financeiro que por vezes utilizava inclusive os cartórios dessas e de outras regiões distantes mais de 1.500 km da cidade do Rio de Janeiro.

Outra referência importante nesse filão textual que se revela nas cartas de comerciantes coloniais é o material relativo ao mercador Duarte Sodré Pereira que Silva (1992) estuda do ponto de vista historiográfico. O acervo de cartas desse *fidalgo mercador*, produzido desde o final do século XVII, até perto de sua morte, em 1738, permanece intocado em uma coleção particular.

Sem dúvida nenhuma as informações recolhidas de todos esses escritos testemunham como a atividade mercantil cresceu em autonomia ao longo do século XVIII, ficando, paulatinamente, fora da máquina burocrática oficial. Na última década do século, a ineficiência de con-

trole deixou sem registro uma série de transações comerciais, um verdadeiro mercado informal que, em notória clandestinidade, compôs um quadro colonial quase autônomo daquele que se depreende dos documentos de controle oficial. Nesse sentido, o primeiro fragmento aqui transcrito revela o sinal maior dessa autonomia, pois, diferentemente de todas as demais cartas produzidas na colônia, ele foge à proibição real e não é manuscrito: a carta enviada, em 1798, da Bahia ao mercador Antônio Esteves Costa em Lisboa é um impresso anterior à imprensa no Brasil, um evento oitocentista.

2. Notícia de um texto impresso no Brasil antes da imprensa no Brasil: a construção de uma dúvida¹

Durante a investigação sobre as cartas comerciais guardadas no acervo de Antônio Esteves Costa, arquivados na Biblioteca Nacional de Lisboa, fomos surpreendidos por um material impresso² localizado na Bahia e datado de 20 de fevereiro de 1798, ou seja, isso antes da chegada da Família Real Portuguesa ao Rio de Janeiro, o que, a princípio, não deveria ser possível. Trata-se de uma carta circular de João Paulo das Chagas, que se apresentava a Antônio Esteves Costa como um comerciante estabelecido no Brasil e lhe oferecia seus préstimos.

Analisando o documento, percebe-se que o cabeçalho, o endereçamento no verso e a assinatura de João Paulo Chagas estão manuscritos, ao passo que somente a mancha gráfica central se encontra impressa. As duas hipóteses que se apresentam seriam: 1) a de o documento ter sido impresso na Europa e apenas completado no Brasil com os dados pessoais do interessado ou 2) a de se tratar não de um material do século XVIII, mas sim do século XIX que, por qualquer motivo, tivesse sido falseado pelo assinante. Tanto uma, quanto outra hipóteses encontrariam suas razões de ser no jogo de interesses do opulentíssimo mercado promovido pela casa de comércio de Antônio Esteves Costa. Não é difícil de imaginar que um negociante, à margem daquele comércio, tentasse ostentar boa situação encomendando não uma única folha mas um maço de cópias de uma carta circular de apresentação. Tampouco seria impossível que, já dentro do século XIX, época em que Antônio E. Costa dirigia o Banco de Portugal, o

1 Este item do presente artigo foi extraído de parte inédita de Barbosa (1999).

2 Biblioteca Nacional de Lisboa — cota: mss. 224/209.

material figurasse com data falsificada na tentativa de provar ou valorizar o longo tempo (desde 1798 até ao menos, a segunda década do século XIX!) e a proximidade entre João Paulo Chagas e Antônio E. Costa. Essas e outras conjecturas explicativas não teriam sido abandonadas se esta investigação não verificasse um detalhe do suporte: o papel apresenta uma marca d'água do século XVIII – nomeadamente, *D & CB Lauw*.

É bom lembrar que a catalogação das marcas d'água é uma tarefa em aberto. Por mais completa que seja a publicação sobre as filigranas das indústrias de papel européias, o trabalho de pesquisa com os materiais coloniais sempre estará a ampliar seu número. Esse vem a ser o caso, por exemplo, no Arquivo Histórico Ultramarino, de uma folha intitulada *Lembretes da Consulta de 1795*,³ que é, aparentemente, uma listagem de dez lembretes de consulta feita para algum tipo de conferência. A marca d'água do papel usado é o escrito *Gior Magnani* sob um brasão bem rústico. A mesma marca aparece, para dar um exemplo das cartas comerciais, em um manuscrito da Biblioteca Nacional de Lisboa,⁴ da seguinte maneira: no fôlio direito, *Al Masso*; no esquerdo, *Gior Magnani* sob um brasão com uma coroa similar a um gradil no topo, duas palmas viradas para fora, formando os lados e, na parte inferior, uma flor semelhante à figura *paus* do carteadado. Em seu interior, há um pequeno pássaro coroado com as asas abertas.

Essa marca aparece citada por Marquilhas (1991) como sendo do século XIX porque a autora baseia-se na indicação de número 3.748 na obra de Heawood (1957). Na consulta direta a essa obra, contudo, constata-se que a dita marca se encontra sem data ou lugar, havendo, apenas, a informação dada pelo próprio Heawood (1957: 147) sobre a fonte mais antiga por ele encontrada: *Usada na África do Norte 1822-23*.⁵ Pode-se dizer que a revisão das marcas d'água promovida em Barbosa (1999) atualiza, portanto, a datação da marca *Gior Magnani*.

Considerando o atual estágio nas pesquisas sobre os manuscritos coloniais brasileiros, acredita-se que a descrição das marcas d'água de cada documento possa vir a contribuir não apenas com a resolução de

3 Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa — cota: Documentação Avulsa / Rio — nº 161/86.

4 Cota — mss. 224/186.

5 A informação completa é: «Used in North Africa 1822-23 (Itinerary by Major Denham, at RGS. Sim. WAC, ND.)»

impasses quanto à autenticidade de manuscritos, mas também com trabalhos que busquem estabelecer cronologias para as fases de redação na obra de diversos autores. Um bom exemplo, nesse sentido, é o trabalho de Bockelkamp (1993), que se apóia na filigranologia para uma verificação crítico-genética da obra de Johann Joachim Winkelmann, erudito prussiano do século XVIII.

No caso específico desta pesquisa, a identificação das filigranas veio a revelar um fato que reforça a idéia de a carta-circular ter sido impressa, de fato, no Brasil, em 1798. A marca d'água do papel onde se imprimiu esse documento — *D & CB Lauw* — era comuníssima no Brasil durante o século XVIII e, até onde apuramos, somente usada até os fins dos Setecentos. Essa evidência serve de base à hipótese de atividade tipográfica no Brasil antes da vinda da família real portuguesa o que se, a princípio, pode parecer absurdo, deixa de sê-lo quando nos voltamos para a história da impressão na América portuguesa antes do século XIX.

A introdução da imprensa no Brasil, assim como, em relação a outros agentes de desenvolvimento da cultura escrita, foi retardada ao máximo pela monarquia portuguesa. Cunha (1986) chega a afirmar:

Sabemos todos que a colonização portuguesa, com inúmeros saldos positivos, não foi exemplar no terreno educacional e cultural. Enquanto os espanhóis cedo criaram colégios e universidades na sua América, no Brasil colonial existiram apenas uns poucos estabelecimentos de ensino primário e médio, e isso quase por milagre de certas ordens religiosas, especialmente a dos jesuítas. (Cunha 1986: 19)

Não devemos imaginar, contudo, que a postura de espanhóis, de portugueses, ou de quaisquer outros europeus para com suas colônias fosse uniformemente positiva ou negativa. O caso da imprensa exemplifica bem esse fato. Hallewell (1985: 4) descreve a atitude metropolitana «variada» da seguinte maneira:

A introdução da impressão na cidade do México e em Lima ocorreu poucos anos depois da conquista espanhola, mas essa arte foi, por muito tempo, negada a todas as demais possessões espanholas. Os colonos ingleses da Nova Inglaterra puderam ter sua própria tipografia mas durante muito tempo tal autorização foi negada nos demais lugares. A França permitiu o funcionamento de uma tipografia local em São Domingos (hoje Haiti), mas jamais o fez com relação ao Canadá. Os portugueses muito cedo desenvolveram a impressão em suas possessões asiáticas e africanas, mas impediram sua implantação no Brasil colonial. Tais diferenças foram determinadas, em parte, pelas necessidades de controle político.

O controle rígido no caso brasileiro promoveu a expulsão do tipógrafo Isidoro da Fonseca, 1747, da cidade do Rio de Janeiro. Desde o início do século XVIII, no entanto, são registradas atividades «extra-oficiais» de imprensa no Brasil nos espaços limitados de cultura escrita, como era o caso dos colégios jesuítas, reconhecidos por suas excelentes bibliotecas.

[...] a *História da Companhia de Jesus no Brasil*, de Serafim Leite, informa que a biblioteca do Colégio de Santo Inácio, no morro do Castelo, Rio de Janeiro, possuía «alguns trabalhos impressos na própria casa por volta de 1724». Se o colégio possuía sua própria impressora, parece estranho que Agostinho Santos Felix Capelo não mencione este fato em seu relatório ao governador Bobadella sobre as propriedades confiscadas em 1759, quando os jesuítas foram expulsos e o colégio fechado. Talvez tenha havido confusão com dois livros impressos em 1722-1724 pelos missionários jesuítas em Pueblo de Santa Maria la Mayor, um lugar que hoje está situado em território brasileiro mas que na época pertencia ao Paraguai [...] (Hallewell 1985: 4-5).

Dúvidas à parte, a primeira tentativa documentada de implantação da tipografia no Brasil foi realizada pelos holandeses durante sua ocupação, no Nordeste, entre 1630 e 1655.

Uma carta de 28 de fevereiro de 1642, do Supremo Conselho (holandês) no Brasil, dirigida aos responsáveis pela Companhia Holandesa das Índias Ocidentais, solicitava o envio de uma impressora para que as ordens oficiais recebessem «maior consideração» e para que o Conselho fosse poupado do estafante trabalho de copiar. Temos aqui, em poucas palavras, a razão primordial pela qual cada colônia acabou recebendo sua própria tipografia: as exigências administrativas (Hallewell 1985: 12).

Ainda segundo Hallewell (1985), no entanto, o tipógrafo holandês encarregado da tipografia do Recife, morreu antes de iniciar suas atividades. Diante do fato de haver os recursos técnicos, esse autor pergunta:

Se este foi o caso, restaria a pergunta: que aconteceu com sua impressora? Ninguém teria tratado de fazê-la funcionar? Dois anos mais tarde a Companhia informou que ainda não haviam encontrado alguém que se dispusesse a ir (Hallewell 1985: 13).

Nessa época, os holandeses, governados por Maurício de Nassau, estavam envolvidos nas campanhas militares contra os portugueses. Não sabemos se, com a derrota e expulsão dos holandeses, a maquinaria foi desmantelada, ou se guardada por religiosos.

De qualquer maneira, registram-se relatos de uma tipografia no Recife na época do governo de Francisco de Castro Moraes no início

do século XVIII. Tal suposição está baseada em uma carta régia de 8 de julho de 1706 que ordenava ao governador

[...] sequestrar as letras impressas e notificar os donos dellas e os officiaes de uma typografia estabelecida na povoação do Recife que não imprimissem, e nem consentissem que se imprimissem livros nem papéis alguns avulsos na mesma typografia [...] (*Apud* Hallewell 1985).

Wilson Martins, em *A Palavra Escrita*, contudo, aponta nesse caso uma possível falha de transcrição de datas: a ordem seria de 1747 e enviada a outro governador por ocasião das atividades comprovadas de Isidoro da Fonseca, no Rio de Janeiro. Igualmente citado por Hallewell (1985), Serafim Leite testemunha, sem localizar, ter visto papéis impressos no Recife.

Serafim Leite, que procura identificar o tipógrafo como um jesuíta, um certo Antônio da Costa, diz em seu *Artes e oficinas dos jesuítas no Brasil*, que a impressora funcionou de 1703 a 1706, imprimindo «letras de câmbio, orações e estampas religiosas». O mínimo que podemos dizer é que, se de fato houve alguma impressora no Brasil nessa época, então a cidade do Recife seria o lugar mais provável. Embora ainda pequena [...], ela era a única verdadeira cidade além de Salvador, então a capital, e era nesse período mais próspera, revelando ainda maior independência de espírito em relação às autoridades de Lisboa (Hallewell 1985: 14).

Essas notícias nebulosas sobre atividades de impressão no Nordeste brasileiro, no princípio do século XVIII, podem ajudar a explicar a carta-circular impressa para o comerciante estabelecido na Bahia. Em outras palavras, não é por demais impossível supor que houvesse atividade de alguma tipografia particular remanescente de algum colégio religioso, tal como a dos jesuítas, ou trazida, à revelia da corte portuguesa, pelo dinheiro dos negociantes que colocavam o Brasil em uma posição central no sistema comercial do português. O reconhecimento desse *status* vinha traduzido no projeto, desde 1801, de se transferir a sede da Corte para a América. «O projecto de mudança da Corte para o Brasil, apesar de tudo, transformou-se em realidade quando, em 1807, as tropas napoleónicas atravessaram a fronteira de Portugal com a Espanha [...]» (Maxwell 1986: 382).

Nosso trabalho apresenta uma nova notícia não tão *nebulosa* acerca da existência de uma impressora no Nordeste. Em uma das cartas de comércio levantadas, ao comunicar os preços das mercadorias ne-

gociadas, o irmão de Antônio Esteves Costa, João Vicente da Silva Bastos, informa quanto custou o frete de uma *imprensa*.⁶

25 Sacas de Algodam	5.800	828\$850
Com 142 Contos 29 réis	160	22\$865
Novo Imposto		
Carretos para a Imprensa [SV] Para Bordo dito		4\$000

Um dos maiores conhecedores de livros do Brasil, Rubens Borba de Moraes, começa seu texto sobre as origens e produção da Imprensa Régia no Rio de Janeiro dizendo:

A transferência da Corte portuguesa para o Brasil, em 1808, foi o começo de tudo. Nos porões do navio *Meduza* vieram de Lisboa prelos com seus pertences. Era uma tipografia completa encomendada na Inglaterra por D. Rodrigo de Sousa Coutinho, futuro Conde de Linhares, para servir a sua Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. Não tendo sido usada, encontrava-se ainda encaixotada na ocasião do embarque para o Rio de Janeiro (Moraes 1993: XVII).

De fato, localizar o início das atividades tipográficas no século XIX é reconhecer, somente a partir de então, o começo de uma série de atividades sócio-culturais. Se pudermos recuar essa datação, estaremos revelando um aspecto mais avançado da estrutura colonial brasileira que, como outros, em outros níveis, foi devidamente *abafado* pelo regime metropolitano.

Conforme o exposto, estão registrados para a história a aventura de Isidoro da Fonseca, tendo também como cenário a cidade do Rio de Janeiro, e a iniciativa holandesa em sua colônia americana. Há referências, não confirmadas, de papéis impressos durante a época da proibição oficial. Mas somente agora, dentre as cartas comerciais para Antônio Esteves Costa, pudemos comprovar a existência de trabalho tipográfico no Brasil antes do decreto real de 13 de maio de 1808. Não pretendemos, de forma alguma, nem reduzir nossa descoberta às dimensões do pitoresco, nem elevá-la à categoria explicativa para uma suposta estrutura colonial brasileira muito mais desenvolvida do que possa realmente ter sido. Queremos, na verdade, apresentá-la como um fenômeno a ser considerado pelos profissionais da historiografia, colegas que saberão definir o grau de representatividade desse fato no quadro sócio-econômico clandestino do Brasil-colônia que, ao final

6 Biblioteca Nacional de Lisboa — cota: mss. 224/240.

dos Setecentos, se encontrava evidentemente mais avançado do que se tem pensado.

3. A variação entre o infinitivo gerundivo e a forma nominal gerúndio nos *corpora* de mercadores

Partimos dos resultados de Barbosa (1999) que revelam 10% de entrada da estrutura *A + INFINITIVO* nas cartas escritas de 1793 a 1798 (resultado corrigido para o peso relativo de .9 após rodarmos os dados no Pacote de Programas de estatística VARBRUL). Além das cartas de comércio, foram considerados dados da burocracia oficial e de algumas cartas pessoais. A distribuição e projeção estatística desses dados não se alteram com a mudança da tipologia textual. Vale dizer que tal resultado corrobora aqueles apontados por Bertil Maler (1972), que utilizara entremeses populares portuguesas para o levantamento de ocorrências principalmente da estrutura *AUXILIAR + A + INFINITIVO*. Foram contabilizados cerca de 10% de dados do tipo *estava a procurar* contra 90% de, por exemplo *estava procurando*. Enfim, como se pode ver, o avanço da forma nova que hoje caracteriza o português europeu encontrava-se em fase inicial de implementação. Interessava-nos saber se essa situação caracterizava somente a lusofonia da era pós-pombalina ou se já vinha estável desde o início do século XVIII.

Do acervo editado por Lisanti Filho (1973), cobrimos 50 cartas de mercadores escritas no Rio de Janeiro entre 1725 e 1729. O resultado foi surpreendente: não havia dados de infinitivo gerundivo, fosse em estrutura de verbo pleno, fosse com verbos auxiliares. Supúnhamos, é verdade, uma taxa bem menor de uso do infinitivo gerundivo, mas não a absoluta falta de dados em tantas missivas. Esse resultado não significa que a variante nova não existisse ainda. De fato, são relatados dados esparsos desde o português medieval. O levantamento de dados em um número maior de cartas de comércio certamente fornecerá dados, contudo não mudará a realidade que este resultado preliminar demonstra: o processo de mudança quantitativa no avanço do infinitivo gerundivo não começara no início (ao menos no primeiro quartel) do século XVIII, essa foi realmente uma realidade de seu termo.

Praticamente todos os dados encontrados de *a + infinitivo* são a sequência simples de uma preposição regida por vocábulo anterior e que serve de nexos a uma sentença completiva sob forma de infinitivo.

É o que vemos, por exemplo, no trecho «E eu sinto m^{to} ser constrinjo a fazer d.^o appartamento», retirado de uma carta de 1725 em que um mercador reclama de problemas com outro comissionado, Luís Álvares Pretto, sobrinho de Francisco Pinheiro, entre outras coisas por pô-lo «em maa reputação, e com mechiricos» (Lisanti Filho 1973: 15). O fim da sociedade — o dito *apartamento* — não parecia ser muito comum na rede de comissionados, principalmente por sua composição fortemente calcada nos laços familiares e de apadrinhamento. O que figura comumente nessas cartas são certas estruturas reincidentes, verdadeiras fórmulas que fixam determinados usos. Uma delas diz respeito ao mesmo caso do *constrangido a fazer*, só que na expressão *resolver-se a fazer*. Na mesma carta encontramos «e por isto me resolvo a fazer tal apparta».

Como dissemos anteriormente, os dados efetivos de infinitivos gerundivos não foram encontrados. Não houve, portanto, ocorrências em que na seqüência *a + infinitivo* o *a* parecesse esvaziar-se da função conectiva e assumir o papel de tipo de afixo aspectual — pois em uma sentença como *estou a fazer o trabalho* com o mesmo valor de verdade de *estou fazendo o trabalho* não há possibilidade de intercalações entre *a* e o *infinitivo*. Contudo, há um dado *ambíguo*, ou seja, exemplos que podem ser lidos tanto como uma simples preposição seguida de infinitivo, quanto como um infinitivo gerundivo equivalente a um gerúndio. Observemos o caso em

e não podra com d.^a duvida, juntar toda aquella carga q. lhe sera prezizo, pois lá estão 14 embarcasoins, todas a procurar cargo, quatro dellas da Bahia, aonde estavam mais três preparando se p.^a ditta parte (Lisanti Filho 1973: 36).

Tanto podemos interpretar a sentença como *pois lá estão 14 embarcações, todas para procurar carga*, quanto como *pois lá estão 14 embarcações, todas procurando carga*. A hipótese de tratar-se de um dado de infinitivo gerundivo ganha força no paralelismo com o aspecto contínuo em *aonde estavam mais três preparando-se para dita parte*. De qualquer modo, o quadro desse fenômeno de variação lingüística não estaria em situação de mudança àquela altura.

A *forma nominal gerúndio* distribui-se por todos os lugares sintáticos: como verbo pleno, nas tradicionalmente chamadas *orações reduzidas*, e com um verbo auxiliar. Nos dados levantados das cartas da primeira metade do século XVIII, encontramos quase todos os tipos

de estruturas descritas do final do mesmo século. Observemos alguns casos interessantes.

Primeiro, veja-se o caso do gerúndio sob forma de verbo pleno em oração independente (coordenada ou absoluta): «a peça [de pano] vende sse na Collonia de 500 a 560 rs a vara custando nessa [em Lisboa] de 180 a 200 rs a vara» (Lisanti Filho 1973: 19). O gerúndio, nesse contexto, tanto equivalendo a *e custa nessa de 180 a 200 a vara* quanto a *ao passo que custa de 180 a 200 a vara* só pode ser compreendido numa relação coordenada. No material de Lisanti Filho (1973), assim como em Barbosa (1999) é representativa a frequência de uso da forma nominal gerúndio em coordenação. Por vezes, numa seqüência de vários verbos sob forma gerundiva, a expectativa de uma forma nominal em oração circunstancial e a conseqüente procura de um verbo principal podem conduzir o leitor contemporâneo a dificuldades de decodificação de certas passagens. O trecho a seguir ilustra semelhante situação:

[...] os cobraçe naquella praça ao q. deferio mandando se deçe vista ao procurador da coroa; Nestes termos fizemos nova petição; oferecendo por ella fiança aos direitoz e juntamente protestando todo o prejuizo que nos pudesse causar; a demora, se os d.^s contratadores empedissem, o seguir, a d.^{ta} nao a sua viagem [...] (Lisanti Filho 1973: 43).

Note-se que mandando se desse vista ao procurador da coroa não é circunstância de modo ou de qualquer outro tipo no escopo do verbo deferir; tampouco oferecendo por ela fiança aos direitos e protestando todo o prejuízo são circunstâncias ligadas a fazer nova petição. De fato, a ação verbal expressa em protestando é que será condicionado por se os contratadores impedissem o seguir a sua viagem. No jogo de cena exposto nesta carta, a briga com o juiz de alfândega, que havia recebido os tais contratadores, essas ações vão se somando em um relato. É preciso, nesses casos, fazer a imediata paráfrase com a respectiva conjunção coordenada: os cobrasse naquela praça ao que deferiu e mandou se desse vista ao procurador da coroa. Nestes termos fizemos nova petição e oferecemos por ela fiança.

Outro caso a ser destacado é o do gerúndio com verbo auxiliar — «Ha bem tempo q. estamos experando o seu navio N.^a S.^a do Rozario» (Lisanti Filho 1973: 35). O leque de implicações funcionais de cada estrutura levantada e descrita em cartas de mercadores é sempre maior e mais surpreendente do que em outros tipos de textos mais formulares. Isso talvez se dê exatamente porque, retirando as fórmulas de

abertura e encerramento, e ainda uma ou outra tradição discursiva, as missivas trocadas entre comerciantes deixem transparecer um pouco melhor certos padrões da oralidade.⁷ A coordenação freqüente é sinal que corrobora essa hipótese. De qualquer modo, em relação à estrutura com verbo auxiliar *estar*, veja-se que inclusive a indicação de futuro próximo pode ser interpretada na sentença «e p.^{lo} d.^o Capp.^m foi requerido ao contratador, lhe fazia a d.^a entrega, o que não quis, aseitar, Assim, estamos vendo, amanhã, com que sai o d.^o contratador; por que pediu vista» (Lisanti Filho 1973: 43). Quer dizer, numa contenda na alfândega para fazer a entrega da carga de seu navio, o comissionado — que redige a carta — e o capitão da nau esperam para ver, no dia seguinte, com que nova exigência ou problema virá o contratador da alfândega. Sem a devida retextualização da escritura, não será possível recuperar implicações funcionais como a desse presente contínuo com a idéia de futuro próximo em um dado do português setecentista.

Em Barbosa (1999) a maior probabilidade de entrada do infinitivo gerundivo ficava entre os auxiliares *estar* e *ser* quando equivalente a *estar*: «Nosaco do Navio Escrevo avm esou adizerlheq. Oportador dessa q. he o Marinheiro Joze Francisco, [...]» (Barbosa 1999: 396),⁸ por exemplo. Interessante que, apesar de essa equivalência específica entre *ser* e *estar* não ter sido encontrada, ao menos nesses primeiros dados recolhidos na edição de Lisanti Filho (1973), ela se realiza em outros contextos, como em alguns casos de datação: «Somos a 5 de julho. Serve esta de cuberta aos recibos juntos pellos quais podera VM. Ver nas mãos de q.^m parão [...]» (Lisanti Filho 1973: 58). Seja num contexto ou noutro, o uso de *ser* por *estar* ainda se encontrava vivo nos setecentos como variante residual que concretizava a virtualidade sistêmica da uma antiga convergência funcional da língua portuguesa.

Se, por um lado, o estudo da variação entre o infinitivo gerundivo e o gerúndio no início do século XVIII fica a espera de dados apenas para ratificar o que já se pode afirmar agora — parece estabilizada em taxa mínima de uso do *a + infinitivo* — por outro, as generalizações descritivas das estruturas em que se distribui o gerúndio revela enorme potencial para o conhecimento de tradições discursivas, de estruturas

7 Vale dizer que, ao menos para Francisco Pinheiro, era indiferente a forma escrita, posto que era analfabeto. As cartas que davam conta de seus negócios no ultramar eram-lhe, muito certamente, lidas por alguém de confiança.

8 Na Biblioteca Nacional de Lisboa, ver o original sob a cota: mss. 224/406.

não mais correntes na atual lusofonia, e ainda para uma melhor decodificação das verdades e mentiras ditas pelos homens de sincronias passadas. Só isso já nos dá luzes sobre o século das Luzes.

4. Palavras finais

São muitos os aspectos históricos a serem explorados nas fontes aqui estudadas. Só entender a dinâmica de quem vivia nas colônias em função da demanda e volume de produtos de luxo trazidos da Corte é um filão de pesquisa à parte. A sedução de nos tornarmos *dublês* de historiadores não pode encontrar guarida. O trabalho específico nosso — além de editar material que reflita as «classes» da época — é o de estabelecer tipologias, rever uma série de estudos e partir para novas descrições que conduzam a uma melhor compreensão dos dois caminhos seguidos pela *gramática setecentista* até os dias atuais, quando distinguimos tão bem as normas nacionais da língua portuguesa.

O potencial de estudos acerca do percurso histórico da Língua Portuguesa cresce com os materiais como as cartas de mercadores. Labov (1982) já comentava sobre o recuo na datação de várias mudanças sonoras no inglês só possíveis com o trabalho de H. C. Wyld baseada em dados retirados exatamente de cartas e diários de mercadores londrinos em ascensão nos séculos XVI e XVII. O material editado pelo historiador Luís Lisanti Filho (1973) — 965 missivas escritas no Brasil — e o de Barbosa (1999) — 93 cartas de comércio escritas no Brasil, havendo cerca de 300 de outras colônias e de Portugal editadas posteriormente — além de garantirem o paralelismo tipológico textual e a especial condição de terem sido redigidas por um só homem em Lisboa, revelam o cotidiano de um segmento social diferente do da massa movediça de funcionários da máquina administrativa. Nem sempre a linguagem formular explica porque seus textos se afastam do reflexo de certos usos cotidianos; muitas vezes a explicação está na distância entre seus interesses, valores, enfim, entre seus mundos e o mundo dos mais simples: dos simples empregados e dos simples empregadores. O mundo do comércio começa a nos surpreender com suas *tesoirinhas*, *facas framengas*, *bertanhas*, *pannicos de linho* e *imprensas* em trânsito pelo Atlântico, assim como essas idéias de primeira viagem.

Bibliografia

- Alden, Dauril (1987): «Late Colonial Brazil, 1750-1808», em: Bethell, Leslie (eds.): *Colonial Brazil*, Cambridge: Cambridge University Press, pp. 284-343.
- Barbosa, Afrânio Gonçalves (1999): *Para uma História do Português Colonial: aspectos lingüísticos em cartas de comércio*, Rio de Janeiro: UFRJ, Fac. Letras, 484 fl. mimeo, Tese de Doutorado em Língua Portuguesa.
- Barbosa, Afrânio Gonçalves (2000): *Cartas Comerciais da América Portuguesa para Lisboa: um corpus do século XVIII para o estudo do português do Brasil*, Évora: Anais do Congresso Internacional sobre o Português do Brasil (no prelo).
- Bockelkamp, Marianne (1993): «Les manuscrits de J.J.Winckelmann lus en filigranes», em: *Anais do III Encontro de Ecdótica e Crítica Genética* — UFPB, de 15 a 18 de outubro de 1991, João Pessoa: Idéia.
- Castro, Ivo (1996): «Para uma história do português clássico», em: Duarte, Inês / Leiria, Isabel (eds.): *Actas do Congresso Internacional sobre o Português*, Lisboa: Colibri, pp. 135-150.
- Cunha, Celso Ferreira da (1986): *Língua Portuguesa e Realidade Brasileira*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Hallewell, Laurence (1985): *O Livro no Brasil (sua história)*, São Paulo: Edusp.
- Heawood, Edward (1957): *Watermarks mainly of the 17th and 18th centuries*, Hilversum: The Paper Publications Society.
- Labov, William (1982): *Building on empirical foundations*, em: Lehmann, Winfried P. / Malkiel, Yakov (eds.) (1982): *Perspectives on historical linguistics*, Amsterdam / Philadelphia: Benjamins.
- Lisanti Filho, Luís (1973): *Negócios Coloniais — uma correspondência comercial do século XVIII*, Brasília: Ministério da Fazenda.
- Maler, Bertil (1973): «L'infinif gérondival portugais: quelques notes sur sa propagation», *Stockholm Studies in Modern Philology* 4, pp. 250-268.
- Marquilhas, Rita (1991): *Norma Gráfica Setecentista — do Autógrafo ao Impresso*, Lisboa: INIC.
- Marquilhas, Rita (1996): *Leitura e Escrita em Portugal no Século XVII*. Tese de Doutoramento em Linguística Portuguesa, Lisboa: Universidade de Lisboa / Faculdade de Letras, 420 fl. (Mimeo).
- Maxwell, Kenneth / Silva, Maria Beatriz Nizza da (1986): «A política», em: Silva, Maria Beatriz Nizza da (ed.). *Nova História da Expansão Portuguesa — O Império Luso-Brasileiro (1750-1822)*, Lisboa: Estampa, pp. 335-396.
- Moraes, Rubens Borba de (1993): «A Impressão Régia do Rio de Janeiro: origens e produção», em: Camargo, Ana Maria de Almeida / Moraes, Rubens Borba de: *Bibliografia da Impressão Régia no Brasil*, São Paulo: Edusp / Kosmos, pp. 17-32.
- Pintzuk, Suzan (1988): *VARBRUL programs*, 40 fl. (policopiado).
- Silva, Maria Júlia de Oliveira e (1992): *Fidalgos-Mercadores no século XVIII: Duarte Sodré Pereira*, Lisboa: INCM.

Endereços dos autores

Celeste Augusto, Universiteit Utrecht, Faculteit der Letteren,
Kromme Nieuwegracht 29, NL-3512 HD Utrecht, Neerlândia

Afranio Gonçalves Barbosa, Universidade Federal do Rio de Janeiro
(UFRJ), Faculdade de Letras, Projeto Para uma História do
Português Brasileiro (PHPB-RJ), Av. Brigadeiro Trompovsk, s/n -
Cidade Universitária, Ilha do Fundão, RJ-Brasil CEP21941-590,
Brasil

Yeda Pessoa de Castro, Universidade Federal da Bahia (UFBA),
Instituto de Letras, Av. Barão de Geremoabo, s/nº – Campus de
Ondina, 40 170-290 – Salvador-BA, Brasil

Ricardo Cavaliere, Universidade Federal Fluminense, Campus do
Gragoatá, Bloco C, 24.210-001, Niterói, RJ, Brasil

Lígia Chiappini, Lateinamerika-Institut der Freien Universität Berlin,
Brasilianistik, Rüdesheimer Str. 54-56, D-14197 Berlin, Alemanha

António Amorim da Costa, Universidade de Coimbra, Departamento
Química, P-3004-535 Coimbra, Portugal

Rosa Cunha-Henckel, Friedrich-Schiller-Universität Jena, Institut für
Romanistik, Ernst-Abbe-Platz 8, D-07743 Jena, Alemanha

Maria Manuela Gouveia Delille, Faculdade de Letras da Universi-
dade de Coimbra, Instituto de Estudos Alemães, Largo da Porta
Férrea, P-3004 530 Coimbra, Portugal

Leonor Lopes Fávero, Rua Dona Henrique, 326, Jardim Lusitânia,
04032-120 São Paulo – SP, Brasil

Fernando Taveira da Fonseca, Faculdade de Letras da Universidade
de Coimbra, Largo da Porta Férrea, P-3004-530 Coimbra, Portugal

Bodo Freund, Humboldt-Universität zu Berlin, Math.-Nat. Fakultät II, Geographisches Institut, Unter den Linden 6, D-10099 Berlin, Alemanha

Fernando Garcia, Rua Padre Chagas, 174/3, 90570-080 Porto Alegre (RS), Brasil

Alberto Gil, Universität des Saarlandes, Fakultät 4/Philosophische Fakultät II, Fachrichtung 4.6, Postfach 151150, D-66041 Saarbrücken, Alemanha

Maria Filomena Gonçalves, Dpto. de Linguística e Literaturas da Universidade de Évora, Rua da Mesquita, 7, 1º Dº, P-7000 Évora, Portugal

Gerda Haßler, Universität Potsdam, Philosophische Fakultät I, Institut für Romanistik, Postfach 601553, D- 14415 Potsdam, Alemanha

Lutz Hoepner, Humboldt-Universität zu Berlin, Institut für Romanistik, Unter den Linden 6, D-10099 Berlin, Alemanha

Dieter Kremer, Universität Trier, DM 309 – FB II (Romanistik), D-54286 Trier, Alemanha

Dante Lucchesi, Universidade Federal da Bahia (UFBA), Instituto de Letras, Av. Barão de Geremoabo, s/nº – Campus de Ondina, 40 170-290 – Salvador-BA, Brasil

Clarinda de Azevedo Maia, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Instituto de Língua e Literatura Portuguesas, P-3004-530 Coimbra, Portugal

Toru Maruyama, Nanzan University, Department of Japanese Studies, 18 Yamazoto-cho, Showa-ku, Nagoya 466-8673, Japão

Maria Cecília Mollica, Faculdade de Letras/UFRJ, Cidade Universitária – Ilha do Fundão, 21 941-590 Rio de Janeiro, Brasil

Christoph Müller, Mühlenstraße 69, D-13187 Berlin, Alemanha

Dietmar Osthus, Romanisches Seminar der Universität Bonn, Am Hof 1, D-53113 Bonn, Alemanha

Claudia Polzin-Haumann, Romanisches Seminar der Universität Bonn, Am Hof 1, D-53113 Bonn, Alemanha

Luciano Caetano da Rosa, Skalitzer Str. 42, D-10997 Berlin

Isabel Santos, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Instituto de Língua e Literatura Portuguesas, P-3004-530 Coimbra, Portugal

Carsten Sinner, Humboldt-Universität zu Berlin, Institut für Romanistik, Unter den Linden 6, D-10099 Berlin, Alemanha

Werner Thielemann, Humboldt-Universität zu Berlin, Institut für Romanistik, Unter den Linden 6, D-10099 Berlin, Alemanha

Harald Thun, Christian-Albrechts-Universität zu Kiel, Philosophische Fakultät, Romanisches Seminar, D- 24098 Kiel, Alemanha

Guillermo Wilde, Universidad de Buenos Aires, Facultad de Filosofía y Letras, Sección Etnohistoria, Instituto de Ciencias Antropológicas, Puán 470, (1406) Buenos Aires, Argentina